



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DAS SESSÕES 215 E 216 DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

VOLUME 35 Nº 87
25 A 28 DE NOVEMBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2011

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2011-2012)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY	(PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE	Senadora	MARTA SUPPLY	(PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador	WALDEMIR MOKA	(PMDB-MS)
1º SECRETÁRIO	Senador	CICERO LUCENA	(PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO RIBEIRO	(PR-TO)
3º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO	(PTB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senador	CIRO NOGUEIRA	(PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	GILVAM BORGES	(PMDB-AP)
2º Senador	JOÃO DURVAL	(PDT-BA)
3ª Senadora	MARIA DO CARMO ALVES	(DEM-SE)
4ª Senadora	VANESSA GRAZZIOTIN	(PC do B-AM)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozerildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA		Aparte ao senador Vital do Rêgo. Senador Francisco Dornelles.....	316
Registro da matéria intitulada “Outro feudo, outro escândalo”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de novembro de 2011. Senador Cyro Miranda.....	125	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Registro da matéria intitulada “As provas perdidas”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de outubro de 2011. Senador Cícero Lucena.....	126	Defesa da construção de estaleiro no Município de Coruripe, no Estado de Alagoas, fundamental para geração de desenvolvimento, emprego e renda para os alagoanos. Senador Renan Calheiros.....	67
Registro da matéria intitulada “O Ministro tem de sair”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de outubro de 2011. Senador Flexa Ribeiro.....	128	Satisfação com a apresentação, pela Receita Federal, do relatório favorável à criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado do Acre. Senador Anibal Diniz.....	84
Registro da matéria intitulada “Na TV, PSDB defende gestão FHC e explora a ‘volta’ da inflação”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 14 de outubro de 2011. Senadora Lúcia Vânia.....	129	Aparte ao senador Anibal Diniz. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	86
Registro do artigo intitulado “A volta da aliança inflacionária”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 2 de outubro de 2011. Senador Alvaro Dias.....	129	DIREITOS HUMANOS	
Registro da matéria intitulada “FHC sugere lema ‘Yes, we care’ a tucanos”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 8 de novembro de 2011. Senador Aloysio Nunes Ferreira.....	131	Apelo ao Governo Federal, através do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para que adote providências para a solução da grave situação em que se encontram os refugiados haitianos no Estado do Acre. Senador Jorge Viana.....	279
Registro da entrevista intitulada “Eu estarei pronto, seja Lula ou Dilma”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 9 de outubro de 2011. Senador Mário Couto.....	132	DROGA	
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Preocupação com o aumento do consumo de drogas, em especial o <i>crack</i> , em municípios brasileiros e com os seus reflexos no sistema de saúde pública do País, conforme dados do levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Defesa da vinculação de políticas de saúde e segurança pública e ações sociais para o combate e prevenção ao consumo e tráfico de drogas. Senador Renan Calheiros.....	67
Exposição das emendas apresentadas por Sua Excelência ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2012. Senador Eduardo Suplicy.....	304	Aparte ao senador Renan Calheiros. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	69
Comentário sobre o empenho da Comissão de Orçamento para elaborar uma proposta orçamentária para o País. Senador Vital do Rêgo.....	314		

	Pág.		Pág.
ECONOMIA NACIONAL		HOMENAGEM	
Destaque para o crescimento do número de empregos formais criados no Brasil durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Elogios às medidas que o Congresso Nacional vem tomando, principalmente o Senado Federal, junto ao governo para estimular a economia nacional. Senador José Pimentel.....	298	Registro do transcurso dos 23 anos de vigência da Constituição brasileira, oportunidade em que faz referência ao trabalho de Sua Excelência e outros constituintes para garantir os direitos dos trabalhadores. Senador Paulo Paim.	74
		Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	78
GOVERNO ESTADUAL		Registro do transcurso em 25 de novembro, do Dia Internacional Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, bem como apoio a todas as mulheres vítimas da violência. Senadora Angela Portela.	135
Elogios ao empenho do governo do Estado do Acre para estimular o desenvolvimento sustentável da região e ao grande trabalho para a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Senador Anibal Diniz.	84	Registro do Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, oportunidade em que defende o reforço dos instrumentos para combater a violência doméstica e familiar, como a Lei Maria da Penha. Senadora Ana Rita.....	236
Avaliação do sucesso da política do governo do Estado da Bahia, de atração de investimentos e instalação da base de geração de energia eólica para continuar estimulando o crescimento e a diversidade da atividade econômica da região. Senador Walter Pinheiro.	234	Elogios à XXI Conferência Nacional dos Advogados do Brasil (OAB), realizada na capital do Estado do Paraná, que teve como premissa a democracia no País. Senador Alvaro Dias.....	251
Expectativa com o julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral, no dia 29 de novembro de 2011, da ratificação ou não, da cassação do governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, que usou de mecanismos para fraudar a eleição. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	246	Congratulações à iniciativa da editora Abril e às empresas que foram destacadas pelas revistas <i>Você S/A</i> e <i>Exame</i> no guia “As melhores empresas para você trabalhar”, em especial a Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense, situada no Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia. Senador Ivo Cassol.	310
GOVERNO FEDERAL		HOMENAGEM PÓSTUMA	
Críticas ao interesse do governo na prorrogação da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Senador Alvaro Dias.....	64	Homenagem de pesar pelo falecimento da ativista das causas humanitárias, sociais e ambientais, Danielle Miterrand, viúva do ex-presidente francês François Miterrand. Senador Jorge Viana.....	279
Congratulações e apoio a iniciativa do governo brasileiro de proibir o uso de cigarros, charutos em ambientes fechados. Ao mesmo tempo, cobranças para a erradicação do analfabetismo, do trabalho infantil, da exploração sexual de menores, da corrupção e outras formas de ineficiência social existentes no Brasil. Senador Cristovam Buarque.	89	Homenagem de pesar pelo falecimento do coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST) em Mato Grosso do Sul, Doutor Egídio Brunetto. Senador Delcídio do Amaral.....	305
Elogios às políticas públicas do governo da presidente Dilma Rousseff de defesa e proteção da mulher, em especial, no combate à feminização da pobreza. Destaque para o lançamento da ampliação da Central de Atendimento à Mulher, o “Ligue 180”, destinado às mulheres vítimas de violência que residem em outros países. Senador Ana Rita.	236	LEGISLAÇÃO PENAL	
Denúncia de irregularidades praticadas pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi e pelo ministro das Cidades, Mário Negromonte. Senador Alvaro Dias.	251	Defesa da proposta de alteração do Código de Processo Penal, aprovada no Senado Federal, em dezembro de 2010. Senador Vicentinho Alves.	247
		LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	
		Defesa dos direitos e interesses dos brasileiros que trabalham em representações diplomáticas e consulares estrangeiras, sediadas no Brasil, que não cumprem as relações trabalhistas, conforme	

			III
	Pág.		Pág.
denúncia do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty). Senador Paulo Paim.....	74	Cobrança de uma política de fronteira que estimule o desenvolvimento econômico e social nos estados fronteiriços do Brasil. Senador Delcídio do Amaral.....	305
PARECER		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Parecer nº 1.312, de 2011 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, do senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1975, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008). Senador Eduardo Suplicy.	93	Apelo ao governo federal para que sejam realizadas melhorias nas rodovias do Estado da Bahia. Senador João Durval.....	53
Parecer nº 1.313, de 2011 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, do senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1975, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008). Senador Cícero Lucena.	99	Denúncia de irregularidades, por parte do governo do Estado de Roraima, na gestão dos recursos públicos destinados às rodovias federais e estaduais da região, defendendo que o governo federal assuma a execução das obras. Senador Mozarildo Cavalcanti...	70
Parecer nº 1.314, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Requerimento nº 1.376, de 2011, do senador Flexa Ribeiro, que requer autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da junta diretiva, que ocorrerá no Panamá e comunica que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011. Senadora Ana Amélia.....	223	Considerações sobre o relatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do ano de 2010, recebido no gabinete de Sua Excelência, que confirma o importante papel da empresa na fixação de normas referentes à prestação de serviços e à assistência material aos usuários do transporte aéreo. Senador Romero Jucá.....	125
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Comentários e elogios à pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que avalia a situação das rodovias brasileiras. Apelo às autoridades de transporte do governo federal para que se empenhem na duplicação da malha rodoviária do País, como forma de reduzir os acidentes de trânsito, como o ocorrido na BR-364, que provocou a morte de 9 pessoas. Senador Valdir Raupp.	300
Defesa da necessidade de investimento em infraestrutura como forma de impulsionar o desenvolvimento do País. Elogios ao empenho do governo no sentido de acelerar os processos necessários à consolidação de uma infraestrutura adequada as necessidades nacionais. Senador Antonio Russo.	274	Denúncia da falta de gestão e do precário funcionamento da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) nos aeroportos brasileiros. Cumprimentos ao ministro dos Transportes pela exoneração do superintendente do Departamento Nacional de Trânsito (DNIT), no Estado de Rondônia, José Ribamar Oliveira, acusado de irregularidades nas obras executadas na região. Senador Ivo Cassol.	310
Comentário sobre a entrevista do diretor do Instituto de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Jorge Abrahão, na qual explica como o investimento em educação pode contribuir de forma essencial para o desenvolvimento econômico e social do País. Senador Paulo Paim.....	288	POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
		Considerações sobre o debate e os avanços acordados no Senado Federal para a aprovação, na Comissão de Meio Ambiente, do novo Código Florestal Brasileiro. Senador Rodrigo Rollemberg....	54
		Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. Senador Blairo Maggi.	56
		Satisfação pela participação de Sua Excelência do debate no Senado Federal para a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. Defesa de investimento do governo na recuperação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e no estímulo da tecnologia e biotecnologia no País. Senador Blairo Maggi.	57

	Pág.		Pág.
Aparte ao senador Blairo Maggi. Senador Rodrigo Rollemberg.....	58	América do Sul (Intersul), que busca identificar uma política macroeconômica estimuladora dos países da América do Sul. Senador Roberto Requião.....	276
Agradecimentos a todos que contribuíram para a produção e aprovação do novo texto do Código Florestal. Senador Romero Jucá.	60	Considerações sobre o “Consenso do Rio”, documento de autoria do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul), que propõe ideias gerais para uma política macroeconômica estimuladora do desenvolvimento dos países da América do Sul. Apresentação de projeto de lei com o objetivo de conceder incentivos aos países emergentes. Senador Paulo Paim.....	288
Esclarecimentos sobre o novo Código Florestal aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Defesa de empenho dos governos federal e estadual para a implementação da nova legislação. Senador Jorge Viana.....	61		
Apresentação de emenda de autoria de Sua Excelência, que propõe ao novo Código Florestal a redução da reserva legal no Estado de Rondônia, atendendo uma solicitação da senadora Angela Portela. Senador Anibal Diniz.....	84	POLÍTICA FISCAL	
Satisfação pela aprovação do código florestal pelas comissões permanentes do Senado Federal. Senadora Angela Portela.....	135	Reflexão acerca do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2011, que reduz a zero a alíquota interestadual dos produtos importados, restringindo a autonomia dos estados, mantendo apenas o monopólio do governo federal. Defesa de ampliação do debate sobre a matéria. Senador Ricardo Ferraço.....	317
Expectativa da aprovação do relatório do Código Florestal no plenário do Senado Federal. Voto de solidariedade e elogio ao trabalho do relator, senador Jorge Viana. Senador Anibal Diniz.	244	POLÍTICA INDIGENISTA	
Aparte ao senador Anibal Diniz. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	245	Cobrança de ação mediadora, por parte do ministro da Justiça, para a pacificação dos conflitos entre tribos indígenas e comunidades quilombolas no processo de demarcação das terras indígenas no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Ana Amélia.....	232
Aparte ao senador Anibal Diniz. Senadora Ana Amélia.	245	Preocupação com os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. Defesa de empenho do governo, em especial o ministro da Justiça, para solucionar os conflitos indígenas na fronteira do estado com o Paraguai. Senador Delcídio do Amaral.....	305
Agradecimentos a todos que contribuíram para a inclusão, no novo Código Florestal, da necessidade de atender os estados da Região Norte, da Região Amazônica, que possuem grandes áreas de preservação ambiental, permitindo a redução da reserva legal. Senadora Angela Portela.	249	Aparte ao senador Delcídio do Amaral. Senador Ivo Cassol.....	307
Aparte a senadora Angela Portela. Senador José Pimentel.	249		
Elogios a todos os envolvidos na elaboração do novo Código Florestal, que é de grande importância para o futuro da produção no campo brasileiro e para a preservação ambiental. Senador Antonio Russo.....	274	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Expectativa com a aprovação do Código Florestal no Senado Federal. Senador Delcídio do Amaral.	305	Registro do debate que está ocorrendo no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para apreciar itens e compromissos partidários com o povo brasileiro. Senador Romero Jucá.....	241
Expectativa com o debate para a aprovação do Código Florestal no plenário do Senado Federal. Senador Ivo Cassol.	310	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
POLÍTICA EXTERNA		Reiteração da necessidade de o governo se responsabilizar e solucionar a situação dos aposentados do Fundo de Pensão do Instituto de Seguridade Social (Aerus), que se encontram em greve de fome. Senador Paulo Paim.	288
Antecipação do pronunciamento que Sua Excelência fará na reabertura do Parlamento do Mercado Comum do Sul (Parlasul), no Uruguai. Apresentação do documento proposto pelo Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da			

	Pág.	V	Pág.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011 (nº 7.579/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que cria cargos na carreira de diplomata, altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 e cria cargos de oficial de chancelaria.	117		
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2011, que acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e isenta do Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI) a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos. Senadora Kátia Abreu.	114		
Projeto de Lei do Senado nº 705, de 2011, que altera o art. 53 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas -, para prever a possibilidade de exercício da ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operação de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita, independentemente de autorização judicial e oitiva do Ministério Público. Senador Pedro Taques.....	229		
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 1.438, de 2011, que solicita seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Projeto de Lei nº 125, de 2010, tendo em vista que a proposta estabelece a obrigação do produtor nacional ou importador de veículos inserir em manual do proprietário relação de peças que compõem o veículo, sendo necessário a avaliação dos custos da referida ação para as empresas do setor. Senador Armando Monteiro. ..	116		
Requerimento nº 1.439, de 2011, que solicita que sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania além da comissão constante do despacho inicial de distribuição. Senador Francisco Dornelles.	228		
Requerimento nº 1.440, de 2011, que solicita que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de			
2011, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos além da comissão constante do despacho inicial de distribuição. Senador Francisco Dornelles.		229	
Requerimento nº 1.441, de 2011, que solicita esclarecimentos sobre os contratos celebrados entre a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde (SSIS) do Senado Federal e organizações prestadoras de serviços de saúde privada, gerando o custo adicional de R\$ 66,1 milhões no atendimento à saúde de senadores e servidores, não obstante a existência do serviço médico do próprio Senado. Senador Ricardo Ferraço.....		320	
SAÚDE			
Defesa da votação imediata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que define recursos que cabem a cada ente da Federação, para a manutenção da qualidade dos serviços de saúde pública no Brasil. Senador Alvaro Dias. .		64	
Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.....		66	
Análise da situação da saúde pública do Brasil, manifestando apoio pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que determina a aplicação de recursos, por parte da União Federal, Estados e Municípios, na saúde. Senador Eduardo Amorim.....		302	
SEGURANÇA PÚBLICA			
Análise sobre a violência e o sistema prisional brasileiro. Senador Vital do Rêgo.....		314	
SENADO FEDERAL			
Defesa de urgência na apreciação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome da ministra Rosa Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF), possibilitando que o Projeto Ficha Lima possa ser votado. Senador Pedro Simon.		87	
Pedido aos líderes e à Mesa Diretora para que seja lido, no dia 29 de novembro, o relatório final do novo Código Florestal, com vista a sua votação no plenário do Senado Federal. Senador Blairo Maggi.....		295	
Aparte ao senador Blairo Maggi. Senador José Pimentel.....		296	
Aparte ao senador Blairo Maggi. Senador Valdir Raupp.		296	
Aparte ao senador Blairo Maggi. Senador Mozarildo Cavalcanti.		297	

Ata da 215ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 25 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Waldemir Moka, Paulo Paim e Aníbal Diniz

(Inicia-se a sessão às 09 horas e 1 minuto e encerra-se às 12 horas e 51 minutos.)

É o seguinte o registro de Comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

215ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 9 HORAS

Período : 25/11/2011 07:14:34 até 25/11/2011 20:29:54

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X						
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X						
PT	RJ	LINOBERGH FARIAS	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						

Compareceram: 29 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos de Ministros de Estado:

– **Nº 409, de 22 de novembro de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.147, de 2011, de informações, do Senador Vital do Rêgo;

– **Nº 2.568, de 23 de novembro de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 1.105, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 124, de 23 de novembro de 2011**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento nº 1.104, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 263, de 2011**, na origem, do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 263/2011/AJU

Brasília, 10 de novembro de 2011

Assunto: Projeto de Lei nº 3.443/08 (PLS 209/2003) – Alteração da Lei nº 9.613/98.

Senhor Presidente,

Com a satisfação em cumprimentá-lo, encaminho a V. Exa manifestação do Conselho Pleno desta Entidade acerca do Projeto de Lei nº 3.443/08 (que se originou do PLS nº 209/2003), que propõe alteração na Lei nº 9.613/98 objetivando ampliar mecanismos de controle de operações e serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas.

A propósito, levo a V. Exa a preocupação da advocacia brasileira sobre a proposta de alteração legislativa em comento, notadamente pela quebra de sigilo que garante o múnus da advocacia, nos termos do art. 133 da Carta da República e da legislação específica (Lei nº 8.906/94).

Assim, solicito sejam envidados esforços por essa Casa Legislativa para fins de proposição de Emenda de Redação com o escopo de preservar, no âmbito da tramitação do PL em referência, a legislação específica, sugerindo a seguinte redação:

‘Art. 9º – Sujeitam-se às obrigações referidas nos arts. 10 e 11 as pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, ressalvado o sigilo tratado em legislação específica.’

Diante do exposto e certo de contar com a atenção dessa Casa sobre a preocupação da advocacia, despeço-me e renovo protestos de estima e consideração

Atenciosamente, – **Ophir Cavalcante Junior**, Presidente.

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Processo nº 2007.19.01978-01.

Órgão Julgador: Conselho Pleno.

Origem: Conselheiro Federal Tércio Lins e Silva.

Assunto: Crimes de Lavagem de Dinheiro. Projeto de Lei.

Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP).

RELATÓRIO

Cuida-se de indicação do eminente Conselheiro Federal Tércio Lins e Silva acerca de projetos de lei em trâmites no Congresso Nacional que dizem respeito a alterações na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

Destaca o insigne proponente que, em 27 de março de 2007, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o texto substitutivo a quatro projetos de lei que tratam dos crimes de lavagem de dinheiro, e elenca o que denomina de "preocupantes alterações aprovadas pela comissão", *verbis*:

- a) a ampliação de 10 para 18 anos da pena máxima aplicável aos condenados pelo crime de lavagem de dinheiro;
- b) nos casos em que presentes os requisitos da prisão preventiva pela prática do crime de lavagem de dinheiro, o réu não poderá mais obter liberdade provisória mediante fiança e nem poderá apelar em liberdade, ainda que seja primário e tenha bons antecedentes;
- c) a multa máxima aplicável às empresas que não cumprirem exigências legais para facilitar a apuração do ilícito de lavagem de capitais passa de R\$ 200 mil para R\$ 20 milhões;
- d) com relação às pessoas investigadas pelo crime de lavagem de dinheiro, o Ministério Público e a autoridade policial passarão a ter acesso direto a suas informações cadastrais mantidas pela Justiça Eleitoral, companhias telefônicas, instituições financeiras, empresas de cartão de crédito e provedores de internet, independente de autorização judicial.

Remetidos os autos à Assessoria Legislativa para instrução, acostaram-se aos presentes autos 6 (seis) projetos de lei que se conectam com o tema, quais sejam:

- **Projeto de Lei nº 3.443, de 2008** – Ementa: Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Autor: Senado Federal – Antonio Carlos Valadares – PSB/SE. Proposição Originária: PLS-209/2003;

- **Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007** – Ementa: Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. Autor: SENADOR – Demóstenes Torres;
- **Projeto de Lei nº 1.710, de 2007** – Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade. Autor: Senado Federal. Proposição Originária: PLS – 163/2007;
- **Projeto de Lei nº 1.290, de 2007** – Ementa: Altera o art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Autor: Senado Federal – Pedro Simon – PMDB/RS. Proposição Originária: PLS-79/2005;
- **Projeto de Lei nº 124, de 2003** – Ementa: acrescenta alíneas ao inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre prisão temporária. Autor: Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ;
- **Projeto de Lei nº 6.917, de 2002** – Ementa: Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que "Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências", relativamente ao prazo de prescrição dos delitos de que trata a referida Lei. Autor: Pedro Fernandes – PFL/MA.

Vieram-me estes autos, em redistribuição, em 30/11/2010, ocorrendo o encaminhamento físico efetivo aos 2 de dezembro último passado.

Do essencial, é o relatório.

VOTO

Inicie-se por sublinhar que, segundo informes da Assessoria Legislativa desta Casa, das quatro proposições que renderam ensejo à presente, três foram arquivadas no Senado Federal, quais sejam: PLS 48/2005, PLS 193/2006 e PLS 225/2006.

O PLS 209/2003, objeto desta Indicação, encaminhado à Câmara dos Deputados, lá recebeu o número PL 3443/2008.

Dessume-se dos presentes autos que, através do mencionado PL, pretende-se alterar o preceito secundário do artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, elevando-se a pena a ele cominada, no seu grau máximo, para 18 anos de reclusão.

Ficaria, assim, a redação do referido preceito legal sancionatório:

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Pena: reclusão, de três a dezoito anos, e multa.

Infere-se da pretendida alteração legislativa, ainda, que, a par de recrudescer a pena privativa de liberdade infligida aos denominados delitos de “lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores”, por referida proposição, seriam passíveis de serem delitos antecedentes do branqueamento de capitais quaisquer ilícitos penais, na medida em que revoga ela os incisos I a VIII da Lei nº 9.613/98, que elencam os chamados “crimes antecedentes”: tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins; de terrorismo e seu financiamento; contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção; de extorsão mediante seqüestro; contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos; contra o sistema financeiro nacional; praticado por organização criminosa e praticado por particular contra a administração pública estrangeira (arts. 337-B, 337-C e 337-D do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal).

Pretende-se, igualmente, alterar o artigo 3º da referida lei, cuja dicção passaria a ser a seguinte:

Art. 3º Nos crime previstos nesta Lei, se estiver configurada situação que autoriza a prisão preventiva, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e nem apelar em liberdade, ainda que primário e de bons antecedentes.

O artigo 12, inciso II, do citado Diploma Legal, de outro lado, igualmente seria alterado para passar a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

II – multa pecuniária variável, de um por cento até o dobro do valor da operação, ou até duzentos por cento do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação ou, ainda, multa de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

Inova, ainda, a proposta de alteração legislativa, instituindo o artigo 17-B, cujo teor seria o seguinte:

Art. 17-B. A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

Chamam atenção, embora não tenham sido objeto da indicação do insigne ex-Conselheiro Federal TÉCIO LINS E SILVA, alguns outros aspectos do Projeto de Lei sob comento, dentre os quais, a nosso sentir, se exibem mais relevantes os seguintes:

a) o acréscimo ao inciso I do parágrafo segundo do artigo 1º da referida Lei a locução “deveria saber”, passando aludido dispositivo legal a ter a seguinte redação:

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe ou deveria saber provenientes de infração penal.

b) a inclusão do § 6º ao referido dispositivo legal, de seguinte teor:

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo¹, não se lavrará termo nos autos da negociação autorizada pelo juiz e referendada pelo Ministério Público, devendo constar de termo separado e mantido sob sigilo.

c) a alteração da redação do artigo 4º, e § 1º, que passariam a dispor o seguinte:

Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes de

¹ Que trata da delação premiada.

infração penal, poderá decretar, no curso da investigação ou da ação penal, medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, **ou existentes em nome de interpostas pessoas**, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.

§ 1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

d) inclusão do inciso XIV ao artigo 9º da Lei nº 9.613/98, ampliando o rol das denominadas “pessoas sujeitas ao mecanismo de controle”.

Pois bem.

Passemos, então, à análise, individuada, de cada uma das propostas de alteração legislativa, segundo a vertente constante da inicial da presente Indicação.

Inicie-se por aquela referente ao desproporcional, oceânico, aumento da pena máxima privativa de liberdade cominada no preceito secundário do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, para nada menos que 18 (dezoito) anos de reclusão.

Sobre a questão, nada obstante tenha com ela se manifestado concorde o Relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Baixa, Deputado Colbert Martins, sob o argumento, falacioso, *data maxima venia*, de que “enquanto não for alterado o sistema prisional brasileiro, enquanto não se aumentar o percentual mínimo de pena que deve ser cumprido antes de se pensar em progressão da pena, o único remédio de que dispomos é o aumento das penas que gerará, como consequência, mais tempo de pena privativa de liberdade”, dele dissentiu o Relator da matéria na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado daquela Casa de Leis, Deputado Federal Antonio Carlos Biscaia, que, sobre o tema, assim se pronunciou:

Neste particular, a proposição não deve prosperar, pois o simples agravamento das penas não induz à diminuição da criminalidade, o que se dá com a certeza da efetividade da aplicação da lei penal. Esta majoração da pena, portanto, deve ser suprimida.

Tal posicionamento, no aspecto específico, bem resume o quanto pensamos.

É se afastar da razoabilidade e da proporcionalidade, pretender seja fixada a pena máxima atribuível ao delito de lavagem de capitais no patamar de 18 anos de reclusão, quase dobrando-a, eis que referido delito se tornaria abstratamente mais grave do que crimes outros, previstos no Código Penal, para cujo cometimento devem concorrer violência ou grave ameaça, como roubo (art. 157 do CP), extorsão (art. 158 do CP), extorsão mediante seqüestro (art. 159 do CP) estupro (art. 213 do CP), estupro de vulnerável – vítima menor de 14 anos – (art. 217-A), aproximando-o mesmo do homicídio na sua forma *simplex*, cuja pena máxima é de 20 anos. O absurdo é manifesto!

De mais a mais, a aprovação da pretendida alteração legislativa levará ao paradoxo segundo o qual o delito de “lavagem” passaria a ser mais grave que muitos dos delitos que necessariamente o antecederiam, o que é ilógico, para se dizer o mínimo.

Veja-se, por exemplo, que do direito comparado a pena privativa de liberdade cominada para os delitos de lavagem de capitais vem fixada em parâmetros muito mais razoáveis.

Na Suíça, a pena de privativa de liberdade é de reclusão de cinco anos no máximo (cf. artigo 305 do Código Penal Suíço).

Na França, as penas são de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, conforme o caso (cf. artigo 324-1 e 324-2 do Código Penal Francês).

E, está-se, aqui, a falar do que a proposta de alteração legislativa *sub studio* denomina de “terceira geração de leis de combate à lavagem de dinheiro”.

Na Alemanha, de outro giro, a pena privativa de liberdade cominada para esse delito é de “até cinco anos de reclusão”, consoante se infere do § 261 do StGB (Código Penal alemão).

Na Espanha, a pena é de prisão de seis meses a seis anos e multa de até o triplo do valor dos bens (cf. artigo 301 do Código Penal espanhol).

Verdadeiro paroxismo punitivo – para não dizer demagógico – representa a estratosférica majoração pretendida, na medida em que a vida ainda parecer ser o bem jurídico mais relevante sob a tutela penal, embora tal circunstância pareça irrelevante e passe ao largo da tônica de alguns discursos de ocasião que, sob o pretexto de “combater a impunidade”, propugnam desabridamente o aumento das penas, a diminuição do número de recursos no processo penal brasileiro (levada ao arroubo nos últimos tempos), e a flexibilização ou mesmo eliminação das fórmulas que consubstanciam garantias fundamentais do cidadão.

A cominação de penas privativas de liberdade em níveis megalômanos, como medida de prevenção geral negativa, definitivamente, não é solução para a redução da criminalidade.

O mesmo raciocínio se aplica à pretendida majoração para R\$ 20.000.000,00 da multa aplicável às pessoas referidas no artigo 9º da Lei nº 9.613/98, que não cumprirem exigências legais para facilitar a apuração do delito de “lavagem de capitais”, mesmo porque referida sanção pecuniária é medida alternativa àquela já prevista no mesmo dispositivo, qual seja: 200% do lucro líquido obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação. Tal medida de caráter punitivo, a meu ver, atende plenamente os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, afigurando-se uma verdadeira excrescência o aumento pretendido.

Em retorno à legislação comparada, tem-se que em Países como Suíça, por exemplo, a pena pecuniária cominada cumulativamente àquele que se vir condenado pelo crime de “blanchissage d’argent”, nos casos mais graves, é de “multa de um milhão de francos no máximo” (cf. artigo 305 do Código Penal Suíço).

Na França, de outro lado, inflige-se multa de 375.000 ou 750.000 euros, respectivamente, conforme o caso (cf. artigo 324-1 e 324-2 do Código Penal Francês).

Na Espanha, apena-se com multa de até o triplo do valor dos bens (cf. artigo 301 do Código Penal espanhol).

De outro bordo, a impossibilidade de o acusado, mesmo que primário e de bons antecedentes, recorrer em liberdade ou obter liberdade provisória ainda que mediante arbitramento de fiança, caso configurada situação que autoriza a prisão preventiva, configura, a meu sentir, verdadeiro retrocesso a tempos obscuros, de tirania e opressão, outrora vividos neste País, eis que se estaria a restabelecer a obrigatoriedade da referida modalidade de custódia cautelar, além da imposição de prisão para se exercer o direito de recorrer de uma decisão judicial.

Sabido é que as prisões provisórias e desnecessárias se mostram odiosas aos olhos dos homens livres, contrárias aos princípios liberais que informam o processo penal.

Parece que o PL ignora a dramática situação carcerária do País (contam-se 500 mil presos nos dias de hoje) e a necessidade imperiosa de ser reservar a prisão cautelar para os casos de violência grave, desprezando o princípio de que a liberdade é a regra, segundo a ordem constitucional, privilegiando uma ótica draconiana que não pode ser justificada, mesmo porque não há exegese contra o espírito da Constituição e contra o bom senso.

Repercute no instituto da liberdade durante o processo, sem dúvida, a consagração constitucional do princípio humanitário da presunção de inocência, óbvios, pois, a excepcionalidade e o caráter de medida extrema da prisão a descoberto de condenação passada em julgado.

A alteração legislativa que aqui se pretende, registre-se, é ainda mais arbitrária, *data venia*, que o quanto vinha preconizado no artigo 594 do Código de Processo Penal (redação original), concebido nas trevas do Estado Novo, que, embora proibisse o

recurso em liberdade, em razão de modificação posterior, passou a admiti-lo para os acusados primários e de bons antecedentes... No PL em referência, nem isso...

Sublinhe-se, por relevante, e de outro bordo, que referido dispositivo legal, que o PL sob comento pretende ressuscitar, com tintas ainda mais fortes, foi revogado, em boa hora pela Lei nº 11.719/08.

Por derradeiro, a recém promulgada lei nº 12.403/11, que promoveu significativas e oxigenadoras alterações na legislação processual penal no que se refere às medidas cautelares, reservou a prisão preventiva, como *ultima ratio*, aos casos extremos, não se exibindo coerente, para se dizer o mínimo, o que aqui se pretende para os denominados crimes de “lavagem de dinheiro”. A tutela jurídico-penal de bens relevantes como a vida, a liberdade pessoal, sexual, e outros cujo cometimento pressupõe violência não pode ficar, na escala axiológico-repressiva abaixo da proteção dessa “ordem econômica e tributária”, moderno fetiche do legislador brasileiro dos últimos tempos, mas que se inspira na doutrina de segurança do Estado da América do Norte, exportada para o Mundo... Nada temos a ver com a segurança nacional americana, nem são nossos os seus ditos inimigos, pelo que aqui não se justificam as exaltações de valores que nos são estranhos, muito menos o *Patriotic Act*, editado no Governo do Sr. George W. Bush merece se mimetizado entre nós... Nem é da índole do Estado brasileiro ordenar assassinato de pessoas, consideradas desafetas ou ameaçadoras, além fronteiras...

Nesse diapasão, também sobre o acesso direto às informações cadastrais – que informam qualificação pessoal, filiação e endereço – mantidas pela Justiça Eleitoral,

companhias telefônicas, instituições financeiras, administradoras de cartão de crédito e provedores de internet, independente de autorização judicial, por parte de membros do **Ministério Público** e **autoridades policiais**, tenho que tal proposição é manifestamente afrontosa à *Lex Legum*, que nos seu artigo 5º, inciso X, pontifica que:

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Como se vê, sob a ótica

constitucional, não se revela válida a obtenção de informes de qualquer cidadão, dados estes inegavelmente acobertados por sigilo, sem que haja prévia autorização emanada do Poder Judiciário! O Estado de Direito exige o controle jurisdicional de excepcionamentos da garantia de privacidade.

Aliás, a propósito, escoreitamente já decidiu o STJ, que os dados cadastrais **dizem respeito à intimidade e revestem-se de sigilo, garantido constitucionalmente, e só são passíveis de serem violados, repita-se ainda uma vez, através da indispensável autorização judicial.**

Não me parece lícito, pois, que agentes de investigação ou de qualquer outro órgão persecutório, possam invadir seara particular, para alcançar dados pessoais e cadastrais de qualquer pessoa, em qualquer repartição (particular ou pública), sem o crivo do Judiciário. O controle de todos os atos devem passar pelo crivo jurisdicional ou não se vive o Estado Democrático de Direito.

Peço licença para transcrever julgado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que bem espelha o quanto aqui se pretende argumentar:

RHC - CONSTITUCIONAL -
PROCESSUAL PENAL -
INFORMAÇÕES CADASTRAIS -
SIGILO - Quando uma pessoa celebra contrato especificamente com uma empresa e fornece dados cadastrais, a idade, o salário, endereço. É evidente que o faz a fim de atender às exigências do contratante.

Contrata-se voluntariamente. Ninguém é compelido, é obrigado a ter aparelho telefônico tradicional ou celular. Entretanto,

aquelas informações são reservadas, e aquilo que parece ou aparentemente é algo meramente formal pode ter conseqüências seriíssimas; digamos, uma pessoa, um homem, resolva presentear uma moça com linha telefônica que esteja no seu nome. Não deseja, principalmente se for casado, que isto venha a público. Daí, é o próprio sistema da telefonia tradicional, quando a pessoa celebra contrato, estabelece, como regra, que o seu nome, seu endereço e o número constarão no catálogo; entretanto, se disser que não o deseja, a companhia não pode, de modo algum, fornecer tais dados. Da mesma maneira, temos cadastro nos bancos, entretanto, de uso confidencial para aquela instituição, e não para ser levado a conhecimento de terceiros.

(STJ – RHC 8.493/SP)

Eis o teor do voto condutor desse

Acórdão:

O SR. MINISTRO LUZ VICENTE CERNICCHIARO (RELATOR) Sr. Presidente, o eminente Procurador da Justiça, na sua ilustre fala, realça, instituto vem ganhando cada vez mais a preocupação dos juristas, qual seja, a da intimidade. Sem dúvida alguma, todos vivemos em sociedade. Há, pois, relacionamento constante com terceiros. Todavia, e apesar disso, continuamos indivíduo e, em face dessas considerações, temos o direito, faculdade de nos afastar da sociedade e não sermos importunados, e, desde que, nessa esfera restrita, não pratiquemos infração penal, não pode o Estado nela intervir. Aliás, tradicionalmente está na nossa Constituição -, o domicilio é o asilo inviolável do cidadão, e se costuma dizer, na literatura inglesa, que a Rainha da Inglaterra pode tudo, menos entrar na

humilde choupana do seu súdito. A intimidade vem, como foi dito, ganhando espaço a fim de preservar a própria personalidade. O homem tem direito de praticar certos atos e não ser incomodado por terceiros. A conduta dos paparazzi”, notadamente com a constante perseguição, no sentido amplo da palavra, à Princesa da Inglaterra, Lady Di, e a constante menção a fenômeno que teria ocorrido entre duas pessoas no Salão Oval da Casa Branca interessam exclusivamente as pessoas como pessoas e não como integrantes da sociedade. Há portanto, de haver reserva. A proposta de reforma do Código Penal estabelece o crime de violação da intimidade - uma pessoa ser importunada na reserva da vida íntima. Essas considerações parecem-nos próprias para este momento e para este julgamento, lembrando-se também que a literatura está

tomando posição a respeito de política urbana, especificamente em Londres, onde são colocados televisores, chamados “pardais”, nas ruas, para flagrar autores de crimes ou de fatos anti-sociais. A própria literatura inglesa estabelece ser possível que uma pessoa, ao sair do interior da sua intimidade e seguir para a via pública, passar a ser sócio e não indivíduo. Consequentemente, deve, no seu relacionamento, obrigações à própria sociedade. Não é possível, entretanto, aquelas câmeras de alto alcance ingressarem no interior do domicílio.

No caso concreto, o tema se encerra em saber: quando uma pessoa celebra contrato especificamente com uma empresa e fornece dados cadastrais, a idade, o salário, endereço. É evidente que o faz a fim de atender às exigências do contratante. Contrata-se voluntariamente. Ninguém é

compelido, é obrigado a ter aparelho telefônico tradicional ou celular. Entretanto, aquelas informações são reservadas, e aquilo que parece ou aparentemente é algo meramente formal pode ter conseqüências seríssimas; digamos, uma pessoa, um homem, resolva presentear uma moça com linha telefônica que esteja no seu nome. Não deseja, principalmente se for casado, que isto venha a público. Dai, é o próprio sistema da telefonia tradicional, quando a pessoa celebra contrato, estabelece, como regra, que o seu nome, seu endereço e o número constarão no catálogo; entretanto, se disser que não o deseja, a companhia não pode, de modo algum, fornecer tais dados. Da mesma maneira, temos cadastro nos bancos, entretanto, de uso confidencial para aquela instituição, e não para ser levado a conhecimento de terceiros. Não me impressiona a afirmação trazida pelo douto voto no acórdão, que alias é unânime, de

que se trata de dado meramente objetivo, e que a recusa irá prejudicar o desenvolvimento do inquérito policial. A preservação da intimidade é necessária. Não há absolutamente nenhuma incursão no conteúdo das mensagens; caso contrário, temos uma lei específica para este ponto. Entendo, o tema diz respeito à intimidade. Esta é inviolável, enquanto eu recusar a fornecer meu endereço a alguém, e desde que com isso não traga prejuízo para a sociedade, e tal não seja, portanto, ato ilícito, tenho direito de impedir, ainda quando forneço como exigência para celebrar um contrato, que o contratante não o participe a terceiros.

Em razão dessas considerações, acompanhando, inclusive, a douta manifestação oral do Dr. César, que hoje enriquece o Ministério Público com sua presença nesta sessão, dou provimento ao recurso.

Complementou-o o Ministro
HAMILTON CARVALHIDO, para deixar decidido que:

Sr. Presidente, V. Exa. dá provimento ao recurso para quê? Esse esclarecimento me escapou no início do julgamento, pois trata-se de um tema inquietante, notadamente num tempo como o que estamos vivendo, em que flagrantemente, constantemente são violados direitos da pessoa humana, principalmente a intimidade. Penso que essas empresas que assim contratam, este e outros tipos de contrato, de posse de informações reservadas de clientes, não raro divulgam esses dados, não, para fins de inquérito policial, mas para outros fins que têm servido à provocação até de alguns escândalos, que depois se apresentam sem fundamento.

A luz do entendimento de que quanto mais aperfeiçoamos a disciplina dos direitos humanos,

mais responderemos às requisições do nosso tempo de preparar o advento de um novo milênio, voto dando provimento ao recurso para que se conceda a ordem. Gostaria apenas de enfatizar que o faço na certeza de que o que se colocou foi a condição da autorização judicial. Parece-me que neste caso, notadamente quando a regra constitucional da inviolabilidade das próprias conversações telefônicas, até por consequência ou por repercussão, essa garantia de se fazer passar pelo crivo do Judiciário, essa autorização é salutar em obséquio dos direitos humanos.

Os dados cadastrais, assim, dizem respeito à privacidade, que assegura a intimidade, a integridade e a indevassabilidade da pessoa humana. São conquistas sagradas, que devem ser preservadas e revestem-se de sigilo, garantido constitucionalmente, que só são passíveis de serem violados, reafirme-se, através da indispensável autorização judicial.

O já aludido dispositivo constitucional (artigo 5º, inciso XII), aliás, é de clareza solar, quanto preconiza que “é inviolável o sigilo [...] de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na

forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

A propósito do tema, o Excelso Supremo Tribunal Federal já se pronunciou. Colacione-se o voto do Ministro MARCO AURÉLIO, proferido no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.729-4 desse STF:

Ninguém coloca em dúvida os objetivos institucionais do Ministério Público. Todavia, a teor da regra insculpida no inciso VI do artigo 129 em comento, cumpre-lhe, tão-somente, requisitar informações e documentos visando a instruir quer os procedimentos administrativos, quer os inquéritos policiais. Ora, existente norma legal impondo o sigilo de dados, descabe concluir que a órgão do Ministério Público, ou seja, a profissional que o integre, é assegurado o acesso, em nome do Órgão, às informações protegidas pelo sigilo. A teor do inciso XII do rol das garantias constitucionais – ainda que se despreze a expressão limitativa “no último caso”, para

muitos ligada apenas às comunicações telefônicas – o afastamento da inviolabilidade quanto aos dados pressupõe ordem emanada de órgão investido do ofício judicante.

...

No caso dos autos, consoante esclarecido, os dados objeto da requisição do Ministério Público tiveram em mira não a investigação criminal ou a instrução processual penal, mas instrumentalizar processo administrativo em curso. Difícil é conceber, em face à regra excepcionadora do sigilo de dados contida no inciso XII do artigo 5º da Carta, vinculada que se encontra a ordem judicial, e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, seja viável, constitucionalmente, a possibilidade de órgão do Ministério Público, pouco importando a hierarquia, vir a afastá-lo. Nem por isso é dado dizer que fica inviabilizada a atuação salutar do Ministério

Público. A ordem jurídico-processual contempla medidas preparatórias e estas podem ser requeridas quando indispensável o acesso, pelo Órgão, a determinadas informações que a Carta da República agasalha como sigilosas, o mesmo ocorrendo quanto à legislação específica. **No particular, tenho que o § 2º do artigo 8º da Lei Complementar nº 75, de 1993, não coabita o mesmo teto dos incisos X e XII do rol das garantias constitucionais,** no que revela que nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação do registro, do dado ou documento que lhe seja fornecido. A preservação de dados ocorre considerada a órbita daquele que a detém, **somente sendo afastável, repita-se, via ato emanado, em processo próprio,**

do órgão investido do ofício judicante. Conforme salientado em decisão monocrática pelo Ministro Celso de Mello, com alusão ao que decidido por esta Corte na petição nº 77, *concernente a certa questão de ordem, “a quebra do sigilo bancário – ato que se reveste de extrema gravidade jurídica – e cuja prática pressupõe, necessariamente, a competência do órgão judiciário que a determina – só deve ser decretada, e sempre em caráter de absoluta excepcionalidade, quando existentes fundados elementos de suspeita, que se apóiem em indícios idôneos, reveladores de possível autoria de prática delituosa por parte daquele que sofre a investigação penal realizada pelo Estado”* (reclamação nº 511-9, cuja decisão foi prolatada em 20 de outubro de 1994).

Em última análise, tenho que o sigilo bancário está sob a proteção do disposto nos incisos X e XII do artigo 5º da Constituição Federal. Entendo que somente é possível afastá-lo por ordem judicial. Assim, tenho o disposto no § 2º do artigo 8º da Lei Complementar nº 75, de 1993, como inconstitucional.

Concedo a ordem para, tornando definitiva a liminar, eximir o Banco impetrante do fornecimento dos dados que lhe foram requisitados pelo Ministério Público.

É o meu voto.

(STF – HC nº 21.729-4, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – grifamos)

No mesmo sentido:

PRIVACIDADE - SIGILO DE DADOS - REGRA E EXCEÇÃO. A regra, constante do rol constitucional de garantias do cidadão, é a manutenção de privacidade, cujo afastamento corre à conta da exceção. DECISÃO JUDICIAL - FUNDAMENTAÇÃO - SIGILO DE DADOS - AFASTAMENTO. O princípio da vinculação resulta na

necessidade imperiosa de os pronunciamentos judiciais serem fundamentados. Implicando o afastamento de garantia constitucional - intangibilidade de dados relativos à pessoa -, indispensável é a análise dos parâmetros do caso concreto, fundamentando o Estado-Juiz a decisão.

(STF, HC nº 86094/PE)

Há, ainda, alguns aspectos de suma importância no Projeto de Lei em referência, que merecem especial atenção deste Egrégio Conselho Federal, nada obstante não tenham sido objeto específico da presente indicação. Serão aqui objeto de abordagem, ainda que de forma sucinta e breve.

Dentre eles, destaco a pretensão de não se elencarem os crimes antecedentes na definição dos chamados delitos de branqueamento de capitais, o que me parece de todo desarrazoado.

De fato, pretende-se derogar o artigo 1º d Lei nº 9.613/98, para que passe ele a ter a seguinte redação:

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Ora, infração penal é conceito amplo, que compreende, e.g., delitos de menor potencial ofensivo (inclusive crimes de bagatela), assim definidos na Lei nº 9.099/95, além

das contravenções penais contempladas no Decreto-lei nº 3.688/41, sendo certo que “crimes de lavagem de dinheiro” dizem – ou deveriam dizer – respeito a delitos de especial gravidade, como são aqueles taxativamente arrolados na Lei 9.613/98, ora em vigor, *verbis*:

I - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II - de terrorismo e seu financiamento;

III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV - de extorsão mediante seqüestro;

V - contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI - contra o sistema financeiro nacional;

VII - praticado por organização criminosa;

VIII - praticado por particular contra a administração pública estrangeira (arts. 337-B, 337-C e 337-D do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal).

De outra parte, não é toda e qualquer infração penal que pode se subsumir, como é curial, ao delito de lavagem de dinheiro, dele configurando crime antecedente.

Salutar, assim, que se permaneça com um rol “taxativo”² (*numerus clausus*) dos denominados delitos antecedentes àquele de lavagem de capitais como, aliás, se verifica em países como Alemanha, Portugal, Espanha³ e Itália.

Assim, quer me parecer, devamos nós, no Brasil, mantermos a tipificação dos delitos de branqueamento de capitais àquele rol de crimes elencados no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

² Justificam-se as aspas na medida em que o conceito de organização criminosa – que não encontra definição na legislação pátria –, de que trata, por exemplo, o inciso VII, da legislação em vigor, é de inegável amplitude.

³ São antecedentes os delitos considerados “graves”.

Há, ainda, a questão da alienação antecipada de bens de que cuida o PL aqui em discussão e a possibilidade de se decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, de que trata o artigo 4º e seu § 1º, além da integralidade do artigo 2º do mencionado PL.

Aludida alienação antecipada de bens exhibe-se, s.m.j., inconstitucional, na medida em que afronta o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal, conjugados com o direito de propriedade, todos previstos na Carta Política no artigo 5º, incisos LVII, LIV e XXII, respectivamente.

Poder-se-ia argumentar que, em caso de absolvição o valor correspondente à prévia alienação seria restituído ao acusado, com as devidas correções. Mas e se, por exemplo, o bem for infungível? Como ficaríamos?

Por outro lado, falar-se em medidas assecuratórias de natureza cautelar e possível alienação antecipada de bens, direitos e valores "existentes em nome de terceiras pessoas", além da inconstitucionalidade antes referida, me parece verdadeira temeridade.

Não se olvide, ainda, do acréscimo ao inciso I do parágrafo segundo do artigo 1º da referida Lei a locução "deveria saber", *verbis*:

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe ou deveria saber provenientes de infração penal.

Aqui, pretende a proposta de alteração legislativa impor o paradoxo segundo o qual se apena o crime culposo (representado pela locução “deveria saber”), com a mesma sanção imposta ao delito na sua forma dolosa...

A deficiência técnico-legislativa, como se vê, é manifesta.

Há, ainda, a pretendida inclusão do § 6º ao referido dispositivo legal, cujo teor é o seguinte:

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo⁴, não se lavrará termo nos autos da negociação autorizada pelo juiz e referendada pelo Ministério Público, devendo constar de termo separado e mantido sob sigilo.

Referido dispositivo – não são necessários maiores esforços exegéticos – fere de morte os princípios constitucionais da defesa ampla e do contraditório, insculpidos no artigo 5º, inciso LV, da Carta Constitucional.

Vale, a propósito, reproduzir o lapidar do voto do eminente Ministro MARCO AURÉLIO nos autos da ordem de *habeas corpus* nº 90.688 do Pretório Excelso:

Reafirmo o que venho sustentando sobre a delação premiada. É instituto que fica, no processo-crime, sujeito ao crivo do Estado-juiz, referindo-se a norma legal a co-autores e, portanto, a ação

⁴ Que trata da delação premiada.

penal em curso contra réus diversos. Descabe, fora dos autos de investigação ou do processo-crime, cogitar de instrumento. Então, o que se deve dizer quando, presente a participação de magistrado e de integrantes do Ministério Público, não se conhece ao menos a identidade destes últimos?

A leitura das denúncias que desaguarão nas ações penais não revela realmente menção a acordo de delação premiada. O mesmo não ocorre, entretanto, no tocante às sentenças condenatórias prolatadas.

A que se encontra às folhas 52 e seguintes, relativa à Ação Penal nº 2005.70.00.029545-0, alude a acordo de colaboração em que Antonio Celso Garcia comprometeu-se a cooperar na coleta de provas acerca de ilícitos dos quais haveria participado ou teria conhecimento, alguns

envolvendo o paciente (folha 58).

É certo que, a seguir, apontou-se que, em momento algum, a delação de Tony foi tida como prova suficiente a amparar qualquer denúncia ou medida restritiva contra o paciente.

Todavia, a partir das informações colhidas mediante o citado acordo – por sinal formalizado à margem da ordem jurídica, porque não foi em autos de investigação, nem em processo-crime –, passou-se as investigações, estando indicado a folha 59 a realização pelo próprio Ministério Público Federal.

Às folhas 78 e seguintes, também há referência a acordos de delação premiada, a requerimento da defesa no sentido de que fossem anexados. Em síntese, o quadro direciona a pressupor se existente o elo entre o que contido no acordo de delação premiada e as denúncias ofertadas, muito embora destas não conste linha

sobre o instituto, talvez até para evitar comprometimento.

Entendo presente o interesse da defesa em conhecer não só aqueles que subscreveram o citado acordo de delação premiada como também o teor desta, visando mesmo a oposição quanto ao que asseverado na denúncia. O acordo não pode servir para a persecução criminal e ficar a margem do conhecimento da defesa.

Acompanho o relator no que conhece parcialmente a impetração, afastando a possibilidade de apreciar o tema que o Superior Tribunal de Justiça não examinou. Acompanho-o na parte em que, com o endosso da ministra Carmen Lúcia e do ministro Carlos Ayres Britto, assenta o direito da defesa de conhecer aqueles que subscreveram o citado acordo quer como Estado-acusador, quer

como Estado-juiz, já que, a um só tempo, não poderiam fazê-lo e atuar na ação penal intentada. Vou adiante para concluir que a delação premiada objetiva transparência maior, objetiva a elucidação de fato criminoso e, assim, o teor do que veiculado por um dos co-réus não pode ficar estranho ao processo criminal.

Como se vê, não pode haver sigilo para os acordos de delação premiada. Nem poderia, pena de violação, como dito, ao direito constitucional da defesa ampla. De fato, não se vislumbra como possa a defesa se exercitar na amplitude constitucional, quer para contestar, quer para questionar a legalidade/legitimidade do ato, se não conhece os seus termos. Prova oculta é intolerável na nossa democracia.

Last, but not least, quer o Projeto de Lei em referência incluir no rol das pessoas sujeitas ao denominado mecanismo de controle (artigo 9º, parágrafo único, inciso XIV):

XIV – as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações:

- a) de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza;
- b) de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos;
- c) de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários;
- d) de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas;
- e) financeiras, societárias ou imobiliárias;
- f) de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais;

Nesses referidos “serviços de assessoria, consultoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza” nas operações a que alude pode se vislumbrar a atividade do advogado⁵ que milita em âmbito não-contencioso, que se verá obrigado, caso seja aprovado o Projeto de Lei assim como proposto, a, de acordo com o disposto no seu artigo 10:

⁵ Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

II – as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

- i) identificar seus clientes e manter cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;
- ii) manter registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;
- iii) adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhes permitam atender o disposto nos arts. 10 e 11, na forma das instruções expedidas pelas autoridades competentes;
- iv) cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado junto à competente autoridade fiscalizadora ou reguladora, na forma e condições por ela estabelecidas;
- v) atender, no prazo fixado, as requisições formuladas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) na forma por ele determinada, sendo que as informações prestadas serão classificadas como confidenciais, nos termos do § 1º do art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Note-se, ainda, que segundo disposição do § 2º do artigo 10 do aludido Projeto de Lei:

§ 2º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo deverão ser conservados durante o período mínimo de dezesseis anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação, prazo

11 do citado Projeto de Lei que:

este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.

De outro lado, é dicção do artigo

As pessoas referidas no art. 9º:

I – dispensarão especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei, ou com eles relacionar-se;

II – deverão comunicar, abstendo-se de dar aos clientes ciência de tal ato, no prazo de vinte e quatro horas, às autoridades competentes:

III – deverão comunicar à autoridade reguladora ou fiscalizadora competente, na periodicidade, forma e condições por ela estabelecidas, a não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF nos termos do inciso II.

Quer tudo isso significar, em suma, que advogados que prestem serviços de assessoria, consultoria, aconselhamento ou assistência nas operações antes referidas (repita-se, compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza; gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos; abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários; criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas; financeiras, societárias ou imobiliárias; alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais), deverão manter cadastro de clientes, registros e comunicar, quando atípicas as operações, aos órgãos de controle.

Tais exigências, igualmente, se exibem manifesta e flagrantemente inconstitucionais, na medida em que, segundo preconiza o artigo 133 do Texto Constitucional:

O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

(art. 133 da CF)

A Lei Federal nº 9.806, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), de outra banda, dispõe que:

Art. 7º São direito do advogado:

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho,

bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.

Como se vê, com a proposta de alteração legislativa, está a violentar, abertamente, direitos dos advogados, que têm garantidos, na Lei Fundamental e no ordenamento jurídico ordinário, franquias relativas ao sigilo profissional, à inviolabilidade de seus arquivos e ao livre exercício do seu mister, que é função pública essencial à jurisdição, e atinentes à sua imunidade funcional (cf. Lei Federal nº 8.906/94).

Por outro lado, ressabido que o sigilo enquanto prerrogativa profissional do advogado se traduz em garantia da própria cidadania, e se acha inserido no princípio constitucional da defesa ampla, insculpido como cláusula pétrea no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

A ser aprovada a pretendida alteração legislativa nos termos em que se propõe, nesse aspecto, e a própria ordem democrática se verá abalançada, na medida em que se estará a dizimar o sigilo profissional que é imanente à atividade do advogado (que, repita-se ainda uma vez, é essencial à administração da justiça), impondo, ao profissional da advocacia, que revele às autoridades públicas segredos que lhe são confiados pelo cliente.

Tal não se viu nem nos tempos opacos da ditadura militar.

Tão relevante é o sigilo de que deve se revestir a relação advogado/cliente, que o próprio Código de Processo Penal, no seu artigo 207 proclama que:

Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

E o artigo 154 da Lei Penal criminaliza a conduta do profissional que:

Art. 154. Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem.

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Sem se falar no próprio Estatuto da Advocacia e a OAB (Lei Federal nº 8.906/94) igualmente veda a possibilidade do depoimento do advogado, máxime quando a hipótese se acha revestida de sigilo profissional:

Art. 7º. São direitos do advogado:

...

XIX – recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo

*constituente, bem como sobre **fato que constitua sigilo profissional.***

Examinando o artigo 207 da Lei Penal Adjetiva, EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA, Relator da Reforma do Projeto do Código de Processo Penal, assevera que:

O que se tem em mira, ao que se vê, é a proteção tanto de determinadas funções, para as quais vige o dever, *profissional e/ou funcional*, do segredo, quanto da própria pessoa do acusado, ou, mais especificamente, o seu direito ao silêncio.

De fato, se o réu, seja por questões morais, seja por questões de interesse pessoal, procura um advogado ou um religioso para dar a estes conhecimento de determinado fato delituoso, o depoimento de ambos implicaria, por vias oblíquas, a violação do direito ao silêncio.

Dá a conclusão no sentido de que:

Assim, estão **proibidos** de depor os padres ou pastores de quaisquer religiões, os advogados, os médicos, os psicólogos e psiquiatras, que tenham

conhecimento dos fatos a partir do exercício das respectivas funções.

{Curso de Processo Penal, Del Rey Editora, 5ª edição, 2005, págs. 343/344, grifamos}

FERNANDO DA COSTA TOURINHO

FILHO discorrendo sobre a matéria, cita a normativa argentina, que impõe a determinadas categorias profissionais o dever de abster-se de prestar depoimento, sendo sua colheita causa de nulidade processual:

Assim também o art. 244 do novo

Código Procesal Penal de la Nación

argentina:

“Deberán abstenerse de declarar sobre los hechos secretos que hubieren llegado a su conocimiento en razón del propio estado, oficio o profesión, bajo pena de nulidad: los ministros de un culto admitido; los abogados, procuradores y escribanos; los médicos, farmacéuticos, parteras y demás auxiliares del arte de curar; los militares y funcionarios públicos sobre secretos de Estado”.

{Código de Processo Penal Comentado, Volume 1, Editora Saraiva, 1996, pág. 366}

A lição de JULIO FABBRINI MIRABETE, sobre o tema, é no sentido de que:

Seguramente, o sigilo profissional é dever do advogado, que pode e deve recusar-se a depor como testemunha sobre fatos de que teve conhecimento em razão de sua atividade profissional, diante do disposto no artigo 7º, XIX, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Diga-se, também, que a violação de segredo profissional é crime quando não há justa causa para a divulgação. No caso, não havendo obrigação de depor diante do artigo citado, não se exclui a tipicidade do fato se ocorrer a revelação do segredo.

(Processo Penal, Editora Atlas, 17ª edição, 2005, pág. 320, grifamos)
Ora, se é vedado ao profissional

da advocacia revelar fatos de que tenha conhecimento em razão do exercício profissional, sob pena de incorrer em ilícito penal, configurando seu dever guardar segredo sobre fatos que lhe são revelados pelo cliente, não se tem como possível seja ele transformado em “pessoa sujeita ao mecanismo de controle” de que fala o projeto de lei sob comento, a ele se impondo que, ao mesmo tempo, identifique seus clientes e comunique às autoridades competentes, operações que possam “constituir-se em indícios dos crimes previstos nesta lei, ou com eles relacionar-se” (cf. art. 11 da Lei nº 9.613/98).

A ser aprovada a alteração legislativa como se propõe, e se estará diante de uma realidade digna dos relatos de FRANZ KAFKA, segundo a qual se o advogado violar o sigilo que lhe é garantido (e ao mesmo imposto) por lei, incorrerá em crime, e se deixar de comunicar fatos atinentes às atividades de seu cliente às autoridades competentes, poderá se ver sancionado nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.613/98... E a multa, se pretende, pode alcançar a astronômica cifra de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Embora não tendo sido essas questões objeto da Indicação presente, são elas aqui enfrentadas, ainda que de maneira perfunctória, haja vista a urgência que o tema reclama, e a circunstância de que o PL em referência se acha em vias de ser votado na Câmara Baixa.

Urge, pois, que este Conselho Federal adote imediatas providências no sentido de desrecomendar, com veemência, a aprovação dessa proposta de alteração legislativa assim como apresentada, pelas razões fáticas e jurídicos fundamentos aqui expendidos.

A exclusão do profissional da advocacia das obrigações constantes do artigo 9º do Projeto de Lei sob análise, de outro lado, é medida imperiosa, sendo absolutamente imprescindível que este Conselho Federal se manifeste explicitamente a esse respeito.

Proponho, igualmente, se pronuncie o Egrégio Plenário desse Colendo Conselho Federal, em outra oportunidade, mas com a urgência necessária, os seguintes Projetos de Lei, que se acham apensados a este feito:

- **Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007** – Ementa: Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para

- especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. Autor: SENADOR – Demóstenes Torres;
- **Projeto de Lei nº 1.710, de 2007** – Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade. Autor: Senado Federal. Proposição Originária: PLS – 163/2007;
 - **Projeto de Lei nº 1.290, de 2007** – Ementa: Altera o art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providencias. Autor: Senado Federal – Pedro Simon – PMDB/RS. Proposição Originária: PLS-79/2005;
 - **Projeto de Lei nº 124, de 2003** – Ementa: acrescenta alíneas ao inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre prisão temporária. Autor: Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ;
 - **Projeto de Lei nº 6.917, de 2002** – Ementa: Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que "Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providencias", relativamente ao prazo de prescrição dos delitos de que trata a referida Lei. Autor: Pedro Fernandes – PFL/MA.

Em conclusão, manifesto-me no sentido de se rejeitarem as propostas de alteração legislativa constantes desta Indicação, porque manifestamente inconstitucionais,

propondo sejam submetidos à elevada apreciação do Órgão Pleno deste Colendo Conselho Federal os projetos de lei antes referidos.

É o voto.

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Guilherme Octávio Batochio, Relator.

Brasília, 11 de novembro de 2011.

- **OFÍCIO Nº 0263/2011/AJU.**
- **ORIGEM:** Conselho Federal – Ordem dos Advogados do Brasil.
- **ASSUNTO:** encaminha manifestação daquele Conselho acerca do Projeto de Lei nº 3.443/09, que propõe alteração na Lei nº 9.613/98 objetivando ampliar mecanismos de controle de operações e serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e providências cabíveis, mediante o qual o Senhor **OPHIR CAVALCANTE JUNIOR**, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, encaminha manifestação daquele Conselho acerca do Projeto de Lei nº 3.443/09, que propõe alteração na Lei nº 9.613/98 objetivando ampliar mecanismos de controle de operações e serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas.


SÉRGIO PENNA
Chefe de Gabinete

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ofício vai à publicação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para juntada ao processado pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.715, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, comunicando o recebimento do autógrafo da Resolução nº 17, de 2011, do Senado Federal, autuado naquele Tribunal como processo nº TC – 035.214/2011-2, e o seu envio ao setor competente para as providências cabíveis.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.715 – GP/TCU

Brasília, 21 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 2.052 (SF), de 16-11-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal “autógrafo da Resolução nº 17, de 2011 (SF), que ‘Autoriza o Município de Hortolândia – SP, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Cooperação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$22.132.000.00 (vinte e dois milhões, cento e trinta e dois mil dólares norte-americanos)’, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-035214/2011-2, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 1.715, de 2011**, foi juntado ao processado da respectiva Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Primeiro orador inscrito, Senador João Durval, PDT da Bahia.

Convidamos V. Ex^a a usar a tribuna.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde que assumi meu mandato nesta Casa, venho lutando, com todas as minhas forças, para que seja duplicado o trecho norte do Anel do Contorno de Feira de Santana, e que sejam realizadas obras para melhorar as condições de tráfego da BR-324, entre Salvador e Feira de Santana, e da BR-116, no trecho que vai de Feira de Santana até a fronteira com Minas Gerais.

Em junho deste ano, em almoço com a Presidenta Dilma Rousseff, fiz chegar às mãos de Sua Excelência, por meio de um de seus mais próximos colaboradores, o Ministro Gilberto Carvalho, a necessidade dessas obras para o povo da Bahia. Em setembro, encaminhei ofício reiterando, mais uma vez, o pedido, e agora novamente o faço desta tribuna. E o faço, Sr. Presidente, não apenas em meu nome, mas de todo o povo da Bahia.

A duplicação do Anel do Contorno de Feira de Santana representa um verdadeiro clamor de nossa população. Isso porque Feira é o segundo maior Município do Estado, com aproximadamente 600 mil habitantes. Constitui um grande polo industrial e farmacêutico, localizado no Centro Industrial de Subaé, onde estão instaladas empresas de porte, como Nestlé, Pirelli, Kaiser e Siemens, além diversas outras.

A Avenida do Contorno de Feira foi originalmente projetada para facilitar o trânsito de veículos que queriam atravessar a cidade sem precisarem passar pela região central. Porém, hoje em dia, com o crescimento industrial e a conurbação que vem ocorrendo, a Avenida passou a delimitar a região histórica da cidade e sustenta um volume de tráfego incompatível com sua finalidade, o que tem trazido não apenas prejuízos econômicos, mas também ceifado vidas.

A quantidade de pessoas que têm morrido no trânsito é muito expressiva: entre o Clube de Campo Cajueiro e Cidade Nova, por exemplo, um trajeto de pouco mais de 10 quilômetros, acontecem 55 acidentes por quilômetro, ao ano, de acordo com dados da Polícia Rodoviária Federal. Essa tragédia diária não pode mais continuar!

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a duplicação do Anel do Contorno de Feira vem atender à necessidade de promovermos a requalificação viária da Princesa do Sertão, a segunda maior cidade baiana, e também de seu entorno. Trata-se de uma obra fundamental para o desenvolvimento do Estado, tendo em vista sua localização estratégica no que tange à movimentação comercial e à logística para o interior.

Sei que Sua Excelência, a Presidente Dilma, nutre um carinho especial pelo povo do Nordeste, sobretudo pelo povo da Bahia. É por isso que, mais uma vez, apelo à sensibilidade de Sua Excelência, a primeira mulher a comandar os destinos do Brasil, para que também olhe com carinho para a Princesa do Sertão, para que o Anel do Contorno de Feira possa ser igualmente contemplado pelas obras do PAC 2.

Aliás, o PAC 2 é algo extraordinário! Até junho deste ano, já haviam sido investidos R\$86,4 bilhões em obras por todo o País. No total, estão previstos para serem aplicados cerca de R\$955 bilhões, entre 2011

e 2014, em seis diferentes eixos: transportes; energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para Todos.

De todos esses, o eixo transportes talvez seja o mais fundamental. Hoje, o desafio logístico do Brasil é continental e, para enfrentá-lo, precisamos de recursos que viabilizem a modernização de nossa matriz de transportes para que ela seja menos poluente e capaz de reduzir os custos logísticos. Nesse sentido, melhorar a condição da BR-324 e da BR-116 é verdadeiramente fundamental.

A BR-324 desempenha a importante função de interligar o entroncamento rodoviário em Feira de Santana a Salvador, tornando-a uma das principais rodovias do Estado da Bahia. Contudo, essa é uma rodovia que vem enfrentando diversos problemas, que têm se agravado com as chuvas, problemas, Sr. Presidente, como o excesso de buracos e irregularidades da cobertura asfáltica, que causam inúmeros transtornos à população baiana. Em virtude das péssimas condições em que se encontra essa rodovia, os acidentes e os engarrafamentos são frequentes. Nos feriados, chega-se ao absurdo de se gastar até quatro horas para ir de Salvador à Feira de Santana, um trajeto que leva pouco mais de uma hora.

Esta é a revolta do povo baiano: a Via Bahia, empresa que ganhou a concessão da BR-324, foi bastante ágil para instalar as cabines de pedágio, mas não tem tido a mesma agilidade para fazer as obras necessárias à melhoria da rodovia, para colocá-la nas condições que o povo baiano merece e exige!

Quero, desse modo, nesta oportunidade, apelar à ANTT para que determine o imediato início das obras de recuperação da BR-324.

Outra rodovia fundamental para a Bahia é a BR-116, no trecho entre Feira de Santana até a divisa com Minas Gerais. A BR-116, Sr. Presidente, é a principal rodovia do Brasil. Ela tem início em Fortaleza, no Ceará, e termina em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, numa extensão total de 4.385 quilômetros. Na Bahia, ela interliga dois importantes Municípios, Feira de Santana e Vitória da Conquista, e faz a ligação do Estado com Minas Gerais, ao sul, e Pernambuco, ao norte.

Essa é uma rodovia em pista única, onde dois terços do seu pavimento são de qualidade inferior ao mínimo desejável, com sinalização precária e ausência de barreiras de proteção. Além disso, trata-se de uma rodovia que possui diversas pontes e viadutos, a maioria construída entre os anos de 1950 e 1965 e que, por esse motivo, carece de adequação para o peso e a dimensão dos caminhões que por ali trafegam nos dias atuais.

Cumpra destacar aqui, Sr. Presidente, que essas rodovias apresentam características diferentes. Enquanto a BR-324 registra uma predominância dos automóveis sobre os veículos comerciais (à razão de 70% para 30%), na BR-116 essa proporção se inverte, prevalecendo o trânsito de caminhões. Portanto, se a BR-324 interliga as pessoas e as vidas do povo da Bahia, é na BR-116 que está o progresso, por onde fluem as riquezas do Estado, permitindo a ligação com o Sul e Sudeste.

O pior é que a situação de precariedade que enfrentamos em ambas as rodovias tende a se agravar, Senhoras e Senhores Senadores, se nada for feito de imediato. Isso porque a taxa média de crescimento anual do tráfego, projetada até 2021, está estimada para aproximadamente 2,5%, para os veículos leves, e 3,5% para os veículos pesados, tanto na BR-324, quanto na BR-116. Então, imaginem o caos a que poderemos chegar. É algo que realmente não podemos adiar, Senhor Presidente!

O povo da Bahia tem vocação para o progresso. É um povo hospitaleiro e trabalhador, que deseja continuar contribuindo, sempre mais e mais, para o crescimento do Brasil. Mas olhem com carinho para essas reivindicações.

Já finalizando, Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que V. Ex^a encaminhasse uma cópia deste pronunciamento à Presidenta Dilma, cuja sensibilidade, tenho certeza, não faltará ao povo da Bahia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Durval.

Vamos seguir a lista de oradores: Senador Cristovam Buarque, Senador Fernando Collor, Senador José Pimentel, Senador Geovani Borges, Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado (CMA), de assumir esta tribuna na manhã de hoje para fazer alguns registros, alguns agradecimentos e uma avaliação do processo iniciado nesta Casa, no começo desta Legislatura, de debate do novo Código Florestal Brasileiro, que foi aprovado, ontem, na Comissão de Meio Ambiente.

Quando o texto do Código Florestal Brasileiro aprovado pela Câmara chegou ao Senado, a imprensa perguntou se teríamos condições de votá-lo ainda neste ano, já que o texto do Código Florestal tinha vindo da

Câmara num ambiente de muito radicalismo – o Código foi muito criticado –, e eu disse que trabalharíamos o tempo todo pelo diálogo e pela construção de uma alternativa e que o tempo seria o tempo do entendimento. Eu disse, é claro, que faríamos todo o esforço para construir esse entendimento ainda ao longo deste ano, porque sabíamos que milhares de produtores rurais, milhares de pessoas que vivem no meio rural brasileiro e a própria sociedade brasileira reconheciam a necessidade de alteração do Código Florestal e exigiam a sua revisão pelo Congresso Nacional.

Desde o início, entendi que deveríamos superar a falsa dicotomia, a falsa oposição entre o desenvolvimento da agricultura e a preservação do meio ambiente. Pelo contrário, os tempos modernos e o avanço das novas tecnologias mostram que, necessariamente, daqui para frente, agricultura, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação devem andar sempre juntos.

Em função disso, propus, desde o início, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente trabalhassem juntas na construção desse entendimento, passando a matéria, antes, é claro, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quero aqui registrar o papel dos três Presidentes – o da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira; o da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; e o da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga – pela contribuição que deram a esse debate.

Cumprimento todos os Senadores que se envolveram nesse debate e, de forma especial, cumprimento os Relatores, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, pessoas da mais alta capacidade, dois ex-Governadores, homens experientes, de diálogo, que demonstraram, ao longo desse trabalho, toda a sua capacidade.

Destaco também a participação efetiva, diária, de vários Senadores, três deles presentes neste plenário, Senadores Aloysio Nunes, Blairo Maggi e Waldemir Moka, que tiveram papel fundamental na construção desse diálogo.

E quero registrar que, quando passarem as paixões, após a aprovação do texto pelo Plenário do Senado Federal, quando todos tiverem a oportunidade de fazer uma leitura clara, tranquila e profunda do texto, todos perceberão que o texto é fruto de equilíbrio. Nesse processo, foram afastados os radicais, e foi construído um texto equilibrado, de entendimento, que reflete a opinião do Congresso Nacional brasileiro e a opinião média dos brasileiros.

Eu não poderia deixar de registrar, sabendo que não registrarei todos, alguns avanços que foram construídos nesse entendimento no Senado Federal.

Primeiro, do ponto de vista da técnica legislativa, no texto da Câmara, havia muitos problemas. Emendas aprovadas de última hora guardavam contradições com outros dispositivos da legislação, o que fazia crer, para muitos, que o texto que veio da Câmara promovia anistia a desmatadores. No Senado, foram incorporadas sugestões de juristas. Quero registrar a participação, nesse debate, de alguns juristas que trouxeram grandes contribuições, como o Ministro Herman Benjamin, o Ministro Nelson Jobim, o Professor Paulo Affonso Leme Machado, o Procurador Mário Ghisi.

O texto foi dividido em disposições permanentes e em disposições transitórias, que são apenas aquelas que tratam de regularizar o passivo, as questões anteriores, que precisavam ser enfrentadas e regularizadas.

O novo texto, aprovado pelas quatro Comissões, também deixou claro que a possibilidade de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) estará absolutamente restrita, daqui para frente, a atividades de baixo impacto, a atividades de interesse social e a atividades de utilidade pública. E, para se dar segurança jurídica ao texto, já se define, de forma clara, o que é baixo impacto ambiental, o que é utilidade pública, o que é interesse social.

Deixa-se claro também que quaisquer futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente, fora das situações previstas na lei, não serão regularizadas jamais. Define-se também a recomposição de Áreas de Preservação Permanente nas margens de rios e nas margens das nascentes, garantindo um raio mínimo, no caso das nascentes, de trinta metros.

E há outro grande avanço em relação ao texto aprovado na Câmara, que trazia uma contradição entre o art. 8º, fruto da Emenda nº 164, e outro artigo que previa a recomposição de apenas quinze metros para rios de até dez metros de largura. Pela proposta aprovada no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, todos os rios de até dez metros de largura terão de ter uma recomposição mínima de quinze metros. A partir de dez metros de largura, terão de recompor o equivalente, em Áreas de Preservação Permanente, à metade da largura do rio, não podendo ser menos do que trinta metros e mais do que cem metros, para propriedades rurais de até quatro módulos fiscais. Isso garante que, em um rio, por exemplo, de quinze metros de largura, a recuperação será de trinta metros de Área de Preservação Permanente. Para as propriedades de mais de quatro módulos fiscais, a quantidade mínima de recuperação é essa. Mas, na verdade, terão de recompor

mais, podendo, pela determinação dos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, recuperar um pouco menos do que o determinado já na lei, desde que respeitados esses mínimos a que acabei de me referir.

Definiu-se também o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural, que é o prazo de um ano, prorrogável apenas por mais um ano. No projeto vindo da Câmara, isso não estava definido e poderia ficar absolutamente sem definição, o que traria um prejuízo imenso e poderia dar margem à ideia de anistia.

As medidas de compensação previstas na lei para fins de regularização da reserva legal não poderão ser utilizadas como forma de viabilizar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

Há impossibilidade de fracionamento futuro de imóvel rural para se beneficiar de regras que dispensam as propriedades de até quatro módulos fiscais da recomposição de reserva legal. Há exigência de recomposição da reserva legal em até cinco anos, contados da data da supressão, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis, no caso de áreas desmatadas ilegalmente a partir de 22 de julho de 2008.

Os mangues, em toda a sua extensão, e as veredas passam a ser considerados Áreas de Preservação Permanente. Há o estabelecimento de marco temporal para a prática de...

(Interrupção de som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Há inclusão das áreas verdes nas cidades, garantindo um mínimo, nos novos empreendimentos imobiliários, de 20m² de área verde por habitante.

Há definição do conceito de faixa de passagem de inundação, trazida pelo Professor Carlos Nobre, para proteger a ocupação nas cidades, garantindo segurança para as pessoas que moram nas cidades.

Há concessão de crédito agrícola para instituições financeiras oficiais, que ficarão condicionadas à inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural e à comprovação de sua regularidade.

Há construção de instrumentos econômicos, autorizando o Executivo a instruir programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação de meio ambiente. Há mudança de mentalidade de não se limitar apenas aos instrumentos de comando e controle, mas também aos instrumentos econômicos que incentivem a preservação, que garantam crédito e melhor qualidade para aquelas atividades mais adequadas ao meio ambiente.

Há um capítulo específico para a agricultura familiar, dando-lhe tratamento diferenciado e dando autorização para que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) adote medidas de restrição às importações

de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com os estabelecidos pela legislação brasileira. Orgulho-me, Senador Aloysio Nunes, de ter sido o autor dessa emenda.

Peço ao Presidente só mais dois minutos, para eu poder concluir, Senador Moka.

Eu não poderia, neste momento, deixar de fazer esses registros, o registro dos avanços obtidos no Senado, neste ambiente de diálogo, neste ambiente de entendimento em relação à revisão do Código Florestal, cumprimentando todos os Senadores que participaram dessa construção.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Senador Rollemberg, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Concedo o aparte ao Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e, especialmente – se der tempo, eu falarei da tribuna depois –, pela condução dos trabalhos de ontem e dos trabalhos dos últimos sete meses em que esse projeto esteve na Casa. V. Ex^a e os Relatores tiveram a oportunidade de coordenar esses trabalhos e de chegar aonde chegamos no dia de ontem. Depois de longo debate, depois de ouvir muitas entidades, muitas pessoas, com paciência, os Relatores conseguiram trazer para o texto, tenho certeza, a grande maioria dos anseios das pessoas e construir aquilo que podemos chamar de um Código quase de consenso. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho, especialmente por essa emenda que V. Ex^a colocou no texto e que aplaudimos e aprovamos, porque ela dá uma sinalização, Senador Rodrigo Rollemberg, para o resto do mundo de que o Brasil não está preocupado somente com suas coisas internas na área ambiental. Essa emenda sinaliza que, num futuro não muito distante, espero, possamos caminhar para dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e lá colocar não só as regras comerciais que são postas hoje, mas também as regras ambientais existentes no Brasil. É claro que não vamos exigir as mesmas condições do Brasil, porque, igual ao Brasil, ninguém é. Nenhum país do mundo pode se dar ao luxo de ser um dos maiores produtores de alimento – com certeza, será o maior produtor de alimentos do mundo – e ter a maioria do seu território preservado do jeito que está aqui. V. Ex^a foi muito feliz ao apresentar essa emenda. Quero, mais uma vez, cumprimentá-lo e dizer que a sinalização para o resto do mundo é importante, e o Brasil pode começar a fazer isso pelos nossos vizinhos. Temos vizinhos que exportam produtos de origem animal e de origem vegetal para o Brasil e que não têm as preocupações que temos, que não têm os cuidados

que temos. Inclusive, eles arrastam produtores do Brasil para outros lugares, porque as facilidades são maiores nessas regiões. Portanto, é uma sinalização de que, se no futuro eles não seguirem aquilo que foi colocado no nosso Código e realçado por V. Ex^a, poderemos também criar condições, como eu já disse, dentro da OMC, para dizer: “Queremos que sejam atendidas todas as regras comerciais e também as regras sociais e, principalmente, as ambientais”. Temos a oportunidade de pedir aquilo que os outros não podem exigir. Parabéns a V. Ex^a pela condução do trabalho e, mais uma vez, principalmente, pela emenda que dá à Camex a oportunidade de começar a exigir isso e, muitas vezes, impedir que entrem no Brasil produtos produzidos de forma errada ambientalmente. Parabéns, Senador!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Rapidamente, para concluir, Senador Blairo Maggi, quero dizer que é muito difícil construir um texto de entendimento em um País tão complexo como o Brasil, com diversidade de biomas, com diversidade histórica de ocupação desses biomas, mas trabalhamos nesse ambiente de diálogo para construir esse entendimento. Vamos receber críticas especialmente dos radicais dos dois lados, dos ambientalistas mais radicais, dos ruralistas mais radicais, exatamente porque o texto produz o equilíbrio. Mas é importante dizer que muitos que estão criticando o estão fazendo porque não queriam resolver, porque queriam manter o impasse, para, com isso, continuar levantando uma bandeira.

Quero aqui registrar uma frase do Ministro Nelson Jobim, Senador Waldemir Moka. V. Ex^a teve um papel fundamental na construção desse diálogo, sempre com posições muito firmes, mas sempre buscando o diálogo. O Ministro Nelson Jobim disse que muitos utilizarão isso como discurso para não resolver a situação, para ter uma bandeira, para fazer proselitismo; outros assumirão suas responsabilidades – e precisam assumir essas responsabilidades –, para enfrentar os problemas e resolver a questão. Foi o que nós fizemos. Tivemos a coragem de nos debruçar e aprofundar sobre o tema, de construir um ambiente de diálogo, um entendimento que considero um entendimento pelo Brasil, e tenho a certeza de que o Senado aprovará, por grande maioria, esse texto.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu caro amigo Moka; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ocupo a tribuna nesta manhã de sexta-feira para falar um pouco também sobre nosso Código Florestal, nossa luta nesses últimos meses aqui no Congresso Nacional – primeiro, lá na Câmara e, agora, aqui no Senado Federal. E dizer da satisfação de ter participado desse debate, não só por ter aprendido mais, ter compreendido mais todas as questões relacionadas à produção – como ela se comporta nos seus mais diversos biomas no Brasil e como os produtores são responsáveis por essas áreas –, mas também de entender um pouco mais o sentimento e entender como aqueles que não militam na agricultura, na pecuária, no campo enxergam o mundo. Isso nos deu a oportunidade, então, de compreender um pouco mais.

Além disso, Senador Moka, eu que nunca participei do Legislativo... Aliás, nunca é uma palavra um pouco pesada. Passei aqui por este Senado em 1998/1999, coisa parecida, quando era suplente de nosso querido e saudoso Senador Jonas Pinheiro, a quem quero fazer uma homenagem aqui neste plenário, porque, já naquela época, o Senador Jonas brigava para que pudéssemos ter um Código Florestal bem mais bem definido, com regras claras, para que os produtores não tivessem as demandas jurídicas que nós tivemos.

Lembrando o Senador Jonas Pinheiro, recordo que passei por aqui. Então, foi a única experiência legislativa que tive em toda minha vida. Fui governador por dois mandatos no meu Estado de Mato Grosso, mas, aqui no Senado, é a primeira vez, Senador Rodrigo Rollemberg.

Faço questão de dizer isso, porque, com esse Código Florestal, que me ensina muitas coisas na área ambiental e na área de produção, aprendi a me movimentar um pouco aqui dentro do Senado. Dizia a V. Ex^a, no dia de ontem, que principalmente esta semana foi de grande aprendizado. Para quem nunca foi legislador, tudo é novidade: como são as discussões; como é a participação; quem se apresenta para discussão; como são feitos os destaques, como se faz isso ou como se faz aquilo.

Uma coisa é certa, e aprendi aqui nesta semana que o trabalho e a responsabilidade diante de cada lei não é alguém que determina para nós. Não é alguém que diz: “Senador Moka, você fará isso e aquilo”. Claro que os relatores são escolhidos, e eles são os responsáveis, como os presidentes das comissões. Mas, no dia a dia, os outros Senadores, os outros parlamentares, é que devem apresentar-se para o trabalho, porque a carga de trabalho aqui no Senado é feita por nós mes-

mos. Se quisermos trabalhar mais, trabalharemos mais, porque nos apresentamos. Senão, não faremos isso.

Mas esta semana, como eu dizia, foi de extrema importância para a agricultura e para mim também. Fico muito feliz de ter participado efetivamente deste processo, de ver como as coisas funcionam e como conseguimos avanços importantes.

Ontem na nossa Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg – e o Senador Moka foi o nosso mediador no dia de ontem –, em muitas oportunidades, parecia que nós, entre colegas, chegaríamos a um impasse, que não conseguiríamos resolver aquele problema sem ir a voto e criar fissuras nesse processo, quando a determinação do grupo que se envolveu nisso sempre foi: “Vamos construir algo de consenso, vamos construir algo bom para a sociedade e que não nos divida”.

Agora, vamos chegar no plenário – espero que na semana que vem, no máximo na outra semana – e fazer aqui a discussão do Código Florestal dentro do espírito da liberdade de cada um colocar seus pontos de vista, mas também de buscar o entendimento e fazer com que o Código Florestal brasileiro seja aquilo que nós, nas comissões, entendemos junto com a sociedade e construímos.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Concedo um aparte ao Senador Rodrigo Rollemberg com muito prazer.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, quero cumprimentar V. Ex^a. Entre os ganhos pessoais desse debate sobre o Código Florestal, foram as relações de amizade, as relações políticas, as relações de conhecimento construídas nessa oportunidade. Eu não conhecia V. Ex^a – apenas de televisão, como ex-governador, como grande produtor rural que é. Desde o início, percebi que V. Ex^a, com sua experiência, talvez seja a pessoa nesta Casa que tenha tido a experiência mais dura nesse processo e, portanto, a capacidade de prestar colaboração maior. V. Ex^a contou isso com muita franqueza na nossa Comissão, que, no seu primeiro governo, foi muito criticado em função dessa questão do desmatamento, por organizações não governamentais internacionais. Isso expôs muito, inclusive, o Estado. E V. Ex^a, a partir de determinado momento, em vez de partir para o confronto, de partir para o diálogo com essas organizações não governamentais, entendeu que as críticas que lhe faziam naquele momento não eram uma crítica apenas ao Governador Blairo Maggi, mas ao setor produtivo do Estado de Mato Grosso. E V. Ex^a convocou o setor produtivo do Estado de Mato Grosso para que adotasse novos procedimentos em relação à questão

ambiental. E, no final do segundo governo, V. Ex^a passou a ser reconhecido, então, pelas organizações não governamentais, como a pessoa que conseguiu aliar a grande produção agrícola à defesa do meio ambiente. E foi um momento importante dos trabalhos a diligência feita pela Comissão com seis Senadores: três ligados, carimbados como representantes do setor produtivo – o Senador Moka, V. Ex^a e o Senador Jayme Campos – e três Senadores ligados mais à questão ambiental, como eu, o Senador Jorge Viana e o Senador Pedro Taques. Tivemos a oportunidade de conhecer a recuperação, o trabalho de preservação e de recuperação de áreas de preservação permanente feitas na propriedade de V. Ex^a, inclusive comandadas por uma organização não governamental respeitada internacionalmente, que é o Ipam, um instituto de pesquisa da Amazônia. O Ipam ali fazia pesquisas não apenas sobre como recompor áreas de preservação permanente, algumas com restauração passiva, outras com plantação de espécies nativas associadas à restauração passiva, mas também pesquisas para entender o impacto do fogo nas florestas, naquela área de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica. Impressionaram-me muito aquelas pesquisas feitas sobre o efeito do fogo. Isso tudo permitiu um diálogo sem preconceitos, e tenho certeza de que V. Ex^as se sensibilizaram com muitos dos argumentos apresentados pelos demais Senadores e que também permitiram a outros Senadores conhecer a realidade da questão agrícola no nosso País. O que eu acho importante, Senador Moka – e V. Ex^a teve um papel muito importante na construção desse diálogo –, é que eu sempre disse que o ambiente de entendimento permitiria que nós construíssemos uma agenda pós-Código Florestal e que é muito importante uma agenda estratégica para o Brasil. Isso vai definir a dependência que o Brasil tem das sementes, que hoje são dominadas por poucas e poderosas corporações internacionais; a dependência que o Brasil tem dos insumos agrícolas, sobretudo dos de fórmula com nitrogênio, fósforo e potássio; a necessidade de, daqui para a frente, agricultura, meio ambiente e ciência, tecnologia e inovação serem inseparáveis. É esse novo modelo de agricultura, é essa sustentabilidade na agricultura nacional que vai fazer com que, nos próximos anos, Senador Blairo, o Brasil seja, efetivamente, o maior produtor de alimentos do mundo, o maior produtor de agroenergia do mundo, mas que seja também a grande potência em biodiversidade do mundo, sabendo utilizar, com inteligência a sua biodiversidade, com sustentabilidade, para melhorar a vida do nosso povo. Portanto, esse clima de entendimento vai permitir isto também, Senador Moka, que possamos construir uma agenda pós-Código Florestal, uma

agenda pelo Brasil. Parabéns Senador Blairo Maggi pela participação expressiva de V. Ex^a nesses debates.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Agradeço as suas considerações e faço minhas as suas palavras no meu discurso. De fato, o meu aprendizado, quando estive à frente do Governo do Estado de Mato Grosso, proporcionou-me maior discernimento das questões globais ambientais e de produção.

Nós vamos, agora, depois do Código Florestal, seguir no caminho que V. Ex^a colocou aqui. Fazíamos essa discussão com alguns Senadores na semana passada e a fizemos quando da visita a Mato Grosso, quando colocamos exatamente o que o senhor está colocando aqui agora: que não adianta nada o Brasil ser o maior produtor de alimentos do mundo, liderar essa área, pois ele não lidera nas questões da informação e da pesquisa também, e nem dos recursos naturais, os quais não temos para continuar fazendo o que fizemos.

Então, logo após a aprovação do Código aqui, nós vamos ter de nos debruçar sobre este assunto, e o faremos, com certeza, porque é um tema muito importante para o Brasil e que vai dar continuidade ao que estamos fazendo.

Então, esse tema da sustentabilidade, agora não mais sob a ótica ambiental, mas sob a ótica dos insumos, da regulação, porque a biotecnologia vem cada vez mais forte. Quem detém o poder de fazer a semente não é mais o produtor, mas, sim, quem coloca dentro da semente as tecnologias desenvolvidas e que está ficando com a maior parte do bolo.

Mas não se trata só da questão financeira, a que V. Ex^a se referiu e a que eu estou me referindo neste momento. É a questão do conhecimento, porque quem detém isso detém a patente; quem detém a patente detém o poder de dizer “forneço ou não”, “dou a licença ou não”. Portanto, nós estamos cativos, estamos presos nas mãos das multinacionais.

Eu não sou contra a biotecnologia; pelo contrário, sou favorável. Agora, o País, o Brasil precisa fazer a sua parte. E aí nós vamos ter de recuperar, Senador Rodrigo Rollemberg, a nossa querida Embrapa, que fez com que nós saíssemos da dependência dos alimentos, na década de 70, para chegar aonde chegamos: aos grandes superávits.

Foi graças à Embrapa, graças à visão do governo do passado e principalmente do ex-Ministro Alysson Paulinelli, que construíram e conceberam aquele modelo de uma empresa de pesquisa.

Então, nós vamos ter que dar à Embrapa não alguns milhões de reais, – muitas vezes, o seu presidente, o Pedro Arraes, passa por aqui e fica mendigando

com Senador, com Deputado, algum recurso para tocar a Embrapa. Nós não estamos falando de milhões; nós estamos falando de bilhões de reais que o País terá que destinar à empresa pública Embrapa, para que ela faça frente às grandes empresas multinacionais. Não sou contra elas, mas o Brasil precisa estar na sua plenitude quando falamos em independência, e a independência é de tecnologia e de biotecnologia.

Portanto, esse é um assunto que nós vamos seguir lá na frente, e tenho certeza de que vamos encontrar aqui, Senador Moka, grandes parceiros com quem sentar. Precisamos fazer com que as três comissões – Comissão de Agricultura, de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia – façam um grande debate nacional para convencer o Governo, mas, principalmente, convencer a sociedade de que nós temos de olhar para a pesquisa. Pode ser ela pública ou privada.

O Governo brasileiro, por exemplo, privilegiou, nos últimos anos, a ajuda de formar grandes blocos econômicos e comprar coisas fora do Brasil. Por que não podemos pensar na mesma direção? Temos empresas nacionais que trabalham na área de biotecnologia. Vamos capitalizar essas empresas e vamos dar a elas a oportunidade, inclusive – agora mesmo, na crise da Europa, compraram algumas coisas, compraram ações, associaram-se –, de sentar no *board*, sentar nos bancos das decisões dessas grandes companhias.

Então, o Brasil tem que pensar estrategicamente, e essa discussão estratégica nós faremos, como V. Ex^a sugeriu, logo após o Código Florestal. Na segunda-feira, eu farei aqui outro pronunciamento e falarei das conquistas que nós tivemos dentro do nosso Código nessa construção.

Quero aproveitar e cumprimentar o nosso Relator, Senador Jorge Viana, pelo grande trabalho que fez nessa Comissão. No dia de ontem, eu senti o Senador Jorge, em certos momentos, muito tenso, muito preocupado, porque a condução daquele trabalho ou as defesas do que ele pensava estavam ali naquela Mesa. E, em alguns instantes, tentaram colocar uma pecha no Senador Jorge e no Senador Luiz Henrique, coisa que não serve para esse momento. Não é verdadeiro! Em momento algum, o Senador Jorge ou o Senador Luiz Henrique cederam a qualquer pressão que não fosse legítima e que não fosse altamente discutida. E o Governo, pelo seu Ministério do Meio Ambiente, acompanhou *pari passu* as nossas discussões durante todo esse tempo.

Senador Jorge, parabéns pelo trabalho, parabéns pela condução. O senhor sai de alma lavada, de cabeça erguida, porque fez o melhor que podia ter feito por este País. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Lindbergh. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Romero Jucá. Como Líder?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro importante sobre a votação de ontem e a discussão do Código Florestal.

Primeiro, quero registrar a forma como os Presidentes das Comissões procederam nesta Casa, conduzindo de forma impecável a tramitação dos trabalhos das comissões. Assim, o Código Florestal passou na Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Senador Luiz Henrique; passou na Comissão de Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Senador Eduardo Braga; tramitou também na Comissão de Agricultura, sob a presidência do Senador Acir Gurgacz; na Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senador Eunício Oliveira; e, por fim, na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, sob a presidência do Senador Rodrigo Rollemberg. E, sem dúvida, o que vimos foi um esforço coletivo da Casa, em conjunto com os relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, para, efetivamente, construirmos uma proposta que pudesse avançar na proteção ambiental e, ao mesmo tempo, garantir os pré-requisitos mínimos para um desenvolvimento autossustentável para que, efetivamente, o setor produtivo do País possa avançar e se modernizar.

Mas quero fazer um registro sobre a votação de ontem no tocante ao agradecimento ao Senador Jorge Viana. Nós levantamos, ontem, várias emendas e vários destaques que dizem respeito, especificamente, ao Estado de Roraima, Estado que tem grande parte da sua área demarcada como reserva ambiental ou como reservas indígenas. Por conta disso mesmo, nós procuramos construir uma proposta que garantisse o mínimo de preservação para as áreas produtivas no nosso Estado. Discutimos também com a Ministra Izabella e surgiu no Ministério uma proposta em que se definia, no caso de Roraima e, principalmente, do Amapá, que a reserva legal poderia ficar reduzida para até 50% no caso de Estados onde houvesse mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação.

O texto inicialmente proposto pelo Ministério do Meio Ambiente, acatado pelo Senador Jorge Viana, era de que, no caso da alínea “a” no inciso I, a reserva legal poderia ser reduzida para até 50% quando o Estado tivesse mais que 65% do seu território ocupado por unidades de conservação de natureza de domínio público e terras indígenas homologadas.

Preocupado com essa redação, fiz uma emenda a esse texto modificando o “poderá” para a definição de “ficará reduzida para até 50%”. E o Senador Jorge Viana acatou a minha emenda de redação. Portanto, o texto aprovado no relatório para o art. 12, inciso II, § 5º, ficou da seguinte forma:

“Nos casos da alínea a do inciso I, a reserva legal ficará reduzida para até 50% quando o Estado tiver mais que 65% do seu território ocupado por unidades de conservação de natureza de domínio público e terras indígenas homologadas.”

Assim, quero agradecer porque esse texto já ficou aprovado. Também levantei outro ponto importante, qual seja, uma emenda que dizia que, nos casos da alínea “a” do inciso I, o poder público assegurará aos Estados o direito de utilizar no mínimo 20% de seus territórios para uso alternativo do solo e promoção das cadeias produtivas a ser determinado pelo zoneamento econômico-ecológico dos Estados e conforme proposta contida no macrozoneamento ecológico econômico da Amazônia Legal (Macro ZE).

Apesar de contar com o apoio de muitos Senadores em relação à filosofia dessa proposta, verificou-se que o Código Florestal não seria o melhor instrumento para absorver esse texto. Portanto, ficou resolvido na reunião que eu apresentaria uma emenda constitucional procurando caracterizar esse texto na Constituição, garantindo, assim, o mínimo de 20% de utilização das áreas para o Estado de Roraima. Portanto, garantindo uma condição de produção melhor para o nosso Estado.

Além disso, apresentei também duas emendas que procuravam dar o mesmo tratamento dos campos gerais ao lavrado, mas esse objetivo – ficou subentendido – já estava atendido no texto. Portanto, excluir os campos gerais ou lavrados para efeito do uso alternativo do solo no que diz respeito a 20% do imóvel rural já está, em tese, atendido pelo relatório.

Sr. Presidente, faço estes registros porque considero extremamente importante a aprovação do Código Florestal. A propósito, quero enaltecer, novamente, o trabalho do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique e dizer que, na próxima semana, deveremos trazer esta matéria ao plenário, onde efetivamente poderemos concluir esse trabalho.

Senador Jorge Viana, meus parabéns. Nós vamos, na próxima semana, cerrar fileiras aqui para que possamos fechar este ciclo de avanços e, suprapartidariamente, votar o texto do Código Florestal aqui no plenário.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inscrito para fazer uso da palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Moka, caros colegas Senadores, estou muito contente de poder ouvir o que tenho ouvido de vários colegas Senadores, de todos os partidos, desde ontem.

Eu sou um recém-chegado a esta Casa, estou no primeiro ano de meu mandato e de uma missão muito difícil, que é a de suceder Marina e Tião, que honraram o nome do Acre, desta Casa e do Brasil no período em que ficaram aqui e, junto com o Senador Anibal Diniz, procuro dar o meu melhor para que o Brasil possa enfrentar os problemas e os desafios que nós todos estamos vivendo. Venho também com o propósito de defender o meu querido Estado do Acre.

Mesmo já tendo esses dois desafios enormes, o Senado me deu, por intermédio do Senador Rodrigo Rollemberg, uma missão quase impossível. Fiquei muito agradecido a ele pelo desafio que ele me deu, foi uma decisão monocrática do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, esse bom e novo amigo que tenho. Sei que essa amizade é para vida toda, Rodrigo, mas você me deu uma missão que era uma missão impossível.

Primeiro que a matéria já veio contaminada da Câmara dos Deputados, contaminada naquilo que é próprio da Câmara dos Deputados: essa concha aberta, que o Niemayer fez para a Casa do povo, a Câmara dos Deputados, é para isso mesmo. O debate lá é duro, difícil, há sempre enfrentamentos. Aqui, tem debate duro, difícil, mas, aqui, a concha é invertida, temos a oportunidade de nos entender, de nos encontrar. E aqui, nesta Casa, recebi a melhor das acolhidas para poder ter condição de levar adiante essa matéria que parecia impossível.

Ela é uma matéria que trata do passado, do presente e do futuro. O Código Florestal não é uma matéria qualquer. Ela trata da propriedade privada, do uso da propriedade privada. Ela trata da defesa de um bem comum de todo o povo brasileiro e do mundo, do planeta, que são os recursos naturais, as nossas florestas.

E veio acompanhando essa matéria um contencioso, um passivo ambiental, que varia nas contas, mas passa de 50 milhões de hectares, Senador Rodrigo, mais de 50 milhões de hectares.

Eu faço isso porque, com todo o respeito, não dá para aceitar que estamos fazendo anistia. É só esclarecer: o Brasil suprimiu, nas últimas décadas, em torno de 50 milhões de hectares em áreas protegidas, em áreas às margens dos rios, das nascentes e das encostas.

Óbvio que isso é uma perda enorme, inclusive para os agricultores e produtores que atuam na agropecuária. Por que é uma perda enorme? Porque ninguém produz bem se não tiver o meio ambiente como aliado. Quem planta, quem cria, precisa de água, de um bom solo, de um ambiente equilibrado. Só que o Brasil não resolvia esse problema.

O Código Florestal de 1965 é uma lei boa, é uma lei que educa, é uma lei que estabelece limites, mas este novo Código segue sendo uma lei boa, uma lei que educa, que estabelece limites. Nós não cedemos nesse aspecto. Nenhum metro foi perdido naquilo que já estava com a rigidez adequada, cientificamente comprovada no Código de 1965 para esse. Nós não mudamos isso.

Alguns tentam fazer uma certa confusão, o que é normal, mas à letra fria do que está escrito, quando todos olharem, mesmo com as paixões, mas quando olharem, vão ver que nós – V. Ex^a é parte disso com o Senador Luiz Henrique, com os demais presidentes das comissões – nós mantivemos todo o rigor que já acompanhava o Código Florestal de 1965. Mantivemos tudo, absolutamente tudo. Então, onde nós flexibilizamos? Trazendo de volta a floresta perdida. Quem desmatou ou quem desmatar uma única árvore e não esteja licenciado, de 22 de julho de 2008 e daqui para frente, terá que recompor essa árvore, trazendo-a de volta. Não tem trela para desmatadores na proposta do novo Código. Não tem complacência com os que fazem a destruição do meio ambiente.

Então, por que tanta gente pergunta? Por conta desses 50 milhões de hectares de floresta perdida, suprimida ao longo dos anos. Quantos passaram pelos governos e frearam a destruição, mas tentaram trazer as florestas de volta e não conseguiram recuperar nenhuma árvore?

O novo Código resolve esse impasse. Aí, há uma diferença, sim: a obrigatoriedade de que todos tragam de volta 30 metros, sem importar se é pequeno, médio ou grande produtor; e nas margens dos rios, até 10 metros. Assim, amplia-se até 500. Mas nunca ninguém trouxe árvore de volta com esse propósito.

Então, já que estava tudo destruído, vamos deixar ficar? O texto da Câmara dizia que havia certa anistia geral irrestrita; o que está perdido, está perdido. Mas a proposta do Senado diz que não! A proposta do Senado diz que vamos trazer boa parte desses 50 milhões de hectares perdidos de volta. É isso que nossa proposta coloca. É isso que o trabalho do Senador Luiz Henrique fez, com honradez, com amor pelo Brasil; e de certa forma, eu dei a minha contribuição.

Estou muito agradecido pelas palavras do Senador Jucá, do Senador Blairo, do Senador Rodrigo,

ontem, aqui; de todos os partidos. Senadores com os mais diferentes posicionamentos nesta Casa vieram nos cumprimentar. Mas acho que ainda há uma missão a ser cumprida.

Caro Senador Demóstenes, V. Ex^a ajudou a aperfeiçoar o novo Código, apresentando emendas que foram incorporadas e que dão mais rigidez para a ação do Ibama contra aqueles que queiram destruir nossos recursos naturais, que queiram seguir como desmatadores. Está no novo Código, coisa que não tinha no antigo; e garantimos graças à contribuição de V. Ex^a.

Nós tivemos emendas de vários Senadores do PMDB e de todos os partidos. O Senador Aloysio Nunes foi um aliado importante do PSDB. Ou seja, aquela divisão que houve no debate lá na Câmara não aconteceu aqui no Senado. Não houve influência do Governo na condução dessa matéria. O Senador Moka, por exemplo, foi um dos líderes desse processo; liderou com a autoridade que tem e por tudo que tem feito para que o Brasil saia desse impasse de enfrentamento de ambientalistas e ruralistas. O Senador Moka nos ajudou a melhorar o texto. E eu falava com ele ainda há pouco, ele que preside esta sessão, que nós podemos falar com autoridade que o texto do Senado vai trazer uma boa parte da floresta perdida de volta, como protetora dos nossos rios, das nossas nascentes e como aliada daqueles que querem seguir produzindo com sustentabilidade.

Então, Senador, eu queria encerrar dizendo que esse Código Florestal tem ainda um outro desafio: ele só vai ser implementado, só vai valer mesmo, só vai deixar de ser um faz-de-conta, se tiver um envolvimento do Governo Federal, se tiver um envolvimento de todos os governadores estaduais, criando uma nova governança para a gestão ambiental e, especialmente, se enxergarem o produtor como um aliado, porque a maior parte da reserva legal, das áreas que temos que proteger está dentro das propriedades privadas. E esse impasse de tentar tratar produtor como adversário não traz uma única árvore de volta; isso não ajuda nem mesmo a combater a fome.

Então eu acredito e espero que depois que os Parlamentares, que este Senado, com a sua contribuição, que a Câmara votar, eu espero que haja o mesmo compromisso, a mesma atitude de responsabilidade que o Senado teve no trato dessa matéria, espero que haja por parte do Governo Federal e dos governos estaduais.

A Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira foi de uma correção, de uma honestidade, sem ceder, sempre aquela voz...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...preocupada com o meio ambiente. O Ministro Mendes Ribeiro, da Agricultura, foi de uma correção, de uma colaboração, de um espírito altivo de defesa do Brasil, que, sem eles, para simbolizar os demais, nós não teríamos alcançado...

Então eu encerro o meu pronunciamento, mais uma vez, agradecendo a todos aqueles que criticaram, que cobraram, da mesma maneira que agradeço aos que colaboraram, aos que nos ajudaram. Não tenho rancor, não tenho ressentimento. Confio no trabalho que nós fizemos coletivamente. Sei que a verdade prevalecerá e não tenho nenhum problema com uma crítica mais dura ou outra. Isso faz parte. Já fui prefeito, já fui governador. Sei superar isso. Posso até brigar com um e com outro, divergir de um e de outro, só não brigo com minha consciência.

Senador Moka, parabéns! Muito obrigado.

Mais uma vez, agradeço a todos que estão sendo solidários comigo, com o Senador Luiz Henrique...

(Interrupção de som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Especialmente, quero agradecer àqueles que estão procurando ler e saber o quanto o Brasil poderá ganhar com o novo Código Florestal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero só dizer ao Senador Jorge Viana que sou testemunha da determinação, da firmeza com que V. Ex^a conduziu e, mais do que isso, da paixão que V. Ex^a tem como ambientalista. Dou meu testemunho. São muito injustos aqueles que o criticam. V. Ex^a representa realmente as pessoas que defendem o meio ambiente e que também querem contribuir para que o Brasil continue a produzir. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar o início da Ordem do Dia. Já são dez horas. Há entendimento dos líderes para que se comece a Ordem do Dia. Quero solicitar a V. Ex^a que possamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

Senador, informa a nossa assessoria que, regimentalmente, precisamos de duas horas desde o início dos trabalhos. Não temos ainda. Se não houver nenhum Senador que queira usar a palavra antes da Ordem do Dia, posso iniciá-la, mas, regimentalmente,

te, preciso informar a V. Ex^a. Consulto os Senadores presentes na Casa se alguém gostaria...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, não sei se já chegou à Mesa, mas quero solicitar minha inscrição para falar como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ainda não chegou à Mesa, mas se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra, regimentalmente, tem a preferência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas se apenas eu quiser falar e se houver acordo para iniciarmos a Ordem do Dia, também poderei falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência vai fazer o seguinte: vou consultar os que estão inscritos. Fica melhor. Senador Lindbergh Farias? Jorge Viana já falou. Senador Cristovam Buarque? Senador Alvaro Dias, vai usar a palavra?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sou favorável à Ordem do Dia imediatamente para liberar depois os oradores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não havendo nenhuma objeção, a Presidência vai iniciar a

ORDEM DO DIA

Com referência aos Itens da pauta de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 9, por estarem em fase de votação, são transferidos para a próxima sessão.

São as seguintes as matérias transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência,*
nos termos do Requerimento nº 1.408, de 2011)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 – Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 – CCJ.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(*Incluído em Ordem do Dia*
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores,

solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2011**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

A matéria constará da Ordem do Dia, durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão. Em discussão a proposta.

Consulto o Plenário se algum Senador quer discutir. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, está encerrada a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Não havendo mais matérias a tratar, está encerrada a Ordem do Dia.

É a seguinte a matéria remanescente transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos continuar a sequência de oradores inscritos.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

Informo ainda que, transcorrida a Ordem do Dia, cada orador, regimentalmente, terá vinte minutos para o uso da tribuna.

V. Exª tem a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Moka, Presidente da sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se debate neste momento no Senado Federal é a possibilidade de votação imediata da regulamentação da Emenda nº 29, que diz respeito à definição dos recursos que cabem a cada Ente da Federação para a manutenção de um serviço de saúde pública de qualidade no País. É essencial para a população especialmente menos favorecida.

É repetitivo, mas nós temos que olhar e refletir aqui de forma incansável o drama vivido pela população pobre do Brasil, os assalariados brasileiros, aqueles que são obrigatoriamente vítimas das filas enormes do SUS, quando do infortúnio da doença, e que, muitas vezes, veem a morte chegando mais rapidamente do que o atendimento do serviço público do setor.

Há um debate sobre o modelo de saúde em todo o mundo e deveria ser realmente o debate da década, mas vemos aqui que o Governo tem outras prioridades. O que confronta com a realidade é a propaganda oficial na tevê. Ainda ontem à noite, tivemos a oportunidade de assistir na tevê brasileira a propaganda oficial do Governo sobre os benefícios que oferece à população através dos serviços de saúde pública. É contraditório, Sr. Presidente, o que a bela propaganda oficial, paga com o dinheiro público nas emissoras de tevê do País, apresenta com aquela imagem constantemente apresentada nos noticiosos das mesmas tevês sobre a situação da saúde no País, verdadeiro e dramático caos.

Quantas vezes pudemos ver imagens de brasileiros amontoados em corredores de hospitais, sem atendimento? Quantas vezes vimos a imagem de brasileiros em filas aguardando atendimento?

Além das imagens que falam mais do que qualquer discurso, há estudos, pesquisas. Por exemplo, do Banco Mundial, que apresenta o diagnóstico: o problema da saúde no Brasil não é dinheiro, é organização, competência, ausência de planejamento e corrupção. São os problemas que colocam na UTI a saúde pública brasileira. Diagnóstico do Banco Mundial, não de um Senador da oposição.

É por essa razão que a prioridade desta Casa neste final de ano deve ser a votação da regulamentação da Emenda nº 29. Por que o Governo não quer votar? Porque se recusa a contribuir com os 10% que se deseja para completar o orçamento da saúde pública brasileira: 10% da União; 12% dos Estados e 15% dos Municípios.

A prioridade do Governo neste momento é a Copa do Mundo e as Olimpíadas. É uma inversão de prioridade. Bilhões são destinados à Copa do Mundo, para obras superfaturadas, beneficiando-se grandes empresários, empreiteiros de obras públicas no País e outros; mas, para a saúde, o Governo nega sua participação adequada. O que não se discute é o sis-

tema federativo com suas distorções flagrantes, que submetem Estados e Municípios a uma condição de desfavorecimento, em relação à União, na partilha de responsabilidades, porque desde a Constituinte de 88 os encargos foram transferidos. Encargos significativos foram transferidos da União para os Estados e Municípios e, na contrapartida, não se transferiram os recursos para atender essas novas demandas de despesas. E nós não fazemos as reformas. O presidencialismo é forte. Reformas de profundidade só ocorrem quando há interesse da Presidência da República, com competência política, articula, busca consenso, orienta a maioria esmagadora que possui no Congresso Nacional para a concretização das reformas. Como o Governo é imediatista, oportunista e tem como horizonte temporal apenas a duração do seu mandato e não possui visão estratégica de futuro, decide em função do que pode ocorrer ou deixar de ocorrer em um primeiro momento, sem considerar os desdobramentos e as consequências futuras. Assim não se faz reforma tributária, assim não se rediscute o sistema federativo, que é a causa das injustiças na distribuição da receita pública, ignorando o princípio da isonomia e fazendo com que entes federativos sejam diferentes na partilha dos recursos públicos.

Enfim, isso recai sobre a saúde. O Município é o principal responsável pela administração desse serviço. E pela legislação caberia aos Municípios 15% da sua receita. No entanto, nós sabemos que há Municípios gastando com saúde pública muito mais do que os 15% exigidos pela legislação.

Enfim, Sr. Presidente, por que o Governo não aceita votar a regulamentação da Emenda nº 29 como prioridade nesta Casa? Por que se recusa a atender a população do País naquilo que para ela é essencial? A saúde do povo deveria ser a suprema lei; e não o é no Brasil.

Eu repito que o modelo de saúde pública é debatido em vários países do mundo, porque a crise da saúde não é vivenciada apenas em nosso País. Ainda recentemente, nos Estados Unidos da América do Norte, um grande debate se travou. Nós estamos debatendo aqui, há tanto tempo, mas não o concluímos.

Essa regulamentação da Emenda nº 29 veio com muito atraso. Pela Constituição, nós deveríamos ter apresentado essa regulamentação há muitos anos. Chegou por meio de proposta do Senador Tião Viana, aprovada por unanimidade no Senado Federal. Levou um tempo para ser apreciada na Câmara dos Deputados, e, quando se deliberou sobre ela, a alteração produzida mediante substitutivo aprovado a compromete. A proposta que chega da Câmara ao Senado sobrecarrega ainda mais Estados e Municípios e de-

sonera a União de suas responsabilidades. A proposta aprovada aqui do atual Governador Tião Viana significaria uma transferência da parte da União em 2011, se o projeto estivesse em vigência, superior a R\$100 bilhões, portanto, R\$30 bilhões a mais do que pretende o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

Portanto – vou conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti –essa é a razão da nossa insistência aqui. Teremos que abordar esse tema todos os dias. Não importa que se cansem, porque há um debate iniciado sobre a prorrogação da Desvinculação de Recursos da União (DRU), e nós propusemos ao Governo exatamente uma barganha de honestidade. Retiramos os obstáculos para a aprovação da DRU, desde que votemos prioritariamente a regulamentação da Emenda nº 29. Votamos a regulamentação da Emenda nº 29, e o Governo terá o cheque em branco de R\$62 bilhões. Porque, Senador Mozarildo, não é outra coisa, é um cheque em branco que se justificava.

Esse mecanismo denominado DRU se justificava quando o Brasil vivia num cenário de inflação galopante, quando era impossível planejar para a próxima semana. Quando fui Governador, Senador Moka, a inflação ultrapassava 80% ao mês. A receita era engolida antes que chegasse aos cofres do Estado. É evidente, era impossível planejar. Hoje, temos estabilidade econômica, temos sustentabilidade financeira e responsabilidade fiscal. O Plano Real mudou o Brasil. Não há mais razão para a adoção desse mecanismo, que significa consagrar a incompetência, a desorganização orçamentária, que, na verdade, fortalece a tese de que o orçamento, no Brasil, é peça de ficção, para deleite dos especialistas, para enfeite de bibliotecas de estudiosos, para gastar papel nas gráficas do Congresso Nacional, da União e do Governo Federal.

Na verdade, quando se aprova um orçamento e depois se flexibiliza dessa forma, assinando um cheque em branco para que o Governo faça uso da forma que melhor lhe aprouver, nós estamos desconsiderando a importância do Orçamento, que deveria ser a peça essencial nos trabalhos do Poder Legislativo.

Portanto, a nossa resistência à prorrogação da DRU só seria superada se tivéssemos um ganho explícito, e esse seria a definição de 10% dessa receita da União para a saúde pública no País.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, eu acho que esse é um tema que temos que debater, mais ou menos como foi debatido o Código Florestal, de maneira suprapartidária, de maneira a olhar, realmente, os interesses da Nação, do povo. Eu não posso, como médico, realmente entender que não se defina o percentual que deva ser gasto pelo

Governo Federal com a saúde no País. Ora, a regulamentação da Emenda nº 29, portanto o projeto do Senador Tião Viana, deixou claro que eram 15% para os Municípios – quer dizer, a maior parte era dos Municípios –, 12% para os Estados e 10% para a União. Isso porque se pressupõe que, sendo os recursos da União muito grandes, 10% são um valor significativo, mas eu estou falando em valores percentuais. Portanto, deveria ser o inverso. Quem arrecada mais: os Municípios, os Estados ou a União? A União, o Governo Federal, que, então, deveria gastar mais. Agora, concordo plenamente: não podemos deixar em branco, em aberto o gasto. Mesmo que se venha com a proposta de que vamos estabelecer para daqui a dois anos, três anos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Mozarildo, peço licença, porque alguns alunos estão se retirando, e eu já deveria tê-lo feito. Quero cumprimentar os alunos do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá, da cidade de Vitória, do grande Estado do Espírito Santo.

Sejam bem-vindos os acadêmicos.

V. Exª tem a palavra, perdooando-me pela interrupção, mas, como alguns estavam deixando o plenário, eu quis saudá-los em nome do Senado Federal.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu quero cumprimentá-los também porque acho importante que as pessoas que vão ser o futuro deste País conheçam como funciona o Poder Legislativo, embora numa sessão como a de hoje, que é uma sessão de sexta-feira, improvisadamente deliberativa, quando ela normalmente é não deliberativa, quando não se vota nada. Mas, voltando ao aparte, Senador Alvaro Dias, V. Exª tem toda razão. Acho que nós temos que votar a regulamentação da Emenda nº 29, urgentemente, e quero aplaudir inclusive a oposição quando faz, vamos dizer assim, como diz V. Exª, essa barganha saudável em relação à questão da DRU. Eu, até nesse particular, como V. Exª justificou no passado, quero justificar no presente a DRU pela instabilidade e insegurança do momento econômico em que o mundo vive. Mas, de qualquer forma, quero me fixar aqui na questão dos recursos para a saúde, do dinheiro que se precisa para atender melhor os pobres. E quero defender que a regulamentação seja tal qual foi aprovada aqui, no Senado, pelo projeto do Senador Tião Viana, uma homenagem, portanto, a ele.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. O voto de V. Exª é essencial e será registrado pelos seus eleitores de Roraima, com toda certeza.

O que promove a injustiça distributiva é o sistema atual. Veja, Senador, a União age com mão de ferro e esmaga Estados e Municípios. Pela legislação

atual, a parte fundamental do bolo da receita é oriunda das contribuições sociais, 56% do grande bolo da receita, que já ultrapassa 1,3 trilhão e chegará, até o final do ano, até o ano-novo, a R\$1,5 trilhão; 56% desse montante são oriundos das contribuições sociais, e as contribuições sociais não são depositadas, não contribuem com a formação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ou seja, Estados e Municípios não participam dessa receita, não se beneficiam dessa receita. Há uma concentração de recursos nos cofres da União. Foi exatamente essa realidade que estimulou o debate sobre a distribuição de *royalties* no Congresso nacional, que contou inclusive com a ausência da Presidência da República, que, neste presidencialismo forte, deveria estar à frente, articulando e buscando o consenso.

Mas eu posso, Senador Mozarildo, discordar de V. Ex^a em relação à desvinculação dos recursos da União.

Há, realmente, estabilidade e responsabilidade fiscal. Isso é a herança boa do Plano Real e, portanto, nós poderíamos dispensar essa desorganização orçamentária – trata-se de desorganização orçamentária. Mas eu posso, do ponto de vista da ética, dizer que todos nós que não concordamos com a prática política adotada pelo Governo, com o loteamento de cargos, fábrica de grandes escândalos, os escândalos se sucedem todos os dias, eu não considero adequado entregar a um Governo, que é complacente com a corrupção, que é conivente com ela, que é cúmplice dela, um cheque em branco de R\$62 bilhões, que é o que corresponderia à Desvinculação de Recursos da União (DRU). São R\$62 bilhões para o Governo aplicar onde desejar!

É evidente que eu posso suspeitar de má-fé. Como não suspeitar de má-fé quando a Presidente da República não demite um Ministro que mente ao Congresso nacional, cometendo crime de responsabilidade, que admite uma fábrica de sindicatos no seu Ministério, que admite cobrança de propinas com documento escrito, compromisso assumido por escrito de repassar recursos se a carta sindical for registrada para a sua entidade? E foram 1.547 cartas sindicais em três anos, com mais de 2.000 em tramitação.

E no outro Ministério? O Ministério das Cidades agora, que é a bola da vez, recebeu quatro denúncias graves desde agosto. A primeira, que existiria o pagamento de mesada em troca de apoio político, o chamado mensalão; a segunda fazia referência a desvios de recursos no programa Minha Casa, Minha Vida; a terceira, que houve uma festa, que a revista *Época* denominou de “A festa do bode”, no interior da Bahia, em que recursos públicos foram utilizados em benefício de familiares do Ministro, para beneficiar politicamente fa-

miliares do Ministro. E, agora, há fraude documentada para levar gastos nos preparativos da Copa do Mundo no Estado do Mato Grosso, em Cuiabá, 700 milhões a mais de gastos. Fraude documental.

Nós estamos esperando a confirmação da vinda do Ministro Mário Negromonte ao Senado Federal, na próxima quarta-feira, quando poderemos questioná-lo sobre essas quatro denúncias que alcançam o seu Ministério.

Diante desses fatos, já foram cinco Ministros que caíram; outros dois estão agora sob alvo da mira da opinião pública, da imprensa, da oposição. Deveriam também ser afastados. Completaríamos sete. E nós vamos assinar um cheque em branco de R\$62 bilhões para esse Governo?

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estou concluindo.

E aqueles que, de boa-fé, acreditaram que havia uma faxina em curso no Governo já se decepcionaram. Conseguiram enganar com esse *marketing* incompetente de que se realizava uma faxina no Governo do Brasil até setores da imprensa internacional, mas, nesses dias, mesmo esses setores da imprensa internacional já se apresentam frustrados, porque confirmaram que não há faxina alguma no Palácio do Planalto, na Esplanada dos Ministérios. O que há aqui é conivência, é complacência, é, acima de tudo, cumplicidade com a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inscrito para falar pela Liderança do PMDB o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, o Brasil vem passando por uma profunda transformação socioeconômica que alterou positivamente o perfil da sociedade brasileira. A recente expansão da economia se deu basicamente em virtude da conjugação de três fatores: o aumento da massa salarial, os reajustes do salário mínimo acima da inflação e os programas sociais do Governo Federal. Resultado desse esforço foi a expressiva redução da pobreza, a migração social, o aumento do consumo e o fortalecimento do mercado interno.

Apesar de todo esse esforço, reconhecido mundialmente, todos sabem, através de sucessivos prêmios internacionais recebidos pelo Presidente Lula – e por falar no Presidente Lula, mais uma vez, quero, desta tribuna, desejar muita força na recuperação da sua saúde. O País continua mobilizado, pedindo a Deus todos os dias que isso aconteça rapidamente –, apesar de tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil ainda precisa fazer o dever de casa em relação

a um dos temas mais candentes da atualidade, que é a segurança pública e um dos principais braços do crime: o consumo e o tráfico de drogas, verdadeira epidemia que está matando nossos jovens, nosso futuro e comprometendo nossa vocação de crescimento.

A banalização está associada a uma droga mais barata mais letal e que gera dependência de maneira instantânea, que é o *crack*. Ele se espalhou muito rapidamente pelo País e, além de tragédias diárias, como mortes, degradação, roubos e agressões, ele está sobrecarregando o nosso já sobrecarregado sistema de saúde.

O mais recente levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios é alarmante. Ele revela que o *crack* está substituindo o álcool nos Municípios de pequeno porte e áreas rurais. Em outras palavras, Sr. Presidente, em português claro, significa dizer que o *crack* está generalizado no País. Dentre os 4,4 mil Municípios pesquisados, 89,4% indicaram que enfrentam problemas com a circulação de drogas em seu território e 93,9% com o consumo. O uso de *crack* é comum em 90,7% dos Municípios. Ele já não distingue mais classes e está espalhado por toda a sociedade. O custo efetivo das ações de combate ao *crack* e outras drogas nos Municípios chega a R\$ 2,5 bilhões.

A pesquisa mostra ainda que, em 67% das cidades brasileiras, o consumo de *crack* já está acarretando problemas extras para os serviços públicos de saúde, e nada menos do que 58% dos Municípios relataram problemas com a segurança devido ao *crack* e outras drogas.

O consumo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme pesquisa anterior, já atinge 98% dos Municípios brasileiros. Isso é, com todas as letras, uma epidemia, e uma epidemia que já foi reconhecida pelo próprio Conselho Federal de Medicina. É como epidemia, como estado grave de saúde pública que esse problema deve ser enfrentado.

O Governo estima que perto de 0,7% da população seja dependente, o que indica perto de um milhão de usuários. Esse percentual é assustadoramente discrepante dos dados da Organização Mundial de Saúde, que projetam seis milhões de dependentes no Brasil, ou seja, o equivalente a 3% da população.

A complexidade e a urgência do problema que está dizimando famílias exigem um programa harmônico e com metas e prazos a serem atingidos. É preciso conjugar políticas de segurança pública, ações sociais e políticas de saúde pública. O Plano Nacional de Combate ao Crack precisa ser harmonizado, atualizado e ter suas atribuições aclaradas.

Ações policiais de repressão e combate ao tráfico são recomendáveis – claro, sempre defendemos

isso – para reduzir a oferta, mas elas, infelizmente, não esgotam o problema. Mesmo sabendo que o aumento no número de homicídios está ligado à proliferação do *crack*, é preciso investir – e rapidamente – na multiplicação de centros de tratamento especializados. Os centros de atendimento psicossocial, por exemplo, são insuficientes para o atendimento, e a recomendação mundial é de um centro para cada setenta mil habitantes. Até mesmo os leitos de rápida desintoxicação, hoje são apenas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois mil e quinhentos e precisam chegar, no Brasil, rapidamente a dez mil unidades.

Precisamos, urgentemente, reduzir os números dessa tragédia. Segundo o próprio Conselho Federal de Medicina, o *crack* mata um terço dos usuários, apenas um terço deixa o vício e outro um terço permanece no vício. Ou seja, dois terços têm muita dificuldade para se livrarem da droga.

Ninguém no mundo tem ou teve um modelo vitorioso de combate ao *crack*, já que o consumo dessa droga está muito associado ao perfil econômico do País. Enquanto, nos países do primeiro mundo, houve uma migração para anfetaminas, no Brasil, ocorreu a corrida para o *crack*, e, agora, corremos o risco de enfrentar uma droga ainda mais destrutiva e mais barata, conhecida como *óxi*.

O escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime revelou, em sua última publicação, um aumento vertiginoso na circulação do *crack* no Brasil. Em apenas cinco anos, o Brasil passou a responder por 81% do *crack* apreendido em toda a América do Sul. A droga já é a segunda maior causa de procura nos atendimentos do SUS especializados em abuso de álcool e drogas. O *crack*, Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, no Brasil, só perde em atendimento do SUS para a bebida.

Em Alagoas, como nos demais Estados, a situação é alarmante. A imagem de santos destruídos no altar da escola estadual Benício Dantas, virou, infelizmente, o símbolo na luta contra o tráfico de drogas. A escola foi invadida inúmeras vezes, teve salas, corredores e banheiros destruídos, e o ginásio de esportes virou uma cracolândia. O mais urgente, neste momento, é investir nos centros de recuperação, que são muito poucos em todo o Brasil.

Para este ano, a previsão do Governo foi de um investimento de R\$410 milhões para combater o consumo de crack e outras drogas em três frentes: a prevenção, o combate ao tráfico e o tratamento. As ações estão a cargo de quatro órgãos federais: Ministério da Justiça, com R\$120 milhões; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com R\$100 milhões; Secretaria Nacional Antidrogas, com outros R\$100 milhões e Ministério da Saúde, com R\$90 milhões.

Até julho, o Ministério da Saúde tinha executado boa parte do orçamento na ampliação da assistência direta à saúde de usuários de *crack* e outras drogas, como também na capacitação de profissionais de saúde que atuam neste segmento. As ações incluem ainda aquisição de equipamentos, custeio e implantação de Centros de Atenção Psicossocial; qualificação profissional; capacitação de novos profissionais de saúde; manutenção de consultórios de rua; implantação de Casas de Acolhimento Transitório; financiamento de leitos de internação específicos para usuários de álcool e drogas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu interrompo para, com muita satisfação, recolher o aparte desse querido amigo, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Renan, eu quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda, porque todo cidadão brasileiro deve estar muito preocupado com o que vê toda hora na televisão sobre o consumo do *crack*. Mas, como disse muito bem V. Ex^a, tem outras drogas que passam, como álcool, por exemplo. Eu fico feliz quando vejo a Rede Globo fazer um programa de combate ao fumo de maneira intensa, mas não vejo a mesma coisa em relação ao álcool. E todos os especialistas dizem que o álcool é a grande porta para as demais drogas. V. Ex^a disse que os gastos com os usuários de droga são muito maiores do que com os outros. E se o álcool é a porteira, qual adolescente não prova álcool – e tenho testemunho – com 13 ou 14 anos de idade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – É muito comum.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então, são muito importantes alguns pontos a que V. Ex^a se refere e quero aqui adicionar mais um. É lógico que o programa de atenção ao usuário de qualquer dessas drogas, especialmente do *crack* que é devastador, é fundamental. Os programas de prevenção e tratamento são muito importantes. Mas há o abastecimento, que nós precisamos atacar. E não atacar simplesmente por meio da apreensão de drogas. Graças a Deus que a Presidente Dilma lançou um plano que não existia no Brasil, que é o Plano Estratégico de Fronteiras, porque é pelas nossas fronteiras, notadamente as terrestres, que entram as armas e as drogas que vêm de países como a Colômbia, a Bolívia, o Peru e outros vizinhos nossos que têm fronteiras secas ou aquáticas com o nosso País. Depois que foi aprovada a Lei do Abate, o avião deixou de ser usado, mas, mesmo assim, ainda é. Portanto, tem que se fazer um casamento de ações,

tanto a vigilância maior das fronteiras, como o problema de atenção ao usuário. Se você combate as duas pontas, o fornecedor e o usuário que fica dependente, nós vamos ter realmente um País melhor. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo oportuno tema e o brilhantismo com que aborda o mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu agradeço, sensibilizado, o aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, e concordo inteiramente com ele. É fundamental que haja a unificação dessas políticas públicas. A Presidente Dilma tem tomado iniciativas e talvez seja esta mesmo a hora de nós trabalharmos para garantirmos, no orçamento da União, recursos para que essas políticas públicas sejam levadas adiante.

É com muita satisfação que agradeço o aparte a V. Ex^a. Nós temos que combater o tráfico, que cuidar das fronteiras. Mas nós temos que garantir o atendimento, o tratamento, a recuperação e, para que tudo isso aconteça, precisamos fundir essas políticas, garantir recursos e acreditar que os resultados virão. Tenho absoluta convicção de que com essa determinação, com essa mobilização e com esses esforços os resultados virão mesmo.

Obviamente, Sr. Presidente, ninguém espera resolver esse problema, esse drama num passe de mágica. O que é preciso, urgentemente, como falei, como o Senador Mozarildo falou, é articular as políticas, integrar os órgãos, harmonizar as ações, para que não condenemos toda uma geração à morte pela inação dos órgãos públicos, pela falta de políticas harmonizadas, pela falta de recursos.

Era isso que tinha a comunicar.

Um outro fato, Sr. Presidente, e já encerro, que queria comunicar desta tribuna do Senado Federal, é que nos últimos dias, sobretudo, durante esses meses todos, esses últimos anos, nós temos somado esforços em favor da construção de um estaleiro no Município de Coruripe, no Estado de Alagoas. Ultimamente, como falei, tenho conversado com o Governador do Estado, pessoalmente e por telefone. Conversamos com a Presidente Dilma, conversamos com o ex-Presidente Lula, quando ele esteve aqui para tratar da reforma política, há alguns meses, conversamos com a diretores da Petrobras para que o Estado de Alagoas não deixe de ter, neste momento importante para a atração desse investimento que vai gerar desenvolvimento, emprego e renda para os alagoanos, o apoio da Petrobras.

Temos várias frentes que estão sendo trabalhadas. Uma delas, Sr. Presidente, é a licença ambiental para o estaleiro, que já foi encaminhada. Tivemos uma audiência com o Governador do Estado e a Bancada Federal toda, os Deputados e Senadores, com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e a questão

está sendo resolvida. Uma outra frente é que se encerrou o prazo do estaleiro de Alagoas no Fundo da Marinha Mercante. É uma coisa que, sem problema nenhum, pode ser renovada e será renovada. Essa é a garantia que todos nós temos. Mas precisamos, fundamentalmente, garantir, junto à Petrobras especialmente, o pedido para que sejam construídas sondas pelo estaleiro de Alagoas. Isso é fundamental para que a empresa, o empresário, possa dar as garantias que o financiamento exige. Falamos com a Presidenta Dilma, tivemos outras reuniões com setores do Governo e esperamos que isso efetivamente evolua.

Faço da tribuna do Senado Federal esse apelo. O Estado de Alagoas precisa muito desse investimento. É um investimento privado, claro que é um investimento privado. Dez estaleiros serão construídos no Brasil nesses próximos meses, no rastro do pré-sal. Cinco estaleiros já foram começados. É fundamental também que, nesse esforço nacional, tenhamos o estaleiro de Alagoas. O que for preciso fazer, como tenho dito, vou continuar fazendo para que possamos concretizar esse estaleiro fundamental para o Estado, para o desenvolvimento e para a geração de renda que vai, sem dúvida nenhuma, melhorar a vida dos alagoanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras; telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado; pessoas que nos dão a honra de suas presenças na nossa tribuna, uma das coisas mais tristes, porém mais nobres, da função de um parlamentar é fiscalizar e denunciar as coisas erradas que são feitas. É um rótulo até muito suave dizer “coisas erradas” para aquilo que podemos chamar de roubalheira, o que é feito em alguns setores da vida pública nacional, e, hoje, quero abordar isso no meu Estado.

Tenho recebido diversas mensagens e telefonemas, minha equipe no Estado tem feito visitas, fotografado e filmado o estado das rodovias federais em Roraima. Hoje, na verdade, há seis rodovias federais no Estado, que é um Estado quase do tamanho do Estado de São Paulo, um Estado que fica no extremo norte. E, apesar de o meu Estado estar na Amazônia e de todo mundo achar que na Amazônia só há transporte pelos rios, os rios, no meu Estado, não são navegáveis, exceto a parte sul do chamado rio Branco quando desemboca no rio Negro, no Amazonas. O resto dos rios não é navegável, não serve, portanto, de meio de

transporte para ninguém. Portanto, as rodovias é que são realmente o grande meio de transporte para escoar a produção, para levar os alunos principalmente das áreas rurais para as escolas.

É alarmante ver os escândalos que já foram publicados na imprensa nacional, que são denunciados quase diariamente na imprensa local, aliás pelo único jornal que faz oposição ao atual Governador e que, portanto, é o único que tem a coragem de dizer a verdade.

Quero aqui chamar a atenção dos senhores, com dados oficiais. Todas as vezes que faço denúncias e mostro essas roubalheiras, quero mostrar números que são oficiais. Em valores de hoje, podemos fazer um comparativo geral.

De 2003 até 2006, em quatro anos, portanto, o total de recursos que foi para Roraima, para essas rodovias federais, notadamente para a BR-210, que é uma rodovia que une os Municípios de Caracaraí, de São João da Baliza, de São Luiz do Anauá e de Caroebe, foi de R\$13 milhões; para todas as rodovias, foram destinados R\$114 milhões.

De 2007 a 2010, ano da eleição – depois, vou dar os dados de 2011 também –, durante o governo do atual Governador, que está em processo de cassação pelo TRE – ele já foi cassado uma vez e está no TSE para ser cassado na próxima semana, já no segundo processo, Senador Renan, em que já há dois votos pela cassação, além do parecer do Ministério Público –, foram destinados para Roraima R\$569,2 milhões, praticamente R\$570 milhões, enquanto, nos quatro anos anteriores ao governo dele, foram destinados para o Estado apenas R\$114 milhões. Quer dizer, é uma coincidência que o Governador, assumindo em 2007, já em campanha, tenha conseguido levar tantos recursos para Roraima, mas o pior é que, mesmo assim, as estradas estão intransitáveis.

Na BR-174, que liga a capital Boa Vista à capital do Amazonas, Manaus – é brincadeira! –, há placas com o número de buracos e de trechos em que não se transita. Na BR-210, que é essa de que falei e que une os quatro Municípios de Caracaraí, de São Luiz do Anauá, de São João da Baliza e de Caroebe, os moradores de lá não a chamam de rodovia nem de BR, chamam-na de buraqueira, de lamaçal, porque não dá para transitar ali. Todo ano, há uma obra atrás da outra, tapa-buraco, recapeamento, e a rodovia continua como quando começou a ser construída. Isso já foi objeto de investigação pelo próprio Ministério dos Transportes, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), e o Ministério Público Federal está investigando detalhes, porque isso não é possível.

Se considerarmos até o ano de 2011, até este momento, já foram liberados para o Governo de Roraima, para essas rodovias federais, R\$745 milhões. Vejam bem, meus caros amigos de Roraima, notadamente os do interior: foram liberados R\$745 milhões! Só para a BR-174, que liga Boa Vista a Manaus e também Boa Vista à Venezuela, foram destinados R\$511 milhões. E é a rodovia da roubalheira e da buraqueira!

Para a BR-210, já mencionada, ao todo, até 2011, foram destinados R\$150 milhões. É uma molecagem o que se faz! A BR-432, que era uma rodovia estadual, a antiga RR-170, que, por lei de minha iniciativa, transformou-se em rodovia federal, recebeu apenas R\$23 milhões. Ela é uma rodovia estratégica que se une à BR-401 e vai até a BR-174 e a BR-210, passando por uma área extremamente produtiva do Município do Cantá, do Município de Caracaraí. Já que quem destinava a maioria das emendas para essa região era eu – e não faço parte de roubalheira –, o valor liberado foi bem menor. Para a BR-433, outra rodovia que era estadual e que, fruto de um trabalho meu, foi transformada em rodovia federal, foram liberados apenas R\$19 milhões. Enquanto isso, para a BR-174, foram destinados R\$511 milhões e, para a BR-210, R\$105 milhões. Ao todo, foram destinados para o Estado R\$745 milhões.

Estou dizendo todos esses números aqui de maneira muito clara. A planilha está aqui. Vou pedir a V. Ex^a, Senador Anibal Diniz, que ela seja transcrita como parte integrante de meu pronunciamento, para que fique registrado nos Anais do Senado que aqui não compartilho com isso ou faço de conta que não estou vendo essa roubalheira. Lembro a figura daqueles três macaquinhos: um deles fica com as mãos nos olhos, para dizer que não está vendo; o outro fica com as duas mãos no ouvido, para dizer que não está ouvindo; e o terceiro fica com as duas mãos na boca, para não falar. Eu não só estou vendo as roubalheiras, como também estou ouvindo as denúncias e estou falando da tribuna do Senado, porque é meu dever, como Senador, como Parlamentar, como representante do meu Estado, denunciar e chamar a atenção dos órgãos fiscalizadores.

Não posso aceitar isso em um Estado pequeno como o meu, carente de um monte de coisas. Inclusive, 57% de seu território são reservas indígenas. Portanto, não pode haver ações nem estaduais nem mesmo federais nessas áreas, a não ser aquelas que os índios desejem. Fora isso, há mais 20% de áreas de conservação, de reservas ecológicas, como queriam chamá-las. Portanto, sobram ao Estado em torno de 20% de sua área territorial. Nesses 20%, está a população que produz e que foi levada para lá, Senador Anibal, pelo Incra, que fez assentamentos, que fez rodovias.

Por falar em Incra, também quero chamar a atenção para o fato de que recursos da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada do combustível que todo mundo consome e destinada a rodovias estaduais, às chamadas rodovias vicinais, foram para Roraima, de 2007 a 2011, no valor de R\$39,8 milhões, quase R\$40 milhões. E as estradas vicinais estão ainda em pior estado do que as rodovias federais. Então, é um descalabro, é uma roubalheira mesmo! Nisso tem de ser colocado um fim!

Vou fazer, novamente, um ofício para o novo Ministro dos Transportes e para o novo Diretor do Departamento Nacional da Infraestrutura de Transporte (Dnit), que, por sinal, é um roraimense, é uma pessoa de Roraima, e vou pedir providências também ao Tribunal de Contas da União, para que, de fato, seja estancada a roubalheira e para que o Governo Federal assuma a execução dessas obras, que, hoje, estão delegadas ao Governo estadual, que nada mais faz do que roubar. Então, não é possível mesmo que continue desse jeito.

Defendo que tudo o que se faça no Estado ou no Município seja delegado para o Estado e para o Município, mas, nesse caso, defendo o contrário, defendo que o Governo Federal assuma essa responsabilidade e, inclusive, utilize o Batalhão de Engenharia de Construção, que lá está e que é do Exército, para fazer a maioria das obras, porque aí não vai haver roubalheira. Ou que contrate empresas para fazê-lo – nada tenho contra as empresas –, desde que sejam empresas idôneas, empresas que tenham capacidade de execução da obra, e desde que a obra seja fiscalizada palmo a palmo. Não é possível precisarmos das rodovias, elas existirem pelo menos no traçado geográfico do Estado, mas não serem, de fato, concluídas e feitas de maneira correta.

E olha que meu Estado, Senador Anibal, diferente do seu Estado e do restante da Amazônia, não é aquela área da Amazônia em que chove todo o ano. Em metade do ano, não chove; na outra metade do ano em que chove, dá até para se trabalhar. Mas, pelo menos na metade do ano, pode-se trabalhar sem chuva. Então, não há a desculpa de dizer: “É difícil construir estrada na Amazônia”. Isso não ocorre na Amazônia de Roraima. Na Amazônia que vai, por exemplo, do Amazonas para Rondônia, onde há uma rodovia importante que não está concluída, que é a 369, realmente há dificuldade de se construir, mas isso não ocorre nas nossas rodovias, não.

E as vicinais, então? Lá de Caroebe, um Município situado no extremo oeste, na fronteira com o Pará – nosso Estado faz fronteira com o Pará –, tenho recebido reclamações de produtores de banana, que é a grande produção daquele Município, de que as rodovias,

tanto as federais, quanto as estaduais, as chamadas vicinais, são inexistentes, porque, como eles dizem, não existe verdadeiramente uma rodovia, existe um caminho cheio de buracos e de lama, quando chove, e cheio de poeira, quando não chove.

Na verdade, é triste ter de vir à tribuna, mais uma vez, para fazer essa denúncia. Como diz a Presidente Dilma: “Não podemos pactuar com os malfeitos”. Eu acho que malfeito ainda é uma coisa suave. Quando um filho nosso faz uma má-criação, uma desobediência, isso é um malfeito. Isso eu chamo de roubalheira mesmo! Nem uso a palavra “corrupção”, porque é muito suave, muito *soft*, muito intelectualizada. O que existe mesmo lá é roubalheira!

O atual Governador assumiu porque o Governador titular morreu. Ele não recebeu nenhum voto, era um ilustre desconhecido que nunca tinha disputado nenhuma eleição. Ele assumiu pela morte do Governador. A partir daí, concentrou um trabalho imenso em se eleger, perdeu o primeiro turno e, no segundo turno, virou e ganhou por mil votos, fazendo os maiores absurdos do mundo, entre os quais está o recurso no Tribunal Superior Eleitoral que trata do uso da rádio do Governador para fazer campanha desde que ele assumiu até o dia da eleição. Inclusive, ele faz campanha radical e mentirosa. Dizem: “Ah, mas só porque usou a rádio?”. Essa Rádio Roraima, que é do Governo, Senador, é a grande comunicadora do Estado, porque é ouvida em todo o Estado, diferentemente de outras rádios que existem lá. Há uma única da oposição. Quanto às televisões, nem a Globo tem repetidoras eficazes que possam levar informação isenta a toda a população. Portanto, essa rádio foi decisiva, foi um dos itens decisivos para fazer a diferença de mil votos que o Governador teve no segundo turno.

Quero concluir, fazendo um apelo à Presidente Dilma, ao novo Ministro dos Transportes, ao novo Diretor-Presidente do Dnit e ao Tribunal de Contas da União, à CGU, à Procuradoria da República, porque são recursos federais, para que, de fato, ponha-se um fim nessa roubalheira e para que se punam os culpados, porque é jogo pesado. Aliás, muita gente, até amigos meus, dizem: “Mozarildo, não entre nessa, porque não adianta, esse é um esquema pesado de corrupção”. Mas aprendi uma coisa, desde cedo: compactuar com o mal, compactuar com bandidagem é ser bandido. Fazer de conta, como eu disse, como os macaquinhos, que botam as mãos nos olhos, botam as mãos nos ouvidos e põem as mãos na boca, também é ser corrupto como os outros, mesmo que não pratique o ato. Isso é uma coisa que sempre digo aos jovens do meu Estado, porque eles não podem compactuar com isso.

Eu me lembro sempre da frase do grande líder negro norte-americano, Martin Luther King, que disse que o que mais o preocupava não era o grito, a ousadia, a corrupção dos maus, mas, sim, o silêncio dos bons. O que acontece se os bons ficam calados, se os bons acham que não vale a pena denunciar, que não vale a pena apontar esses erros? Qualquer cidadão, por mais simples que seja, pode denunciar. Quando vê uma coisa errada, uma roubalheira, ele pode denunciar até anonimamente. Se não denunciar para a Polícia do Estado – infelizmente, o Governador manda na Polícia do Estado –, pode denunciar para a Polícia Federal, para o Ministério Público Estadual, que tem independência, para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público Federal, ou, então, pode mandar as denúncias para mim. Vou, logicamente, analisá-las e denunciar, porque não fui eleito para compactuar com a destruição do meu Estado. Pelo contrário, fui eleito para colaborar para que as pessoas do meu Estado possam viver melhor, e, com esse tipo de roubalheira, as pessoas do meu Estado não vão viver melhor. Pelo contrário, a cada dia que passa, principalmente os mais pobres sofrem mais, porque ficam ilhados em Caroebe, em Rorainópolis, naqueles Municípios mais distantes, sem poder transportar o pouco que produzem, sem poder se locomover no momento de uma doença ou até mesmo sem poder mandar seus filhos para a escola.

Então, quero concluir meu pronunciamento, até mesmo antes de finalizar o meu tempo, Senador Aníbal Diniz, que preside a sessão, reiterando o pedido de transcrição dessas tabelas, porque realmente é um escândalo que não pode ficar impune. Não podemos ficar empurrando isso com a barriga ou fazendo concertos. Roubalheira se combate com prisão, com punição dos culpados e com a correção da execução.

O Governo do meu Estado não tem moral para tocar essas obras. O Governo Federal tem a obrigação de rescindir a delegação que faz e de não repassar mais esses recursos para o Governo do Estado, mas, sim, executar isso diretamente, de maneira honesta. Não é que um governo de Estado não possa executar isso de maneira honesta. É que esse Governo que está lá não é honesto, não executa as coisas como devem ser. Isso já está fartamente comprovado. Mas vou reiterar, repito, ao Ministro, ao Presidente do Dnit e aos órgãos fiscalizadores o pedido de aprofundamento dessas questões.

Muito obrigado.

Peço a transcrição, portanto, dessa matéria.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

VALORES REALIZADOS EM OBRAS NAS RODOVIAS DE RORAIMA (2003-2011)

RODOVIA	ANO				TOTAL
	2003	2004	2005	2006	
BR-174	-	-	-	-	-
BR-210	-	3.600.000,00	8.068.828,50	2.000.000,00	13.668.828,50
BR-401	-	-	-	-	-
BR-431	-	-	-	-	-
BR-432	-	4.050.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	11.050.000,00
BR-433	-	-	-	-	-
NI	5.499.841,00	14.509.751,00	25.119.392,80	44.768.896,00	89.897.880,80
TOTAL	5.499.841,00	22.159.751,00	35.188.221,30	51.768.896,00	114.616.709,30

RODOVIA	ANO				TOTAL
	2007	2008	2009	2010	
BR-174	70.000.000,00	105.019.971,00	38.855.945,00	156.000.000,00	369.875.916,00
BR-210	11.469.270,82	4.275.000,00	13.884.146,00	53.539.011,00	83.167.427,82
BR-401	-	4.264.300,00	5.776.000,00	6.964.406,00	17.004.706,00
BR-431	-	-	-	-	-
BR-432	4.600.000,00	10.438.200,00	1.940.000,00	4.520.000,00	21.498.200,00
BR-433	-	3.800.000,00	2.400.000,00	8.700.000,00	14.900.000,00
NI	62.799.920,00	-	-	-	62.799.920,00
TOTAL	148.869.190,82	127.797.471,00	62.856.091,00	229.723.417,00	569.246.169,82

RODOVIA	ANO	TOTAL	RECURSOS CIDE	
	2011	2007-2011	cide 2007	9.519.612,57
BR-174	141.574.078,08	511.449.994,08	cide 2008	8.054.726,16
BR-210	21.949.667,31	105.117.095,13	cide 2009	4.887.728,08
BR-401	6.215.810,20	23.220.516,20	cide 2010	9.043.117,91
BR-431	-	-	cide 2011	8.298.782,85
BR-432	1.907.658,47	23.405.858,47	TOTAL	39.803.967,57
BR-433	4.950.000,00	19.850.000,00	Valores da CIDE são aplicados em rodovias estaduais.	
NI	82.993,84	62.882.913,84		
TOTAL	176.680.207,90	745.926.377,72		

NI= não identificado por BR

Os valores da tabela até 2010 são os liquidados, i.é., foram serviços efetivamente realizados e entregues a administração pública, ainda que não tenham sido pagos integralmente.

A partir de 2008 os valores referentes a conservação e manutenção começaram a ser liquidados por BR, o que não acontecia até então.

Recursos da CIDE são, por determinação da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, aplicáveis somente em infraestrutura de transportes. Os valores acima já se encontram descontados da cota-parte dos municípios.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Agora, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que está sendo prestigiado nas galerias por funcionários do Itamaraty.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal Diniz, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Pedro Simon, eu vou tratar aqui de dois temas.

Um, sobre a nossa Constituição e as minhas preocupações com os direitos dos trabalhadores, que estão fazendo com que diversas centrais sindicais pasassem a realizar atos nos Estados em defesa dos direitos do trabalhador da área pública, da área privada, dos aposentados, dos pensionistas e de todos aqueles que são discriminados.

O outro tema, Sr. Presidente, refere-se a uma correspondência que recebi do Sinditamaraty. Eu sei que os companheiros estão aqui, na tribuna, acompanhando esse debate. Eu li toda a carta que recebi. Acompanhei e mediei, num primeiro momento, o processo de entendimento e negociação. E vocês vão perceber que vou discorrer sobre a carta. Diplomáticamente, não lerei todos os termos que foram usados em relação ao Ministro, mas vou à essência, vou ao coração da questão. E vou ler aqui todas as reivindicações que vocês apresentaram, e que estão aqui neste documento.

Sr. Presidente, não é com alegria não – é com uma certa insatisfação –que eu venho à tribuna, porque quando eu fiz essa reunião, recebendo as lideranças dos funcionários das nossas embaixadas no exterior e das embaixadas de outros países no Brasil, eu aguardava que pudesse, quem sabe neste mês de novembro, dezembro, chegar à tribuna do Senado e falar do grande acordo, nos moldes, por exemplo, do que construímos na regulamentação da profissão de motorista, inclusive com os empresários e trabalhadores; que conseguimos, este ano, a regulamentação da profissão dos comerciários, unindo empresários e trabalhadores, e como avançamos em outros temas.

Mas, enfim, quero hoje registrar correspondência que recebi dos servidores e funcionários do Serviço Exterior Brasileiro, Sinditamaraty (Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores), que falam das missões, repartições diplomáticas do Brasil no exterior, a Operação Despertar, bem como das embaixadas, dos consulados e dos organismos internacionais no País (Sindinações).

O que diz a correspondência, Sr. Presidente?

Diz a correspondência dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal:

“Senhor Senador,

Em nome das entidades que representamos, procuramos V. Ex^a com vistas a... [dialogar e buscarmos saídas para o que está acontecendo com o nosso Itamaraty em relação às nossas solicitações]. Como se recordará V. Ex^a, defendemos os interesses de servidores e funcionários do Serviço Exterior Brasileiro (Sinditamaraty), das missões e repartições diplomáticas do Brasil no exterior (Operação Despertar), bem como das embaixadas, dos consulados e dos organismos internacionais no País (Sindinações).

[Infelizmente] o Ministro responsável pelas Relações Exteriores do Brasil... [não está apto, no nosso entendimento, a dialogar, a informar, a negociar saídas para o impasse, deixando em xeque a situação dos servidores públicos] ...que necessitam, para exercer suas funções, de dignidade, de respeito, da garantia dos direitos assegurados em lei, compatíveis com as vicissitudes a que estão sujeitos por servir ao País, ora na Pátria, ora no exterior”.

Aí querem lembrar e fortalecer a memória de todos para o seguinte fato:

“... que o funcionamento regular das chancelarias requer a harmonização do trabalho de diplomatas, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelaria, servidores integrantes do PGPE e do PCC, além de contratados locais.

Ademais, talvez não queira levar em conta que os privilégios e imunidades consagrados pela Convenção de Viena não desobrigam a obediência a normas e costumes nacionais...

Muito menos autorizam governos estrangeiros e organismos internacionais a violar as leis locais, particularmente as de natureza trabalhista, como se o país que acolhe missão estrangeira fosse uma pacata e condescendente colônia da era dos impérios”.

E diz mais:

“Como é do conhecimento de V. Ex^a, Sr. Senador, os brasileiros contratados por embaixadas, repartições consulares e missões diplomáticas brasileiras encaminharam um manifesto à Excelentíssima Senhora Presidente da República, com cópia para... [V. Ex^a e para outras] autoridades do País.

O documento denunciou o histórico descaso com relação à situação funcional desses trabalhadores, cujos vínculos empregatício e previdenciário são precários e que perdem poder de compra, em razão de salários defasados há mais de dez anos.

Ao contrário de outras autoridades que também receberam essas reclamações, V. Ex^a [referindo-se, naturalmente, à Comissão de Direitos Humanos] convocou prontamente uma audiência pública para melhor compreender o assunto”.

Infelizmente, tivemos naquele período o falecimento do nosso querido – o querido é por minha conta, mas sei que eles concordam – ex-Presidente da República e Senador desta Casa, Itamar Franco, que acabou, com isso, suspendendo a realização do evento.

“V. Ex^a propôs, então, reunião entre representantes da administração do MRE, do movimento “Operação Despertar”, do Sindinações e do Sinditamaraty, em busca de um [grande] entendimento.

No entanto, conforme relatado verbalmente a Vossa Excelência,... [esse campo de entendimento não avançou].

O diálogo como mecanismo privilegiado de solução de controvérsias,... [não aconteceu]”.

Enfim, a interlocução que esperavam que acontecesse entre funcionários, servidores e o Itamaraty até o momento não resultou em nada.

“Assim agindo, evidenciou, uma vez mais, o que já se sabe, ou seja, que o MRE é uma caixa preta cujos segredos exclusivos... [não temos acesso a eles].

Nem mesmo os sucessivos governos têm conseguido desvelar a denúncia da Operação Despertar, constituindo, apenas, [como dizem eles], a ponta de um iceberg.

Em síntese, os representantes da Operação Despertar, do Sindinações e do Sinditamaraty atenderam a sugestão de V. Ex^a [no

caso, minha] e aceitaram dialogar com a administração do MRE”.

A experiência, segundo dizem aqui, não foi positiva, ou seja, não alcançou o resultado mínimo que esperavam.

“A Operação Despertar não foi reconhecida [sequer] pelos advogados da União ou pela administração do Itamaraty.

Para que as reivindicações dos contratados locais sejam recebidas pelo MRE, a Advocacia-Geral da União exigiu a criação de uma associação representativa de classe, o que visa a protelar a oitiva dos anseios desses trabalhadores e a desmotivá-los de promover qualquer reivindicação.

O Sindinações não conseguiu obter do cerimonial do MRE qualquer ação profícua contra os abusos praticados por diplomatas estrangeiros contra trabalhadores brasileiros.

No processo judicial aberto contra o Presidente do Sindinações, a resposta do MRE ao pedido de apuração dos fatos foi o envio à Justiça da opinião unilateral do diplomata estrangeiro.

O Sinditamaraty tampouco conseguiu fazer prosperar sua tentativa de apresentar e defender as reivindicações dos funcionários do MRE.

É verdade que o Itamaraty se importa pouco com a sorte de seus servidores, com a condição dos contratados locais nos postos no exterior...”.

Enfim, dizem estar fazendo essa reclamação por estarem preocupados com o destino dos brasileiros que trabalham em representações diplomáticas e consulares estrangeiras sediadas aqui no território nacional, ou seja, no Brasil.

E as embaixadas aqui chegam ao cúmulo de ignorar as normas da CLT. O mesmo fazem os organismos internacionais, entre eles, o Pnud, que, na verdade, não cumpre as relações trabalhistas.

Pelo que dizem aqui, nos encontros realizados entre os trabalhadores e a administração do Itamaraty, ficou patente que a chefia não parece disposta a tomar conhecimento de tudo isso que nos relatam aqui. E nos pediram que viesse à tribuna do Senado, o que estou fazendo neste momento.

“O que chega ao conhecimento da Corregedoria do Serviço Exterior dificilmente recebe o tratamento adequado [que gostaríamos].

Esta, aliás, tem deixado de cumprir sua função de buscar apurar indícios de provas suficientes para a abertura de processos disciplinares [...].

Se o Senhor Senador pedir ao Ministro das Relações Exteriores que disponibilize a esta Comissão de Direitos Humanos a correspondência ostensiva trocada nos últimos meses entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em Lusaca, por exemplo, tomará, então, conhecimento de problemas funcionais graves que deixam de ser considerados pela administração do MRE.

Em suma, [Sr. Presidente], os servidores do Quadro Permanente do MRE e os contratados locais dos postos do Itamaraty no exterior reivindicam nada menos do que a elaboração e a implementação de uma política de recursos humanos para o órgão.

Do ponto de vista dos trabalhadores, essa política precisa ter como pressuposto fundamental o reconhecimento das pessoas como bem estratégico de maior importância”.

Isso vale não só em nosso País, mas no mundo.

“Em anexo, V. Ex^a encontrará a Pauta de Reivindicações Unificada que a Operação Despertar elaborou em agosto último.

O Sinditamaraty anexa, ainda, cópia dos ofícios que encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores e ao Subsecretário-Geral das Relações Exteriores, comunicações que não mereceram [segundo nosso entendimento], por parte das mencionadas autoridades... [a devida atenção].

Nessas condições, Senhor Senador, a Operação Despertar, o Sindinações e o Sinditamaraty contam com o empenho e a generosidade de Vossa Excelência no sentido de abrir canais pelos quais as vozes dos servidores e funcionários possam ser ouvidas.

Por fim, eles reafirmam aqui as suas demandas, [Sr. Presidente].

Por parte do Sinditamaraty pedimos que sejam asseguradas as mesmas garantias quanto à concessão de passaportes aos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, inclusive inativos, podendo, inclusive, promover futuramente a alteração/adaptação do decreto à vontade da lei.

Ademais, solicitamos que intervenha junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para obter a necessária autorização

para a nomeação dos 75 candidatos excedentes do concurso para a carreira de Oficial de Chancelaria, realizado em 2009”.

É aquela velha história: realizam o concurso, não chamam, fazem outro concurso e continuam não chamando. Enfim, é um problema da máquina pública brasileira, que tenho aqui comentado diversas vezes na tribuna.

“Outras demandas nossas são: remuneração por subsídio para todas as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro; promoção dos servidores das carreira de Chancelaria, que, desde 1993, aguardam vaga para a Classe Especial; revisão dos mecanismos de remoção com estabelecimento de regras objetivas e transparentes, que coadunem os interesses da Administração e os dos servidores e cumprimento de Decreto 6.856/09.

Já a Operação Despertar, que compõe os funcionários locais, ou seja, que trabalham em embaixadas e consulados brasileiros no exterior está solicitando: [que haja a devida adequação] reajuste salarial imediato, com base nos índices de inflação dos respectivos países, descontados os percentuais dos reajustes que, porventura, tenham sido concedidos no mesmo período de forma individual ou coletiva a cada funcionário; pagamento imediato das parcelas do empregador ainda não pagas relativas às contribuições previdenciárias de todos os contratados locais assegurados pelo INSS [ou seja, que se pague a Previdência]; a lista de todos os contratados locais contratados em todos os postos mundo afora; alteração do Decreto 1.570/95, para incluir a legislação trabalhista e previdenciária brasileira como subsidiária à lei local [ou seja, que se respeite a CLT e as normas que norteiam a previdência de todos os brasileiros]; inclusão dos auxiliares locais como empregados de apoio à carreira do serviço exterior, ou seja, dos auxiliares locais onde não exista legislação local previdenciária que permita a filiação dessas pessoas [o que entendo mais do que justo].

Nessas condições, Sr. Senador, concluem [as lideranças desses trabalhadores do Itamaraty dizendo]: a Operação Despertar, o Sindinações, o Sinditamaraty contam com o empenho e a generosidade de V. Ex^a no sentido de abrir canais pelos quais as vozes dos servidores e funcionários possam ser ouvidas.”

Li, conforme foi acordado, a carta. Tentei ser o mais fiel possível. Fui além inclusive do que ia inter-

pretar, porque, à medida que fui lendo, fui, na verdade, seguindo exatamente o que estava escrito. E digo a vocês, aqui da tribuna do Senado, que vou encaminhar este pronunciamento às autoridades competentes com o único objetivo de que seja retomado o diálogo e a negociação.

Esperamos que, a partir deste momento, consigamos fazer com que prevaleça o bom senso e sejam assegurados a esses trabalhadores os pleitos mínimos que aqui são solicitados. Faremos esse encaminhamento. *(Palmas)*.

Sr. Presidente, aproveitarei ainda este espaço que tenho nesta manhã de sexta-feira. Eu fui Deputado Federal Constituinte e tenho uma bela recordação daquele período do bom debate, do bom combate. Nós fazíamos oposição. A sociedade organizada e os caras-pintadas foram fundamentais para aprofundar cada artigo, inciso, linha; enfim, o que está hoje na nossa Carta Magna.

Por isso, Sr. Presidente, quero lembrar que agora em outubro, no mês passado, completamos 23 anos de vigência da nossa Constituição. Com razão – eu diria aqui – o saudoso Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição a definiu como Constituição Cidadã.

É isto que essa moçada está pedindo, no fundo: o cumprimento da CLT e o que manda a Constituição.

Sr. Presidente, eu confesso a todos que o momento mais sublime da minha vida parlamentar se deu nos debates de que participei, em votações da Constituinte. Era a minha estreia. E tudo, desde a gravata, que eu não era acostumado a usar como operário metalúrgico, bem como o próprio paletó, que hoje uso e com o qual me acostumei, para mim era novidade e, ao mesmo tempo, um grande desafio.

Lembro-me, Sr. Presidente, do primeiro discurso que fiz quando aqui cheguei, pedindo para acabar com o voto secreto no Congresso Nacional. Estou aqui há 26 anos e continuamos votando secretamente, infelizmente, inúmeras matérias aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados. Inúmeras assembleias já o aboliram, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul, onde não há voto secreto em hipótese alguma. Mas aqui continua.

Enfim, Sr. Presidente, estou lembrando que trocar porta de fábrica pela tribuna da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, no meu entendimento, era dar voz aos trabalhadores no espaço institucional e participar como agente de um dos momentos mais importantes da história do nosso País.

Lembro-me de que a frase que guiou a minha campanha para chegar a ser Constituinte era a seguinte: o meu compromisso e a minha vida serão a

defesa dos trabalhadores das áreas pública e privada, dos aposentados e pensionistas e de todos aqueles que são discriminados.

Continuo, Sr. Presidente, com esse compromisso de vida e com essa coerência em todo período no qual fiquei na Câmara, por quatro mandatos; e também aqui no segundo mandato como Senador da República.

Mas, Sr. Presidente, fomos eleitos, eu e mais uma pequena bancada de lideranças sindicais, não só do PT, mas do PMDB, do PCdoB, do PDT, depois veio o MUP, do PMDB, que foi fundamental. Lembro-me de outros quadros que hoje estão no PSB, no PC; enfim, de outros partidos com o firme propósito de avançar nos direitos dos trabalhadores.

Tínhamos um compromisso inabalável e vínhamos sufocados por anos de ditadura e retração econômica, principalmente com o agravamento da crise econômica no início dos anos 80. A inflação alta, o desemprego, a falta de perspectiva econômica de curto prazo ...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –... e as liberdades restringidas foram o combustível da mudança política no Brasil, que acabou elegendo Tancredo Neves Presidente em 1985.

Embora o povo tenha sido derrotado na campanha das “Diretas Já”, em 1984, eu diria que de certa forma amortecido pelo milagre do Plano Cruzado, editado logo no início pelo governo Sarney, as eleições de 1986 foram de fato o embrião da grande mudança no Brasil de hoje, pois ali elegemos personagens como Luiz Inácio Lula da Silva para a Assembleia Nacional Constituinte; ali estavam Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, figuras que marcaram época da sua forma, no seu período e no seu tempo.

Nesse contexto, formamos fileiras com outros Constituintes e estávamos convencidos de que aquela era a hora para se introduzir avanços na Constituição.

Não queríamos apenas uma Constituição de roupa nova, mas queríamos uma Carta com cunho forte, corajoso e voltado para o social, capaz de resgatar para os trabalhadores promessas históricas, sempre adiadas, sob os mais cínicos argumentos.

Lembro-me que era uma época de grandes greves e mobilização social. Lembro-me dos movimentos da CUT e da Força Sindical, inclusive fui secretário-geral da CUT e fui vice-presidente das confederações e federações que cumpriram um papel fundamental no acompanhamento e na pressão nos Constituintes. Lembro-me aqui até dos cartazes “Traidores do Povo”. Lembro-me de muitos Constituintes que me pediam: “Paim, pede para tirar o meu nome lá daqueles cartazes Traidores do Povo porque eu votarei acompanhando a

vontade dos trabalhadores”. E eu o fiz. E o movimento sindical me ouviu e diversos nomes foram retirados. Isso ajudou muito para que a Constituição, que embora não atendesse a tudo aquilo que nós queríamos, tivesse sido, na época, o que foi possível.

Lembro-me que os movimentos sociais levaram à formação do Centrão, que era a aglutinação de Parlamentares Constituintes de perfil mais conservador e pouco afetos às mudanças que queríamos e que se impunham nas votações, por sua forte maioria, de cerca de 290 Constituintes que compunham o Centrão.

Minha participação e a de outros tantos Constituintes com vínculos nitidamente trabalhistas e sociais era no sentido de constitucionalizar o maior número de direitos dos trabalhadores. Tínhamos claro que quando você crava na Constituição é muito difícil retirar, precisa de três quintos em duas votações.

Estávamos resabiados com interpretações restritivas adotadas, na época, pelo Tribunal Superior do Trabalho e com forte resistência dos empregadores que avançavam na concessão de maiores benefícios ao poder econômico e não à classe laboral.

A luta por conquistas sociais, Senador Mozarildo – V. Ex^a que fez parte desse bloco progressista –, também tinha que sair das páginas policiais e se alojar nas páginas do campo social, econômico e político, pois o trabalho é e sempre foi fator fundamental não só de desenvolvimento econômico, mas também de progresso, bem-estar social e combate à violência.

O Partido dos Trabalhadores me destacou para esse embate, pois fui o único Deputado Constituinte da Bancada para a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e depois, com mais alguns companheiros, para a Comissão da Ordem Social. Lá conseguimos avanços. Inserimos no art. 7º da Constituição um rol de direitos de forma paulatina. Fomos, assim, aprovando alguns artigos que, entendo, são fundamentais. Estão lá, do art. 6º ao art. 12º da nossa Constituição.

O maior receio das forças conservadoras era com a estabilidade no emprego. Aí, a tática foi radicalizada. Sabíamos que não íamos aprovar a estabilidade no emprego e fomos agregando outros valores de forma a que o avanço aconteceu por uma terceira via, digamos, saindo do foco da estabilidade.

Sr. Presidente, a instituição de multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi natural face à impossibilidade de aprovarmos a estabilidade.

Negociamos, firmamos posição, e fomos aos poucos assegurando direitos, como a elevação da hora-extra para no mínimo 50% da hora normal e conseguimos agregar às férias mais um terço na sua remuneração

e avançamos no aviso-prévio proporcional. Depois de 26 anos, enfim, este ano, a gente conseguiu assegurar.

Trouxemos da legislação infraconstitucional temas que não imaginávamos pudessem ser constitucionalizados, mas tínhamos o dever de fazer o bom combate. Hoje, são direitos consagrados e constituem patrimônio da classe trabalhadora, que os incorporou definitivamente ao seu patrimônio.

A igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais foi uma vitória incrível, que fez sucumbir um modelo de exploração que não dava ao trabalhador rural nem parte dos direitos que temos consagrado para os trabalhadores urbanos, ou seja, da cidade.

E assim, Sr. Presidente, tinha que ser, pois o êxodo rural já tinha alcançado índices alarmantes e somente o estabelecimento de mesmos direitos para trabalhadores do campo e da cidade poderia frear a migração dos trabalhadores para os grandes centros.

A proibição do trabalho do menor, que até então era de 12 anos e passou para 16 anos, é outra conquista que só o tempo demonstrará a sua importância e relevância. O lugar da nossa molecada, dos nossos jovens é na escola. Só depois dos 16 anos, a partir da Constituição nova, eles estarão no local de trabalho.

Aos poucos, Sr. Presidente, penso que não avançamos em tudo aquilo que queríamos, mas foi um momento importante.

Não vou ler toda a análise que fiz desses 26 anos após iniciarmos o trabalho da Constituinte e 23 anos da Carta Magna, que veio à promulgação depois de dois anos de atuação, mas quero conceder um aparte, com alegria, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que também foi constituinte, estava na mesma trincheira que nós naquela oportunidade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, fico muito feliz que V. Ex^a faça essa análise. Sou testemunha do seu trabalho na Constituinte. Trabalhamos juntos em muitos temas, principalmente nessa questão do direito dos trabalhadores, na questão da saúde, na questão dos aposentados. Acho que realmente é muito importante, apesar de que, aqui e acolá, a gente veja alguns artigos, algumas críticas à nossa Constituição, dizendo que ela é uma colcha de retalhos, que é muito detalhista, mas muita gente não analisa que estávamos vivendo um momento pós-regime de exceção, em que todas as demandas reprimidas da sociedade, que todos os sofrimentos de todas as categorias, principalmente dos mais humildes, dos trabalhadores, queriam a garantia de que os seus direitos estivessem inscrito na Constituição. Acho que fizemos esse trabalho. É evidente, como frisou V. Ex^a, eram forças díspares, de interesses de toda a Nação, de todas as regiões. Por exemplo, no meu caso de

Roraima, uma bandeira minha, fora todos os direitos individuais e coletivos, era a transformação de Roraima na situação de território federal, que durava 45 anos, em Estado. E conseguimos, justamente fazendo a boa negociação, a transformação de Roraima e Amapá em Estados. E também, até aproveitando que está havendo um plebiscito no Pará para decidir sobre a criação de dois novos Estados, foi a Constituinte que estabeleceu esse critério democrático de que a criação de novas Unidades da Federação passasse por plebiscito. Então, antes – tanto Roraima quanto Amapá foram decisão da Constituinte, mais legítima, portanto, como o Tocantins também foi uma decisão da Constituinte –, Mato Grosso e Rondônia foram criados por um decreto presidencial. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a, que faz muito bem em lembrar o trabalho da Constituinte, e, notadamente, quero ressaltar o empenho de V. Ex^a nesse trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero dizer que o seu partido foi fundamental na época. Lembro aqui do Gastone Righi também. Muitas das propostas que estão aqui o PTB, na época, ajudou muito para torná-las realidade; uma delas, que ajudei inclusive, foi a questão do salário mínimo. É graças àquela redação que hoje o salário mínimo está em US\$350, a partir principalmente do governo Lula, quando valia US\$60 e foi para US\$70. Enfim, avançamos na linha que a Constituição fortaleça o direito dos trabalhadores e dê oportunidades iguais para trabalho no embate desfavorável com o capital.

Eu diria, Sr. Presidente, que como é bom. Alguns diziam que esta Constituição ia ser um entrave para a nossa democracia...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... e não foi nada disso que aconteceu, não foi entrave e muito pelo contrário. Estamos hoje numa situação mais que positiva. Como é bom chegar aos jornais e ver as manchetes dizendo: classe D cresce 15% em dois anos e atinge marca histórica. A tudo isso quero também aqui somar o trabalho do Presidente Lula e da Presidenta Dilma e não deixo de reconhecer o trabalho feito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente com a estabilidade da moeda e com a criação do real.

Sr. Presidente, aqui faço as considerações finais, mostrando que a nossa Constituição nunca foi entrave para o progresso do País, porque muitos diziam: “O País não dá certo por causa dos Constituintes”. Nada a ver, tanto que está aí: nós caminharemos rapidamente para estarmos entre as cinco maiores economias do

mundo, e claro que eu sonho um dia estarmos entre as chamadas economias do Primeiro Mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E termino dizendo, Sr. Presidente, só o seguinte, Senador Anibal Diniz, que se criou um mito – eu ouvi nestes dias aqui no Plenário alguém citar – de que nós não assinamos a Constituição. Eu repito mais uma vez: não é verdade! É só pegar aqui no museu da Casa e estão lá os que assinaram: toda bancada do PT, inclusive Lula, eu, Olívio Dutra... Assinamos, sim! Votamos contra diversos artigos porque entendíamos que eles poderiam avançar mais. Mas faz parte do embate democrático daqueles que entendem que a Constituição cidadã deveria ter avançado mais do que avançou. Mas reconhecemos a Constituição, tanto que onde perdemos, perdemos e assinamos a Constituição. Eu tenho a foto. Inclusive, a meu lado, está meu filho Jean, hoje com 35 anos, e que à época era moleque. Ele veio aqui e a assinamos... Então, eu só faço esse depoimento claro e nítido...

(Interrupção do som)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou terminar, Senador Anibal Diniz.

Mas é claro que, no nosso entendimento, deveríamos avançar mais! Quando nós mesmos, hoje aqui... E V. Ex^a é testemunha de que falam que sou um pouco rebelde – não V. Ex^a – porque eu quero que a Presidenta Dilma avance ainda mais e procure colaborar com o bom debate.

Todo o mundo sabe do meu carinho e respeito a meu querido Presidente Lula. E olha que eu disse “meu querido Presidente”, meu querido ex-Presidente Lula, que há de se recuperar, durante seus oito anos de governo, nós dialogamos muito e não dá para negar que o Presidente Lula atendeu a inúmeras reivindicações nossas. O Estatuto do Idoso é realidade porque Lula intercedeu – e é um projeto de nossa autoria; o Estatuto da Igualdade Racial, se não fosse o Presidente Lula, não seria lei. Quanto à política de salário mínimo, nós fizemos uma Comissão Mista e viajamos pelo País; depois, o Presidente Lula fez a mediação. Ela não existiria se não fosse o Presidente Lula. Mas nós interagimos com o governo. Nessa mesma linha que nós agimos na Assembleia Nacional Constituinte e estamos agindo com a Presidenta Dilma. E é nessa mesma linha que falo do Itamarati... Ninguém aqui é contra o Itamarati. Não! Nós queremos o Itamarati cada vez mais forte, mas nos damos o direito de pedir que eles olhem com mais carinho para nossos trabalhadores do Itamarati, tanto aqui quanto no exterior.

Era isso, Presidente.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, se quiser considerar na íntegra, eu ficaria feliz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Eu o convido a assumir a presidência para que eu possa usar da palavra. Logo em seguida, falará o Senador Pedro Simon.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar correspondência que recebi dos servidores e funcionários do Serviço Exterior Brasileiro (SINDITAMARATY), das missões e repartições diplomáticas do Brasil no exterior (Operação Despertar), bem como das Embaixadas, dos Consulados e dos organismos internacionais no país (SINDINAÇÕES).

A Correspondência diz:

“Ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

Sr. Senador,

Em nome das entidades que representamos, procuramos Vossa Excelência, com vistas a denunciar o descaso que o Itamaraty vem dedicando às nossas solicitações. Como se recordará Vossa Excelência, defendemos os interesses de servidores e funcionários do Serviço Exterior Brasileiro (SINDITAMARATY), das missões e repartições diplomáticas do Brasil no exterior (Operação Despertar), bem como das Embaixadas, dos Consulados e dos organismos internacionais no país (SINDINAÇÕES).

O Ministro responsável pelas Relações Exteriores do Brasil parece ter se esquecido de que as atividades de representar, informar, negociar são realizadas por servidores públicos que necessitam, para exercer suas funções, de dignidade, de respeito, da garantia dos direitos assegurados em lei, compatíveis com as vicissitudes a que estão sujeitos por servir ao país, ora na pátria, ora no exterior.

O ministro parece, também, ter apagado da memória o fato de que o funcionamento regular das chancelarias requer a harmonização do trabalho de Diplomatas, Oficiais de Chancelaria, Assistentes de Chancelaria, servidores integrantes do PGPE e do PCC, além de contratados locais.

Ademais, talvez não queira levar em conta que os privilégios e imunidades consagrados pela Convenção de Viena não desobrigam a obediência a normas e costumes nacionais...

Muito menos autorizam governos estrangeiros e organismos internacionais a violar as leis locais, particularmente as de natureza trabalhista, como se o país que acolhe missão estrangeira fosse uma pacata e condescendente colônia da era dos impérios.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, senhor Senador, os brasileiros contratados por Embaixadas, Repartições Consulares e Missões Diplomáticas brasileiras encaminharam um manifesto à Excelentíssima Senhora Presidente da República, com cópia para as altas autoridades do país.

O documento denunciou o histórico descaso com relação à situação funcional desses trabalhadores, cujos vínculos empregatício e previdenciário são precários e que perdem poder de compra, em razão de salários defasados há mais de dez anos.

Ao contrário de outras autoridades que também receberam essas reclamações, Vossa Excelência convocou prontamente uma audiência pública, para melhor compreender o assunto.

Infelizmente, o falecimento do Senador Itamar Franco suspendeu a realização do evento.

Vossa Excelência propôs, então, reunião entre representantes da Administração do MRE, do movimento “Operação Despertar”, do Sindinações e do SINDITAMARATY, em busca de um entendimento.

No entanto, conforme relatado verbalmente a Vossa Excelência, o Ministério que tão bem defende, em foros internacionais. O diálogo como mecanismo privilegiado de solução de controvérsias, recusou interlocução com os legítimos representantes de funcionários e servidores.

Assim agindo, evidenciou, uma vez mais, o que já se sabe, ou seja, que o MRE é uma “caixa preta”, cujos segredos exclusivos. Nem mesmo os sucessivos governos têm conseguido desvelar, a denúncia da “Operação Despertar” constituindo, apenas, a ponta de um iceberg.

Em síntese, os representantes da “Operação Despertar”, do Sindinações e do SINDITAMARATY atenderam a sugestão de Vossa

Excelência e aceitaram dialogar com a Administração do MRE.

A experiência não foi das melhores, não tendo logrado qualquer resultado.

A “Operação Despertar” não foi reconhecida pelos advogados da União ou pela Administração do Itamaraty.

Para que as reivindicações dos Contratados Locais sejam recebidas pelo MRE, a Advocacia Geral da União exigiu a criação de. Uma associação representativa de classe, o que visa a protelar a oitiva dos anseios desses trabalhadores e a desmotivá-los de promover qualquer reivindicação.

O Sindinações não conseguiu obter, do Cerimonial do MRE, qualquer ação profícua contra os abusos praticados por Diplomatas estrangeiros contra trabalhadores brasileiros.

No processo judicial aberto contra o Presidente do Sindinações, a resposta do MRE ao pedido de apuração dos fatos foi o envio, à Justiça, da opinião unilateral do diplomata estrangeiro.

O SINDITAMARATY tampouco conseguiu fazer prosperar sua tentativa de apresentar e defender as reivindicações dos funcionários do MRE.

É verdade que o Itamaraty se importa pouco com a sorte de seus servidores, com a condição dos contratados locais nos Postos no exterior...

Ou com o destino dos brasileiros que trabalham em representações diplomáticas e consulares estrangeiras sediadas no Brasil.

Estas, aliás, chegam ao cúmulo de ignorar as normas da CLT. O mesmo fazem os organismos internacionais, entre eles o PNUD, que disfarça relações trabalhistas em “consultorias”.

Nos encontros realizados entre os trabalhadores e a Administração do Itamaraty, ficou patente que a chefia não parece disposta a tomar conhecimento do que ocorre nas dependências das representações diplomáticas e consulares brasileiras no exterior.

O que chega ao conhecimento da Corregedoria do Serviço Exterior dificilmente recebe tratamento adequado.

Esta, aliás, tem deixado de cumprir sua função de buscar apurar indícios de provas suficientes para abertura de processos disciplinares administrativos.

Se o Senhor Senador pedir ao Ministro das Relações Exteriores que disponibilize, a essa Comissão de Direitos Humanos, a correspondência ostensiva trocada, nos últimos meses.

Entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em Lusaca, por exemplo, tomará, então, conhecimento de problemas funcionais graves que deixam de ser considerados pela Administração do MRE.

Em suma, os servidores do Quadro Permanente do MRE e os contratados locais dos Postos do Itamaraty no exterior reivindicam nada menos do que a elaboração e a implementação de uma política de recursos humanos para o órgão.

Do ponto de vista dos trabalhadores, essa política precisa ter como pressuposto fundamental o reconhecimento das pessoas como bem estratégico de maior importância.

Em anexo, Vossa Excelência encontrará a “Pauta de Reivindicações Unificada” que a “Operação Despertar” elaborou em agosto último.

O SINDITAMARATY anexa, ainda, cópia dos ofícios que encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores e ao Subsecretário-Geral Das Relações Exteriores, comunicações que não mereceram, por parte das mencionadas autoridades, nem ao menos uma ação interlocutória.

Nessas condições, Senhor Senador, a “Operação Despertar”, o Sindinações e o SINDITAMARATY contam com o empenho e a generosidade de Vossa Excelência, no sentido de abrir canais pelos quais as vozes dos servidores e funcionários possam ser ouvidas.

Por fim, eles reafirmam as suas demandas:

Por parte do SINDITAMARATY pedimos que sejam asseguradas as mesmas garantias quanto à concessão de passaportes aos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, inclusive, inativos, podendo e devendo, inclusive, promover futuramente a alteração/ adaptação do Decreto à vontade da Lei.

Ademais, solicitamos que intervenha junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão para obter a necessária autorização para a nomeação dos setenta e cinco candidatos excedentes do concurso para a carreira de Oficial de Chancelaria, realizado em 2009.

Outras demandas nossas são: remuneração por subsídio para todas as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro; Promoção dos servidores das carreiras de chancelaria que, desde 1993, aguardam vaga para a Classe Especial; Revisão dos mecanismos de remoção com o estabelecimento de regras objetivas e transparentes, que coadunem os interesses da Administração e os dos servidores e cumprimento do decreto 6856/09.

Já a “Operação Despertar”, que compõe os funcionários locais, ou seja, que trabalham em embaixada e consulados brasileiros no exterior está solicitando:

Reajuste salarial imediato com base nos índices de inflação dos últimos dez anos dos respectivos países descontados os percentuais dos reajustes que, porventura, tenham sido concedidos no mesmo período de forma individual ou coletiva a cada funcionário; Pagamento imediato das parcelas do empregador ainda não pagas relativas às contribuições previdenciárias de todos os contratados locais assegurados pelo INSS; A lista de todos contratados locais contratados em todos os postos mundo afora; Alteração do Decreto 1570/95 para incluir a legislação trabalhista e previdenciária brasileira como subsidiária à lei local; Inclusão dos auxiliares locais como empregados de apoio à carreira do serviço exterior, ou seja, dos auxiliares locais onde não exista legislação local previdenciária que permita a filiação dessas pessoas;

Nessas condições, senhor senador, a concluem. A “Operação Despertar”, o Sindinações e o SINDITAMARATY contam com o empenho e a generosidade de Vossa Excelência, no sentido de abrir canais pelos quais as vozes dos servidores e funcionários possam ser ouvidas.”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, completamos, em 5 de outubro de 2011, vinte e três anos de vigência da nossa Constituição. Com razão, o saudoso Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, que ao promulgar a Constituição, a definiu como “Cidadã”.

Confesso a todos, que o momento mais sublime de minha vida parlamentar se deu nos debates e votações da Constituinte. Era minha estréia e tudo, desde

a gravata e o paletó, era novidade e, ao mesmo tempo, um grande desafio.

Trocar a porta de fábrica pela tribuna da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte era dar voz aos trabalhadores no espaço institucional e participar como protagonistas de um momento histórico do nosso País.

Fomos eleitos, eu e mais uma pequena bancada de lideranças sindicais, não só do PT, mas também do PMDB, do PC do B, do PDT e outros partidos com o firme propósito de fazer valer os direitos dos trabalhadores. Tínhamos um compromisso inabalável e vínhamos sufocados por anos de ditadura e retração econômica, principalmente com o agravamento da crise econômica do início dos anos oitenta.

A inflação alta, o desemprego, a falta de perspectiva econômica de curto prazo, e as liberdades restritas foram o combustível da mudança política no Brasil, que elegeu Tancredo Neves, Presidente, em 1985.

Embora o povo tenha sido derrotado na Campanha das “Diretas Já” em 1984 e, de certa forma, amortecido pelo “milagre” do Plano Cruzado editado logo no início pelo Governo Sarney, as eleições de 1986 foram de fato o embrião da mudança, com a eleição de personagens como Luiz Inácio Lula da Silva para a Assembléia Nacional Constituinte.

Neste contexto, formamos fileiras com outros Constituintes e estávamos convencidos de que aquela era a hora para se introduzir avanços na Constituição. Não queríamos apenas uma Constituição de roupa nova, mas uma Constituição com forte cunho social, capaz de resgatar para os trabalhadores promessas históricas, sempre adiadas, sob os mais cínicos argumentos.

Lembro-me que era uma época de grandes greves e mobilização social. A Central Única dos Trabalhadores – CUT, da qual era secretário geral e depois vice-presidente, assumiu um papel fundamental na mobilização social, e mal conseguia acompanhar os rumos da Constituinte.

Os movimentos sociais levaram à formação do “Centrão”, que era a aglutinação de parlamentares Constituintes de perfil mais conservador e pouco afeitos a mudanças substanciais e que se impunha nas votações, por sua forte maioria de cerca de duzentos e noventa Constituintes.

Minha participação e de outros tantos Constituintes com vínculos trabalhistas, era no sentido de constitucionalizar o maior número de direitos dos trabalhadores. Estávamos resabiados com interpretações restritivas adotadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e com a forte resistência dos empregadores

em avançarem na concessão de maiores benefícios nas negociações coletivas.

A luta por conquistas sociais também tinha que sair das páginas policiais e se alojar nas páginas econômicas, pois o trabalho é e sempre foi fator primordial não só de desenvolvimento econômico, mas também de progresso e bem-estar social.

O Partido dos Trabalhadores me destacou para esse embate, pois fui o único Deputado Constituinte da Bancada indicado para a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e depois com mais alguns companheiros, para a Comissão da Ordem Social.

Lá, conseguimos um grande feito. Inserimos no art. 7º da Constituição, um rol de direitos que, de forma paulatina, foi sendo aprovado pela Constituinte, até o final, com a sua promulgação definitiva.

O maior receio dos empregadores e das forças conservadoras era com a estabilidade no emprego, e com essa tática, radicalizando neste item, fomos agregando valor em outros pontos, de tal forma que a flexibilização posterior da estabilidade, convertida em proteção contra a despedida arbitrária ou imotivada e com a instituição de multa de quarenta por cento sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS foi natural face à impossibilidade política da aprovação de regras mais rígidas neste quesito.

Negociamos, firmamos posição e fomos aos poucos assegurando direitos como a elevação da hora-extra para no mínimo cinquenta por cento da hora normal e conseguimos agregar às férias mais um terço na sua remuneração.

Trouxemos da legislação infraconstitucional temas que não imaginávamos pudessem ser constitucionalizados. Hoje são direitos consagrados e constituem patrimônio da classe trabalhadora, que os incorporou definitivamente ao seu patrimônio.

A igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais foi uma vitória incrível, que fez sucumbir um modelo de exploração econômica do campo completamente atrasada e ultrapassada. E assim tinha que ser, pois o êxodo rural já tinha alcançado índices alarmantes e somente o estabelecimento de mesmos direitos para trabalhadores da cidade e do campo poderia frear a migração dos trabalhadores para a “cidade grande”.

A proibição do trabalho do menor, que até então era de doze e passou para dezesseis anos é outra conquista que só o tempo demonstrará a sua importância e relevância.

Aos poucos, penso que não constitucionalizamos somente direitos, mas valores e ideais, severamente criticados por alguns no início, mas que deixaremos como legado para as gerações futuras que pretende-

mos possam constituir uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

A redução da jornada de trabalho de quarenta e oito para quarenta e quatro horas só foi alcançada porque estávamos numa Assembléia Constituinte.

Em legislaturas ordinárias tal progresso é muito mais difícil, tanto é que desde 1988, nenhum avanço neste sentido pode ser observado.

O salário mínimo desvinculado pode crescer e hoje representa mais que trezentos dólares quando na época não chegava nem a cem. Milhões de trabalhadores ascenderam socialmente, o País cresceu e se tornou mais justo.

Constitucionalizar direitos é possibilitar o progresso com justiça social de uma nação. É dar oportunidades iguais para trabalho e capital. É permitir a acumulação da riqueza com política justa de distribuição de renda que resgata da marginalidade uma multidão de brasileiros.

E qual não é nossa alegria ao ler estampado como manchete de jornal: “Poder de compra da Classe D cresce 15% em dois anos e atinge R\$ 400 bilhões”.

É a Constituição Cidadã dando certo! É ela que impulsiona o País, pois sem a constitucionalização dos direitos dos trabalhadores, muitos deles já teriam sido revogados e extintos pela onda neoliberal que vigorou neste País por alguns anos.

Importante salientar que o marco constitucional originário é de uma força e robustez que ninguém neste País se atreveria hoje a propor a revogação de direitos assegurados na Constituição. A constitucionalização de direitos tem inúmeros críticos, mas foi a constitucionalização que deu estabilidade às relações de trabalho e permitiu a ascensão social e econômica dos trabalhadores.

Não seríamos a sexta maior economia do mundo em 2011 sem os avanços da Constituição Cidadã de 1988!

Muitas vezes ouvi reclamações de que estávamos querendo quebrar o Brasil aumentando o custo das empresas com a aprovação de direitos demais. Empresários, políticos, consultores, alertavam para o risco de tornar inviável a formalização de mão-de-obra.

O mais incrível de tudo isso é que foi o mercado doméstico que nos livrou da crise de 2008 alavancado pela demanda de bens e serviços das Classes C e D.

Atrevo-me a dizer para os juristas que militam na área do direito do trabalho, que a Constituição de 1988 foi um divisor de águas, um marco de valor intangível e ainda não bem compreendido por todos.

A ONU e suas organizações previram que o Brasil só chegaria onde está hoje, em 2011, por volta de 2035, e já chegamos lá, e o melhor?

Estamos chegando juntos, capital e trabalho, com uma força que assusta lá fora.

O Direito do Trabalho sempre foi olhado com antipatia, com ranço, e até com raiva. Hoje, quase não se escutam reclamações ou alarmes sobre o “Custo Brasil”, o que vemos são reclamações por falta de mão-de-obra, porque o Brasil cresceu tão rápido que não foi possível formar todo o contingente profissional necessário em tão pouco tempo.

Avançaremos mais ainda, mas quero alertar para propostas de convocação de uma nova Constituinte. Não imagino necessária ou politicamente responsável fragilizar a Lei Maior quando o que precisamos é de estabilidade institucional com o incremento dos ajustes prudenciais e necessários para assegurarmos o desenvolvimento do País, o que é função ordinária do Congresso Nacional.

Recentemente a Presidenta Dilma promulgou a Lei nº 12.506, de 13 de outubro de 2011, que regula o aviso prévio proporcional. E isso foi possível porque a Constituição de 1988 criou ferramentas, como o mandado de injunção, que possibilitam ao cidadão provocar o Poder Judiciário quando o Congresso Nacional deixa de fazer a sua parte. Foi o que aconteceu com o aviso prévio proporcional, após o julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal.

Ainda precisamos que o Congresso Nacional confira mais efetividade às matérias constitucionais que contêm eficácia limitada. Por fim, considero importante registrar, que sem o apoio dos profissionais do direito, como advogados, juízes, procuradores, defensores não conseguiríamos chegar aonde chegamos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra neste momento a Senador Anibal Diniz e, em seguida, ao Senador Pedro Simon. Na sequência, ao Senador Cristovam.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é com muita alegria que ocupo a tribuna na manhã desta sexta-feira para falar de um avanço muito importante que aconteceu no Estado do Acre no dia de ontem, que foi a Delegacia da Receita Federal no Estado do Acre apresentar seu relatório favorável ao alfandegamento da nossa Zona de Processamento de Exportação, a ZPE.

Ontem, tivemos um ato histórico lá em Rio Branco, exatamente no local em que está implantada a Zona de Processamento de Exportação do Estado do Acre. E gostaria de aproveitar este momento para historiar um pouquinho sobre essa luta pela Zona de Processamento de Exportação.

Em primeiro lugar, a assinatura do decreto criando a nossa Zona de Processamento de Exportação aconteceu em junho de 2010 pelo Presidente Lula. Aliás, foi o último ato de peso do Presidente Lula em favor do Estado do Acre. Depois de tantos atos, de tantas visitas, de tantos benefícios ao povo do Acre concedidos pelo ex-Presidente Lula, ele terminou assinando o decreto de implantação da nossa Zona de Processamento de Exportação. Esse passo é muito importante, porque o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre só vai lograr sucesso na sua integralidade se pudermos dar um passo tecnológico diferenciado. Para isso, a Zona de Processamento de Exportação vai cumprir um papel fundamental.

Sempre citamos em nossos pronunciamentos que o Estado do Amazonas tem 98% de suas florestas preservadas, mas tem, há 30, anos a Zona Franca de Manaus, que faz toda a diferença na geração de empregos e na contribuição para um nível de renda maior do povo de Manaus. Ao passo que, no Estado do Acre, temos 87% de nossas florestas preservadas, mas sem uma zona franca, ou seja, todo o trabalho para ter garantido, ao longo dos anos, esses 87% de florestas preservadas foi muito em função da resistência que se estabeleceu com os embates liderados por Chico Mendes e, depois, fundamentalmente, pela presença do governo da floresta, iniciado por Jorge Viana, que teve continuidade com o Governador Binho e, agora, tem sequência com o Governador Tião Viana.

Por que isso, para nós, tem um significado especial? Porque o Governo de Jorge Viana teve o mérito de levar para as políticas públicas exatamente aquilo que era reivindicação dos movimentos sociais organizados e fez o governo da floresta, a ideia de florestania, o zoneamento ecológico-econômico, que definiu as bases para os investimentos e quais eram as peculiaridades e particularidades de cada uma das regiões do Estado para os investimentos. Isso tudo contribuiu para menor pressão sobre a floresta.

Não tivesse sido o governo da floresta implantado em 1999 por Jorge Viana, certamente, o índice de desmatamento hoje no Acre seria muito maior do que os 13% já convertidos – doze ponto alguma coisa, quase 13%. Certamente, esse percentual seria muito maior.

Todas as pessoas que participaram desse processo até aqui avaliam que a Zona de Processamento de Exportação é uma espécie de cereja no bolo do projeto

de desenvolvimento sustentável do Acre, é exatamente o passo que faltava. O Acre precisa da sua industrialização. E essa industrialização vai ganhar um salto de qualidade agora, com o reconhecimento da nossa Zona de Processamento de Exportação.

O Secretário da Indústria e do Comércio, Edvaldo Magalhães, lembrou que as mudanças que as Zonas de Processamento de Exportação realizaram nas grandes cidades do mundo foram fundamentais e que isso, certamente, vai acontecer também com a nossa Zona de Processamento de Exportação.

Ontem, o Governador Tião Viana estava muito feliz e fez até uma referência a Henry Ford, o americano que popularizou o automóvel, dizendo que, quando ele resolveu criar uma linha de produção com base na borracha em plena floresta amazônica, em 1928, a falta de um estudo e de planejamento revelando o verdadeiro potencial da região levou a sua Fordlândia ao fracasso, à falência.

Foi citando esse momento ímpar da história da industrialização amazônica que o Governador Tião Viana recebeu, ontem, o relatório final do processo de alfandegamento da Zona de Processamento de Exportação do Acre, a ZPE, a primeira nesse modelo no Brasil.

O Governador Tião Viana disse também que estamos nos preparando para um futuro de desenvolvimento, de maior qualidade salarial, de maior qualidade de vida. Hoje, estamos discutindo o futuro da industrialização da Amazônia e a era da ousadia absoluta e de máxima determinação.

Estava presente e fez a entrega do relatório com a aprovação do pedido de alfandegamento do Estado do Acre para a Zona de Processamento de Exportação o Delegado da Receita Federal, Sr. Leonardo Barbosa Frota. Ele apresentou o relatório e enviou para a Superintendência da Receita Federal em Belém, para que seja validado nos próximos trinta dias.

No entendimento da equipe da Receita Federal do Acre, a ZPE está pronta para ser alfandegada, e o Delegado fez essa afirmação na frente do Governador Tião Viana, do Secretário de Indústria e Comércio, Edvaldo Magalhães, e de todas as pessoas presentes, parlamentares, autoridades do Estado, e também do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre, o Sr. Carlos Sasai.

Quero dar este testemunho aqui, Senador Paim, porque tive a honra de estar presente, com o Presidente Lula, com o Governador à época, Binho Marques, com o atual Senador Jorge Viana e, à época, o Senador Tião Viana, que hoje é Governador do Acre, no momento em que o Presidente Lula assinou esse

decreto, criando a Zona de Processamento de Exportação do Acre.

Há poucos dias, quando eu conversava aqui no Senado com o Senador Eduardo Braga, lá do Amazonas, justamente para falar sobre o tanto que eles levaram vantagem sobre nós do Acre – o Amazonas levou vantagem a partir da Zona Franca de Manaus –, ele perguntou: “Em que pé está a ZPE do Acre?”. Eu falei para ele: “Está dependendo do alfandegamento”. E ele disse: “Ah, então falta tudo, porque o alfandegamento é o que há de mais difícil. São muitas ZPEs solicitando esse alfandegamento, e é aí que esbarram todas as dificuldades, toda a burocracia, todos os impeditivos de fazer o processo avançar”.

Quero dizer que estou muito feliz em anunciar que a Receita Federal já deu o seu parecer favorável e, se Deus quiser, nos próximos 30 dias, vamos ter esse processo definitivamente homologado, e vamos ter a alfândega instalada, o processo de alfandegamento concluído, para que as empresas interessadas já possam se apresentar para se instalarem na Zona de Processamento de Exportação do Acre.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que esse relatório só é favorável quando são cumpridas todas as etapas exigidas por um conjunto de leis para a implantação das Zonas de Processamento de Exportação, e o Estado do Acre cumpriu todas essas etapas de maneira exemplar. Exatamente por isso obteve esse parecer favorável do Delegado da Receita Federal no Estado do Acre e de toda a equipe da Receita Federal, que avaliou minuciosamente todos os passos dados.

O Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Acre, Edvaldo Magalhães, lembrou as mudanças que as ZPEs realizaram nas grandes cidades do mundo, usando como exemplo a China. Ele ressaltou que o dia de ontem foi um dia histórico, por conta dessa realização, desse reconhecimento da nossa Zona de Processamento de Exportação como apta a receber o alfandegamento.

Outro aspecto que vale ressaltar é qual é a diferença de uma cidade, ou de um Estado, ou de uma região com ZPE ou não? A ZPE caracteriza-se normalmente como área de livre comércio com o exterior, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados fora do Brasil, sendo considerada zona primária para efeito de controle aduaneiro. É a Lei nº 11.508/2007 que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação. Oitenta por cento da produção de uma empresa dentro da ZPE deverá ser exportada, apenas 20% pode ser comercializada dentro do País.

Vale ressaltar que o Senador Jorge Viana já apresentou uma proposta de lei aqui no Senado para aumentar o que se produz numa ZPE destinada ao mercado local de 20% para 40%, exatamente considerando que temos um País com uma economia muito solidificada neste momento e que é possível, sim, em um mercado em expansão que temos no Brasil, fazer com que pelo menos 40% dos produtos industrializados nas ZPEs no Brasil sejam destinados ao mercado interno.

Ouçó, com atenção, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Anibal, quero cumprimentá-lo pela abordagem desse tema. Nós, que somos da Amazônia – V. Ex^a é do lado oeste; eu sou do extremo norte –, embora a realidade seja diferente, temos os mesmos problemas. O mundo todo e o Brasil todo reclamam que nós mantemos a floresta em pé, mas parece que querem que mantenhamos os seres humanos deitados, mortos. E V. Ex^a coloca um exemplo claro. Por que o Amazonas conseguiu ter a maior preservação de todos os Estados da Amazônia? Porque tem o Polo Industrial de Manaus, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, que hoje é o Polo Industrial de Manaus, que, portanto, produz o suficiente para manter o Estado atendendo as pessoas de maneira adequada. A mesma coisa precisamos o seu Acre e o meu Roraima. Nós estamos também num processo bem avançado da instalação da ZPE, como também da Área de Livre Comércio. Agora, é evidente que são essas atividades, somadas a outras, como turismo, que podem fazer, digamos, o desenvolvimento sustentável, como tanto se badala, da região Norte, da amazônia notadamente, principalmente da nossa amazônia, que é a amazônia ocidental. Então, quero cumprimentá-lo e dizer que, inclusive, sou relator desse projeto do Senador Jorge Viana. Entendo que temos que nos juntar, a Bancada da Amazônia, porque, afinal de contas, somos 27 Senadores da região Norte. Precisamos nos unir. E, obviamente que cada Estado tem a sua peculiaridade, mas, no conjunto, o principal é justamente buscarmos formas de desenvolvimento dos nossos Estados, darmos condições para que as pessoas possam viver melhor sem precisar fazer nenhum tipo de agressão ao meio ambiente ou atos ilícitos. E quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a foi um dos grandes colaboradores também pela aprovação do Código Florestal, que será votado, possivelmente, na semana que vem. Se somarmos tudo isso, com o apoio do Governo Federal minimizando a burocracia, nós rapidamente encontraremos caminhos para que a amazônia – repito –, notadamente a amazônia ocidental, se desenvolva sem, de fato, qualquer tipo de ação em desfavor do meio ambiente ou qualquer coisa. Pa-

rabéns, portanto, pela abordagem. Quero me colocar inteiramente solidário com a tese de V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Parafraseando Steve Jobs, que tem sido muito comentado desde a sua morte, é muito fácil fazermos a amarração dos pontos olhando para o passado; para o futuro é que é difícil. Então, podendo fazer a amarração dos pontos... Quando eu disse que com o Governador Jorge Viana, a partir de 1999, o Acre construiu as bases para um projeto de desenvolvimento sustentável, podemos olhar...

(Interrupção do som.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Toda a infraestrutura instalada para a implantação dessa Zona de Processamento de Exportação foi fruto de um grande e prolongado trabalho. Por exemplo, a rodovia interoceânica, que vai de Rio Branco a Brasileia, Assis Brasil, atravessa o Peru e chega ao Oceano Pacífico é um grande diferencial para justificar o sucesso da ideia de se instalar essa Zona de Processamento de Exportação no Acre. Ela fica exatamente no entrocamento entre as rodovias BR-364 e BR-317. Fica em Senador Guimard a nossa Zona de Processamento de Exportação. E um dos marcos diferenciais que justificaram, digamos, a prioridade para instalação dessa ZPE foi justamente a infraestrutura instalada a partir do governo do Acre, com o apoio total do Presidente Lula. Com o apoio do Presidente Lula, avançou-se muito na BR-364 e construiu-se a BR-317, com destino ao Peru, de tal maneira que hoje se vai de Rio Branco aos portos do Pacífico, no Peru, pela rodovia, o que fará uma grande diferença quando tivermos produtos para exportação, porque, por exemplo, as distâncias entre o Acre e Los Angeles, Vancouver ou Xangai, passando pelos portos do Pacífico, ficam muito menores em vários dias de viagem. Ou seja, a partir de um porto do Peru até esses portos do Oriente ou da costa leste dos Estados Unidos a viagem ficará menor.

Isso tudo foi um diferencial importante para que essa Zona de Processamento de Exportação fosse implementada, compreendida e autorizada pelo Presidente Lula. Outro aspecto interessante é a pressa com que o Governador Tião Viana está fazendo as coisas acontecerem. A equipe do Ministério das Relações Exteriores que esteve presente ao evento disse que não imaginava que o Governador conseguisse, em tão pouco tempo, atender todas as exigências para que a ZPE fosse alfandegada. Ou seja, o Governador Tião Viana está colocando toda a sua alma no sentido de fazer com que as coisas verdadeiramente aconteçam, mesmo diante das dificuldades que enfrenta para go-

vernar um Estado na região amazônica – e são muitas essas dificuldades. Está sendo feito um investimento de R\$25 milhões na implantação dessa ZPE, e eu tenho certeza de que isso vai contribuir imensamente para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o Governador Tião Viana está buscando as mais diversas alternativas para garantir melhorias na economia e na qualidade de vida do povo, seja na produção agrícola, na piscicultura ou na área tecnológica. Agora mesmo, ele está fazendo uma mobilização para a implantação de uma central de atendimento, um *call center*, que vai possibilitar o emprego de algo entre 500 e 2,5 mil jovens. É uma forma de dar alternativas de renda para a população acreana.

Para finalizar, Senador Paulo Paim, eu gostaria de reforçar que recebi da nossa Senadora Angela Portela, de Roraima, uma solicitação especial, já que sou integrante titular da Comissão de Meio Ambiente, no sentido de apresentar uma emenda específica para o Estado de Roraima. Apresentei essa emenda – a Emenda nº 107 –, que foi acatada pelo Relator, o Senador Jorge Viana. O Senador Romero Jucá disse aqui, de público, que, na realidade, essa emenda era dele. A emenda dele tem o mesmo teor, mas a emenda acatada foi uma emenda de minha autoria que propõe o seguinte:

“Dê-se ao § 5º, inciso II, do art. 12 do Código Florestal a seguinte redação:

§ 5º – Nos casos da alínea “a” do inciso I, a reserva legal ficará reduzida para até 50% quando o Estado tiver mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação de natureza de domínio público e terras indígenas homologadas.”

Essa emenda foi proposta integralmente pela Senadora Angela Portela. Ela não pôde apresentá-la porque não fazia parte da Comissão de Meio Ambiente, pediu que eu a apresentasse por ela. Eu apresentei, foi acatada pelo Relator, Senador Jorge Viana, e a Senadora Angela Portela pode perfeitamente prestar contas, junto aos seus aliados do Estado de Roraima, no sentido de que essa emenda foi apresentada, foi acatada, portanto, seu trabalho foi profícuo e produziu o resultado esperado.

Agradeço, Senador Paim, pela atenção.

Desejo que todos tenham um bom final de semana e que voltemos com a energia renovada na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Aníbal Diniz, que fala do trabalho do Governador e ex-Senador Tião

Viana, que é autor, inclusive, da famosa Emenda nº 29, que nós haveremos de votar aqui, espero eu, o mais rápido possível.

Passo a palavra, de imediato, ao nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, companheiro de tantas jornadas.

Depois teremos a alegria de ouvir também o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente, Paulo Paim, Srs. Parlamentares, o assunto é muito delicado. Que eu saiba não tem precedente. Mas parece que agora está marcada para a Comissão de Constituição e Justiça. Quarta-feira, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, vai encontrar tempo para ler o seu parecer sobre a indicação da nova Ministra do Supremo.

Ontem, fez-se uma reunião extra na Comissão de Constituição e Justiça, marcada para às 12h38, para que se votasse o projeto da DRU, que interessava ao Governo.

Há interesse em se votar esse projeto. Apenas um grupo de Parlamentares, entre os quais eu me encontro, quer que se vote também a Emenda nº 29.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que eu também, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Também V. Exª e o Senador Cristovam. Casualmente, os três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quando consultado, respondi a todos da mesma forma.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade.

Em cinco minutos, com meia dúzia de Parlamentares, votou-se.

Eu perguntei ao ilustre Líder do Governo, Senador Jucá, por que não aproveitava e lia o parecer? Porque, de acordo com as normas da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer de determinado projeto de indicação é lido, e automaticamente há um pedido de vista, para que na próxima sessão ele seja votado. Poderia ter sido lido, mas não foi. E parece que agora se tomou a decisão de que será lido na quarta-feira. E vamos tentar fazer, na quinta-feira – se não me engano quinta-feira já é 1º de dezembro –, uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça para aprovação do nome do ministro. E vamos tentar, não sei se vai dar certo, pedir urgência para a votação no plenário. Sexta-feira não é um dia muito fácil de haver votação no plenário.

Ficou esclarecida ali uma notícia que a imprensa publicou. E eu, ao fazer o apelo para votação do nome

da ministra, fiz questão de dizer que não acreditava que a Executiva do PMDB tinha se reunido para tomar posição sobre a matéria. E tanto o Líder do PMDB, Senador Jader, quanto o Presidente da Comissão de Justiça disseram realmente que não havia nenhuma posição do PMDB. Absolutamente, nenhuma posição do PMDB com relação a essa votação.

Hoje, o jornalista Ilimar, na coluna de *O Globo*, publica que o ilustre Presidente do PMDB, licenciado, Vice-Presidente da República, que está em uma reunião em Paris, teria sido interrompido por um telefonema no sentido de que na Bancada do PMDB haveria um movimento com relação a mágoas e ressentimentos sobre a não discussão e a não decisão de um ilustre Senador do PMDB, eleito pelo Pará, cujo caso ainda não havia sido decidido.

Eu também não acredito; e não acredito que o PMDB vai pensar em fazer represália ao Supremo Tribunal por causa de uma matéria como essa. Eu, com toda a sinceridade, acho que o caso do Senador Jader deve ser resolvido no Supremo. Se os outros casos já foram, por que o dele não é resolvido? De um lado e de outro, não quero nem discutir, a decisão é importante. Mas daí a fazer ligação nesse sentido, em termos de represália ao Supremo Tribunal? Eu estou aqui para dizer que não acredito na matéria. Deve ter havido um equívoco, e alguém deve ter dado informação errada ao ilustre e, aliás, diga-se de passagem, brilhante repórter gaúcho do jornal *O Globo*.

Eu confio na palavra do Líder Renan, do Líder do Governo, Jucá, e no Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de que a matéria será votada. A verdade é que dificilmente será votada em novembro; aliás, impossível. Votada em dezembro, vai para a Presidente da República, que tem que publicar no *Diário Oficial*, e, depois disso, o Supremo terá que marcar data para a posse da nova ministra. O problema é que o Ministro do Supremo que pediu vista sobre a votação da questão referente à ficha limpa informou no seu pedido de vista que só devolveria o pedido de vista após a posse do novo Ministro do Supremo. Parece-me que alguns queriam – e estão conseguindo – que a questão referente ao Ficha Limpa não seja votada este ano. Todo o nosso esforço, todo o esforço desse movimento da sociedade foi no sentido de que o Ficha Limpa, projeto de iniciativa popular, fosse aprovado. Vários projetos já existiam sobre essa matéria. Tenho mais de dois – inclusive um aprovado pelo Senado – nas gavetas da Câmara. Não andou. Quer dizer, um projeto não tão avançado quanto o meu, mas o que se pôde fazer esta Casa fez: votou por unanimidade. Aliás, foi um ato de muita competência desta Casa. A Câmara votou por imensa maioria. Mas o projeto da

Câmara não era o que queríamos. Na hora da votação, neste plenário, fiz um apelo à Casa. Eu mesmo tinha uma série de emendas. Vários Parlamentares tinham emendas. Mas, se votássemos uma emenda, o projeto voltaria para a Câmara. Nossa impressão, com absoluta convicção de certeza, é a de que morreria na Câmara. Não seria votado. Então, tivemos um ato de malícia. Votamos como estava com o compromisso de aperfeiçoá-lo depois. O Brasil inteiro ficou surpreso com aquela decisão unânime do Senado a favor do projeto. Lamentavelmente, o Supremo não aprovou o projeto para a eleição do ano passado.

Já se viu a importância do projeto. Só com sua aprovação, muita gente já deixou de ser candidata. Como o projeto dizia que quem não tivesse ficha limpa não seria candidato, muitos não se aventuraram e não aceitaram. Já houve uma limpa. Mas, depois, como o Supremo decidiu que não valeria para a eleição, estão aí algumas discussões até hoje. E ficou a expectativa em todos nós que para a eleição do ano que vem não teria problema. Nós tivemos todo este ano para discutir a matéria. Eis, então, que o Senado assume a responsabilidade, assume a paternidade de que se não for válida a ficha limpa para a eleição do ano que vem existe um culpado: o Senado Federal.

A Presidenta indicou um nome com grande antecedência. Nós tínhamos condições para votá-la com a maior tranquilidade. Um grande nome, ilustre, brilhante. Aliás, eu não vi por parte de quem quer que seja, em nenhum momento nessa discussão, interrogação em relação ao nome da indicada. Há uma unanimidade a respeito da sua credibilidade, da sua competência. Ninguém levantou dúvida quanto a isso. Acho isso muito bonito. Não se está aproveitando uma circunstância como esta para deixar de reconhecer a extraordinária felicidade da Presidente em indicar um nome de primeiríssima grandeza. É unanimidade. Não é ela que está em jogo. Isso todos fazem questão de dizer. É a oportunidade.

De um lado, até aceito a posição do PMDB no momento em que ele diz, mas, se já decidiram a questão da Paraíba, se já decidiram a questão do Espírito Santo, por que não decidir a questão do Pará? Eu respeito. O que não aceito é o sentido: por causa disso, deixar de tomar uma posição, por represália. Na verdade, o que fica perante a opinião pública é que isso foi feito para impedir que a ficha limpa possa valer ano que vem. Pelo menos essa é a tentativa. Estava pronta para ser votada.

O Ministro que pediu vista... E acho respeitável a sua posição: se a última votação terminou empatada, por que colocar em votação de novo para, talvez, terminar empatado novamente? Espera-se a nova indicação.

Diga-se de passagem, quando ele pediu vista e deu essa informação, o nome da ministra já estava no Senado. Então, não tinha por que não aprovarmos.

Sabemos que a votação não sairá enquanto a nova ministra não for empossada no Supremo, e tudo leva a crer que isso não ocorrerá antes de março do ano que vem.

A interrogação é esta: a ficha limpa vai valer ou não vai valer para a eleição do ano que vem? E a interpretação é esta: é o PMDB o responsável por isso, porque foi ele que tomou essa decisão.

O Relator era o Líder do Governo, um homem do PMDB. E o interessante é que, na reunião, o Líder do Governo no Congresso Nacional, que é do PT do Ceará, fez questão de dizer que o Governo é favorável, que nessa manobra toda não há participação do Governo. O Governo queria a votação imediata do nome.

É por isso, Sr. Presidente, que, por um lado, fico satisfeito, porque a decisão está tomada. Na quarta-feira, inclusive o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça disse que, se for possível o Relator ler na quarta-feira... E ele faz o que ele fez ontem com o projeto da DRU: marca uma reunião para daí a três ou quatro horas, para, ainda na quarta-feira, aprovarmos o nome da ministra. E aí vamos nos sentar e votar em plenário.

Fico feliz que a questão esteja solucionada com relação ao extraordinário nome da ministra, mas fico profundamente magoado porque vai sobrar para este Senado a responsabilidade de o Ficha Limpa não poder ser votado para a eleição do ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Simon, que, como sempre, faz um pronunciamento com a profundidade que o momento exige, falando do Ficha Limpa, falando da importância da escolha da ministra nessa quarta-feira, falando da Emenda nº 29 e da nossa responsabilidade com a saúde.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam, se me permite, para eu esclarecer ao público: V. Ex^a me perguntava hoje – alguém lhe perguntou, e V. Ex^a transmitiu a mim, corretamente – se eu era parente do Henrique Paim, cujo nome está sendo cogitado entre os que poderiam um dia – vou ficar nesse termo – assumir o Ministério da Educação. Tenho o maior respeito por ele, mas não é parente. É um amigo, alguém que eu quero bem.

Aproveitei a oportunidade para esclarecer a todos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero dizer que, mesmo sem ser seu parente, é um bom nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Se vem de V. Ex^a, um ex-Ministro da Educação, uma afirmação como essa, isso aponta caminhos para o futuro dele e para o de outros que tenham a mesma competência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas, Senador Paim, eu quero falar aqui sobre um assunto que diz até respeito ao Rio Grande do Sul, que é um grande produtor de fumo.

O Brasil tomou uma decisão corretíssima, e o Rio Grande do Sul, pelo que eu li nos jornais, está apoiando, mesmo sendo um grande produtor de fumo (ou de tabaco, o fumo bruto): a decisão de radicalizar na proibição do uso de cigarros, charutos em ambientes fechados. Creio que o Brasil deve ser um dos primeiros países, se não o primeiro, a tomar esta decisão de proibir, inclusive, os chamados “fumódromos” dentro de ambientes fechados.

Essa decisão tem tudo a ver com a responsabilidade pública, com a saúde pública, não apenas porque contamina o ambiente e faz com que os não fumantes fumem também, mas também porque temos de nos preocupar com os que são fumantes e tentar fazer com que eles deixem de ser fumantes.

Mas, ao mesmo tempo em que me congratulo com essa posição tomada pelo Governo brasileiro, pelo Brasil, pelo Congresso, eu aproveito para pensar nos outros “fumos” que o Brasil continua tolerando e que nós temos de fazer ações, não apenas leis (não bastam leis), mas ações para tentar enfrentar isso.

Por exemplo, é preciso tomar medidas, ações para que este País, além de não ter fumantes, tenha todo mundo sabendo ler. Faz mal à saúde das pessoas e faz mal à saúde do País ter pessoas adultas que não sabem ler. O analfabetismo impede o bom funcionamento dessas pessoas no conjunto da sociedade. Nós vivemos numa sociedade de letras em que nem todos os adultos sabem decodificar as letras, entendem o que está escrito. Nós temos problemas não só de redução de produtividade, de falta de participação, de cidadania, mas, inclusive de mortes.

Pouca gente percebe, Senador Paim, que os acidentes que nós vemos no trabalho – e o senhor, Senador Paim, é um comprometido com os assuntos do trabalho –, que uma parte dos acidentes de trabalho decorre pelo fato de que o trabalhador não soube ler avisos. Há trabalhadores de construção civil que caem durante a construção porque não souberam ler um aviso corretamente: perigo, uma palavra simples,

13 milhões de brasileiros não sabem decodificar essa palavra. A gente tem que acabar com os “fumódromos” e tem que alfabetizar os brasileiros. Mas, além de alfabetizar os adultos brasileiros... E não seria difícil uma campanha pela erradicação em quatro, cinco, seis anos; não precisa mais do que isso.

Vejam bem, nós temos quase 5 milhões de universitários, 13 milhões de pessoas que não sabem ler. Bastava que cada universitário alfabetizasse duas pessoas no Brasil para a gente acabar com o analfabetismo. Mas claro que não podemos fazer desse jeito, essa não é a maneira eficiente. Mas se cada universitário, durante seis horas por semana, um semestre dos seus quatro ou cinco anos de curso, desse aula de alfabetização, nós acabaríamos com o analfabetismo. Mas a gente não pode exigir que todos façam isso nesse período. Nós podemos perfeitamente ter menos universitários sendo mobilizados, até porque não são só eles.

Há quantos desempregados neste País que sabem ler e que poderiam alfabetizar depois de um pequeno curso? Quantos jovens de 18 anos, 20 anos, estão neste momento sem emprego? E se a gente os contratasse por R\$1 mil por mês, que não é um salário maravilhoso, mas que é mais que um salário mínimo? Se a gente desse um pequeno treinamento para eles, se a gente gerasse empregos, seria erradicado o analfabetismo rapidamente.

Se somos capazes de proibir os fumódromos, por que não somos capazes de organizar a energia que este País tem para resolver um problema tão dramático, vergonhoso, quase do mesmo nível do que era a escravidão no século passado? Por quê? Porque não queremos, porque não queremos, porque não damos o devido respeito ao problema.

É triste, mas, depois de dois governos de Presidentes vindos da esquerda, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o número de analfabetos no Brasil praticamente não diminuiu. Diminuiu um pouquinho o índice, mas não o número, porque a população cresce e arrasta-se, levando o analfabetismo com ela.

É muito triste! Foram dezesseis anos de governos progressistas socialmente! Mesmo que a gente discorde do progressismo nas políticas econômicas, a gente tem de reconhecer que, no social, foram governos progressistas: um deles criou a Bolsa Escola, o outro ampliou a Bolsa Escola com o nome de Bolsa Família. Diversas ações sociais foram feitas. Por que esses dois Presidentes não perceberam a importância da erradicação do analfabetismo? O Paraguai, a Bolívia e a Venezuela vão conseguir fazer isso antes

de nós. A Argentina e o Uruguai praticamente já conseguiram fazer isso.

Acabar o analfabetismo não é zerar. Zerar o analfabetismo é impossível. Há pessoas que não vão aprender. No caso do analfabetismo, chegando a 1%, nós o erradicamos. Por que somos capazes de fazer algo tão positivo como praticamente criar condições para que não haja fumantes neste País e não somos capazes de organizar a sociedade, o potencial que nós temos, para fazer com que todos saibam ler?

E o trabalho infantil? A gente precisa acabar com essa chaga que existe no Brasil! Crianças, em vez de estarem na escola, estão trabalhando! Isso é, no mínimo, tão importante como acabar com os locais onde os fumantes fumavam em ambientes fechados. Acabar com os fumódromos é importante para a saúde de todos, inclusive para tentar impedir que os fumantes continuem fumando ou, pelo menos, para forçá-los a reduzir o número de cigarros ou pelo menos para que, entre um cigarro e outro, fiquem impedidos de fumar quando estiverem em ambientes fechados. Mas por que não fazer um esforço para que, neste País, não haja criança trabalhando?

Quando a Bolsa Escola foi criada – e me orgulho do meu papel nessa criação, nessa concepção, nessa implantação, como Governador do Distrito Federal, de maneira absolutamente pioneira –, o seu objetivo era o de fazer com que nenhuma criança trabalhasse neste País, porque a gente pagaria à mãe para que o filho não precisasse trabalhar e não tivesse o direito de trabalhar. Criança não deve ter direito de trabalhar em horário escolar com menos de quinze anos. Se a criança tiver mais de 15 anos, Senador Paim, isso até é possível, sim, desde que se combine o trabalho com a escola. Mas jamais se deve trabalhar em horário escolar. Pode-se trabalhar nas férias, por exemplo, escolhendo trabalhos dignos, não aqueles em que a gente vê a criança trabalhando.

Entre esses “trabalhos”, está a prostituição infantil, que alguns não gostam de chamar assim e preferem chamar de exploração sexual de menores. Chamar isso de exploração sexual de menores diminui a tragédia da prostituição infantil. É claro que é preciso dizer que a culpa não é daquela criança, porque ela é obrigada a fazer isso. Mas não nos envolvemos num programa radical para impedir que isso aconteça. É possível impedir isso! Zerar, zerar, zerar não é possível, mas se pode fazer com que seja uma exceção raríssima, para que, no dia em que se perceber que uma criança está sendo explorada sexualmente, na prostituição infantil, essa situação seja manchete nos jornais no Brasil inteiro, horrorizado com isso. Nós nos horrorizamos mais com as pessoas fumando do que com crianças

na prostituição. Nós nos horrorizamos muito mais com gente fumando em ambiente fechado. Daí a proibição dos fumódromos, a justa proibição dos fumódromos. Mas há a aceitação de que, nas esquinas, haja crianças se prostituindo.

Isso é tão relegado no Brasil, que lembro que, na primeira reunião que o Presidente Lula fez com seus ministros – e eu era um deles –, eu disse: “É preciso criar um xerife do ponto de vista de coordenação para lutar contra esse problema”. E isso, até hoje, não existe. O problema da prostituição é que não há uma pessoa no Brasil encarregada de lutar contra isso. Esse é um problema do Ministério do Trabalho, esse é um problema do Ministério da Justiça, esse é um problema da Polícia e não é um problema do Presidente da República, da Presidenta da República. E não é um programa. Fumódromo a gente proíbe. Prostituição infantil a gente tolera.

E o que falar do analfabetismo de criança? Porque podem dizer: “Criança analfabeta é o normal”. É. Até sete anos. A partir de sete anos, se continua sendo, é alguma deformação, deficiência da escola, do sistema escolar. Não é da criança, salvo exceções de crianças que, de fato, têm problemas que não permitem que aprendam, mas é muito raro.

Apesar disso, 7% das crianças, no Brasil, com 10 anos de idade, que estão na escola não sabem ler ainda. São 7% das crianças que estão na escola, até os 10 anos, que chegam aos 10 sem saber ler!

Eu não falo daquelas que estão fora da escola, porque ainda temos no Brasil pelos menos uns dois milhões e meio que não entraram na escola! Como se a escola fosse um lugar em que elas não pudessem entrar. Eu falo daquelas que entraram na escola, ficaram na escola. Eu não falo daquelas que saem depois da 1ª série, depois da 2ª, depois da 3ª; eu falo daquelas que chegaram até a 4ª e não conseguiram aprender a ler. Quase 7%!

É uma deformação do sistema escolar. Não é apenas uma deficiência; é uma deformação. E, do ponto de vista social, é uma imoralidade, imoralidade!

Mais grave ainda do que ter pessoas fumando em ambientes fechados – e eu apoio totalmente a proibição de se fumar em ambientes fechados –, e não podemos proibir que fumem em ambiente aberto, mas devemos fazer uma campanha radical contra isso.

E o que falar de pessoas que dirigem bêbadas e que matam pessoas, e que saem dali, depois do crime, apenas porque deixaram uma fiança? O que já começa com uma coisa errada: quem tem dinheiro paga a fiança e sai; quem não tem dinheiro, não paga a fiança e fica preso.

Mas o pior é que não há um tratamento correto do assassinato cometido por pessoas usando carros. Uma pessoa que bebe e dirige um carro é um assassino em potencial! É um assassino em potencial tanto quanto uma pessoa que fuma é um doente de câncer em potencial. Nós já assumimos que ninguém deve ter o direito, pelo menos em ambiente fechado, de desenvolver o potencial de um câncer ou outras doenças. Mas não desenvolvemos ainda, para valer, a ideia de que quem dirige um carro embriagado é um assassino em potencial. Nós tratamos como um descuido, como um erro de direção.

Meu projeto, que já tem uns cinco anos, que trata como crime hediondo o uso de automóvel como arma, não avança. Temos que fazer isso. O automóvel é uma arma que precisamos ter pessoas responsáveis usando. E uma pessoa que bebe não é responsável se vai dirigir depois.

Eu, aliás, vou mais longe. Nós conseguimos proibir o fumo em ambientes fechados, mas não fazemos campanhas radicais contra o álcool. O álcool a gente tolera como uma coisa normal. Não é normal. Pode ser boa, mas não é normal. E a gente permite propaganda de algumas bebidas na televisão. E a gente permite propaganda de algumas bebidas na televisão no horário permitido para crianças e adolescentes.

Como a gente é capaz de proibir que se fume em locais fechados e não é capaz de proibir a publicidade de bebidas alcoólicas na televisão?

Eu não vou dizer que é o mesmo, porque são coisas diferentes, mas o risco que eles geram é parecido. Nós não podemos deixar que os meios de comunicação continuem incentivando o consumo de bebida alcoólica. Mas a gente continua. Concentramo-nos no cigarro, corretamente, mas não corretamente concentrar-se.

E o caso das reservas florestais brasileiras? Aprovamos aqui um Código Florestal. Foi um avanço aprovar um Código Florestal, mas há brechas nesse Código Florestal que poderão levar à destruição de florestas que não devem ser substituídas por produção.

Mas a gente só se lembra do fumódromo.

E a corrupção? Por que a gente é capaz de proibir o fumo em ambientes fechados e consegue criar ambientes fechados onde a corrupção é feita sem que a população tome conhecimento? Porque a corrupção ainda não é crime hediondo, que é um projeto que tenho. Roubar dinheiro público é um ato de corrupção criminoso.

Aliás, o nome corrupção deveria ser abolido. Deveria se chamar crime. Corrupto deveria se chamar criminoso, deveria se chamar ladrão!

Por que uma pessoa pobre, como eu vi um dia desses no jornal, rouba comida é ladrão, e uma pessoa que tem acesso a roubar dinheiro público é corrupto?

A mesma coisa entre prostituição e exploração. Diminui a dimensão da tragédia. No caso da corrupção; não digo do crime. Porque aquela criança está aí por necessidade, por indução de outros. Ela não é criminosa. Mas a tragédia, o problema é grave. A gente diminui a tragédia usando as palavras.

As pessoas esquecem que as coisas são o que as palavras que se referem a elas dizem. Quando você diminui a palavra que usa para determinado fato diminui aquela coisa. Chamar roubo de corrupção é diminuir a ladroagem que é feita em nome dela. Chamar o ladrão de corrupto é diminuir a dimensão do nome que se deve dar a ele de ladrão.

Então, conseguimos proibir o fumo nos ambientes fechados. Mas não consegue, tolera, aceita, gera um processo de discussão na Justiça secular para poder alguma punição que permita responsabilizar aquele que rouba.

Estamos responsabilizando os que fumam, corretamente, volto a insistir. Sou antitabagista radical. Mas precisamos ser anti as outras maldades da sociedade. E as filas nos hospitais? Por que a gente proíbe o fumódromo e não conseguimos evitar que haja fila nos hospitais públicos? Com todos os recursos que este País tem, como é que gente, os mesmos que aprovamos o fim do fumódromo, não vamos votar a Emenda nº 29? Como? Que desculpa que terei para dizer que se proíbe fumo em ambientes fechados, mas não se permite gastar 10% do PIB com saúde? Temos que ver o problema na sua dimensão total de que este País precisa, na sua moralização. A sua moralização precisa ser feita com a alfabetização de todos. Precisa ser feita com a abolição do trabalho infantil. Precisa ser feita com o fim dessa chaga que é a prostituição infantil. Precisa ser feita a moralização punindo com um rigor radical os que assassinam usando automóvel. Precisamos considerar, sim, tão gravemente como o fim do tabagismo, o fim do fumo, a proteção das reservas florestais, a abolição da corrupção, a alfabetização de toda criança na escola antes que chegue à quarta série. Precisamos fazer tudo erradicando, eliminando as filas nos hospitais.

Essas outras coisas que eu disse não são capazes de ser realizadas apenas com a assinatura de uma Presidente da República. Não! Exige ações. Mas nós nos negamos a essas ações. Ações possíveis. Não falei aqui quando vou acabar com a vergonha de que os chineses estão mandando em breve uma pessoa para a lua e o Brasil não vai conseguir fazer isso neste século provavelmente.

Não, não estou exigindo que a gente mande um homem à lua, como os chineses vão mandar, como os

indianos vão mandar, como, se brincar, os iranianos e os coreanos vão mandar, antes do Brasil. Não, eu não vou exigir isso. Agora, eu vou exigir, como Senador, como cidadão, que o governo deste País ponha a erradicação do analfabetismo como algo tão importante como a erradicação dos fumódromos. O mesmo vale para todos os outros itens que precisam de ações, Senador Mozarildo.

Sei que não são assinaturas... Vejam bem: até a abolição da escravatura não foi apenas o assunto de uma lei assinada – e o Senador Paim é um dos grandes defensores da consciência negra. Vamos falar com franqueza: nós assinamos, mas não fazemos. Nós assinamos, a Princesa Isabel assinou o fim da escravidão, mas não colocamos os filhos do ex-escravos na escola, não demos terras aos ex-escravos para que eles produzissem. Portanto, a escravidão continuou, com o nome de desemprego, com o nome de exclusão social, mas continuou. A senzala acabou? Não. Mudou de nome: chama-se favela sem infraestrutura. Tanto é que não se chama bairro, chama-se favela. Não é por acaso que há esses dois nomes. Havia a Casa Grande e havia a Senzala. Hoje há bairros chiques e favelas sem infraestrutura, porque não fizemos o dever de casa, porque não fizemos as ações.

Quero concluir, Senador, dentro do tempo usual numa sexta-feira, dizendo que fico muito contente ao ver que o Brasil sai na frente na luta contra a chaga do tabagismo, mas, por favor, não comemoemos isso antes de fazer o resto do dever de casa. A República já espera há 122 anos sem dar as respostas devidas ao Brasil. Com relação a todos esses problemas, no que diz respeito a soluções, a gente não está fazendo. Vamos completar o nosso trabalho. Vamos acabar com o fumódromo, mas também com as outras degradações, com as outras formas de ineficiência social que o Brasil tem tido.

Era isso que eu tinha a dizer, Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a foi brilhante como sempre – não é nenhuma novidade para o Brasil. Falou de forma ampla, mas com eixo na educação. Não deixou de falar da saúde, da liberdade, da igualdade, do combate a todo tipo de preconceito e falou muito da questão dos negros também. Aliás, os últimos dados do IBGE são alarmantes mesmo em relação ao número de jovens negros que são assassinados neste País: mais ou menos 3 por 1 em relação àqueles que não são negros.

Enfim, com o seu pronunciamento, encerramos esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes.

PARECERES

NºS 1.312 E 1.313, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 615 de 2007, do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1975, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008).

PARECER Nº 1.312, DE 2011 **(Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania)**

RELATOR: Senador EDUARDO SUPLICY

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, tramitando conjuntamente por regularem a mesma matéria e em decorrência do Requerimento nº 1.209, de 2008, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 615, de 2007, e 283, de 2008, que, ao alterarem dispositivos da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, têm por finalidade definir novas ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

O PLS nº 615, de 2007, de autoria do senador Marcelo Crivella, ao alterar o art. 1º da Lei nº 9.029, de 1995, veda a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de situação econômica, além dos motivos já presentes no dispositivo legal.

Ao acrescentar o inciso III ao art. 2º dessa lei, estabelece como crime o ato de fornecer ou utilizar informações constantes de cadastros de agências ou empresas de negativação ou restrição ao crédito e similares, para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção.

Já o PLS nº 283, de 2008, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, ao dar nova redação ao art. 1º da citada lei, proíbe a adoção de qualquer ação discriminatória e limitativa para efeito de acesso, de remanejamento, de ascensão funcional ou de permanência no trabalho, por motivo de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, raça, cor, etnia, religião, deficiência, restrição de crédito ou de idade.

Ao adicionar o parágrafo único a esse art. 1º, possibilita políticas de discriminação positiva, também chamadas de ações afirmativas, bem como ressalva as situações em que a preferência a um grupo em detrimento de outro esteja baseada nas qualificações exigidas para um emprego determinado, como, por exemplo, a imperiosa necessidade de força física para a realização de um tipo específico de trabalho.

Ao modificar o inciso I do art. 2º da mesma lei, define também como crime a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar.

Finalmente, ao acrescentar as alíneas c e d ao inciso II do mesmo art. 2º, apena com detenção de um a dois anos e multa o empregador que vier a exigir certidão negativa de reclamatória trabalhista ou a anotar desabono na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) referente ao desempenho profissional ou comportamento, gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, cor, etnia, religião, deficiência ou idade do trabalhador.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A matéria objeto da proposição – relação de trabalho – pertence ao ramo do Direito do Trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

As normas propostas não afrontam os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Ainda que caiba à Comissão de Assuntos Sociais a discussão do mérito desses projetos, valemo-nos do disposto no inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal para tecer, a seguir, uma breve consideração a respeito deles.

As proposições procuram aperfeiçoar e modernizar a Lei nº 9.029, de 1995, que já enuncia algumas práticas e crimes discriminatórios, tais como a discriminação para efeito de acesso à relação de trabalho, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.

A preocupação de combater novas e emergentes formas de discriminação, presente nos projetos em tela, poderá, sem dúvida alguma, contribuir ainda mais efetivamente não só para banir essas práticas discriminatórias, com a punição dos infratores, mas também para garantir o pleno exercício da cidadania dos trabalhadores.

Assim, tendo em vista o grande alcance social da medida, propomos, ao final, substitutivo que incorpora o inteiro teor de ambas as iniciativas. Em homenagem a preceito regimental (art. 260, II, b), entendemos que deve ser aprovado o PLS nº 615, de 2007, por ser o mais antigo. Entretanto, embora formalmente rejeitado, o PLS nº 283, de 2008, é aproveitado na redação do substitutivo proposto.

III – VOTO

De todo o exposto, opinamos pela **rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007**, no que tange ao mérito e à juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade da matéria, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para definir outras práticas discriminatórias e crimes perpetrados para efeitos admissionais, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência no trabalho, por motivo de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, raça, cor, etnia, religião, deficiência, restrição de crédito ou idade.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não exclui a adoção de medidas que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade de oportunidades para acesso, permanência e condições gerais de trabalho, nem as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, tampouco as ressalvas baseadas nas qualificações exigidas para um trabalho determinado. (NR)”

“Art. 2º

I – a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou ao estado de gravidez, como também à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar;

II –
.....

c) exigência de certidão negativa de reclamatória trabalhista;

d) anotação de desabono na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que se refira ao desempenho profissional ou comportamento, gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, cor, etnia, religião, deficiência ou idade do trabalhador.

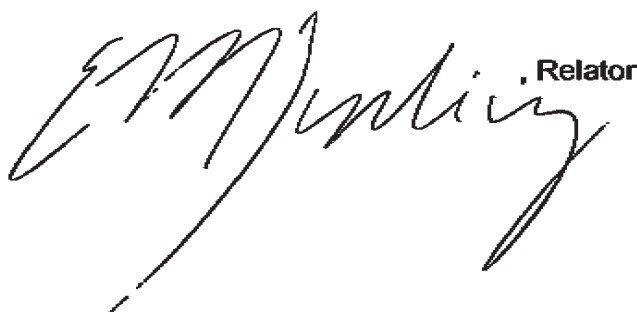
III – o fornecimento ou a utilização de informações constantes de cadastros de agências ou empresas de negativação ou restrição ao crédito e similares, visando às práticas vedadas pelo caput do art. 1º.

..... (NR)''

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, aprova o Relatório reformulado do Senador Eduardo Suplicy, com voto favorável aos Projetos de Lei do Senado nºs 615, de 2007 e 283, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) abaixo descrita:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para definir outras práticas discriminatórias e crimes perpetrados para efeitos admissionais, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência no trabalho, por motivo de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, raça, cor, etnia, religião, deficiência, restrição de crédito ou idade.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não exclui a adoção de medidas que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade de oportunidades para acesso, permanência e condições gerais de trabalho, nem as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, tampouco as ressalvas baseadas nas qualificações exigidas para um trabalho determinado. (NR)”

“Art. 2º

I – a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou ao estado de gravidez, como também à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar;

II –

.....

c) exigência de certidão negativa de reclamatória trabalhista;

d) anotação de desabono na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que se refira ao desempenho profissional ou comportamento, gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, cor, etnia, religião, deficiência ou idade do trabalhador.

III – o fornecimento ou a utilização de informações constantes de cadastros de agências ou empresas de negativação ou restrição ao crédito e similares, visando às práticas vedadas pelo *caput* do art. 1º.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 615 DE 2007

(1. contém emenda de PLS nº 615 de 2007 e 283 de 2008)

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/05/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>Senador Eduardo Suplicy</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLCY <u>E. Suplicy</u>	3. MARCELO CRIVELLI
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSENKO <u>Serys Slhessenko</u>
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON <u>P. Simon</u>	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA <u>V. Pereira</u>	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES <u>D. Torres</u>	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO <u>E. Azeredo</u>
SÉRGIO GUERRA <u>S. Guerra</u>	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA <u>L. Vânia</u>	8. ARTHUR VIRGÍLIO <u>A. Virgílio</u>
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA <u>R. Tuma</u>	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA <u>P. Saboya</u>

Atualizada em: 19/03/2009

PARECER Nº 1.313, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

São submetidos ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, tramitando conjuntamente por regularem a mesma matéria e em decorrência do Requerimento nº 1.209, de 2008, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 615, de 2007, e 283, de 2008, que, ao alterarem dispositivos da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, têm por finalidade definir novas ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

O PLS nº 615, de 2007, ao alterar o art. 1º da Lei nº 9.029, de 1995, veda a adoção de qualquer prática discriminatória ou limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de situação econômica, além dos motivos já presentes no dispositivo legal.

Ao acrescentar inciso III ao art. 2º dessa lei, estabelece como crime o ato de fornecer ou utilizar informações constantes de cadastros de agências ou empresas de negativação ou restrição ao crédito e similares, para efeito de acesso a relação de emprego ou de sua manutenção.

Já o PLS nº 283, de 2008, ao dar nova redação ao art. 1º da citada lei, proíbe a adoção de qualquer ação discriminatória ou limitativa para efeito de acesso, de remanejamento, de ascensão funcional ou de permanência no trabalho, por motivo de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, raça, cor, etnia, religião, deficiência, restrição de crédito ou de idade.

Ao adicionar o parágrafo único ao art. 1º, possibilita políticas de discriminação positiva, também chamadas de ações afirmativas, bem como ressalva às situações em que a preferência a um grupo em detrimento de outro esteja baseada nas qualificações exigidas para um emprego determinado, como, por exemplo, a imperiosa necessidade de força física para a realização de um tipo específico de trabalho.

Ao modificar o inciso I do art. 2º da mesma lei, define também como crime a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar.

Ao modificar o inciso I do art. 2º da mesma lei, define também como crime a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar.

Finalmente, ao acrescentar as alíneas *c* e *d* ao inciso II do mesmo art. 2º, apena com detenção de um a dois anos e multa o empregador que vier a exigir certidão negativa de reclamatória trabalhista ou a anotar desabono na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) referente ao desempenho profissional ou comportamento, gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, cor, etnia, religião, deficiência ou idade do trabalhador.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao deliberar sobre as proposições, concluiu pela sua aprovação, com a apresentação de emenda substitutiva incorporando o inteiro teor de ambas as iniciativas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho.

A Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, fornece parâmetros a respeito dos aspectos jurídicos envolvendo o tema da discriminação no trabalho.

Essa convenção enumera algumas hipóteses em que ocorre discriminação em matéria de emprego e profissão, delimita o campo de incidência dos termos "emprego" e "profissão", estabelece as obrigações dos Estados-membros, enumera hipóteses que não serão consideradas discriminatórias e fixa as regras de sua ratificação, vigência e denúncia.

Segundo seu art. 1º, discriminação significa: "a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidades, ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo país-membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados."

No entanto, não são considerados como discriminatórios aqueles atos de distinção, exclusão ou preferência baseados em qualificações exigidas para o preenchimento de determinadas funções (art. 1º, 2), bem como as medidas que afetem uma pessoa suspeita (a suspeita há de ser legítima) de envolvimento ou prática de atividades prejudiciais à segurança do Estado, desde que lhe seja garantido o direito de apelar para uma instância competente, segundo a prática nacional (art. 4º). Tampouco são consideradas discriminatórias as medidas especiais de proteção ou de assistência asseguradas em outros instrumentos normativos (convenções e recomendações) da OIT (art. 5º, 1).

A Convenção nº 111 faculta, ainda, aos Estados-membros, mediante consulta aos órgãos de representação de trabalhadores e empregadores, se houver, a definição de outras medidas especiais destinadas ao atendimento das necessidades particulares de pessoas que precisem de proteção ou assistência especial, em razão do sexo, idade, invalidez, encargos de família ou nível social ou cultural, sem que tais medidas especiais sejam consideradas discriminatórias (art. 5º, 2).

Medidas como as que os projetos em comento pretendem implementar estão presentes também na Portaria do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego nº 41, de 28 de março de 2007, que proíbe o empregador, ao admitir um novo empregado ou remanejá-lo na empresa, de solicitar certidão negativa de reclamatória trabalhista, testes, exame, perícia, laudo, atestado ou declaração que identifiquem esterilização ou gravidez. Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que desabonem o profissional e que se refiram ao sexo ou orientação sexual, estado civil, origem, raça, cor, idade, situação familiar, desempenho profissional ou comportamento, entre outras, também configuram discriminação.

De acordo com a citada portaria, na carteira de trabalho devem constar apenas informações tais como o nome completo do empregado, data de nascimento, data de admissão, filiação, nacionalidade, naturalidade, número do PIS ou PASEP, cargo e função, remuneração, jornada de trabalho, férias, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Essas restrições estão em conformidade com as recomendações de combate à discriminação da Organização Internacional do Trabalho.

De fato, de acordo com o Relatório Global de Seguimento à Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho – *Igualdade no trabalho: enfrentando os desafios* –, para se alcançar a igualdade no local de trabalho, devem-se implementar medidas convencionais de políticas antidiscriminação, tais como leis coerentes e abrangentes, mecanismos de aplicação eficazes e organismos especializados, com outros instrumentos políticos, como políticas ativas de mercado de trabalho.

Ultimamente, as instituições de financiamento ao desenvolvimento exigem que os seus mutuários privados respeitem os princípios e direitos consignados nas normas internacionais fundamentais do trabalho. Essa atitude vem induzindo os empregadores a implantar práticas de promoção da igualdade no local de trabalho.

Por isso tudo, ambas as proposições são meritórias, uma vez que refletem com muita propriedade a preocupação de combater emergentes formas de discriminação, ainda presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Assim, tendo em vista o grande alcance social das medidas preconizadas por ambos os projetos, optamos pela solução apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que incorpora o inteiro teor de ambas as iniciativas. Tendo em vista, porém, o preceito regimental (art. 260, II, *b*), entendemos que deve ser aprovado o PLS nº 615, de 2007, por ser o mais antigo. Entretanto, embora formalmente rejeitado, o PLS nº 283, de 2008, é aproveitado no texto constante da Emenda nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO).

III – VOTO

De todo o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, nos termos da Emenda nº 2, - CAS (SUBSTITUTIVO).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para definir outras práticas discriminatórias e crimes perpetrados para efeitos admissionais, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência no trabalho, por motivo de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, raça, cor, etnia, religião, deficiência, restrição de crédito ou idade.

Parágrafo único. O disposto no caput não exclui a adoção de medidas que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade de oportunidades para acesso, permanência e condições gerais de trabalho, nem as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente prevista no inciso.

XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, tampouco as ressalvas baseadas nas qualificações exigidas para um trabalho determinado. (NR)”

“Art. 2º

I – a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou ao estado de gravidez, como também à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar;

II –

.....

c) exigência de certidão negativa de reclamatória trabalhista;

d) anotação de desabono na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que se refira ao desempenho profissional ou comportamento, gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, cor, etnia, religião, deficiência ou idade do trabalhador.

III – o fornecimento ou a utilização de informações constantes de cadastros de agências ou empresas de negatивação ou restrição ao crédito e similares, visando às práticas vedadas pelo caput do art. 1º.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Substitutivo ao PLS nº 615, de 2007 que tramita em conjunto com o PLS nº 283, de 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/11/2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: <i>Senador Cícero Lucena</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRE)	
PAULO PAIM (PT) <i>[assinatura]</i>	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT) <i>[assinatura]</i>	2- MARTA SUPLICY (PT) <i>[assinatura]</i>
HUMBERTO COSTA (PT) <i>[assinatura]</i>	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT) <i>[assinatura]</i>
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT) <i>[assinatura]</i>	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>[assinatura]</i>	8- LÉDICE DA MATA (PSB) <i>[assinatura]</i>
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV) <i>[assinatura]</i>	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB) <i>[assinatura]</i>	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMÉLIA (PP) <i>[assinatura]</i>	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) <i>[assinatura]</i>	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI <i>[assinatura]</i>	1- ARMANDO MONTEIRO <i>[assinatura]</i>
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO <i>[assinatura]</i>

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

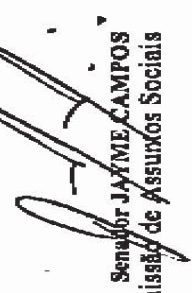
EMENDA Nº 2-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PLS Nº 613, DE 2007 QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PLS Nº 283, DE 2008

SENADORES				SUPLENTE			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)				Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
☒				☒			
PAULO FAIM (PT)				1- EDUARDO SUPLICY (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				2- MARTA SUPLICY (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)	☒			3- VAGO			
WELLINGTON DIAS (PT)				4- ANA RITA (PT)			
VICENTINHO ALVES (PR)				5- LINDBERGH FARIAS (PT)			
JOÃO DURVAL (PDT)	☒			6- CLÉSIO ANDRADE (PR)			
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)				7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
VANESSA GRAZIZOTIN (PC do B)	☒			8- LÍDICE DA MATA (PSB)			
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR
WALDEMIR MOKA (PMDB)				1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
PAULO DAVIM (PV)	☒			2- PEDRO SIMON (PMDB)			
ROMERO JUCÁ (PMDB)				3- LOIÃO FILHO (PMDB)			
CASILDO MALDANER (PMDB)	☒			4- EDUARDO BRAGA (PMDB)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)				5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDUARDO AMORIM (PSC)				6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)			
ANA AMÉLIA (PP)	☒			7- BENEDITO DE LIRA (PP)			
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR
CÍCERO LUCENA (PSDB)	☒			1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)				2- CYRO MIRANDA (PSDB)			
VAGO				3- PAULO BAUER (PSDB)			
JAYME CAMPOS (DEM)				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	PTB			
MOZARILDO CAVALCANTI	☒			1- ARYANDO MONTEIRO			
JOÃO VICENTE CLAUDINO				2- GIM ARGELIO			

TOTAL: 14 SIM; 13 NÃO; -- ABSTENÇÃO: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 23 / 12 / 2011.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (Nº 131 § 1º - RMP)

Atualizada em 03/08/2011


 Senator JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para definir outras práticas discriminatórias e crimes perpetrados para efeitos admissionais, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, de remanejamento, de ascensão profissional ou de permanência no trabalho, por motivo de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, raça, cor, etnia, religião, deficiência, restrição de crédito ou idade.

Parágrafo único. O disposto no caput não exclui a adoção de medidas que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade de oportunidades para acesso, permanência e condições gerais de trabalho, nem as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, tampouco as ressalvas baseadas nas qualificações exigidas para um trabalho determinado. (NR)”

“Art. 2º

I – a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou ao estado de gravidez, como também à predisposição genética para doenças, inclusive por meio de histórico familiar;

II –

c) exigência de certidão negativa de reclamatória trabalhista;

d) anotação de desabono na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que se refira ao desempenho profissional ou comportamento, gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, cor, etnia, religião, deficiência ou idade do trabalhador.

III – o fornecimento ou a utilização de informações constantes de cadastros de agências ou empresas de negativação ou restrição ao crédito e similares, visando às práticas vedadas pelo caput do art. 1º.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2011.


Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

~~XXXII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;~~

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

f - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

LEI N. 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Art 2º - Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

II - a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem:

a) indução ou instigamento à esterilização genética;

b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pena - detenção de um a dois anos e multa.

OFÍCIO Nº 237/2011-PRES/CAS

Brasília, 16 de novembro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o

Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, que *Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências*, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Respeitosamente,

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Há Expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Passa-se à apreciação dos Itens de nºs 1 a 17, conforme pauta previamente divulgada.

No dia de hoje, nós teremos aqui na Comissão 17 itens, como bem disse, sendo cinco não terminativos e 12 itens terminativos. E, em pauta extra, temos dois itens não terminativos.

Comunicado.

Expediente nº 1126, do Ministério da Saúde (Conselho Nacional de Saúde).

“Exmº Senador, o Conselho Nacional de Saúde realizará o Seminário Internacional “Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde”, no período de 7 a 8 de novembro de 2011, em Brasília, conforme programação anexa.

Informamos que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal poderá se fazer presente indicando um representante. Para tanto, faz-se necessário efetivar a inscrição por meio do preenchimento da ficha disponível no link referido”.

Essa informação a Secretaria transmitirá às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros. Isso até o dia 20 de setembro de 2011...

Esse prazo aqui já expirou, não é Dulcília? Até 20 de setembro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Ah, pois não. É só para efeito de confirmação.

**Na certeza de contamos com a presença dessa Comissão para contribuir com os trabalhos, agradecemos.*

Atenciosamente,

Rosângela Fernandes Camapum

Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Primeiro, vamos relatar esta matéria e depois, com muito prazer, o Senador Paulo Paim terá direito de relatar a matéria.

ITEM 12

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, *que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.*

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cícero Lucena

É bom que se esclareça que o relatório é pela aprovação do Projeto de Lei 615, de 2007, na forma da Emenda 1, substitutivo, pela rejeição do Projeto de Lei nº 283, de 2008.

Quero fazer mais umas observações que, em 21.05.2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1 da CCJ e nos termos do art. 282, combinado com o art. 92. Se for aprovado, o substitutivo será submetido a turno suplementar, e a votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Sr. Presidente, da mesma forma, o relatório já foi distribuído anteriormente e vou direto ao voto que V. Ex^a, inclusive, já adiantou.

De acordo com o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 283, de 2008, do Senador Antonio Carlos Valadares e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 615, 2007, nos termos da Emenda 1 da CCJ como substitutivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Agradeço, uma vez mais, a sua eficiência e, sobretudo, o seu belo relatório.

Está em discussão a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Senadora Ana Rita, pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Eu apenas gostaria de sugerir, sem prejudicar o projeto, com certeza ele é importante, tenho plena concordância aqui não só com a matéria, mas também com o relatório, e propor aqui, porque tem uma emenda apresentada no substitutivo, uma sugestão de emenda de redação no substitutivo, onde fala lá atrás, Senador Cícero, “nem as hipóteses de proteção ao menor”, em vez de colocar menor, colocar criança e adolescente, apenas isso, só para atualizar essa linguagem que acho mais adequada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Sr. Presidente, há concordância do Relator na proposta da Senadora de uma emenda de redação apenas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Claro, natural, depende, naturalmente, de V. Exª. Se V. Exª concorda, será acatada e incorporada dentro do substitutivo a emenda proposta pela Senadora Ana Rita.

A SRª. MARTA SUPLCY (Bloco/PT - SP) – Eu gostaria de comentar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Por favor, Senadora Marta Suplicy.

A SRª. MARTA SUPLCY (Bloco/PT - SP) – Eu gostaria de parabenizá-lo, Senador Cícero, pela inclusão de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, que pode parecer o óbvio, mas, nessa radicalidade que estamos vivendo nos dias de hoje e com a dificuldade de aprovar um projeto que fala sobre a descriminalização contra a homofobia, acredito que, neste momento, é muito importante. Parabenizo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Encerro a discussão.

Não havendo, vamos entrar em processo de votação, ou seja, em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007. Claro, natural, incorporada a proposta de emenda da Senadora Ana Rita dentro do substitutivo.

A votação é nominal.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Acompanho o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Consulto como vota o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV - RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador Cicero Lucena? Voto já conhecido.

Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª. MARTA SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, parabenizando-o pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator e com o autor: o Senador do meu Partido, meu Líder Valadares, e o Senador Cicero Lucena, que fez um relatório muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o substitutivo.

Fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008.

A matéria vai a turno suplementar, baseada no art. 282 com o art.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 237, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, do Senador Marcelo Crivella (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008).

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 237/2011-PRES/CAS

Brasília, 16 de novembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, que Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 237, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, Projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2011

Acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 28

XXXIII – caminhões chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão

monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados na posição 87.04 da TIPI, observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, efetuadas a transportador autônomo de cargas (TAC) devidamente inscrito no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXIII do caput.” (NR)

Art. 2º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os caminhões chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados na posição 87.04 da TIPI, observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quando adquiridos por transportador autônomo de cargas (TAC) devidamente inscrito no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O alto investimento necessário para a aquisição de novos caminhões constitui sério empecilho para que transportadores autônomos de carga possam melhorar o seu instrumento de trabalho, reduzindo a sua segurança e a das estradas como um todo.

Dados do Registro Nacional de Transportador Rodoviário de Cargas – RNTRC, da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, apontam que existem mais de dois milhões de veículos de carga em circulação em todo o país. Cerca de cinquenta por cento desta frota pertencem a transportadores autônomos e a idade média de seus veículos é superior a dezoito anos.

O incentivo aqui proposto é a redução das alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos, o que irá colaborar para a melhoria das condições de trabalho desta classe de transportadores, impulsionar a indústria nacional de veículos de carga e contribuir para a segurança nas estradas e manutenção da malha rodoviária.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2011. – Senadora **Kátia Abreu**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

.....
Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

I – papel destinado à impressão de jornais, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo;

II – papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da TIPI, destinados à impressão de periódicos pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno;

III – produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI; e

IV – aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos;

V – sementes e embriões da posição 05.11 da NCM.

VI – livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

VII – preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

VIII – veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da Tipi, destinados ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, quando adqui-

ridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo;

IX – embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da Tipi, destinadas ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, quando adquiridas pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo;

X – materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro;

XI – veículos e carros blindados de combate, novos, armados ou não, e suas partes, produzidos no Brasil, com peso bruto total até 30 (trinta) toneladas, classificados na posição 8710.00.00 da Tipi, destinados ao uso das Forças Armadas ou órgãos de segurança pública brasileiros, quando adquiridos por órgãos e entidades da administração pública direta, na forma a ser estabelecida em regulamento;

XII – material de defesa, classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da Tipi, além de partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na sua industrialização, montagem, manutenção, modernização e conversão;

XIII – equipamentos de controle de produção, inclusive medidores de vazão condutivímetros, aparelhos para controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos, quando adquiridos por pessoas jurídicas legalmente obrigadas à sua utilização, nos termos e condições fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto às suas especificações técnicas.

XIV – produtos classificados na posição 87.13 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM.

XV – artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM;

XVI – artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM;

XVII – almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM.

XVIII – bens relacionados em ato do Poder Executivo para aplicação nas Unidades Modulares de Saúde de que trata o Convênio ICMS nº 114, de 11 de dezembro de 2009, quando adquiridos por órgãos da administração pública direta federal, estadual, distrital e municipal.

XX – serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade (TAV), assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinquenta quilômetros por hora).

XXI – projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.

XXII – produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, e 9021.40.00, todos da TIPI;

XXIII – calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 da TIPI;

XXIV – teclados com colmeia classificados no código 8471.60.52 da TIPI;

XXV – indicadores ou apontadores - **mouse** – com entrada para acionador classificados no código 8471.60.53 da TIPI;

XXVI – linhas braile classificadas no código 8471.60.90 da TIPI;

XXVII – digitalizadores de imagens – **scanners** – equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 da TIPI;

XXVIII – duplicadores braile classificados no código 8472.10.00 da TIPI;

XXIX – acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 da TIPI;

XXX – lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 da TIPI;

XXXI – implantes cocleares classificados no código 9021.90.19 da TIPI; e

XXXII – próteses oculares classificadas no código 9021.90.89 da TIPI.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXII do **caput**.” (NR)

(Às Comissões de Serviços de infraestrutura e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal, de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 1.438, DE 2011

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei do Senado Federal nº 125 de 2010, que “Acrésceta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo”, tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em caráter terminativo.

Nos termos do inciso II, alínea C, item 12, do art. 255 combinado com o inciso I do art. 99, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sobre a matéria seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, tendo em vista que a proposta em exame estabelece a obrigação ao produtor nacional ou importador de veículos de inserir em manual do proprietário relação de peças, sendo assim necessário avaliar os custos da referida ação para as empresas do setor, que reclamam do excesso de regulamentações e burocracia no ambiente de negócios brasileiro.

Desta forma entendemos, nos termos do RISF, pela necessidade de análise do PLS 125 de 2010 pela CAE. – Senador **Armando Monteiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011** (nº 7.579/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria*.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011

**(nº 7.579/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa da Presidência da República)**

Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Ordinário da Carreira de Diplomata, 400 (quatrocentos) cargos de Diplomata para provimento gradual a partir de 2011.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei, com efeitos condicionados ao disposto nos arts. 1º e 5º.

Art. 3º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, 893 (oitocentos e noventa e três) cargos da Carreira de Oficial de Chancelaria para provimento gradual a partir de 2011.

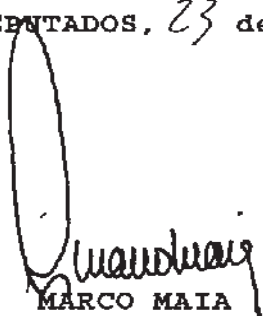
Art. 4º O provimento dos cargos criados por esta Lei dar-se-á de forma gradual, mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a disponibilidade orçamentária, devidamente comprovada no anexo específico da lei orçamentária anual.

Art. 5º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de novembro de 2011.


MARCO MAIA
Presidente

ANEXO

(Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006)

QUANTITATIVO DE CARGOS DO QUADRO ORDINÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Ministro de Primeira Classe	157
Ministro de Segunda Classe	217
Conselheiro	291
Primeiro-Secretário	1.140
Segundo-Secretário	
Terceiro-Secretário	
TOTAL	1.805

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.579, DE 2010

MENSAGEM Nº 395/10

AVISO Nº 483/10 - C. CIVIL

Cria cargos na Carreira de Diplomata, altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, transforma cargos de Assistente de Chancelaria e cria cargos de Oficial de Chancelaria;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro Ordinário da Carreira de Diplomata quatrocentos cargos de Diplomata, para provimento gradual a partir de 2011.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Lei, com efeitos condicionados ao disposto nos arts. 1º e 6º.

Art. 3º Ficam transformados, sem aumento de despesa, trezentos e quarenta e seis cargos da Carreira de Assistente de Chancelaria em cento e setenta e dois cargos da Carreira de Oficial de Chancelaria no quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 4º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores oitocentos e noventa e três cargos da Carreira de Oficial de Chancelaria, para provimento gradual a partir de 2011.

Art. 5º O provimento dos cargos transformados e criados por esta Lei dar-se-á de forma gradual, mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a disponibilidade orçamentária, devidamente comprovada no anexo específico da lei orçamentária anual.

Art. 6º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

A N E X O

(Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006)

QUANTITATIVO DE CARGOS DO QUADRO ORDINÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

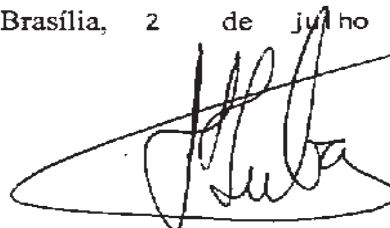
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Ministro de Primeira Classe	157
Ministro de Segunda Classe	217
Conselheiro	291
Primeiro-Secretário Segundo-Secretário Terceiro-Secretário	1.140
TOTAL	1.805

Mensagem nº 395

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria cargos na Carreira de Diplomata, altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, transforma cargos de Assistente de Chancelaria e cria cargos de Oficial de Chancelaria”.

Brasília, 2 de julho de 2010.



EM Interministerial nº 159/MP/MRE.

Brasília, 30 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que cria cargos na Carreira de Diplomata, altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, adaptando a carreira aos novos quantitativos totais, e cria cargos de Oficial de Chancelaria, sendo parte por transformação de cargos de Assistente de Chancelaria.
2. O cenário internacional apresenta crescente complexidade, ao mesmo tempo em que enseja a abertura de novas oportunidades de promoção do interesse nacional. Nesse ambiente, o Brasil tem intensificado sua participação nos foros regionais e internacionais, bem como tem procurado promover e apoiar eventos multilaterais sobre temas que estão presentes na agenda global.
3. O Ministério das Relações Exteriores tem se empenhado em cumprir as diretrizes da política externa do governo na promoção da integração da América do Sul; na aproximação com os países africanos, em especial com nações de língua portuguesa; no apoio e defesa da comunidade de cerca de quatro milhões de brasileiros que vivem fora do país; na transformação da relação do Brasil com as grandes potências, de forma a melhor promover os interesses brasileiros; na articulação de alianças estratégicas com os grandes Estados de periferia; no estímulo à emergência de uma ordem mundial fundada no Direito e na Paz, com vistas a fortalecer o sistema democrático, centrado na prosperidade compartilhada e na redução das desigualdades sociais; na promoção da reforma do sistema das Nações Unidas, para torná-lo mais adequado à promoção e à defesa dos interesses do Brasil e da América do Sul.
4. Acentuou-se nos últimos anos a participação do Brasil nos principais temas da agenda internacional contemporânea, como a reforma das instituições econômicas multilaterais, a criação do G-20, os novos esforços da rodada de Doha e as gestões para o retorno do país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. O maior protagonismo do Brasil no cenário internacional, contudo, não se limita a nossos interesses diretos ou imediatos, mas se preocupa também em vocalizar os dos países em desenvolvimento.

5. As carreiras do Serviço Exterior Brasileiro são integradas por servidores das mais diversas áreas de formação. O exercício das atribuições da Carreira Diplomática exige domínio em diversas áreas, tais como o conhecimento de outras culturas, proficiência em línguas estrangeiras e flexibilidade para negociar com os mais diversos tipos de interlocutores, em diferentes contextos, acerca de assuntos tão variados como direito, economia, política e questões consulares. Ao escolher o ingresso em uma carreira do Serviço Exterior, o candidato tem ciência de que a decisão implicará períodos de ausência prolongada do território nacional.

6. Atualmente, entre missões diplomáticas permanentes, repartições consulares, escritórios de representação e delegações, existem 223 representações diplomáticas do Brasil em todo o mundo. Desde o início do governo de Vossa Excelência, em 2003, foram criados 64 postos no exterior, em um movimento de expansão que se acelerou consideravelmente nos últimos anos. Com efeito, após o redimensionamento dos cargos da Carreira de Diplomata, efetivado pela Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006, a rede de postos expandiu-se em mais de vinte por cento. Desde abril de 2006, foram criados 38 postos, assim distribuídos: 23 Embaixadas, 2 Delegações e 13 Repartições Consulares. As razões que ensejaram a criação desses postos foram o dinamismo e a atuação proativa que o governo de Vossa Excelência implementa na política externa.

7. Atualmente, são 1.285 os Diplomatas em atividade. Além de adequar a força de trabalho nos postos no exterior, a ampliação da lotação de cargos da carreira permitirá a ampliação da capacidade de formulação, coordenação e supervisão da política externa a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

8. Tendo em vista o cenário acima descrito, e com a finalidade de adequar a estrutura de recursos humanos do Ministério das Relações Exteriores aos crescentes desafios do cenário internacional, propõe-se a Vossa Excelência a ampliação do Quadro Ordinário de Diplomatas dos atuais 1.397 para 1.805 servidores, com a criação de 400 novos cargos, além dos oito cargos a serem criado, por transformação, mediante proposta de medida provisória. O provimento dos cargos deverá ser feito de forma escalonada, à razão de 100 cargos por ano. A medida objetiva tanto o preenchimento das novas missões diplomáticas e repartições consulares abertas por determinação de Vossa Excelência quanto a adequada lotação das unidades no Ministério, de forma a reforçar a presença diplomática brasileira nos mais distintos foros de negociação nas esferas bilateral e multilateral.

9. No que tange à estrutura do Ministério das Relações Exteriores, vale lembrar que apenas a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, órgão central que se incumba da direção e da execução da política exterior do Brasil, da supervisão dos serviços diplomático e consular e da gestão dos demais negócios afetos ao Ministério, é integrada por doze unidades (oito Subsecretarias, além da Inspeção-Geral, da Corregedoria, do Cerimonial e do Instituto Rio Branco), às quais se subordinam vinte e três Departamentos.

10. Por outro lado, a criação dos Cargos de Diplomata exige a correspondente criação da estrutura de apoio. Apesar da expansão da estrutura do Itamaraty no Brasil e no exterior, o número de cargos da carreira de Oficial de Chancelaria se manteve em pouco mais de mil desde 1993. Hoje, são 849 Oficiais de Chancelaria em atividade. Além de adequar a força de trabalho nos postos no exterior, a ampliação do quantitativo de cargos da carreira permitirá a ampliação da capacidade de formulação, coordenação e supervisão da política externa a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

11. As atividades de formulação, implementação e execução dos atos de análise técnica e gestão administrativa pertinentes à Carreira de Oficial de Chancelaria, definidas no artigo 4º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, têm por finalidade oferecer suporte aos integrantes da Carreira de Diplomata na execução da política exterior brasileira. Observa-se que para cada diplomata há apenas 1,61 servidores dos quadros administrativos e técnicos do Serviço Exterior por diplomata, relação considerada insatisfatória frente às demandas apresentadas ao Itamaraty.

12. Tal assimetria estrutural, refletida na grande carência de pessoal nas tarefas administrativas de nível superior, acarretam prejuízo para a atividade política, comercial e de representação exercida pelas embaixadas e consulados, bem como para a Secretaria de Estado, na medida em que desloca servidores sem a formação ou especialização necessárias para funções fora do escopo natural de suas carreiras. Acrescente-se que, nos postos no exterior, há enorme dificuldade em preencher lotações em funções que, legalmente, só podem ser ocupadas por integrantes do quadro, como a Chefia do Setor de Comunicações e de Contabilidade, por exemplo.

13. Ao passo que, no exterior, a contratação de funcionários locais de nível médio para os postos é relativamente fácil em qualquer parte do globo, o mesmo não se pode dizer para os de nível superior. Tais contratações são assunto bastante difícil, seja pela sua total indisponibilidade em países de menor desenvolvimento relativo, seja pelo seu alto custo nos países mais desenvolvidos. Mesmo em países onde há maior disponibilidade de mão de obra qualificada, aos contratados locais são, e deverão seguir sendo, vedadas as tarefas indispensáveis a todos os postos, como comunicações e contabilidade, seja por sua sensibilidade política e necessidade de manutenção de sigilo, seja pela dificuldade de responsabilizá-los juridicamente em caso de problemas no exercício das funções.

14. Portanto, tendo em vista o cenário acima descrito, e com a finalidade de adequar a estrutura de recursos humanos do Ministério das Relações Exteriores aos crescentes desafios do cenário internacional, propõe-se a ampliação do quadro de Oficiais de Chancelaria em 1.065 cargos, sendo 893 novos cargos e 172 por transformação, sem aumento de despesa, de 346 cargos de Assistente Chancelaria. Os cargos criados deverão ser ocupados à razão aproximada de 125 novos servidores por ano, e serão de grande valia para corrigir a assimetria estrutural hoje existente no Ministério, fazendo face à enorme demanda de profissionais da Carreira de Oficial de Chancelaria, particularmente nas tarefas que, por motivos variados, não podem ser ocupadas por contratados locais.

15. A simples criação dos cargos não se traduz em impacto na despesa de pessoal. O seu efetivo provimento, contudo, deverá estar respaldado nos limites orçamentários do Anexo V da Lei Orçamentária Anual no exercício em que ocorrer.

16. Pelas razões expostas acima, submetemos à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei. A adoção da medida proposta permitirá o fortalecimento da capacidade de atuação do Itamaraty e o atendimento dos objetivos e prioridades definidos por Vossa Excelência para a política externa brasileira.

Respeitosamente,

Assinado por: Paulo Bernardo Silva e Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

ANEXO II
(Incluído pela Medida Provisória nº 493, de 2010)
QUANTITATIVO DE CARGOS DO QUADRO ESPECIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Ministro de Primeira Classe	76
Ministro de Segunda Classe	86
Conselheiro	400
Primeiro-Secretário	40
TOTAL	300

ANEXO I
(Redação dada pela Lei nº 12.337, de 2010)
QUANTITATIVO DE CARGOS DO QUADRO ORDINÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Ministro de Primeira Classe	130
Ministro de Segunda Classe	169
Conselheiro	226
Primeiro-Secretário Segundo-Secretário Terceiro-Secretário	860
TOTAL	1.405

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e à de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011**, vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Cyro Miranda, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Mário Couto e a Sr^a Senadora Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar esta oportunidade para levar ao conhecimento dos nobres Colegas alguns pontos do relatório do ano de 2010 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que recebi recentemente em meu Gabinete.

A ANAC foi criada, ainda não faz muito tempo, pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005. A nova Agência substituiu o Departamento de Aviação Civil (DAC) como autoridade de aviação civil e órgão regulador do transporte aéreo no País. O DAC integrava a estrutura administrativa do Ministério da Aeronáutica até 1999.

A ANAC, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, é uma autarquia especial, caracterizada por independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, que atuam em regime de colegiado. Tem como atribuições regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil.

Portanto, levando-se em consideração a importância crescente do transporte aéreo, principalmente de passageiros, pode-se avaliar a necessidade de um órgão nos moldes da ANAC, que apresenta como missão: “Promover a segurança e a excelência do sistema de aviação civil de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem-estar da sociedade brasileira”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez um dos avanços mais importantes na gestão da aviação civil brasileira tenha sido a implantação de um canal de relacionamento direto com o usuário. É assim que a ANAC pode verificar o fundamento das reclamações e denúncias, para fazer que os entes regulados atuem de acordo com as normas da aviação civil.

Consta do Relatório de 2010 da ANAC que, em todo o mundo, o Brasil foi o país que apresentou o maior crescimento no número de passageiros transportados. A demanda por transporte aéreo aumentou

23,47% para os voos domésticos e 20,38% para os voos no período de janeiro a dezembro, em relação ao período de 2009.

Por isso, reveste-se de importância cada vez maior o papel que a ANAC desempenha na fixação de normas referentes à prestação de serviços aos usuários e à assistência material aos passageiros do transporte aéreo.

A Agência também tem se esmerado no aperfeiçoamento das ações voltadas à melhoria dos Processos internos, que influem na prestação de serviços, como os novos Certificados de Habilitação técnica (CHT), que passaram a ser impressos na Casa da Moeda do Brasil, o que garante muito maior segurança e confiabilidade aos documentos. Outros processos receberam uma dinamização que lhes proporciona rapidez e agilidade, com a disponibilização de serviços via Internet, tais como: Declaração de Inspeção Anual de Manutenção (DIAM), Reservas de Marcas *On Line*, Consulta de Andamento dos Processos de Empresa de Manutenção Aeronáutica, e Agendamento de Vistoria de Aeronaves.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante saber que a ANAC foi submetida ao Universal Security Audit Program – USAP (Programa de Auditoria de Segurança Universal), que tem como objetivo avaliar a adequação no que diz respeito às normas internacionais de segurança contra atos de segurança ilícita, aplicadas nos aeroportos brasileiros. A Agência obteve o índice de 85,04% de conformidade em relação às normas internacionais de segurança.

Quanto aos 14,96% em que a ANAC não obteve a aprovação, trata-se de assuntos que não são aplicáveis aos aeroportos brasileiros, ou requisitos que estão passando por ajustes.

A International Civil Aviation Organization – ICAO (ou Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, em português) também confirmou que os procedimentos adotados no embarque e desembarque de passageiros e tripulantes, assim como a movimentação de carga, protegem a aviação civil brasileira contra atos ilícitos, como os decorrentes de ações terroristas.

Pode-se dizer, portanto, que a ANAC tem contribuído para o aperfeiçoamento institucional do País, no que diz respeito aos serviços de transporte aéreo de passageiros e de cargas e que trilha o caminho certo para transformar esse setor em motivo de orgulho para o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Outro feudo, outro es-

cândalo”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 08 de novembro de 2011.

O editorial destaca que se o ministro Gilberto Carvalho se diz cansado das crises provocadas por denúncias de corrupção no governo, que dirá a sociedade que afinal é quem paga as contas.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S. Paulo

8-11-2011

Outro feudo, outro escândalo

Se o ministro Gilberto Carvalho, titular da Secretaria-Geral da Presidência, se diz cansado das crises provocadas por denúncias de corrupção no governo, que dirá a sociedade que afinal é quem paga a conta dos malfeitos, como costuma dizer a presidente Dilma Rousseff? O desabafo do ministro se seguiu a outra revelação do gênero – a da existência de um esquema de extorsão de organizações não governamentais (ONGs) conveniadas com o Ministério do Trabalho, apropriado pelo chefe do PDT, Carlos Lupi. Segundo a revista *Veja*, dirigentes de uma ONG do Rio Grande do Norte, o Instituto Épa, e de outra, denominada Oxigênio, sediada no Rio de Janeiro informaram que as entidades, contratadas para ministrar cursos de capacitação profissional, foram alvo do clássico golpe da criação de dificuldades para a venda de facilidades.

A certa altura da execução dos convênios, as ONGs eram avisadas de que, por supostas irregularidades que teriam cometido, não receberiam novos repasses – a menos que molhassem as mãos de seus interlocutores da cúpula do Trabalho com 5% e 15% do valor dos contratos. Os achacadores seriam um então assessor de Lupi, o deputado federal maranhense Werverton Rocha, e o coordenador-geral de Qualificação da pasta, Anderson Alexandre dos Santos. A dupla respondia ao chefe de gabinete do ministro, Marcelo Panella, não por acaso tesoureiro do PDT, para onde se destinaria, no todo ou em parte, o cala-boca extraído dos ongueiros. Não se sabe com que grau de detalhamento, mas o fato é que o Planalto tinha ciência

dos podres do feudo de Lupi, outro dos ministros que a presidente foi obrigada a herdar de seu patrono Lula.

Tanto assim que, em agosto último, Dilma mandou demitir Panella. No sábado, Lupi teve de afastar Santos pelo tempo que durar a sindicância por ele anunciada, enquanto recitava a mesma lengalenga a que recorreram os cinco colegas que acabariam varridos do Gabinete: não compactua com desvios de recursos públicos, mas as denúncias devem respeitar o princípio do amplo direito de defesa. Ao blá-blá-blá de sempre, o bravateiro Lupi acrescentou uma provocação: “Tem muita gente graúda incomodada com a minha presença no Ministério, mas vão ter que me engolir”. Ele sabe que já estava marcado para cair na reforma ministerial prevista para o começo do ano. O seu medo maior é o desmonte da usina de beneficiamento do PDT a que o Trabalho foi reduzido, na operação lulista de cooptação da Força Sindical liderada por outro notório personagem, o deputado Paulo Pereira da Silva.

A julgar pelo retrospecto recente, no entanto, ele não precisa se preocupar. Quando se tornou insustentável a permanência do ministro Orlando Silva, do PC do B, no Esporte, a única dúvida no Planalto era sobre o nome do camarada que iria lhe suceder. O partido impôs o deputado Aldo Rebelo. O antecessor, como se sabe, foi levado a se imolar por causa das maracutaias nos convênios da pasta com ONGs, algumas delas criadas para repartir com o PC do B o dinheiro recebido. Por bem ou por mal, como se vê agora no escândalo envolvendo o PDT, a cobrança de pedágio das entidades do Terceiro Setor interessadas em contratos com a administração federal é uma forma rotineira de irrigar finanças partidárias. Mas o problema não se resolve com a “tradicional” retirada do sofá da sala.

Restringir os convênios apenas a entes públicos, como pretende Rebelo, é um retrocesso na gestão dos programas de promoção social em qualquer nível de governo. É ainda abrir mão do dever – e do poder – de fiscalizar adequadamente o uso dos recursos arrecadados da sociedade. Trata-se de separar o joio do trigo e instituir normas de habilitação das ONGs que impeçam políticos corruptos de fechar negócio com aquelas que, com avidez ou a contragosto, farão a sua parte no cambalacho. Essa seria a intenção da presidente, depois do pente-fino que mandou passar em todos os convênios do Executivo. A higienização, de toda maneira, é um ponto de partida, não de chegada. Esse é o desmanche da engrenagem que enlaça apoio parlamentar ao Planalto e arrendamento aos partidos, chaves na mão, de setores inteiros do governo. Mas isso não está no horizonte.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “As provas pedidas”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 21 de outubro de 2011.

O editorial destaca que o ex-ministro Orlando Silva não apresenta provas de suas “calúnias” e nem poderá apresentá-las, por não existirem.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S.Paulo

21 de outubro de 2011

As provas pedidas

Nos seus depoimentos ao Congresso e em declarações à imprensa, o ministro do Esporte, Orlando Silva, do PC do B, recorreu a um repertório de impropérios impubescíveis para desqualificar o PM João Dias Ferreira, que o acusou de participar de um esquema de fraudes com recursos do programa Segundo Tempo, criado para proporcionar atividades esportivas a jovens carentes. O ministro também insiste a mais não poder no argumento de que o denunciante, que esteve preso no ano passado, não apresenta provas de suas “calúnias” – e nem poderá apresentá-las, por não existirem.

Vá dizê-lo ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que anunciou anteontem a iniciativa sem precedentes de pedir nos próximos dias ao Supremo Tribunal Federal (STF) abertura de inquérito contra o ministro ainda no exercício da função, “considerando a extrema gravidade dos fatos noticiados”. Naturalmente, Gurgel diz que não se pode fiar “apenas nas declarações de uma única pessoa”, mas elas merecem ser examinadas com toda a atenção, incluindo eventualmente a quebra dos sigilos de Orlando Silva. Uma investigação na mais alta Corte – o foro próprio para detentores de cargos federais e membros do Parlamento – será a gota d’água para tornar intolerável a permanência do acusado no governo.

Fechando o círculo, o procurador avalia a hipótese de pedir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que remeta ao Supremo o inquérito em curso naquela Corte contra o antecessor e ex-correligionário do ministro, o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz,

agora filiado ao PT. “Há um relacionamento muito intenso entre os fatos”, sustenta Gurgel para justificar a unificação das apurações. Os indícios parecem incontestáveis. Agnelo assumiu no início do primeiro governo Lula e nomeou Orlando secretário executivo da pasta. Em 2006, quando Agnelo se afastou na busca frustrada de uma cadeira no Senado, o sub foi para o seu lugar e nele foi confirmado, depois, pela presidente Dilma Rousseff a pedido do seu mentor Lula.

Conforme as evidências, o que começou com Agnelo continuou sem interrupção com Orlando – a assinatura de convênios com organizações não governamentais (ONGs) fictícias ou sem a mais remota condição de cumprir os contratos firmados nem o menor interesse em usar em benefício público os valores recebidos. Evidentemente, deviam pagar pedágio aos contratantes, os quais o repassavam, não necessariamente por inteiro, ao caixa 2 do PC do B, ao qual, aliás, os conveniados estavam filiados. Do inquérito que chegou ao STJ consta uma detalhada (e sórdida) descrição da entrega, em agosto de 2007, de uma mochila com R\$ 256 mil ao então ministro Agnelo no estacionamento de uma concessionária de veículos na cidade-satélite de Tabatinga.

O autor do relato à Polícia Civil do DF é um certo Geraldo Nascimento de Andrade, motorista de uma das empresas fornecedoras de notas frias para encobrir desvios de recursos do Segundo Tempo. Qualquer que seja a sua folha corrida, o depoimento soa verdadeiro, pela profusão dos fatos narrados. O mesmo se pode dizer da entrevista do PM João Dias à revista *Veja*, confirmando as revelações publicadas neste jornal em fevereiro último. Filiado ao PC do B, o policial registrou duas ONGs que se conviniaram, a partir de 2005, com o Ministério do Esporte. Ele adquiriu um punhado de carros de luxo – e não foi propriamente com o seu soldo. Mas isso não torna menos verossímeis as suas acusações a Orlando nem inibiu o procurador-geral de procurar o STF.

Tampouco a esbórnia é coisa do passado. Em agosto último, por exemplo, o Ministério do Esporte prorrogou por um ano um convênio de 2009 no valor de R\$ 911 mil com uma ONG de fachada, como se viria a saber, para criar núcleos esportivos para 2,2 mil crianças em Novo Gama, Goiás, no entorno do DF, embora nem um grão de poeira tivesse sido tirado do lugar ali nesse período. Enquanto isso, R\$ 393 mil do Tesouro Nacional já mudaram de mãos. O convênio foi usado na campanha eleitoral do PC do B no ano passado. Quando o Estado divulgou o caso, há oito meses, o ministro prometeu uma sindicância para “apurar e punir”. Não fez nem uma coisa nem outra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial, intitulado “O Ministro tem de sair”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 18 de outubro de 2011.

O editorial relata a importância da saída do Ministro Orlando Silva do comando do Ministério do Esporte, envolvido em uma série de denúncias de desvio de verbas públicas em convênio com ONGs, para a manutenção da governança do atual governo.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S.Paulo

Terça-feira, 18 de outubro de 2011

O ministro tem de sair

Por sua extrema gravidade, não basta que se investigue a fundo a denúncia de que o ministro do Esporte, Orlando Silva, do PC do B, se beneficiou pessoalmente do desvio de recursos do programa Segundo Tempo, criado para promover atividades esportivas com crianças e adolescentes pobres. O programa foi terceirizado para organizações não governamentais (ONGs) conveniadas com a pasta – e, claro, dirigidas por gente do partido do ministro. A acusação, divulgada no fim da semana pela revista *Veja*, deixou Orlando Silva sem condições de continuar no cargo. Ele pediu à Polícia Federal que investigue o caso, que certamente acabará nos tribunais. Mas, no âmbito da política, o princípio da presunção de inocência não se aplica nem se pode esperar que sentenças transitem em julgado. O ministro precisa sair não apenas para não ter a sua autoridade cada vez mais desgastada, que é o que costuma acontecer nessas circunstâncias, mas sobretudo para poupar a presidente Dilma Rousseff de novas atribuições no campo minado da corrupção – bem agora que o Esporte ganhou uma projeção sem precedentes, com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 no País e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, dois anos depois.

Em fevereiro último uma série de reportagens deste jornal revelou que o Segundo Tempo era uma

mina de ouro para o PC do B, graças justamente aos convênios da pasta com entidades ligadas à sigla, realizados sem licitação. Somente em 2010 o aparelhado Ministério desembolsou R\$ 30 milhões em transferências – em mais de um sentido – do gênero. Ao que tudo indica, o contubérnio começou com o antecessor de Orlando Silva, Agnelo Queiroz, que se elegeu governador do Distrito Federal (DF) depois de trocar o PC do B pelo PT. Comissões de 20% que teriam sido pagas ao partido da foice podem ter somado ao longo da era Lula cerca de R\$ 40 milhões. Mas os “comunistas” não guardavam tudo para si. Teriam ajudado a cobrir gastos da campanha do presidente, em 2006, diz o policial militar (PM) e ex-militante do PC do B João Dias Ferreira. Em abril do ano passado, ele foi preso na Operação Shaolin, da Polícia Civil do DF, por suspeita de participação no desvio de R\$ 1,99 milhão repassado pelo Ministério dos Esportes, mediante dois convênios, à Associação João Dias de Kung Fu.

Ferreira é o principal acusador de Orlando Silva. O ministro alega que o PM se voltou contra ele porque o Ministério pediu ao Tribunal de Contas da União que investigasse os convênios com as suas ONGs e as obrigasse a devolver ao erário R\$ 3,16 milhões. Pode ser. Mas pode ser também porque o ministro e o partido, diferentemente do que lhe teriam prometido, o deixaram entregue à própria sorte nas investigações da Shaolin. Não foi a primeira vez, nem será a última, que a vingança acaba expondo os podres do governo e da política. À *Veja*, Ferreira confirmou que o Segundo Tempo servia para favorecer correligionários e irrigar as finanças do PC do B – mas a denúncia bombástica foi outra. Um comparsa do policial, o motorista Célio Soares Pereira, contou ter recolhido dinheiro de quatro entidades ditas sem fins lucrativos que recebiam verba do programa e que o entregou ao ministro Orlando Silva dentro da garagem do Ministério, numa caixa de papelão. “Eram maços de notas de 50 e 100 reais.”

Para embolso pessoal ou caixa 2 de partidos, desvios de recursos de convênios entre a administração pública e ONGs de fachada – não raro constituídas para esse fim, instaladas em endereços fictícios, em nome de laranjas – são talvez o maior dos ralos por onde escorre dinheiro do contribuinte. Como notou ontem no Estado o colunista José Roberto de Toledo, em 2010 o governo destinou R\$ 5,4 bilhões a 100 mil ONGs, ante R\$ 1,9 bilhão em 2004. Esses gastos têm crescido mais do que as transferências para Estados e municípios. Ironicamente, de início se esperava que a participação dessas entidades, além de engajar a sociedade na implementação de políticas públicas, ajudaria a combater o burocratismo, o desperdício – e a corrupção.

A leniência do governo Lula com a bandalheira transformou uma colaboração em princípio saudável numa gazua. Mesmo assim, até agora ninguém tinha acusado um ministro de receber dinheiro vivo de um convênio de promoção social.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Na TV, PSDB defende gestão FHC e explora a ‘volta’ da inflação”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 14 de outubro de 2011.

A matéria destaca que em seu programa nacional de TV, o PSDB afirmou que as principais reformas do país foram feitas pelo partido, criticar a volta da inflação e a corrupção da máquina pública.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

**Na TV, PSDB defende gestão FHC
e explora a ‘volta’ da inflação**

Ex-presidente afirma que principais reformas no país foram feitas pelo partido e cita real e controle de gastos.

**Aécio ocupa quase 2 dos 10 minutos
da inserção para falar sobre gestões estaduais;
coube a Serra criticar governo federal.**

SÃO PAULO – O PSDB usou seu programa nacional de TV ontem para defender o legado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e criticar a “volta” da inflação e a corrupção na máquina pública.

A peça, com duração de dez minutos, também foi usada para apaziguar os ânimos no partido, exibindo, ainda que em papéis diferentes, o ex-governador José Serra e o senador Aécio Neves, que disputam espaço dentro sigla.

FHC foi o primeiro político a aparecer no programa. Ele usou o espaço para defender ações de seu governo.

Disse que os tucanos controlaram a inflação -“o maior mal para os trabalhadores”-, citou a Lei de Responsabilidade Fiscal e a concepção de programas sociais que, afirmou, deram origem ao Bolsa Família.

No capítulo seguinte, o partido apresentou Serra como porta-voz das críticas ao governo federal, nas mãos do PT há nove anos.

O ex-governador, que no mês passado reclamou de não ter aparecido no programa de TV do PSDB em São Paulo, afirmou que o plano de combate ao crack “ficou na promessa” e que a corrupção está ameaçando o “progresso social” do país.

“Não se trata de fazer a crítica pela crítica. É que fiscalizar, apontar o que está errado, ajuda a melhorar”, justificou, ao encerrar.

O capítulo propositivo do programa ficou com o senador Aécio Neves, que defendeu a “gestão eficiente” para enfrentar a corrupção, e apresentou projetos de governadores tucanos.

Diferente dos demais, Aécio apareceu em close, com aparência mais despojada – paletó aberto e sem gravata. O senador mineiro, que já se colocou como possível nome na disputa presidencial de 2014, ocupou quase 2 dos 10 minutos do programa -pouco mais que Serra.

Os líderes do partido no Senado e na Câmara, Álvaro Dias (PR) e Duarte Nogueira (SP), e o presidente nacional da sigla, Sérgio Guerra (PE) também apareceram.

O PSDB exibiu imagem de seus oito governadores, mas nenhum falou no programa.

Fonte: Folha de S. Paulo

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do jornalista José Roberto Mendonça de Barros, intitulado: “A volta da aliança inflacionária”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 02 de outubro de 2011.

Segundo o autor, será preciso um derretimento de proporções bíblicas na economia mundial, incluindo Índia, China e toda Ásia, para que o cenário no qual as autoridades apostam possa ocorrer. A alternativa possível é que o governo esteja disposto a conviver com a inflação mais elevada, independentemente de seus custos.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Estado de S.Paulo

2 de outubro de 2011

A volta da aliança inflacionária

O Imposto de Produtos Industrializados (IPI) dos carros importados foi recentemente elevado em 30 pontos percentuais. Os carros pequenos que pagam 7% vão pagar 37%, e os de 25% serão tributados em 55%, um pesadíssimo aumento. O anúncio foi feito perante uma animada plateia de industriais e sindicalistas, perante os quais utilizou-se o argumento de que é preciso proteger a produção e o emprego nacionais. Será?

Não parece ser necessariamente o caso, uma vez que, dados acordos existentes, os carros produzidos no Mercosul e no México (em sua imensa maioria pelas montadoras já no Brasil há muito tempo), não serão atingidos. As importações dessas regiões correspondem a mais de 70% do total de veículos trazidos do exterior. Assim, o grosso do impacto será sobre os coreanos e chineses, e o efeito sobre o emprego e a produção no Brasil será muito modesto. O efeito maior é limitar a concorrência e não proteger a produção nacional e, portanto, permitir a elevação de preços. O peso de 30% de impostos adicionais certamente será distribuído entre redução de margens e elevação de preços ao longo do tempo.

Além do efeito concorrência, pode ser dito que:

1 – O consumidor será prejudicado pela redução das oportunidades de escolha e porque a maioria dos carros aqui produzida é bem antiga e de pior qualidade. A classe média vai pagar a conta.

2 – O impacto líquido no emprego (resultado de eventual maior produção local, depois de descontada a importação do México e do Mercosul, e considerando o menor crescimento dos sistemas de distribuição dos veículos que vão pagar mais imposto) deve ser modestíssimo, se positivo. Até onde sei, a produção do México é a mais beneficiada porque, pelo acordo atual, os carros lá produzidos podem ter até 30% de conteúdo local e não os 60% aplicados no acordo do Mercosul para Brasil e Argentina. No caso do Uruguai, o conteúdo é de 50% (decreto 4458, de 5/11/2002).

3 – O investimento em novas fábricas de montadoras que aqui ainda não produzem fica prejudicado, porque para não pagar o imposto será preciso utilizar pelo menos 65% de componentes nacionais. Ora, acho que desde a instalação da indústria automotiva no Brasil nunca uma planta começou a produzir com tal grau de nacionalização. É mais uma razão para se limitar a concorrência.

Na verdade, o que temos é a reedição de um movimento antigo, dos tempos da superinflação pré-Real, que foi batizado de coalizão inflacionária. Este termo

foi cunhado e utilizado pelo economista argentino José Luiz Machinea para entender a inflação daquele país; Machinea argumentava que as indústrias mais fortes se entendiam com os sindicatos mais poderosos, especialmente no ramo automotivo, para conceder generosos acordos salariais, que depois eram repassados aos preços, movimento possível dado o fechamento da economia ante a competição internacional.

O mesmo argumento passou a ser utilizado na explicação da nossa inflação dos anos 80, agravado pelo fato de que as usinas de aço, estatais na época, eram levadas a não elevar o preço das chapas para não pressionar a inflação, distorcendo ainda mais os preços relativos. A correção monetária generalizada e políticas expansionistas contribuíam para realimentar a alta dos preços. Foi essa situação que acabou levando à ideia de que a abertura à concorrência externa seria uma precondição essencial para um ataque bem-sucedido ao processo inflacionário. Da mesma forma, a privatização seria indispensável para melhorar a política fiscal (por exemplo, o subsídio ao aço custou ao Tesouro mais de US\$ 20 bilhões nos anos 80) e elevar a eficiência da economia como um todo, o que acabou ocorrendo no Plano Real.

O novo plano automotivo lembra muito o passado. Permite entender porque os acordos salariais recentes na indústria automotiva foram tão generosos, variando de 14 a 20%, quando se consideram o reajuste geral e os valores fixos em reais a propósito de distribuição de resultado, bônus e outros esquemas. A maior diferença em relação ao passado está na elevação de tributos ao invés da concessão de subsídios diretos e indiretos. Entretanto, a pressão inflacionária subsequente é a mesma.

Câmbio. O real se desvalorizou forte nestes dias. Enquanto escrevo este artigo está em R\$ 1,86 por dólar.

Várias são as razões para este movimento, a primeira delas a recente valorização do dólar lá fora, resultado da chamada fuga para a qualidade. Reforça esse movimento uma elevação das remessas de filiais brasileiras de empresas internacionais para as matrizes, evidentemente uma decorrência da piora da situação econômica, especialmente na Europa. Adicionalmente, a grande alteração das regras cambiais produziu uma mudança forte nas operações das tesourarias e de arbitragem. Isso decorreu menos do imposto de 1% sobre derivativos, mas muito mais por conta do enorme grau de arbítrio que agora dispõe o Conselho Monetário Nacional (CMN) para alterar, de um dia para o outro, regras sobre as alíquotas do IOF, margens etc. Basta pensar que o imposto pode, por exemplo, subir de 1% para 5% ou 10%, impondo perdas enormes nas operações. Com este grau de risco, muitos aplicadores deixaram de operar; outros

alteraram a estrutura das operações, ficando comprados no Brasil e vendidos no balcão no exterior, ao contrário do que se fazia antes; por sua vez, as tesourarias logo perceberam que a ausência de vendedores criou oportunidades lucrativas na compra de dólares. Hoje apenas os exportadores e o Banco Central são vendedores, o que torna a moeda brasileira leve para depreciar, mas com maior grau de incerteza.

Prever o curso do dólar é sempre atividade de elevadíssimo risco, especialmente com o mercado manco, ou seja, com a ausência de vendedores regulares fora os exportadores. Entretanto, creio que pode ser dito que, enquanto a incerteza for tão elevada quanto a atual, nossa moeda seguirá mais desvalorizada. Apenas com uma eventual regularização do movimento de investimentos internacionais é que o real poderia voltar para uma faixa de R\$ 1,70 por dólar.

Isto nos leva, mais uma vez, a dizer que os riscos para a inflação estão muito elevados. Aos efeitos do novo protecionismo e das pressões vindas do câmbio (nos preços de alimentos e nos custos industriais), devemos adicionar a força do mercado de trabalho, o reajuste do salário mínimo, as elevações contínuas dos preços de serviços e a expansão dos gastos públicos no próximo ano (inclusive pela anunciada contratação de mais 55 mil funcionários pelo governo).

Será preciso um derretimento de proporções bíblicas na economia mundial, incluindo Índia, China e toda a Ásia, para que o cenário no qual as autoridades apostam possa ocorrer. A alternativa possível é que o governo esteja disposto a conviver com a inflação mais elevada, independentemente de seus custos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “FHC sugere lema ‘Yes, we care’ a tucanos”, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em sua edição de 08 de novembro de 2011.

A matéria destaca que economistas do partido defendem extinção de crédito subsidiado do governo e redução do número de ministérios.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Fonte: Vera Magalhães – Folha de S.Paulo

FHC sugere lema ‘Yes, we care’ a tucanos

Segundo ex-presidente, slogan inspirado na campanha de Obama mostra que o PSDB ‘se preocupa com as pessoas’

Economistas do partido defendem extinção de crédito subsidiado do governo e redução do número de ministérios

Mergulhados numa profunda crise de identidade desde a derrota sofrida na eleição presidencial do ano passado, os principais dirigentes do PSDB começaram ontem a discutir uma nova agenda para o partido.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso propôs até uma nova bandeira, sugerindo que os tucanos adaptem o slogan de campanha do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para se reapresentar aos eleitores.

Em vez de “Yes, we can” (“Sim, nós podemos”), os tucanos deveriam adotar como lema “Yes, we care” (“Sim, nós nos preocupamos”). “O que falta é carinho, é atenção”, disse o ex-presidente ao justificar sua proposta: “Temos de ser o partido que se preocupa com as pessoas, com seu bem estar”.

FHC falou no encerramento de um seminário promovido no Rio pelo Instituto Teotônio Vilela, vinculado ao PSDB, em que economistas e intelectuais tucanos fizeram sugestões para um novo programa partidário.

A proposta que mais entusiasmou os tucanos foi apresentada pelo ex-presidente do Banco Central Pêrsio Arida, que defendeu o fim do crédito subsidiado oferecido por bancos públicos – como o BNDES.

Segundo Arida, seria uma maneira de acelerar a queda da taxa básica de juros e elevar a remuneração da caderneta de poupança e de fundos administrados pelo governo, como o FAT e o FGTS.

Com o fim dos subsídios, as taxas de juros cobradas pelo BNDES e por outros bancos públicos seriam elevadas para níveis mais próximos das taxas cobradas pelos bancos privados, reduzindo a demanda pelo crédito oficial e liberando os recursos públicos para outras finalidades.

“O governo tem de agir em nome do bem comum, e não favorecer o lobby dos tomadores de recursos subsidiados”, afirmou Arida. FHC considerou a proposta “revolucionária”. O senador Aécio Neves (MG), que pretende se lançar candidato à Presidência da República em 2014, prometeu estudar a ideia e transformá-la em projeto de lei.

O ex-presidente do BC Armínio Fraga defendeu a redução dos atuais 38 ministérios pela metade. “É preciso limitar o número de cargos de confiança, evitar essa farra dos cargos, que é vergonhosa, e deixar que

o Estado volte a ser para a Nação, e não mais a serviço de um partido”, disse, arrancando aplausos da plateia.

O ex-governador José Serra (SP), que perdeu as eleições presidenciais de 2002 e 2010, propôs que a ideia seja encampada e que se estabeleçam critérios técnicos para o preenchimento de cargos em comissão. “Não falo em concurso ou em acabar com cargos de confiança, o que engessaria o sistema. Mas em estabelecer padrões de qualificação para cada cargo”, afirmou.

José Serra aparece de surpresa e divide palanque com Aécio Neves

A disputa interna pela candidatura à Presidência em 2014 foi o pano de fundo do seminário do ITV realizado ontem, no Rio. Os dois virtuais candidatos do partido, Aécio Neves e José Serra, acabaram ganhando espaço para falar, fora da programação original. Serra tinha avisado que não participaria do evento, pois só voltaria de Londres ontem. Mas diante da evidência de que o seminário viraria, assim, palco exclusivo para Aécio, antecipou a volta.

Sem saber do retorno de Serra, dirigentes do PSDB convidaram Aécio para “apresentar” o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando o paulista apareceu, por iniciativa de Aécio, foi convidado a discursar. O mineiro falou como candidato e lançou até um esboço de slogan, ao dizer que o PSDB deveria propor um “choque de profissionalização da gestão”. “No momento em que o PT abdica de ter uma agenda, cabe a nós propor alternativas.” Pego de surpresa, Serra leu um artigo que pretendia publicar em seu blog e criticou a gestão petista. Disse que o governo Dilma Rousseff vive “a reboque de escândalos” e propôs a realização de um seminário com tema corrupção.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista intitulada, “Eu estarei pronto, seja Lula ou Dilma”, publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo* em sua edição de 09 de outubro de 2011.

Trata-se de entrevista dada pelo Senador Aécio Neves à jornalista Christiane Samarco, em que trata de diversos pontos da agenda do PSDB, em especial as eleições presidenciais de 2014.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

‘Eu Estarei Pronto, Seja Lula ou Dilma’, Diz Aécio Sobre 2014

Senador tucano diz que debate sobre candidaturas no PSDB deve ficar para ‘o amanhecer de 2013’, mas se apresenta disposto a enfrentar qualquer nome do PT

9 de outubro de 2011 | 21h 47

Christiane Samarco – O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA – Diante da pressão de companheiros de PSDB para que assuma logo sua pré-candidatura a presidente em 2014, o senador Aécio Neves (MG) não deixa dúvidas. “Se esta for a vontade do partido, eu estarei pronto para disputar com qualquer candidato do campo do PT, seja Lula ou Dilma. Serão eleições com perfis diferentes e eu não temo nenhuma das duas”, disse o ex-governador ao Estado.

Mas Aécio pondera que o debate das candidaturas deve ficar para “o amanhecer de 2013”, pois “uma decisão correta no momento errado é uma decisão errada”. Ele diz que a opção José Serra “terá de ser avaliada por seu capital eleitoral e experiência política” e cita também os governadores Geraldo Alckmin (SP), Marconi Perillo (GO) e Beto Richa (PR) como presidenciáveis. Nesse quadro, defende eleições prévias para a escolha dos candidatos tucanos a partir da eleição de 2012.

O que se vê hoje no cenário nacional, projetando 2014, são duas candidaturas presidenciais no campo do governo: Lula ou Dilma Rousseff. Como a oposição não se colocou, as pressões já começaram. Os 41 deputados tucanos que se reuniram com o sr. há dez dias, para pressioná-lo a assumir uma pré-candidatura, têm razão de estar ansiosos?

Conter essa ansiedade é uma das questões às quais tenho me dedicado. Mas acho muito bom que o PSDB tenha outros nomes, que serão discutidos na hora certa. José Serra é um nome que o partido terá de avaliar, por seu capital eleitoral e pela experiência política que tem. O governador Geraldo Alckmin (SP) é um nome sempre lembrado, como também são os governadores Marconi Perillo (GO) e Beto Richa (PR). É muito bom que o partido tenha quadros que possam despontar amanhã como candidatos.

E qual é o seu projeto para 2014?

O que eu disse aos companheiros do PSDB é que estarei à disposição do partido para cumprir meu

papel, seja como candidato ou apoiador de um candidato que eventualmente tenha melhores condições de disputa do que eu.

O sr. tem disposição para disputar a eleição presidencial com Dilma ou Lula?

Se essa for a vontade do partido, estarei pronto para disputar com qualquer candidato do campo do PT, seja Lula ou Dilma. Eu disse com muita clareza aos deputados que não temos de nos preocupar se é Lula ou se é Dilma. Com cada um será um tipo de campanha.

‘O presidente Lula passou oito anos surfando nas medidas que foram implementadas por FHC’

Contra Lula seria uma campanha mais fácil, ou mais difícil?

Acho, sinceramente, que é muito difícil alguém na Presidência, com a possibilidade da reeleição, deixar de disputar. Mas, se a disputa for com o ex-presidente Lula, acho que as diferenças ficarão ainda mais claras. Será a disputa da gestão pública eficiente contra o aparelhamento da máquina pública; a disputa da política externa pragmática em favor do Brasil versus a política atrasada em favor dos amigos. Será o futuro versus o passado. Mas deixo que o PT escolha seu candidato, da mesma forma como o PSDB escolherá o seu no momento certo, e não necessariamente serei eu.

O sr. está dizendo que contra Lula pode ser até mais fácil?

Nenhuma eleição será fácil, mas, seja quem for o candidato, entraremos na disputa de forma extremamente competitiva. Serão eleições com perfis diferentes. Não temo nenhuma das duas.

Em 2010, tucanos de São Paulo e dos demais Estados se confrontaram na escolha do candidato a presidente, mas agora o PSDB paulista está dividido. Isso facilita a busca por um nome de consenso em 2014?

Não vejo dessa forma. Acho que o PSDB amadureceu o suficiente para ver que, ou vamos todos unidos de verdade, ou não teremos êxito. E o PSDB tem figuras extremamente relevantes nesse processo. O governador Alckmin é uma liderança nacional com condições até de ser o candidato com êxito. O senador Aloysio Nunes é um dos mais qualificados quadros do Congresso e será um instrumento importante na construção da unidade do partido, seja em torno de quem for, e incluo aí o companheiro José Serra. O presidente FHC terá sempre um papel de orientador maior.

O sr. tem disposição para disputar eleições prévias no PSDB?

Eu estimo as prévias. Essa proposta foi sugestão minha lá atrás, e defendo que elas ocorram no maior número possível de lugares onde houver mais de um candidato, já nas eleições municipais. Acho a prévia

um instrumento de mobilização e de comprometimento do partido em torno de um projeto.

As candidaturas presidenciais do PSDB foram basicamente sustentadas pelo DEM e pelo PPS. O esvaziamento do DEM pelo PSD sugere um novo quadro de alianças já para 2012?

O DEM perdeu espaço, realmente, mas nós do PSDB somos alternativa ao País não pelo número de cadeiras que temos, mas pelo que representamos, e por nossa capacidade de pensar, ousar e despertar confiança em parcelas importantes da sociedade. Defendo, para 2012, o que eu já defendia em 2006 e 2010, que é nós termos um leque cada vez mais amplo de alianças. E não o fiz apenas retoricamente. Exercitei isso na prática, pois em Minas nossa aliança é extremamente ampla, com partidos hoje da base do governo federal, como o PSB, o PDT, o PP.

Que papel terá o PSD nesse novo quadro? Ele está na mira do PSDB?

O PSD nasce a partir de uma liderança – o prefeito Gilberto Kassab (SP), que teve muita proximidade com o governador José Serra. Essa relação sempre existirá. O PSD apresentou-se como uma oportunidade de uma janela política para lideranças que estavam em dificuldades nos seus partidos e vejo que muitos dos novos integrantes da legenda têm relação conosco em nossas bases. Não tenho avaliação clara sobre qual será o papel do PSD, mas vejo com muita naturalidade que alguns setores do PSD tenham mais afinidade conosco do que com o PT.

‘O aparelhamento da máquina como jornais se viu antes neste país abriu o caminho para a corrupção generalizada’

Qual o quadro de alianças que o senhor vislumbra para 2014?

Teremos um quadro de alianças muito diferente do atual. O PSDB tem dois anos para se viabilizar como partido que tem a ousadia e a generosidade de ampliar suas alianças e apresentar ao País uma proposta que vá além do projeto de poder. Que seja um projeto de transformação.

É este o desafio do PSDB agora?

Na prática, estamos procurando refundar o PSDB em seu discurso. Temos de voltar a ser, aos olhos da sociedade brasileira, o interlocutor confiável que tem espírito público. As pesquisas mostram com muita clareza que a população confia nos líderes do PSDB e respeita nossas administrações estaduais mais do que outras. Temos de mostrar que somos capazes de projetar para o futuro um País mais eficiente, mais desenvolvido, com pessoas mais qualificadas por uma educação de qualidade. O PSDB tem de se apresentar como partido que tem a nova agenda para o Brasil.

Que agenda é essa?

O projeto original que trouxe o Brasil até aqui é do PSDB, mas o que está em execução agora é um software pirata. Nos temos de trabalhar muito para recolocar o original no lugar, porque o modelo que está aí se exauriu. Não apresenta nada e nada fala à saúde pública de qualidade. Na gestão FHC, fizemos a universalização do acesso à educação. Que qualificação essa educação teve de lá para cá? Absolutamente nenhuma. Do ponto de vista da gestão, não há novidades além da ampliação absurda de cargos públicos, com quase 40 ministérios funcionando sem nenhuma eficiência.

Já há parcerias PSDB-PSB em quatro Estados: SP, MG, PR e PB. Isso é meio caminho andado para uma aliança nacional em 2014, ou ainda falta pavimentar esse caminho?

Não seria correto dizer que faremos uma aliança amanhã com o PSB, que hoje participa da base do PT e tem cargos no governo. Vamos esperar que as coisas aconteçam com naturalidade. Temos é de construir nosso discurso para agregar as forças que com ele se sintam à vontade. Esse é nosso papel. O tempo dirá que forças estarão a nosso lado. Só não acho fácil que, pela heterogeneidade do pensamento das forças políticas que convivem hoje sob o guarda-chuva do governo, elas cheguem todas unidas até o final.

Belo Horizonte vai apoiar a reeleição do prefeito Márcio Lacerda?

Eu deleguei essa questão para que a direção estadual do partido a conduzisse lá. A candidatura própria não está descartada, mas há uma conversa avançada no sentido da continuação da nossa participação no governo correto de Márcio Lacerda. Um governo que lançamos lá atrás com muita desconfiança, mas que faz uma gestão muito bem avaliada. Acho até que há uma afinidade muito maior de Lacerda conosco, na forma de governar e no que ele pensa, do que com o PT.

Pesquisa interna mostra que o PSDB perdeu suas principais bandeiras para o PT. Dos medicamentos genéricos à Lei de Responsabilidade Fiscal, projetos do partido são mais creditados a Lula do que a FHC. Tem como recuperar essas bandeiras?

Minha avaliação não é nada pessimista em relação ao PSDB e ao nosso futuro. Mesmo depois de três derrotas nas disputas presidenciais, a pesquisa nos coloca de forma muito clara como a principal alternativa ao modelo que está aí e que a meu ver chegará exaurido ao fim de 12 anos de poder. Se traz o alerta de que nosso principal erro foi negar o legado de Fernando Henrique, ela também aponta os erros cometidos no período pós-FHC. Pela primeira vez uma pesquisa mostra que a corrupção, o aparelhamento

da máquina e a ineficiência da administração pública são questões que colaram de forma clara no PT. Temos nossos problemas, mas aqueles contra os quais disputaremos têm os deles, e são graves.

E como o PSDB vai tomar posse do legado que relegou?

Um partido não cria raízes na sociedade sem bandeiras e sem agenda. A pesquisa mostra que 70% da população tem a percepção de que o Brasil começou a melhorar a partir do governo FHC e do Plano Real, e vem melhorando sucessivamente. Vamos enfatizar muito isso nas nossas próximas ações, falando do legado do PSDB e do nosso futuro. Somos o único partido com condições de se apresentar com uma nova agenda para o Brasil, até porque a agenda em execução hoje pelo PT é a que propusemos lá atrás, no governo FHC. É a estabilidade econômica, a política macroeconômica de metas de inflação, câmbio flutuante, superávit primário, modernização da economia com as privatizações e o Proer, que deu estabilidade ao sistema financeiro brasileiro. O PT não apresentou uma agenda nova.

Mas o fato é que a presidente Dilma está com a popularidade em alta nas Regiões Sul e Sudeste, onde o PSDB sempre teve mais apoio popular.

É absolutamente natural que ela tenha uma boa avaliação neste momento, até porque existe uma comparação com o presidente Lula e algumas diferenças de personalidade e de comportamento. Nossa disputa lá adiante não vai se dar entre o céu e o inferno, entre os que acertam tudo e os que erram tudo. Vamos discutir modelos. Eu não tenho a dificuldade permanente que o PT tem de reconhecer méritos nos adversários. Lula teve acertos. O principal deles foi a manutenção da política macroeconômica, e o adensamento dos programas sociais foi seu o segundo maior acerto. Mas teve grandes equívocos.

No balanço geral, o governo Lula foi o mais popular desde a redemocratização.

O presidente Lula passou oito anos surfando nas medidas que foram implementadas por FHC – a estabilidade é a principal delas. Pôs um tucano no Banco Central e ficou negando tudo, como se não houvesse um Brasil antes dele. Isso é um erro e até uma certa falta de generosidade com o País.

Olhando para trás, quais foram os grandes equívocos do governo Lula?

O aparelhamento da máquina pública como jamais se viu antes neste país foi o mais grave deles, porque abriu o caminho para a corrupção generalizada dentro do governo. E quem diz isso não sou eu. É a presidente Dilma, no momento em que demite da forma que fez figuras notórias próximas ao governo anterior. E a outra

grande lacuna que o governo passado deixou foi, em um ambiente de prosperidade econômica, altíssima popularidade pessoal do presidente e ampla base no Congresso, Lula não ter encaminhado nenhuma das reformas estruturantes que poderiam estar permitindo, aí sim, que o Brasil tivesse muito mais protegido contra eventuais crises.

‘Somos o único partido com condições de se apresentar com uma nova agenda para o Brasil’

Que avaliação o senhor faz hoje do governo Dilma?

É um equívoco falar em governo Dilma, porque esta administração está no nono ano. Não dá para ela se apropriar dos êxitos e se eximir dos equívocos do antecessor. Em termos de gestão pública, esses nove anos de PT foram um atraso. Nós andamos para trás. Diferentemente do que ocorre em vários Estados, o governo federal não estabeleceu um mecanismo de metas ou de avaliação que avançasse no sentido de uma gestão pública de maior qualidade. E, infelizmente, a presidente caminha na mesma direção que caminhou o governo Lula. Não há por parte do governo nenhuma articulação nem demonstração de vontade política de enfrentar contenciosos.

O senhor acha que ela perdeu o timing de fazer reformas?

O presidente Lula teve um momento extremamente favorável para encaminhar reformas no campo tributário, previdenciário e do próprio Estado brasileiro, contando com o apoio da oposição – e eu me incluo nesse apoio, mas optou por não enfrentar. Eu aprendi que as grandes reformas se fazem no início do governo, quando se tem capital político, se tem uma autoridade ainda sem qualquer desgaste para poder impor de alguma forma essas reformas àqueles que lhe apoiam.

Mas ela está fortalecida por essa imagem de quem fez a faxina contra a corrupção.

O PT abriu mão de ter um projeto de País para se satisfazer com um projeto de poder. Algumas figuras do PT, a quem respeito, concordarão comigo. Vai chegar ao fim desses 12 anos de poder e vamos fazer um grande benefício ao PT, levando-o novamente à oposição, para que possa resgatar sua origem e valores que perdeu ao longo de sua trajetória. O PT foi um partido muito importante para o Brasil, que representava a classe trabalhadora, mas ao longo do exercício do poder se perdeu e se tornou igual e, em alguns aspectos, pior que os outros. Nosso esforço é para que o PT possa reciclar-se na oposição.

‘O PT abriu mão de ter um projeto de País para se satisfazer com um projeto poder’

O sr. falou em fazer um favor ao PT, recolocando-o na oposição, mas correligionários seus

dizem que é sua atuação, no campo da oposição, que está um pouco apagada no Senado.

Política é a arte de administrar o tempo. Cada um tem sua forma de agir e sua personalidade. Vamos aguardar se o tempo mostra se estou equivocado, ou não. Nosso grande esforço agora, ao qual tenho me dedicado além das questões legislativas, é no campo partidário, ajudando o presidente Sérgio Guerra na reorganização estrutural do partido. Um partido que tem um projeto nacional como o PSDB não pode deixar de ter representação nacional em sete Estados (AM, RO, DF, MT, RN, PI, SE) como ocorre hoje. Então, estamos reciclando o partido nesses Estados e abrindo para alianças, inclusive visando ao futuro.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar aqui minha extrema satisfação com a aprovação do Código Florestal pelas comissões permanentes do

Senado Federal. O texto aprovado representa uma conquista importante para os agricultores de Roraima, em especial no que se refere à redução da reserva legal.

Nenhum outro Estado brasileiro, talvez com exceção do Amapá, tem uma porção tão expressiva do seu território totalmente protegida, seja por unidades de conservação federal ou terras indígenas.

Não somos contra a criação de unidades de conservação e menos ainda da proteção dos direitos dos índios, o que inclui o direito ao usufruto exclusivo das terras por eles imemorialmente ocupadas, como preconiza a Constituição.

Dentro desse quadro não podemos, sob hipótese alguma, abandonar à própria sorte centenas de milhares de brasileiros que escolheram viver em Roraima e que, até hoje, sofrem com a ingerência da União sobre os assuntos locais.

Com sua sensibilidade e competência política, o relator Jorge Viana incluiu no Código o parágrafo 5º no artigo 12, de modo a permitir que a reserva legal seja fixada em 50% quando mais de 65% do território do Estado estiver atrelado àquelas áreas protegidas. Trata-se de dispositivo inspirado em sugestão que lhe encaminhei e que, generosamente, acolheu.

Com essa proposta procuramos assegurar a Roraima e a outros Estados o direito de desenvolver atividades agropecuárias sem prejudicar suas condições ambientais e sem afrontar a legislação. É uma grande vitória para nosso Estado, para nossos agricultores e, acredito, para toda a Amazônia.

Como segundo assunto Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje, 25 de novembro, é o Dia Internacional Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

A data foi definida em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas com o objetivo de estimular atividades para sensibilizar a opinião pública mundial para este grave problema que atinge, todos os anos, milhões de mulheres em todo o mundo.

Embora o principal alvo das campanhas desenvolvidas no Brasil seja a violência doméstica e familiar contra as mulheres, gostaria de abordar aqui outras formas de iniquidades e graves ameaças aos direitos humanos que tem as mulheres como vítimas preferenciais.

Pesquisas revelam que, no Brasil, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de agressões e espancamentos por parte de seus parceiros. Mais de 11 mil mulheres são assassinadas todos os anos.

Mas a violência contra a mulher vai muito além, desde a feminização da pobreza, o preconceito e a discriminação no mercado de trabalho, o assédio moral e sexual, os elevados índices de mortalidade materna, a baixa representação política e inexpressiva participação nos postos de poder e decisão, até a deficiência nas políticas de saúde pública e no atendimento em órgãos responsáveis pela segurança.

Temos observado avanços, é verdade, mas ainda estamos muito distantes de construir uma sociedade mais justa e solidária, em que as mulheres desfrutem das mesmas oportunidades de inserção social conferidas aos homens.

Neste sentido, senhor presidente, temos atuado de forma articulada, neste Parlamento, envolvendo todas as representantes da bancada feminina, que são minoria, para assegurar os recursos orçamentários que possam sustentar políticas públicas específicas para as mulheres, que permitam corrigir as injustiças sociais e, de alguma forma, debelar esses indicadores de violência que constroem a todos e todas.

Recentemente promovemos audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, para discutir os direitos das mulheres no âmbito da elaboração do orçamento federal. Participaram, na condição de convidados, os relatores do PPA e do Orçamento Geral da União para 2012.

Embora as bancadas femininas na Câmara e no Senado tenham priorizado, ano após ano, a inclusão de emendas para o combate a violência, para assegurar o direito à moradia digna, saúde pública de qualidade, construção de creches, entre outros setores, percebemos que estas iniciativas ficam prejudicadas por sucessivos contingenciamentos destes recursos.

Reconhecemos que a superação destes problemas é uma prioridade para a presidenta Dilma que, desde a sua posse e, por sua condição própria como mulher e trabalhadora, tem apresentado uma série de

iniciativas para amparar as mulheres vítimas da violência e da pobreza.

A Rede Cegonha, o Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama e Câncer de Colo do Útero, prioridade nos Programas Minha Casa Minha Vida e Brasil Sem Miséria, apoio às mulheres na agricultura familiar, são algumas dessas iniciativas.

Nesta sexta-feira, 25 de novembro, data internacional dedicada à mobilização pelo fim da violência contra a mulher, a presidenta Dilma e a ministra Irlay Lopes, da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, apresentam mais uma iniciativa para redução desta violência, voltada para as mulheres que vivem no exterior, especialmente aquelas vítimas da prostituição e do tráfico internacional de pessoas.

Em parceria com os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, a Secretaria de Políticas Para as Mulheres amplia para outros países o alcance do Ligue 180, que desde 2006 fez mais de dois milhões de atendimentos a mulheres vítimas de maus tratos.

Inicialmente, as brasileiras que vivem em Portugal, Espanha e Itália poderão fazer denúncias de agressões por meio deste serviço telefônico, permitindo às autoridades brasileiras tomar as medidas adequadas.

Não é de hoje que alertamos para a dimensão do tráfico de mulheres, inclusive crianças e adolescentes, para a prostituição e o trabalho escravo, principalmente em países da Europa.

Com a expansão do Ligue 180 para estes países, o atendimento será feito a partir do Brasil, 24 horas por dia, e as ligações são gratuitas e confidenciais.

As atendentes repassarão os casos relatados aos consulados, que deverão oferecer atendimento adequado às vítimas, acionando as autoridades locais.

Esperamos que este serviço seja ampliado rapidamente para outros países e que inclua entre suas prioridades as regiões de fronteira, especialmente com a Colômbia, Venezuela e Guiana, para onde muitas mulheres vítimas da prostituição são levadas, problema que também já denunciemos neste Plenário.

Quero encerrar, Sr. Presidente, manifestando nossa solidariedade e apoio irrestrito a todas as mulheres vítimas da violência, da pobreza e de graves violações aos direitos humanos. Reafirmamos aqui o nosso compromisso de continuar trabalhando para superar esta ferida, que continua aberta e que ainda causa muita dor.

Era o que tinha a dizer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

2**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 225, DE 2011 – COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.408, de 2011)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 – Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 – CCJ.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca indus-*

trial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2011**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros,

com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, Ge-*

neral Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão, sob, com certeza, a orientação e o carinho de Deus.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)

ATA DA 198ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 184, de 2 de novembro de 2011)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 44935 a 44937, republique-se, por erro gráfico na lista de votação nominal da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Parecer nº 1.226, de 2011:

PARECER Nº 1.226, 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2011 (nº 2.627/ 2010, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Giruá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.*

RELATOR: Senador **GIM ARGELLO**

RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 156, de 2011 (nº 2.627, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Giruá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 156, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Giruá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 OUT 2011

SEN. WALTER Pinheiro, Presidente EVENTUAL

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 156/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

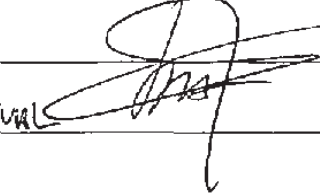
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA

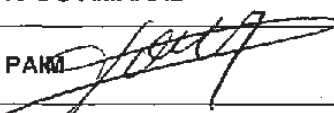


1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

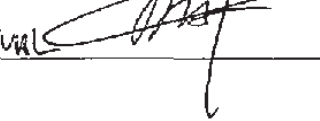


2. PAULO PAMI



WALTER PINHEIRO

PRESIDENTE EVENTUAL



3. MAGNO MALTA

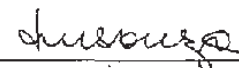
JOÃO RIBEIRO

4. CRISTOVAM BUARQUE

ANTONIO CARLOS VALADARES



5. LÍDICE DA MATA



RODRIGO ROLLEMBERG

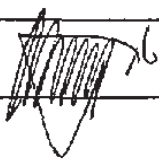
6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP



2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

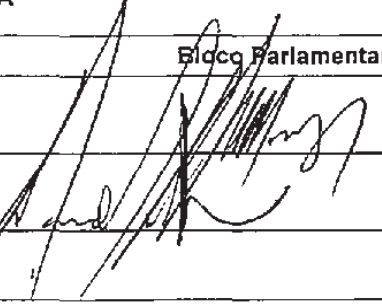
5. REDITARIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

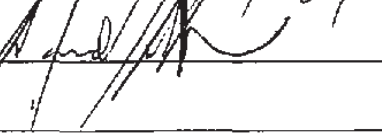
CYRO MIRANDA



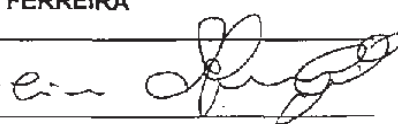
1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

RELATOR AO PDS



2. CÍCERO LUCENA



JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

RELATOR

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 156/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR - MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR - MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARNOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011



SENADOR WALTER PINHEIRO
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

ATA DA 199ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 185**, de 4 de novembro de 2011)

RETIFICAÇÃO

Às páginas nºs 45146 a 45204, republique-se, por omissão gráfica de diversas páginas, o Aviso nº 89, de 2011:

AVISO Nº 89, DE 2011

Aviso nº **378**/GMF

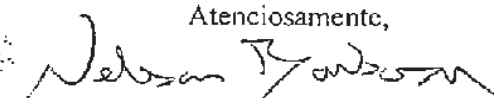
Brasília, 1º de novembro de 2011.

Assunto: Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de setembro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.
2. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2011, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
3. Reencaminho, ainda, relatório das operações de crédito no mês de agosto de 2011, em razão de alteração na metodologia na geração do relatório, com base em data e número de ofício de verificação de limites e condições.
4. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente no seguinte endereço: "www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf/". No mapa apresentado, selecionar o "Estado", "Consultar" e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Atenciosamente,


NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda Interino

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 31/10/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2011 a 30/09/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001053/2011-51	Interessado: Prefeitura Municipal de Calbi	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 980.000,00
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício: Ofício nº 3325	Data: 02/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001048/2011-49	Interessado: Prefeitura Municipal de Janaúba	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 144 meses	Valor: 5.000.000,00
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Ofício: Ofício nº 3383	Data: 02/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000696/2011-88	Interessado: Prefeitura Municipal de Itajai	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 7.000.000,00
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício: Ofício nº 3348	Data: 05/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001044/2011-81	Interessado: Prefeitura Municipal de Schroeder	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 3.000.000,00
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício: Ofício nº 3339	Data: 05/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
					Juros Efetivos: 7,5% a.a. acrescido de TJLP
					Juros Efetivos: 4% a.a. acrescido de TJLP
					Juros Efetivos: 8% a.a. acrescido de TJLP
					Juros Efetivos: 9% a.a. acrescido de TJLP

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2011 a 30/09/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17844.000437/2011-57	UF: CE Interessado: Prefeitura Municipal de Iguatu Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Juros Efetivos: 1,07% a.a. (válido para o 2º semestre de 2011) acrescidos da variação cambial baseada no dólar norte-americano Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Prazo: 220 meses Valor: 4.750.000,00 Data: 08/09/2011 Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições Ofício nº 3358
17844.001749/2010-91	UF: RS Interessado: Prefeitura Municipal de Tucunduva Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Prazo: 72 meses Valor: 245.000,00 Data: 08/09/2011 Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições Ofício nº 3367
17844.000841/2011-78	UF: SC Interessado: Prefeitura Municipal de Unibici Instituição Financeira: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescido de TJLP Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Prazo: 54 meses Valor: 529.000,00 Data: 08/09/2011 Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições Ofício nº 3361
17844.000998/2011-56	UF: PR Interessado: Prefeitura Municipal de Ivaí Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR - atualização aplicada às contas do FGTS Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Prazo: 248 meses Valor: 1.110.000,00 Data: 08/09/2011 Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições Ofício nº 3390

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/09/2011 a 30/09/2011			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000005/2011-46	Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Negro	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 140.085,00	Juros Efetivos: 6% a.a.+ TJLP	
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Ofício: Ofício nº 2378	Data: 13/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001201/2011-38	Interessado: Prefeitura Municipal de Itaituba	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 268 meses	Valor: 1.913.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a acrescidos de TR	
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3440	Data: 14/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000455/2010-58	Interessado: Prefeitura Municipal de Marinho Campos	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 90 meses	Valor: 853.428,04	Juros Efetivos: 0,75% a.m.acrescidos de IGPM	
	Instituição Financeira: Cemig Distribuição S/A		Ofício: Ofício nº 3549	Data: 23/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001442/2010-04	Interessado: Prefeitura Municipal de Marinho Campos	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 248.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP	
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Ofício: Ofício nº 3571	Data: 26/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS					Período de 01/09/2011 a 30/09/2011
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001358/2011-83	Interessado: Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 253 meses	
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3577	Data: 26/09/2011	
Juros Efetivos: 6,1678% a.a. acrescidos do Índice de correção do FGTS					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001342/2011-51	Interessado: Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 281 meses	
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3585	Data: 26/09/2011	
Juros Efetivos: 6,1678% a.a. acrescidos do Índice de correção do FGTS					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001354/2011-85	Interessado: Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 69 meses	
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3583	Data: 26/09/2011	
Juros Efetivos: 6,1678% a.a. acrescidos do Índice de correção do FGTS					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001360/2011-32	Interessado: Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 253 meses	
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3579	Data: 26/09/2011	
Juros Efetivos: 6,1678% a.a. acrescidos do Índice de correção do FGTS					

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2011 a 30/09/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001362/2011-21	Interessado: Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 69 meses	Valor: 120.000,00
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3581	Data: 28/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
17944.001018/2011-32	Interessado: Prefeitura Municipal de Toledo	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 252 meses	Valor: 1.520.000,00
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 3587	Data: 28/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
17944.000648/2011-90	Interessado: Prefeitura Municipal de Barbalha	UF: CE	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 1.210.000,00
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Ofício: Ofício nº 3603	Data: 27/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições
19406.000484/2010-32	Interessado: Prefeitura Municipal de Itaipópolis	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 1.250.000,00
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº	Data: 27/09/2011	Posicionamento: Arquivamento

Juros Efetivos:
6,1678% a.a. acrescidos do
Índice de correção do FGTS

Juros Efetivos:
6% a.a. e TR

Juros Efetivos:
4% a. a. acrescidos de TJLP

Juros Efetivos:
4% a.a., TJLP

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/09/2011 a 30/09/2011			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001091/2011-12	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
	Prefeitura Municipal de Embu	SP	Operação Contratual Interna	60 meses	3.000.000,00	8% a.a. acrescidos de IPC-FIPE	
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Agência de Fomento do Estado de São Paulo		Ofício nº 3642	29/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001106/2011-34	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
	Prefeitura Municipal de Guaraniáçu	PR	Operação Contratual Interna	252 meses	2.390.000,00	6% a.a acrescidos de TR	
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 3643	29/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001081/2011-79	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
	Prefeitura Municipal da Nova Veneza	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	700.000,00	7,5 % a.a. acrescidos de TJLP	
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício nº 3628	29/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001111/2011-47	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
	Prefeitura Municipal de Nova Veneza	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	2.000.000,00	8 % a.a. acrescidos de TJLP	
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício nº 3624	29/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2011 a 30/09/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.001073/2011-22	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Palhoça	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	20.000.000,00	9% a.a. acrescidos de TULP
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício nº 3633	29/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.001117/2011-14	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Distrito Federal	DF	Operação Contratual Interna	260 meses	253.000.000,00	5,5 % a.a. + atualização monetária igual às cotas do FGTS
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 3678	30/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.001116/2011-70	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Distrito Federal	DF	Operação Contratual Interna	260 meses	98.000.000,00	6% a.a. + atualização igual das cotas do FGTS
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 3681	30/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
17944.001231/2011-44	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Estado do Acre	AC	Operação Contratual Interna	288 meses	121.991.238,82	6% a.a acrescidos da atualização das cotas do FGTS
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 3654	30/09/2011	Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2011 a 30/09/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	TIPO DE OPERAÇÃO:	PRazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001232/2011-89	Interessado: Governo do Estado do Acre	UF: AC	288 meses	9.981.818,18	5% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Ofício: Ofício nº 3658	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001029/2011-12	Interessado: Prefeitura Municipal de Acoiara	UF: CE	246 meses	1.822.765,18	6% a.a. acrescido de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Ofício: Ofício nº 3686	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001205/2011-16	Interessado: Prefeitura Municipal de Altibaia	UF: SP	265 meses	12.749.000,00	6,00% a.a. acrescido de atualização igual às contas do FGTS
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Ofício: Ofício nº 3676	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.000806/2011-10	Interessado: Prefeitura Municipal de Chapadão	UF: SC	54 meses	3.000.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Ofício: Ofício nº 3687	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2011 a 30/09/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001113/2011-36	Interessado: Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas UF: MG Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	Operação Contratual Interna	144 meses	4.000.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
		Ofício: 3658	Data: 30/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001638/2010-91	Interessado: Prefeitura Municipal de Estância UF: SE Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A	Operação Contratual Interna	54 meses	1.800.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
		Ofício: 3697	Data: 30/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001693/2009-47	Interessado: Prefeitura Municipal de Estância UF: SE Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A	Operação Contratual Interna	72 meses	1.671.800,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
		Ofício: 3689	Data: 30/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001114/2011-81	Interessado: Prefeitura Municipal de Guepé UF: MG Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	Operação Contratual Interna	54 meses	1.000.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
		Ofício: 3864	Data: 30/09/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						
Período de 01/09/2011 a 30/09/2011						
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
19406.000482/2010-43	Interessado: Prefeitura Municipal de Joinville	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	10.873.147,96	9% a.a. acrescidos de T.JLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício: Ofício nº 3661	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001634/2010-11	Interessado: Prefeitura Municipal de Joinville	SC	Operação Contratual Interna	54 meses	2.280.000,00	4% a.a. acrescidos de T.JLP
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Ofício: Ofício nº 3663	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
19406.000014/2010-79	Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo	RS	Operação Contratual Interna	120 meses	21.819.453,00	1% acrescidos de IGP-M/FGV
	Instituição Financeira: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A		Ofício: Ofício nº 3660	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/09/2011 a 30/09/2011
TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)	
Município	AES Sul Distribuidora Getulista de Energia S/A	1	21.619.453,00	
Município	Agência de Fomento do Estado da Santa Catarina S/A	8	47.441.147,98	
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1	3.000.000,00	
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	1	140.095,00	
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	4	10.246.000,00	
Município	Banco do Brasil S/A	5	7.207.800,00	
Município	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1	520.000,00	
Município	Caixa Econômica Federal	17	258.057.730,38	
Município	Cemig Distribuição S/A	1	653.428,04	
Totais das Operações dos Municípios:			39	348.885.654,40
Estado	Caixa Econômica Federal	4	482.953.056,80	
Totais das Operações dos Estados:			4	482.953.056,80
Totais das Operações:			43	841.838.711,20

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001222/2009-39	Interessado: Prefeitura Municipal de Limeira UF: SP	Operação Contratual Interna	54 meses	3.000.000,00	4% a.a. TJLP
	Instituição Financeira: Cetec Econômica Federal	Ofício: Ofício nº 2803	Data: 03/08/2011	Posicionamento: Arquivamento	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.000371/2011-03	Interessado: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú UF: SC	Operação Contratual Interna	48 meses	23.300.000,00	9% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	Ofício: Ofício nº 2835	Data: 04/08/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.000902/2011-50	Interessado: Prefeitura Municipal de Belim UF: MG	Operação Contratual Interna	144 meses	5.000.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	Ofício: Ofício nº 2822	Data: 03/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001372/2010-86	Interessado: Prefeitura Municipal de Camacan UF: BA	Operação Contratual Interna	96 meses	1.000.000,00	5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	Ofício: Ofício nº 2833	Data: 04/08/2011	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001178/2010-45	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campo Grande	<u>UF:</u> MS	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 84 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a., reajuste de Reserva Global de Reversão - RGR
	<u>Instituição Financeira:</u> Empresa Energética do Mato Grosso do Sul		<u>Data:</u> 04/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000527/2011-48	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Santa Isabel	<u>UF:</u> SP	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo		<u>Data:</u> 04/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001781/2010-18	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Esmeraldas	<u>UF:</u> MG	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 66 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 05/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000617/2011-18	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Esmeraldas	<u>UF:</u> MG	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 144 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 05/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001684/2010-90	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Tupaciguara <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 08/08/2011 <u>Ofício:</u> Ofício nº 2988	<u>Prazo:</u> 180 meses <u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da T.JLP	
17944.000470/2011-87	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 08/08/2011 <u>Ofício:</u> Ofício nº 2993	<u>Prazo:</u> 180 meses <u>Valor:</u> 15.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da T.JLP	
17944.000642/2011-75	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Montenegro <u>UF:</u> RS <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 08/08/2011 <u>Ofício:</u> Ofício nº 2985	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 2.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 10,75% a.a. acrescidos da T.JLP	
17944.000839/2011-88	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Taiobairas <u>UF:</u> MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 08/08/2011 <u>Ofício:</u> Ofício nº 2988	<u>Prazo:</u> 144 meses <u>Valor:</u> 3.250.986,69	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da T.JLP	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO		INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000955/2010-90		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 180 meses	<u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 10/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000955/2011-71		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itabira	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 36 meses	<u>Valor:</u> 1.032.540,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 10/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000741/2010-13		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Paracatu	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 66 meses	<u>Valor:</u> 1.448.346,40	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a., T.JLP, Taxa Análise Crédito: 0,5%
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 10/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001380/2010-51		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itajubá	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 180 meses	<u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 15/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO		INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000862/2011-72		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jaguarauçu	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 355.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. atualização monetária pela TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 15/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
19406.000373/2010-28		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São José	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 2.932.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acréscimos de TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 15/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000780/2011-00		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Araribá	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Valor:</u> 870.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 7,6% a.a. acréscimos de TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Data:</u> 16/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000621/2011-05		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campo do Meio	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 144 meses	<u>Valor:</u> 1.033.859,80	<u>Juros Efetivos:</u> 4,0% a.a. acréscimos de TJLP
		<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 16/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.000638/2011-07	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nordeste	Operação Contratual Interna	96 meses	400.000,00	5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>Data:</u> 18/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000782/2011-01	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Arebuitá	Operação Contratual Interna	48 meses	130.000,00	9% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Data:</u> 17/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001008/2011-05	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Mongaguá	Operação Contratual Interna	60 meses	800.000,00	8% a.a. acrescidos de IPC-FIPE
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 17/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000979/2011-20	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Serrana	Operação Contratual Interna	144 meses	5.000.000,00	TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 17/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001705/2009-33	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Perdão	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 700.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a., T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3116	<u>Data:</u> 17/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento	
17944.000094/2011-21	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Araraquara	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 36 meses	<u>Valor:</u> 9.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> Juros de 1% a.m. sem atualização monetária
	<u>Instituição Financeira:</u> Companhia Paulista de Força e Luz		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3117	<u>Data:</u> 18/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
17944.000052/2010-17	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Araraquara	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Valor:</u> 803.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescido de T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3130	<u>Data:</u> 18/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
19405.000550/2009-31	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 3.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3141	<u>Data:</u> 18/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000715/2011-76	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	8.500.000,00	T.JLP acrescida de 9% a.a.
	Instituição Financeira:		Data:	Posicionamento:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		18/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000748/2011-16	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Dom Caval	MG	Operação Contratual Interna	54 meses	600.000,00	T.JLP acrescida de 4% a.a.
	Instituição Financeira:		Data:	Posicionamento:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		19/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições		
17944.000953/2011-81	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves	RS	Operação Contratual Interna	96 meses	4.273.411,50	3,9% a.a. acrescidos da T.JLP
	Instituição Financeira:		Data:	Posicionamento:		
	Caixa Estadual S/A		22/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001180/2010-70	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Campo Grande	MS	Operação Contratual Interna	222 meses	25.000.000,00	2,27% a.a. acrescidos de variação cambial baseada no dólar norte-americano
	Instituição Financeira:		Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		22/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001032/2010-55	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Paraná	Operação Contratual Externa (com garantia)	180 meses	17.784.000,00	2,62% a.a., variação cambial do dólar dos EUA, Taxa Libor Semestral fixada em 1,
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco Interamericano de Desenvolvimento	<u>Data:</u> 23/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento		
		<u>Ofício:</u> Não há			
19406.000455/2009-37	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Novo Cabrais	Operação Contratual Interna	60 meses	338.160,00	4% a.a., TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Data:</u> 23/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento		
		<u>Ofício:</u> Não há			
17944.001033/2010-08	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Paraná	Operação Contratual Externa (com garantia)	192 meses	88.991.136,00	3,26% a.a., variação cambial do dólar dos EUA, Juros = LIBOR Semestral No PVL
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco Mundial	<u>Data:</u> 24/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento		
		<u>Ofício:</u> Não há			
17944.001024/2011-90	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Curvelo	Operação Contratual Interna	120 meses	4.500.000,00	4% a.a., acrescidos da TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 24/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3200			

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/08/2011 a 31/08/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001036/2011-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Monte Mor	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 36 meses	<u>Valor:</u> 249.975,97
	<u>Instituição Financeira:</u> Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paul		<u>Data:</u> 24/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efetivos:</u> 1% a.m. acrescido de IPC/FIPE
17944.000874/2011-71	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Claro	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 254 meses	<u>Valor:</u> 3.140.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 24/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS
17944.000875/2011-15	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Claro	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 254 meses	<u>Valor:</u> 2.280.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 24/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS
17944.000877/2011-12	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Claro	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 254 meses	<u>Valor:</u> 2.760.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 24/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS					Período de 01/08/2011 a 31/08/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000778/2011-22	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 1.250.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP	
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 25/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO						
17944.000538/2010-47	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pindobaçu	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Valor:</u> 60.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a., TJLP	
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>Data:</u> 25/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO						
17944.000538/2010-58	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pindobaçu	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Valor:</u> 180.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a., TJLP	
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>Data:</u> 25/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO						
17944.000003/2011-57	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 180 meses	<u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a., TJLP	
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 25/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Arquitamento			

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO		INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000846/2011-09	Interessado:	Prefeitura Municipal de Guabiruba	UF: SC	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
				Operação Contratual Interna	48 meses	2.230.000,00	9% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Ofício:</u>	<u>Data:</u>	<u>Posicionamento:</u>	
				Ofício nº 3250	28/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO		INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000848/2011-42	Interessado:	Prefeitura Municipal de Janaúba	UF: MG	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
				Operação Contratual Interna	54 meses	2.000.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Ofício:</u>	<u>Data:</u>	<u>Posicionamento:</u>	
				Ofício nº 3238	28/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO		INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001020/2011-10	Interessado:	Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros	UF: SC	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
				Operação Contratual Interna	42 meses	1.300.000,00	9% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Ofício:</u>	<u>Data:</u>	<u>Posicionamento:</u>	
				Ofício nº 3244	28/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO		INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001022/2011-09	Interessado:	Prefeitura Municipal de São José do Cedro	UF: SC	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
				Operação Contratual Interna	48 meses	2.000.000,00	9% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Ofício:</u>	<u>Data:</u>	<u>Posicionamento:</u>	
				Ofício nº 3247	28/08/2011	Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2011 a 31/08/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001779/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Turmalina	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 1.250.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3248	<u>Data:</u> 28/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001050/2011-18	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Toledo	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Valor:</u> 2.501.600,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3291	<u>Data:</u> 30/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001269/2010-36	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amazonas	<u>UF:</u> AM	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 268 meses	<u>Valor:</u> 200.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. + Tx Risco 0,3% + Tx Administração + TR
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3297	<u>Data:</u> 31/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000440/2011-71	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Branco	<u>UF:</u> AC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 268 meses	<u>Valor:</u> 8.917.558,82	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescido da atualização igual as contas do FGTS
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3313	<u>Data:</u> 31/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						Período de 01/08/2011 a 31/08/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17844.000439/2011-46	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Branco	<u>UF:</u> AC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 288 meses	<u>Valor:</u> 14.170.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a acrescido de atualização igual às contas do FGTS	
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3311	<u>Data:</u> 31/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17844.001051/2011-62	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Santa Cecilia	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Valor:</u> 600.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 7,5% a.a acrescidos de TJLP	
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3302	<u>Data:</u> 31/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17844.001054/2011-04	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Toledo	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Valor:</u> 1.752.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a. a. acrescidos de TJLP	
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Ofício:</u> Ofício nº 3295	<u>Data:</u> 31/08/2011	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/08/2011 a 31/08/2011
TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)	
Município	Agência de Fomento do Estado de Bahia S/A	4	1.640.000,00	
Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	8	36.930.000,00	
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	3	3.300.000,00	
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	2	4.253.600,00	
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	17	62.998.191,89	
Município	Banco do Brasil S/A	4	5.171.690,00	
Município	Caixa Econômica Federal	9	83.898.558,82	
Município	Caixa Estadual S/A	2	6.273.411,50	
Município	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	1	249.975,87	
Município	Companhia Paulista de Força e Luz	1	9.000.000,00	
Município	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul	1	15.000.000,00	
	Totais das Operações dos Municípios:	52	208.716.427,88	
Estado	Banco Interamericano de Desenvolvimento	1	17.784.000,00	
Estado	Banco Mundial	1	88.891.136,00	
Estado	Caixa Econômica Federal	1	200.000.000,00	
	Totais das Operações dos Estados:	3	306.775.136,00	
	Totais das Operações:	55	515.491.563,88	

SUMÁRIO-EXECUTIVO

Divisão de Análise Técnica – DATEC/COATI/GMF-MF

Nº de Identificação no COMPROT: 01195182.004926.2011.000.000

Data / Hora do recebimento da DATEC: 28/9/2011.....17h09

Interessado(s): Senado Federal.

Ementa: AVISO que encaminha relatório com as características das operações de crédito analisadas no MF em setembro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do DF e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita corrente líquida dos municípios, esclarecendo que os dados referentes às dívidas consolidadas foram retirados dos Relatórios de Gestão Fiscal, elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000¹.

Prazo: Até 31/10/2011.

✓ 1 Assinatura.

Manifestação(ões) da(s) área(s) competente(s):  / **STN:**

 Envia ao Senado Federal relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no MF em setembro de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida consolidada líquida dos Estados e DF e a relação entre a Dívida consolidada líquida e a Receita corrente líquida dos municípios.

SE:

 Analisou a minuta de Portaria e, em 31/10/2011, por meio de rubrica, manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da matéria.

31/10/2011 17:36.....Equipe DATEC_Aurea.

STN: Memorando nº 1638 COPEM, de 31/10/2011.

- ✓ Encaminha minuta de aviso ao presidente do Senado Federal, com objetivo de enviar à Casa Legislativa, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas em agosto de 2011, a tabela demonstrativa da Dívida consolidada líquida dos Estados e do DF, e a relação entre a Dívida consolidada líquida e a Receita corrente líquida dos municípios, em cumprimento ao que dispõe no art.41 da Resolução nº 43/2001², do Senado Federal;
- ✓ Informa que, conforme previsto no art. 42 da Resolução Senatorial nº 43, de 2001, que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2011, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- ✓ Esclarece que essas informações devem ser prestadas ao Senado mensalmente, e que a matéria já foi objeto de análise pela PGFN, na Nota PGFN/PGA/nº 203/2002. .

¹ Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder.

² Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 31/10/2011															R\$ mil	
UF	Divida Consolidada Líquida - DCL														30/8/11	
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	30/4/11				
AC	703.834	653.786	703.747	694.081	718.119	633.896	844.835	794.933	633.092	896.478	1.423.022	1.153.304	1.159.735			
AL	2.670.310	2.451.333	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	6.613.624	n.d.			
AM	1.923.679	1.568.313	1.850.103	1.696.945	1.681.725	1.602.703	1.356.436	1.011.766	819.600	1.459.103	2.006.938	1.433.311	1.424.022			
AP	31.016	35.232	226.777	260.438	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	449.436	107.239	105.204			
BA	8.362.027	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	7.881.740	7.639.453			
CE	2.711.864	2.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	1.379.320	1.326.436			
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	1.484.298	n.d.			
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	922.909	623.798			
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.353.278	11.697.404	13.680.116	13.259.839	13.032.110			
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.544.650	3.306.980			
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.692.747	51.560.639	52.264.415	60.499.483	60.200.681	62.120.939			
MS	4.133.669	4.507.029	5.450.997	5.662.201	6.001.254	6.117.339	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.529.483	6.499.343			
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.928.181	3.130.350	3.002.689			
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.384	2.609.966	1.811.001	1.399.678			
PB	2.428.937	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.513.817	2.534.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.181.311	989.503			
PE	2.961.347	4.233.625	5.495.023	5.029.048	5.495.263	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	3.877.805	3.817.859			
PI	2.002.176	3.241.789	2.602.589	2.561.526	2.751.157	2.580.295	2.565.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.270.496	2.219.921			
PR	7.353.797	8.395.766	9.269.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.514.480	13.608.099			
RJ	23.870.049	25.840.532	35.449.514	38.571.989	42.929.196	43.901.330	45.073.844	46.573.238	51.041.607	47.204.513	53.952.732	52.204.389	52.359.790			
RN	1.148.636	964.036	1.291.802	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.601	1.104.556	10.696	n.d.			
RO	1.002.894	1.076.043	1.745.281	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.640.266	1.666.582	1.642.838	1.716.395	2.010.026	1.912.339	1.937.720			
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.991	-164.810	-204.269	306.160	73.668	-674.316	-538.037			
RS	17.740.010	18.433.183	23.496.895	27.606.812	30.333.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.170.877	43.437.027	44.071.366	44.476.609			
SC	6.018.289	5.680.942	8.511.284	8.555.064	9.374.484	8.019.912	8.020.930	7.677.817	8.063.824	6.312.345	7.464.223	6.503.150	5.883.725			
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	1.768.183	1.833.281			
SP	62.547.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.330.939	111.916.498	118.355.919	120.461.936	133.920.658	130.298.983	152.727.942	130.510.608	151.587.571			
TO	323.219	391.442	515.266	403.239	607.264	312.979	308.144	235.459	340.850	374.955	634.993	189.261	267.619			
Total	184.566.637	212.581.938	271.275.952	290.079.141	315.639.960	331.287.565	333.546.345	338.186.027	364.818.999	383.270.418	404.273.068	387.823.716	n.d.			

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTRN em cumprimento à Portaria SISTRN nº 108/02.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 31/10/2011 no SISTRN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 31/10/2011															RS mil
UF	Receita Corrente Líquida - RCL														
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	30/4/11	30/8/11		
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.815	1.933.479	2.222.257	2.453.090	2.648.933	2.796.676	2.900.722	n.d.	
AL	1.195.875	1.375.335	1.477.875	1.619.031	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.472.144			
AM	1.925.171	2.388.852	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.394.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	7.696.511	7.918.383		
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.404.878	2.237.967	2.492.365	2.589.762	2.721.078		
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	17.852.940	18.577.850		
CE	3.103.121	3.628.078	3.966.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.193.483	10.651.373	n.d.	
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.483.148	11.756.723			
ES	2.176.256	2.565.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.567.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	8.663.794	9.343.793		
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.533.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	11.196.674	11.542.121		
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.300	6.818.192	7.389.601	7.831.887		
MG	9.639.796	11.412.838	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.243.489	29.118.470	33.179.152	34.773.289	35.223.077		
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.350	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.848	4.886.919	5.189.065	5.438.549	5.704.470		
MT	1.748.543	2.083.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.291.678	7.572.356		
PA	2.313.543	2.706.263	3.204.737	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	9.535.122	9.984.842		
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.234.882	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.685	4.391.207	4.637.840	5.067.418	5.434.801	5.674.359		
PE	3.458.438	3.805.157	4.383.769	4.639.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	13.289.311	13.863.388		
PI	1.155.252	1.280.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	4.736.221	4.893.228		
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.377	17.613.451	18.481.468		
RJ	11.539.903	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	35.447.216	37.107.943	n.d.	
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.443.269	5.732.464	4.077.637		
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.737.061	2.094.079	2.292.720	2.586.403	3.361.805	3.236.548	3.715.154	3.976.875	4.077.637		
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	1.934.938	2.138.240		
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.397	10.736.730	12.949.352	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	20.876.006	21.202.486		
SC	3.288.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.715.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	12.463.117	13.229.904		
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.892.171	4.924.866		
SP	32.298.817	35.683.659	39.673.808	43.699.168	49.479.722	56.773.075	62.488.354	70.567.961	82.182.734	86.630.245	99.914.614	102.799.944	104.958.534		
TO	922.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.125.492	4.378.998	n.d.	
Total	108.432.525	123.170.204	139.075.233	158.653.755	181.302.271	210.186.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	313.659.666	360.515.197	374.980.974			

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n.º 108/02.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados

n.d. - Informação não disponível

Obs.: Os dados referentes a 30/08/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 31/10/2011 no SISTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 31/10/2011

UF	Relação DCL / RCL															
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	30/4/11	30/8/11			
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,41	0,40			
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	n.d.			
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,18			
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,04	0,04			
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,44	0,41			
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,14	0,12			
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,13	n.d.			
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,11	0,07			
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,18	1,13			
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,48	0,42			
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,73	1,76			
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,20	1,14			
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,43	0,40			
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,14			
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,22	0,17			
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,29	0,28			
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,48	0,45			
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,82	0,74			
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,47	1,41			
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,00	n.d.			
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,48	0,48			
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,35	-0,26			
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,11	2,10			
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,52	0,44			
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,36	0,38			
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,44			
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,05	0,06			
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,03	n.d.			

Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 109/02.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados

n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/8/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 31/10/2011 no SISTN.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2011
data-base 30/08/2011

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTIN

Posição: 28/10/2011

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2o Quadrimestre 2011	RCL 2o Quadrimestre 2011	% DCL/RCL
AC	CRUZEIRO DO SUL	12	20	3	(8.748.728,74)	69.512.943,52	-
AC	TARAUACA	12	60	9	(5.608.653,42)	38.595.086,30	-
AM	MANAUS	13	260	3	(218.157.440,61)	2.338.655.451,05	-
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	(3.177.654,61)	158.769.478,10	-
BA	AMELIA RODRIGUES	29	110	6	8.581.265,62	25.834.852,49	33,22
BA	ANGICAL	29	140	3	11.763.246,05	20.185.743,64	58,28
BA	ANTONIO CARDOSO	29	170	0	8.955.861,12	15.955.176,60	56,13
BA	ARACATU	29	200	5	411.305,01	20.289.751,37	2,03
BA	ARACI	29	210	4	37.014.156,71	68.709.190,31	53,87
BA	ARAMARI	29	220	3	2.661.368,96	12.748.198,46	20,88
BA	BARRA	29	270	8	(931.683,70)	63.634.784,98	-
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	2.969.304,36	26.728.063,25	11,11
BA	BREJOLANDIA	29	440	7	790.041,57	13.043.875,47	6,06
BA	BRUMADO	29	460	5	(5.211.909,17)	82.556.885,96	-
BA	CAATIBA	29	480	3	(1.696.752,10)	13.897.049,49	-
BA	CACULE	29	500	8	4.707.806,39	25.377.904,18	18,55
BA	CAETITE	29	520	6	12.776.528,84	56.913.555,94	22,45
BA	CAIRU	29	540	4	224.485,01	57.519.288,67	0,39
BA	CALDEIRAO GRANDE	29	550	3	(6.860.445,24)	20.553.547,77	-
BA	CAMACAN	29	560	2	21.182.015,01	35.268.556,53	60,06
BA	CAMACARI	29	570	1	386.424.091,26	611.914.478,45	63,15
BA	CAMPO FORMOSO	29	600	6	(23.116.257,17)	86.566.877,35	-
BA	CANAVIEIRAS	29	630	3	28.011.851,38	34.604.282,83	80,95
BA	CANDEIAS	29	650	1	106.929.291,32	158.524.354,20	67,45
BA	CANDIBA	29	660	0	(354.310,55)	14.571.199,56	-
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	29	685	7	4.312.584,52	15.381.731,76	28,04
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	(1.980.099,84)	32.651.152,45	-
BA	CARAVELAS	29	690	7	20.973.406,00	37.483.393,19	55,95
BA	CARDEAL DA SILVA	29	700	4	(132.072,75)	15.241.183,67	-
BA	CARINHANHA	29	710	3	10.363.076,47	37.000.398,15	28,01
BA	CASA NOVA	29	720	2	12.462.663,27	78.071.114,56	15,96
BA	COCOS	29	810	1	(149.418,61)	30.182.483,73	-
BA	CONCEICAO DO COITE	29	840	8	20.799.582,04	63.069.692,16	32,98
BA	COTEGIPE	29	940	6	474.786,89	19.993.402,40	2,37
BA	CRISTOPOLIS	29	970	3	(33.645,00)	18.264.274,73	-
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	29	1110	5	386.011,73	46.381.553,05	0,83
BA	GANDU	29	1120	4	29.159.353,96	34.615.598,75	84,24
BA	GAVIAO	29	1125	3	(499.813,23)	8.545.422,59	-
BA	IBIASSUCE	29	1200	4	6.977.222,75	13.603.026,74	51,29
BA	IBIPITANGA	29	1250	9	3.050.015,88	17.724.220,94	17,21
BA	IBITIARA	29	1300	2	(2.315.881,02)	20.320.185,88	-
BA	IGAPORA	29	1340	8	(56.474,14)	21.048.796,82	-
BA	IPIRA	29	1400	0	15.495.794,67	62.819.023,38	24,67
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(636.105,89)	12.607.709,38	-
BA	IRECE	29	1460	4	17.519.836,53	91.152.500,60	19,22
BA	ITABERABA	29	1470	3	2.156.839,85	75.181.354,25	2,87
BA	ITAGIMIRIM	29	1530	4	6.700.183,84	13.472.931,25	49,73
BA	ITAMBE	29	1580	9	140.570,26	28.609.485,40	0,49
BA	ITIRUCU	29	1690	6	(1.351.869,65)	15.689.506,12	-
BA	ITORORO	29	1710	2	9.702.000,12	26.023.751,85	37,28
BA	JAGUARARI	29	1770	6	1.590.949,27	44.812.810,54	3,55
BA	JEQUIE	29	1800	1	25.340.475,09	193.311.852,61	13,11
BA	JEREMOABO	29	1810	0	14.295.344,42	44.480.985,73	32,14
BA	JUCURUCU	29	1845	6	13.765.168,62	15.155.735,70	90,82
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	4.012.834,94	18.990.195,31	21,13
BA	LAJE	29	1880	3	2.452.504,10	32.645.477,98	7,51
BA	LAMARAO	29	1910	8	2.271.249,98	12.278.306,72	18,50
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(34.293.117,57)	286.175.054,26	-
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	29	1950	4	(2.348.272,46)	46.594.392,70	-

BA	MACAUBAS	29	1980	1	5.827.164,43	55.440.561,38	10,51
BA	MAIRI	29	2010	6	5.872.576,76	25.913.830,66	22,66
BA	MANSIDAO	29	2045	2	(341.134,70)	17.347.069,51	-
BA	MASCOTE	29	2090	8	14.524.227,53	21.327.762,57	68,10
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	3.616.304,89	94.463.424,18	3,83
BA	MIRANGABA	29	2140	1	2.551.577,55	27.090.090,78	9,42
BA	MORRO DO CHAPEU	29	2170	8	4.365.396,31	43.783.056,55	9,97
BA	MORTUGABA	29	2180	7	(1.838.345,28)	16.148.046,16	-
BA	MUCURI	29	2200	3	46.668.716,29	81.720.020,95	57,11
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	29	2225	0	(454.448,89)	22.733.195,61	-
BA	NOVA SOURE	29	2290	4	(2.354.909,70)	35.520.265,13	-
BA	OLINDINA	29	2310	0	(3.389.771,48)	31.481.875,58	-
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	29	2340	7	5.820.561,10	29.371.176,86	19,82
BA	PARAMIRIM	29	2360	5	1.652.850,28	28.078.492,21	5,89
BA	PE DE SERRA	29	2405	8	1.314.011,16	19.488.062,25	6,74
BA	PIATA	29	2430	6	4.237.024,27	25.264.715,89	16,77
BA	PINDAI	29	2450	4	8.762.010,56	20.727.969,07	42,27
BA	PINTADAS	29	2465	2	(1.864.716,57)	14.875.123,53	-
BA	PIRITIBA	29	2480	1	429.597,94	24.999.005,94	1,72
BA	PLANALTINO	29	2490	0	(2.532.948,05)	12.768.373,08	-
BA	PLANALTO	29	2500	6	(1.740.900,95)	28.000.752,24	-
BA	POCOES	29	2510	5	20.855.230,75	46.272.865,98	45,07
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	1.802.593,81	34.884.503,03	5,17
BA	RIACHO DE SANTANA	29	2640	0	6.518.374,41	37.257.975,94	17,50
BA	RIBEIRA DO AMPARO	29	2650	9	630.949,11	21.360.290,89	2,96
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.464.757.691,80	3.187.186.607,45	45,96
BA	SANTA INES	29	2790	3	1.743.334,30	13.375.060,41	13,03
BA	SANTA RITA DE CASSIA	29	2840	6	4.112.023,96	32.880.165,58	12,51
BA	SANTANOPOLIS	29	2830	7	(23.644,11)	12.165.658,09	-
BA	SANTO AMARO	29	2860	4	8.413.827,96	62.745.393,96	13,41
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	(4.310.765,22)	51.349.632,83	-
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	476.985,91	76.348.244,83	0,62
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	29	2920	6	68.517.713,82	383.717.209,26	17,86
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	29	2937	0	61.718,98	14.542.188,56	0,42
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	29	2940	4	(920.344,77)	15.762.453,29	-
BA	SAUBARA	29	2975	0	(1.464.091,00)	17.325.426,00	-
BA	SAUDE	29	2980	0	4.436.218,96	18.483.615,50	24,00
BA	SENHOR DO BONFIM	29	3010	5	15.303.632,61	83.028.675,28	18,43
BA	SERRA DO RAMALHO	29	3015	4	(9.273.433,14)	42.064.475,61	-
BA	SERRINHA	29	3050	1	26.086.693,12	83.257.692,67	31,33
BA	TABOCCAS DO BREJO VELHO	29	3090	7	1.861.620,96	16.842.681,28	11,05
BA	TANQUE NOVO	29	3105	3	2.903.281,78	21.520.588,94	13,49
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(863.594,27)	9.868.634,09	-
BA	TEOLANDIA	29	3160	8	19.738.854,44	19.985.227,17	98,77
BA	TERRA NOVA	29	3170	7	7.580.543,87	17.277.826,28	43,87
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.359.944,63)	17.178.938,00	-
BA	VALENCA	29	3290	3	(7.611.672,61)	93.424.050,27	-
BA	VARZEA DA ROCA	29	3305	9	1.085.924,55	18.930.834,99	5,74
BA	VARZEA DO POÇO	29	3310	9	2.905.772,39	11.284.195,36	25,75
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	61.495.185,31	351.652.677,76	17,49
BA	XIQUE-XIQUE	29	3360	4	(343.127,20)	59.452.583,79	-
CE	ACOPIARA	23	30	9	20.608.105,68	55.512.331,37	37,12
CE	BARBALHA	23	190	1	(4.591.672,30)	102.107.172,26	-
CE	CAUCAIA	23	370	9	(32.319.248,93)	355.884.610,94	-
CE	CRATEUS	23	410	3	9.558.638,91	77.342.184,15	12,36
CE	CRATO	23	420	2	16.115.997,29	131.009.609,90	12,30
CE	FORTALEZA	23	440	0	(42.445.229,85)	3.325.029.409,02	-
CE	HORIZONTE	23	523	3	(3.135.649,60)	91.438.723,51	-
CE	ITAINGA	23	625	6	(1.113.862,90)	43.256.108,61	-
CE	ITAREMA	23	655	3	(13.776.860,38)	53.163.821,21	-
CE	JAGUARUANA	23	700	7	1.387.791,14	37.280.188,20	3,72
CE	JUAZEIRO DO NORTE	23	730	4	12.093.100,09	255.307.448,95	4,74
CE	MARACANAÚ	23	765	0	(9.165.449,31)	352.165.679,78	-
CE	MASSAPE	23	800	5	14.096.111,64	36.747.779,27	38,36
CE	MILAGRES	23	830	2	(3.825.101,44)	31.493.784,44	-

CE	PIQUET CARNEIRO	23	1090	2	1.290.239,91	17.265.674,61	7,47
CE	SOBRAL	23	1290	8	(50.360.181,38)	312.254.167,97	-
ES	ALEGRE	32	20	1	(586.668,02)	53.309.161,43	-
ES	ARACRUZ	32	60	7	(20.754.513,00)	280.797.583,43	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(69.591.052,00)	248.633.483,00	-
ES	CARIACICA	32	130	8	(20.485.052,54)	364.154.853,64	-
ES	GUARAPARI	32	240	5	(4.746.692,28)	167.638.602,63	-
ES	LINHARES	32	320	5	(28.425.126,53)	356.404.000,35	-
ES	MIMOSO DO SUL	32	340	3	8.501.177,22	42.096.266,92	20,19
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	(8.258.212,15)	76.763.442,92	-
ES	SAO MATEUS	32	490	6	6.157.243,26	187.514.711,71	3,28
ES	SERRA	32	500	2	216.666.131,19	759.098.776,02	28,54
ES	VILA VELHA	32	520	0	31.228.336,74	559.506.063,29	5,58
ES	VITORIA	32	530	9	(26.300.748,40)	1.175.181.949,40	-
GO	ALEXANIA	52	30	8	2.863.147,24	36.643.502,46	7,81
GO	ANAPOLIS	52	110	8	23.569.074,60	486.845.295,44	4,84
GO	ARACU	52	160	3	(618.567,98)	7.254.105,46	-
GO	CACHOEIRA ALTA	52	410	2	(1.393.807,17)	18.118.494,15	-
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(3.184.042,00)	24.303.762,00	-
GO	CERES	52	540	6	(5.044.982,28)	35.156.092,44	-
GO	CEZARINA	52	545	5	14.044.332,44	17.059.255,75	82,33
GO	GOIANIA	52	870	7	195.024.225,86	2.316.108.785,43	8,42
GO	GOUVELANDIA	52	915	0	181.755,00	12.216.266,02	1,49
GO	IPORA	52	1020	8	(4.156.244,45)	33.804.033,60	-
GO	JARAGUA	52	1180	0	2.774.336,70	48.532.377,04	5,72
GO	JATAI	52	1190	9	5.546.814,17	186.168.304,27	2,98
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	308.515,21	7.370.358,66	4,19
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	(501.125,60)	6.173.694,21	-
GO	NOVA ROMA	52	1490	3	(747.094,00)	7.132.907,00	-
GO	PALESTINA DE GOIAS	52	1565	2	2.775.335,13	8.088.930,85	34,31
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	52	1570	2	(7.635.617,72)	34.471.712,04	-
GO	RIALMA	52	1860	7	2.481.714,80	13.805.960,33	17,98
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	524.719,66	8.965.061,82	5,85
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	52	1930	8	(11.518.693,25)	40.558.007,87	-
GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	(5.047.743,46)	14.097.412,93	-
GO	TRINDADE	52	2140	3	14.818.936,80	85.865.693,39	17,26
GO	TURVELANDIA	52	2155	1	(433.068,91)	17.903.465,91	-
MA	ACAILANDIA	21	5	5	(10.316.064,72)	138.021.527,45	-
MA	BURITICUPU	21	232	5	-	71.034.957,87	-
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	67.932.943,61	318.845.961,16	21,31
MA	PINHEIRO	21	860	3	-	83.106.852,71	-
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(19.597.176,58)	148.916.581,79	-
MA	SAO LUIS	21	1130	0	(254.670.107,14)	1.576.991.144,79	-
MG	ALFENAS	31	160	7	26.130.920,16	121.705.515,31	21,47
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	136.258,82	9.846.935,14	1,38
MG	ARAXA	31	400	7	45.983.332,33	166.523.921,52	27,61
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	1.275.204.575,66	5.198.568.985,04	24,53
MG	BETIM	31	670	5	274.014.883,49	1.022.356.079,59	26,80
MG	CABO VERDE	31	950	1	(835.992,33)	15.664.894,80	-
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	1.422.116,40	23.138.647,61	6,15
MG	CAMPO BELO	31	1120	0	(13.669.352,24)	63.140.301,89	-
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(2.586.873,72)	16.697.685,89	-
MG	CAMPOS GERAIS	31	1160	6	(2.752.377,29)	28.359.984,22	-
MG	CAPELINHA	31	1230	7	3.464.936,24	34.669.765,03	9,99
MG	CAPIIM BRANCO	31	1250	5	696.758,67	10.514.184,83	6,63
MG	CARATINGA	31	1340	4	(3.538.583,63)	99.732.376,86	-
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1390	9	(225.697,46)	16.548.768,41	-
MG	CAXAMBU	31	1550	8	(2.061.515,75)	27.571.698,39	-
MG	CLAUDIO	31	1660	5	(1.671.748,74)	32.764.939,02	-
MG	CONTAGEM	31	1860	1	277.332.715,93	885.582.159,85	31,32
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	508.390,45	11.537.085,35	4,41
MG	CURVELO	31	2090	4	(6.743.437,35)	75.046.704,66	-
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	2.025.473,81	17.913.494,44	11,31
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	39.795.865,98	321.992.437,94	12,36
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(6.168.020,80)	60.675.055,29	-
MG	FORMIGA	31	2610	9	(36.470.944,20)	79.419.731,16	-

MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	7	(1.562.191,17)	14.668.950,49	-
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	54.180.118,03	382.956.801,92	14,15
MG	GUAPE	31	2810	5	(851.192,02)	21.544.692,01	-
MG	GUAXUPE	31	2870	9	(4.863.239,93)	56.420.031,22	-
MG	IBIRITE	31	2980	6	(27.777.797,75)	182.782.756,39	-
MG	INHAPIM	31	3090	3	4.175.300,76	23.969.502,66	17,42
MG	IPATINGA	31	3130	7	56.728.908,35	481.123.699,11	11,79
MG	ITAJUBA	31	3240	4	(3.739.676,07)	105.027.511,67	-
MG	ITAUNA	31	3380	8	14.055.692,32	138.585.044,22	10,14
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	(220.269,00)	127.182.128,00	-
MG	JORDANIA	31	3650	4	(220.624,04)	11.252.254,49	-
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(41.481.299,91)	813.279.667,54	-
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	(6.909.197,79)	96.641.513,65	-
MG	LAVRAS	31	3820	3	15.873.940,02	136.124.524,24	11,66
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(955.669,10)	8.496.749,38	-
MG	MACHADO	31	3900	3	(4.680.494,02)	44.380.543,47	-
MG	MAMONAS	31	3925	0	(141.728,59)	9.287.221,21	-
MG	MOEMA	31	4240	3	(617.174,72)	9.856.401,42	-
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(3.565.376,70)	15.910.536,35	-
MG	MONTES CLAROS	31	4330	2	694.999.869,87	425.030.463,41	163,52
MG	MURIAE	31	4390	6	(9.766.451,60)	125.945.586,40	-
MG	NOVA ERA	31	4470	6	(6.183.291,76)	28.811.857,67	-
MG	NOVA SERRANA	31	4520	8	(628.479,15)	83.859.562,41	-
MG	OURO PRETO	31	4610	7	(40.710.792,38)	184.434.499,30	-
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(12.678.892,28)	101.695.280,91	-
MG	PARACATU	31	4700	6	(979.427,92)	122.470.150,58	-
MG	PATOS DE MINAS	31	4800	4	6.159.226,29	183.004.107,50	3,37
MG	PONTE NOVA	31	5210	5	5.305.449,60	98.918.278,73	5,36
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	(15.386.637,01)	200.061.098,49	-
MG	PRATINHA	31	5300	4	(335.146,14)	8.261.378,84	-
MG	RAUL SOARES	31	5400	2	2.719.276,75	28.022.897,22	9,70
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.092.020,74	24.964.815,48	12,39
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	31	5460	6	13.989.216,48	211.240.199,62	6,62
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	(3.656.773,93)	47.485.217,18	-
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	31	6040	5	(4.700.151,94)	32.065.287,56	-
MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	(1.567.864,35)	8.683.404,24	-
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	6.660.179,79	106.582.560,22	6,25
MG	SAO SEBASTIAO DO OESTE	31	6460	5	(1.739.448,85)	13.499.217,35	-
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	1.522.645,53	8.346.062,61	18,24
MG	SETE LAGOAS	31	6720	2	15.016.648,63	336.281.527,64	4,47
MG	TEOFILO OTONI	31	6860	6	8.248.860,67	162.922.935,31	5,06
MG	TIMOTEO	31	6870	5	108.564.300,44	137.363.502,01	79,03
MG	TIROS	31	6890	3	(422.675,99)	11.534.733,16	-
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	3.439.004,32	90.160.214,31	3,81
MG	TURMALINA	31	6970	3	953.456,49	21.790.963,05	4,38
MG	UBA	31	6990	1	(50.497.495,22)	102.105.287,59	-
MG	UBERABA	31	7010	7	70.215.681,32	503.065.594,97	13,96
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	(46.840.017,00)	1.061.930.753,00	-
MG	UNAI	31	7040	4	(950.108,56)	113.323.171,68	-
MG	VARGINHA	31	7070	1	20.778.429,11	194.261.536,93	10,70
MG	VESPASIANO	31	7120	4	(1.932.170,61)	120.459.251,52	-
MG	VICOSA	31	7130	3	(38.528.707,40)	97.104.002,16	-
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(1.786.209,65)	21.253.503,56	-
MS	BATAGUASSU	50	190	4	2.127.978,11	39.145.496,01	5,44
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(176.990.432,33)	1.656.912.261,34	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	(1.581.534,57)	26.991.386,52	-
MS	NAVIRAI	50	570	7	(7.077.788,91)	88.580.205,89	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(18.846.704,42)	224.489.404,19	-
MT	AGUA BOA	51	20	1	(7.411.083,40)	41.538.496,47	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(10.633.478,84)	45.247.376,56	-
MT	ARIPUANA	51	140	7	494.842,89	30.954.266,38	1,60
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(56.625.531,85)	87.641.638,11	-
MT	CAMPO VERDE	51	267	8	(13.390.201,04)	55.692.617,36	-
MT	CANABRAVA DO NORTE	51	269	4	(532.033,87)	10.276.152,17	-
MT	CARLINDA	51	279	3	(8.024.109,22)	15.619.265,49	-
MT	CASTANHEIRA	51	285	0	(4.491.925,27)	11.832.490,06	-

MT	CLAUDIA	51	305	6	(1.413.645,52)	17.646.488,84	-
MT	COLIDER	51	320	5	(13.548.534,81)	40.093.413,56	-
MT	CUIABA	51	340	3	399.104.641,69	901.489.796,24	44,27
MT	DENISE	51	345	2	(1.164.404,29)	11.323.213,54	-
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(3.030.986,33)	20.245.931,73	-
MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	51	380	9	(1.271.985,98)	7.892.302,41	-
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	(6.029.305,30)	38.357.717,43	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(4.529.046,62)	15.834.170,72	-
MT	ITANHANGA	51	454	2	(410.979,91)	10.143.447,26	-
MT	ITAUBA	51	455	9	(220.390,65)	11.280.672,15	-
MT	JUINA	51	515	0	4.638.383,99	56.116.373,98	8,27
MT	LAMBARI D'OESTE	51	523	4	(3.270.004,02)	10.762.003,17	-
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(43.894.356,18)	92.403.791,34	-
MT	MATUPA	51	560	6	(6.965.751,75)	22.930.262,42	-
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(5.537.611,39)	28.014.681,27	-
MT	NOVA BANDEIRANTES	51	615	8	(1.831.228,51)	18.399.977,83	-
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	8	(2.676.654,65)	9.921.413,37	-
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	51	621	6	(6.758.462,35)	20.549.949,71	-
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(1.608.916,73)	8.821.102,92	-
MT	NOVA MONTE VERDE	51	895	6	(3.003.247,62)	13.204.295,26	-
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(18.376.344,63)	68.329.393,57	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(1.173.113,49)	8.531.802,81	-
MT	NOVA UBIRATA	51	624	0	(2.999.941,69)	20.832.826,48	-
MT	PARANAÍTA	51	629	9	(6.254.409,62)	17.201.621,99	-
MT	PEDRA PRETA	51	637	2	4.392.163,54	23.915.657,05	18,37
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	51	677	8	(1.437.446,55)	12.843.481,91	-
MT	PRIMAVERA DO LESTE	51	704	0	(39.523.715,73)	96.951.399,97	-
MT	QUERENCIA	51	706	5	(4.266.632,84)	27.972.382,45	-
MT	RESERVA DO CABACAL	51	715	6	(2.472.179,29)	6.893.058,60	-
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	19.761.270,50	329.065.857,17	6,01
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(1.529.583,24)	10.632.626,26	-
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	-	13.175.896,92	-
MT	SÃO JOSE DO POVO	51	729	7	(2.498.144,01)	7.441.250,78	-
MT	SÃO JOSE DO RIO CLARO	51	730	5	(8.640.550,29)	23.949.547,62	-
MT	SÃO JOSE DOS QUATRO						
MT	MARCOS	51	710	7	(13.048.770,18)	23.483.650,32	-
MT	SINOP	51	790	9	(9.942.179,35)	168.049.965,32	-
MT	SORRISO	51	792	5	(40.616.463,17)	116.141.089,65	-
MT	TAPURAH	51	800	6	(6.501.354,93)	21.771.779,36	-
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(282.686,89)	8.917.831,57	-
MT	VERA	51	850	1	(6.868.672,12)	16.732.734,62	-
MT	VILA RICA	51	860	0	(13.932.834,27)	28.115.775,83	-
PA	BELEM	15	140	2	(102.847.147,00)	1.699.127.506,00	-
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	(75.514.339,70)	142.250.242,28	-
PB	AGUA BRANCA	25	10	6	-	10.260.585,25	-
PB	BOA VENTURA	25	210	2	-	5.991.178,04	-
PB	CACIMBAS	25	355	5	-	10.884.609,76	-
PB	CAJAZEIRAS	25	370	4	-	39.045.809,20	-
PB	CAJAZEIRINHAS	25	375	3	-	7.213.395,15	-
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	175.655.195,73	447.217.032,42	39,28
PB	CONCEICAO	25	440	5	25.813.439,49	20.131.249,33	128,23
PB	CONDADO	25	450	4	-	8.774.982,60	-
PB	GUARABIRA	25	630	1	13.134.289,82	55.810.162,47	23,53
PB	IBIARA	25	660	8	-	7.078.660,06	-
PB	IGARACY	25	260	7	-	9.538.158,94	-
PB	ITAPORANGA	25	700	2	-	16.359.271,65	-
PB	MANAIRA	25	900	8	-	11.478.957,49	-
PB	POMBAL	25	1210	1	8.007.291,62	31.651.721,05	25,30
PB	SÃO JOSE DE PRINCESA	25	1455	2	-	6.620.926,58	-
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	15.390.372,29	80.715.805,16	19,07
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	(676.740,69)	39.478.305,64	-
PE	AFRANIO	26	20	3	1.134.987,17	28.077.671,62	4,04
PE	AGRESTINA	26	30	2	4.935.807,51	27.784.055,07	17,76
PE	AGUA PRETA	26	40	1	2.549.115,37	38.240.050,12	6,67
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	8.353.599,51	43.411.232,64	19,24
PE	ALAGOINHA	26	60	9	(459.850,31)	18.746.182,38	-

PE	ALIANÇA	26	70	8	16.051.788,29	42.664.011,59	37,62
PE	ALTINHO	26	80	7	7.738.678,97	21.552.344,35	35,91
PE	AMARAJI	26	90	6	3.119.877,47	25.193.207,49	12,38
PE	ANGELIM	26	100	3	(582.258,56)	14.764.507,66	-
PE	ARARIPINA	26	110	2	(15.695.167,59)	76.471.765,45	-
PE	ARCOVERDE	26	120	1	1.948.787,81	67.016.694,37	2,91
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	-	16.721.392,18	-
PE	BARREIROS	26	140	9	10.338.743,59	44.769.587,87	23,09
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	4.961.741,87	26.888.699,00	18,45
PE	BELO JARDIM	26	170	6	(1.382.497,84)	84.374.337,73	-
PE	BEZERROS	26	190	4	2.906.723,25	53.110.595,11	5,47
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	(1.681.247,71)	46.306.720,07	-
PE	BONITO	26	230	8	12.058.355,12	43.665.734,87	27,62
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(3.020.273,10)	15.589.956,56	-
PE	BUIQUE	26	280	3	(6.125.606,72)	55.683.817,50	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(87.956.658,66)	387.943.990,83	-
PE	CABROBO	26	300	9	9.207.411,72	36.818.884,00	25,01
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	4.910.826,47	21.168.537,65	23,20
PE	CALUMBI	26	340	5	(679.536,94)	11.601.334,01	-
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	9.279.235,73	156.569.921,57	5,93
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	2.068.193,50	20.785.325,54	9,95
PE	CAMUTANGA	26	360	3	2.154.147,95	17.413.559,55	12,37
PE	CANHOTINHO	26	370	2	3.834.962,72	27.928.747,33	13,73
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	2.747.904,59	25.525.104,04	10,77
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	(1.660.822,91)	16.869.705,56	-
PE	CARPINA	26	400	7	7.819.913,82	62.861.987,47	12,44
PE	CARUARU	26	410	6	2.767.441,70	334.630.881,13	0,83
PE	CATENDE	26	420	5	15.322.670,56	39.343.150,81	38,95
PE	CEDRO	26	430	4	(1.447.403,61)	16.533.248,99	-
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	(1.344.271,51)	17.034.526,51	-
PE	CHA GRANDE	26	450	2	3.307.470,14	31.038.642,46	10,66
PE	CONDADO	26	460	1	19.866.817,26	27.721.029,11	71,67
PE	CORRENTES	26	470	0	(2.509.067,97)	21.660.598,49	-
PE	CORTES	26	480	9	-	25.697.278,75	-
PE	CUSTODIA	26	510	3	2.704.485,00	47.893.580,00	5,65
PE	DORMENTES	26	515	2	6.022.409,95	22.948.043,00	26,24
PE	EXU	26	530	1	(2.482.785,87)	37.317.978,03	-
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	398.009,75	23.823.188,51	1,67
PE	FLORESTA	26	570	7	9.576.647,57	50.319.505,01	19,03
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.776.867,43	17.559.205,14	21,51
PE	GAMELEIRA	26	590	5	-	28.616.669,44	-
PE	GARANHUNS	26	600	2	(1.672.876,47)	121.837.258,52	-
PE	GOIANA	26	620	0	11.966.143,77	91.973.483,00	13,01
PE	GRAVATA	26	640	8	19.260.042,29	83.354.299,12	23,11
PE	IATI	26	650	7	(1.972.654,95)	28.807.048,74	-
PE	IBIMIRIM	26	660	6	3.402.013,03	31.250.020,05	10,89
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.038.375,84	12.779.833,63	39,42
PE	IGARASSU	26	680	4	(22.690.393,70)	101.125.548,78	-
PE	INAJA	26	700	0	(1.980.006,58)	21.076.528,70	-
PE	IPOJUCA	26	720	8	(113.222.845,83)	351.404.279,60	-
PE	IPUBI	26	730	7	(1.579.517,39)	38.376.370,10	-
PE	ITAIBA	26	750	5	2.296.703,00	34.634.264,31	6,63
PE	ITAMBE	26	765	3	4.743.453,79	38.399.260,31	12,36
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	3.732.054,66	32.358.252,52	11,53
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	26	790	1	25.589.940,28	583.384.479,11	4,39
PE	JAQUEIRA	26	795	0	5.275.652,83	14.674.417,00	35,95
PE	JATAUBA	26	800	8	(642.861,34)	22.700.662,50	-
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	5.735.481,51	32.536.911,01	17,63
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	855.377,62	24.698.923,75	3,46
PE	JUCATI	26	825	5	126.196,50	16.872.280,86	0,75
PE	JUPI	26	830	5	(1.824.200,96)	20.094.664,43	-
PE	JUREMA	26	840	4	6.155.161,09	18.079.694,07	34,04
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	5.271.924,97	19.041.027,28	27,69
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	3.006.517,72	29.955.388,50	10,04

PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(4.776.341,42)	19.710.019,49	-
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	724.647,43	19.894.900,50	3,64
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	1.740.160,44	27.353.482,30	6,36
PE	LAJEDO	26	880	0	(1.270.222,34)	45.250.571,43	-
PE	LIMOEIRO	26	890	9	3.562.446,42	53.932.774,16	6,61
PE	MANARI	26	915	4	(309.180,24)	24.419.596,58	-
PE	MARAIAL	26	920	4	(2.119.480,99)	17.588.426,95	-
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(3.124.687,15)	16.775.092,71	-
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	10.641.495,58	30.268.028,32	35,16
PE	OROCO	26	980	8	4.383.605,74	19.257.231,00	22,76
PE	OURICURI	26	990	7	23.328.145,61	68.035.829,00	34,29
PE	PALMARES	26	1000	4	5.356.286,73	82.202.217,16	6,52
PE	PARANATAMA	26	1030	1	404.667,34	18.284.228,21	2,21
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	4.403.027,81	25.677.838,00	17,15
PE	PAUDALHO	26	1060	8	27.892.023,90	50.954.711,72	54,74
PE	PAULISTA	26	1070	7	49.994.046,21	231.976.196,18	21,55
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(9.789.157,85)	66.851.872,84	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	20.526.008,50	335.082.109,96	6,13
PE	POMBOS	26	1130	9	(6.335.050,80)	30.524.858,65	-
PE	RECIFE	26	1160	6	232.846.058,42	2.517.090.797,14	9,25
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	2.112.311,31	26.254.005,70	8,05
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	10.153.597,71	48.599.625,98	20,89
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	5.201.032,89	35.912.083,76	14,48
PE	SALGADINHO	26	1210	9	154.759,66	11.643.164,06	1,33
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	(9.727.889,07)	67.153.965,85	-
PE	SALOA	26	1230	7	(2.167.719,93)	21.472.801,98	-
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	(983.497,95)	15.077.655,18	-
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	9.021.004,70	74.066.559,17	12,18
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	2.984.868,38	19.933.651,00	14,97
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	10.890.890,75	49.762.022,00	21,89
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	(128.214,69)	14.171.463,00	-
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	5.082.000,18	16.522.829,78	30,76
PE	SAO BENTO DO UNA	26	1300	8	3.688.320,44	51.078.326,63	7,22
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	-	35.243.486,62	-
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	7.221.916,87	27.410.739,33	26,35
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	(2.328.304,26)	34.868.012,31	-
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	840.118,42	35.553.798,06	2,36
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	(420.546,50)	90.710.418,21	-
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	13.052.791,65	84.134.663,84	15,51
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	10.469.992,05	46.023.705,92	22,75
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.154.403,18	11.422.257,90	10,11
PE	SURUBIM	26	1450	1	(7.228.189,48)	57.278.833,06	-
PE	TABIRA	26	1460	0	(2.828.262,01)	28.274.048,95	-
PE	TACAIMBO	26	1470	9	3.302.461,15	14.927.235,42	22,12
PE	TAMANDARE	26	1485	7	3.916.191,36	33.511.134,98	11,69
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	9.301.445,57	27.174.394,40	34,23
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(1.131.654,02)	11.865.597,86	-
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.524.280,59)	12.820.384,00	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	14.464.303,06	54.125.162,75	26,72
PE	TORITAMA	26	1540	9	(4.020.037,78)	35.146.341,36	-
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	7.554.576,82	13.977.871,41	54,05
PE	TRINDADE	26	1560	7	3.110.265,87	33.065.892,39	9,41
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	(2.548.390,19)	32.880.918,05	-
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	2.663.922,45	12.694.959,67	20,98
PE	VERTENTES	26	1620	9	(7.984.002,22)	23.913.999,64	-
PE	VICENCIA	26	1630	8	5.886.133,43	33.459.174,83	17,59
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	3.382.169,48	117.538.148,54	2,88
PE	XEXEU	26	1650	6	-	23.358.284,63	-
PI	TERESINA	22	1100	1	(212.289.040,61)	1.238.913.570,05	-
PR	ANTONINA	41	120	0	1.797.433,37	27.979.872,93	6,42
PR	ARAPONGAS	41	150	7	(3.012.954,55)	119.211.465,23	-
PR	ARAUCARIA	41	180	4	(86.417.873,80)	503.122.434,62	-
PR	BOCAIUVA DO SUL	41	310	7	(1.148.213,61)	16.616.571,09	-

PR	CAFEARA	41	340	4	(906.289,03)	7.468.459,90	-
PR	CAMPO LARGO	41	420	4	(31.054.182,48)	127.886.848,89	-
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	(4.113.434,10)	136.326.776,49	-
PR	CASTRO	41	490	7	461.368,91	97.483.876,16	0,47
PR	CIANORTE	41	550	8	(19.392.945,93)	100.346.466,40	-
PR	CURITIBA	41	690	2	(10.613.269,50)	3.910.781.023,20	-
PR	FAZENDA RIO GRANDE	41	765	2	4.670.940,78	80.630.425,24	5,79
PR	FOZ DO IGUAÇU	41	830	4	72.169.925,14	431.547.693,84	16,72
PR	INDIANÓPOLIS	41	1040	9	(567.825,78)	9.923.015,37	-
PR	IRATI	41	1070	6	(1.346.413,54)	64.454.694,22	-
PR	JANIÓPOLIS	41	1220	7	2.289.579,76	10.869.981,58	21,06
PR	JUSSARA	41	1300	7	649.390,16	11.423.297,07	5,68
PR	LONDRINA	41	1370	0	176.430.619,12	727.878.493,16	24,24
PR	MANGUEIRINHA	41	1440	1	2.831.184,91	36.243.296,15	7,81
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(7.289.877,56)	78.540.587,00	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(2.193.884,58)	12.478.417,78	-
PR	PARANAVAI	41	1840	2	10.816.673,54	93.081.415,44	11,62
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(8.531.002,71)	123.369.127,00	-
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	129.904.000,14	377.948.574,00	34,37
PR	RANCHO ALEGRE	41	2130	7	(1.304.415,83)	7.368.114,79	-
PR	RIBEIRAO DO PINHAL	41	2190	1	(494.338,97)	14.028.278,61	-
PR	ROLANDIA	41	2240	4	5.606.244,16	73.529.436,85	7,62
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	41	2550	6	(147.262.432,38)	534.751.247,16	-
PR	SARANDI	41	2625	6	(5.997.954,22)	81.177.209,53	-
PR	SENGES	41	2630	6	(4.177.839,32)	24.530.838,34	-
PR	TELEMACHO BORBA	41	2710	6	1.387.069,94	90.170.022,83	1,54
PR	TOLEDO	41	2770	0	3.798.985,59	174.540.023,19	2,18
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	33	23	3	(10.896.049,20)	152.208.998,60	-
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(30.649.959,60)	132.955.608,90	-
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	13.664.124,80	282.923.114,90	4,83
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	20.955.086,20	395.506.338,20	5,30
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	33	100	9	(364.540.290,00)	1.893.789.077,00	-
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	-	1.326.948.370,00	-
RJ	IGUABA GRANDE	33	187	6	(4.062.235,40)	49.094.864,00	-
RJ	ITABORAI	33	190	0	(3.247.257,90)	335.376.467,50	-
RJ	MACAE	33	240	3	(170.008.238,50)	1.409.836.520,30	-
RJ	MARICA	33	270	0	(48.621.471,00)	204.182.906,00	-
RJ	MESQUITA	33	285	8	(83.023.871,10)	163.497.055,61	-
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	(39.962.817,70)	161.696.282,50	-
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	231.649.953,50	729.363.532,60	31,76
RJ	PARACAMBI	33	360	9	660.938,30	86.148.789,30	0,77
RJ	QUEIMADOS	33	414	4	(30.565.717,00)	139.644.008,10	-
RJ	SAO JOAO DE MERITI	33	510	9	(189.735.957,20)	333.380.694,10	-
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(3.433.589,10)	43.089.505,30	-
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	(27.261.142,90)	292.965.874,00	-
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(123.427.437,40)	124.892.970,36	-
RJ	VALENCA	33	610	7	28.901.898,20	105.215.515,60	27,47
RJ	VOLTA REDONDA	33	630	5	314.198.500,00	665.174.100,00	47,24
RN	ACU	24	20	8	(9.051.862,64)	67.242.032,07	-
RN	CAICO	24	200	6	(1.943.819,75)	65.127.152,95	-
RN	JACANA	24	500	9	203.000,00	10.278.430,00	1,98
RN	MOSSORO	24	800	3	36.158.864,30	360.530.139,84	10,03
RN	NATAL	24	810	2	103.294.647,00	1.169.712.471,52	8,83
RO	ARIQUEMES	11	2	3	(22.274.657,48)	133.164.255,05	-
RO	CACOAL	11	4	9	(3.162.235,47)	111.058.409,49	-
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(2.973.067,03)	25.359.754,07	-
RO	GUAJARA-MIRIM	11	10	6	(5.113.877,15)	51.390.518,93	-
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(2.395.744,42)	14.625.255,06	-
RO	JARU	11	11	4	2.280.873,88	68.783.534,94	3,32
RO	JI-PARANA	11	12	2	(3.379.510,20)	132.810.727,25	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(6.988.971,27)	29.054.062,33	-
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	7.596.783,27	42.316.287,36	17,95
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(74.055.710,39)	739.313.297,29	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	(187.796,18)	26.889.920,30	-
RO	ROLIM DE MOURA	11	28	8	(3.173.901,55)	64.824.153,85	-

RR	BOA VISTA	14	10	0	(145.321.477,14)	390.289.803,79	-
RS	ALEGRETE	43	40	6	70.004.176,87	103.322.035,23	67,75
RS	ALVORADA	43	60	4	(5.627.078,45)	164.173.528,91	-
RS	ARARICA	43	87	7	400.148,20	11.161.619,81	3,59
RS	BAGE	43	160	2	(9.449.191,06)	173.080.696,38	-
RS	BARAO DO TRIUNFO	43	175	0	(914.006,74)	11.609.516,79	-
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(31.681.529,80)	204.757.407,91	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	7.367.658,06	101.492.247,45	7,26
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	17.296.010,91	195.061.970,89	8,87
RS	CAMAQUA	43	350	9	(9.331.631,02)	77.499.127,85	-
RS	CAMPO BOM	43	390	5	9.000.790,98	109.108.277,27	8,25
RS	CANGUCU	43	450	7	(2.807.075,86)	68.609.161,14	-
RS	CANOAS	43	460	6	59.155.332,92	602.354.163,70	9,82
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	(97.380.238,06)	915.397.699,55	-
RS	ERECHIM	43	700	5	(23.107.835,43)	127.903.166,72	-
RS	ESTEIO	43	770	8	(28.548.690,50)	132.044.203,41	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	23.265.658,09	110.452.738,11	21,06
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(2.381.097,23)	8.066.990,04	-
RS	GRAVATAI	43	920	9	304.360.446,50	362.690.435,27	83,92
RS	GUAIABA	43	930	8	(19.538.232,95)	125.468.881,05	-
RS	IJUI	43	1020	7	(29.237.789,21)	148.167.138,08	-
RS	IMBE	43	1033	0	24.239.382,42	45.393.563,11	53,40
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.685.759,96)	59.042.043,18	-
RS	JAGUARAO	43	1100	7	-	32.739.985,82	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(38.231.732,18)	113.126.922,48	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	49.573.764,01	105.095.313,42	47,17
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	19.045,30	10.814.187,51	0,18
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(2.563.506,38)	39.334.892,33	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	33.293.990,65	448.346.178,69	7,43
RS	PAROBE	43	1405	0	(2.510.046,29)	65.187.886,25	-
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(53.392.560,37)	265.570.663,57	-
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	622.553,92	22.478.446,63	2,77
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	(104.736.299,66)	3.293.413.040,28	-
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(34.432.894,13)	305.592.820,91	-
RS	RIO PARDO	43	1570	1	13.474.880,88	41.598.301,88	32,39
RS	RIOZINHO	43	1575	0	380.474,11	10.179.356,23	3,74
RS	ROLANTE	43	1600	6	(914.886,33)	26.643.410,11	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	(7.126.094,85)	211.039.939,80	-
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(538.478,66)	8.639.345,59	-
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	(1.988.488,27)	267.794.854,38	-
RS	SANTA ROSA	43	1720	2	(17.358.889,55)	120.118.157,81	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(22.440.951,61)	86.466.735,25	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(3.224.514,00)	73.341.134,33	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	112.020.794,44	384.674.187,40	29,12
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(1.198.828,99)	10.800.591,52	-
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(33.851.624,79)	110.226.232,96	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	40.298.657,58	195.684.153,27	20,59
RS	SENTINELA DO SUL	43	2035	4	(413.962,83)	8.725.562,72	-
RS	SOLEDADE	43	2080	0	59.630,38	37.905.994,46	0,16
RS	TAQUARA	43	2120	4	(829.783,99)	64.474.051,27	-
RS	TAVARES	43	2135	2	713.338,88	9.997.444,28	7,14
RS	TORRES	43	2150	1	4.529.975,43	65.466.052,52	6,92
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	23.328.803,07	148.137.366,94	15,75
RS	VACARIA	43	2250	9	(10.314.562,47)	86.079.676,46	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(15.607.068,78)	86.501.763,29	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(3.627.290,91)	41.802.467,08	-
RS	VIAMAO	43	2300	2	99.946.112,00	157.640.814,00	63,40
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	(13.014.201,49)	49.377.368,25	-
SC	ARAQUARI	42	130	7	(5.179.590,75)	37.892.794,88	-
SC	ARARANGUA	42	140	6	(2.548.437,03)	73.307.953,48	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(149.340.270,16)	352.555.524,48	-
SC	BARRA BONITA	42	209	9	(842.800,82)	6.902.369,61	-
SC	BIGUACU	42	230	5	(3.040.027,93)	91.483.297,53	-
SC	BLUMENAU	42	240	4	72.510.128,40	676.916.642,32	10,71
SC	BRUSQUE	42	290	9	30.692.291,89	176.023.836,46	17,44
SC	CACADOR	42	300	6	1.687.757,24	92.811.466,48	1,82
SC	CAMBORIU	42	320	4	(8.918.242,03)	82.842.575,41	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	CANOINHAS	42	380	8	(8.377.680,78)	76.468.524,17	-
SC	CHAPECO	42	420	2	30.445.481,07	334.961.596,59	9,09
SC	CONCORDIA	42	430	1	(17.468.857,51)	127.193.828,26	-
SC	CRICIUMA	42	460	8	68.479.052,95	342.340.511,14	20,00
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(440.531,23)	20.308.172,47	-
SC	FLORIANÓPOLIS	42	540	7	211.512.355,94	657.355.639,89	24,67
SC	GALVÃO	42	560	5	(392.585,67)	8.527.332,03	-
SC	GASPAR	42	590	2	(30.915.652,91)	98.350.174,98	-
SC	GRAO PARA	42	610	8	687.082,05	11.466.112,82	5,99
SC	IBIAM	42	675	1	(247.915,85)	7.833.548,20	-
SC	ICARA	42	700	7	5.204.851,27	89.306.822,39	5,83
SC	INDAIAL	42	750	2	(11.271.574,23)	90.772.270,25	-
SC	IPIRA	42	760	1	(1.078.688,23)	10.352.730,83	-
SC	IPUACU	42	768	4	(855.035,97)	14.317.417,70	-
SC	ITAJAI	42	820	3	(10.309.571,53)	578.789.707,76	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	(8.889.324,92)	100.271.378,59	-
SC	ITAPOA	42	845	0	(5.374.536,15)	39.454.135,51	-
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(40.728.251,02)	371.125.475,29	-
SC	JOACABA	42	900	3	(18.803.909,79)	70.217.484,28	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	321.303.054,43	955.263.812,08	33,64
SC	LAGES	42	930	0	21.794.680,48	256.170.574,00	8,51
SC	LAGUNA	42	940	9	(3.739.246,41)	57.672.901,70	-
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(2.403.806,47)	16.338.737,41	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(1.901.553,84)	11.891.038,99	-
SC	MAFRA	42	1010	0	(5.954.010,46)	78.111.527,30	-
SC	MAREMA	42	1055	5	(286.377,37)	8.365.636,06	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	378.745,87	7.554.744,34	5,01
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(7.998.952,95)	106.113.771,42	-
SC	PALHOCA	42	1180	0	(37.788.413,90)	182.416.506,13	-
SC	PETROLÂNDIA	42	1270	0	(1.236.193,73)	9.956.193,46	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(9.073.154,82)	131.757.128,48	-
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	1.032.982,82	71.392.253,67	1,45
SC	SALETE	42	1530	7	(2.178.327,41)	12.758.748,72	-
SC	SALTO VELOSO	42	1540	6	(767.217,15)	13.808.883,08	-
SC	SÃO BENTO DO SUL	42	1580	2	(6.078.556,14)	155.396.352,17	-
SC	SÃO FRANCISCO DO SUL	42	1620	8	(20.336.482,93)	138.161.672,56	-
SC	SÃO JOSE	42	1660	2	(71.730.698,99)	300.881.687,33	-
SC	SIDERÓPOLIS	42	1780	0	445.891,50	20.527.671,74	2,17
SC	TAIO	42	1780	8	406.288,12	29.553.469,69	1,37
SC	TREZE ILÍAS	42	1860	9	(2.924.306,69)	15.170.002,66	-
SC	TUBARÃO	42	1870	7	(3.023.698,55)	136.752.894,34	-
SC	URUBICI	42	1890	5	(1.160.342,13)	16.185.918,84	-
SC	VARGEM	42	1910	1	(1.891.970,82)	9.968.041,34	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(1.947.372,82)	14.806.491,89	-
SC	XANXERÊ	42	1950	7	5.997.947,88	63.399.923,48	9,46
SE	ARACAJU	28	30	8	16.416.048,07	881.655.926,22	1,86
SE	ESTÂNCIA	28	210	6	8.304.820,00	101.712.596,03	8,16
SE	LAGARTO	28	350	0	(1.713.212,00)	104.631.310,85	-
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	28	450	8	(4.274.363,35)	37.113.001,22	-
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	28	480	5	(2.524.096,00)	135.893.826,00	-
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(10.510.070,26)	77.528.674,36	-
SP	AGUAÍ	35	30	3	-	50.018.762,80	-
SP	AGUAS DE LINDÓIA	35	50	1	(986.774,00)	40.296.128,00	-
SP	ALTINÓPOLIS	35	100	4	(637.886,39)	38.388.444,02	-
SP	AMPARO	35	190	5	(26.455.812,53)	136.179.987,71	-
SP	ANALÂNDIA	35	200	2	(2.773.747,00)	16.393.552,00	-
SP	APIAÍ	35	270	5	10.655.725,81	36.160.443,36	29,50
SP	ARACATUBA	35	280	4	162.145.382,73	345.779.726,53	48,89
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(6.411.741,86)	49.199.463,87	-
SP	ARANDU	35	310	9	847.439,57	15.108.850,20	5,61
SP	ARARAQUARA	35	320	8	(913.236,37)	447.347.332,78	-
SP	ARARAS	35	330	7	(18.477.981,80)	270.916.795,68	-
SP	ARUJA	35	390	1	(51.081.365,67)	144.407.294,29	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	(43.648.199,24)	275.619.564,98	-

SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.572.161,79	20.132.429,26	7,81
SP	BARUERI	35	570	8	(361.344.538,44)	1.492.781.591,26	-
SP	BASTOS	35	580	7	327.881,95	32.960.945,91	0,99
SP	BAURU	35	600	3	17.696.199,65	574.218.905,11	3,08
SP	BEBEDOURO	35	610	2	(15.596.739,49)	130.852.117,82	-
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	(3.411.346,07)	17.237.457,85	-
SP	BIRIGUI	35	650	8	(24.630.526,01)	181.285.297,48	-
SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	4.354.909,38	36.639.503,26	11,89
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	(1.185.980,00)	9.655.219,00	-
SP	BORACEIA	35	730	8	(1.293.570,17)	14.503.729,68	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	1.869.118,26	24.581.943,15	7,60
SP	BRAGANCA PAULISTA	35	760	5	(76.302.651,35)	275.130.128,54	-
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(3.127.845,34)	10.606.280,27	-
SP	BRODOWSKI	35	780	3	11.729.308,61	39.802.150,05	29,47
SP	CABREUVA	35	840	5	(10.236.839,39)	79.465.045,49	-
SP	CAELANDIA	35	880	1	1.264.702,44	29.408.783,64	4,30
SP	CAJAMAR	35	920	5	58.666.393,67	229.053.991,71	25,61
SP	CAJATI	35	925	4	(5.662.364,00)	59.150.123,53	-
SP	CAJOBI	35	930	4	2.463.246,95	17.733.111,73	13,89
SP	CAJURU	35	940	3	(3.868.608,70)	37.387.994,73	-
SP	CAMPINAS	35	950	2	806.839.620,01	2.404.856.591,56	33,55
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	13.974.791,00	75.670.705,00	18,47
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	(824.482,04)	32.532.028,47	-
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	58.919.301,00	292.000.483,00	20,18
SP	CASTILHO	35	1100	3	(6.209.391,66)	58.894.224,88	-
SP	CATANDUVA	35	1110	2	(97.234.867,20)	241.508.474,04	-
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	(298.514,00)	32.236.888,00	-
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	113.138,98	27.802.714,72	0,41
SP	CHAVANTES	35	5720	4	(1.690.022,32)	23.168.235,31	-
SP	CONCHAL	35	1220	9	4.599.390,97	49.609.887,82	9,27
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	(3.831.921,46)	77.154.129,16	-
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	5.177.154,20	11.948.797,80	43,33
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(1.780.768,00)	14.074.754,00	-
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	44.386.971,98	99.962.770,80	44,40
SP	COSMORAMA	35	1290	2	(968.139,58)	15.994.273,49	-
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	(1.783.246,64)	62.060.226,08	-
SP	CRUZALIA	35	1330	6	186.119,73	10.213.859,70	1,82
SP	CRUZEIRO	35	1340	5	45.839.515,80	115.715.476,08	39,61
SP	DIADEMA	35	1380	1	159.445.190,74	685.214.379,01	23,27
SP	DOURADO	35	1430	4	367.778,03	15.522.702,19	2,37
SP	DRACENA	35	1440	3	(967.299,57)	70.416.859,61	-
SP	EMBU	35	1500	4	(10.520.203,64)	285.855.239,93	-
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(14.469.586,20)	65.966.775,39	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(3.072.426,18)	13.233.745,67	-
SP	FLORINIA	35	1610	1	429.522,32	11.708.870,89	3,67
SP	FRANCA	35	1620	0	(116.754.519,76)	387.917.742,24	-
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(64.187.202,87)	167.678.387,41	-
SP	GASTAO VIDIGAL	35	1680	4	(456.286,40)	9.950.770,88	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	33.883.861,16	22.585.487,86	150,02
SP	GLICERIO	35	1710	9	(493.004,51)	12.029.950,99	-
SP	GUAIRA	35	1740	6	(41.621.710,16)	95.430.676,09	-
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.990.420,02)	39.125.797,84	-
SP	GUARACI	35	1790	1	6.751.906,59	26.464.496,79	25,51
SP	GUARARAPES	35	1820	6	3.080.029,53	48.396.713,79	6,36
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(35.402.132,68)	132.495.072,23	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	36.294.041,72	190.615.813,46	19,04
SP	GUARUJA	35	1870	1	345.580.302,43	740.262.396,83	46,68
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.373.170.273,94	2.333.582.048,65	58,84
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(208.542.942,86)	406.214.389,72	-
SP	IBIRAREMA	35	1950	1	637.629,56	14.218.642,28	4,48
SP	IBITINGA	35	1960	0	(9.394.586,28)	75.117.783,66	-
SP	IEPE	35	1990	7	(28.487,47)	19.560.385,09	-
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	6	2.017.774,14	36.235.561,55	5,57
SP	ILHABELA	35	2040	0	(19.765.883,52)	111.046.083,60	-
SP	INDAIA TUBA	35	2050	9	(543.496.265,54)	537.911.696,44	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(2.047.223,33)	9.717.627,17	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	(1.276.923,94)	29.846.369,69	-

SP	ÍPEUNA	35	2110	1	(3.324.112,27)	17.962.962,68	-
SP	ÍPUA	35	2130	9	(3.528.924,82)	33.426.432,34	-
SP	ÍTAÍ	35	2180	4	(2.225.847,00)	49.532.367,20	-
SP	ÍTANHAEM	35	2210	9	48.383.690,42	194.574.167,05	24,86
SP	ÍTAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	(32.079.493,60)	238.670.494,22	-
SP	ÍTAPEVA	35	2240	6	26.161.737,27	166.767.217,56	15,69
SP	ÍTAPIRA	35	2260	4	691.013,41	134.437.327,81	0,51
SP	ÍTAPOLIS	35	2270	3	7.695.390,05	60.045.295,79	12,82
SP	ÍTAPORANGA	35	2280	2	-	23.475.924,68	-
SP	ÍTAQUAQUECETUBA	35	2310	7	80.166.807,24	327.135.462,67	24,51
SP	ÍTATIBA	35	2340	4	(54.588.515,02)	207.709.740,95	-
SP	ÍTIRAPINA	35	2360	2	(792.651,00)	35.179.615,00	-
SP	ÍTU	35	2390	9	6.118.364,01	339.138.230,51	1,80
SP	ÍTUPEVA	35	2400	6	3.631.977,23	112.606.423,89	3,23
SP	JACAREÍ	35	2440	2	23.789.417,16	409.519.421,64	5,81
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	1.719.560,94	26.684.823,17	6,44
SP	JAGUARIUNA	35	2470	9	(10.021.737,15)	187.100.997,00	-
SP	JALES	35	2480	8	25.736.895,22	66.429.581,32	38,74
SP	JARINU	35	2520	1	(6.666.316,15)	51.645.595,27	-
SP	JUNDIAÍ	35	2590	4	87.562.422,13	1.045.112.412,31	8,38
SP	LEME	35	2670	4	14.931.432,81	161.883.940,98	9,22
SP	LENÇOIS PAULISTA	35	2680	3	(26.039.416,09)	148.048.236,53	-
SP	LINS	35	2710	8	(14.072.888,05)	110.173.651,17	-
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(201.138.643,36)	226.564.906,32	-
SP	LUCIANÓPOLIS	35	2750	4	-	8.864.972,25	-
SP	LUTECIA	35	2790	0	(1.551.029,89)	11.309.117,93	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(34.957.301,82)	126.710.915,35	-
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(1.836.623,87)	9.096.586,41	-
SP	MARTINÓPOLIS	35	2920	3	16.079.574,42	43.209.312,15	37,21
SP	MAUA	35	2940	1	425.307.586,37	577.823.764,94	73,61
SP	MIGUELÓPOLIS	35	2970	8	17.507.447,45	46.849.642,70	37,37
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	2.187.695,03	18.089.890,11	12,09
SP	MOGI DAS CRUZES	35	3060	7	(39.944.385,12)	690.308.160,61	-
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	(13.962.251,90)	208.203.066,25	-
SP	MONGAGUA	35	3110	0	4.673.480,99	108.850.160,93	4,29
SP	MONTE MOR	35	3180	3	(10.108.715,31)	109.891.861,04	-
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(185.692,47)	19.816.834,35	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.618.687,51)	7.871.084,05	-
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(3.514.721,87)	13.978.047,06	-
SP	ORINDIÚVA	35	3420	3	(4.705.505,50)	17.511.088,12	-
SP	ORLANDIA	35	3430	2	4.333.982,99	91.355.992,83	4,74
SP	OSASCO	35	3440	1	797.563.352,00	1.288.879.546,96	61,88
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(5.333.282,65)	43.958.632,65	-
SP	OURINHOS	35	3470	8	(11.738.238,06)	208.962.305,03	-
SP	PACAEMBU	35	3490	6	766.056,09	19.723.225,30	3,88
SP	PALMITAL	35	3530	9	(5.436.275,82)	43.228.652,35	-
SP	PARAGUACU PAULISTA	35	3550	7	2.405.610,16	84.085.016,40	2,86
SP	PAULÍNIA	35	3650	5	290.738.459,08	866.146.162,73	33,57
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(19.844.418,60)	68.264.794,26	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	7.304.975,04	75.366.747,89	9,69
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(2.769.596,94)	19.879.800,96	-
SP	PENÁPOLIS	35	3730	5	10.085.386,94	113.825.297,60	8,86
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	13.882.760,05	-
SP	PIEDADE	35	3780	0	(5.227.366,55)	64.131.094,72	-
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(60.719.020,88)	297.600.663,51	-
SP	PINHALZINHO	35	3820	4	(1.326.290,01)	19.280.952,50	-
SP	PIQUEROBÍ	35	3830	3	(1.354.946,00)	12.196.289,00	-
SP	PIQUETE	35	3850	1	-	17.635.768,70	-
SP	PIRACAIA	35	3860	0	100.353,44	42.236.327,99	0,24
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(108.903.683,67)	832.549.579,12	-
SP	PIRAJU	35	3880	8	(3.851.592,85)	48.053.174,54	-
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(29.399.287,59)	134.881.778,30	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	(8.270.983,40)	63.219.806,37	-
SP	PLATINA	35	3970	7	(1.644.070,98)	10.227.926,49	-
SP	POA	35	3980	6	(73.766.043,67)	278.950.612,36	-
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	14.064.670,61	102.266.566,81	13,75

SP	POTIM	35	4075	4	(39.642,47)	28.211.913,25	-
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	(26.728.864,76)	663.738.050,86	-
SP	PRESIDENTE BERNARDES	35	4120	8	3.408.821,77	24.737.260,12	13,78
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	19.621.711,93	355.662.673,59	5,52
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	35	4150	5	(19.704.534,23)	59.384.950,69	-
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(2.841.868,25)	55.326.732,74	-
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(7.173.269,09)	20.078.721,54	-
SP	RIBEIRAO CORRENTE	35	4310	5	(1.144.038,85)	11.720.623,29	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(10.925.353,62)	18.150.977,32	-
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	19.112.497,61	178.035.669,55	10,74
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	519.132.021,09	1.199.826.663,72	43,27
SP	RIO CLARO	35	4390	7	82.538.145,86	400.776.079,25	20,59
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	7.801.572,59	69.372.536,70	11,25
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	2.630.067,49	41.951.979,74	6,27
SP	ROSEIRA	35	4430	1	2.812.413,48	17.583.647,23	15,99
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	(6.942.057,36)	68.612.550,65	-
SP	SALTO GRANDE	35	4540	7	2.844.075,19	15.658.577,34	18,16
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	(242.755,00)	12.807.768,00	-
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	35	4625	6	-	8.627.344,99	-
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	(3.420.813,62)	71.049.284,83	-
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	35	4750	2	(3.469.217,15)	53.621.975,83	-
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	14.235.113,44	39.359.645,40	36,17
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	30.756.275,27	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	(595.823,26)	12.301.089,48	-
SP	SANTOS	35	4850	0	51.772.049,53	1.297.717.610,76	3,99
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	417.250.719,44	2.314.068.233,47	18,03
SP	SAO CAETANO DO SUL	35	4880	7	(43.499.440,51)	857.876.196,42	-
SP	SAO CARLOS	35	4890	6	3.781.137,15	456.572.620,37	0,83
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(85.627.107,29)	152.495.063,59	-
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(7.973.028,16)	9.043.554,99	-
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(1.512.661,77)	8.813.361,78	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	(438.802,97)	77.591.973,41	-
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(84.749.093,32)	818.141.974,04	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(299.323.810,79)	1.610.728.466,49	-
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	(2.145.451,98)	16.311.155,71	-
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	(66.725.462,56)	157.039.214,97	-
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(31.665.338,34)	429.839.296,14	-
SP	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	35	5080	3	-	21.007.029,95	-
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	72.704.225,77	565.370.367,76	12,86
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(1.375.057,09)	13.245.504,92	-
SP	SERRANA	35	5150	4	46.247.273,74	71.490.874,43	64,69
SP	SERTAOZINHO	35	5170	2	(1.036.934,74)	257.513.116,22	-
SP	SOROCABA	35	5220	5	(55.580.822,77)	1.259.024.703,89	-
SP	TABATINGA	35	5270	0	(2.878.438,33)	25.143.243,94	-
SP	TABOAO DA SERRA	35	5280	9	(18.809.566,00)	395.833.425,00	-
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.189.147,88)	14.877.026,57	-
SP	TAIUA	35	5320	3	(1.607.922,00)	12.275.440,00	-
SP	TAMBAU	35	5330	2	671.751,33	43.613.075,85	1,54
SP	TAPIRAI	35	5350	0	(4.779.920,91)	16.735.445,87	-
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	1.577.341,79	35.662.081,85	4,42
SP	TARUMA	35	5395	5	(2.467.174,13)	34.472.239,26	-
SP	TATUI	35	5400	3	7.973.412,45	179.294.713,55	4,45
SP	TEODORO SAMPAIO	35	5430	0	10.547.787,44	40.168.540,70	26,26
SP	TIETE	35	5450	8	(4.627.859,61)	83.208.585,73	-
SP	TUPA	35	5500	0	(14.642.648,76)	90.309.261,68	-
SP	UBATUBA	35	5540	6	(168.640.253,89)	183.843.343,20	-
SP	UBIRAJARA	35	5550	5	(2.170.970,39)	10.649.530,89	-
SP	UCHOA	35	5560	4	(1.055.798,25)	20.095.038,89	-
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(769.526,43)	8.627.058,76	-
SP	URU	35	5590	1	(685.532,91)	9.026.390,73	-
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	35	5640	4	(1.474.020,71)	54.090.918,54	-
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	16.922.519,64	141.120.162,77	11,99
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(4.743.293,13)	18.483.266,37	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	1.091.649,90	132.885.724,54	0,82
TO	ARAGUAINA	17	210	9	(36.216.557,59)	168.600.999,93	-
TO	GURUPI	17	950	0	-	82.720.814,86	-
TO	PALMAS	17	2100	0	(42.336.681,12)	469.660.521,61	-

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2011

data-base 30/06/2011

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 28/10/2011

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2011	RCL 1º Semestre 2011	DCL/RCL
AL	PARIPUEIRA	27	644	8	(2.835.863,31)	13.999.200,96	-
AM	CARÉIRO	13	110	0	(3.145.239,77)	37.185.319,07	-
AP	CALCOENE	16	20	4	-	9.014.826,51	-
BA	ABAIARA	29	10	8	5.725.979,22	11.274.159,92	50,79
BA	AGUA FRIA	29	40	5	(207.971,32)	22.349.534,82	-
BA	BAIXA GRANDE	29	260	9	4.917.041,80	23.102.588,80	21,28
BA	BROTAS DE MACAUBAS	29	450	6	(4.259.688,81)	20.769.581,29	-
BA	BUERAREMA	29	470	4	18.313.618,63	15.861.379,47	115,46
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	29	850	7	10.333.455,57	30.959.651,89	33,38
BA	CORACAO DE MARIA	29	890	3	5.013.764,20	26.952.479,67	18,60
BA	CORIBE	29	910	9	6.501.000,80	22.484.859,93	28,91
BA	GLORIA	29	1140	2	1.008.638,61	24.483.883,44	4,12
BA	IRAQUARA	29	1440	6	(96.481,38)	28.125.844,34	-
BA	ITIUBA	29	1700	3	5.328.521,69	40.743.996,42	13,08
BA	JACARACI	29	1740	9	3.152.780,86	18.751.993,14	16,81
BA	JIQUEIRICA	29	1820	9	937.892,85	17.499.468,04	5,36
BA	JUSSARA	29	1850	6	(670.654,15)	18.808.025,07	-
BA	LENCOIS	29	1930	6	196.073,53	15.170.919,99	1,29
BA	MACAJUBA	29	1960	3	6.215.801,81	16.298.846,34	38,14
BA	MURITIBA	29	2230	0	1.961.690,66	28.454.493,91	6,89
BA	PAU BRASIL	29	2390	2	20.611.730,73	14.855.277,14	138,75
BA	PILAO ARCADEO	29	2440	5	(4.708.515,90)	44.630.053,58	-
BA	RIO DO ANTONIO	29	2680	6	5.083.394,64	17.781.238,88	28,59
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	29	2770	5	26.544.203,54	38.418.998,31	69,09
BA	SANTA TERESINHA	29	2850	5	9.879.262,28	14.195.987,04	69,59
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(5.321.153,76)	20.058.328,66	-
BA	SAO GABRIEL	29	2925	5	(1.199.903,22)	23.820.231,79	-
BA	TEODORO SAMPAIO	29	3140	0	(2.538.120,88)	13.704.478,88	-
CE	AIUABA	23	40	8	(2.836.718,49)	10.728.804,75	-
CE	AMONTADA	23	75	4	(28.933.953,80)	49.530.719,08	-
CE	ERERE	23	427	7	(865.866,71)	11.551.726,30	-
CE	EUSEBIO	23	428	5	(41.710.425,98)	100.048.737,18	-
CE	GUARACIABA DO NORTE	23	500	1	-	45.191.947,04	-
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	5.891.850,89	10.966.073,27	53,73
CE	IBIAPINA	23	530	8	453.270,90	32.745.559,26	1,38
CE	IPAUMIRIM	23	570	4	(1.497.929,87)	15.305.929,46	-
CE	JAGUARIBE	23	690	0	(2.281.230,63)	45.293.100,59	-
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	23	725	4	1.190.190,16	24.696.059,91	4,82
CE	MAURITI	23	810	4	(3.581.055,75)	50.127.566,09	-
CE	MERUOCA	23	820	3	(3.383.638,32)	19.342.013,68	-
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	3.622.831,26	40.627.982,51	8,92
CE	PARACURU	23	1020	9	-	50.749.364,65	-
CE	PARAIPABA	23	1025	8	1.885.454,38	35.377.744,21	5,33
CE	UBAJARA	23	1360	9	(1.699.195,03)	38.847.930,35	-
CE	UMIRIM	23	1375	7	1.592.560,67	23.672.774,84	6,73
CE	URUOCA	23	1390	6	449.731,84	19.280.129,00	2,33
CE	VARJOTA	23	1395	5	8.485.478,53	25.899.418,56	32,76
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(14.413.719,93)	49.840.772,88	-
ES	ANCHIETA	32	40	9	(61.303.774,61)	170.220.544,07	-
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	281.601,40	16.176.619,91	1,74
ES	CASTELO	32	140	7	(11.652.472,61)	58.536.650,90	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(4.985.541,88)	24.653.147,27	-
ES	DOMINGOS MARTINS	32	190	2	(16.088.356,23)	59.275.978,77	-
ES	ICONHA	32	260	3	(3.225.891,76)	26.800.989,35	-
ES	ITAGUACU	32	270	2	(8.202.199,32)	27.531.941,54	-

ES	ITAPEMIRIM	32	280	1	(39.760.758,63)	116.718.282,83	-
ES	ITARANA	32	290	0	(4.829.507,29)	21.075.726,08	-
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(2.773.562,61)	20.888.361,74	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	1.295.818,35	23.627.054,68	5,48
ES	MARATAIZES	32	332	0	(29.613.947,00)	67.838.599,77	-
ES	MARECHAL FLORIANO	32	334	6	(2.476.958,27)	29.358.890,98	-
ES	MUQUI	32	380	9	(2.108.778,94)	23.327.061,75	-
ES	PIUMA	32	420	3	(18.561.251,39)	44.237.818,39	-
ES	PRESIDENTE KENNEDY	32	430	2	(160.775.274,81)	169.320.646,67	-
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	(4.115.440,09)	57.728.247,42	-
ES	SANTA TERESA	32	460	9	(9.062.403,18)	43.018.306,32	-
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(4.468.650,67)	18.727.785,03	-
ES	SÃO JOSE DO CALCADO	32	480	7	(1.800.257,26)	21.318.643,96	-
ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	32	495	5	(5.417.573,53)	19.523.766,16	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(1.263.697,18)	38.862.610,05	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(10.133.868,54)	38.728.850,80	-
ES	VILA VALERIO	32	517	6	-	27.878.257,78	-
GO	ABADIANIA	52	10	0	-	18.920.551,96	-
GO	COCALZINHO DE GOIAS	52	551	3	-	22.385.613,21	-
GO	INDIARA	52	995	2	(797.452,15)	18.910.094,57	-
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	49.887.198,64	34.640.812,73	144,01
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(2.546.175,71)	23.815.657,77	-
GO	SANTO ANTONIO DA BARRA	52	1971	2	(2.092.350,31)	10.233.548,13	-
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	21	410	7	(102.309,12)	13.392.952,84	-
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	21	1110	2	(4.241.266,14)	27.821.548,50	-
MA	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1160	7	-	23.532.792,85	-
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	779.261,99	10.754.410,14	7,25
MG	ABAETE	31	20	3	7.768.504,83	26.366.006,98	29,46
MG	ABRE CAMPO	31	30	2	(1.177.898,04)	16.084.161,76	-
MG	ACAIACA	31	40	1	(2.901.392,94)	7.712.628,60	-
MG	ACUCENA	31	50	0	543.578,32	14.555.936,45	3,73
MG	ÁGUA COMPRIDA	31	70	8	(462.244,00)	9.351.788,35	-
MG	AGUAS FORMOSAS	31	90	6	(3.116.813,44)	20.490.280,38	-
MG	AGUAS VERMELHAS	31	100	3	1.519.545,42	13.778.166,30	11,03
MG	ALBERTINA	31	140	9	(1.824.847,54)	8.585.088,01	-
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	(4.250.529,80)	41.759.764,81	-
MG	ALFREDO VASCONCELOS	31	163	1	(2.263.886,81)	8.797.277,37	-
MG	ALMENARA	31	170	6	1.648.742,09	37.652.792,33	4,38
MG	ALPINOPOLIS	31	190	4	694.970,13	20.723.946,60	3,35
MG	ALTEROSA	31	200	1	(938.587,75)	17.190.679,44	-
MG	ALTO CAPARAÓ	31	205	0	274.470,75	8.367.944,96	3,28
MG	ALVARENGA	31	220	9	247.406,50	7.485.717,07	3,31
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	5.194.697,36	17.653.977,58	29,43
MG	ALVORADA DE MINAS	31	240	7	(351.033,78)	10.066.593,30	-
MG	AMPARO DO SERRA	31	250	6	369.387,00	8.166.185,00	4,52
MG	ANDRADAS	31	260	5	1.002.824,10	43.477.378,76	2,31
MG	ANDRELANDIA	31	280	3	(145.886,89)	14.056.286,54	-
MG	ANGELANDIA	31	285	2	(277.920,24)	11.598.922,30	-
MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	31	310	8	(675.555,83)	6.267.183,52	-
MG	ARACUAI	31	340	5	(1.115.011,75)	29.410.442,67	-
MG	ARAPONGA	31	370	2	-	7.851.805,49	-
MG	ARAÚJOS	31	390	0	(963.032,34)	10.998.157,71	-
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(2.602.607,40)	15.823.576,57	-
MG	AREADO	31	430	4	(1.171.776,61)	16.843.213,07	-
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	7.781.466,57	-
MG	ARINOS	31	450	2	(2.748.171,28)	24.875.395,15	-
MG	AUGUSTO DE LIMA	31	480	9	(1.094.202,56)	10.133.382,48	-
MG	BALDÍM	31	500	4	2.532.781,91	9.826.099,73	25,78
MG	BAMBUI	31	510	3	2.664.976,10	26.246.670,20	10,15
MG	BARÃO DE COCAIS	31	540	0	(18.079.799,00)	62.417.925,00	-
MG	BARÃO DE MONTE ALTO	31	550	9	951.746,23	13.670.889,01	6,96
MG	BARRA LONGA	31	570	7	293.139,36	8.697.245,46	3,37
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	(598.704,59)	12.061.420,97	-
MG	BELMIRO BRAGA	31	610	1	(1.483.501,80)	9.211.047,04	-

MG	BELO ORIENTE	31	630	9	11.238.199,53	47.622.201,02	23,60
MG	BELO VALE	31	640	8	(1.498.427,87)	13.960.092,84	-
MG	BERIZAL	31	665	5	1.487.989,69	8.275.227,78	17,98
MG	BERTOPOLIS	31	660	6	1.505.486,22	9.188.031,14	16,39
MG	BIAS FORTES	31	680	4	(1.347.041,03)	7.073.994,64	-
MG	BICAS	31	690	3	(2.868.688,05)	17.095.895,54	-
MG	BIQUINHAS	31	700	0	(552.224,30)	7.696.570,00	-
MG	BOA ESPERANCA	31	710	9	11.432.549,53	47.135.642,85	24,25
MG	BOCAIUVA	31	730	7	15.320.389,02	54.259.081,17	28,24
MG	BOM JARDIM DE MINAS	31	750	5	(902.237,65)	10.280.542,97	-
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	(7.417.888,38)	9.077.957,70	-
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	-	8.563.065,50	-
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	(89.637,41)	12.569.594,54	-
MG	BONFIM	31	810	7	2.086.179,60	9.205.035,90	22,66
MG	BONITO DE MINAS	31	825	5	-	10.968.630,00	-
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	21.104,12	9.464.683,55	0,22
MG	BRAS PIRES	31	870	1	172.987,53	8.573.080,18	2,02
MG	BRASILIA DE MINAS	31	860	2	2.728.765,63	41.499.620,13	6,58
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(1.638.199,42)	16.028.151,71	-
MG	BRAUNAS	31	880	0	358.439,98	10.654.941,11	3,36
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(25.358.884,79)	114.776.811,58	-
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	261.511,67	11.825.977,94	2,21
MG	BUENOPOLIS	31	920	4	73.010,75	13.327.391,10	0,55
MG	BUGRE	31	925	3	(570.631,41)	7.221.978,69	-
MG	BURITIS	31	930	3	585.906,13	36.721.523,93	1,60
MG	BURTIZEIRO	31	940	2	7.645.357,44	34.500.031,14	22,16
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(2.429.879,90)	8.260.377,83	-
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(2.363.875,57)	13.510.093,99	-
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	31	270	4	2.017.408,51	10.843.843,53	18,60
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	870.753,80	21.890.189,61	3,98
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	1.649.728,74	12.756.704,88	12,93
MG	CAETE	31	1000	4	(2.014.084,96)	44.086.807,68	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(8.188.791,63)	30.102.102,47	-
MG	CAMBUI	31	1060	8	(18.991.891,38)	35.348.292,05	-
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	2.621.395,83	8.095.811,35	32,38
MG	CAMPANHA	31	1090	5	14.977,17	19.693.951,03	0,08
MG	CAMPINA VERDE	31	1110	1	(1.020.580,32)	25.154.125,22	-
MG	CAMPO FLORIDO	31	1140	8	24.188,64	18.300.318,98	0,13
MG	CANA VERDE	31	1190	3	1.881.076,88	8.105.158,97	23,21
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	(336.183,14)	20.010.153,01	-
MG	CANTAGALO	31	1205	9	(1.397.319,65)	7.916.678,26	-
MG	CAPELA NOVA	31	1220	8	115.154,24	7.620.034,73	1,51
MG	CAPETINGA	31	1240	6	(360.321,50)	9.547.067,92	-
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	2.469.337,52	22.679.747,68	10,89
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	(707.319,46)	8.613.759,19	-
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(4.720.224,96)	16.826.430,20	-
MG	CARAI	31	1300	8	194.660,16	23.505.534,09	0,83
MG	CARANAIBA	31	1310	7	76.267,59	8.098.979,45	0,94
MG	CARANDAI	31	1320	6	(6.258.186,78)	30.037.904,65	-
MG	CARANGOLA	31	1330	5	(782.330,17)	35.129.240,07	-
MG	CARBONITA	31	1350	3	(978.910,82)	12.653.870,49	-
MG	CAREACU	31	1360	2	(879.156,40)	9.187.038,46	-
MG	CARLOS CHAGAS	31	1370	1	(11.859.931,01)	26.347.309,32	-
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	242.107,06	18.327.582,69	1,32
MG	CARMO DO CAJURU	31	1420	4	(334.177,02)	24.550.699,70	-
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(2.222.358,79)	33.795.799,15	-
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(5.248.920,12)	27.524.491,36	-
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	(3.998.930,54)	22.495.455,78	-
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	1.696.603,79	29.527.684,95	5,75
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(1.274.767,52)	8.280.316,07	-
MG	CARVALHOS	31	1480	8	41.973,20	7.275.838,24	0,58
MG	CASA GRANDE	31	1490	7	-	7.100.342,85	-
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(5.086.536,15)	20.880.804,71	-
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	31	1540	9	(737.827,75)	6.354.334,39	-
MG	CATUTI	31	1547	4	(1.240.794,09)	9.060.913,25	-
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(865.672,40)	6.508.000,66	-
MG	CENTRAL DE MINAS	31	1570	6	1.005.912,08	9.264.591,60	10,86

MG	CHACARA	31	1590	4	-	7.342.505,26	-
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	(1.393.343,62)	17.206.666,89	-
MG	CHAPADA GAUCHA	31	1615	9	(654.895,18)	15.409.778,26	-
MG	CIPOTANEA	31	1630	8	-	8.046.493,99	-
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.153.786,73	8.314.701,97	13,88
MG	CLARO DOS POÇOS	31	1650	6	(352.420,72)	9.628.746,76	-
MG	COIMBRA	31	1670	4	(1.475.551,89)	10.365.878,08	-
MG	COLUNA	31	1680	3	-	10.971.073,91	-
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	9.683.994,89	-
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	2.243.098,34	13.287.545,82	16,88
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	1	(443.787,62)	7.194.124,86	-
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	2.603.579,48	44.892.515,47	5,80
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(921.959,02)	6.740.994,45	-
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	31	1750	4	(2.539.633,35)	24.083.295,30	-
MG	CONCEICAO DO PARA	31	1760	3	(1.515.096,26)	12.543.666,81	-
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(2.126.339,01)	15.247.970,25	-
MG	CONCEICAO DOS OUROS	31	1780	1	(1.573.092,54)	14.019.432,30	-
MG	CONEGO MARINHO	31	1783	6	-	10.251.608,36	-
MG	CONGONHAL	31	1790	0	1.178.980,62	12.106.207,74	9,74
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	1.117.109,02	7.954.356,43	14,04
MG	CONQUISTA	31	1820	5	1.509.786,96	14.453.022,74	10,45
MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(3.408.598,92)	26.297.353,25	-
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	(1.058.734,10)	6.372.085,64	-
MG	CORACAO DE JESUS	31	1880	9	6.446.064,89	24.576.693,78	26,23
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	1.502.286,83	9.373.733,18	16,03
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(1.112.663,91)	7.229.633,91	-
MG	COROACI	31	1920	3	618.297,59	15.518.137,83	3,98
MG	COROMANDEL	31	1930	2	(5.590.151,08)	35.273.452,19	-
MG	CORONEL XAVIER CHAVES	31	1970	8	(316.736,29)	7.283.326,16	-
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(1.720.300,67)	7.096.873,92	-
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(2.438.883,00)	10.876.593,00	-
MG	CRISTAIS	31	2020	1	(76.074,43)	16.488.469,44	-
MG	CRISTIANO OTONI	31	2040	9	(979.438,06)	9.405.112,07	-
MG	CRUCILANDIA	31	2060	7	(692.223,63)	8.361.657,57	-
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	708.440,27	10.059.442,13	7,04
MG	CRUZILIA	31	2080	5	(1.030.359,25)	17.969.880,61	-
MG	CUPARAQUE	31	2083	9	60.017,99	8.235.626,78	0,73
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	(1.214.059,92)	9.784.708,13	-
MG	DATAS	31	2100	1	2.176.185,33	8.872.663,52	24,53
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	(830.173,02)	10.659.776,21	-
MG	DELTA	31	2125	8	476.880,84	17.955.510,29	2,66
MG	DESCOBERTO	31	2130	8	945.193,58	9.315.986,15	10,15
MG	DIAMANTINA	31	2160	5	(4.667.100,81)	51.418.678,01	-
MG	DIVINESIA	31	2190	2	-	7.306.117,37	-
MG	DIVINO	31	2200	9	(2.195.442,67)	21.803.847,17	-
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	31	2210	8	250.269,07	8.387.458,95	2,98
MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	31	2220	7	1.332.373,66	10.062.280,43	13,24
MG	DIVISA NOVA	31	2240	5	(1.372.590,42)	8.746.198,82	-
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	(659.213,62)	10.742.664,46	-
MG	DOM BOSCO	31	2247	0	710.850,78	8.101.455,02	8,77
MG	DOM CAVATI	31	2250	4	446.099,46	8.064.126,61	5,53
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(2.658.898,16)	8.367.202,78	-
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(569.303,99)	6.578.681,49	-
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	6	(2.837.179,99)	10.647.831,39	-
MG	DORES DO INDAIA	31	2320	5	6.601.872,42	17.494.824,55	37,74
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	895.066,57	7.600.692,83	11,78
MG	DURANDE	31	2352	8	50.257,51	9.127.749,79	0,55
MG	ELOI MENDES	31	2360	1	(4.516.730,00)	30.761.825,00	-
MG	ENGENHEIRO CALDAS	31	2370	0	612.266,56	14.518.108,65	4,22
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	31	2380	9	1.365.418,29	10.447.348,51	13,07
MG	ENTRE FOLHAS	31	2385	8	(1.207.566,15)	7.950.893,73	-
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(2.807.202,29)	14.920.606,70	-
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	(3.636.738,80)	22.545.088,19	-
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(868.349,47)	8.333.701,75	-

MG	ESTRELA DO INDAIA	31	2470	8	(103.843,32)	8.147.983,39	-
MG	ESTRELA DO SUL	31	2480	7	1.138.462,51	12.388.327,77	9,19
MG	EUGENOPOLIS	31	2490	6	(840.094,48)	11.770.455,15	-
MG	FAMA	31	2520	0	(528.723,30)	6.887.083,64	-
MG	FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	741.013,81	8.957.112,55	8,27
MG	FELISBURGO	31	2560	6	(184.488,51)	9.479.888,72	-
MG	FERVEDOURO	31	2595	2	(521.443,45)	12.417.225,85	-
MG	FORMOSO	31	2620	8	(706.455,60)	12.543.930,41	-
MG	FORTUNA DE MINAS	31	2640	6	-	7.676.193,18	-
MG	FRANCISCO SA	31	2670	3	6.124.048,09	27.947.898,66	21,91
MG	FRANCISCOPOLIS	31	2675	2	(1.402.658,51)	8.941.197,22	-
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	1.110.654,79	10.533.418,42	10,54
MG	FREI INOCENCIO	31	2690	1	457.376,06	11.599.111,78	3,94
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	(380.196,35)	7.368.622,82	-
MG	FRONTEIRA	31	2700	8	2.186.698,96	29.517.884,93	7,41
MG	FRUTA DE LEITE	31	2707	3	(513.410,50)	10.270.690,74	-
MG	GALILEIA	31	2730	5	406.013,58	10.993.637,12	3,69
MG	GLAUCILANDIA	31	2735	4	(81.385,34)	6.920.525,43	-
MG	GONCALVES	31	2740	4	61.462,31	8.498.736,57	0,72
MG	GOUVEIA	31	2760	2	397.657,95	12.604.908,65	3,15
MG	GRAO MOGOL	31	2780	0	(50.186,85)	22.674.741,82	-
MG	GRUPIARA	31	2790	9	(2.691.317,82)	9.010.835,87	-
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(3.903.224,22)	26.413.626,75	-
MG	GUARANI	31	2840	2	(3.590.621,50)	12.434.169,84	-
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(1.219.471,23)	14.083.638,14	-
MG	GUIMARAMA	31	2890	7	(1.619.352,96)	10.404.461,41	-
MG	HELIODORA	31	2920	2	(815.190,78)	9.182.363,25	-
MG	IBERTIOGA	31	2940	0	(1.225.183,77)	8.994.333,91	-
MG	IBIA	31	2950	9	3.050.735,00	41.511.774,78	7,35
MG	IBIAI	31	2960	8	(83.822,49)	9.639.085,57	-
MG	IBIRACI	31	2970	7	(4.224.871,46)	20.052.103,24	-
MG	IGARAPE	31	3010	1	(740.677,97)	44.472.326,89	-
MG	ILICINEA	31	3050	7	(822.734,44)	14.473.937,53	-
MG	IMBE DE MINAS	31	3055	6	(764.662,25)	8.720.291,17	-
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(271.251,04)	9.635.154,76	-
MG	INDAIAIRA	31	3065	5	(163.804,92)	10.769.628,39	-
MG	INHAUMA	31	3100	0	-	10.872.056,63	-
MG	INIMUTABA	31	3110	9	3.141.039,57	9.387.316,31	33,46
MG	IPABA	31	3115	8	(84.469,47)	14.935.419,72	-
MG	IPANEMA	31	3120	8	(1.640.731,43)	21.179.505,24	-
MG	IRAI DE MINAS	31	3160	4	288.510,79	13.282.444,17	2,17
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(19.053.174,93)	121.053.177,99	-
MG	ITACARAMBI	31	3210	7	(1.745.039,08)	27.960.332,12	-
MG	ITAPE	31	3230	5	3.438.521,34	14.670.517,48	23,44
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	522.787,98	35.158.986,55	1,49
MG	ITAMARATI DE MINAS	31	3260	2	98.317,09	9.474.723,72	1,04
MG	ITAMBACURI	31	3270	1	7.217.398,57	28.947.455,45	24,93
MG	ITAMBE DO MATO DENTRO	31	3280	0	-	6.385.097,20	-
MG	ITAMOGI	31	3290	9	698.869,71	14.584.457,05	4,79
MG	ITAMONTE	31	3300	8	39.334,42	20.905.765,43	0,19
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	3.827.652,52	24.992.066,60	15,32
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	957.802,87	21.296.952,15	4,50
MG	ITAPEVA	31	3360	0	1.065.060,46	14.051.893,45	7,58
MG	ITAU DE MINAS	31	3375	8	(723.428,47)	32.159.894,87	-
MG	ITAUVERAVA	31	3390	7	870.000,52	7.024.300,86	12,39
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	260.401,42	7.908.450,85	3,29
MG	ITURAMA	31	3440	0	11.605.876,97	77.862.219,56	14,91
MG	ITUTINGA	31	3450	9	(54.157,02)	9.589.397,35	-
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(3.342.386,51)	20.556.536,81	-
MG	JACINTO	31	3470	7	1.516.941,34	14.476.109,94	10,48
MG	JACUTINGA	31	3490	5	(4.874.989,00)	34.811.925,34	-
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	8.407.510,62	-
MG	JAIBA	31	3505	0	(232.030,78)	34.003.012,72	-
MG	JAMPRUCA	31	3507	6	102.597,46	8.381.676,75	1,22
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(685.239,66)	8.105.823,67	-
MG	JECEABA	31	3540	7	(21.049.073,64)	33.800.387,68	-
MG	JENIPAPO DE MINAS	31	3545	6	-	9.683.333,34	-

MG	JEQUERI	31	3550	6	3.928.407,39	17.052.644,69	23,04
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	9.341.108,95	26.009.176,48	35,91
MG	JESUANIA	31	3590	2	1.097.622,23	8.863.357,40	12,38
MG	JOANESIA	31	3610	8	(978.494,14)	9.199.107,53	-
MG	JOAO PINHEIRO	31	3630	6	(266.508,63)	58.160.679,07	-
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	2.932.597,88	9.876.770,86	29,69
MG	JOSE RAYDAN	31	3655	3	(490.476,78)	8.774.202,90	-
MG	JOSENOPOLIS	31	3657	9	-	8.779.208,60	-
MG	JUATUBA	31	3665	2	5.348.940,55	51.728.014,39	10,34
MG	JUVENILIA	31	3695	9	(1.716.582,45)	9.516.888,87	-
MG	LADAINHA	31	3700	7	(1.078.336,23)	19.379.448,35	-
MG	LAGAMAR	31	3710	6	(1.618.647,00)	10.746.516,00	-
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(5.471.432,26)	53.095.915,85	-
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	181.499,97	8.680.377,06	2,09
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	(360.079,06)	23.327.646,76	-
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	(1.226.482,30)	11.564.255,73	-
MG	LAJINHA	31	3770	0	4.390.020,92	23.871.192,49	18,39
MG	LAMBARI	31	3780	9	(14.805.391,36)	24.562.346,82	-
MG	ILAMIM	31	3790	8	831.616,71	6.892.795,36	12,07
MG	LEANDRO FERREIRA	31	3830	2	(78.423,70)	7.033.999,04	-
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(947.060,60)	9.428.384,76	-
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	2.949.760,37	16.065.367,76	18,36
MG	LONTRA	31	3865	8	3.777.302,55	10.697.622,75	35,31
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	9.025.938,79	-
MG	LUZ	31	3880	7	3.202.513,12	22.789.366,28	14,05
MG	MACHACALIS	31	3890	6	794.131,54	9.657.866,69	8,22
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	31	3910	2	-	8.194.156,40	-
MG	MALACACHETA	31	3920	1	(6.899.598,23)	22.813.450,46	-
MG	MANHUMIRIM	31	3950	8	1.584.361,16	26.199.461,27	6,05
MG	MANTENA	31	3960	7	442.257,59	33.849.902,09	1,31
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(1.065.406,97)	15.973.006,68	-
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	132.628,02	13.953.619,98	0,95
MG	MARIPA DE MINAS	31	4020	9	(501.672,57)	7.363.829,78	-
MG	MARLIERIA	31	4030	8	(1.631.035,42)	9.727.710,86	-
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(1.129.164,27)	18.941.158,69	-
MG	MARTINS SOARES	31	4053	0	(357.717,58)	9.908.955,24	-
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(1.336.213,54)	8.968.744,67	-
MG	MATHIAS LOBATO	31	7150	1	254.499,18	8.298.670,39	3,07
MG	MATIAS BARBOSA	31	4080	3	(3.926.371,55)	33.321.323,87	-
MG	MATIPO	31	4090	2	6.213.163,17	20.193.808,13	30,77
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	15.863.151,54	43.665.596,42	36,33
MG	MEDEIROS	31	4130	6	198.738,00	9.183.700,00	2,16
MG	MEDINA	31	4140	5	8.068.947,44	21.862.700,20	36,91
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	928.274,39	10.660.465,21	8,71
MG	MERCES	31	4160	3	(1.952.591,70)	12.018.388,00	-
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	(2.665.585,93)	30.398.645,60	-
MG	MINDURI	31	4190	0	1.033.653,88	7.821.786,18	13,22
MG	MIRABELA	31	4200	7	223.684,52	15.756.416,83	1,42
MG	MIRADOURO	31	4210	6	(1.504.167,50)	14.078.682,16	-
MG	MIRAVANIA	31	4225	4	149.224,26	8.815.373,18	1,69
MG	MONJOLOS	31	4250	2	(1.241.035,46)	7.119.604,34	-
MG	MONSENHOR PAULO	31	4260	1	(993.694,29)	10.790.189,77	-
MG	MONTA ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(4.819.741,44)	34.197.889,20	-
MG	MONTA BELO	31	4300	5	(2.766.991,57)	14.573.732,81	-
MG	MONTA CARMELO	31	4310	4	10.403.741,13	57.759.510,86	18,01
MG	MONTA SANTO DE MINAS	31	4320	3	(3.202.966,21)	26.668.403,57	-
MG	MONTA SIAO	31	4340	1	(5.220.024,61)	30.506.846,82	-
MG	MONTA ZUMA	31	4345	0	(1.880.064,47)	10.461.500,11	-
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(1.470.431,79)	20.895.477,77	-
MG	MORRO DA GARCA	31	4360	9	(28.213,74)	8.489.225,38	-
MG	MORRO DO PILAR	31	4370	8	(535.738,79)	7.625.281,19	-
MG	MUNHOZ	31	4380	7	1.219.877,87	8.333.463,14	14,64
MG	MUTUM	31	4400	3	(2.187.675,80)	25.278.126,56	-
MG	MUZAMBINO	31	4410	2	(25.425.956,76)	24.271.298,84	-
MG	NACIP RAYDAN	31	4420	1	(116.166,65)	7.692.380,63	-
MG	NAQUE	31	4435	9	676.527,60	8.910.186,50	7,59

MG	NATALÂNDIA	31	4437	5	1.021.222,21	7.438.880,13	13,73
MG	NATÉRCIA	31	4440	9	(203.252,17)	8.332.468,57	-
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(2.312.089,74)	27.440.335,00	-
MG	NOVA BELEM	31	4467	2	(1.659.896,74)	8.930.800,81	-
MG	NOVA MODICA	31	4490	4	77.264,71	7.946.851,40	0,97
MG	NOVA PONTE	31	4500	0	(5.249.428,62)	30.496.848,96	-
MG	NOVA RESENDE	31	4510	9	(12.799.831,06)	20.689.588,57	-
MG	NOVA UNIAO	31	3660	3	(936.965,03)	8.160.284,51	-
MG	NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(993.446,42)	30.480.335,53	-
MG	NOVORIZONTE	31	4537	2	-	8.716.952,76	-
MG	OLARIA	31	4540	6	(1.031.939,63)	7.011.580,10	-
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(975.646,81)	8.495.994,99	-
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	2.202.472,69	51.216.724,50	4,30
MG	ORIZANIA	31	4587	7	(1.577.052,19)	10.291.425,87	-
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	(4.283.034,70)	80.810.860,59	-
MG	OURO FINO	31	4600	8	(3.593.162,39)	36.047.426,68	-
MG	OURO VERDE DE MINAS	31	4620	6	(159.299,95)	8.373.723,48	-
MG	PADRE CARVALHO	31	4625	5	(583.516,30)	9.066.343,09	-
MG	PADRE PARAISO	31	4630	5	(5.372.029,08)	22.165.253,70	-
MG	PAINS	31	4650	3	33.885,00	16.384.041,00	0,21
MG	PALMA	31	4670	1	(186.608,13)	8.468.296,64	-
MG	PALMOPOLIS	31	4675	0	(726.813,41)	8.541.378,80	-
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(3.075.448,80)	20.506.715,02	-
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	-	26.238.501,22	-
MG	PASSA-VINTE	31	4780	8	325.298,41	6.837.746,63	4,76
MG	PASSABEM	31	4750	1	(608.863,38)	6.140.872,23	-
MG	PAULA CANDIDO	31	4830	12	(1.486.163,60)	10.093.360,19	-
MG	PAVAO	31	4850	9	3.920.607,00	10.512.049,21	37,30
MG	PECANHA	31	4860	8	(30.707,41)	19.269.089,04	-
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	929.467,61	27.562.315,37	3,37
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	(217.364,56)	11.496.873,90	-
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(1.354.649,32)	7.005.065,77	-
MG	PEDRA DO INDAIA	31	4890	5	(1.013.746,35)	8.749.372,35	-
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	115.938,13	7.729.812,53	1,50
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(708.832,15)	12.950.158,83	-
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	31	4915	0	61.327,78	12.535.812,43	0,49
MG	PEDRINOPOLIS	31	4920	0	(718.641,91)	11.186.995,85	-
MG	PERDIGAO	31	4970	5	(1.013.635,31)	10.922.900,60	-
MG	PERDIZES	31	4980	4	6.197.382,77	30.632.551,26	20,23
MG	PERDOES	31	4990	3	(597.392,90)	25.407.220,59	-
MG	PIEDADE DE CARATINGA	31	5015	8	666.589,21	9.890.119,05	6,74
MG	PIEDADE DE PONTE NOVA	31	5020	8	(863.735,74)	8.943.349,91	-
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(1.332.626,81)	7.999.416,06	-
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	(276.062,09)	8.051.056,80	-
MG	PIMENTA	31	5050	5	1.321.741,00	13.000.351,00	10,17
MG	PINTOPOLIS	31	5057	0	(1.035.599,27)	10.481.226,07	-
MG	PIRACEMA	31	5060	4	613.642,60	8.562.274,53	7,17
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	(1.069.936,36)	12.852.080,89	-
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	-	7.844.082,51	-
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	(1.143.885,99)	9.994.104,93	-
MG	PITANGUI	31	5140	4	10.777.244,31	23.715.988,76	45,44
MG	PIUMHI	31	5150	3	(3.285.182,00)	43.711.331,00	-
MG	PLANURA	31	5160	2	510.202,44	18.495.218,21	2,76
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(10.927.278,72)	17.314.442,81	-
MG	POMPEU	31	5200	6	9.589.825,09	39.804.458,23	24,09
MG	PONTO CHIQUE	31	5213	1	(2.416.818,51)	9.033.768,24	-
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	(1.111.900,90)	16.348.086,96	-
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	795.819,18	10.320.840,89	7,71
MG	PRATA	31	5280	8	(6.252.375,94)	35.543.247,10	-
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	11.041.720,74	13.429.402,20	82,22
MG	PRESIDENTE BERNARDES	31	5310	3	(789.732,40)	8.639.961,10	-
MG	PRESIDENTE KUBITSCHKE	31	5330	1	501.697,87	7.397.232,75	6,78
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(12.498.786,73)	27.421.263,31	-
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	1.319.780,03	11.575.675,36	11,40
MG	QUARTEL GERAL	31	5370	7	(68.256,74)	9.121.125,00	-
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.263.129,18)	6.603.601,47	-

MG	RAPOSOS	31	5390	5	(3.057.798,25)	15.283.737,95	-
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(2.147.465,51)	12.034.548,53	-
MG	RIACHINHO	31	5445	7	1.451.231,22	10.801.188,34	13,44
MG	RIACHO DOS MACHADOS	31	5450	7	1.441.950,20	12.186.359,91	11,83
MG	RIO CASCA	31	5490	3	(607.041,65)	21.017.854,88	-
MG	RIO DO PRADO	31	5510	8	(320.072,26)	8.846.874,86	-
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(1.133.343,62)	8.093.010,76	-
MG	RIO ESPERA	31	5520	7	-	7.500.642,14	-
MG	RIO MANSO	31	5530	6	(1.336.719,24)	8.952.861,60	-
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	7.258.511,00	21.281.824,00	34,11
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5580	3	(1.175.072,93)	31.577.654,65	-
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(2.276.935,08)	25.911.542,75	-
MG	RIO PRETO	31	5590	0	(1.307.804,54)	9.863.478,33	-
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	5.162.881,87	15.479.206,49	33,35
MG	ROCHEDO DE MINAS	31	5620	5	(761.866,99)	7.279.904,21	-
MG	RODEIRO	31	5630	4	(2.483.461,53)	9.715.273,04	-
MG	RUBIM	31	5660	1	6.290.470,23	11.089.118,85	56,73
MG	SABINOPOLIS	31	5680	9	1.227.972,87	19.507.623,10	6,29
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(6.576.525,32)	60.928.011,86	-
MG	SALINAS	31	5700	5	(8.293.353,64)	39.190.854,84	-
MG	SALTO DA DIVISA	31	5710	4	114.463,53	13.058.265,56	0,88
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	(1.703.364,14)	10.694.018,52	-
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	31	5727	8	(1.485.658,82)	7.784.481,56	-
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5733	6	(3.092.583,11)	7.944.075,16	-
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	31	5737	7	(1.904.868,88)	9.328.782,97	-
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	(297.302,59)	9.769.263,02	-
MG	SANTA HELENA DE MINAS	31	5765	8	(1.896.827,36)	10.582.074,69	-
MG	SANTA JULIANA	31	5770	6	3.782.270,81	20.400.898,43	18,54
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	(207.649,01)	17.343.732,85	-
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	14.698.385,43	-
MG	SANTA MARIA DO SUACUI	31	5820	1	2.006.606,30	14.910.186,44	13,46
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	31	5940	7	(164.945,21)	6.833.777,99	-
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	(1.913.078,01)	9.186.737,72	-
MG	SANTA RITA DE MINAS	31	5935	7	484.185,18	10.635.367,66	4,55
MG	SANTA RITA DO ITUETO	31	5950	6	(232.582,25)	8.813.874,85	-
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	10.648.234,47	56.968.880,40	18,69
MG	SANTANA DA VARGEM	31	5830	0	(1.334.207,21)	10.118.277,72	-
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	1.370.877,44	11.123.438,31	12,32
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(6.805.735,02)	29.315.929,10	-
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	(101.167,92)	7.848.848,04	-
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	31	5990	2	(1.012.139,96)	25.572.387,44	-
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(746.573,14)	9.010.258,87	-
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	31	6030	6	(228.240,28)	14.301.015,98	-
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	31	6045	4	(169.135,83)	11.625.456,78	-
MG	SANTO HIPOLITO	31	6060	3	602.056,03	7.459.187,87	8,07
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	(5.656.399,30)	45.040.478,40	-
MG	SAO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	(783.370,98)	8.941.555,12	-
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	31	6095	9	(1.366.558,40)	9.272.923,28	-
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	3.996.856,78	9.516.644,94	42,00
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	31	6130	4	2.455.378,76	13.599.736,44	18,06
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	(471.434,43)	9.157.861,15	-
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	31	6160	1	(1.088.936,35)	7.552.728,84	-
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	31	6165	0	(293.969,86)	7.454.608,96	-
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	1.920.346,62	14.176.272,51	13,55
MG	SAO GONCALO DO PARA	31	6180	9	2.031.189,82	14.584.049,84	13,93
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.548.621,62	8.119.308,62	31,39
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(3.655.644,68)	26.106.932,85	-
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	291.964,42	37.103.492,28	0,79
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	271.322,86	18.327.222,33	1,48
MG	SAO JOAO DA MATA	31	6230	2	-	6.974.962,39	-
MG	SAO JOAO DA PONTE	31	6240	1	243.046,08	34.807.009,64	0,70

MG	SÃO JOÃO DAS MISSOES	31	6245	0	1.103.351,05	15.687.570,98	7,03
MG	SÃO JOÃO DO MANHUACU	31	6255	9	355.624,11	12.136.912,71	2,93
MG	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	31	6257	5	374.812,43	8.765.686,09	4,28
MG	SÃO JOÃO DO ORIENTE	31	6260	9	-	8.800.590,18	-
MG	SÃO JOÃO DO PACUI	31	6265	8	(1.348.611,63)	8.413.623,97	-
MG	SÃO JOÃO DO PARAISO	31	6270	8	(1.047.905,58)	23.305.440,31	-
MG	SÃO JOÃO EVANGELISTA	31	6280	7	(1.934.668,95)	19.229.607,10	-
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	31	6290	6	(4.383.213,93)	27.621.791,26	-
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	171.330,66	41.304.015,02	0,41
MG	SÃO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(2.563.349,91)	31.165.265,32	-
MG	SÃO JOSE DA SAFIRA	31	6300	3	(1.877.782,02)	8.109.509,22	-
MG	SÃO JOSE DO ALEGRE	31	6320	1	-	6.899.214,09	-
MG	SÃO JOSE DO DIVINO	31	6330	0	848.388,04	7.871.777,40	10,78
MG	SÃO JOSE DO JACURI	31	6350	8	1.774.467,37	8.395.202,39	21,14
MG	SÃO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	(415.176,23)	6.855.934,57	-
MG	SÃO LOURENÇO	31	6370	6	9.842.374,85	62.065.541,96	15,86
MG	SÃO MIGUEL DO ANTA	31	6380	5	(1.077.917,98)	9.213.891,45	-
MG	SÃO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(2.079.851,94)	9.267.233,66	-
MG	SÃO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	928.167,71	8.613.151,05	10,78
MG	SÃO ROQUE DE MINAS	31	6430	8	3.989.992,57	11.362.100,43	35,12
MG	SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	(303.713,84)	8.645.340,33	-
MG	SÃO SEBASTIAO DO ANTA	31	6447	2	(1.841.023,55)	9.733.911,90	-
MG	SÃO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	139.589,79	7.526.947,81	1,85
MG	SÃO THOME DAS LETRAS	31	6520	6	(25.534,13)	9.425.487,65	-
MG	SÃO TIAGO	31	6500	8	(1.788.303,54)	11.155.772,86	-
MG	SÃO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	1.304.924,32	10.910.081,27	11,96
MG	SÃO VICENTE DE MINAS	31	6530	5	(2.252.536,35)	10.316.553,71	-
MG	SARDOA	31	6550	3	(431.512,11)	8.999.819,55	-
MG	SARZEDO	31	6553	7	(12.732.983,70)	45.424.038,74	-
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	(614.823,21)	7.665.621,57	-
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(1.187.391,45)	9.036.658,94	-
MG	SENADOR CORTES	31	6560	2	(1.210.867,94)	7.306.221,52	-
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(828.461,74)	6.309.091,61	-
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	31	6590	9	1.993.654,81	9.579.109,79	20,81
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(843.259,28)	8.992.048,82	-
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(437.913,29)	10.899.053,02	-
MG	SERITINGA	31	6640	2	(312.392,01)	6.324.291,80	-
MG	SERRA DA SAUDADE	31	6660	0	-	6.626.936,23	-
MG	SERRA DO SALITRE	31	6680	8	152.598,08	17.726.903,35	0,86
MG	SERRANIA	31	6690	7	(1.798.473,46)	10.320.141,81	-
MG	SERRANOS	31	6700	4	201.262,10	6.570.274,10	3,06
MG	SERRO	31	6710	3	(2.301.037,82)	21.655.311,38	-
MG	SETUBINHA	31	6555	2	(1.288.391,34)	12.546.873,14	-
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	135.591,05	6.664.074,17	2,03
MG	SILVIANOPOLIS	31	6740	0	-	9.509.611,90	-
MG	SIMONESIA	31	6760	8	1.532.074,48	19.184.297,58	7,99
MG	TABULEIRO	31	6790	5	(399.134,77)	7.437.037,84	-
MG	TAIOBEIRAS	31	6800	2	(4.323.859,26)	39.899.690,44	-
MG	TAPARUBA	31	6805	1	(839.076,73)	6.871.647,55	-
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	2.786.237,32	9.683.117,06	28,77
MG	TIRADENTES	31	6880	4	(2.194.008,69)	10.911.367,51	-
MG	TOLEDO	31	6910	9	(2.893.492,61)	8.878.682,03	-
MG	TOMBOS	31	6920	6	(1.734.683,77)	12.831.411,03	-
MG	TRES MARIAS	31	6935	6	5.225.612,94	58.646.193,12	8,91
MG	TUMIRITINGA	31	6950	5	380.493,00	11.145.006,44	3,41
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	8.022.947,93	39.930.694,19	20,09
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(710.777,45)	8.326.740,01	-
MG	UBAI	31	7000	8	(911.603,63)	14.178.116,40	-
MG	UBAPORANGA	31	7005	7	485.727,10	12.369.051,00	3,93
MG	UMBURATIBA	31	7030	5	(956.496,34)	7.400.013,70	-
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	594.166,62	10.277.708,35	5,78
MG	URUCANIA	31	7050	3	2.301.745,84	13.871.221,85	16,59
MG	URUCUIA	31	7052	9	(1.136.896,14)	15.647.179,56	-

MG	VARGEM ALEGRE	31	7057	8	-	9.918.695,17	-
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	582.210,02	7.630.516,41	7,63
MG	PARDO	31	7065	1	121.763,12	8.524.703,17	1,43
MG	VARZAO DE MINAS	31	7075	0	(855.883,38)	10.439.589,07	-
MG	VARZELANDIA	31	7090	9	1.280.890,91	20.237.670,05	6,33
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(635.091,29)	9.122.010,95	-
MG	VERISSIMO	31	7110	5	150.192,62	9.987.725,48	1,50
MG	VERMELHO NOVO	31	7115	4	(731.677,72)	8.655.543,71	-
MG	VIRGEM DA LAPA	31	7160	0	(146.811,38)	15.434.887,82	-
MG	VIRGINIA	31	7170	9	(885.927,59)	9.571.114,14	-
MG	VIRGINOPOLIS	31	7180	8	1.916.739,43	13.940.118,91	13,75
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	31	7200	4	2.126.487,47	40.405.080,04	5,26
MS	AGUA CLARA	50	20	3	(9.941.445,66)	42.256.741,76	-
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	-	19.747.244,02	-
MS	AMAMBAI	50	60	9	3.073.580,18	57.886.159,65	5,31
MS	ANASTACIO	50	70	8	(801.482,97)	30.535.179,82	-
MS	ANAUROLANDIA	50	80	7	963.366,93	18.942.330,76	5,09
MS	ANTONIO JOAO	50	90	6	(3.904.638,75)	17.208.851,04	-
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	(212.900,74)	43.816.787,22	-
MS	AQUIDAUANA	50	110	2	(9.469,33)	71.264.868,72	-
MS	BRASILANDIA	50	230	8	(14.275.858,32)	34.243.591,45	-
MS	CAARAPO	50	240	7	(2.163.432,61)	41.578.586,59	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	-	28.128.927,83	-
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	38.174.352,76	-
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	734.626,69	54.791.489,95	1,34
MS	COSTA RICA	50	325	6	(4.848.427,80)	55.110.954,37	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(4.511.488,22)	10.821.730,07	-
MS	INOCENCIA	50	440	3	(2.914.599,37)	21.760.453,57	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	(1.174.726,92)	30.128.020,61	-
MS	IVINHEMA	50	470	0	(2.065.413,60)	32.934.622,68	-
MS	JATEI	50	510	3	(1.442.395,15)	17.837.899,27	-
MS	JUTI	50	515	2	(623.441,67)	13.408.162,90	-
MS	LAGUNA CARAPA	50	525	1	807.502,24	19.885.246,40	4,06
MS	MIRANDA	50	560	8	7.577.538,59	41.294.371,21	18,35
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	(3.026.679,94)	36.518.817,07	-
MS	NOVA ANDRADINA	50	620	0	(5.403.541,38)	77.782.387,00	-
MS	PEDRO GOMES	50	640	8	2.429.651,30	15.646.697,40	15,53
MS	PORTO MURTINHO	50	690	3	(19.031.571,57)	34.953.431,64	-
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	(3.284.204,74)	51.513.538,23	-
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	(5.717.879,11)	69.436.195,84	-
MS	ROCHEDO	50	750	5	(50.981,04)	12.119.595,77	-
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(3.456.492,49)	25.228.901,00	-
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	50	769	5	369.046,07	55.462.212,41	0,67
MS	SELVIRIA	50	780	2	(2.315.553,36)	20.886.327,54	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	2.552.328,25	82.390.802,60	3,10
MS	SONORA	50	793	5	-	32.057.396,69	-
MS	TAQUARUSSU	50	797	6	(936.883,46)	13.918.747,59	-
MS	VICENTINA	50	840	4	(1.337.061,35)	12.426.926,72	-
MT	CANARANA	51	270	2	107.610,68	32.182.462,17	0,33
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	433.313,19	8.416.278,61	5,15
MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	51	550	7	(1.373.497,97)	24.847.723,72	-
PA	OURILANDIA DO NORTE	15	543	7	(8.438.973,30)	67.324.328,75	-
PA	TERRA SANTA	15	797	9	(2.241.080,65)	20.293.053,28	-
PA	XINGUARA	15	840	7	(9.847.682,47)	50.444.429,23	-
PB	BONITO DE SANTA FE	25	240	9	(313.266,80)	13.050.359,58	-
PB	BOQUEIRAO	25	250	8	10.556.059,07	19.937.564,99	52,95
PB	CARAUBAS	25	407	4	(515.617,64)	7.769.671,04	-
PB	CUITEGI	25	520	4	1.808.412,36	9.148.682,12	19,77
PB	EMAS	25	590	7	2.841.884,20	7.030.808,22	40,42
PB	ITATUBA	25	720	0	4.202.562,14	11.330.048,53	37,09
PB	MAE D'AGUA	25	870	3	(959.107,03)	7.700.985,05	-
PB	MATUREIA	25	939	6	-	9.311.066,24	-
PB	NOVA OLINDA	25	1020	4	4.536.971,73	8.321.120,86	54,52
PB	PILOEZINHOS	25	1170	7	1.304.960,37	8.058.675,31	16,19
PB	QUEIMADAS	25	1250	7	5.043.639,70	39.694.558,39	12,71

PB	SANTA LUZIA	25	1340	6	(1.562.575,23)	16.128.906,33	-
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	25	1350	5	2.327,53	8.677.279,08	0,03
PB	SANTARÉM	25	1365	3	3.585.953,82	9.566.041,29	37,49
PB	SÃO JOSE DE ESPINHARAS	25	1440	4	2.255.778,17	8.011.787,30	28,16
PB	TEIXEIRA	25	1670	6	579.055,67	16.738.888,34	3,46
PB	VARZEA	25	1710	0	(118.199,80)	6.947.639,03	-
PB	VIEIROPOLIS	25	1720	9	(924.760,29)	7.728.118,32	-
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	4.249.943,48	16.595.269,40	25,61
PE	BETANIA	26	180	5	(397.218,92)	16.779.283,84	-
PE	BODOCO	26	200	1	26.734.954,63	42.619.003,00	62,73
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(11.511.357,41)	36.271.077,90	-
PE	BREJÃO	26	240	7	249.346,83	14.578.068,25	1,71
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.429.156,22)	14.058.495,22	-
PE	CAETES	26	320	7	1.672.723,04	31.542.718,82	5,30
PE	CARNAIBA	26	390	0	711.631,92	24.763.776,59	2,87
PE	CASINHAS	26	415	5	(1.620.486,00)	22.173.330,46	-
PE	CUMARU	26	490	8	5.643.981,22	22.006.481,66	25,65
PE	FERREIROS	26	550	9	(580.964,66)	14.168.201,73	-
PE	FLORES	26	560	8	1.232.870,23	28.009.032,59	4,40
PE	GRANITO	26	630	9	(2.790.122,97)	12.835.188,69	-
PE	IGUARACI	26	690	3	(1.818.032,29)	14.232.997,54	-
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	4.083.194,00	28.819.864,03	14,17
PE	INGAZEIRA	26	710	9	(172.076,98)	10.048.194,20	-
PE	ITACURUBA	26	740	6	2.705.328,13	19.456.176,67	13,90
PE	ITAPETIM	26	770	3	(2.298.205,12)	18.077.426,22	-
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	(4.026.749,54)	38.575.524,83	-
PE	JATOBA	26	805	7	-	18.679.547,23	-
PE	MACAPARANA	26	900	6	(275.019,43)	27.972.454,78	-
PE	MACHADOS	26	910	5	(3.943.188,05)	16.368.832,17	-
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	(92.888,84)	18.502.859,28	-
PE	OROBO	26	970	9	12.291.524,89	29.526.466,83	41,63
PE	PASSIRA	26	1050	9	1.518.007,88	31.491.114,64	4,82
PE	PEDRA	26	1080	6	-	25.534.038,28	-
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	(349.700,80)	16.759.331,17	-
PE	QUIPAPA	26	1150	7	(2.500.277,77)	26.982.927,16	-
PE	QUIXABA	26	1153	3	3.871.499,71	11.020.220,77	35,13
PE	SANHARÓ	26	1240	6	(2.809.756,93)	23.723.594,20	-
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	23.509.486,56	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(1.834.258,34)	16.192.136,74	-
PE	SÃO JOÃO	26	1320	6	(1.091.157,31)	26.760.446,85	-
PE	SÃO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	(1.893.851,55)	24.202.741,95	-
PE	SÃO VICENTE FERRER	26	1380	0	427.444,00	22.983.838,86	1,86
PE	SERRITA	26	1400	6	(3.113.769,95)	26.757.216,62	-
PE	SERTANIA	26	1410	5	(1.043.802,60)	40.531.656,79	-
PE	TACARATU	26	1480	8	(2.546.759,25)	22.129.755,86	-
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.462.625,38)	19.163.661,96	-
PE	VENTUROSA	26	1600	1	872.438,71	20.460.105,03	4,26
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	120.652,11	14.443.213,00	0,84
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(1.812.369,19)	12.499.261,38	-
PI	ÁGUA BRANCA	22	20	2	(4.783.947,04)	20.640.793,82	-
PI	ALTO LONGA	22	30	1	(2.015.073,45)	14.719.733,90	-
PI	CAMPO MAIOR	22	220	8	(1.603.568,80)	42.828.021,34	-
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	22	667	0	(2.406.155,33)	9.744.944,43	-
PI	MURICI DOS PORTELAS	22	669	6	675.599,82	9.767.698,20	6,92
PI	SÃO LUIS DO PIAUI	22	1037	5	(199.076,25)	5.526.219,20	-
PR	ABATIA	41	10	3	3.575.209,08	9.428.050,23	37,92
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	3.748.133,26	12.356.290,42	30,33
PR	AGUDOS DO SUL	41	30	1	1.285.475,62	9.766.049,42	13,16
PR	ALTO PARAISO	41	2862	5	718.116,13	11.662.158,63	6,16
PR	ALTO PARANA	41	60	8	(1.952.255,31)	15.929.728,54	-
PR	ALTO PIQUIRI	41	70	7	710.609,33	13.111.727,00	5,42
PR	ALTONIA	41	50	9	3.417.834,64	27.600.524,94	12,38
PR	AMAPORA	41	90	5	(2.285.472,57)	8.561.060,18	-
PR	AMPERE	41	100	2	(338.227,12)	21.991.102,78	-
PR	ANDIRA	41	110	1	11.257.731,10	30.643.133,01	36,74
PR	ANGULO	41	115	0	(325.025,93)	7.343.517,51	-

PR	ANTONIO OLINTO	41	130	9	(342.069,50)	10.356.372,05	-
PR	ARAPOTI	41	160	6	4.158.176,92	39.587.388,70	10,50
PR	ARAPUA	41	165	5	(699.303,43)	7.845.506,52	-
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	(71.956,15)	7.243.461,62	-
PR	ASSAI	41	190	3	(2.342.398,38)	21.150.313,18	-
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	2.521.654,04	45.065.186,08	5,60
PR	ASTORGA	41	210	9	2.161.347,07	30.148.096,32	7,17
PR	ATALAIA	41	220	8	(2.050.518,94)	8.168.902,76	-
PR	BALSA NOVA	41	230	7	(4.965.175,91)	24.655.131,89	-
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	6.272.666,39	34.973.598,58	17,94
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	1.486.587,50	17.328.982,87	8,58
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	(402.430,06)	7.180.891,80	-
PR	BELA VISTA DO PARAISO	41	280	2	624.676,19	19.241.761,66	3,25
PR	BITURUNA	41	290	1	(143.747,43)	27.920.360,29	-
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	(361.521,26)	10.793.711,48	-
PR	BOA ESPERANCA DO IGUAÇU	41	302	4	(866.196,27)	9.080.051,33	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.165.370,75	14.435.181,62	15,00
PR	BOM JESUS DO SUL	41	315	6	(763.138,21)	8.579.550,67	-
PR	BOM SUCESSO	41	320	6	2.693.130,15	10.051.303,29	26,79
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	1.553.034,22	9.668.082,69	16,06
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	4.695.996,57	10.407.472,63	45,12
PR	BRASILÂNDIA DO SUL	41	337	0	(559.607,95)	8.995.196,63	-
PR	CAFELÂNDIA	41	345	3	792.205,14	25.924.691,45	3,06
PR	CAFEZAL DO SUL	41	347	9	1.097.649,70	7.717.265,70	14,22
PR	CALIFORNIA	41	350	3	60.875,68	9.863.991,82	0,62
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	8.535.996,53	19.630.649,73	43,48
PR	CAMPINA DO SIMÃO	41	395	8	(900.099,67)	8.349.269,71	-
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	1.851.738,63	54.334.865,30	3,41
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	(425.505,64)	32.072.498,50	-
PR	CANDOI	41	442	8	(16.021.326,01)	31.422.937,87	-
PR	CANTAGALO	41	445	1	3.163.571,63	16.040.087,83	19,72
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	41	460	0	(509.181,90)	21.570.232,18	-
PR	CARAMBÉI	41	465	9	3.470.433,35	37.763.369,10	9,19
PR	CARLOPOLIS	41	470	9	3.116.893,97	16.584.231,88	18,79
PR	CATANDUVAS	41	500	3	3.136.755,81	14.957.399,49	20,97
PR	CEU AZUL	41	530	0	(4.074.870,44)	23.929.646,78	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	1.752.879,33	39.089.682,52	4,48
PR	CLEVELÂNDIA	41	570	6	1.724.545,11	21.119.234,35	8,17
PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	41	610	0	(498.262,21)	7.278.457,33	-
PR	CONTENDA	41	620	9	(4.858.383,13)	18.797.797,76	-
PR	CORBELIA	41	630	8	2.396.489,68	23.421.384,17	10,23
PR	CORNELIO PROCOPIO	41	640	7	15.620.697,04	56.794.139,09	27,50
PR	CORONEL VÍVIDA	41	650	6	(1.864.113,61)	28.862.083,53	-
PR	CORUMBATAI DO SUL	41	655	5	(897.495,00)	7.772.145,64	-
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	5.142.396,00	33.401.016,73	15,40
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	554.831,72	12.078.612,68	4,59
PR	CRUZEIRO DO OESTE	41	660	5	1.010.828,70	27.616.986,17	3,66
PR	CRUZMALTINA	41	685	2	(924.427,14)	7.646.936,06	-
PR	DIAMANTE DO OESTE	41	715	7	(136.879,47)	9.860.624,27	-
PR	DIAMANTE DO SUL	41	712	4	16.260,74	7.932.889,19	0,20
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	1.008.815,95	47.801.635,67	2,11
PR	DOURADINA	41	725	6	(3.468.019,02)	13.733.257,16	-
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	2.955.349,80	8.680.806,57	34,04
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(999.482,53)	12.416.084,42	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(359.469,85)	13.725.968,65	-
PR	ESPERANCA NOVA	41	752	0	(1.630.362,45)	6.628.285,11	-
PR	FAROL	41	755	3	949.548,10	8.482.276,48	11,19
PR	FENIX	41	770	2	2.404.619,64	8.940.464,57	26,90
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	6	(1.281.793,44)	11.929.487,16	-
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	847.593,74	10.057.364,90	8,43
PR	FLORAI	41	780	1	(756.733,64)	9.022.538,98	-
PR	FLORESTÓPOLIS	41	800	7	8.299.419,20	13.076.871,67	63,47
PR	FLORIDA	41	810	6	296.600,16	7.054.043,41	4,20
PR	FORMOSA DO OESTE	41	820	5	2.991.614,38	11.842.319,87	25,26
PR	GENERAL CARNEIRO	41	850	2	154.665,53	18.177.581,27	0,85

PR	GODOY MOREIRA	41	855	1	(54.355,56)	6.887.575,11	-
PR	GOIOERE	41	860	1	(2.656.641,34)	37.318.465,47	-
PR	GUAIRA	41	880	9	(11.524.827,00)	41.448.474,42	-
PR	GUAPOREMA	41	910	4	245.006,35	7.306.063,32	3,35
PR	GUARACI	41	920	3	(371.337,09)	8.985.756,52	-
PR	GUARANIACU	41	930	2	1.473.569,36	23.096.565,86	6,38
PR	HONORIO SERPA	41	965	8	(23.532,23)	11.031.164,28	-
PR	IBEMA	41	975	7	387.761,62	9.748.092,51	3,98
PR	IBIPORA	41	980	7	(11.751.710,77)	68.263.948,04	-
PR	ICARAIMA	41	990	6	1.170.185,26	13.217.145,30	8,85
PR	IGUARACU	41	1000	3	838.697,48	9.512.629,67	8,82
PR	IGUATU	41	1005	2	218.452,94	6.705.222,88	3,26
PR	INACIO MARTINS	41	1020	1	(42.956,30)	16.434.206,28	-
PR	IPIRANGA	41	1050	8	(166.756,24)	21.351.329,63	-
PR	IPORA	41	1060	7	1.364.642,39	21.401.044,95	6,38
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	35.145,78	6.742.433,29	0,52
PR	IRETAMA	41	1080	5	3.654.747,84	16.018.987,13	22,82
PR	ITAIPULANDIA	41	1095	3	(7.343.121,44)	37.136.858,36	-
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	(560.153,13)	10.990.757,62	-
PR	ITAMBE	41	1110	0	859.806,16	9.965.982,98	8,63
PR	ITAPEJARA DO OESTE	41	1120	9	(952.601,18)	17.034.283,46	-
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(726.337,86)	22.436.879,93	-
PR	ITALUNA DO SUL	41	1130	8	382.269,86	5.604.081,87	5,79
PR	IVAI	41	1140	7	1.358.077,04	14.842.566,97	9,15
PR	IVAIPORA	41	1150	6	5.617.886,40	29.577.695,07	18,99
PR	IVATE	41	1155	5	2.299.653,13	11.073.479,27	20,77
PR	IVATUBA	41	1160	5	(590.161,76)	7.430.786,12	-
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	-	47.693.573,09	-
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(7.849.663,84)	45.784.711,94	-
PR	JAPURA	41	1240	5	(796.982,43)	11.801.358,84	-
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	(1.455.802,58)	15.851.524,66	-
PR	JESUITAS	41	1275	1	1.947.879,63	12.188.705,94	15,98
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	(603.789,29)	15.176.330,63	-
PR	JURANDA	41	1295	9	(1.490.214,71)	11.692.492,03	-
PR	KALORE	41	1310	6	3.751.038,46	7.883.760,60	47,58
PR	LAPA	41	1320	5	(593.211,15)	58.704.479,16	-
PR	ARANJAL	41	1325	4	211.504,35	9.325.359,57	2,27
PR	ARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	3.859.813,00	35.043.732,70	11,01
PR	LINDOESTE	41	1345	2	(572.113,73)	9.412.791,19	-
PR	LOANDA	41	1350	2	(2.162.032,54)	25.468.172,28	-
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	3.489.957,82	9.495.963,96	36,75
PR	MALLET	41	1390	8	9.463.843,86	15.854.296,68	59,69
PR	MAMBORE	41	1400	5	(2.108.979,92)	23.228.778,36	-
PR	MANDAGUACU	41	1410	4	(1.678.447,06)	23.442.812,80	-
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	14.649.816,73	46.186.653,28	31,72
PR	MARIALVA	41	1480	7	4.679.605,96	40.756.871,91	11,48
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	(817.866,38)	15.549.192,69	-
PR	MARILENA	41	1500	2	734.783,06	10.193.579,70	7,21
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.942.767,03	14.972.293,68	19,65
PR	MARIOPOLIS	41	1530	9	(1.205.454,63)	12.976.712,72	-
PR	MARIPA	41	1535	8	(3.656.226,84)	13.786.969,52	-
PR	MARMELEIRO	41	1540	8	(1.543.139,74)	20.720.779,08	-
PR	MATINHOS	41	1570	5	(11.356.094,60)	57.638.438,95	-
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	8.342.268,05	49.730.900,86	16,77
PR	MERCEDES	41	1585	3	(860.359,85)	13.185.290,10	-
PR	MISSAL	41	1605	9	(2.461.905,26)	20.634.930,88	-
PR	MOREIRA SALES	41	1610	9	416.893,71	16.528.919,52	2,52
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	41	1640	6	4.504.866,73	7.705.094,68	58,47
PR	NOVA ALIANCA DO IVAI	41	1650	5	271.531,80	6.467.110,91	4,20
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	41	1660	4	(20.817,47)	7.952.352,60	-
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	498.242,64	28.270.076,25	1,76
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	(630.808,83)	9.035.866,09	-
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	4.641.203,85	16.970.629,44	27,35
PR	NOVA PRATA DO IGUAÇU	41	1725	5	3.402.754,35	19.457.563,57	17,49
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	31.054,20	8.429.893,14	0,37

PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	205.680,59	14.907.318,10	1,38
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	(21.091,69)	10.523.810,63	-
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	(537.238,28)	7.189.942,00	-
PR	ORTIGUEIRA	41	1730	5	(9.104.563,70)	33.689.475,15	-
PR	PALMAS	41	1760	2	5.100.151,66	51.415.800,86	9,92
PR	PALMEIRA	41	1770	1	4.495.375,92	42.115.042,30	10,67
PR	PALOTINA	41	1790	9	(2.382.356,30)	43.357.202,92	-
PR	PARAISO DO NORTE	41	1800	6	1.056.982,68	15.299.833,77	6,91
PR	PATO BRAGADO	41	1845	1	(1.711.907,56)	15.648.992,46	-
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	(285.789,82)	8.802.478,65	-
PR	PAULO FRONTIN	41	1870	9	394.700,44	9.452.877,41	4,18
PR	PEROLA	41	1890	7	(1.808.248,97)	12.929.892,91	-
PR	PIEN	41	1910	3	(290.692,65)	20.596.451,28	-
PR	PINHALAO	41	1920	2	(1.427.541,03)	9.609.789,05	-
PR	PITANGA	41	1960	8	7.018.607,56	38.472.463,83	18,24
PR	PITANGUEIRAS	41	1965	7	64.425,20	7.658.626,97	0,84
PR	PLANALTO	41	1980	6	(1.197.615,55)	16.563.058,16	-
PR	PONTAL DO PARANA	41	1995	4	(20.206.331,98)	37.900.511,00	-
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(9.337,36)	8.383.175,48	-
PR	PORTO RICO	41	2020	0	(1.173.738,98)	8.179.210,00	-
PR	PORTO VITORIA	41	2030	9	1.687.914,85	8.737.595,42	19,32
PR	PRADO FERREIRA	41	2033	3	(757.245,87)	7.397.430,61	-
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(694.012,49)	9.596.148,36	-
PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	41	2040	8	(764.945,06)	8.826.753,05	-
PR	PRUDENTOPOLIS	41	2060	6	2.082.187,42	51.875.431,25	4,01
PR	QUARTO CENTENARIO	41	2065	5	433.047,70	10.267.865,28	4,22
PR	QUATRO BARRAS	41	2080	4	(790.240,70)	37.915.573,85	-
PR	QUATRO PONTES	41	2085	3	(2.894.882,87)	9.786.018,12	-
PR	QUEDAS DO IGUAU	41	2090	3	1.780.564,27	38.484.975,98	4,63
PR	QUERENCIA DO NORTE	41	2100	0	2.229.108,70	15.893.321,48	14,03
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	1.641.256,83	18.509.209,36	8,87
PR	RAMILANDIA	41	2125	7	(345.553,41)	9.238.544,49	-
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	(169.460,18)	7.904.149,29	-
PR	REALEZA	41	2140	6	(2.075.231,97)	19.746.055,22	-
PR	REBOUCAS	41	2150	5	726.800,95	17.188.958,95	4,23
PR	RENASCENCA	41	2160	4	(44.749,32)	12.357.244,79	-
PR	RESERVA DO IGUAU	41	2175	2	(2.633.082,30)	17.192.540,13	-
PR	RIBEIRAO CLARO	41	2180	2	(3.576.211,39)	19.950.699,43	-
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(4.169.200,65)	18.901.549,08	-
PR	RIO BOM	41	2210	7	4.637.388,77	7.122.567,14	65,11
PR	RIO BONITO DO IGUAU	41	2215	6	(3.570.889,82)	26.461.308,79	-
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(4.908.860,67)	41.026.055,41	-
PR	RONDON	41	2260	2	(1.333.349,73)	14.146.059,46	-
PR	SABAUDIA	41	2270	1	1.023.462,89	11.060.289,54	9,25
PR	SALGADO FILHO	41	2280	0	28.988,54	8.575.302,98	0,34
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	3.753.774,61	17.236.958,77	21,78
PR	SANTA AMELIA	41	2310	5	2.386.385,09	7.008.696,51	34,05
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	41	2330	3	1.344.656,58	10.385.227,45	12,95
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(14.650.048,19)	64.127.742,60	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.034.575,05	17.323.602,14	5,97
PR	SANTA MARIA DO OESTE	41	2385	7	1.059.139,48	14.535.052,45	7,29
PR	SANTA MONICA	41	2395	6	(93.755,17)	8.870.401,00	-
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	41	2402	0	(35.380,71)	14.090.231,77	-
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	(9.118.796,97)	35.818.999,39	-
PR	SANTANA DO ITARARE	41	2400	4	(818.900,80)	8.431.034,48	-
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	12.061.873,01	45.061.544,94	26,77
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	41	2420	2	504.454,40	6.932.772,25	7,28
PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	41	2430	1	580.935,18	8.233.909,01	7,06
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	2.195.790,10	23.350.745,77	9,40
PR	SAO JOAO	41	2480	6	(1.250.146,12)	17.084.596,39	-
PR	SAO JOAO DO TRIUNFO	41	2510	0	(2.381.859,49)	17.020.651,60	-

PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(8.161.798,93)	30.560.667,79	-
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	(425.616,49)	14.553.067,77	-
PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	41	2540	7	202.883,51	10.188.077,86	1,99
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	(318.770,44)	7.403.697,87	-
PR	SAO MANOEL DO PARANA	41	2555	5	(3.140.432,43)	8.868.077,76	-
PR	SAO MATEUS DO SUL	41	2560	5	(539.189,06)	51.786.798,17	-
PR	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	41	2570	4	(2.042.730,17)	50.571.758,22	-
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	4.521.536,34	10.903.772,76	41,47
PR	SAPOPEMA	41	2620	7	1.255.531,98	9.414.633,93	13,34
PR	SAUDADE DO IGUAÇU	41	2627	2	173.778,33	16.218.926,88	1,07
PR	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	(447.945,89)	13.376.928,78	-
PR	SERTANEJA	41	2640	5	714.161,88	14.380.576,45	4,97
PR	SERTANOPOLIS	41	2650	4	5.861.078,48	24.866.991,12	23,57
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	(2.423.475,94)	21.158.421,73	-
PR	SULINA	41	2665	2	(13.433,35)	8.958.552,43	-
PR	TAMBOARA	41	2670	2	1.983.957,97	7.969.996,84	24,89
PR	TAPEJARA	41	2680	1	5.441.752,32	20.586.753,08	26,43
PR	TAPIRA	41	2690	0	(1.711.606,46)	10.746.819,60	-
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(36.591,85)	15.187.899,22	-
PR	TERRA BOA	41	2720	5	(2.142.755,85)	19.892.591,99	-
PR	TERRA RICA	41	2730	4	3.163.972,67	18.913.877,83	16,73
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	2.797.754,49	22.965.440,85	12,18
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	1.440.603,85	20.201.449,94	7,13
PR	TRES BARRAS DO PARANA	41	2785	8	174.167,76	21.132.793,29	0,82
PR	TUNAS DO PARANA	41	2788	2	(932.810,60)	12.043.077,76	-
PR	TURVO	41	2796	5	(1.016.507,25)	20.228.483,30	-
PR	UNIFLOR	41	2830	2	56.287,68	6.654.809,73	0,85
PR	VENTANIA	41	2853	4	401.057,75	14.467.681,27	2,77
PR	VERE	41	2860	9	706.600,74	13.016.082,03	5,43
PR	VITORINO	41	2870	8	(1.691.517,77)	11.266.610,06	-
PR	WENCESLAU BRAZ	41	2880	0	1.338.207,58	20.798.947,02	6,43
PR	XAMBRE	41	2880	7	3.417.519,57	9.138.474,48	37,40
RJ	CANTAGALO	33	110	8	(3.741.334,40)	52.667.314,50	-
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	(50.969.243,10)	177.534.911,50	-
RJ	ITALVA	33	205	6	(627.275,30)	34.520.052,81	-
RJ	ITAOCARA	33	210	6	3.419.005,40	40.825.839,70	8,37
RJ	ITATIAIA	33	225	4	3.628.183,00	81.292.295,80	4,46
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	(3.679.514,30)	156.389.502,80	-
RJ	PARAIBA DO SUL	33	370	8	(2.257.840,60)	63.705.913,70	-
RJ	PATY DO ALFERES	33	385	6	(9.153.344,20)	50.545.351,80	-
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(36.928.031,90)	155.410.184,30	-
RJ	QUATIS	33	412	8	(9.234.664,90)	35.998.452,30	-
RJ	QUISSAMA	33	415	1	(35.293.965,50)	197.353.380,20	-
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	2.683.855,00	38.573.837,40	6,96
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	33	470	6	17.286.551,80	72.462.373,30	23,86
RJ	SUMIDOURO	33	570	3	(12.690.197,90)	41.441.320,10	-
RJ	TANGUA	33	575	2	(24.417.430,50)	52.654.811,50	-
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(751.948,20)	71.773.132,40	-
RN	ACARI	24	10	9	8.838.153,73	13.416.023,57	65,88
RN	AUGUSTO SEVERO	24	130	5	2.572.013,00	11.476.317,00	22,41
RN	BAIA FORMOSA	24	140	4	3.884.901,66	16.164.248,10	24,03
RN	CRUZETA	24	300	4	(167.604,65)	9.661.807,31	-
RN	IPANGUACU	24	470	5	(1.634.691,91)	19.136.272,95	-
RN	JARDIM DE PIRANHAS	24	560	3	1.923.079,64	16.956.638,76	11,34
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	(901.075,25)	13.095.966,49	-
RN	JUCURUTU	24	610	6	6.342.684,24	22.702.176,27	27,94
RN	LAJES	24	670	0	(2.952.080,38)	14.456.309,34	-
RN	PARELHAS	24	890	4	382.418,28	21.461.178,68	1,78
RN	PORTO DO MANGUE	24	1025	6	(1.376.529,18)	13.972.524,16	-
RN	SAO JOAO DO SABUGI	24	1210	4	773.380,51	7.964.883,62	9,71
RN	SAO JOSE DO SERIDO	24	1240	1	(274.925,27)	8.084.298,70	-
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	24	1340	9	(1.125.754,32)	10.553.336,41	-
RN	TANGARA	24	1400	1	3.425.947,08	17.929.700,03	19,11
RN	TOUROS	24	1440	7	5.043.751,73	37.882.398,70	13,31
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	(455.768,63)	37.778.197,96	-

RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.894.787,06)	20.272.170,48	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(3.931.059,93)	24.977.002,62	-
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(5.938.125,76)	26.574.154,11	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(5.382.883,35)	13.165.686,20	-
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(1.278.945,06)	9.967.991,27	-
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(2.990.648,27)	23.279.245,21	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(13.080.456,75)	38.566.921,64	-
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	11	14	8	(5.998.932,34)	27.421.455,81	-
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	(3.129.052,68)	10.698.209,04	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(1.012.160,38)	9.311.522,75	-
RO	SAO FRANCISCO DO						
RO	GUAPORE	11	149	2	(7.603.835,26)	29.566.727,58	-
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	11	32	0	(5.146.884,89)	32.063.830,37	-
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(3.767.575,23)	19.461.560,17	-
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(3.057.570,20)	16.907.483,51	-
RS	ACEGUA	43	3	4	(3.214.716,35)	13.069.132,31	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	184.509,85	10.707.544,48	1,72
RS	AGUDO	43	10	9	(878.398,86)	26.712.716,12	-
RS	AJURICABA	43	20	8	-	13.061.977,41	-
RS	ALECRIM	43	30	7	(2.557.674,61)	9.849.651,16	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO						
RS	SUL	43	47	1	(1.161.546,34)	8.012.168,70	-
RS	ALPESTRE	43	50	5	(3.830.354,42)	15.957.882,63	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(2.595.715,54)	8.771.202,84	-
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	618.423,72	10.550.787,08	5,86
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(330.301,00)	11.929.048,00	-
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.665.568,89)	6.611.881,88	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(303.593,42)	11.989.711,58	-
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	(318.780,11)	21.230.021,61	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	(1.762.968,74)	10.039.749,39	-
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.734.581,78)	33.858.797,65	-
RS	ARROIO DO MEIO	43	100	8	644.681,96	33.279.144,74	1,94
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(574.216,30)	20.752.925,38	-
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	258.698,53	17.503.695,37	1,48
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(961.415,20)	19.020.202,58	-
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	(1.479.530,75)	26.494.630,36	-
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	(712.079,41)	15.450.820,01	-
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(2.335.054,88)	13.586.039,00	-
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	(1.018.672,19)	28.345.784,43	-
RS	BARAO	43	165	1	1.104.371,00	10.528.352,00	10,49
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(2.574.393,00)	12.131.347,00	-
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(2.780.678,29)	8.437.626,49	-
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.554.583,43)	12.295.781,55	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(254.837,17)	7.636.582,96	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(249.225,79)	9.401.418,83	-
RS	BARRACAO	43	180	0	961.863,41	12.498.680,30	7,70
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	519.337,33	17.470.844,02	2,97
RS	BENJAMIN CONSTANT DO						
RS	SUL	43	205	5	(1.241.871,43)	8.068.391,75	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	(100.011,16)	9.133.701,75	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	678.433,34	12.020.205,62	5,64
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(609.452,60)	10.061.149,35	-
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	-	10.093.574,92	-
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(2.739.137,43)	11.544.575,41	-
RS	BOM JESUS	43	230	3	10.451.504,85	17.138.293,75	60,98
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.032.336,07	21.972.659,99	4,70
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(470.840,17)	7.197.313,92	-
RS	BOSSOROCA	43	250	1	67.190,58	13.527.631,56	0,50
RS	BOZANO	43	258	4	(1.578.307,71)	7.035.794,81	-
RS	BRAGA	43	260	0	143.047,04	9.552.696,22	1,50
RS	BROCHIER	43	265	9	(877.013,83)	10.009.170,11	-
RS	BUTIA	43	270	9	5.475.281,94	26.278.952,73	20,84
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(2.202.953,39)	44.030.065,23	-
RS	CACEQUI	43	290	7	4.574.789,73	19.228.317,11	23,79
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(616.363,97)	8.997.173,03	-

RS	CAIBATE	43	330	1	(579.217,60)	9.566.871,07	-
RS	CAICARA	43	340	0	1.383.412,79	9.588.068,87	14,43
RS	CAMARGO	43	355	8	(34.880.619,18)	9.787.006,17	-
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	(2.500.944,54)	10.129.834,84	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.608.659,90)	10.651.335,93	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(2.933.362,43)	11.812.612,95	-
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(1.144.062,75)	10.916.988,81	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	11.922.390,34	35.123.713,91	33,94
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	(679.920,44)	11.377.594,21	-
RS	CANDIOTA	43	435	8	54.347,31	34.978.460,22	0,16
RS	CANELA	43	440	8	(10.365.393,79)	67.811.572,80	-
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(783.572,65)	8.183.808,44	-
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(11.906.071,03)	79.632.357,19	-
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	-	11.201.616,70	-
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	738.192,91	14.355.273,74	5,14
RS	CAPITAO	43	469	7	(574.389,79)	10.368.240,68	-
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(4.700.378,66)	12.585.107,53	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(9.974.233,44)	50.514.272,70	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(168.551,65)	6.313.034,37	-
RS	CASCA	43	490	3	(3.872.070,56)	15.598.212,66	-
RS	CASEIROS	43	495	2	469.184,40	8.593.284,16	5,46
RS	CATUIPE	43	500	9	(1.088.930,43)	14.139.741,87	-
RS	CENTENARIO	43	511	6	(2.312.962,19)	8.467.306,01	-
RS	CERRO BRANCO	43	513	2	211.743,70	10.023.332,67	2,11
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(877.491,00)	7.154.243,00	-
RS	CERRO LARGO	43	520	7	155.336,06	18.837.906,62	0,82
RS	CHAPADA	43	530	6	(3.157.937,01)	16.881.143,12	-
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	11.056.644,20	60.505.803,87	18,27
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.175.542,00)	8.220.149,00	-
RS	CHIAPETTA	43	540	5	1.676.374,83	10.547.260,39	15,89
RS	CHUVISCA	43	544	7	(1.137.924,94)	9.761.773,10	-
RS	CIDREIRA	43	545	4	3.847.096,75	28.702.989,70	13,40
RS	CIRIACO	43	550	4	(773.119,45)	9.955.148,82	-
RS	COLINAS	43	558	7	(827.465,98)	8.272.033,49	-
RS	COLORADO	43	560	3	(4.860.536,69)	10.399.395,37	-
RS	CONDOR	43	570	2	(1.098.077,54)	13.685.102,54	-
RS	CONSTANTINA	43	580	1	(1.078.544,46)	15.945.583,66	-
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(507.107,18)	7.183.492,49	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(2.098.666,40)	8.752.821,24	-
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(4.904.589,91)	7.298.252,84	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(597.044,00)	9.381.288,00	-
RS	COXILHA	43	597	5	(1.755.875,94)	9.158.499,85	-
RS	CRISIIUMAL	43	600	7	(1.323.928,81)	21.314.990,54	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(2.321.707,26)	10.778.437,15	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	798.745,96	16.894.043,17	4,73
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.132.805,91)	9.593.679,30	-
RS	DERRUBADAS	43	632	0	(1.716.527,04)	10.190.262,08	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(10.501.701,38)	43.563.594,72	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.679.488,74)	23.120.375,71	-
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(8.553.274,58)	51.928.476,52	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(1.260.510,47)	7.403.454,94	-
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	747.763,43	8.171.008,29	9,15
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(1.411.056,00)	11.619.575,00	-
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(589.831,36)	7.447.006,35	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(8.258.891,25)	64.030.677,53	-
RS	ENCANTADO	43	680	9	(1.972.609,42)	32.684.040,51	-
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	(2.343.036,68)	36.112.529,63	-
RS	ENGENHO VELHO	43	692	4	(3.097.768,20)	7.228.526,78	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(4.849.642,63)	11.569.355,49	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	(566.756,23)	13.628.417,27	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	(388.898,31)	10.223.316,58	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(864.298,47)	9.883.517,69	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.396.184,00)	11.045.262,00	-
RS	ESPERANCA DO SUL	43	745	0	(2.180.198,34)	8.741.460,42	-
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(5.013.017,48)	67.135.218,78	-

RS	ESTRELA	43	780	7	(8.335.777,73)	51.122.333,07	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-	9.228.316,92	-
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	-	8.940.871,70	-
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(183.514,53)	7.796.009,69	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(1.413.978,00)	9.973.756,00	-
RS	FELIZ	43	810	2	(5.897.324,59)	21.692.978,43	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(13.827.208,89)	47.869.962,13	-
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	688.274,68	7.023.705,98	9,80
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(2.092.429,45)	19.489.752,03	-
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(2.422.638,67)	11.133.174,69	-
RS	FORTALEZA DOS VALOS	43	845	8	520.592,16	15.518.438,74	3,35
RS	GARIBALDI	43	860	7	(9.948.255,84)	51.806.357,64	-
RS	GARRUCHOS	43	865	6	(3.134.922,53)	13.452.598,90	-
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.768.492,71)	10.816.319,01	-
RS	GENERAL CAMARA	43	880	5	186.249,97	10.323.557,06	1,80
RS	GENTIL	43	885	4	(966.955,47)	7.872.732,35	-
RS	GIRUA	43	900	1	(330.562,96)	31.958.600,30	-
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.529.482,08)	18.168.616,24	-
RS	GRAMADO	43	910	0	(7.406.485,40)	78.907.122,91	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	976.562,56	7.462.819,08	13,09
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(1.276.201,05)	9.667.164,64	-
RS	GUABIJU	43	925	8	(1.291.487,62)	6.723.378,98	-
RS	GUARANI DAS MISSOES	43	950	6	1.151.275,49	12.186.435,40	9,45
RS	HARMONIA	43	955	5	632.696,30	11.769.564,31	5,38
RS	HERVAL	43	710	4	-	12.448.433,32	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.786.787,23)	8.318.517,87	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(3.143.412,72)	33.431.202,05	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.361.621,13)	12.266.679,81	-
RS	HUMAITA	43	970	4	(2.396.997,54)	10.191.634,49	-
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.146.824,92)	9.671.564,15	-
RS	IBIACA	43	980	3	564.316,28	10.948.870,31	5,15
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	(375.602,35)	12.655.992,43	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(883.219,82)	9.819.466,35	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	594.114,29	29.743.993,26	2,00
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(2.537.891,41)	8.964.150,70	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	60.562,06	11.473.988,91	0,53
RS	IPE	43	1043	9	907.315,28	12.709.888,72	7,14
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(2.257.497,10)	8.049.371,08	-
RS	IRAI	43	1050	4	74.647,76	10.576.301,04	0,71
RS	ITAARA	43	1053	8	(2.469.403,19)	9.753.948,58	-
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(628.014,75)	7.055.259,93	-
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	1.162.386,27	9.461.235,88	12,29
RS	IVORA	43	1075	1	(1.097.065,36)	6.688.609,79	-
RS	IVOTI	43	1080	1	(6.860.319,04)	31.980.713,21	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	-	7.303.493,74	-
RS	JACUTINGA	43	1090	0	(1.885.586,80)	8.580.049,08	-
RS	JAGUARI	43	1110	6	369.652,42	15.413.961,37	2,40
RS	JARI	43	1113	0	(3.172.197,49)	9.056.995,14	-
RS	JOIA	43	1115	5	(1.116.678,76)	17.824.729,78	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(2.168.880,44)	33.460.131,22	-
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(1.949.948,46)	6.501.245,81	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(898.861,84)	7.775.036,45	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	376.454,19	6.660.776,66	5,65
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(1.696.544,61)	14.788.485,92	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(689.971,42)	10.110.386,59	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(208.040,75)	9.864.587,14	-
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(4.213.146,42)	6.819.366,99	-
RS	MACAMBARA	43	1171	8	192.395,83	12.690.836,94	1,52
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(6.179.939,65)	13.214.673,56	-
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(437.388,94)	13.937.371,04	-
RS	MAQUINE	43	1177	5	(20.126.416,58)	13.442.751,95	-
RS	MARATA	43	1179	1	(3.374.181,80)	8.662.421,06	-
RS	MARAU	43	1180	9	(8.527.602,65)	63.366.333,79	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(2.007.644,53)	10.411.967,92	-
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	(1.986,93)	13.440.337,16	-
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(2.052.504,10)	8.948.555,57	-
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(4.781.408,55)	9.999.049,63	-

RS	MATA	43	1210	4	(486.530,05)	9.397.945,77	-
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	(865.556,21)	8.923.830,83	-
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	1.217.087,83	10.605.588,61	11,48
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(570.051,56)	7.293.136,70	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(1.477.252,40)	10.224.525,83	-
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(4.155.896,26)	12.668.618,06	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.461.289,32	8.516.386,01	28,90
RS	MONTAURI	43	1235	1	(2.246.002,59)	7.433.837,28	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	25.547,89	9.318.088,59	0,27
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(1.622.682,12)	8.624.632,36	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.522.878,57)	8.238.456,32	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(1.054.308,29)	7.032.593,63	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(4.238.735,51)	10.049.934,51	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	814.066,45	11.333.249,41	7,18
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(1.953.651,86)	21.267.412,94	-
RS	MUCUM	43	1260	9	1.293.957,73	10.198.713,13	12,69
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(840.060,70)	11.678.583,95	-
RS	MULTERNO	43	1262	5	(1.183.306,88)	7.758.665,34	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(11.348.026,05)	16.674.367,64	-
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.530.788,61)	7.456.293,90	-
RS	NONOAI	43	1270	8	2.852.111,92	17.503.744,15	16,29
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(41.209,40)	10.319.488,04	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.689.744,36)	11.279.619,49	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(3.425.540,38)	18.059.310,00	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	(1.022.852,42)	7.985.033,23	-
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(870.090,85)	8.944.020,54	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	570.995,75	10.519.835,24	5,43
RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(2.654.692,15)	27.625.357,22	-
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	(565.479,37)	10.057.683,26	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(9.036.278,49)	33.231.913,51	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(8.017.750,48)	44.809.630,69	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(2.833.842,81)	8.296.727,07	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	(360.011,00)	11.161.276,01	-
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.979.905,60)	9.402.133,91	-
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(845.010,61)	8.805.668,07	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(1.016.294,18)	7.287.637,52	-
RS	NOVO XINGU	43	1346	6	(176.772,62)	7.289.515,21	-
RS	OSORIO	43	1350	8	(29.671.139,07)	145.230.378,10	-
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(541.229,09)	9.370.185,43	-
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	1.676.650,73	42.689.942,49	3,93
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(535.792,78)	11.522.834,80	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	(13.487.698,45)	68.816.519,80	-
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	2.030.254,83	14.536.082,47	13,97
RS	PARAI	43	1400	1	(578.570,27)	13.586.513,14	-
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(1.866.162,99)	10.001.221,82	-
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(35.266,04)	11.415.568,70	-
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(1.735.405,52)	7.122.208,36	-
RS	PAVERAMA	43	1415	9	31.638,00	10.820.367,11	0,29
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.226.593,50)	9.658.043,78	-
RS	PEJUCARA	43	1430	8	(332.481,32)	11.550.477,24	-
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(1.546.366,16)	14.062.583,97	-
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(2.850.235,16)	16.655.807,48	-
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(1.201.956,84)	15.629.554,94	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(473.490,16)	9.400.203,91	-
RS	PIRAPO	43	1455	5	(585.544,26)	8.074.418,85	-
RS	PIRATINI	43	1460	5	728.770,86	29.744.308,02	2,45
RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.967.351,06)	13.884.107,42	-
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(548.527,32)	8.239.552,84	-
RS	PONTAO	43	1477	9	(4.873.924,14)	11.257.330,90	-
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(2.221.271,00)	7.703.843,00	-
RS	PORTAO	43	1480	3	(8.445.966,59)	47.430.191,36	-
RS	PORTO LUCENA	43	1500	8	746.817,91	9.602.385,50	7,78
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.824.892,43)	7.029.875,43	-
RS	PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	(909.405,75)	6.230.042,78	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.325.353,84)	15.676.021,52	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(1.577.083,27)	7.500.225,05	-

RS	PROGRESSO	43	1515	6	(3.749.248,52)	11.984.286,12	-
RS	PROTASIO ALVES	43	1517	2	(1.995.370,23)	7.430.614,95	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	(113.473,78)	11.446.763,64	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(845.384,21)	6.792.541,60	-
RS	QUEVEDOS	43	1532	1	(449.094,99)	10.792.700,72	-
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(1.295.397,56)	11.031.229,57	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	2.808.951,28	13.731.575,35	20,46
RS	RELVADO	43	1545	3	(218.231,32)	7.483.506,22	-
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(5.620.600,64)	23.591.354,64	-
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	(517.058,53)	8.845.191,34	-
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(2.066.198,92)	16.638.912,32	-
RS	RÓDEIO BONITO	43	1590	9	(761.249,06)	10.681.594,54	-
RS	ROLADOR	43	1595	8	-	8.471.971,26	-
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	(319.998,88)	17.323.121,13	-
RS	RONDINHA	43	1620	4	(1.078.543,90)	9.981.651,60	-
RS	ROQUE GONZALES	43	1630	3	(1.539.531,50)	12.412.562,71	-
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	-	42.563.966,10	-
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	(46.481,07)	9.115.835,82	-
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	3.480.117,22	24.063.822,67	14,46
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.925.505,56)	10.057.906,76	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	779.919,03	14.208.807,00	5,49
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	3.119.379,10	18.083.806,81	17,25
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(2.451.527,00)	7.748.682,71	-
RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(5.187.211,09)	11.264.330,93	-
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	1.697.132,65	11.378.228,83	14,92
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	142.152,95	6.807.309,61	2,09
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	7.370.920,07	48.417.073,89	15,22
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(1.837.851,50)	13.748.903,65	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	19.133.161,66	57.805.365,20	33,10
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(3.977.922,47)	47.337.136,72	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(420.351,28)	7.959.754,70	-
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	43	1775	6	250.649,30	9.228.562,85	2,72
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	(36.258,52)	7.936.426,03	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(512.923,90)	8.226.391,61	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	3.882.581,75	32.326.016,52	12,01
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.830.131,92)	29.844.444,68	-
RS	SAO JERONIMO	43	1840	8	113.978,68	28.678.948,65	0,40
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	(1.090.633,10)	10.541.409,40	-
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(993.182,72)	7.388.027,07	-
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	-	8.760.342,63	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-	10.589.344,34	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	(405.030,59)	7.531.361,74	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(11.368.260,18)	31.637.997,72	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(1.226.293,70)	11.342.479,15	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.660.586,95)	9.193.916,49	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(22.192.300,34)	56.925.284,81	-
RS	SAO LUIZ GONZAGA	43	1890	3	3.250.393,53	42.788.725,95	7,60
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	706.527,12	33.666.318,65	2,10
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	303.208,15	10.453.044,82	2,90
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(467.759,23)	7.629.830,91	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.288.198,79)	16.481.665,75	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(724.665,12)	9.539.659,28	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	(13.337,48)	8.071.989,21	-
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(6.867.093,93)	24.588.540,55	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	(23.378.966,63)	39.975.873,14	-
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(16.361.107,89)	36.675.523,00	-
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(242.729,60)	8.907.975,20	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.629.054,72)	7.623.885,01	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	1.338.974,23	7.376.367,48	18,15
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(1.577.155,00)	8.386.718,00	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(3.452.744,07)	13.843.193,82	-
RS	SARANDI	43	2010	7	(2.919.759,34)	28.858.020,51	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(933.178,84)	15.657.219,68	-
RS	SELBACH	43	2030	5	(945.490,33)	10.239.207,74	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(2.241.672,75)	7.914.701,75	-

RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	(313.524,52)	27.581.399,36	-
RS	SERIO	43	2045	3	(2.064.776,10)	8.197.211,56	-
RS	SERTAO	43	2050	3	(1.666.800,16)	12.171.846,33	-
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	389.948,14	6.683.417,82	5,83
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(1.086.099,17)	10.218.228,24	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(557.901,35)	7.133.881,55	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	(7.045.619,47)	17.091.188,45	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	5.187.818,06	21.205.485,00	24,46
RS	TABAI	43	2085	9	(559.029,00)	8.792.709,00	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(4.252.915,14)	30.097.603,55	-
RS	TAPERA	43	2100	6	1.067.392,11	17.384.488,44	6,14
RS	TAPES	43	2110	5	(1.883.653,99)	23.519.416,41	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.722.786,39)	7.706.303,99	-
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(1.815.333,11)	15.511.514,88	-
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(1.308.744,41)	43.688.199,97	-
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(405.003,31)	8.450.456,01	-
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.730.752,15)	10.776.767,65	-
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.888.192,56)	7.983.480,99	-
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	8.030.031,89	93.474.697,59	8,59
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(1.483.983,24)	7.924.198,74	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.274.876,45)	9.215.931,86	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.915.050,62)	14.636.146,26	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(6.503.886,63)	29.523.306,37	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.694.362,89)	11.346.652,96	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(526.939,62)	33.006.728,70	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(108.733,74)	10.504.729,51	-
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(2.840.405,64)	10.525.037,92	-
RS	TUNAS	43	2215	2	2.096.297,61	8.764.854,94	23,92
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(1.030.294,52)	7.319.385,48	-
RS	TUPANCIRETA	43	2220	2	2.207.930,99	38.066.840,01	5,80
RS	TUPANDI	43	2225	1	(194.166,37)	15.075.676,42	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(730.495,52)	12.246.107,84	-
RS	TURUCU	43	2232	7	(2.163.367,32)	8.758.741,56	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(1.727.265,65)	7.032.655,26	-
RS	UNIAO DA SERRA	43	2235	0	(1.399.251,09)	6.919.519,77	-
RS	UNISTALDA	43	2237	6	(423.016,87)	7.740.718,22	-
RS	VALE DO SOL	43	2253	3	(2.184.850,02)	19.379.260,85	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	832.068,73	9.878.278,65	8,42
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(2.386.703,11)	8.893.811,57	-
RS	VANINI	43	2255	8	(2.110.911,82)	7.563.637,55	-
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(5.763.729,38)	37.327.978,44	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.621.130,16)	7.660.545,01	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(2.763.181,89)	9.873.866,18	-
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(675.675,22)	9.344.639,88	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	1.135.147,55	10.038.468,14	11,31
RS	VILA FLORES	43	2330	9	57.604,42	9.981.049,92	0,58
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	912.951,27	8.662.163,96	10,54
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(1.061.699,34)	12.451.281,29	-
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	-	8.666.721,26	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(229.367,51)	7.164.464,35	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(1.453.050,12)	9.754.602,04	-
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	514.792,83	8.410.201,48	6,12
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	685.410,00	7.900.697,96	8,68
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	1.731.726,02	32.934.813,79	5,26
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(2.061.852,77)	13.144.049,15	-
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(867.556,26)	9.346.263,03	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(4.483.930,82)	17.587.478,84	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(635.832,90)	11.505.696,35	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(1.918.794,46)	8.445.014,20	-
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	337.989,37	9.522.191,68	3,55
SC	ALFREDO WAGNER	42	70	5	(2.182.063,95)	14.356.772,18	-
SC	ALTO BELA VISTA	42	75	4	(2.317.808,00)	9.205.122,00	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(20.148,18)	9.614.327,27	-
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(2.019.136,44)	17.629.676,75	-
SC	ANITAPOLIS	42	110	9	(26.917,70)	7.812.423,00	-
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(2.430.378,33)	18.121.667,53	-
SC	APIUNA	42	125	7	(1.068.250,08)	18.705.084,51	-

SC	JARABUTA	42	127	3	(852.805,00)	10.390.210,00	-
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(1.319.620,15)	10.296.638,91	-
SC	ARVOREDO	42	165	3	554.869,00	7.439.062,00	7,46
SC	ASCURRA	42	170	3	(1.218.834,57)	10.976.541,45	-
SC	ATALANTA	42	180	2	(762.165,95)	7.297.563,45	-
SC	AURORA	42	190	1	(418.350,04)	10.055.809,32	-
SC	BALNEARIO GAIOTA	42	207	3	(1.291.356,99)	14.772.633,30	-
SC	BARRA VELHA	42	210	7	(6.831.590,47)	44.097.724,27	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(22.014,27)	11.372.407,25	-
SC	BELMONTE	42	215	6	(249.199,85)	7.727.474,88	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.923.256,76)	14.836.728,66	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(597.256,46)	8.891.748,88	-
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(9.153.412,89)	10.969.476,60	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(380.344,38)	6.989.613,64	-
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(2.148.312,96)	12.202.513,01	-
SC	BOMBINHAS	42	245	3	(16.897.947,01)	41.092.155,64	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.771.980,60)	10.273.765,99	-
SC	CAIBI	42	310	5	(534.943,63)	11.379.264,07	-
SC	CALMON	42	315	4	2.734.027,58	9.340.063,80	29,27
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.432.516,63)	19.316.779,24	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.820.049,98)	12.987.500,29	-
SC	CAMPO ÈRE	42	350	1	(2.474.899,43)	17.788.337,75	-
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	(7.180.715,91)	67.504.595,23	-
SC	CAPINZAL	42	390	7	(7.079.705,60)	40.011.549,54	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	427.241,73	44.303.416,00	0,96
SC	CATANDUVAS	42	400	4	47.241,40	16.949.248,45	0,28
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(1.487.870,00)	10.876.740,99	-
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	138.474,94	8.687.648,67	1,59
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	42	419	4	(1.115.580,86)	8.849.897,88	-
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	(210.803,51)	27.753.108,13	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(1.579.145,53)	11.964.216,15	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.312.955,22)	17.267.212,24	-
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(2.954.039,16)	26.848.908,22	-
SC	CORUPA	42	450	9	(1.072.705,06)	23.577.743,92	-
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(1.720.897,56)	16.177.548,68	-
SC	CUNHATAI	42	475	6	(764.245,58)	7.015.598,18	-
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(10.304.275,44)	47.396.488,91	-
SC	DESCANSO	42	490	5	(946.118,84)	12.738.830,46	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(3.193.673,10)	19.288.913,44	-
SC	DOCTOR PEDRINHO	42	515	9	(643.459,26)	7.791.532,23	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(1.031.547,84)	7.659.310,72	-
SC	ERMO	42	519	1	(163.354,36)	7.283.569,92	-
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(2.120.871,85)	9.903.454,55	-
SC	FLOR DO SERTAO	42	535	7	101.137,27	7.183.573,41	1,41
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	-	7.840.426,97	-
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(2.194.436,07)	35.835.095,12	-
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(12.180.955,25)	58.376.700,89	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(2.188.617,22)	7.815.939,72	-
SC	GAROPABA	42	570	4	(5.139.476,86)	30.934.319,46	-
SC	GARUVA	42	580	3	(3.803.554,27)	25.727.604,44	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	(1.360.398,15)	23.231.104,85	-
SC	GRAVATAL	42	620	7	172.735,19	13.807.798,79	1,25
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(5.600.560,06)	27.553.667,50	-
SC	GUARACIABA	42	640	5	(606.903,99)	15.308.272,25	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(6.845.381,80)	67.488.904,45	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(735.200,51)	9.622.330,42	-
SC	GUATAMBU	42	665	2	(1.086.393,99)	11.762.285,89	-
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(2.790.767,07)	28.844.833,36	-
SC	IBICARE	42	680	1	(1.771.780,50)	8.483.307,67	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	(7.298.727,69)	28.680.209,34	-
SC	ILHOTA	42	710	6	(2.422.383,25)	18.454.514,03	-
SC	IMARUI	42	720	5	1.823.455,72	14.304.381,72	12,75
SC	IMBITUBA	42	730	4	(16.794.650,53)	63.320.054,60	-
SC	IMBUIA	42	740	3	(2.859.386,95)	9.957.725,39	-
SC	IOMERE	42	757	7	(1.392.937,13)	10.441.677,83	-
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(3.569.449,85)	14.379.248,37	-

SC	IPUMIRIM	42	770	0	(2.479.133,91)	15.690.388,83	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(1.187.575,14)	8.839.040,80	-
SC	IRANI	42	780	-9	(235.212,40)	15.938.476,44	-
SC	IRATI	42	785	8	-	8.536.115,06	-
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(1.035.820,03)	16.689.257,52	-
SC	ITA	42	800	5	(2.653.318,32)	30.649.521,81	-
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(2.810.776,11)	30.268.917,20	-
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(3.044.829,25)	30.587.833,71	-
SC	JABORA	42	860	9	(829.296,30)	10.821.106,37	-
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(708.921,80)	15.745.515,56	-
SC	JARDINOPOLIS	42	895	-5	(549.922,97)	6.863.982,95	-
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	(223.715,51)	9.582.137,20	-
SC	JUPIA	42	917	7	(1.307.180,29)	7.358.651,59	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(385.774,34)	7.269.138,41	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	(854.132,05)	9.758.773,19	-
SC	LAURO MULLER	42	960	7	(223.771,11)	23.177.755,38	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(463.017,21)	8.389.122,19	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(3.449.467,65)	10.835.896,10	-
SC	LONTRAS	42	990	4	(1.461.584,25)	14.661.881,89	-
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(4.173.031,66)	17.210.069,71	-
SC	MACIEIRA	42	1005	0	(271.132,75)	7.646.557,44	-
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	(234.302,30)	7.909.407,15	-
SC	MAJOR VIEIRA	42	1030	8	478.052,14	12.272.263,16	3,90
SC	MARACAJA	42	1040	7	(184.813,57)	11.192.417,51	-
SC	MARAVILHA	42	1050	6	88.124,50	34.240.942,58	0,25
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(8.928.969,32)	23.695.778,18	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	(17.027,42)	13.308.180,19	-
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(332.429,24)	8.028.256,39	-
SC	MODELO	42	1090	2	513.189,49	8.974.615,90	5,72
SC	MONDAI	42	1100	9	(1.303.186,55)	16.258.342,54	-
SC	MONTI CASTELO	42	1110	8	(708.072,28)	12.360.591,70	-
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(4.928.918,49)	27.079.077,12	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(990.381,35)	9.220.406,71	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(781.966,80)	10.535.920,35	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.525.550,92)	10.593.725,99	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	(1.344.475,56)	20.270.570,61	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(4.723.953,60)	22.675.210,01	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(1.014.531,47)	8.293.136,44	-
SC	ORLEANS	42	1170	2	(1.773.134,18)	34.593.652,21	-
SC	OTACILIO COSTA	42	1175	1	(1.064.405,46)	32.108.931,97	-
SC	OURO	42	1180	1	(2.527.918,87)	12.204.934,00	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	255.792,47	8.711.483,61	2,94
SC	PAIAL	42	1187	6	(383.093,75)	7.022.750,76	-
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	393.994,34	7.753.414,06	5,08
SC	PALMEIRA	42	1205	6	19.626,08	8.640.710,20	0,23
SC	PALMITOS	42	1210	6	(2.264.675,70)	24.552.180,72	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(7.881.037,61)	26.783.904,72	-
SC	PASSO DE TORRES	42	1225	4	334.644,40	10.806.351,03	3,10
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(3.020.353,52)	12.964.752,62	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	160.288,74	11.424.723,65	1,40
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(1.379.883,61)	8.153.805,73	-
SC	PENHA	42	1250	2	(5.550.060,85)	39.641.223,83	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(794.062,74)	8.034.352,97	-
SC	PICARRAS	42	1280	9	(7.871.900,01)	35.729.242,86	-
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(2.759.845,41)	26.408.626,56	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	163.447,34	9.142.480,12	1,79
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(4.842.714,52)	23.994.756,33	-
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(393.999,25)	7.795.088,79	-
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(1.320.020,00)	9.121.485,00	-
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(1.808.654,41)	17.156.218,72	-
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(4.498.919,71)	33.627.967,68	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	2.307.065,35	40.065.819,75	5,76
SC	POLSO REDONDO	42	1370	8	(1.903.109,00)	25.154.809,36	-
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(236.029,29)	7.902.279,35	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(1.769.114,07)	23.913.475,82	-

SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(793.376,14)	7.197.856,33	-
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.512.628,56)	7.468.474,03	-
SC	QUILÔMBO	42	1420	1	(1.903.765,42)	17.674.559,26	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.795.841,07)	13.912.766,14	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	515.912,76	10.003.814,14	5,16
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(2.165.651,89)	11.314.089,11	-
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(3.573.690,26)	15.459.614,59	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(807.681,36)	9.495.925,48	-
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	(308.831,11)	6.699.561,67	-
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(228.662,21)	8.911.405,05	-
SC	RÓDEIO	42	1510	9	(1.364.625,55)	14.641.685,43	-
SC	ROMELÂNDIA	42	1520	8	(372.072,12)	8.710.818,38	-
SC	SALTINHO	42	1535	6	(341.863,50)	8.384.659,20	-
SC	SANGÃO	42	1545	5	(763.145,00)	14.373.674,00	-
SC	SANTA CECÍLIA	42	1550	5	1.391.720,80	24.061.532,73	5,78
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.461.172,87)	7.526.212,68	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(378.002,85)	7.111.333,96	-
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(1.143.040,60)	11.491.173,04	-
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(444.215,97)	7.242.656,86	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.172.928,23)	6.799.726,42	-
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	(334.016,77)	26.530.348,32	-
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(1.291.822,91)	7.353.493,46	-
SC	SAO BONIFACIO	42	1590	1	(250.478,10)	7.565.206,86	-
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(2.910.438,87)	17.485.541,56	-
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(2.687.075,98)	15.308.593,16	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(2.000.438,87)	38.580.735,31	-
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	488.606,09	8.058.583,44	6,06
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	(2.806.940,63)	12.722.988,19	-
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.947.910,88)	11.235.326,13	-
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	2.707.198,08	31.864.839,84	8,50
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(4.373.933,57)	20.025.453,96	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	210.727,17	11.682.833,13	1,80
SC	SAO LOURENÇO DO OESTE	42	1690	9	(8.430.914,27)	33.625.091,31	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(3.323.181,55)	19.323.237,39	-
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(1.029.133,36)	7.625.574,00	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	5.002.523,04	49.986.626,27	10,01
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.187.741,39)	9.209.704,75	-
SC	SAÚDADES	42	1730	3	508.862,42	13.918.811,58	3,66
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(4.238.317,49)	24.467.254,12	-
SC	SEARA	42	1750	1	(250.936,92)	29.234.709,34	-
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	(873.504,20)	7.333.254,35	-
SC	SOMBRIÓ	42	1770	9	6.702.901,75	34.715.763,92	19,31
SC	TANGARA	42	1790	7	(718.831,55)	18.781.600,57	-
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(777.521,86)	6.165.861,48	-
SC	TIJUCAS	42	1800	4	(2.137.546,37)	48.506.297,03	-
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(937.383,42)	9.968.905,47	-
SC	TIMBO	42	1820	2	(23.645.813,14)	74.293.153,22	-
SC	TIMBO GRANDE	42	1825	1	361.804,16	11.987.142,57	3,02
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	(3.212.329,49)	32.855.184,33	-
SC	TREVISÓ	42	1835	0	(158.690,27)	13.495.556,50	-
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(966.663,59)	11.131.899,58	-
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	(61.000,05)	13.202.025,69	-
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(316.597,44)	10.411.036,57	-
SC	TURVO	42	1880	6	1.368.291,06	20.887.745,01	6,55
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	251.429,77	8.129.508,48	3,09
SC	URUPÊMA	42	1895	4	(1.171.904,31)	6.727.161,60	-
SC	URUSSANGA	42	1900	2	(1.185.910,18)	34.054.184,53	-
SC	VARGEM	42	1915	0	(79.645,06)	7.347.524,37	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(556.711,15)	13.649.257,65	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(7.812.361,65)	87.505.783,82	-
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(1.461.540,39)	9.443.854,45	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.641.358,94)	8.293.215,15	-
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(1.678.654,74)	10.662.235,65	-
SC	XAXIM	42	1970	5	262.924,84	48.055.014,22	0,55

SC	ZORTEA	42	1985	3	(768.368,61)	10.176.667,85	-
SE	AQUIDABA	28	20	9	(6.732.767,82)	22.154.217,35	-
SE	ARAUA	28	40	7	-	14.149.547,96	-
SE	BREJO GRANDE	28	70	4	(3.350.430,74)	13.023.282,29	-
SE	CAMPO DO BRITO	28	100	9	1.650.384,88	19.678.076,77	8,39
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	120	7	(8.010.092,00)	98.227.331,17	-
SE	CEDRO DE SAO JOAO	28	160	3	(2.807.102,17)	8.626.066,07	-
SE	CRISTINAPOLIS	28	170	2	4.212.589,00	24.191.906,23	17,41
SE	CUMBE	28	190	0	(166.999,35)	7.237.836,62	-
SE	GENERAL MAYNARD	28	250	2	(2.152.891,17)	7.734.979,05	-
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(10.606.432,69)	44.977.354,15	-
SE	JAPARATUBA	28	330	2	(5.190.835,46)	27.148.664,63	-
SE	JAPOATA	28	340	1	(3.241.064,00)	19.281.339,00	-
SE	MACAMBIRA	28	370	8	172.876,00	10.738.162,16	1,61
SE	MALHADA DOS BOIS	28	380	7	(2.596.917,98)	8.769.206,72	-
SE	MALHADOR	28	390	6	(3.400.285,67)	10.973.327,52	-
SE	MARUIM	28	400	3	(3.134.574,77)	22.366.026,45	-
SE	MOITA BONITA	28	410	2	(3.239.799,46)	14.324.605,28	-
SE	PACATUBA	28	490	4	11.501.766,00	23.600.624,93	48,74
SE	PEDRINHAS	28	510	9	(1.802.249,03)	12.421.796,11	-
SE	PINHAO	28	520	8	(1.380.856,68)	9.971.752,21	-
SE	PIRAMBU	28	530	7	(1.235.261,00)	15.525.097,03	-
SE	PORTO DA FOLHA	28	560	4	-	33.031.798,16	-
SE	PROPRIA	28	570	3	(9.299.321,85)	29.805.160,79	-
SE	RIBEIROPOLIS	28	600	8	(3.962.315,56)	16.393.613,02	-
SE	ROSARIO DO CATETE	28	610	7	(13.473.705,00)	64.519.141,00	-
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	28	630	5	(513.273,00)	20.646.778,52	-
SE	SAO FRANCISCO	28	690	9	(1.545.431,33)	7.884.090,46	-
SE	SIMAO DIAS	28	710	5	(2.029.322,00)	40.092.956,45	-
SE	SIRIRI	28	720	4	(2.677.052,00)	16.114.709,00	-
SE	TOMAR DO GERU	28	750	1	(2.854.722,00)	19.192.161,00	-
SP	ADOLFO	35	20	4	(840.964,80)	12.223.186,91	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	(118.956,73)	15.012.219,02	-
SP	AGUDOS	35	70	9	8.093.297,38	73.593.625,93	11,00
SP	ALTAIR	35	90	7	172.931,71	12.804.934,80	1,35
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(1.904.990,28)	10.819.696,99	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(793.159,54)	11.721.924,39	-
SP	ALVARO DE CARVALHO	35	140	0	(390.122,32)	8.932.174,04	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	682.471,61	51.926.105,22	1,31
SP	ANGATUBA	35	220	0	(4.515.292,00)	39.421.732,00	-
SP	ARCO-IRIS	35	335	6	(2.128.573,29)	7.956.211,55	-
SP	ARIRANHA	35	370	3	(5.181.024,70)	31.146.441,50	-
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	1.493.988,28	69.770.337,61	2,14
SP	ASPASIA	35	395	0	140.423,27	7.583.781,28	1,85
SP	AVAI	35	430	5	(499.522,63)	12.700.257,38	-
SP	BADY BASSITT	35	460	2	106.371,63	25.770.421,63	0,41
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	(999.028,98)	9.272.654,23	-
SP	BARBOSA	35	510	4	865.713,87	12.306.068,74	7,03
SP	BARRINHA	35	560	9	-	45.885.684,49	-
SP	BILAC	35	640	9	(3.345.582,98)	14.173.005,73	-
SP	BOCAINA	35	680	5	(2.880.819,30)	24.275.104,32	-
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	-	40.652.669,94	-
SP	BORA	35	720	9	(1.110.533,00)	8.162.302,00	-
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	35	945	2	(563.002,47)	12.489.933,60	-
SP	CARDOSO	35	1070	8	576.746,52	23.616.772,43	2,44
SP	CEDRAL	35	1130	0	1.109.942,33	17.656.093,81	6,29
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(7.683.310,26)	27.367.392,80	-
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	591.530,30	14.994.936,93	3,94
SP	COLINA	35	1200	1	9.475.620,67	41.144.434,45	23,03
SP	CONCHAS	35	1230	8	2.408.764,22	29.948.148,09	8,04
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	15.990.899,63	-
SP	CUNHA	35	1360	3	(2.481.431,48)	32.654.609,59	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.217.568,45)	7.366.964,77	-
SP	DOIS CORREGOS	35	1410	6	(3.342.633,58)	42.033.000,63	-
SP	DUMONT	35	1460	1	(3.113.144,42)	15.681.968,24	-

SP	ELDORADO	35	1480	9	516.346,54	28.757.081,85	2,14
SP	ELISIÁRIO	35	1492	4	(250.617,76)	9.253.300,67	-
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(704.719,66)	16.269.748,53	-
SP	FLOREAL	35	1590	5	(9.669.515,81)	11.557.598,45	-
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(3.683.324,00)	22.283.619,00	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	(932.564,41)	7.912.790,16	-
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	13.670.810,25	-
SP	GUARANTA	35	1810	7	(1.677.612,17)	13.648.892,79	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	211.611,86	17.871.218,27	1,18
SP	GUZOLANDIA	35	1890	9	(1.197.027,67)	10.751.557,44	-
SP	IBATE	35	1930	3	(9.575.602,84)	49.727.691,10	-
SP	IBIRA	35	1940	2	10.293.765,00	20.724.889,00	49,67
SP	IGARATA	35	2020	2	(247.440,54)	20.829.867,54	-
SP	INDIAPORA	35	2070	7	20.484,65	11.907.867,79	0,17
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	(901.946,43)	40.079.971,43	-
SP	IRAPUA	35	2150	7	(852.027,95)	13.224.491,00	-
SP	IRAPURU	35	2160	8	771.654,86	11.302.083,07	6,83
SP	ITABERA	35	2170	5	(2.960.599,03)	27.491.727,61	-
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	178.485,56	29.207.328,17	0,61
SP	ITAJU	35	2200	0	-	10.434.316,93	-
SP	ITIRAPUA	35	2370	1	-	10.778.402,92	-
SP	ITOBI	35	2380	0	594.246,26	9.810.542,12	8,06
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.891.703,42	15.605.434,78	12,12
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(4.778.207,51)	19.755.605,34	-
SP	JERIQUARA	35	2540	9	411.822,86	10.040.708,38	4,10
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.058.998,00)	12.049.955,85	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(3.492.086,70)	54.772.493,74	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(3.754.921,41)	10.290.773,41	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.755,92	32.018,74	5,48
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(1.318.680,99)	10.569.046,04	-
SP	LARANJAL PAULISTA	35	2640	7	(2.896.169,58)	46.790.733,59	-
SP	LAVINIA	35	2650	6	183.382,28	15.410.410,90	1,19
SP	LUCELIA	35	2740	5	(4.397.085,35)	33.474.436,86	-
SP	MACATUBA	35	2800	7	(4.381.723,96)	35.535.318,63	-
SP	MACEDONIA	35	2820	5	42.243,04	7.036.411,70	0,60
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	(7.118,80)	9.756.183,02	-
SP	MENDONCA	35	2950	0	(1.648.118,35)	14.380.526,31	-
SP	MESOPOLIS	35	2965	8	266.406,10	8.970.495,10	2,97
SP	MIRACATU	35	2990	6	(5.304.837,67)	39.226.545,44	-
SP	MIRANDOPOLIS	35	3010	2	8.710.979,86	42.129.002,17	20,68
SP	MONTE ALEGRE DO SUL	35	3120	9	(2.801.474,63)	15.526.766,25	-
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(1.497.820,88)	79.571.929,56	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(2.630.575,38)	10.882.717,58	-
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(1.013.363,68)	10.142.050,95	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	(3.280.274,40)	22.436.807,59	-
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	279.879,85	15.019.018,89	1,86
SP	NIPOA	35	3270	2	58.750,00	9.813.984,00	0,60
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(1.032.560,25)	11.909.240,00	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	(646.397,30)	9.893.111,63	-
SP	OCAUCU	35	3370	0	(1.980.306,61)	10.622.011,08	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	7.118.399,17	15.563.566,31	45,74
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	1.537.559,26	13.608.079,62	11,30
SP	PARANAPUA	35	3590	3	(218.119,39)	9.140.351,98	-
SP	PARAPUA	35	3600	0	(2.024.186,67)	18.332.679,70	-
SP	PARISI	35	3625	7	399.470,71	9.041.243,76	4,42
SP	PEDRANÓPOLIS	35	3690	1	(170.917,90)	8.782.271,41	-
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	(4.913.214,37)	28.073.870,29	-
SP	PIRANGI	35	3900	4	(1.434.972,23)	18.434.545,76	-
SP	PLANALTO	35	3960	8	(1.767.603,39)	14.304.832,80	-
SP	PORANGABA	35	4050	7	-	14.668.072,40	-
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	(543.181,50)	30.961.070,23	-
SP	QUADRA	35	4165	3	(1.116.180,29)	11.152.157,99	-
SP	QUATA	35	4170	3	(3.073.890,64)	25.955.555,11	-
SP	RIFAINA	35	4360	0	(2.272.608,53)	16.450.813,19	-
SP	RUBIACEA	35	4440	0	(938.139,81)	9.035.392,49	-
SP	RUBINEIA	35	4450	9	1.460.272,40	13.253.044,10	11,02
SP	SAGRES	35	4470	7	(792.757,36)	7.520.193,28	-

SP	SALES	35	4480	6	536.939,23	15.162.192,17	3,54
SP	SALMOURAO	35	4510	0	732.268,67	13.292.745,95	5,51
SP	SALTINHO	35	4515	9	(2.210.740,18)	15.182.800,08	-
SP	SANDOVALINA	35	4550	6	3.967.914,24	17.582.630,35	22,57
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(1.412.642,79)	25.799.981,04	-
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(432.916,69)	13.221.426,48	-
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(1.462.065,46)	9.235.746,84	-
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	(1.503.328,19)	10.336.656,29	-
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	-	7.963.727,18	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(1.374.146,33)	14.887.131,68	-
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	(3.963.587,19)	8.635.595,13	-
SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	(202.094,97)	8.255.323,41	-
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	1	(7.728.163,20)	23.921.618,57	-
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(3.277.672,75)	55.222.810,62	-
SP	SERRA AZUL	35	5140	5	6.063.016,32	16.350.393,29	37,08
SP	SERRA NEGRA	35	5160	3	12.794.828,91	49.532.450,26	25,83
SP	SEVERINIA	35	5190	0	(4.686.013,58)	30.596.076,80	-
SP	SOCORRO	35	5210	6	(8.029.441,95)	47.707.681,53	-
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	1.118.176,46	13.151.061,58	8,50
SP	TARABAI	35	5390	6	962.735,94	12.943.845,11	7,44
SP	TORRINHA	35	5470	6	-	15.067.855,61	-
SP	TURIUBA	35	5520	8	405.900,65	9.573.540,94	4,24
SP	UBARANA	35	5535	6	249.572,13	14.909.256,49	1,67
SP	URANIA	35	5580	2	(709.765,74)	12.694.389,63	-
SP	URUPES	35	5600	8	-	22.412.116,19	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(1.199.273,93)	17.241.386,84	-
SP	VALPARAISO	35	5630	5	(3.401.615,00)	40.744.088,00	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	(2.161.203,45)	30.654.847,06	-
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	(466.237,20)	7.303.949,65	-
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(1.221.805,00)	6.101.415,61	-
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	(1.510.515,78)	12.384.110,65	-
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	17	2000	2	(160.542,43)	5.489.411,86	-
TO	TOCANTINOPOLIS	17	2120	8	-	23.379.526,72	-

ATA DA 213ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 198, de 24 de novembro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página nº 48433, segunda coluna, *onde se lê:*

1.3.21 – Apreciação de matérias
Requerimento nº 1.414, de autoria da Senadora Ana Rita e outros Senadores. **Aprovado.**
.....

Leia-se:

1.3.21 – Apreciação de matérias
Requerimento nº 1.414, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita e outros Senadores. **Aprovado.**
.....

Às páginas nºs 48434 e 48435, inclua-se o seguinte item 3 e renumere-se os demais:

**3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 23.11.2011**

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
- 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**
 - CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
 - CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)
Conselho do Diploma José Emílio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)
Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)
Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Às páginas nºs 48567 e 48568, republique-se, por omissão gráfica de parte do texto, o Requerimento nº 1.417, de 2011:

REQUERIMENTO Nº 1.417, de 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 50 anos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Solicito, também, que, uma vez aprovada essa homenagem, o Senado dela dê conhecimento à entidade homenageada.

Sala das Sessões, em


Senadora **MARINOR BRITO**

PSOL/Pará

Justificativa

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos.

Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores

rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e dos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. Assim, justifica-se a aprovação deste Voto de Aplauso por parte do Senado Federal, como forma de reconhecer os serviços prestados por esta entidade.


Senadora **MARINOR BRITO**
PSOL/Pará

Após a página 48655, inclua-se a Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney em 23.11.2011:

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
23/11/2011
quarta-feira

11h	Recebe a Senhora Arlete Sampaio, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Rendas do Governo do Distrito Federal Sala de Audiências
11h30	Recebe o Embaixador João Carlos Souza Gomes Sala de Audiências
15h	Recebe a Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário

Ata da 216ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 28 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Waldemir Moka e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 18 minutos e encerra-se às 20 horas e 9 minutos.)

É o seguinte o registro de Comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

216ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 28/11/2011 07:29:17 até 28/11/2011 20:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PP	RS	ANA AMÉLIA	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X						
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						

Compareceram: 42 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência defere os **Requerimen-**

tos nºs 1.424, 1.425, 1.426 e 1427, de 2011, dos Senadores Paulo Bauer, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

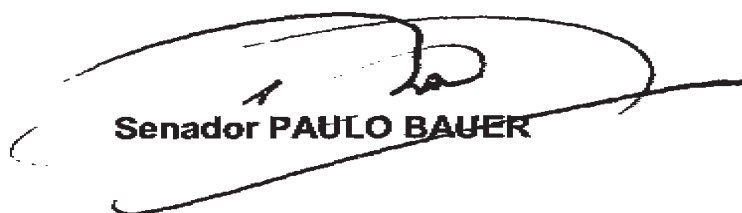
São os seguintes os Requerimentos deferidos:

REQUERIMENTO Nº 1.424, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 02 de dezembro de 2011, para participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país nos dias 01 e 03 do corrente mês.



Senador PAULO BAUER

REQUERIMENTO Nº 1.425, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 01 e 02 de dezembro do corrente ano, tendo em vista minha participação na XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, no próximo dia 02 de dezembro, na cidade de Montevideu, Uruguai, conforme disposto no processo nº 034017/11-9.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País nos dias acima citado.

Brasília, 23 de novembro de 2011.



Senador Antonio Carlos Valadares

REQUERIMENTO Nº 1.426, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, no próximo dia 02 de dezembro deste, em Montevideu, no Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 01 a 03 de dezembro de 2011, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 2011.



Senador Inácio Arruda

REQUERIMENTO Nº 1.427, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior minha participação, no dia 02 de dezembro de 2011, na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, a realizar-se em Montevideu, Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 1º a 3 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 2011.



Senadora Ana Amélia
PP - RS

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência defere o **Requerimento nº 1.376, de 2011**, do Senador Flexa Ribeiro, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

É o seguinte o Requerimento deferido e o Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

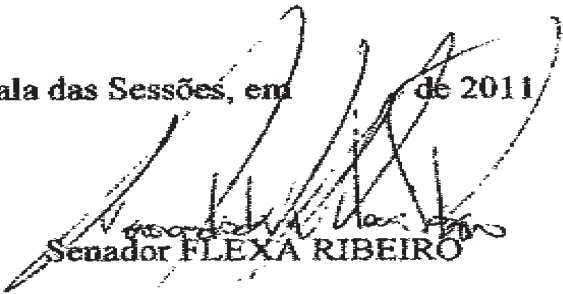
REQUERIMENTO Nº 1.376, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a Vossa Excelência, com ônus para esta Casa, autorização para ausentar-me do País no período de 01 a 03 de dezembro de 2011, conforme documento em anexo, para, atendendo a convite do Presidente do Parlamento Latinoamericano, Deputado Elias Castilho e da Secretária Geral, Senadora Maria de los Ángeles Moreno, para Participar na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e Vice Presidente do Parlamento Latinoamericano, da reunião da junta Diretiva que ocorrerá no Panamá.

Comunico ainda, nos termos do Artigo 39, Inciso I, que estarei ausente do País do dia 01 a 6 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões, em _____ de 2011



Senador FLEXA RIBEIRO

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PARECER Nº 1314, DE 2011

*Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Requerimento nº 1376, de 2011**, do Senador **Flexa Ribeiro**, que "Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011."*

RELATOR: Senadora Ana Amélia

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 1376, de 2011**, do Senador **Flexa Ribeiro**, que "requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011".

O Requerimento do Senador **Flexa Ribeiro** se faz acompanhar de expediente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, datado de 9 de novembro e de convite da Secretaria Executiva do Parlamento Latinoamericano, formulado pelo Secretario Ejecutivo daquele Parlamento, Humberto Pelaez Gutierrez, para que o Senador **Flexa Ribeiro** participe na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, no período de 1º a 3 de dezembro.

II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: *"se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40"*.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que *"a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado"*, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no período compreendido entre 1º e 6 de dezembro. Sua Excelência, o Senador Flexa Ribeiro, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento Nº 1376, de 2011.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2011.



Senador FERNANDO COLLOR, Presidente



Senadora ANA AMÉLIA, Relator

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO (SF) Nº 1376, DE 2011.

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fuhr</i>	
RELATOR: SENADORA ANA AMÉLIA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MÓZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência defere, nos termos do art. 41, do Regimento Interno, o **Requerimento nº 1.434, de 2011**, do Senador Rodrigo Rollemberg, apresen-

tado em virtude de aprovação de Requerimento na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte Requerimento deferido:

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 04 a 09 de dezembro de 2011, na 17.^a Conferência das Partes (COP-17), que ocorrerá em Durban, na África do Sul.

Comunico ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 04 a 10 de dezembro de 2011.


RODRIGO ROLLEMBERG
Senador da República

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 479, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 537/2011), que *autoriza o Poder*

Executivo a abrir crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica, sancionado e convertido na Lei nº 12.518, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. n. 479/11/PS-GSE

Brasília, **25** de novembro de 2011.

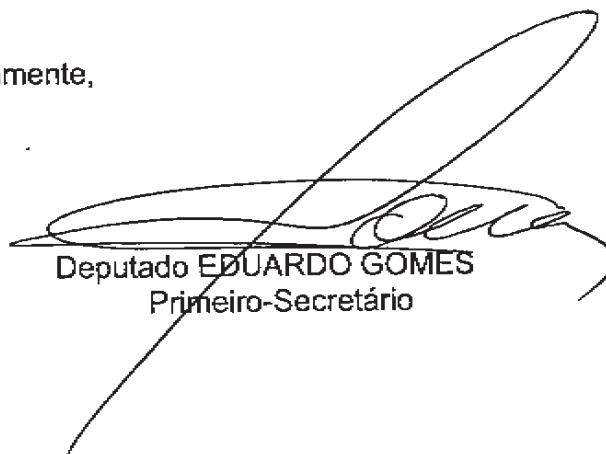
Assunto: Comunica conversão em Lei do PLv nº 27/11 (Mpv 537/11)

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011 (Medida Provisória nº 537/11), o qual "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica." foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.518, de 10 de novembro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido Projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,



Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 480/2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 171, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Dia Nacional das Mudanças Climáticas*.

É o seguinte o Ofício:

Of. n. 480/11/PS-GSE

Brasília, 24 de novembro de 2011.

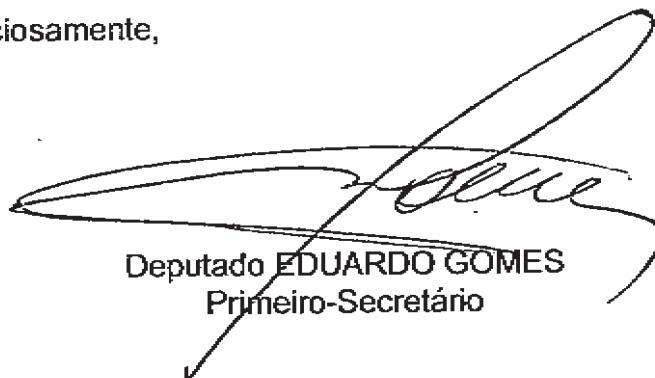
Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.377, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 171/08 na Casa de Origem), o qual "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas."

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,



Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB
– MS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011

Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 296, de 2011, que altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva, trata de matéria de fundo constitucional que envolve direitos fundamentais.

De forma que pelas repercussões que o projeto pode acarretar, requeiro aos meus pares a justa apreciação do projeto pela CCJ, nos termos dos arts. 99 e 101 do RISF.

Senador FRANCISCO DORNELLES

REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011

Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 296, de 2011, que altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva, trata de matéria que envolve a saúde financeira das empresas.

De forma que pelas repercussões que o projeto pode acarretar, requeiro aos meus pares a justa apreciação do projeto pela CAE, nos termos dos arts. 99 e 101 do RISF.



SENADOR FRANCISCO DORNELLES

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 705, DE 2011

Altera o art. 53 da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas –, para prever a possibilidade de exercício da ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operação de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita, independentemente de autorização judicial e oitiva do Ministério Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ar. 53 da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas –, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativo aos crimes previstos nesta Lei, é permitido, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.

Parágrafo único. Independe de autorização judicial a ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sabe-se que a ação policial controlada, também denominada de flagrante prorrogado ou retardado, é a denominação jurídica utilizada para definir a atividade policial que, agindo em virtude de autorização legal, protela o momento de efetivar uma prisão em flagrante delito para possibilitar uma ação com maior eficácia, permitindo a Autoridade Policial e seus agentes agirem no momento mais oportuno.

No ordenamento jurídico pátrio, atualmente, há duas previsões legais que permitem expressamente essa discricionariedade na persecução penal, a saber: art. 2º, inc. II, da Lei n. 9.034/95¹ (Lei de Combate ao Crime Organizado); e art. 53, inc. II, da Lei n. 11.343/2006² (Lei de Drogas).

A redação contraditória desses dispositivos vem causando entendimentos díspares na doutrina e jurisprudência, prejudicando sua aplicação no caso concreto.

Note que na Lei de Combate ao Crime Organizado, ao contrário da Lei de Drogas, o texto normativo não consignou a necessidade de prévia autorização judicial e oitiva do Ministério Público.

Para enfrentar essa celeuma legal, os doutrinadores se dividiram em três correntes de entendimento, quais sejam:

i) derrogação legal – para essa corrente, como a Lei n. 11.343/06 é posterior a Lei n. 9.034/95, teria ocorrido o fenômeno da derrogação legal da disposição referente a ação policial controlada, havendo, portanto, necessidade de autorização judicial;

ii) princípio da especialidade – os doutrinadores que compartilham desse entendimento afirmam que nos casos envolvendo organizações criminosas não seria necessário a autorização judicial, enquanto que em delitos envolvendo substâncias entorpecentes dependeria dessa condição prévia;

iii) especialidade mista – os que se filiam a essa corrente, entendem que nos casos envolvendo orga-

¹ Art. 2º. Em qualquer fase de persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: (Redação dada pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

II – a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações;

² Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios: II – a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

nizações criminosas, mesmo que conexo aos crimes ligados a drogas, seria dispensado a autorização judicial, e exigida esta nos demais crimes que envolvam substâncias entorpecentes.

Passadas algumas decisões judiciais contraditórias, em 2009, no julgamento do HC n. 119205/MS (Habeas Corpus 2008/0236263-2, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 29.09.2009, Quinta Turma), o Colendo Superior Tribunal de Justiça adotou a posição encampada pela terceira corrente de entendimento doutrinário.

Assim, o entendimento predominante, atualmente, na prática jurídica nacional nos orienta que, em casos envolvendo crime organizado, mesmo que compreenda delitos tipificados na Lei de Drogas, é permitida a ação policial controlada independente de autorização judicial.

Esse entendimento sedimentado pelo STJ, em que pese parecer ter amortizado a contradição legal então existente, parece-me que não foi bastante para sanear toda a deficiência legal, sobretudo com a Reforma do Código de Processo Penal.

O Projeto de Reforma do Código de Processo Penal, já aprovado nesta Casa e atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados com o n. 8.045/2010, prevê no parágrafo único do art. 551³, justamente, a possibilidade de retardamento da ação policial para fins de obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade criminosa, independente de autorização judicial.

Sopesemos, então, que se a proposição de reforma do CPP for aprovada sem alteração no referido dispositivo, a ação policial controlada será permitida em todos os tipos de delitos, seja graves ou leves, com exceção dos crimes tipificados na Lei n. 11.343/06 que não se relacione com organização criminosa.

Dessa maneira, parece-me incompreensível e inaceitável admitirmos a ação policial controlada, por exemplo, ao crime de lesão corporal leve e não a permitirmos ao crime de tráfico ilícito de drogas.

Essa ficção jurídica foge completamente a realidade das investigações policiais, a qual sempre exige a máxima discricionariedade e atuação eficiente e rápida.

Não é prudente exigir da Autoridade Policial que interrompa uma atividade de campo para representar ao magistrado solicitação de autorização para retardar a prisão em flagrante, mormente pela completa prejudicialidade que tal medida protelatória causaria a finalidade do instituto.

³ Art. 551. É nulo o flagrante preparado, com ou sem colaboração de terceiros, caso seja razoável supor que a ação, impossível de ser consumada, só tenha ocorrido em virtude daquela provocação.

Parágrafo único. As disposições do *caput* deste artigo não se aplicam aos casos em que seja necessário o retardamento da ação policial, para fins de obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade criminosa.

Isso sem mencionar que, vigorando no Brasil o sistema acusatório, com predominância do inquisitivo na fase preambular administrativa, não é recomendável ao órgão julgador interferir no momento investigatório.

Nesse sentido, a presente proposição visa corrigir uma distorção legislativa existente, além de evitar uma contradição futura, aproximando os termos legais da realidade prática, de modo a facilitar e dar subsídio legal a atuação policial.

Assim, ciente que a presente proposição poderá contribuir para a melhora da Segurança Pública nacional, alicerçando a atuação policial no caso concreto e sanando divergências jurisprudências existentes, contando com a acolhida dos Ilustres Pares, submeto-a a apreciação. – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Mensagem de veto Regulamento

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I – a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

II – a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

LEI Nº 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995

Mensagem de veto

Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º Em qualquer fase de persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: (Redação dada pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

I – (Vetado).

II – a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações;

III – o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.

IV – a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante circunstanciada autorização judicial; (Inciso incluído pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

V – infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial. (Inciso incluído pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

Parágrafo único. A autorização judicial será estritamente sigilosa e permanecerá nesta condição enquanto perdurar a infiltração. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

ANEXO AO PARECER Nº 1.636, DE 2010.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009. Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 551. É nulo o flagrante preparado, com ou sem a colaboração de terceiros, caso seja razoável supor que a ação, impossível de ser consumada, só tenha ocorrido em virtude daquela provocação.

Parágrafo único. As disposições do *caput* deste artigo não se aplicam a casos em que seja necessário o retardamento da ação policial, para fins de obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade criminosa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 298/2011

Brasília, 06 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador **Sérgio Souza**, da 6ª para a 2ª a suplência, na Comissão de Assuntos Econômicos-CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é a ilustre representante do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores, Srª Senadora, nossos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado que nos acompanham nesta sessão de abertura, em uma semana de enormes desafios para todos nós. Temos matérias importantes, inadiáveis, entre as quais incluo o Código Florestal, a Emenda nº 29 e, por desejo do Governo, a DRU ou Desvinculação de Receitas da União. Assim é que esta segunda-feira já é uma sessão deliberativa.

Estou ocupando hoje esta tribuna para falar sobre um tema de grande alcance social, histórico, cultural. Por isso, pela urgência que tenho, venho à tribuna para tratar dessas questões.

Embora, nos últimos anos, o Brasil tenha acelerado o processo de demarcação das terras indígenas e também de reconhecimento de comunidades quilombolas, essa situação ainda não está de todo pacificada no País.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, ainda existem divergências entre tribos indígenas que reivindicam suas terras com a legitimidade que lhes é concedida pela Constituição Federal, mas encontram famílias de pequenos agricultores que fixaram suas raízes nas mesmas terras, há muitas décadas, em alguns casos, há mais de um século até.

Essa é uma situação muito delicada – em todos os aspectos, especialmente no da questão social –, em que as duas partes possuem parcela de razão,

que deveria ser mediada pelo Estado por meio de órgão responsável por esse setor, como é o caso da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, subordinada ao Ministério da Justiça.

No entanto, os critérios que vêm sendo utilizados pela Funai para a demarcação das áreas indígenas têm causado conflitos entre as partes em diversos Municípios do meu Estado. Aparentemente, a Funai está usurpando competências que não tem, e, inclusive, violando dispositivos constitucionais e, em alguns aspectos, até lesando o próprio Direito Administrativo.

Existem divergências em relação ao tamanho e à localização das áreas, e, em alguns casos, Presidente Waldemir Moka, até mesmo com a verdadeira ocupação das áreas por índios no passado.

Para tratar desse problema, solicitei uma audiência com o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, não somente porque a Funai a ele está subordinada, está sob a sua responsabilidade, mas também por entender que essa é uma legítima questão de justiça e aquele é o Ministério adequado para tratar as questões de justiça.

Mas, Srªs e Srs Senadores, Sr. Presidente, para a minha surpresa, não há espaço na agenda do Sr. Ministro da Justiça para receber um Senador da República que deseja tratar de um problema urgente e inadiável. E o meu objetivo, Presidente Moka, é exatamente evitar um banho de sangue na disputa por terra – e V. Exª sabe do ingrediente explosivo que está envolvido nessa matéria.

Defendo, como sempre o fiz, o direito dos indígenas às suas terras, como determina a Constituição, e, da mesma forma, a demarcação das terras quilombolas. O que não pode ser feito é isso ser administrado de forma violenta, sem a presença do Estado para atuar como mediador nesse conflito. E essa omissão do Estado é inaceitável!

Ao receber a resposta à minha solicitação, fui informada de que o Sr. Ministro José Eduardo Cardozo destacou um secretário – e não um secretário-geral ou um secretário executivo, mas um Secretário – para atender uma Senadora da República.

Não há como não considerar essa atitude, Presidente Waldemir Moka, como um descaso, diante de questão de tamanha relevância. Não é, certamente, uma atitude republicana essa do Sr. Ministro da Justiça.

Da mesma forma, não há como não questionar a importância que o Ministro atribui ao trabalho desta Casa, quando uma Senadora, que busca colaborar com a resolução de um problema gravíssimo de competência do Ministério, é recebida por um funcionário de segundo escalão, com todo o respeito que tenho pelos servidores da casa. Mas essa é uma questão institucio-

nal, é uma questão que diz respeito à própria relação entre os Poderes. E vou tratar de uma questão que diz respeito às questões sociais também e de justiça.

Estou até, de certo modo, constrangida por essa iniciativa do Sr. Ministro.

As divergências sobre a demarcação de terras indígenas no meu Estado, Senador Moka, podem transformar-se em um conflito social de proporções imensuráveis. Tanto os índios, que habitavam as terras antes da chegada do homem branco, quanto as famílias que estão naquelas localidades há gerações lutam por terra, que é a fonte da própria subsistência.

No passado, já houve casos de confronto armado entre os índios e os agricultores, e eu não desejo isso. E a minha ação é exatamente para que haja uma mediação de pacificação nesses contenciosos, Sr. Presidente. Tenho a certeza de que o equívoco do Ministro José Eduardo Cardozo se trata de um erro de avaliação sobre os problemas existentes em localidades como Mato Preto, no Município de Getúlio Vargas, no norte do meu Estado.

Em 2004, a Funai iniciou o processo de demarcação de uma área indígena nessa localidade de Mato Preto, com a criação de um grupo técnico para a realização do trabalho. Esse grupo entregou um laudo técnico ao presidente da Funai em 2009.

As conclusões desse trabalho da Funai foram as de que, para a demarcação da reserva indígena que irá assentar 63 índios guaranis – vou repetir: 63 índios guaranis! –, é necessária a remoção de mais de 300 famílias de uma área de 4,230 mil hectares, que se situa nos Municípios de Erechim, Erebangó e Getúlio Vargas, cidades que ficam a aproximadamente 350 km de Porto Alegre.

Ali, o procurador que está atendendo essa questão, representando o Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Rodinei Candeia, de excelente preparo técnico – é professor universitário –, encontrou lesão grave à Constituição e, inclusive, violação ao próprio Direito Administrativo. Encaminhou, como representante do Estado, à Funai, para reexame, e ao Ministério da Justiça, que recomendou, remeteu o processo para a manifestação da Advocacia-Geral da União, que o devolveu à Funai, pedindo que refizesse todo aquele processo. Isso prova que alguma coisa não está andando adequadamente e que há usurpação, sim, de poder em relação a essas demarcações.

Situação semelhante, Sr. Presidente, ocorre nos Municípios de Sananduva e Cacique Doble, na região do Alto Uruguai, onde 74 famílias de cinco comunidades de pequenos agricultores estão ameaçadas de perder as suas propriedades com a criação da Terra Indígena Passo Grande do Forquilha, de 1,998 mil hectares.

Essas comunidades vivem em um clima de tensão e intranquilidade, pois, antes mesmo da conclusão do processo administrativo de demarcação das terras e desapropriação, os índios já iniciaram a ocupação das referidas áreas.

E, ainda por cima, de acordo com um manifesto produzido por entidades locais, tais ocupações estão sendo incentivadas e apoiadas pela própria Funai, que é o órgão que deveria estar intermediando, pacificamente, o conflito entre os pequenos agricultores e os índios.

Imagino que esse problema não esteja acontecendo apenas no Rio Grande do Sul, pois existem tribos indígenas em todo o País. E eles têm o direito de estar nas suas reservas, nas terras que lhes pertencem, mas isso deve ser feito de forma adequada, com justiça e com mediação do Estado.

Além disso, temos a questão dos quilombolas, que também reivindicam a demarcação de suas terras. No Município gaúcho de Maquiné, que fica na zona de Mata Atlântica, entre a serra e o litoral, famílias de agricultores e comunidades de quilombolas também travam uma disputa pela demarcação de suas terras.

E é por isso que a ação do Ministério da Justiça, como mediador desse conflito, é urgente e inadiável, antes que eles se acentuem e algo muito grave aconteça. As partes estão sob tensão, e isso é muito perigoso para a própria segurança dos envolvidos.

Também é necessária, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a construção de uma política de longo prazo, com a criação de comissão que avalie com precisão tais demarcações de terras indígenas e quilombolas, que hoje acontecem apenas de acordo com os critérios exclusivos da Funai, a qual tem se mostrado parcial nesse processo, gerando muita insegurança jurídica nas localidades em que atua.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das principais riquezas culturais do nosso País, se não a principal, é a miscigenação do nosso povo. Poucos de nós, brasileiros, podem dizer-se oriundos de uma única etnia.

O Brasil tem orgulho de ser formado por índios, negros, europeus e asiáticos. Todos os povos que aqui estavam ou imigraram para colonizar nossas terras foram fundamentais para a construção da identidade nacional e para o progresso do nosso País. Nenhum foi mais ou menos importante nesse processo. Todos os que participaram da construção do Brasil deram o máximo e o melhor de si, independentemente da sua origem.

Devemos levar em consideração, Sr. Presidente, o fato de que o mesmo Estado que hoje pede a retirada das famílias para a demarcação de terras indígenas foi quem estimulou a vinda de imigrantes há duzentos

anos, concedendo a eles o direito de propriedade sobre as terras que habitam.

Essas famílias têm tanta tradição e apego às suas propriedades quanto os índios que hoje reivindicam os seus direitos, após terem deixado as localidades há séculos.

Uma injustiça do passado não pode ser compensada com uma nova injustiça no presente.

Também é necessário analisar as peculiaridades históricas e geográficas de cada região e de cada situação.

No caso do Rio Grande do Sul, os índios e os negros não foram escravizados; conviveram em paz com os imigrantes europeus que vieram, principalmente, de Portugal, da Espanha, da Itália e da Alemanha.

As propriedades rurais que estão sendo desapropriadas para a demarcação de terras não são latifúndios, mas, sim, pequenas propriedades destinadas à agricultura familiar. São, portanto, a garantia de sobrevivência de milhares de pessoas que retiram da terra o seu sustento.

Precisamos acalmar os ânimos das populações envolvidas, prestar apoio, ouvir as pessoas e conhecer as realidades locais.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado já iniciou esse processo. Fomos ao Rio Grande do Sul, onde realizamos uma grande audiência pública com indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. Isso aconteceu na Assembleia Legislativa do meu Estado no dia 21 de outubro deste ano.

Foi uma participação surpreendente, que reuniu, no mesmo espaço, pequenos agricultores, quilombolas e lideranças indígenas.

Naquele momento, estávamos em um esforço coletivo, não só a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, por minha iniciativa, mas também a representação da Câmara Federal, por iniciativa do Deputado Luis Carlos Heinze e Alceu Moreira, que também trataram dessa questão. E, na Assembleia Legislativa, o próprio Presidente Adão Villaverde e o Deputado Edson Brum.

Foi uma grande oportunidade para que todos pudessem manifestar-se de forma democrática, pacífica e organizada.

Naquela ocasião, o Procurador do Estado Rodinei Candeia, a que me referi há pouco, declarou ter encontrado vícios de inconstitucionalidade e também atropelos ao Direito Administrativo nos processos de demarcação no Rio Grande do Sul, no caso tanto das áreas indígenas quanto quilombolas.

Agora, é preciso que o Ministério da Justiça também faça a sua parte, mas se uma Senadora não é recebida pelo Ministro para pedir a intermediação federal

a fim de evitar derramamento de sangue, imaginem, então, quando um negro quilombola, um índio ou um colono serão ouvidos naquele Ministério?

Não foi, aliás, nada republicana a atitude do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo. No final de semana retrasado, ouvi relatos dramáticos em Sananduva, já que os agricultores que pretendiam colher o trigo não puderam fazê-lo porque os índios os impediram. E, no Município de Charrua, o comerciante que fornece insumos aos índios que vivem da agricultura é vigiado pela Polícia Federal, como se fosse um fora da lei!

O Ministro José Eduardo Cardozo precisa ser sensível a essa demanda. Aliás, precisa até seguir o modelo do Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que, acertada e corretamente, criou uma comissão especial para acompanhar essa questão, já que há interesse do Estado e dos Municípios envolvidos nessa matéria.

Eu gostaria muito que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, seguisse o exemplo tomado pelo Governador do Rio Grande do Sul, meu adversário político, mas de quem reconheço a correta atitude tomada na criação dessa comissão de mediação.

É dessa forma que, republicaneamente, nós políticos temos as condições melhores de resolver questões pertinentes que envolvem aspectos não apenas étnicos, de direitos humanos, mas, sobretudo, questões sociais o mais relevantes possível.

É esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu quero apenas e tão somente dizer que essa questão da demarcação de terras indígenas é realmente um problema que precisa ser resolvido. Há uma decisão do Supremo, e é necessária uma manifestação da Advocacia-Geral da União no sentido de dizer se vai acatar ou não a decisão do Supremo e, a partir daí, orientar todos os órgãos do Governo.

Mato Grosso do Sul vive uma tensão semelhante à que vive o Rio Grande do Sul, assim como vários Estados. Penso que é preciso realmente que a gente possa ter uma definição em relação à questão jurídica, até porque, a partir daí, fica mais fácil administrar os conflitos.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui falar, no dia de hoje, da boa experiência, ou melhor, dos bons ventos da energia na Bahia, do preparo que o Estado vem, há muitos anos, empreendendo para obtenção da energia eólica e o sucesso desse programa.

Para que V. Ex^a tenha uma ideia, Sr. Presidente, a Bahia hoje representa, meu caro Senador Romero Jucá, 20% do que foi disponibilizado em leilões públicos para geração de energia eólica em todo o País. Vinte por cento! Vamos completar 52 parques eólicos até 2014, fruto desta política de atração de investimentos e, ao mesmo tempo, da instalação dessa base de geração de energia.

Já atraímos investimentos também na chamada indústria que fabrica o equipamento para colher o vento ou a indústria dos equipamentos da energia eólica, os aerogeradores, principalmente. Já temos uma empresa instalada na Bahia, a Gamesa, empresa espanhola, que fez um investimento de R\$50 milhões. Agora, no dia 30, teremos a entrega da instalação de mais uma empresa, a francesa Alstom, que deve começar as suas atividades, também com investimento da ordem de R\$50 milhões. A GE já assinou protocolo com o Estado da Bahia e deve também fazer investimentos na ordem de quase R\$45 milhões para a instalação. Além dessas, já tivemos um contato com a Vestas, que é uma empresa dinamarquesa, a maior empresa de produção de equipamentos de energia eólica do mundo hoje, que deve também chegar para colher os ventos na Bahia ou para nos ajudar nessa empreitada de se relacionar com os ventos.

Como dizem os sertanejos baianos, quanto mais seco, Senadora Ana Rita, mais vento, na teoria do sertanejo, na teoria do agricultor. Se analisarmos friamente, é até o inverso. Muito antes de qualquer desenvolvimento, de qualquer pesquisa, o sertanejo dizia que, na Bahia, tinha muito vento, quando usava a expressão de quanto mais seco, mais vento. É a relação do sertanejo com a água, com a chuva. Ele ia fazendo essa leitura.

Nessa esteira de desenvolvimento, a Bahia também terá, ainda em janeiro, o primeiro parque eólico em funcionamento na região da Chapada Diamantina, na cidade de Brotas de Macaúbas, uma cidade que fica aproximadamente a 600km da cidade de Salvador.

E nós teremos ali já o início de três áreas de utilização de energia eólica, sendo que cada uma deverá gerar algo em torno de 30MW com 45 parques ou 45 torres instaladas, aliás, 57 torres, permitindo, assim, uma ampliação dessa nossa... São 57 torres, três áreas de ativação, com 30MW em cada área, perfazendo, portanto, um total de 90MW, que serão já gerados a partir de janeiro do ano que vem.

Para que as pessoas tenham uma ideia da força do vento, somente esses investimentos em Brotas de Macaúbas, por exemplo, consomem algo da ordem de R\$400 milhões.

A Bahia, volto a frisar, fez um contrato para 54 parques eólicos, que devem gerar 1.400MW de ener-

gia. Então, estou falando, Senador Romero Jucá, de R\$400 milhões para 90MW. Imagine quando atingirmos, em 2014, o restante, que será de, aproximadamente, 1.300MW! O nosso total é de 1.400, e 90 deverão entrar em operação em janeiro.

Ainda em 2012, 18 parques entrarão em operação, num total de 413MW de geração de energia, completando, em 2014, portanto, os 1.400MW de geração, o que deve nos levar a um investimento superior a R\$1,5 bilhão com essa geração de energia. Consequentemente, há outra economia gerada nisso. Brincava, inclusive, o nosso Secretário de Infraestrutura e também Vice-Governador do Estado, Otto Alencar, dizendo que a energia eólica agora representa os *royalties* do sertão.

Nessas áreas – aí quero dar o exemplo da cidade de Brotas de Macaúbas, onde nós já estamos experimentando a relação com o agricultor –, os agricultores, cujas áreas serão utilizadas para assentarem as torres e os aerogeradores, além de terem acesso a essa energia, também receberão, em média, por ano, algo em torno de R\$6 mil, chegando, em alguns casos, até a R\$8 mil por ano, o que representa uma média de mais de um salário mínimo por mês para possibilitar, efetivamente, uma espécie de contrapartida, de aluguel dessas áreas utilizadas.

Portanto, são os ventos bons soprando na Bahia, na medida em que fazem esse suprimento de energia. E eu quero fazer uma associação para que quem está nos escutando possa entender a proeza dessa área.

A Bahia tem hoje algo em torno de 11 mil *megawatts* de energia sendo gerados por hidrelétricas e por termelétricas. Onze mil *megawatts*! Então, significa dizer que, com esses 52 parques que nós vamos ativar, até 2014, com algo em torno de 1,4 mil *megawatts*/hora, nós vamos gerar com energia eólica mais de 10% do que nós geramos hoje com hidrelétricas e termelétricas.

Portanto, começar uma unidade dessa forma, começar utilizando energia alternativa com esse potencial é uma ousadia muito grande. E nós vamos disputar os leilões que estão apontados para acontecer agora e em março do ano que vem.

Se tudo der certo, em outra parte da chapada, mais precisamente na cidade de Morro do Chapéu, onde os ventos também sopram com intensidade, nós vamos ampliar os nossos parques. E o nosso desejo é de que a Bahia possa contratar mais 20 parques eólicos, perfazendo um total de 72 parques eólicos para a geração de energia.

Esse desafio é associado a duas grandes frentes: primeiro, suprir essa questão da matriz energética com uma fonte alternativa, com uma fonte limpa, possibilitando assim a expansão da oferta de energia não só para a habitação, mas também para a atividade agrícola,

para a atividade industrial, para impulsionar a economia. Essa é uma vertente importantíssima. Estamos colocando, de um lado, uma fonte de energia limpa que está atraindo indústrias para o Estado da Bahia e, ao mesmo tempo, também serve para estimular, em cada local desses, o desenvolvimento econômico.

Nós não conseguimos deslocar a atividade industrial ou comercial ou a atividade econômica para outros lugares do Estado se não ofertarmos energia. Por que historicamente os investimentos na Bahia se concentraram na região metropolitana de Salvador? Por conta exatamente da chamada infraestrutura. E energia é um dos pilares centrais dessa infraestrutura. Energia, comunicação, estradas e logística são elementos decisivos nessa competitiva batalha pela atração de investimentos.

Portanto, essa vertente da geração de energia é um passo significativo para que possamos desconcentrar a economia da Bahia, desconcentrando investimento na região metropolitana e pulverizando esse investimento por toda a Bahia, meu caro Gim Argello, para permitir, assim, a geração de emprego local.

Essa experiência começamos a viver, inclusive, com o Luz para Todos. A Bahia fez mais de 450 mil ligações de luz. Contratamos, agora, mais 150 mil, o que gerou emprego, porque as pessoas precisavam instalar postes, puxar fios, fazer toda a ativação, gerou uma linha de negócios, com a fabricação de postes no Estado – inclusive, no ano passado, faltou poste – e também a contratação de mão de obra local.

Portanto, foram gerados postos de trabalho, e não é à toa que conseguimos atingir, este ano, uma grande marca: dos novos empregos gerados na Bahia, 60% ocorreram fora da região metropolitana de Salvador, numa demonstração clara do acerto da política, implantar uma ação de matriz energética; mexer na infraestrutura; impulsionar o desenvolvimento local; continuar aquecendo a economia; gerar trabalho e renda; aumentar o consumo local; incentivar a atividade comercial e associá-la à agricultura...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Ana Rita, dos produtores da agricultura familiar, à merenda escolar; associar isso, como fizemos agora, à rede de turismo e à rede de supermercados, para que eles adquiram produtos da agricultura familiar. Com isso, vai-se diversificando e desconcentrando a atividade econômica.

Nesta quinta-feira, na Bahia, na cidade de Camaçari, vamos assistir à instalação de mais uma indústria, agora com outra característica: ainda que implantada em Camaçari, o objeto central de seu esforço, de sua

produção terá de se instalar no interior do Estado, em cada local.

É importante lembrar, Senador Moka, que essa política também resolve o problema crucial de adoção de medidas, para que possamos fazer a preservação dos nossos mananciais.

Portanto, temos, pela frente, o desafio de ampliar a nossa oferta de energia, para continuar estimulando o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, alimentando, em cada cidade, o potencial que cada uma tem, enxergando a proeza entre a produção agrícola, a diversificação da atividade econômica em várias regiões da Bahia. Nesses locais a que estou me referindo aqui, por exemplo, que nós teremos em 2012 e 2014, temos a região de Guanambi e Caetitê, que é uma região rica em mineral, principalmente ferro, onde nós teremos a principal usina de ferro, de mineração e outras frentes também, e que, ao mesmo tempo, servirá para alimentar a nossa grande obra, que é a Ferrovia Oeste-Leste, que sairá do oeste da Bahia e chegará até o Porto Sul.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

Inscrita, na sequência, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Moka, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Senadora Ana Amélia e os demais Senadores aqui presentes, conforme é de conhecimento de todos, na semana passada, dia 25 de novembro, comemoramos o Dia Internacional de Enfretamento à Violência contra a Mulher. Quem acompanhou hoje cedo o programa da Ana Maria Braga pôde perceber o quanto esse tema é importante, e é necessário debatê-lo de fato, a fim de assegurar a implementação da Lei Maria da Penha, para que as mulheres possam ser mais bem protegidas.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, alguns dados e quero aproveitar a oportunidade para expô-los a todos vocês. A cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil, segundo dados do módulo de Violência Doméstica da pesquisa “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc.

No Espírito Santo, 10 mulheres são assassinadas para cada mil habitantes. Só para ter uma ideia, de setembro do ano passado até setembro deste ano de 2011, somente na região metropolitana da Grande Vitória, foram assassinadas 10 mulheres por mês. Ou seja, no período de um ano, mais ou menos 110 mu-

Iheres foram assassinadas na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Dados do Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari, nos mostram que o Estado do Espírito Santo ocupa o 1º lugar no *ranking* dos Estados brasileiros com maior número de assassinatos contra mulher.

A pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada em 70 Municípios brasileiros, com 1.800 homens e mulheres, aponta que o medo de ser morta é um dos principais motivos que leva a vítima a não romper com o agressor.

Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas.

Como eu disse, na semana passada comemoramos o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Um dia que serve para lembrar as irmãs Mirabal, opositoras da ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, na República Dominicana. Minerva, Pátria e Maria Tereza, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas, em 25 de novembro de 1960, por estarem na luta, no combate à violência contra as mulheres.

Destaco que todo dia é dia de luta para reforçarmos as nossas trincheiras pela eliminação da cultura machista de nossa sociedade, que acaba por legitimar que mulheres sejam vítimas de agressões, de violações e, de certa forma, com a convivência da sociedade.

Não existem direitos diferenciados! Homens e mulheres têm absolutamente os mesmos direitos na sociedade. Ninguém tem o direito de maltratar o outro – a outra geralmente – por nenhum motivo. Portanto, vamos exigir que se cumpram sempre os nossos direitos, que são absolutamente iguais!

As agressões físicas, que não deixam de ser, também, uma violência psicológica, ainda são a principal forma de manifestação direta da discriminação contra a mulher, aliada à discriminação velada, ou nem tanto, que teima em colocar a mulher em situação de inferioridade em relação aos homens.

A violência contra a mulher, Senadora Ana Amélia, é uma construção com início nas construções sociais, que relegam um papel muitas vezes secundário às mulheres, finalizando, com sua expressão física, pela violência de fato.

Apesar de uma vida sem violência ser o direito das mulheres assegurado pela Constituição Federal, por convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, pela Lei Maria da Penha, pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelecem o desenvolvimento de ações governamentais voltadas à prevenção e erradicação de todas as

formas de violência contra as mulheres, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas com base na legislação nacional, esse direito, na prática, não tem sido respeitado dentro dos lares em muitas situações, como se não fosse uma continuidade da sociedade, como se fosse um mundo à parte.

Foi para combater a violência doméstica que conseguimos, Sr. Presidente, aprovar a Lei Maria da Penha, mas temos visto que, para sua efetividade, toda a sociedade tem de colaborar, denunciando a violência e auxiliando a mulher vítima a buscar ajuda policial.

Não podemos nos esquecer de que a mulher vítima tem grande problema para fazer a denúncia, para buscar sua proteção. A situação de violência em que ela se encontra a prende de tal forma que a denúncia é uma ação quase impensável para muitas mulheres. Por isso, a sociedade tem uma responsabilidade grande em auxiliar essas mulheres, Sr. Presidente.

Dizem sempre que, em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher. Eu digo que sim, que, em briga de marido e mulher, se deve, sim, meter a colher, porque um tapa hoje pode significar um tiro ou uma facada amanhã. Um grito de uma mulher, que um vizinho ouça e sobre o qual diga que, “em briga de marido e mulher, eu não me meto”, pode significar a perda de uma vida dali a pouco. Portanto, tem, sim, que se meter a colher, porque, quando uma pessoa é agredida, socorro lhe deve ser prestado.

É preciso superar tamanha violência contra as mulheres e repactuar as políticas públicas para assegurar direitos tão sonhados às mulheres como a carteira de trabalho assinada, creche perto de casa para os filhos, maior oportunidade de formação, licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras das empresas privadas e equidade salarial.

Neste ponto, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores aqui presentes, quero chamar atenção para as políticas públicas acertadas da Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher presidenta do Brasil, e da nossa Ministra de Políticas para as Mulheres, a nossa grande companheira Iriny Lopes, que definiram o combate à feminização da pobreza como um dos eixos centrais do Governo.

Superar a pobreza, que, no Brasil, tem cor e gênero – a maioria é mulher, empregada doméstica e negra –, significa garantir a autonomia econômica, a emancipação social e política das mulheres.

Pesa para as mulheres agredidas o lado financeiro na hora de denunciar a violência sofrida. Por isso, a inserção no mundo do trabalho é tão importante. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009), do IBGE, mostra que, enquanto a participação dos homens no mercado de trabalho é de 76,6%, a

das mulheres é de 52,4%. Hoje, nosso salário médio é 30% inferior ao dos homens.

Devemos estar atentas e vigilantes também para a defesa da Lei Maria da Penha, que sofre ataques. Reforço: a Lei é um dos mais poderosos instrumentos para combater a violência doméstica e familiar. Mais do que isso, as mulheres brasileiras, em diferentes pesquisas, mostram conhecer a lei.

Segundo levantamento do DataSenado, realizado em março deste ano, 60% das mulheres pesquisadas declararam acreditar que a proteção contra a violência melhorou após a criação da Lei Maria da Penha, Sr. Presidente.

Outro ponto que considero prioritário é a discussão da reforma política. Temos que incidir, participar ativamente e nos organizar para garantirmos a paridade nas disputas eleitorais e reforçarmos a presença das mulheres nos espaços do poder.

Para vencermos a inércia do sistema político atual, que tende, por sua própria evolução, a perpetuar o viés de gênero que caracteriza nossa política, defendo o financiamento público de campanha. Ele democratiza o processo eleitoral e faz com que todas e todos disputem em igualdade econômica.

Defendo, também, o voto em lista preordenada e que a lista seja composta por uma mulher e um homem, na proporção de 50% cada.

Nossos desafios não são poucos. Acredito, efetivamente, que somos capazes de construir um mundo melhor.

Ousar e sonhar para concretizarmos as transformações sociais que queremos é essencial e possível!

Sr. Presidente, preciso de mais um tempo para concluir o meu discurso. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já prorroguei por dois minutos, mas vou conceder-lhe mais dois.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Em homenagem às mulheres, quero solicitar-lhe um tempo maior porque quero destacar que, na última sexta-feira, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, junto com os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, lançaram a ampliação da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, destinado às mulheres vítimas de violência que residem em outros países.

Este é um serviço de extrema importância, um verdadeiro aliado de mulheres e homens que querem denunciar a violência e que revelam que, de abril de 2006 a outubro de 2011, foram registrados mais de dois milhões de atendimentos. A partir de janeiro de

2007, quando o sistema foi adaptado para receber informações sobre a Lei Maria da Penha, a busca por este serviço contabilizou quase 440 mil registros.

De janeiro a outubro deste ano, houve mais de 530 mil ligações. No mesmo período, foram registrados mais de 58 mil relatos de violência. Desse total, mais 35 mil foram de violência física.

A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Ligue 180 e que também é vítima da violência tem de 20 a 40 anos, possui ensino fundamental completo ou incompleto e convive com o agressor por 10 anos ou mais.

Os dados da SPM revelam que o percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é de 44%. Os números mostram que 66% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

A pesquisa da SPM mostra, ainda, que o crescimento da utilização do serviço 180 é contínuo nos últimos quatro anos.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Para concluir, mais um minuto, Senadora Ana Rita. Não posso lhe conceder mais tempo.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Cada vez mais, o 180 é utilizado pela sua confiabilidade e garantia de anonimato de quem denuncia. As mulheres se sentem seguras e encorajadas ao usarem o 180.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu apenas quero dizer que, neste último sábado, nós também lembramos o Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres no Estado do Espírito Santo. Foi emocionante assistir, na cerimônia, ao vídeo da Campanha: Quem Ama Abraça!

E eu quero aqui fazer uma solicitação a todos que nos ouvem para que acessem o *site* da SPM para conhecerem e acompanharem essa campanha, assistindo ao vídeo da Campanha: Quem ama abraça!

Quero, Sr. Presidente, considerar o meu discurso como lido. Em outro momento, falarei sobre esse tema também, que é de suma importância para todas as mulheres.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA ANA RITA.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas no Brasil, segundo dados do módulo de Violência Doméstica da pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc.

No Espírito Santo, 10 mulheres são assassinadas para cada mil habitantes. Dados do Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari, nos mostram, que o meu Estado ocupa o 1º lugar no ranking dos estados brasileiros com maior número de assassinatos contra mulher.

A pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada em 70 municípios brasileiros, com 1,800 homens e mulheres, aponta que o medo de ser morta é um dos principais motivos que leva a vítima a não romper com o agressor.

Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas,

Na semana passada comemoramos o Dia Internacional da não violência contra a mulher. Um dia que serve para relembrar as irmãs Mirabal, opositoras da ditadura de Rafael Leonidas Trujillo, na República Dominicana. Minerva, Pátria e Maria Tereza, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas, em 25 de novembro de 1960, por estarem na luta, no combate à violência contra as mulheres.

Destaco que todo dia é dia de luta para reforçarmos as nossas trincheiras pela eliminação da cultura machista de nossa sociedade, que acaba por legitimar que mulheres sejam vítimas de agressões, de violações e, de certa forma, com a conivência da sociedade.

Não existem direitos diferenciados! Homens e mulheres têm absolutamente os mesmos direitos na sociedade. Ninguém tem o direito de maltratar o outro - a outra geralmente - por nenhum motivo. Portanto, vamos exigir que se cumpra sempre: os nossos direitos que são absolutamente iguais!

As agressões físicas, que não deixam de ser, também, uma violência psicológica, ainda são a principal forma de manifestação direta da discriminação contra a mulher, aliada à discriminação velada, ou nem tanto, que teima em colocar a mulher em situação de inferioridade em relação aos homens.

A violência contra a mulher é uma construção com início nas construções sociais, que relegam um papel muitas vezes secundário às mulheres, finalizando com sua expressão física, pela violência de fato.

Apesar de uma vida sem violência ser o direito das mulheres assegurado pela Constituição Federal, por convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, pela Lei Maria da Penha, pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelecem o desenvolvimento de ações governamentais voltadas à prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas com base na legislação nacional, esse direito, na prática,

não tem sido respeitado dentro dos lares em muitas situações, como se não fosse uma continuidade da sociedade, como se fosse um mundo à parte.

Foi para combater a violência doméstica que conseguimos aprovar a Lei Maria da Penha, mas temos visto que, para sua efetividade toda, a sociedade tem que colaborar, denunciando a violência, auxiliando a mulher vítima a buscar ajuda policial.

Não podemos nos esquecer de que a mulher vítima tem grande problema para fazer a denúncia, para buscar sua proteção. A situação de violência em que ela se encontra a prende de tal forma que a denúncia é uma ação quase impensável para muitas mulheres. Por isso, a sociedade tem uma responsabilidade grande em auxiliar essas mulheres.

Dizem sempre que, em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher. Eu digo que sim, que, em briga de marido e mulher, se deve, sim, meter a colher, porque um tapa hoje pode significar um tiro ou uma facada amanhã. Um grito de uma mulher, que um vizinho ouça e sobre o qual diga que “em briga de marido e mulher eu não me meto”, pode significar a perda de uma vida dali a pouco. Portanto, tem, sim, que se meter a colher, porque, quando uma pessoa é agredida, socorro lhe deve ser prestado.

É preciso superar tamanha violência contra as mulheres e repactuar as políticas públicas para assegurar direitos tão sonhados às mulheres como a carteira de trabalho assinada, creche perto de casa para os filhos, maior oportunidade de formação, licença maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras das empresas privadas e equidade salarial.

Neste ponto, quero chamar atenção para as políticas públicas acertadas da presidenta Dilma Rousseff – primeira mulher presidenta do Brasil – e da nossa ministra de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, que definiram o combate à feminização da pobreza como um dos eixos centrais do Governo.

Superar a pobreza que no Brasil tem cor e gênero - a maioria é mulher, empregada doméstica e negra -, significa garantir a autonomia econômica, a emancipação social e política das mulheres.

Pesa para as mulheres agredidas o lado financeiro na hora de denunciar a violência sofrida. Por isso, a inserção no mundo do trabalho é tão importante. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009), do IBGE, mostra que enquanto a participação dos homens no mercado de trabalho é de 76,6% a das mulheres é de 52,4%. Hoje, nosso salário médio é 30% inferior aos dos homens.

Devemos estar atentas e vigilantes, também, para defesa da Lei Maria da Penha que sofre ataques. Reforço: a lei é um dos mais poderosos instrumentos para

combater a violência doméstica e familiar. Mais do que isso, as mulheres brasileiras em diferentes pesquisas mostram conhecera lei.

Segundo levantamento do DataSenado, realizado em março deste ano, 60% das mulheres pesquisadas declararam acreditar que a proteção contra a violência melhorou após a criação da Lei Maria da Penha,

Outro ponto que considero prioritário é a discussão da reforma política. Temos que incidir, participar ativamente e nos organizarmos para garantirmos a paridade nas disputas eleitorais e reforçarmos a presença das mulheres nos espaços do poder.

Para vencermos a inércia do sistema político atual, que tende, por sua própria evolução, a perpetuar o viés de gênero que caracteriza nossa política, defendo o financiamento público de campanha. Ele democratiza o processo eleitoral e faz com que todas e todos disputem em igualdade econômica.

Defendo, também, o voto em lista preordenada e que a lista seja composta por uma mulher e um homem, na proporção de 50% cada.

Nossos desafios não são poucos. Acredito, efetivamente, que somos capazes de construir um mundo melhor.

Ousar e sonhar para concretizarmos as transformações sociais que queremos é essencial e possível!

Aproveito para destacar que, na última sexta-feira, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, junto com os ministros da Justiça, José Eduardo Cardoso e das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, lançaram a ampliação do atendimento da Central de Atendimento a Mulher, o Ligue 180, destinado as mulheres vítimas de violência que residem em outros países.

Este é um serviço de extrema importância, um verdadeiro aliado de mulheres e homens que querem denunciar a violência e que revelam que, de abril de 2006 a outubro de 2011, foram registrados mais de dois milhões de atendimentos. A partir de janeiro de 2007, quando o sistema foi adaptado para receber informações sobre a Lei Maria da Penha a busca por este serviço contabilizou quase 440 mil registros.

De janeiro a outubro desse ano, houve mais de 530 mil ligações. No mesmo período, foram registrados mais de 58 mil relatos de violência. Desse total, mais 35 mil foram de violência física.

- A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Ligue 180 e que também é vítima da violência tem de 20 a 40 anos, possui ensino fundamental completo ou incompleto e convive com o agressor por 10 anos ou mais.

Os dados da SPM revelam que o percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é 44%. Os números mostram que 66% dos filhos presenciaram a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

A pesquisa da SPM mostra, ainda, que o crescimento da utilização do serviço 180 é contínuo nos últimos quatro anos. Cada vez mais o 180 é utilizado pela sua confiabilidade e garantia de anonimato de quem denuncia. As mulheres se sentem seguras e encorajadas ao usarem o 180.

Neste sentido, gostaria de parabenizar a ministra Iriny Lopes e a toda a equipe da SPM por este brilhante trabalho. Quero parabenizar a ministra, ainda, pelo lançamento deste serviço, na última sexta-feira, para atender as mulheres brasileiras, vítimas da violência, que moram em outros países. Não tenho dúvidas de que o Disque 180 vai ser um forte aliado das nossas mulheres no exterior. E, como disse a companheira Iriny, na fala do lançamento do serviço, em Brasília, uma ligação pode significar a diferença entre a vida e a morte de uma mulher!

Destaco que, no último sábado, também, lembramos o Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres em Meu Estado. Foi emocionante assistir na cerimônia o vídeo da Campanha "Quem Ama Abraça".

A Campanha Quem Ama Abraça, marca os 30 anos do dia 25 de novembro – Dia Internacional de Luta pela Não Violência contra as Mulheres e os 20 anos dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra as Mulheres.

Para finalizar, senhoras e senhores, quero parabenizar ao movimento de mulheres, as feministas e as entidades que lutam e se dedicam diariamente por uma vida livre de violência, que buscam dar visibilidade a essa luta, buscando comprometer a sociedade com esse objetivo.

Parabenizo também as mulheres guerreiras do Espírito Santo e do Brasil.

Vamos todos, homens e mulheres, levantar nossas vozes contra o preconceito e combater a violência contra a mulher, todos os dias, e intensificar nossa luta.

Um vida sem violência é um direito de todas as mulheres!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, a Presidência lhe concedeu cinco minutos a mais, e há outros oradores inscritos. Realmente o tema é muito importante e parabenizo V. Ex^a por trazê-lo hoje à tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, pela liderança do Governo, o Senador Romero Jucá. Antes, porém, pela ordem, Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já está na mesa, apenas para ratificar a minha inscrição como líder pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, V. Ex^a já está inscrito.

Pela liderança do Governo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, também para pedir a V. Ex^a me inscrever para falar pela liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, na sequência de liderança. Evidentemente, vamos alternando com os oradores inscritos. V. Ex^{as} conhecem a prática da Casa.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro acerca do debate que está ocorrendo internamente no PMDB exatamente para discutir itens e compromissos do PMDB com o povo brasileiro.

Nós tivemos no Fórum Nacional, realizado em 15 de setembro, a discussão e aprovação de quinze itens para debate. Esses itens serão discutidos agora, exatamente num encontro, a ser confirmado no dia 1º de dezembro, do Diretório do Conselho Político e da Executiva Nacional.

Gostaria rapidamente de falar nos quinze itens que foram compromissos do PMDB.

1) Lutar pela democratização do conhecimento entre todos os brasileiros, para garantir:

– Universalização do Ensino Fundamental Qualificado para a alfabetização de todos os brasileiros até eles completarem oito (08) anos de idade;

– Universalização do Ensino Médio. Ensino em Turno Integral: 1º Turno para a formação pedagógica e 2º Turno para a formação técnica profissionalizante;

– Ensino Superior: garantir, progressivamente, o acesso para todos os jovens concluintes do ensino médio;

2) Reforçar nosso compromisso com a materialização da garantia constitucional da Saúde Pública Universal, Gratuita e de Qualidade;

3) Promover a participação da sociedade na política de segurança, por meio da instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança;

4) Lutar pela garantia da instabilidade econômica, baixa inflação, controle das contas públicas e crescimento sustentável em todo o território nacional;

5) Garantir a liberdade de imprensa, que é luta nossa desde a criação do MDB;

6) Estimular a pesquisa e a produção científica, a partir da interação do cabedal de conhecimento das universidades públicas, com vistas à progressiva inserção do conhecimento e da produção nacional no mercado globalizado;

7) Implantar a meritocracia no serviço público;

8) Promover a transparência absoluta na gestão pública;

9) Revisar o pacto federativo, com a distribuição do bolo tributário nacional proporcionalmente aos encargos dos entes federados, com a garantia de equidade fiscal para a população;

10) Defender a Reforma Política, pois a Democracia é feita com partidos políticos fortes e, em tal reforma, deveremos lutar pelo fortalecimento dos partidos e pela valorização dos cidadãos;

11) Reiterar nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental;

12) Estimular a participação das empresas brasileiras, públicas e privadas, nos negócios de interesse e oportunidade para a Nação brasileira no mercado globalizado;

13) Zelar pela tradição da diplomacia brasileira, que ganhou respeito internacionalmente pela defesa da democracia na organização estatal e da paz entre os povos;

14) Promover a participação qualificada de nossos militantes em todas as redes sociais;

15) Renovar nosso compromisso com a classe trabalhadora brasileira, observando a tendência das sociedades desenvolvidas, com a modernização permanente da jornada de trabalho e da seguridade social.

Esses são os pontos tocados, Sr. Presidente.

Peço a transcrição da carta “Aos Peemedebistas e aos Brasileiros” e “Compromissos do PMDB com o povo brasileiro”, ao tempo em que registro os compromissos do partido em melhorar e apoiar o Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

AOS PEEMEDEBISTAS E AOS BRASILEIROS

O Brasil, fruto do trabalho de toda a sociedade, com nossa participação política, conquistou um alto patamar de crescimento econômico com distribuição de renda, a partir de uma política econômica que sempre esteve na base de nosso programa, fazendo com que brotasse de segmentos antes pobres uma nova e pujante classe média.

Como coautores desta conquista, é chegada a hora de nos dedicarmos, profundamente, à garantia de permanentes avanços para todos os brasileiros, com políticas sociais que garantam tal mobilidade social.

Fazendo com que cresça esta nova classe média, com a correspondente melhora de sua qualidade de vida, e se reduza a pobreza que porventura ainda exista.

Isto só será possível se, em todos os municípios do Brasil, nossos companheiros promoverem ações que correspondam às demandas desta nova realidade social que ajudamos a fazer acontecer, e que, a partir da mobilização partidária para as próximas eleições, queremos ser precursores de seus novos avanços.

COMPROMISSOS DO PMDB COM O POVO BRASILEIRO

Diante da preliminar de compromisso com a permanente mobilidade social de nossa gente, o PMDB lista, para o debate e o oferecimento de sugestões, nos municípios, nos estados e, por último, em congresso nacional reunindo o Diretório e o Conselho Político, a ser realizado em Brasília no dia primeiro (1º) de dezembro vindouro, temas vinculados ao nosso programa partidário, à nossa proposta de governo e também às sugestões de nossa Comissão Executiva Nacional:

- 1) Lutar pela democratização do conhecimento entre todos os brasileiros, para garantir:
 - Universalização do Ensino Fundamental Qualificado para a alfabetização de todos os brasileiros até eles completarem oito (08) anos de idade;
 - Universalização do Ensino Médio. Ensino em Turno Integral: 1º Turno para a formação pedagógica e 2º Turno para a formação técnica profissionalizante;
 - Ensino Superior: garantir, progressivamente, o acesso para todos os jovens concluintes do ensino médio;
- 2) Reforçar nosso compromisso com a materialização da garantia constitucional de Saúde Pública Universal, Gratuita e de Qualidade, defendendo os indispensáveis avanços do SUS, inclusive com fonte suficiente de financiamento vinculada ao Orçamento nos três níveis da Administração Pública;
- 3) Promover a participação da sociedade na política de segurança, por meio da instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança:
 - Estimular a instalação das Delegacias da Mulher;
 - Instalar delegacias para apuração de crimes raciais;
 - Difundir a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora;
- 4) Lutar pela garantia da estabilidade econômica, baixa inflação, controle das contas públicas e crescimento sustentável em todo território nacional;

- 5) Garantir a liberdade de imprensa, que é luta nossa desde a criação do MDB;
- 6) Estimular a pesquisa e a produção científica, a partir da interação do cabedal de conhecimento das universidades públicas, com vistas à progressiva inserção do conhecimento e da produção nacional no mercado globalizado;
- 7) Implantar a meritocracia no serviço público, com metas coerentes com a realidade de cada ente federado, e os correspondentes planos de carreira e de remuneração;
- 8) Promover a transparência absoluta na gestão pública, disponibilizando o acesso a todos os atos administrativos por via da rede mundial de computadores;
- 9) Revisar o pacto federativo, com a distribuição do bolo tributário nacional proporcionalmente aos encargos dos entes federados, com a garantia de equidade fiscal para a população;
- 10) Defender a Reforma Política, pois a Democracia é feita com partidos políticos fortes e, em tal reforma, deveremos lutar pelo fortalecimento dos partidos e pela valorização dos cidadãos;
- 11) Reiterar nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, que deve andar de braços dados com o desenvolvimento humano, social e econômico em todas as regiões do país como, por exemplo, nossas posições na revisão do Código Florestal Brasileiro;
- 12) Estimular a participação das empresas brasileiras, públicas e privadas, nos negócios de interesse e oportunidade para a nação brasileira em todo o mercado globalizado, inclusive com mecanismos de defesa contra as práticas protecionistas ou predatórias;
- 13) Zelar pela tradição da diplomacia brasileira, que ganhou respeito internacionalmente pela defesa da Democracia na organização estatal e da paz entre os povos;
- 14) Promover a participação qualificada de nossos militantes em todas as redes sociais, levando nossas mensagens e propostas ao conhecimento de todas as comunidades de nosso país, vale dizer, a todos os brasileiros; e
- 15) Renovar nosso compromisso com a classe trabalhadora brasileira, observando a tendência das sociedades desenvolvidas, com a modernização permanente da jornada de trabalho e da seguridade social.

Brasília, 15 de setembro de 2011.

Senador Valdir Raupp

Presidente Nacional do PMDB.

Deputado Eliseu Padilha

Presidente da Fundação Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Senador Romero Jucá.

Na sequência, o Senador Anibal Diniz como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, tudo indica que amanhã teremos a aprovação, aqui em plenário, do relatório do Código Florestal, que já foi aprovado em todas as Comissões, na de Constituição, Justiça e Cidadania, depois, na de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na de Agricultura e Reforma Agrária e, por último, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, tiveram um trabalho muito difícil para poder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Anibal Diniz, só interrompendo, porque a Presidência quer registrar e agradecer a visita do grupo de idosos da cidade de Recife. Sejam bem-vindos a esta Casa!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC.) – Sejam muito bem-vindos!

Então, amanhã teremos a aprovação, em plenário, do relatório, com todos os destaques do Código Florestal. Em vista de tudo que se debateu, principalmente na Comissão de Meio Ambiente, que era terminativa, os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, mesmo tendo feito um trabalho muito profícuo, muito difícil de compatibilização de todos os interesses e apresentar uma proposta que é a média daquilo que seria aceitável para que o Brasil continue produzindo, continue fazendo a diferença em termos de produção de alimentos com mais sustentabilidade, ainda com todo esse trabalho de mediação, ouve vozes dissonantes, discordantes, algumas praticando algumas injustiças, principalmente em relação ao relatório produzido pelo Senador Jorge Viana.

Eu disse na Comissão de Meio Ambiente que votava a favor do relatório final do Senador Jorge Viana justamente porque sabia do seu compromisso tanto com a continuidade da produção no Brasil, quanto com a defesa das nossas florestas, dos nossos rios e de todos os nossos mananciais. Vi nas redes sociais, acompanhando principalmente *blogs* e *sites*, muitas agressões ao companheiro Jorge Viana, uma delas inclusive dizendo que o companheiro Jorge Viana havia trocado Chico Mendes por Kátia Abreu. Isso não é justo, não é justo que se faça uma afirmação dessas para um companheiro que tem a sua história completamente comprometida e confundida até com a causa florestal; foi o grande artífice do governo da floresta, que deu início a todo o

projeto de sustentabilidade do Governo do Acre, que fez o Acre se tornar uma referência nessa área florestal e de sustentabilidade de todo o Brasil. Então, não é justo que se assaque contra Jorge Viana qualquer dúvida quanto à sua completa devoção à defesa da floresta e à defesa dos homens da floresta.

Nesse sentido, escrevi um artigo e fiz publicar no principal jornal do Acre, o *Jornal A Gazeta*, que está no meu *site*. Faço questão de lê-lo na íntegra, para que conste dos *Anais* do Senado, porque o companheiro Jorge Viana merece um voto de solidariedade neste momento, e o faço, a partir deste momento, lendo a íntegra do artigo que publiquei no *Jornal A Gazeta*, do último domingo.

Com Jorge Viana, Código Florestal ficou melhor!

Apesar da preocupação legítima de alguns e da reação injusta de outros que orientam seus atos pelo reflexo dos holofotes, o Código Florestal aprovado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, com a competente relatoria do companheiro senador petista Jorge Viana, constitui-se num importante instrumento de defesa das nossas florestas, porque foi capaz de compatibilizar sustentabilidade ambiental e aumento da produção de alimentos em todos os biomas brasileiros.

Digo isso com total convicção de que a melhor política, em todos os tempos, sempre foi a construção do possível com as condições reunidas naquele momento. É natural que ambientalistas reivindicuem passos a mais rumo às suas convicções e que ruralistas tenham feito e continuem fazendo toda sorte de pressão rumo a menos obrigações e maior lucratividade de suas propriedades, mas não há como negar que o texto final produzido por Jorge Viana com a competente e comprometida equipe que o assessorou, foi o resultado de um bom entendimento, de exaustivas reuniões e audiências com os mais diversos segmentos científicos e produtivos da sociedade. Todos hão de convir que o texto assinado por Jorge Viana, que deverá ser aprovado nesta terça-feira pelo plenário do Senado, ficou infinitamente melhor do que aquele aprovado pela Câmara seis meses atrás.

Em nenhum momento o relatório do senador Jorge Viana prevê anistia ou complacência com quem desmatou ilegalmente. Ao contrário, a nova Lei estabelece que todos terão que fazer a recomposição: grandes, médios e pequenos. É um texto que cria as condições para que os produtores conquistem a legalidade de suas propriedades através de práticas sustentáveis de recomposição de APPs e Reservas Legais, bastando para isso que se submetam às exigências do Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Regularização Ambiental – PRA. Vale ressaltar que os roçados sustentáveis vêm sendo incentivados com sucesso pelo Governo do Acre, desde

o início da administração Binho Marques, e que ganharam muito mais força no governo Tião Viana.

É preciso perceber que o texto estabelece mecanismos que facilitam e estimulam a busca da regularização ambiental dos imóveis rurais e urbanos, não permitindo interpretações que admitam ou tolerem novos desmatamentos. É disso que trata. Um dos pontos principais, inclusive, resgata a condição de APP (Área de Preservação Permanente) como espaço onde a regra é a manutenção da vegetação nativa. A supressão de vegetação é considerada um evento excepcional, admissível apenas nas situações de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental que a justifiquem.

A sacada no sentido de ter o Código Florestal como norma geral nacional dividida entre disposições transitórias e disposições permanentes, tal qual a Constituição Federal, foi algo aparentemente simples, mas bastante inovador. Com isso, foi possível afastar a carança policallesca no trato com os passivos ambientais e introduzir algo muito mais elevado, que é o valor da recomposição ambiental de APPs e Reservas Legais para a garantia da qualidade de vida das futuras gerações. Sem falar nas linhas de créditos especiais para os programas de florestas plantadas e a possibilidade de pagamento por serviços ambientais, que são duas inovações também inspiradas na política florestal e no modelo de desenvolvimento sustentável colocados em prática pelo Governo do Acre.

Temos também a definição de regras claras e objetivas para o uso sustentável e racional dos recursos naturais da reserva legal e o tratamento distinto aos povos e comunidades tradicionais, incluindo uma seção específica para os agricultores familiares. Há exigência de reserva legal para todos os imóveis rurais e urbanos, tratamento diferenciado para a regularização das pequenas propriedades e posses rurais. E ao prever um tratamento diferenciado para a pequena propriedade ou posse rural, o texto do relator estabelece critérios seguros que não permitirão qualquer manipulação para fraudar a caracterização do imóvel rural como os desmatamentos futuros, por exemplo, e os desmembramentos também de propriedade.

Por esses motivos, precisamos atenuar as paixões e perceber o novo código Florestal como um regramento claro e objetivo na meta de aliar produção e sustentabilidade, mantendo um propósito fundamental e ainda não alcançado, que é tentar recuperar pelo menos parte do passivo ambiental de 50 milhões de hectares desmatados no País nas últimas décadas.

O Senador Jorge Viana está de parabéns pelo trabalho que fez, e tenho certeza de que o saudoso companheiro Chico Mendes, com toda capacidade dialogal que lhe era peculiar, também estaria orgulho-

so da virtuosa e bem-sucedida mediação, construída já no primeiro ano de um mandato que, certamente, contribuirá muito com o Acre e a com o Brasil até 2018.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Aníbal.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ouço com atenção o Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Bem, Senador Aníbal, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e concordar plenamente com que disse V. Exª no sentido de que o Senador Jorge Viana agiu, eu diria, com maestria na costura desse relatório. S. Exª realmente tirou, vamos dizer, todos os radicalismos. Lamento que algumas pessoas estejam atacando a posição do Senador Jorge Viana, que realmente, sendo um homem como é de esquerda, envolvido como a questão florestal realmente construiu um entendimento com todos os atores envolvidos na questão. Portanto, quero me somar a V. Exª nos cumprimentos ao Senador Jorge Viana.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado. Ouço também a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, Senador Aníbal Diniz, eu queria cumprimentá-lo pela oportunidade de fazer, primeiro, esse esclarecimento sobre a questão da anistia, que é fundamental, porque às vezes volta-se àquela prática: repete-se tanto uma mentira que ela acaba se tornando uma verdade. Isso é muito complicado! É preciso que a sociedade brasileira entenda que esse trabalho...

(Interrupção do som.)

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – ... foi fruto de uma intensa e responsável negociação com as partes envolvidas: academia, pequenos produtores, movimentos sociais, produtores rurais. Enfim, com todos aqueles que estavam envolvidos. E com o Governo, evidentemente, através do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura. Então, foi o que foi possível fazer em um tema tão complexo quanto esse – que, na verdade, não é um Código Florestal, é uma lei ambiental, um marco regulatório, uma moldura para a legislação geral do Brasil –, em uma matéria tão importante quanto essa, em um país que é o principal protagonista na produção e na exportação de produtos alimentícios de proteína animal e vegetal, e é também um grande país que preserva o seu meio ambiente, porque não chega a 40% a área que é usada para agricultura e pecuária em nosso País. O resto são parques nacionais, reservas indígenas, quilombolas que estão a serviço. Quero cumprimentá-lo, Senador Aníbal Diniz, pela oportunidade e pela justiça

que V. Ex^a está fazendo ao Relator Jorge Viana. E eu gostaria de acrescentar também o Relator Luiz Henrique da Silveira, que fez um belíssimo trabalho. Muito obrigada, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia e Senador Mozarildo. As contribuições de V. Ex^{as} serão incluídas neste meu pronunciamento.

Termino, Sr. Presidente, reafirmando que o trabalho do Senador Jorge Viana foi um trabalho que dignifica o Senado Federal. Tenho certeza de que o Brasil inteiro haverá de reconhecer que esse Código que será votado amanhã está muito melhor, atualizado, e vai dar uma grande contribuição para que o Brasil continue produzindo muito e com sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, inscrito como Líder, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras aqui presentes, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Quero hoje, de novo, fazer o registro de que amanhã, terça-feira, dia 29, o Tribunal Superior Eleitoral vai julgar um caso que, para Roraima, é decisivo. Trata-se da ratificação ou não da cassação do Governador atual, que usou de todos os mecanismos possíveis para corromper, fraudar a eleição.

O processo que estará em julgamento amanhã diz respeito a uma das atitudes corruptas e ilícitas que o Governador praticou, que foi o uso, Senador Vicentinho, da rádio oficial do governo do Estado durante todo o período que antecedeu à eleição e durante a eleição, mas, principalmente, no final do primeiro turno para o segundo turno.

Basta dizer, para ilustrar o quanto o potencial dessa rádio influiu no resultado da eleição... Além de ser uma conduta vedada pela lei usar agentes públicos ou instrumentos públicos para fazer campanha... O nosso candidato do Partido Popular, o PP, com apoio do PT, PTB, PSC e de vários outros partidos ganhou a eleição no primeiro turno com diferença de 2,5% dos votos. No segundo turno, a abstenção aumentou de 13,98% para 18,38%, o que significa um aumento de 5%, o que chama a atenção, porque, inclusive, há acusações de que a rádio teria influenciado as pessoas a não ir votar, Senador Moka, porque a própria rádio anunciava que o nosso candidato, o ex-governador e ex-Deputado Neudo Campos, havia renunciado, havia sido impedido de concorrer no segundo turno.

E também há outras denúncias, que não é o caso que vai ser apreciado amanhã, como a compra da abstenção do voto de funcionários públicos.

Pois bem. Mesmo com essas manobras todas, o governador atual ganhou o segundo turno com apenas 0,82% de diferença – então, é menos de 1% de diferença –, usando todas as condutas ilícitas e ilegais possíveis para se manter no caso.

Amanhã vai a julgamento, e nós temos a tranquilidade de que o bom Direito está realmente do lado nosso, do lado do ex-Governador Neudo Campos, que foi o candidato vitorioso no primeiro turno. Mas eu fico surpreso, Senador Moka, que o atual governador, que assumiu o primeiro mandato pelo falecimento do Governador Ottomar Pinto – portanto, não foi eleito, realmente, diretamente pelo povo –, conquistou essa reeleição no roubo e está hoje aqui em Brasília, com toda a estrutura do governo, visitando ministros, levado pelo secretário de representação do governo aqui em Brasília, usando a estrutura do Estado para se defender pessoalmente. É lamentável. Aliás, ele fez isso quando foi cassado nesse processo pelo TRF. Pegou o avião do governo e veio para Brasília impetrar pedido de liminar para continuar no cargo.

Foi cassado a segunda vez, isto é, o recurso que ele impetrou no TRE foi rejeitado, e amanhã, no Tribunal Superior Eleitoral, haverá o julgamento final dessa ação.

Eu tenho confiança plena na isenção dos Srs. Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Tenho perfeita consciência de que são homens...

São Ministros do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal ou representantes dos advogados. São pessoas do mais alto nível, e, ao contrário do que o Governador alardeia lá em Roraima, Senador Moka, que está tudo sob controle, fazendo insinuações, portanto, que levam a conclusões equivocadas, quero dizer que, na verdade, nós confiamos. Eu faço este pronunciamento hoje justamente para tranquilizar a população do meu Estado porque o Tribunal Superior Eleitoral vai julgar esse fato à luz do direito, à luz do bom direito, que está do nosso lado.

Portanto, quero pedir, ao finalizar, Senador Moka, a transcrição dessa tabela com os dados da eleição para Governador de Roraima do primeiro e do segundo turno, ao mesmo tempo em que denuncio que o Governador continua abusando do cargo para se defender de um pedido de cassação contra ele.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Roraima - Síntese da Eleições de 2010 - Governador

Especificação	1º Turno		2º Turno	
	Dados	%	Dados	%
Eleitores Aptos	271.596		271.603	
Seções com Urna	893		893	
Total de Votos Apurados	233.616		221.679	
Votos válidos	220.107	94,22%	213.173	96,16%
Votos em branco	2.914	1,25%	2.454	1,11%
Votos nulos	10.595	4,54%	6.052	2,73%
Seções totalizadas	893	100,00%	893	100,00%
Comparecimento	233.616	86,02%	221.679	81,62%
Abstenção	17.980	13,98%	49.924	18,38%

Neudo Ribeiro Campos	104.804	47,62% (1)	44,86% (2)	105.707	49,59% (1)	47,68% (2)
José de Anchieta Júnior	99.124	45,03% (1)	42,43% (2)	107.466	50,41% (1)	48,48% (2)
Diferença	5.680			-1.759		

Fonte: Site do TRE-RR / Elaboração: GSMC 01 nov 2010

Obs.: (1) % válidos (2) % comparecimento

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 1º de dezembro do corrente, quinta-feira, às 12 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional n^{os} 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Na sequência, a Presidência quer explicar que eu vou até o final...

Vários Senadores que estão aqui não estavam presentes anteriormente. Então, regimentalmente, a orientação é no sentido de irmos até o final da lista para que a gente possa continuar.

Na sequência, o Senador Roberto Requião, que há pouco estava presente. *(Pausa.)*

Na sequência, o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos legisladores, somos humanos, somos imperfeitos. Agimos, po-

rém, na busca de uma obra legislativa que sirva para o nosso tempo e para o nosso povo, que traduza as aspirações do bem comum.

Em um momento de especial iluminação, o Presidente José Sarney resolveu convocar especialistas das diversas áreas do Direito para nos ajudar a escrever as leis do País, elaborando anteprojetos que serviram e servirão de guia para o nosso trabalho.

Houve e há comissões instaladas pelo Senado Federal que trabalharam e trabalham em propostas de Código de Processo Penal, de Código Eleitoral, de Código Penal, de aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor e do Código de Processo Civil.

É sobre este último Código, o CPC, que gostaria de dirigir algumas palavras aos nobres Pares e a todos que nos assistem.

Li, no último final de semana, a entrevista do Professor Antônio Cláudio da Costa Machado para a revista *Veja*.

O Professor, que é muito respeitado no ambiente jurídico, diz que queremos implantar a ditadura do Judiciário, que demos poderes demais aos juízes, que o Código, se aprovado, não resolverá o problema da Justiça brasileira.

Não sou advogado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou aviador, não tenho formação jurídica, mas acredito que é meu dever defender a proposta que foi aprovada neste Senado Federal, em dezembro de 2010.

Temos, no Brasil, um Poder Judiciário composto por juízes honestos, estudiosos, que estão distribuídos por todo o território nacional, próximos do povo. Esses magistrados adaptam as leis que editamos aqui às realidades locais, às peculiaridades de um país múltiplo, variado e diferente.

Da neve da Serra Gaúcha ao calor nordestino, passando pelo Cerrado do Brasil Central e pela densidade da Floresta Amazônica, a lei tem de imperar em todos os ambientes. De norte a sul, de leste a oeste, somos um Estado de direito.

Para que isso realmente seja verdade, em complemento ao nosso trabalho de escrever as leis do Brasil, os juízes devem fazer a mediação entre os fatos e o Direito, quando julgam os conflitos. É preciso confiar neles, que, felizmente, reiteradamente, demonstram, na sua grande maioria, que merecem essa nossa confiança.

A proposta aprovada neste Senado Federal, relatada pelo Senador Valter Pereira, a partir do texto elaborado com primor pela comissão de notáveis liderada pelo Ministro Luiz Fux, merece o nosso reconhecimento, pois é um monumento cívico.

O Ministro Luiz Fux, Sr. Presidente, como sabem todos nesta Casa, é um magistrado que percorreu to-

dos os degraus da carreira togada. É professor prestigiado, um palestrante aplaudido e presidiu um grupo de trabalho que, depois de 18 audiências públicas e diversas reuniões, depois de colher milhares de sugestões da sociedade civil, trouxe uma proposta de racionalização do processo civil brasileiro, uma proposta que não desprezou avanços recentes e embutiu outros progressos, como a simplificação do sistema recursal. Com o Anteprojeto Fux, reduziu-se o número de recursos, porque é consenso que temos recursos demais no Judiciário. Mitigou-se o efeito suspensivo automático das apelações, que paralisava a efetividade das decisões, porque cada caso é um caso e a prudência pede atenção às suas especificidades, não a automatismos. Mas o direito à ampla defesa permaneceu garantido, porque os recursos fundamentais foram preservados e a chance de impedir a eventual injustiça de uma sentença permanece, conforme seja a peculiaridade da situação concreta, a ser avaliada pelo tribunal, em medida cautelar.

Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, o debate público precisa ser feito, é claro. Nós, no Parlamento, respeitamos as divergências de opinião: é a nossa natureza. Mas é necessário entender que o dever do Legislativo é encontrar a solução possível ao nosso tempo, conciliando correntes divergentes.

Para mim, a solução possível foi a que este Senado adotou. Quando ela foi adotada, eu estava na Câmara dos Deputados, sendo inclusive colega de V. Ex^a, Senador Moka, mas, se aqui estivesse quando o projeto foi votado, eu o teria aprovado também.

Se a proposta prestigia o juiz de primeiro grau, se ela contém riscos, riscos maiores correríamos, como congressistas, se não tentássemos melhorar a lei processual, se não confiássemos nos nossos juízes de base para serem os gestores reais do processo civil.

Temos bons tribunais. Precisamos ajudar o Judiciário a se equipar melhor, a melhorar a sua estrutura, a aumentar e capacitar os seus recursos humanos. Disso não há dúvida, e o Professor Antônio Cláudio da Costa Machado, nessa parte de sua entrevista, está certo.

Mas, para mim, o fato de um ministro, à época do Superior Tribunal de Justiça e, hoje, do Supremo Tribunal Federal, haver preparado uma proposta que confere maior autonomia aos juízes da base é um indicativo de que o rumo tomado foi o certo.

O natural a quem alcançou um alto posto judiciário seria prestigiar esses estágios mais elevados. Porém, se a solução adotada pelo Ministro Fux, com base na sua experiência de julgador e no seu conhecimento técnico acadêmico, passou por reforçar o primeiro grau de jurisdição, então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Sena-

dores, só posso concluir que a linha adotada foi certa e passa longe de caracterizar uma ditadura judicial.

Ela partiu de um grupo de grandes pensadores jurídicos, distribuiu poderes decisórios entre milhares de magistrados e, portanto, os democratizou, razão por que contou com a correta aprovação do Senado Federal.

Espero, sinceramente, que a Câmara dos Deputados entenda isso e promova os aperfeiçoamentos que entender necessários, sem desvirtuar as grandes linhas do texto que foi aqui aprovado, Sr. Presidente.

Eram essas as palavras que eu gostaria de deixar neste plenário, em defesa do trabalho patriótico, republicano e histórico realizado pelo Ministro Fux, pela Comissão por ele comandada e, sobretudo, por este Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, nós vamos recomençar a lista dos inscritos.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, prefiro falar depois da Ordem do Dia. Então, cedo o meu espaço para o mais próximo. Mas, se a intenção for falar para chegar à Ordem do Dia, se houver a tolerância devida da Mesa, eu falarei. Só espero que haja tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está inscrita a Senadora Angela Portela. E V. Ex^a passa a vez...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Daí, se não tiver ninguém para falar, eu falo, esperando que haja uma tolerância da Mesa. Estou disposto a falar da tribuna pelo tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Moka, Sr^s e Srs. Senadores, quero registrar, com muita satisfação, com muita alegria, a sensibilidade do Senador Jorge Viana, relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, que acatou, compreendeu a necessidade de olhar com atenção especial para os Estados que têm grandes áreas de preservação ambiental, grandes áreas de reservas indígenas homologadas.

Então, queria agradecer imensamente o fato de o Senador Jorge Viana ter incluído no seu relatório a necessidade de atender os Estados da Região Norte, da região amazônica, que têm mais de 65% de suas áreas preservadas.

Nesses Estados, segundo o relatório do Senador Jorge Viana, a reserva legal poderá ser reduzida em

50%. Para Roraima, o meu Estado, e para o Estado do Amapá, isso, significativamente, vai ajudar, vai contribuir para o desenvolvimento socioeconômico. Então, o setor produtivo de Roraima, os agricultores, os produtores rurais, a agricultura familiar de Roraima agradece a sensibilidade e a compreensão do nobre Senador Jorge Viana, porque um dos maiores obstáculos, meu querido Senador José Pimentel, ao desenvolvimento socioeconômico do meu Estado de Roraima é essa indefinição fundiária. Isso tem causado sérios problemas para o desenvolvimento socioeconômico daquela gente que mora lá no extremo norte do nosso País e precisa de um tratamento diferenciado no Código Florestal, para assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

Queria dar a palavra ao nobre Senador José Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senadora Angela Portela, quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho que fez ao lado do Senador Jorge Viana, para que fosse dado um tratamento diferenciado aos Estados onde a presença das reservas indígenas é bastante ampla e para que elas pudessem ser computadas dentro da exigência do percentual mínimo em que o Código vinha sendo trabalhado. Essa vitória da população de Roraima, da população da região Norte, da população do Amapá tem, em seu mandato, V. Ex^a como grande apoiadora. Exatamente por isso, ali, onde moram várias famílias cearenses, várias famílias nordestinas, ficamos muito orgulhosos do trabalho que V. Ex^a tem feito e pedimos a Deus, neste mês, neste final de novembro, início de dezembro, que lhe dê muita saúde, um bom Natal, um 2012 com a mesma garra deste 2011, para que continuemos fortalecendo o projeto regional, o projeto nacional, e, particularmente, dando apoio à nossa Presidenta Dilma, que também teve total sintonia com a proposta apresentada, para que as reservas indígenas fossem computadas dentro da reserva do marco legal e, com isso, liberando mais terras para o agricultor familiar, aquele que produz para alimentar sua família e alimentar aqueles que vivem na área urbana. Portanto, parabéns pelo pronunciamento e pelo trabalho de V. Ex^a aqui no Senado Federal.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador José Pimentel.

Destaco também a contribuição e a ajuda do Governo Federal, por intermédio da Ministra Izabella Teixeira, da competente equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente, da equipe técnica do Senador Jorge Viana. Agradeço ao Senador Aníbal Diniz, que nos ajudou no momento em que precisávamos apresentar uma emenda de redação ao novo Código Florestal.

Então, nós nos sentimos muito felizes porque essa proposta foi construída para beneficiar os Estados da

Amazônia Legal que têm mais de 65% de suas áreas preservadas, com o apoio do Governo da Presidenta Dilma, com o apoio da Ministra Izabella Teixeira, com o apoio incondicional do relator, Senador Jorge Viana.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de falar um pouco aqui da história do nosso Estado de Roraima.

Desde o período colonial, Senador, Roraima sempre esteve sujeita aos desígnios emanados do poder central, fosse de Lisboa, do Rio de Janeiro ou, posteriormente, de Brasília.

Até meados do séc. XVIII, estávamos subordinados à Província do Grão-Pará. Depois disso, passamos quase dois séculos como uma parte remota do Amazonas. Por fim, com a criação do Território Federal de Roraima, em 1943, permanecemos na condição de total dependência das decisões proferidas na capital federal.

Quando formalmente manifestou a intenção de ocupar a região do rio Branco e repelir as incursões estrangeiras que ameaçavam a soberania nacional, a Coroa Portuguesa e, posteriormente, o Império fizeram a opção por manter a região sob forte influência do poder central, negando àquela gente que lá vivia a prerrogativa de definir seu próprio destino.

Para assegurar a posse do vale do Rio Branco com a introdução de gado bovino, foram criadas as Fazendas Nacionais, propriedades da União que correspondiam à praticamente todo o território de Roraima.

A criação de tais fazendas públicas está na raiz de toda a política nacional para a região, desde o final do séc. XVIII.

Roraima é, portanto, Sr. Presidente, um Estado virtual, sem base territorial própria, sem autonomia política, administrativa ou financeira, uma vez que a União, até hoje, detém quase 80% do domínio sobre aquelas terras.

Ainda que a Constituição Federal de 1988 determinasse que, na transformação de Roraima em Estado, seriam aplicadas as mesmas regras adotadas para Rondônia, durante duas décadas o Governo Federal se recusou a transferir para o novo Estado as terras sobre as quais estava localizado.

Só em 2009 o Presidente Lula, atendendo a insistentes apelos da classe política roraimense e no contexto da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, assinou uma Medida Provisória e o Decreto nº 6.754, transferindo cerca de 6 milhões de hectares para o Governo do Estado de Roraima, o que representa menos de 30% dos 22 milhões de hectares do nosso Estado.

Ainda assim, tal decreto apresentava uma série de condicionantes. Entre elas, estabelecia que a referida transferência excluía as seguintes unidades de conservação em processo de instituição: Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi; Unidade de

Conservação do Lavrado; ampliações do Parque Nacional Viruá; Estação Ecológica de Maracá; redefinição dos limites da Reserva Florestal Parima e da Floresta Nacional Pirandirá.

Antes mesmo dessas demarcações, Sr. Presidente, quase 9% do Estado de Roraima já é constituído de unidades de conservação federais. Outros 46% correspondem às terras indígenas demarcadas e/ou homologadas. Portanto, só para as unidades de conservação já existentes e terras indígenas, Roraima dedica cerca de 55% do seu território.

Com as ampliações previstas no Decreto 6.754, é possível presumir que, nos próximos anos, até 70% da superfície do Estado de Roraima ficarão dentro de áreas protegidas por determinação federal.

Nenhum outro Estado da Federação, com exceção do Amapá, tem uma porção tão expressiva do seu território totalmente protegida, seja por unidades de conservação federal, seja por reservas indígenas.

Então, Sr. Presidente, não podemos, sob hipótese alguma, abandonar à própria sorte centenas, milhares de brasileiros que escolheram Roraima para viver e que, até hoje, sofrem a ingerência da União sobre os assuntos locais.

Nesse sentido, o projeto que trata do Novo Código Florestal, da forma como estava proposto, representava, Senador Moka, mais uma séria ameaça à autonomia política de Roraima, na medida em que restringia ainda mais a possibilidade de regularização fundiária e ambiental.

Por essa razão, mantivemos, nos últimos meses, uma intensa negociação, articulação com o Governo Federal, com o Ministério do Meio Ambiente, com o relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, e com toda a sua equipe, para que esse projeto não viesse a ser construído de forma a que jogasse mais uma pá de cal na possibilidade de desenvolvimento socioeconômico de Roraima.

Felizmente, Senador Moka, nós conseguimos construir o entendimento de que Roraima e Amapá, pela sua condição de ex-territórios, pelos baixos índices de desmatamento e pelo elevado percentual de áreas já protegidas, apresentam peculiaridades que precisam ser respeitadas quando da aprovação de um Novo Código Florestal.

Por isso, eu queria aqui agradecer ao Senador Jorge Viana por ter incluído, em seu relatório, a possibilidade de redução da reserva legal dos imóveis rurais localizados nos Estados da Amazônia que já tenham mais de 65% dos respectivos territórios ocupados por unidades de conservação da natureza ou por terras indígenas.

Para todos os efeitos, a reserva legal em imóveis privados localizados em áreas de floresta na Amazô-

nia Legal permanecerá em 80%. A exceção será para aqueles Estados que já tenham mais de 65% de suas áreas preservadas. Nesses casos, a reserva legal poderá ser de até 50% dos imóveis rurais.

Então, eu queria agradecer imensamente ao ex-Governador do Acre...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Para concluir, Senador Presidente Moka.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, Senador Presidente Waldemir Moka, ao Senador Jorge Viana, à Ministra Izabella Teixeira, ao Governo Federal, por ter tido a sensibilidade de olhar com atenção, de privilegiar esses Estados lá do extremo norte do nosso País para se desenvolverem de forma plena e sustentável.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela, permita-me. Quero chamar a atenção para o fato de que existem pessoas que ainda se insurgem, querendo criticar o novo texto. Quero chamar a atenção para o fato de os Estados onde temos, por exemplo, 65% já preservados, somente nesses casos é que se permitirá que a reserva legal desça de 80% para 50%. Vale dizer, quem tiver 1.000 hectares em Roraima só vai poder utilizar 500 hectares, mesmo sabendo que lá 65% da vegetação de toda a floresta já é preservada. É disso que estamos falando.

Então, por isso também me somo aos elogios ao Senador Jorge Viana, e me permita acrescentar o Senador Luiz Henrique, que fez um extraordinário trabalho.

Com a palavra, como Senador inscrito, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é surpreendente ver à frente do Ministério do Trabalho o Sr. Carlos Lupi.

Trago hoje à tribuna um documento denominado Termo de Compromisso de Doação. Ou seja, é a prática ilícita documentada, com firma reconhecida. Esse Termo de Compromisso de Doação é assinado por um presidente de sindicato da Baixada Santista, do Município de São Vicente, Sr. João Carlos Cortez, que assume o compromisso, com as seguintes condições:

[...] com Certidão Sindical expedida Ministério do Trabalho e Emprego (se houver certidão) [é o destaque], publicado no D.O.U [Diário Oficial da União] (se houver publicação).

[O sindicato] COMPROMETE-SE A EFETUAR A TÍTULO DE DOAÇÃO À FORÇA SINDICAL, 10% do imposto sindical, referente ao ano do exercício de 2010.

Esse documento foi assinado no dia 6 de agosto de 2007:

Citado valor será diretamente repassado a FORÇA SINDICAL até o mês de Agosto do mesmo ano, a título de doação (...).

Esse é um documento.

Aí, temos outro documento com o mesmo teor, apenas mudando o percentual da doação para 30%. Nesse documento, o compromisso é de uma doação de 30%. E, nesse outro, também nos mesmos termos, sempre enfatizando “se houver certidão” e “se houver publicação no *Diário Oficial da União*”, a doação de 20%, nesse caso, referente ao exercício de 2009.

Então, nós temos o compromisso de 10% referente ao ano de 2010; no outro documento, 30% referente ao exercício de 2008, e, no outro documento, de 20% referente ao exercício de 2009.

Sr. Presidente, isso é um acinte, é uma afronta, é a documentação da corrupção! O tráfico de influência, o benefício concedido em troca de determinado favor. E o favor, nesse caso, é a certidão, é a carta sindical publicada no *Diário Oficial da União*.

E, com isso, o Ministério do Trabalho se transformou numa fábrica de sindicatos. Foram 1.457 cartas sindicais registradas em três anos e mais de 2 mil em curso, tramitando para o seu registro definitivo.

O que não se entende é como o Ministro continua ministro. O que não se compreende é como a Presidente Dilma não toma nenhuma providência.

Enfim, esse é o fato.

Quanto ao Ministro das Cidades, a pretensão de ouvi-lo nesta semana está sendo frustrada. O Ministro alega ter compromissos.

Não sei que compromisso mais importante poderia ter o Ministro do que se justificar, diante do Senado e da sociedade brasileira, em razão das denúncias gravíssimas que foram veiculadas pela imprensa nacional nos últimos dias: a fraude documentada, com a elevação dos custos governamentais para a realização da Copa do Mundo em R\$700 milhões, no Município de Cuiabá, Mato Grosso.

O Ministro alega ter compromissos e não pode comparecer nesta quarta-feira. É possível que venha na próxima semana se não continuar fugindo a essa responsabilidade.

Sr. Presidente, meu desejo, hoje, é enaltecer a Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil realizada na última semana, em Curitiba, no Paraná, concluída na última quinta-feira com uma conferência histórica.

Tive a honra de participar da abertura desse encontro e posso destacar que o evento rememorou a VII Conferência da OAB, realizada nos idos de 78, que

representou uma das mais genuínas manifestações em prol da restauração da democracia no País.

A palestra de encerramento da XXI Conferência Nacional dos Advogados ficou a cargo de um dos mais importantes constitucionalistas do País, o advogado Luís Roberto Barroso, que apresentou um decálogo de propostas para o País nos próximos dez anos, um verdadeiro programa de governo. Tendo a democracia como premissa, o desenvolvimento como meio e a dignidade humana como fim, Barroso elencou corajosas e consistentes propostas para o Judiciário, o Executivo e a sociedade brasileira.

Eu solicito, Sr. Presidente, a transcrição, na íntegra, nos Anais da Casa, deste primoroso texto, denominado “Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana: uma agenda para os próximos dez anos”, base da conferência magna proferida pelo Dr. Luís Roberto Barroso.

Eu destacaria os itens: conceitos essenciais da democracia; dignidade da pessoa humana; democracia, desenvolvimento, dignidade e o Brasil; uma agenda para os próximos dez anos; uma nova narrativa para o Brasil; a reforma política – aliás, a reforma política que a classe política continua devendo; o saneamento básico; o sistema punitivo.

Faço a leitura, Sr. Presidente, do trecho referente ao sistema punitivo, porque creio ser essencial, neste momento, para o País:

O sistema punitivo no Brasil não realiza adequadamente nenhuma das funções próprias da pena criminal: não previne, não ressocializa nem prevê retribuição na medida certa. A sociedade tem uma sensação difusa de impunidade. Mas as estatísticas de encarceramento são as mais elevadas desde sempre: passaram de 140 mil em meados da década de 90 a mais de 500 mil na atualidade. O número de presos no Brasil só é inferior, em termos absolutos, aos da China e dos Estados Unidos. Temos uma justiça tipicamente de classe: mansa com os ricos e dura com os pobres. Leniente com o colarinho branco e severa com os crimes de bagatela. O sistema punitivo tem como porta de entrada o inquérito policial, passa pelo Ministério Público, pela Magistratura e tem como porta de saída o sistema penitenciário. Seus maiores problemas estão na entrada e na saída. A atividade policial é frequentemente vista como uma atividade menor, menos importante do que a de promotores e juízes. Trata-se de um erro grave. Uma polícia mal treinada, mal equipada e mal remunerada, sujeita a uma vida de riscos, vizinha de porta do crime, é um convite à violência e à corrupção.

Nesse contexto, menos de 8% dos homicídios no Brasil são elucidados. E são cerca de 50.000 por ano, número de mortes superior ao de países envolvidos em conflitos armados. Já o sistema penitenciário é tão degradado e degradante que juízes e tribunais, com um mínimo de visão humanista, apegam-se a qualquer filigrana jurídica para não mandar qualquer pessoa não-violenta para suas entranhas, realimentando o sentimento de impunidade. Em suma: o sistema punitivo brasileiro é uma combinação de truculência, impunidade e degradação.

E continua, Sr. Presidente. Eu peço a V. Ex^a que considere lido todo o texto. Creio que é importante texto para reflexão desta Casa.

E peço a V. Ex^a também a inscrição, nos Anais, do documento “Memória: A VII Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil. Um Capítulo da Luta Democrática”, escrito pela Dr^a Maria Eugênia Silva Telles.

Eu tenho a honra de ter sido citado nesse documento quando a Dr^a Maria Eugênia escreve:

Nosso grupo não era numeroso mas era muito aguerrido. Em torno do Goffredo [Telles] estavam José Gregori, Luiz Baptista Pereira de Almeida, Lamartine Correa de Oliveira, Miguel Reale Júnior, Alexandre Thiollier Filho, Therezinha Zerbini, Alvaro Dias [cita-me como] jovem político do Paraná, [além de meus] colegas do Paraná, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

[Diz ela:] Nós nos reunimos algumas vezes no Escritório do Colega Lamartine Correa de Oliveira para preparar a sessão da Comissão e para trabalhar ao lado de Faoro na direção de neutralizar os esforços de Petrônio Portela, hábil político e argumentador competente.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que registre esse documento que também é histórico, que faz referência a um capítulo da luta democrática no Brasil e que destaca que, no dia 07 de maio de 78, a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Teatro Guairá, de Curitiba, escreveu uma página fascinante na história da redemocratização do nosso País.

Desses dois documentos peço o registro nos Anais desta Casa.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

"DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE HUMANA: UMA AGENDA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS".

"I. INTRODUÇÃO

Eu tenho muito prazer e muita honra de estar aqui para fazer a conferência magna de encerramento da Conferência Nacional da OAB e agradeço, de coração, ao Presidente Ophir Cavalcante Jr. e ao Conselho Federal a distinção da indicação do meu nome. Gostaria de transformar esse momento e esse ambiente em uma oportunidade de pensar construtivamente o Brasil, na perspectiva de um professor de direito, de um advogado e de um cidadão engajado.

Tive duas preocupações centrais ao organizar minhas ideias para compartilhá-las com todos. A primeira foi a de fugir da retórica, das frases de efeito, das proclamações tonitroantes. Impus-me a obrigação de trazer uma proposta objetiva, uma formulação concreta para cada tópico que suscitei. Evidentemente, com os riscos do excesso de simplificação que as circunstâncias impõem. Minha segunda preocupação, em um ambiente plural e democrático como o nosso, foi o de minimizar as opções pessoais e ideológicas, para procurar estabelecer uma agenda patriótica. Reflexões que possam trazer convergência e sinergia. Mas acho próprio declinar as premissas filosóficas que me movem nos meus compromissos com o Brasil, que são: (i) criar um país de igualdade de oportunidades no ponto de partida da vida de cada um; (ii) proporcionar à gente brasileira não apenas uma vida melhor, mas uma vida maior, uma vida boa, no sentido da grandeza pessoal e da plenitude existencial; e, por fim, (iii) contribuir para a criação no país de uma cultura de boa-fé objetiva, em que as pessoas sejam essencialmente corretas nas suas relações, sem o ânimo das vantagens indevidas ou o propósito de passar os outros para trás. Este será o ponto culminante de uma revolução silenciosa que precisamos fazer.

Antes, porém, de continuar, gostaria de estabelecer, por convenção, o sentido dos três conceitos que dão título a essa conferência: democracia, desenvolvimento e dignidade humana.

II. OS CONCEITOS ESSENCIAIS

1. Democracia

A democracia ou, mais propriamente, o constitucionalismo democrático, foi a ideologia vitoriosa do século XX, derrotando diversos projetos alternativos e autoritários que com ele concorreram. Trata-se da fusão de duas ideias que tiveram trajetórias históricas diversas, mas que se conjugaram para produzir o modelo ideal contemporâneo. Constitucionalismo significa Estado de direito, poder limitado e respeito aos direitos fundamentais. Democracia, por sua vez, traduz a ideia de soberania popular, governo do povo, vontade da maioria. O constitucionalismo democrático, assim, é uma fórmula política baseada no respeito aos direitos fundamentais e no autogoverno popular; e um modo de

organização social fundado na cooperação de pessoas livres e iguais. Nesse ambiente, o conceito de povo assume uma dimensão humanística, identificando o conjunto de pessoas ligadas entre si por uma parceria histórica, que se manifesta em valores e projetos comuns, na responsabilidade de uns para com os outros e em compromissos com as gerações futuras. O constitucionalismo democrático – ou o Estado democrático de direito, na terminologia da Constituição brasileira – tem por fundamento e objetivo a dignidade da pessoa humana.

2. Desenvolvimento

Desenvolvimento é um processo de aprimoramento das condições da sociedade, compreendendo diferentes elementos e dimensões. Em sua dimensão econômica, o desenvolvimento está associado à geração de riquezas, tendo como indicadores o Produto Interno Bruto, a renda per capita, o nível de endividamento do país e o saldo da balança comercial, dentre outros. Em sua dimensão social, o desenvolvimento está ligado à distribuição de riquezas e à qualidade geral de vida da população em termos de habitação adequada, acesso à educação e à saúde básicas – incluindo alimentação e saneamento –, níveis de mortalidade infantil, expectativa de vida e serviços públicos adequados. É hoje consenso mundial que o desenvolvimento econômico e social deve ser sustentável, a significar que a satisfação das necessidades da geração presente não deve exaurir os recursos necessários às gerações futuras nem comprometer o meio-ambiente em que terão de viver. A verdade é que todas as dimensões do desenvolvimento – às quais se pode acrescentar o desenvolvimento político e cultural – somente se legitimam e se justificam na medida em que conduzam ao desenvolvimento humano, à elevação da condição humana no plano do bem estar físico, mental e ético. Vale dizer: o desenvolvimento tem por fim promover a dignidade humana na sua expressão igualitária, libertária e compatível com a justiça intergeracional³.

3. Dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana transformou-se em um dos grandes consensos éticos do mundo ocidental. Dignidade significa, em primeiro lugar, o valor intrínseco da pessoa humana, que identifica sua posição diferenciada no mundo da criação e a distingue dos outros seres vivos e das coisas. As coisas têm preço, mas as pessoas têm dignidade, um valor que não tem preço⁴. Da ideia de dignidade se extrai o postulado ético essencial enunciado por Kant: todo homem é um fim em si mesmo, e não um meio para a realização de metas coletivas ou projetos pessoais dos outros⁵. Do valor intrínseco de cada pessoa decorrem os direitos fundamentais à vida, à igualdade e à integridade física e psíquica. Um segundo conteúdo da dignidade é a autonomia de cada indivíduo, que identifica sua capacidade de autodeterminação, o poder de fazer valorações morais e escolhas existenciais sem imposições externas indevidas.

A autonomia privada se manifesta nas liberdades fundamentais, como a de religião, de expressão, de associação, de profissão e a liberdade sexual. A autonomia pública se exterioriza no direito de participação política, não apenas no processo eleitoral, mas também no debate público permanente nos meios de comunicação, nas entidades da sociedade civil e no movimento social. Pré-condição necessária para o exercício da autonomia é a satisfação do mínimo existencial. Para poder ser livre, igual e capaz de exercer sua cidadania, a pessoa humana tem de viver sem privações e ter acesso a um mínimo de condições para uma vida digna, incluindo educação e saúde básicas, renda mínima e informação, dentre outras.

4. Democracia, desenvolvimento, dignidade e o Brasil

Cabe um registro final acerca de onde se encontra o Brasil em relação a cada um desses temas. No que diz respeito ao Estado democrático de direito, o último quarto de século de experiência constitucional representa uma história de sucesso, marcada por eleições periódicas, estabilidade institucional e garantia das liberdades públicas. O ponto baixo dessa trajetória é um sistema político estigmatizado pelo custo astronômico das campanhas, pelos descaminhos do financiamento eleitoral e pela baixa representatividade. Como não há democracia sem instituições legislativas fortes e acreditadas, a reforma política deve estar no topo da agenda do país. No tocante ao desenvolvimento econômico e social, todos os indicadores têm sido ascendentes e auspiciosos. É preciso não desperdiçar a chance que o momento oferece e fazer as escolhas certas em educação, combate à pobreza, infraestrutura, pesquisa e inovação científica e tecnológica, dentre muitas outras necessidades nacionais. Por igual, impõe-se acertar o ponto de equilíbrio político e moral entre progresso e preservação ambiental, que dê lugar a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Quanto à dignidade humana, na vertente do mínimo existencial, é próprio assinalar que o Brasil tem dois dos maiores programas de inclusão social do mundo: o Bolsa-Família e o Sistema Único de Saúde – SUS. Mas nessa matéria – resgate da dívida social –, estamos atrasados e com pressa. Temos deficits dramáticos em habitação, saneamento básico, universalização do ensino médio, serviços públicos essenciais, acesso à justiça, segurança pública. Um país a construir.

III. UMA AGENDA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS

Passa-se, a seguir, a identificar dez temas de alta relevância para o Brasil, que se distribuem por domínios variados. Em relação a cada um deles, apresentam-se duas formulações: a primeira identifica a questão a ser enfrentada; e a segunda traz uma proposta objetiva para equacioná-la. No geral, as soluções situam-se dentro dos limites e possibilidades do Direito e das instituições jurídicas vigentes. Vejam-se, a seguir, cada um desses temas.

1. Uma nova narrativa para o Brasil⁶

Somos um país de algumas virtudes incomuns, que incluem a diversidade étnica, a tolerância religiosa e a progressiva superação das discriminações raciais, de gênero e de orientação sexual. E temos algumas bem-aventuranças, como riquezas minerais, belezas naturais e índole pacífica, avessa a guerras e ao militarismo. Somos, ademais, o país do bom humor, da alegria de viver, das festas populares e da extroversão. Gente sem medo e sem culpa de ser feliz. A alegria, o calor humano e a felicidade pessoal são energias positivas para o universo. Mas somos, também, o país da desigualdade social extrema; da violência urbana superior à de muitos Estados em guerra; da favelização ampla, que degrada as pessoas, as cidades e o meio ambiente. Dos serviços públicos deficientes e ineficientes que penalizam, sobretudo, os mais pobres, que deles dependem. A convivência de virtudes incomuns, de um lado, e de vícios atávicos, de outro, com se vem de descrever, tem feito com que a autocompreensão do Brasil, manifestada por seu povo e por seus formadores de opinião, oscile entre o ufanismo e a frustração: ou os melhores do mundo ou o sentimento de inferioridade diante de outras experiências nacionais. Precisamos de um exercício de pensamento original que ajude a definir o nosso lugar no mundo, quem somos e o que temos a oferecer. Uma nova narrativa, envolvendo a identificação e o encadeamento dos fatos relevantes, uma interpretação reconstrutiva que lhes dê sentido e a visualização de perspectivas para o futuro. Sem dogmas, nem superstições.

Uma proposta concreta nessa matéria é a realização de um grande concurso nacional multidisciplinar, sob o tema “Uma Nova Narrativa para o Brasil” (ou algo próximo), ao qual poderão concorrer todas as pessoas com o nível de titulação pré-estabelecido. Os prêmios deverão ser convidativos e financiados privadamente. A comissão julgadora será composta por profissionais destacados da área de humanidades ou afins. O objetivo do certame será o de promover, sob perspectiva multidisciplinar, a pesquisa sistemática e o pensamento original, que reflitam sobre a experiência civilizatória brasileira e contribuam para a autocompreensão do país, sua gente e seu lugar na história e no mundo. Estes são elementos essenciais para projetar uma estratégia consciente de desenvolvimento social, econômico e geopolítico, identificando prioridades e desafios. Guardadas as proporções, espera-se que os trabalhos produzidos retomem e atualizem a narrativa do Brasil sobre si mesmo, inaugurada por autores como Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, entre inúmeros outros. O INSTITUTO IDEIAS, que reúne um conjunto de professores e pesquisadores na área jurídica, está fazendo a modelagem do prêmio, que será divulgada em breve.

2. Reforma política

Este, talvez, seja o grande consenso nacional: o Brasil precisa urgentemente, desesperadamente, de uma reforma política. Vive-se, entre nós, um momento de total descolamento entre a sociedade civil e a classe política, vista com indiferença, quando não com desprezo. Não é bom que seja assim. Em sociedades democráticas, política é indispensável e deve ser associada à busca pelo interesse público e pelo bem estar social. A política não pode ser um negócio como qualquer outro. Precisamos de uma reforma política capaz de produzir um arranjo institucional que estimule a identificação entre o cidadão e seus representantes, que diminua de maneira drástica o custo das campanhas, que dê autenticidade aos partidos políticos, que seja capaz de absorver crises políticas e que ajude a formação de maiorias políticas estáveis no parlamento. Um choque de republicanismo, de incentivo às virtudes republicanas, que preserve a integridade pessoal dos agentes públicos e a observância de padrões éticos adequados na gestão da coisa pública. A OAB tem promovido iniciativas importantes e elaborou, recentemente, uma proposta de reforma política visando a esses objetivos, que introduziria uma triplíce transformação. Quanto ao sistema de governo, o semipresidencialismo; quanto ao sistema eleitoral, o modelo distrital misto, que combina a fórmula majoritária e a proporcional, com lista pré-ordenada de candidatos; e quanto ao sistema partidário, fidelidade e mecanismos impeditivos da excessiva pulverização dos partidos.

Não é o caso de se demonstrarem as virtudes do modelo concebido pela Ordem. A proposta concreta que aqui se traz não é de mérito, mas quanto ao encaminhamento da reforma, para superar o impasse atualmente existente, em que todo mundo é a favor, mas cada um tem um projeto diverso em mente. Os conflitos de interesses são muito grandes e o Congresso não consegue produzir uma solução. Diante disso, um procedimento alternativo legítimo para concretizar a reforma política é a realização de um plebiscito, no qual o eleitor responderia a três consultas, fazendo suas escolhas. A primeira, entre (i) sistema proporcional (como é hoje); (ii) sistema majoritário (apelidado de distritão); e (iii) sistema distrital misto. A segunda, entre (i) lista aberta ou não-ordenada (como é hoje) e (ii) lista fechada ou preordenada. E a terceira seria entre (i) financiamento exclusivamente privado (como é hoje), (ii) financiamento exclusivamente público e (iii) financiamento público e de pessoas físicas, com limite máximo de contribuição. No período que precedesse a consulta popular, a Justiça Eleitoral faria uma apresentação didática de cada uma das opções nos meios de comunicação, bem como organizaria a defesa política de cada uma delas pelos grupos respectivos, de acordo com critérios de participação a serem definidos. Em relação a cada opção já deverá existir um texto de emenda constitucional e/ou legislação ordinária prontos, de modo que não haveria um segundo tempo depois do plebiscito, mas uma fórmula que entraria em vigor prontamente, de acordo com o resultado da apuração.

3. Saneamento básico

O saneamento básico é a principal política pública de saúde preventiva, conforme parâmetro mundialmente aceito, além de ser vital para impedir o comprometimento do meio ambiente, pela contaminação do solo, dos mananciais (fontes de água para abastecimento), rios e praias. O saneamento básico constitui um serviço público essencial que se materializa em ações de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como manejo de águas pluviais e dos resíduos sólidos (lixo). Pesquisa do IBGE, recentemente divulgada pela imprensa⁷, revela indicadores extremamente deficientes em matéria de saneamento básico. De fato, mais da metade dos domicílios brasileiros não tem acesso a uma rede de coleta de esgoto. Além disso, mais de 70% dos Municípios brasileiros não têm qualquer sistema de tratamento de esgoto instalado, despejando-o diretamente no meio ambiente. No tocante aos resíduos sólidos, mais de 50% dos Municípios os destinam a vazadouros a céu aberto, conhecidos como "lixões". São números muito ruins, decorrentes de investimentos insuficientes. Uma das principais causas do baixo aporte de recursos é a indefinição jurídica acerca de quem é o poder concedente do serviço de saneamento nas regiões metropolitanas – principais concentrações populacionais do país: se o Estado ou os Municípios.

Esta indefinição pode ser debitada à Constituição, à legislação e ao próprio Supremo Tribunal Federal, onde desde o final da década de 90 tramitam duas ações diretas de inconstitucionalidade sobre o tema, ainda sem decisão. A questão tem de fato complexidades: pela Constituição, os serviços de interesse local são da competência político-administrativa dos Municípios, mas as regiões metropolitanas devem ser instituídas pelo Estado. Esta é a origem das divergências. Já a competência legislativa para tratar de saneamento básico é da União. No entanto, ao disciplinar o assunto, a lei federal não solucionou o impasse. Diante do imbróglio jurídico, proponho uma solução compromissória, baseada em fundamentos jurídicos consistentes: a gestão compartilhada paritária, em que o Estado tenha metade do poder decisório e o conjunto dos Municípios metropolitanos a outra. Em caso de empate, é possível pensar em algumas fórmulas de encaminhamento, como por exemplo: a) a posição do Estado prevalece, caso tenha a adesão de pelo menos 25% dos Municípios; ou b) designa-se, previamente à ocorrência do dissensão, um árbitro externo para solucioná-lo, que poderá ser, por ilustração, um órgão ou agência federal (como a Agência Nacional de Águas) ou um painel de técnicos qualificados e independentes. Por fim, a opção pela prestação do serviço por empresa estatal ou mediante concessão à iniciativa privada, sob regulação e fiscalização de órgão paritário de Estado e Municípios, deverá ser pragmática e não ideológica, baseada na existência ou não de recursos públicos para financiar a expansão necessária.

4. O sistema punitivo

O sistema punitivo no Brasil não realiza adequadamente nenhuma das funções próprias da pena criminal: não previne, não ressocializa nem prevê retribuição na medida certa. A sociedade tem uma sensação difusa de impunidade. Mas as estatísticas de encarceramento são as mais elevadas desde sempre: passaram de 140 mil em meados da década de 90 a mais de 500 mil na atualidade⁸. O número de presos no Brasil só é inferior, em termos absolutos, aos da China e dos Estados Unidos. Temos uma justiça tipicamente de classe: mansa com os ricos e dura com os pobres. Leniente com o colarinho branco e severa com os crimes de bagatela. O sistema punitivo tem como porta de entrada o inquérito policial, passa pelo Ministério Público, pela Magistratura e tem como porta de saída o sistema penitenciário. Seus maiores problemas estão na entrada e na saída. A atividade policial é frequentemente vista como uma atividade menor, menos importante do que a de promotores e juízes. Trata-se de um erro grave. Uma polícia mal treinada, mal equipada e mal remunerada, sujeita a uma vida de riscos, vizinha de porta do crime, é um convite à violência e à corrupção. Nesse contexto, menos de 8% dos homicídios no Brasil são elucidados. E são cerca de 50.000 por ano, número de mortes superior ao de países em envolvidos em conflitos armados. Já o sistema penitenciário é tão degradado e degradante que juízes e tribunais, com um mínimo de visão humanista, apegam-se a qualquer filigrana jurídica para não mandar qualquer pessoa não-violenta para suas entranhas, realimentando o sentimento de impunidade. Em suma: o sistema punitivo brasileiro é uma combinação de truculência, impunidade e degradação.

Recuperar o sistema punitivo envolve a combinação de providências óbvias com algumas soluções criativas. É preciso, dentre outras prioridades, dar dignidade à polícia: status social, qualificação educacional, remuneração adequada, treinamento, equipamento e uma cultura capaz de conciliar eficiência com respeito aos direitos humanos. Vale dizer: capacitação, recursos e uma filosofia de trabalho. Precisamos, igualmente, recolocar em discussão a ideia da proibição de venda de armas de fogo, derrotada no plebiscito de 2005, vítima de contingências do momento político. No sistema penitenciário, é preciso não apenas dar condições mínimas de dignidade às unidades prisionais, como também pensar soluções mais baratas e civilizatórias. Como, por exemplo, a utilização ampla de prisões domiciliares monitoradas, em lugar do encarceramento. Quem fugir ou violar as regras, aí, sim, vai para o sistema. Para funcionar, tem de haver fiscalização e seriedade. Não desconheço as complexidades dessa fórmula, a começar pela circunstância de que muita gente sequer tem domicílio. Mas em muitos casos ela seria viável. Por igual, crimes de colarinho branco e todas as demais formas de criminalidade não violenta devem ter instituições prisionais separadas, mais baratas e de menor segurança, financiadas com as sanções pecuniárias elevadas a serem aplicadas, sobretudo, à criminalidade econômico-financeira. Também aqui,

quem fugir ou violar as regras vai para o sistema. E, sobretudo, precisamos organizar um grande evento multidisciplinar de reflexão sobre o sistema punitivo brasileiro: quanto de direito penal, para quem, com quais objetivos. O sistema punitivo brasileiro está desarrumado filosófica, normativa e administrativamente. Precisamos de um exercício de pensamento criativo, de energia construtiva.

5. Educação

Em matéria de educação, a despeito dos progressos dos últimos anos, ainda estamos defasados mesmo em termos de América Latina. Estamos também, sob numerosos aspectos, atrás de todos os outros países do grupo identificado como BRIC, que inclui Rússia, Índia e China. Um projeto educacional ambicioso deve ter em conta dois grandes objetivos: (i) a capacitação de todos para uma vida melhor, com acesso a conhecimentos essenciais, a uma profissão, à informação e ao exercício esclarecido da cidadania; e (ii) a identificação dos grandes talentos, dos virtuosos, daqueles que devem receber incentivos e investimentos diferenciados, porque serão os líderes da inovação e do avanço social. Precisamos de projetos ambiciosos em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio, que compõem hoje o denominado ensino básico; e precisamos de projetos mais ousados ainda para a universidade. No tocante ao ensino fundamental, alcançada a universalização, é preciso investir em qualidade efetiva. Precisamos de programas nacionais periódicos de capacitação de professores, de aumento da carga horária nas escolas para um regime de tempo integral, de alimentação, área de esportes com professores de educação física que ajudem a formar o caráter dos jovens, bem como do uso amplo de recursos tecnológicos para educação à distância (com acompanhamento por professores ou tutores locais), de universalização do acesso à internet e utilização máxima do seu potencial para fins educacionais. Além do Bolsa Família, é preciso explorar as potencialidades de incentivos singelos ao aprendizado e à valorização do mérito, como prêmios de desempenho, concursos locais e viagens dos mais destacados à capital do Estado ou do país. Ao final do ensino fundamental, um exame de avaliação deverá permitir selecionar os melhores, que concluirão o ensino básico em instituições modelo⁹. Em cada agrupamento de aproximadamente 250 mil pessoas, no interior ou nas capitais, haveria uma instituição de ensino que reuniria os melhores. O ensino médio deverá ter a sua universalização elevada à condição de prioridade máxima.

Também no que toca ao ensino superior, estamos imensamente atrasados. As instituições públicas custam muito caro em função do retorno que dão para a sociedade. Circunstâncias diversas têm dificultado a capacidade da universidade brasileira de gerar centros de verdadeira excelência e inovação,

movidos pelo mérito individual e pelo esforço coletivo. A crítica, por certo, não desmerece o esforço de docentes e pesquisadores abnegados, que enfrentam estruturas burocratizadas e ineficientes, quando não inertes, e ainda assim fomentam núcleos de qualidade acadêmica. Mas não é suficiente o esforço isolado: a universidade tem de ser um catalisador de talentos, de pessoas dispostas a se engajarem em um processo que envolve não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a superação das ideias convencionais. Reformas universitárias profundas e radicais costumam desandar, consumidas por resistências políticas e pelo conservadorismo do status quo. Por essa razão, em relação à universidade pública já existente – e que deve continuar a ser pública – faço propostas puramente incrementais, relativamente singelas, mas capazes de mudar o jogo como vem sendo jogado. Por vezes, pequenas transformações graduais são capazes de produzir mais impacto do que propostas de mudanças abrangentes¹⁰. Em primeiro lugar, deve-se valorizar particularmente o mérito, que se mede menos em títulos formais e mais na produção científica, sobretudo pela publicação em veículos de qualidade. Deve-se estimular, igualmente, a publicação em revistas estrangeiras de reputação. Esses dois itens deveriam contar para a evolução na carreira e para a remuneração dos docentes. Também deveria ser incentivada a realização de seminários internos nas instituições, de comparecimento obrigatório para os professores, onde cada um deles faria uma apresentação das suas pesquisas em andamento e dos temas que está estudando, propiciando o debate acadêmico e o efetivo compartilhamento de ideias. A universidade deve ser capaz, igualmente, de fazer parcerias e projetos externos, obtendo recursos legítimos da iniciativa privada, que complementem o orçamento público limitado.

Por fim, o país precisa criar uma instituição acadêmica verdadeiramente de ponta. Não existe nenhum grande país sem uma grande universidade. Aqui, precisamos inovar, criando um modelo original. Uma universidade voltada, cumulativamente, para a pesquisa pura, para a inovação tecnológica, para as conquistas da medicina e para o melhor das humanidades. Com graduação e pós-graduação. Possivelmente em uma grande área próxima à capital federal, com prédios para faculdades, bibliotecas, laboratórios e dormitórios. Para ela seriam recrutados, mediante bolsas de estudos e incentivos, os melhores estudantes que concluíssem o ensino básico – para o acesso à graduação – ou o ensino superior – para o acesso à pós-graduação. Os professores viriam tanto do Brasil como do resto do mundo, com recrutamento competitivo e aulas em português, inglês e espanhol. Com planos de carreira e direito de permanência baseados na produtividade e no comprometimento com a instituição. Seria uma instituição pública nos seus objetivos, mas não estatal. Sem propósito de lucro, mas sem as amarras da Administração Pública. Política, só a do mérito acadêmico. Ela seria formada por um capital inicial resultante de dotações voluntárias e incentivadas das grandes empresas

nacionais, assim como de todas as pessoas físicas ou jurídicas que desejassem contribuir para o projeto. A instituição seria dirigida por um presidente e dois conselhos de cinco pessoas cada: um, de administração, para gerir os recursos, nomeando os seus gestores; e outro, educacional, para conduzir o projeto pedagógico. Nada excessivamente grandioso em termos de quantidade, mas com especial preocupação em aproximar os melhores alunos dos melhores docentes e pesquisadores. Alunos de tempo integral e pelo menos 75% do corpo docente com dedicação exclusiva. A instituição teria convênios com as principais universidades do mundo para intercâmbio de alunos e professores. O modelo poderia ser replicado em alguns Estados da federação.

6. Trânsito

No ano de 2010, os acidentes de trânsito, no Brasil, causaram mais de 40 mil mortes¹¹. Número próximo ao dos homicídios dolosos, com uma média de 111 por dia. Uma vida se perde a cada 15 minutos. A maior parte das vítimas tem entre 20 e 30 anos. Um genocídio de jovens. Esses são os números de óbitos, sem mencionar os ferimentos graves, inclusive amputações e lesões medulares. O trânsito brasileiro produz 2,5 vezes mais mortos do que o dos Estados Unidos e 3,7 vezes mais do que na Europa¹². Precisamos de conscientização, fiscalização e repressão. Nessa ordem e na intensidade correta. Conscientização significa difundir a compreensão de que dirigir um carro é como portar uma arma. O uso impróprio é crime. É preciso tirar o glamour da velocidade irresponsável e o clima de festa da embriaguez. No volante, velocidade e álcool em excesso produzem assassinos potenciais. A conscientização inclui, portanto, chamar as coisas e as condutas pelo seu nome certo. A solução, no entanto, não está no recrudescimento das penas de privação de liberdade, mas sim na fiscalização adequada e na repressão moderada e eficiente.

Minha primeira sugestão, paradoxalmente, é de aumento de tolerância: dois chopps, duas taças de vinho ou uma dose de bebida destilada deveriam ser considerados admissíveis. A política de tolerância zero, no particular, dificulta a efetivação da restrição. Aqui, como em outras situações, o ótimo é inimigo do bom e do possível. Feita a ressalva, a fiscalização do cumprimento da Lei seca deve ser feita com empenho prioritário. De fato, se morrem dezenas de milhares por ano, esta há de ser uma das principais políticas de segurança do país. Equipes nas ruas devem monitorar bairros e locais propícios à direção alcoolizada, assim como pardais e câmeras devem controlar as vias públicas para conter o abuso de velocidade. O direito à não-autoincriminação penal,

sobretudo pela não realização do teste do bafômetro, não exclui a avaliação visual da autoridade nem tampouco deve inibir medidas administrativas. A recusa em se submeter ao teste deve acarretar, como consequência necessária, a apreensão do carro por uma semana e a suspensão da carteira por um mês. Em caso de reincidência, a apreensão do veículo será por um mês e a suspensão da carteira por seis. E, na terceira vez, um ano de carro e carteira apreendidos. Os prazos são mera sugestão para debate. A apreensão do carro pode ser substituída por imobilização das rodas, no local de seu estacionamento permanente. Quem for flagrado dirigindo após ter tido a carteira apreendida, vai preso. Nada de penas absurdas e longas. Podem ser bem breves. Mas tem que ser para valer. Como o sistema penitenciário não é capaz de ressocializar ninguém, a prisão deverá ser domiciliar monitorada, com leituras reeducativas e nova prova de habilitação.

7. Direitos humanos

Os direitos humanos ou fundamentais são a face jurídica da dignidade humana. Nessa matéria, fizemos muitos progressos no Brasil em relação aos direitos individuais e aos direitos políticos. Também tivemos avanços no tocante aos direitos sociais, que compreendem, dentre outros, educação, saúde, moradia e proteção à maternidade e à infância. Concentro minhas reflexões no tema dos direitos sociais, que são aqueles que visam à redução da desigualdade e à proteção dos grupos mais vulneráveis contra os abusos em geral, sejam os decorrentes do poder econômico, do preconceito ou da intolerância. A satisfação dos direitos sociais envolve melhor distribuição de renda e a oferta de serviços públicos de qualidade. Veja-se, então: o Brasil é hoje a sexta economia do mundo, mas encontra-se na 84ª posição no tocante ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU, que leva em conta os indicadores de renda (PIB per capita), saúde (expectativa de vida ao nascer) e educação (taxa de alfabetização e anos de escolaridade). A principal causa dessa defasagem é o abismo de desigualdade na distribuição de renda.

Sobre educação, principal fator de redução da desigualdade, já fiz as reflexões cabíveis em item próprio. Acrescento apenas que ao lado das preocupações com universalização e qualidade, é preciso reter os alunos na escola: o número médio de anos de estudo do brasileiro é de 7,2 anos, quando o mínimo desejável são 11 anos. Em relação à saúde, reitero o registro já feito quanto à importância exponencial do saneamento básico. Além disso, é preciso transparência e justificação no tocante às políticas públicas de saúde, inclusive

para ajudar a equacionar o fenômeno da judicialização, que tem transferido para o Judiciário, indevidamente, a discussão política sobre determinadas escolhas trágicas na alocação dos recursos. Vale dizer: o debate político que não é feito no momento da elaboração do orçamento acaba sendo feito em demandas judiciais individuais, o que constitui evidente distorção. No tocante ao direito de moradia, precisamos de projetos de financiamento habitacional de larga escala para famílias de baixa renda, em conjunto com planejamento urbano, ruas e avenidas dimensionadas adequadamente, arborização, praças e construções subsidiadas que substituam as favelas, com ordem e humanização. Precisamos fazer cidades melhores, comunidades melhores, com preocupações ambientais e estéticas. Não podemos viver, eternamente, do desfrute de belezas naturais.

8. A proteção das minorias

Como desdobramento da discussão acerca dos direitos humanos, cabe destacar e enfrentar três tópicos que envolvem os direitos das minorias. A história da civilização é a história da superação dos preconceitos e da discriminação. A principal inspiração desse tópico está nas ideias de tolerância e inclusão social. Não se tem aqui a pretensão de fazer com que qualquer pessoa abdique de suas convicções, mas apenas que tenha a boa-vontade de tratar os que são diferentes ou pensam diferente com igual respeito e consideração. Onde existam desacordos morais razoáveis, o papel do Estado é o de assegurar que cada grupo possa viver os seus próprios valores, sem utilização do seu poder coercitivo em favor de um dos lados.

(i) As mulheres e a descriminalização do aborto

As mulheres não são uma minoria, em sentido quantitativo. Mas fazem parte de um grupo de maior vulnerabilidade, em uma sociedade que ainda conserva, renitentemente, um viés machista. Pois bem: no tocante ao direito das mulheres, sobretudo das mulheres pobres, é imprescindível incluir na agenda política do país a discussão acerca da descriminalização do aborto. A melhor forma de se enfrentar o aborto – que não é, em si, uma situação desejável para ninguém – é com educação sexual, planejamento familiar e informações sobre meios de prevenção da gravidez, além de apoio à gestante que deseje ter o filho. Porém, tratar como criminosa a mulher que não quer ou não pode levar a gestação a termo constitui uma política pública de efeitos perversos, que devem ser considerados. Em primeiro lugar, porque viola a autonomia da mulher, impedindo-a de fazer uma escolha decisiva para sua vida. Em segundo

lugar, pela discriminação social que resulta da criminalização. É que, sem terem acesso a clínicas privadas, e sem poderem recorrer à rede pública de saúde, dezenas de milhares de mulheres pobres morrem ou se lesionam gravemente utilizando técnicas primitivas de interrupção da gestação.

(ii) A questão das ações afirmativas

Ação afirmativa é um conceito que não se limita às eventuais quotas para pobres e negros nas universidades. Ao contrário, as ações afirmativas identificam uma ideia muito mais abrangente, que deve incluir, sobretudo, a atuação proativa em comunidades carentes, levando serviços, cuidados e afeto. Isso inclui o fomento à preservação dos laços familiares, a manutenção de creches e pré-escolas para a iniciação educacional dos filhos de pais que precisam passar o dia trabalhando, a instalação de bibliotecas e o desenvolvimento de atividades educacionais, artísticas e desportivas, ao lado de medidas de incentivo ao estudo e ao aprendizado. Trabalhar para oferecer igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao mercado de trabalho é, no longo prazo, uma alternativa melhor do que cotas. O que não invalida, contudo, a legitimidade do emprego eventual desse instrumento, como forma provisória de superação de injustiças históricas.

(iii) Os direitos dos homossexuais e o casamento

Todas as pessoas devem ter direito ao casamento civil, se este for o seu desejo. Se a sociedade considera que o casamento é uma instituição positiva – tanto que o cultiva há muitos séculos –, seria uma estranha forma de egoísmo e de discriminação excluir dos seus benefícios pessoas que têm orientação homossexual. Justamente ao contrário, o Estado e a sociedade devem incentivar a inclusão das pessoas, permitir que saiam do gueto e da depreciação de não terem suas relações afetivas reconhecidas, como se não fossem dignas do mesmo respeito e consideração. O Supremo Tribunal Federal fez muito bem em equiparar as uniões homoafetivas às uniões estáveis convencionais, o que deve importar na possibilidade de conversão em casamento, como decidiu, igualmente, em acórdão luminoso, o Superior Tribunal de Justiça.

9. Transparência

Três disfunções acompanham, desde sempre, a formação social e política do Brasil: o patrimonialismo, que mistura o público com o privado; o oficialismo,

que faz tudo que é importante depender das bênçãos do Estado; e o autoritarismo, que concentra poderes para distribuir favores. A consciência desses problemas tem permitido às novas gerações enfrentarem-nos com a intensidade possível. Ao escolher o tema transparência como uma das grandes questões nacionais, moveu-me, acima de tudo, uma preocupação: fugir do discurso difuso e generalizante acerca da corrupção. O imaginário social brasileiro vive assombrado pela desconfiança e pela suposição de que em toda parte estão ocorrendo tenebrosas transações. Embora haja, mesmo, excesso de coisas erradas, essa atitude nihilista mina a cidadania e contagia a todos com o vírus da desesperança: já que ninguém presta, não adianta tentar fazer melhor. E aí, absolvidos pela culpa geral, os bons, que são a maioria, deixam de fazer bem feita a parte que lhes toca. E o mal triunfa. Na história brasileira, a pregação vaga contra a corrupção, sem propostas e soluções específicas, foi o combustível de aventuras autoritárias ou demagógicas. Em busca de transparência, trago ideias simples em relação a três áreas: orçamento, contratos administrativos e cargos em comissão.

(i) Orçamento público

O orçamento público entre nós é uma caixa preta, desconhecido e inacessível, na sua elaboração e execução. Concentro-me na questão da elaboração, lembrando que o orçamento é a lei formal que contém a previsão das receitas públicas e a autorização para realização das despesas públicas. Do ponto de vista político, a elaboração orçamentária é um grande espaço democrático negligenciado. Não há debate público adequado acerca das grandes decisões que nele se materializam: quanto de recursos serão alocados para a saúde, educação, construção de rodovias, pagamento da dívida pública ou publicidade institucional. A sociedade brasileira não participa dessa discussão. Do ponto de vista operacional, tanto no Executivo como no Legislativo, a elaboração do orçamento fica confinada a um número restrito de iniciados que desfrutam de um poder sem controle. Minha proposta: antes de encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, o Poder Executivo deverá explicitar, de maneira acessível à sociedade – talvez em exposição do Presidente da República em rede nacional –, as prioridades, escolhas e circunstâncias que pautaram suas avaliações, dando publicidade e transparência ao que pretende fazer e permitindo o controle social. Também devem ter transparência e justificação as emendas aprovadas pelo Congresso.

(ii) Contratos administrativos

No tocante aos contratos administrativos, firmados entre o Poder Público e o particular, as causas de desmandos são inúmeras. A começar por uma legislação sobre licitações e contratos cuja complexidade e formalismo impedem o administrador honesto de ser eficiente e não impede os ímprobos de fazerem espertezas. Minha primeira sugestão na matéria: simplificar a legislação para facilitar a sua observância. Ademais, as fraudes em contratações administrativas têm focos localizados, que olhos experientes podem detectar com alguma singeleza. Alguns deles são (a) o direcionamento da licitação por meio de exigências restritivas descabidas, (b) os aditivos contratuais que geralmente se seguem a propostas subfaturadas e (c) as contratações diretas em casos que não eram de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, frequentemente pela invocação de uma emergência que não é real. Também aqui, a simplificação na fiscalização, evitando-se controles sobrepostos, sucessivos e formais, poderia dar agilidade e eficiência.

(iii) Cargos em comissão ou de confiança

A Constituição brasileira prevê a existência de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelos agentes políticos dos três Poderes. Pela previsão constitucional, tais cargos devem se limitar aos que envolvam atribuições de direção, chefia e assessoramento. Os cargos em comissão não são um mal em si, pois é normal que os órgãos de direção – sobretudo no Poder Executivo – nomeiem, para determinadas posições, pessoas afinadas com os programas a serem implementados. O problema, no Brasil, está na falta de republicanismo nos critérios de escolha, assim como no número excessivo de cargos de confiança. Quanto à falta de republicanismo, é preciso instituir requisitos de capacitação técnica e mérito capazes de dar transparência ao recrutamento e de coibir práticas clientelistas e de nepotismo. Quanto ao número de cargos, a solução é mais singela: basta a sua drástica redução, o que, de resto, alinharia o Brasil com as boas práticas administrativas do resto do mundo. Apenas no plano do governo federal – onde os desmandos são menores e mais visíveis – existem mais de 23 mil cargos em comissão, em manifesto contraste com Estados Unidos (9 mil), Alemanha (500) e França (550).

10. Transformações no mundo jurídico

A litigiosidade no Brasil chegou ao limite da capacidade de absorção pelo Poder Judiciário. Precisamos mudar a mentalidade de advogados e de juízes para criar uma cultura de soluções consensuais para os litígios. A judicialização é sempre um momento patológico das relações sociais, por significar a impossibilidade de observância espontânea do Direito. Minha primeira sugestão: advogados devem considerar, como seu primeiro papel, construir com o seu ex adverso soluções que componham amigavelmente o conflito, evitando a necessidade de ir a juízo. É preciso, portanto, substituir a postura

adversarial tradicional por uma busca pela conciliação e mediação¹³. Segunda sugestão: no caso de a demanda terminar sendo ajuizada, juízes deveriam considerar como sua primeira missão obter a transação entre as partes, atuando proativamente nessa direção. A esse propósito, merece registro e apoio a Resolução n. 125, de 29.11.2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina a criação, pelos Tribunais, de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, voltados para a conciliação e mediação. Ainda em relação ao Poder Judiciário, uma última proposta: é preciso instituir um Exame Nacional de Magistratura, como requisito para inscrição nos concursos para juiz realizados por tribunais estaduais e regionais. Uma seleção prévia que minimize os riscos de manipulação e favorecimento por oligarquias judiciárias locais, riscos que, infelizmente, não são imaginários.

Por fim, três propostas em relação ao Supremo Tribunal Federal. A primeira: é preciso aprimorar o sistema de repercussão geral. Já há mais recursos extraordinários admitidos dentro do novo sistema do que a capacidade do tribunal de apreciá-los nos próximos anos. O critério de seleção tem de combinar aspectos qualitativos e quantitativos, para não inviabilizar o tribunal nem alimentar um sistema de delegação interna de competências decisórias. Em segundo lugar, é preciso aprimorar os mecanismos de funcionamento do plenário. Duas sugestões: (i) votos orais não deveriam estender-se para além de vinte ou trinta minutos, com síntese das principais ideias, sem prejuízo de o voto escrito ser mais analítico, quando seja o caso; (ii) a minuta do voto do relator – ou, pelo menos, sua tese central – deveria circular previamente, com dois propósitos: quem concordar com ele não precisa ter o trabalho de preparar outro voto para dizer a mesma coisa; e quem discordar já pode preparar a divergência, sem necessidade de pedir vista. Uma última sugestão, uma providência simples que vem se tornando indispensável: após a votação em plenário, o relator para o acórdão deverá submeter a ementa à aprovação da maioria que se formou, para evitar que aconteça – como por vezes ocorre – de a ementa refletir apenas a posição do relator e não a da maioria.

IV. CONCLUSÃO

E aqui concluo a agenda que propus para o país para a próxima década. Uma jornada em busca da igualdade de oportunidades, da vida boa e da boa-fé objetiva. A democracia como premissa, o desenvolvimento como meio e a dignidade humana como fim. Dignidade significa a emancipação das pessoas, a consciência da própria liberdade e a capacidade material e intelectual de realizar seus projetos existenciais. A possibilidade real de buscar a própria felicidade. A realização pessoal não é uma pré-condição para a vida ética, a vida que inclui o outro e a solidariedade. Mas ela certamente ajuda a criar um estado de espírito mais propício para cada um sair de dentro de si, em paz e com segurança, e estender a mão a quem precisa. Nos últimos 25 anos, o Brasil amadureceu institucionalmente, desenvolveu uma consciência social e

começa a partilhar os frutos do progresso. Em breve, chegaremos à modernidade. Com atraso, mas não tarde demais. Uma sociedade de pessoas livres, iguais e solidárias. Com alegria de viver. E mais à frente, multiculturais, multirraciais e pacíficos, seremos um exemplo de civilização, fundada na tolerância, no pluralismo e na fraternidade. Um lugar como todos deveriam ser.

1 Conferência Magna de Encerramento da XXI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Curitiba, 24 de novembro de 2011.

2 Advogado. Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Visitante da Universidade de Brasília – UnB. Mestre pela Universidade de Yale, Doutor pela UERJ, Visiting Scholar na Universidade de Harvard.

3 Na formulação feliz de Amartya Sen, vencedor do prêmio Nobel de 1998, o desenvolvimento é um processo integrado de expansão das liberdades substantivas das pessoas. V. Amartya Sen, *Development as Freedom*, 1999, p. 8.

4 Immanuel Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, trad. Paulo Quintela, 2004, p. 77.

5 *Idem*, p. 68-69.

6 A ideia desse tópico se deu em interlocução com o Professor Paulo Barrozo, do Boston College, nos Estados Unidos.

7 V. Julia Reis, "Mais da metade dos domicílios brasileiros não tem coleta de esgoto, mostra IBGE", UOL Notícias, 19 out. 2011. Acessível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/10/19/mais-da-metade-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-coleta-de-esgoto.jhtm>.

8 As estatísticas utilizadas nesse parágrafo foram colhidas em Luiz Eduardo Soares, "Tranquila e infalível como Bruce Lee", *Tendências/Debates*, Folha de São Paulo, 25 out. 2011.

9 Eventualmente, adaptando-se e aperfeiçoando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) existente.

10 Adrian Vermeulle, *Mechanisms of Democracy*, 2007, p. 245-47.

11 "Trânsito mata mais de 40 mil e bate recorde", Folha de São Paulo, 29 out 2011, primeira página e C4.

12 Ruth Aquino, "Uma epidemia que mata 100 por dia", *Revista Época*, 8 ago 2011, p. 154.

13 A arbitragem também é uma forma extrajudicial de resolução de conflitos, mas que não evita o litígio, apenas transferindo o poder de decisão para outro órgão ou instituição.

Memória: A VII Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil

Um capítulo da luta democrática

Em 7 de maio de 1978, um domingo, foi instalada a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Teatro Guaíra de Curitiba. As reuniões das Comissões se realizaram no prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. O Presidente da Conferência era Raymundo Faoro, Presidente do Conselho Federal da Ordem.

Tema da Conferência: "O Estado de Direito".

Tema candente, pois o Brasil vivia sob o regime militar, vigentes as Medidas de Exceção impostas pelos Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos-Lei e pela Emenda Constitucional nº 1, denominada Constituição Federativa do Brasil, de 1969.

Travou-se na Conferência um debate fervoroso entre, de um lado, aqueles que lutavam pela restauração plena e imediata do regime democrático e, de outro, aqueles que defendiam uma transição gradativa, admitindo medidas de exceção "para defesa do Estado". Uma espécie de Estado de Direito modulado por algumas medidas de exceção.

A constelação de expositores presentes à Conferência era extraordinária: Caio Mário da Silva Pereira, Sérgio Bermudes, Alberto Gomes da Rocha Azevedo, Rubens Requião, Evaristo de Moraes Filho, Victor Nunes Leal, Miguel Reale Junior, Evandro Lins e Silva, Geraldo Ataliba, René Ariel Dotti, Therezinha Zerbini, Alberto Venâncio Filho, Goffredo da Silva Telles Junior, para citar apenas alguns nomes

No cenário político nacional, o senador Petrônio Portela, do Piauí, e o general Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil, preparavam propostas para viabilizar a chamada transição, isto é, medidas que de forma "lenta, gradual e segura" (na expressão do Presidente Ernesto Geisel) conduzissem o País de volta ao regime democrático, ao restabelecimento pleno dos direitos civis, políticos e sociais, ao regime de partidos livres e do funcionamento regular dos Três Poderes. Petrônio Portela liderou a "Missão Portela", os encontros com os núcleos políticos para empreender a referida "distensão política".

A VII Conferência Nacional da Ordem, sobre o tema "O Estado de Direito", foi o ambiente ideal para a discussão sobre a restauração da democracia em nosso país, com a exposição e debate nas várias Comissões das teses apresentadas.

O que se discutia era a institucionalização das chamadas "salvaguardas", termo empregado para designar as medidas de defesa do Estado, entregues ao poder discricionário do Chefe do Executivo.

Goffredo sustentou que a defesa do Estado deveria ficar restrita ao estado de sítio, como medida excepcional, afastadas quaisquer outras medidas, não previstas na Constituição, incompatíveis com o Estado de Direito e caminho aberto para o arbítrio (Tese nº 7: "O Estado de sítio e as outras salvaguardas").

De outro lado, os defensores das salvaguardas, quais sejam, o estado de emergência e as medidas de emergência, que pleiteavam a institucionalização da suspensão das garantias, aplicação da censura prévia, suspensão do habeas corpus, prisão sem ordem judicial, adiamento das eleições, suspensão das imunidades parlamentares, etc., quando as circunstâncias políticas indicassem risco para a estabilidade política.

O defensor da Tese das salvaguardas era Oscar Dias Correa, antigo líder da UDN, deputado constituinte em 1946 e depois Ministro do Supremo Tribunal Federal. Sua tese intitulava-se "Emergência constitucional no Estado de Direito" (Tese nº 17). Correa defendia a ideia de que o Estado Democrático de Direito precisava incorporar normas que regulassem os estados de exceção que ocorrem na vida política, advogando a aplicação de medidas igualmente de exceção para defesa do Estado.

O embate entre as duas atitudes políticas foi notável e marcou a Conferência como um dos encontros mais extraordinários.

Era preciso preparar cuidadosamente a sessão da Comissão encarregada da Tese defendida pelo Goffredo. Havia riscos de toda ordem. O Ministro Petrônio Portela reuniu-se várias vezes com o nosso "Batonnier" Raymundo Faoro, buscando cooptá-lo para a tese das Salvaguardas, instando para que a Tese do Goffredo fosse adiada em Plenário, mesmo se tivesse sido aprovada na Comissão.

*** *Nosso grupo não era numeroso mas era muito aguerrido. Em torno do Goffredo estavam José Gregori, Luiz Baptista Pereira de Almeida, Lamartine Correa de Oliveira, Miguel Reale Junior, Alexandre Thiollier Filho, Therezinha Zerbini, Álvaro Dias, jovem político do Paraná, e numerosos Colegas do Paraná, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.***

Nós nos reunimos algumas vezes no Escritório do Colega Lamartine Correa de Oliveira para preparar a sessão da Comissão e para trabalhar ao lado de Faoro na direção de neutralizar os esforços de Petrônio Portela, hábil político e argumentador competente.

O Conselho Federal se dividiu. Muitos de seus membros – alguns notáveis advogados e juristas – se deixaram seduzir pelo discurso governista e cerraram fileiras em prol da aprovação da Tese das Medidas de Emergência e do Estado de Emergência.

Nas Comissões, ambas as teses foram aprovadas. A aprovação da Tese defendida pelo Goffredo foi aclamada e formou-se ali um núcleo de resistência, contrário à ideia das Salvaguardas.

Afinal, chegou o dia da Sessão Plenária. A expectativa era imensa. Cabia ao Presidente da Conferência sagrar as teses que iriam compor a "Declaração dos Advogados Brasileiros" e aquelas teses que seriam "adiadas", significando que seriam excluídas das Conclusões da Conferência.

Sabemos dos bastidores. Raymundo Faoro tomou seu tempo para decidir o que fazer. O apelo governamental para apoiar a tese das Salvaguardas era

poderosíssimo. "O ótimo é inimigo do bom", diziam alguns Conselheiros Federais, convencidos pela verve de Portela que acenava com a revogação de boa parte do entulho autoritário em troca das Medidas Excepcionais de Defesa do Estado.

Enfim, no dia 12 de maio, sexta-feira, depois do almoço, reuniu-se a Sessão Plenária no Teatro Guaíra. O Presidente relacionava as Teses e proclamava : APROVADA, ou então ADIADA. A proclamação foi a seguinte: Tese nº 7 "Estado de Sítio e outras Salvaguardas" - APROVADA. Tese nº 17 "A Emergência Constitucional do Estado de Direito" - ADIADA.

O Plenário se levantou aos brados de "Viva, Viva, Viva o Brasil, Viva o Estado Democrático de Direito Pleno, Viva", palmas e palmas. A emoção tomou conta dos corações ao som do Hino Nacional.

Nunca mais se ouviu falar de Estado de Emergência e de Medidas de Emergência.

Os Anais da Conferência contêm a íntegra das Teses, o Programa, a "Declaração dos Advogados Brasileiros" e os discursos do Presidente Faoro.

Depois da noite da Carta aos Brasileiros, a Sessão Plenária da Conferência da Ordem em Curitiba foi o evento mais representativo compartilhado por Advogados e Militantes em prol da Restauração da Democracia no Brasil.

No dia seguinte, na hora da partida, encontramos com Oscar Dias Correa e sua mulher. O tratamento foi civilizado, mas o Oscar não escondia a decepção e a frustração com o resultado da Sessão Plenária. Na despedida, combinamos um reencontro por ocasião da futura Constituinte – sonho de todos nós. Nunca mais nos encontramos.

Dez anos depois, em 5 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da Republica Federativa do Brasil.

São Paulo, 22 de novembro de 2011

Maria Eugenia R. Silva Telles

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quanto aos registros que solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – São 16h04.

Passamos à

Ordem do Dia

A Presidência quer informar ao Plenário que o Item 1 da pauta não se encontra instruído e que não há quórum para votação dos Itens de nºs 02, 03, 04, 05, 07, 08 e 09.

Dessa forma, invocando o art. 304, passamos à discussão do Item 06, nos termos do art. 304, já disse, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o ilustre Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 - COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.408, de 2011)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar, do Senador José Pimentel, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 - CCJ.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas *para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno*.

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Voltamos à sequência dos oradores inscritos.

Próximo orador inscrito, na sequência, o Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Ausente S. Ex^a do plenário – estava até ainda há pouco –, em seguida, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de tanto tempo de intensos debates, o nosso novo Código Florestal chega ao Plenário desta Casa, um texto que pode não ser perfeito, mas é maduro, fruto de um trabalho árduo e responsável.

Antes de começar a falar do tema que me traz à tribuna hoje, quero deixar registrada a minha admiração e respeito por todos os envolvidos diretamente nessa questão fundamental para o futuro da produção no campo brasileiro e para a preservação ambiental.

Em especial, deixo meu elogio aos relatores do Novo Código Florestal, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, bem como aos Presidentes das Comissões pelas quais o debate passou mais intensamente, Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Eunício Oliveira. Devemos destacar também os

Senadores que muito trabalharam no Código: Waldemir Moka, Kátia Abreu, Ana Amélia, Blairo Maggi e outros.

Ao longo das discussões a respeito do Código, houve muita polêmica e mobilização para se chegar ao equilíbrio entre a produção e a manutenção dos recursos naturais e da biodiversidade. Acredito que o importante é garantir a legalidade no campo. Isso é fundamental hoje e para as futuras gerações.

Com este Código, o homem poderá produzir, respeitando uma legislação atualizada e real, sem medo de perder tudo por causa de multas impagáveis, ao mesmo tempo em que saberá com clareza o que é possível e o que não é; o que é necessário preservar e até que ponto os recursos naturais poderão ser usados como aliados na produção de alimentos.

A partir deste momento, acredito, haverá, de fato, o que chamamos de segurança jurídica no campo.

Para mim, esse é o maior legado deixado por todos os que se debruçaram sobre cada detalhe do texto do Novo Código Florestal, ao longo de anos de intensos debates. E aí também registro minha admiração pelo agora Ministro do Esporte Aldo Rebelo, Relator do Código na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui hoje também falar de um assunto fundamental para impulsionar o desenvolvimento deste País: a infraestrutura.

Nossa capacidade de competir no século 21 depende de nossa vontade de investir em infraestrutura: precisamos de Internet banda larga mais rápida, energia disponível em todo o País, sistemas modernos de água e esgotos, e melhores aeroportos, trens, estradas e pontes.

Essa declaração, que poderia ser atribuída a qualquer líder político contemporâneo com um mínimo de visão e compromisso, é do ex-Presidente norte-americano Bill Clinton, em seu mais novo livro, *De volta ao trabalho*, lançado recentemente nos Estados Unidos.

O tema independe da posição ideológica daquele que o lê e analisa. A assertiva de Clinton é tão verdadeira que o Brasil, por exemplo, vem fazendo grandes esforços e investindo significativos recursos, por intermédio do Governo Federal, no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, voltado especialmente para as questões de infraestrutura.

O tema é tão relevante que serviu de mote de campanha e ajudou a eleger a competente Presidente Dilma Rousseff, na simpática e afetuosa expressão do ex-Presidente Lula, “a mãe do PAC”.

É certo que o debate sobre a melhoria da nossa infraestrutura não começou ontem. Da extraordinária visão do Visconde de Mauá a Juscelino Kubitschek, dos militares de 64 a Fernando Henrique Cardoso, Lula e

Dilma Rousseff, o tema, com distintas ênfases, sempre esteve presente na agenda de nossos governantes.

Mesmo com problemas, crises financeiras, ajustes macroeconômicos, o Brasil tem avançado. No entanto, ainda se ressentem de carências enormes e evidentes na área da infraestrutura. As mudanças são lentas quando comparadas às demandas sociais.

O *Relatório da Competitividade Global 2011-2012*, publicado neste ano pelo Fórum Econômico Mundial, é um retrato respeitável do estado atual das condições de disputa de mercado das diversas nações.

Como um dos pilares da competitividade, assinala este documento, a infraestrutura é essencial para o funcionamento da economia e importante fator para determinar a localização das atividades econômicas. Depois, anota ainda o *Relatório*, uma infraestrutura bem desenvolvida é capaz de integrar, a baixo custo, o mercado nacional, além de realizar a conexão deste com mercados de outros países e regiões.

O Brasil, a despeito dos deliberados esforços dos dois últimos governos, ainda está longe do ideal. Consideradas 142 nações, nosso País, no quesito qualidade geral da infraestrutura, ocupa uma nada invejável 104ª posição, atrás de Namíbia, Albânia e Armênia, por exemplo.

Levamos, é verdade, alguma vantagem diante do Haiti, Timor Leste, Paraguai e Argentina, nossa principal parceira no Mercosul, situada no modesto 108º lugar do *ranking* elaborado pelo Fórum Econômico Mundial.

Essa realidade, contudo, não deve condenar-nos ao conformismo, ou à lamentação. Não temos permissão para sermos pessimistas. Pelo contrário, o Brasil, com seu extraordinário potencial de recursos humanos e naturais, dispõe de um admirável horizonte de crescimento e desenvolvimento. Temos, sim, inúmeros e relevantes desafios. Por isso é cada vez mais importante concentrarmos energia, conhecimento e talento na superação das adversidades presentes.

A proximidade de dois megaeventos globais de insuperável visibilidade e repercussão – a Copa do Mundo e as Olimpíadas – nos impõe um desafio raro, que merece nossa mais determinada atenção e nosso melhor empenho. É a grande oportunidade de o Brasil mostrar ao mundo que conseguiu efetivamente superar o subdesenvolvimento. Que, enfim, o futuro chegou, projetando nosso País para um novo e melhor patamar, habilitando-nos ainda a colaborar mais decisivamente para o progresso de toda a humanidade.

A crescente participação da iniciativa privada nacional e estrangeira em diversos empreendimentos tem evidenciado os atrativos de uma economia sólida e próspera, com senso de direção e segurança. Isso proporciona mais serviços e qualidade de vida para

um número cada vez maior de brasileiros, que já não são constrangidos a conhecer e experimentar as inúmeras privações de seus antepassados.

Basta citar o quanto a privatização do sistema Telebrás mudou a realidade brasileira.

Quando as empresas privadas de telefonia entraram no mercado, em 1998, havia apenas 22 milhões de telefones em operação no País. A instalação demorava cinco anos. Lembro que cheguei a pagar o equivalente ao valor de um carro zero em uma linha telefônica fixa na década de 70.

Após a privatização, em menos de uma década, o acesso entrou no caminho da universalização: até o fim de 2005, já havia 125 milhões de aparelhos em funcionamento, entre telefones fixos e celulares. Hoje, o número de acessos na telefonia móvel no País já supera o de habitantes: são mais de 232 milhões.

Ou seja, esses números mostram como a desestatização da telefonia ampliou e facilitou a capacidade de comunicação. Isso significou também oportunidades de trabalho, especialmente para os profissionais autônomos. Além disso, com o avanço crescente da tecnologia, a inclusão digital móvel será cada vez mais acessível.

Esse é um exemplo de quanto foi exitosa a decisão de promover a privatização de cerca de cem empresas e concessionárias de serviços públicos na década de 90. Sabiamente, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso diminuiu a participação do Estado na economia, o que tornou os serviços mais eficientes e baratos.

As privatizações também serviram para recuperar empresas em processo de falência. A Embraer, a Companhia Vale do Rio Doce, o Sistema Telebrás, a Light e a Companhia Siderúrgica Nacional certamente estão entre os negócios mais vultosos do processo de privatização. Bancos estaduais também passaram para o controle privado.

Agora, imune aos dogmas da ideologia, o Governo da Presidente Dilma Rousseff tem prestigiado a livre iniciativa e o mundo empresarial, confiando-lhe atividades outrora monopolizadas pelo Estado. Aeroportos, estradas de rodagem e de ferro, entre outros, tornam-se objeto de participação do capital privado, mostrando desde logo os inúmeros benefícios decorrentes para toda a população brasileira.

A simples mudança de mentalidade já representa um avanço significativo, embora insuficiente, na medida em que a sociedade progride economicamente e passa a aspirar e exigir mais e melhores serviços.

Nossa região, o Centro-Oeste, tem vivido nos últimos anos um momento especialmente positivo para sua economia, com avanços notáveis na agricultura e

na pecuária, na indústria e nos serviços. Meu Estado, o Mato Grosso do Sul, sob a firme e progressista liderança do Governador André Puccinelli, tem investido decididamente em educação, saneamento básico e infraestrutura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil chega às portas de 2012 com uma série de desafios para o Governo e para a sociedade. Entendo que reunimos todas as condições necessárias para garantir ao País a infraestrutura indispensável ao desenvolvimento. Já sabemos o que fazer, e o que não fazer, mas ainda estamos diante da etapa mais difícil: aquela em que é preciso ultrapassar as intenções e realizar as obras reclamadas. O PAC e outras iniciativas estaduais e municipais similares atuam como um norte a orientar nossas ações.

Portos, rodovias, aeroportos, ferrovias, energia e comunicações. É uma agenda ampla, que deve ser observada de forma estrita, para que possamos oferecer aos brasileiros pleno e imediato acesso a serviços essenciais de qualidade, sejam eles mantidos pelo Estado, pela iniciativa privada, ou por ambos.

Não há dúvidas acerca do interesse e do empenho da Presidente Dilma Rousseff e de seus Ministros no sentido de acelerar os processos necessários à consolidação de uma infraestrutura adequada às necessidades nacionais. A inauguração das eclusas de Tucuruí, no final do governo do Presidente Lula, e a recente abertura da Ponte Manaus-Iranduba, sobre o rio Negro, ilustram o empenho do Governo Federal em dotar o País de infraestrutura adequada.

Se desejamos, efetivamente, legar a nossos filhos e netos um Brasil próspero, mais do que nunca, esta é a hora de investirmos decididamente naquilo que é indispensável ao funcionamento sadio da economia: a infraestrutura.

Não podemos perder o essencial de vista: o Brasil vive seu melhor momento, e devemos ser sábios para aproveitar essa oportunidade concedida pelas especiais circunstâncias históricas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Senador Antonio Russo, na sequência dos inscritos, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Moka, de certa forma, vou antecipar aqui o pronunciamento que farei como presidente do Parlasul, seção brasileira, no Uruguai, no dia 2, na reabertura do Parlasul na República Oriental do Uruguai.

Para se opor ao Consenso de Washington e ao seu decálogo de recomendações que favorecessem, sem qualquer restrição, aos interesses do mercado, um grupo de economistas brasileiros, reunidos pelo Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul, o Intersul, está propondo o Consenso do Rio, um brado de independência em relação às políticas macroeconômicas que há mais de duas décadas desgraçam nações e povos em todo o mundo.

Talvez agora, quando a ressaca atinge com força países da Europa ocidental, talvez agora seja possível que se preste mais atenção àqueles que clamam há tempo contra a estupidez do neoliberalismo.

Assinado, entre outros, por Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Lessa, Luiz Carlos Bresser Pereira, Theotônio dos Santos, Denise Gentil, Luiz Pinguelli Rosa, Luiz Nassif, José Carlos de Assis, Roberto Saturnino Braga, Ricardo Carneiro, Miguel Bruno, entre outros, o Consenso do Rio busca identificar “as principais características de uma política macroeconômica estimuladora do desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preços, crescimento e promoção do pleno emprego”.

A política, diz o documento, deverá assegurar também “estabilidade externa, eliminação da miséria e redução dos índices de concentração de renda e de riqueza, com o aumento do bem estar das populações”.

O texto parte da premissa de que três décadas “de conformação das políticas macroeconômicas dos países sul-americanos ao neoliberalismo deixaram pouca margem de manobra aos governos regionais para buscar alternativas desenvolvimentistas. O padrão comum, com raras exceções, foi o de promover o Estado mínimo através das privatizações, restringir o endividamento e o investimento público e favorecer a suposta autorregulação da economia dentro dos cânones da ortodoxia fiscal e monetária”.

No entanto, os acontecimentos recentes mostraram, mais uma vez, o fracasso dessa política, “que resultou em crise nas próprias economias avançadas e em crescimento lento e instável nas regiões subdesenvolvidas e em muitos países em desenvolvimento, com altos custos sociais, dos quais apenas têm escapado países emergentes que se distanciam do padrão neoliberal”.

Enfim, as recomendações do FMI, do Banco Mundial, do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, enfileiradas no Consenso de Washington, trouxeram para os países sul-americanos resultados econômicos pífios e agravamento dos já crônicos, seculares problemas sociais.

Logo, chegou a hora de se ter coragem de enterrear o falecido, cujo espectro agora assombra a Europa.

Argumentam os redatores do Consenso do Rio:

– O quadro internacional mudou radicalmente, e é por isso que se justifica esta proposta de uma nova política macroeconômica para a região.

De fato, todo o mundo industrializado avançado está em crise financeira, fiscal e de demanda interna, submetendo-se à medicina do ajuste fiscal que classicamente recomendava aos países em desenvolvimento. Ajuste fiscal significa reduzir gasto público, salários e benefícios sociais para comprimir o mercado doméstico e gerar excedentes exportáveis. Numa situação em que todos os países ricos querem exportar mais e importar menos, é duvidoso que tais políticas venham a ter um resultado positivo. Contudo, o fluxo das exportações dos ricos tende a buscar os países emergentes e em desenvolvimento, com o risco de um dumping industrial mundial que lhe venha destruir seu parque produtivo industrial. Países que têm uma base industrial estarão ameaçados, e países que não a têm, mas aspiram a tê-la estão igualmente em risco. Diante disso, no caso da América do Sul, é imperioso acelerar o processo de integração, pois dentro de um bloco econômico será possível proteger os mercados internos sul-americanos sem ferir as regras da Organização Mundial do Comércio. Individualmente, qualquer país que recorra a barreiras comerciais corre o risco de discriminação e retaliações no mercado internacional. Num bloco, ele pode fazê-lo sem ferir tratados internacionais.

Agora, vamos às propostas do Consenso do Rio, às ideias de uma “estratégia de estímulo ao desenvolvimento econômico e social compatível com as necessidades sociais e o equilíbrio político dos países da América do Sul”. São palavras do texto do Consenso do Rio:

Essa política, ou melhor, conjunto de políticas, teria as seguintes características:

1. Retomada do princípio do planejamento público como instrumento estratégico para alcançar os objetivos nacionais de desenvolvimento econômico, eliminação da miséria, redução das disparidades regionais e da extrema concentração de renda, mediante a busca de um sistema tributário justo e progressivo que aponte na direção do Estado do bem-estar social;

2. Política monetária que comporte a expansão da moeda de acordo com as necessidades do crescimento econômico com estabilidade monetária e tendo por objetivo último a máxima geração de emprego;

3. Atribuição ao Banco Central desse tríplice objetivo, para cuja execução ele terá liberdade operacional, sujeita à verificação de eficácia pelas comissões de economia e finanças do Congresso Nacional.

Abro aqui um parêntese. O Senador Lindbergh chegou a fazer essa proposta, que foi aprovada por unanimidade na Comissão de Economia, mas pressões, vindas não sei de onde, fizeram o Senador, depois de aprová-la por unanimidade, retirá-la. Provavelmente, a inspiração do Senador Lindbergh surgiu exatamente do trabalho de Maria da Conceição Tavares e dos economistas que aqui citei, autores do Consenso do Rio.

Continuo a leitura das propostas do Consenso do Rio:

4. Controle fino da liquidez mediante a defesa pelo Banco Central, no open, da taxa de juros fixada conforme os objetivos dos itens 1 e 2; a taxa básica de juros deve condicionar também o processo de internação ou retenção externa do fluxo de reservas, para compatibilizar esse fluxo com o nível de liquidez desejado;

5. Política cambial no regime semi-flutuante, entendido como a administração do câmbio mediante utilização das reservas internacionais para manter o valor externo da moeda numa faixa que promova a competitividade externa, sobretudo a baseada em bens de maior valor adicionado, assim como o crescimento interno;

6. Política fiscal anticíclica e pró-investimento do Estado para corrigir deficiências de infraestrutura, admitindo-se, em situação de alto desemprego e alto índice de ociosidade no parque produtivo, aumento da relação dívida/PIB (como ocorreu sabiamente no Brasil com os investimentos de Petrobras, Eletrobrás e BNDES financiados pelo Tesouro em 2009 e 2010); note-se que não existe razão teórica ou empírica para eliminar a dívida pública como fonte de financiamento do Estado, a não ser em condição de esgotamento da capacidade ociosa na economia; da mesma forma, trata-se de um viés ideológico inaceitável para países em desenvolvimento limitar a relação dívida/PIB a valores arbitrários, como aconteceu na Europa do euro sob o Tratado de Maastricht,

hoje claudicante. A questão verdadeiramente relevante é a gestão de um endividamento público com caráter produtivo, isto é, a dívida pública deve ser utilizada, prioritariamente, para o financiamento do investimento público com potencial de aumentar a produtividade da economia. Macrodinamicamente, como o investimento público em infraestrutura eleva a taxa de investimento privado (efeito crowding in no médio e longo prazos), a base tributária se expande e a própria dívida pública tende a reduzir-se ou estabilizar-se. Atualmente, não é isso o que ocorre; o endividamento público nos países avançados e em desenvolvimento converteu-se no eixo da acumulação rentista, através de estruturas de revalorização da riqueza pouco ou nada conectadas às necessidades das atividades diretamente produtivas. Nesse contexto, não é surpresa que as finanças públicas encontrem-se subordinadas às finanças privadas, de acordo com as demandas dos detentores de capital e de grandes bancos e investidores internacionais.

7. Promoção do investimento de integração econômica, estruturando um novo modelo de desenvolvimento econômico e social ancorado na nova política macroeconômica aqui sugerida, nos termos propostos em projeto de lei em anexo, já em tramitação no Senado brasileiro e em discussão em entidades da sociedade civil de outros países da América do Sul [se não me engano, a iniciativa deste projeto de lei é do ilustre Senador Paim, do Rio Grande do Sul];

8. Aperfeiçoamento e expansão do uso do CCR [Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos] nas transações comerciais e de investimento na América do Sul;

9. Estruturação do sistema de financiamento de investimentos públicos e privados na América do Sul em torno do Banco do Sul, da CAF [Banco de Desenvolvimento da América Latina], do BNDES e de outros bancos públicos regionais, mediante um mecanismo próprio de avaliação de risco que desconsidere as agências externas de classificação e que funcione como um selo de qualidade para investidores fora da região.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a proposta do Consenso do Rio. São antigas e boas ideias que o tropel neoliberal varreu das academias, dos palácios governamentais, dos parlamentos e da imprensa. Não acredito que deva existir nesta Casa debate mais im-

portante, imperioso e urgente que este, mesmo porque, como aponta a proposta do Consenso do Rio, a crise na Europa e nos Estados Unidos revela “uma evidente ressurgência neoliberal”, com a imposição do mesmo receituário já desmoralizado em cada parte do Planeta.

Nas considerações finais, afirma o texto do Consenso do Rio:

Nosso intuito é, pois, oferecer aos formuladores de política econômica da América do Sul uma contribuição no campo das ideias para o estabelecimento de uma nova estratégia econômica para o continente. Ao mesmo tempo, estamos oferecendo às sociedades de região um conjunto de princípios que eventualmente sirva para alimentar o debate em torno de nossa situação presente e de nosso destino. Não podemos assistir passivamente a um processo que pode nos arrastar para o mesmo abismo em direção ao qual forças retrógradas estão empurrando vários países europeus. Sem uma estratégia clara de ação, estaremos condenados ao retrocesso econômico, social e político.

Naturalmente, mesmo enquanto região, não estamos isolados em relação ao que acontece no resto do mundo, em especial nos países industrializados avançados. Embora não possamos influir diretamente nas políticas ali praticadas, podemos chamar a atenção das respectivas sociedades para suas contradições e incongruências que põem em risco a nossa própria estabilidade [a estabilidade dos nossos países]. Entre os países ricos, os Estados Unidos enfrentam um problema, sobretudo, de dívida privada, remanescente do colapso do mercado imobiliário [do subprime e de tudo o que, neste plenário, já se discutiu intensamente]. Como emissores da moeda mundial, seu problema de dívida pública é de ordem, sobretudo, ideológica; são, pois, razões políticas que impedem os Estados Unidos de agirem decididamente por sua recuperação e a recuperação mundial. Já na Europa do euro, onde quebraram vários Estados para que fossem salvos os bancos, a dívida pública tornou-se um foco permanente de especulação. Em ambos os casos, políticas fiscais restritivas são ineficazes para o relançamento das economias [são absolutamente ineficazes]. Assim, nos parece inevitável alguma forma de socialização dos bancos como preliminar da reestruturação das dívidas com alguma perda por parte dos investidores, para possibilitar a retomada do

desenvolvimento econômico e social sustentável em escala planetária.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o caminho. Não há alternativas para fugir das garras gananciosas e perniciosas do mercado que não apoiarmos em nossas próprias forças e uni-las às forças de outros países sul-americanos.

Do contrário, é o mesmo que entregar o País a condução de um executivo do Goldman Sachs, como está fazendo a Itália, ou ser humilhado como a Grécia, o berço da democracia, do governo do povo, que foi proibida pelos credores de consultar o seu próprio povo, para saber se ele concordava ou não com os cortes na previdência, na saúde, na educação, na moradia, com a redução de empregos e de salários. Ou é o mesmo que se ajoelhar, como os portugueses e os espanhóis estão fazendo.

O que somos, um país ou um mercado? Qual será a resposta da América do Sul, do Governo Federal e do Parlamento brasileiro a essas questões que estão sendo tão pouco discutidas no nosso Plenário?

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância com o tempo.

Esse documento foi tornado público no dia 7 de setembro, no Rio de Janeiro, e é a sugestão de Maria da Conceição Tavares e de Carlos Lessa Belluzzo para alternativas econômicas da América do Sul, contrapondo-se, de forma clara e decisiva, ao famoso Consenso de Washington e às políticas terapêuticas que hoje são usadas na Europa para comprimir salários, eliminar saúde, educação e pensões e favorecer uma vez mais a banca e o capital vadio que não produz rigorosamente nada, mas que auferir lucros fantásticos na jogatina das bolsas e na irresponsabilidade de governos da Europa, o que não está, no entanto, acontecendo hoje com o Brasil.

A Presidenta Dilma tem levantado essas questões em todos os seus encontros internacionais. O discurso é correto. Apenas considero eu, e não é a posição do consenso, mas a minha pessoal, muito túbias às políticas de reação a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Roberto Requião, ao elegê-lo, o nosso Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul tinha certeza de que o Congresso Nacional do nosso País seria bem representado. Parabéns a V. Ex^a!

Na sequência, está inscrito o Senador Jorge Viana, a quem concedo a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o mundo perdeu uma grande ativista das causas

humanitárias, sociais e ambientais. Falo de Madame Danielle Mitterrand, que faleceu na madrugada de 22 de novembro.

Faço questão de deixar registrada minha homenagem a essa grande mulher, aqui no Senado. Era viúva do ex-Presidente francês François Mitterrand, mas sua importância para o mundo não se deve somente ao fato de ter sido a primeira-dama da França durante 14 anos.

Madame Danielle Mitterrand ficou conhecida por sua forte personalidade como militante de esquerda e, sobretudo, por sua luta pelos direitos humanos e por ser grande defensora do que chamamos de socioambientalismo. Foi militante da resistência aos nazistas. Fez um movimento político, na sua juventude, muito forte. E seus sonhos foram traduzidos no objetivo da entidade criada por ela com a finalidade de criar uma rede mundial para construção de uma sociedade que dê a todos suas oportunidades de vida.

Por causa desse sonho, tive o privilégio de conhecer Danielle Mitterrand. Ela veio ao Brasil e criou um projeto chamado Mensageiros da Água. Ela queria garantir que todos tivessem acesso à água; queria que a humanidade reconhecesse que a água é um bem natural que tem fim.

Ela conheceu a Amazônia e desenvolveu projetos sociais no Amapá. Depois, chegou ao Acre e ali esteve por várias vezes. Nós trabalhamos juntos, quando eu ainda estava no Governo, com o Secretário Binho Marques. Depois, no Governo de Binho Marques, trabalhamos juntos, com sua fundação, na construção de novos indicadores socioambientais.

Madame Mitterrand nunca se curvou à ideia de medir a qualidade de vida de uma nação ou de um povo pelo PIB, o Produto Interno Bruto. Comemorou o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDB, mas não ficou satisfeita. E tinha razão, renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida não são suficientes para medir um mundo complexo e multicultural.

Com a determinação que sempre teve, o amor pela humanidade e entrega absoluta à causa dos mais fracos, vi Danielle Mitterrand chegar ao Acre várias vezes. Lembro-me especialmente de uma delas. Uma vez, já aos 84 anos, ela atravessou o oceano numa viagem só de avião de quase 12 horas até Brasília, fora o tempo de aeroporto; depois mais três horas e meia até o Acre. No dia seguinte, Madame Mitterrand embarcou num monomotor e, depois de mais de três horas de voo, desembarcou na cidade de Marechal Thaumaturgo, no extremo oeste do Brasil, na fronteira com o Peru, e um dos menores Municípios do Brasil. De lá, Madame Mitterrand embarcou em uma canoa com

motor de popa, como nós chamamos, para encontrar com o povo Ashaninka, no rio Amônia.

Vem então a pergunta: por que ela fez tudo isso, uma senhora de 84 anos?

Na verdade, ela fez tudo isso para conhecer e provar que aquele povo lá, na escondida Marechal Thaumaturgo, Município do Acre, tinha qualidade de vida, apesar de os indicadores do Unicef terem classificado o Município, em 2001, como o pior lugar do Brasil para uma criança viver.

Daí a importância de lembrarmos a vida e a perda de uma senhora, de uma mulher que fez uma luta extraordinária, fez essa luta e esse sonho atravessarem oceanos. E faço este registro aqui no Senado porque ela foi uma referência e um exemplo.

Eu tive especialmente o privilégio de conviver com ela, de ser recebido na França e de recebê-la em minha casa várias vezes; de ver que era uma pessoa que tinha tudo para passar, com toda a razão, os anos finais de sua vida com tranquilidade, com sua família, na Europa, mas seguia andando mundo afora, procurando, de alguma maneira, estimular que o mundo fosse mais justo.

E pela relação que construímos e pelo respeito que sempre tive por essa vida extraordinária, é que trago, Sr. Presidente, e deixo aqui no Senado que vou defender – assumo aqui – as ideias da querida e inesquecível Madame Mitterrand. Apreendi muito com ela a relativizar sempre a palavra impossível. Era uma mulher extraordinária, que trabalhava com esse propósito.

Estou certo de que Madame Mitterrand sempre estará viva com seu exemplo de vida entre nós.

Peço que conste nos Anais esta minha simples fala, mas que, de alguma maneira, é uma homenagem às mulheres do mundo inteiro, na hora em que perdemos uma mulher extraordinária.

O outro assunto, Sr. Presidente, que trago à tribuna é que acabo de vir de uma audiência no Ministério da Justiça, acompanhando o Governador Tião Viana. Fomos recebidos pelo Ministro Eduardo Cardozo. O Governador apresentou um detalhado relato ao Ministro da Justiça sobre a situação dos haitianos, refugiados haitianos no Acre.

No Senado Federal, inclusive por iniciativa minha e do Senador Anibal, apresentamos proposição que foi aprovada de criar uma comissão para acompanhar a situação dos haitianos no Acre. Todos nós acompanhamos e lamentamos os problemas gravíssimos vividos por aquele país, por aquele povo quando do terremoto, aquele trágico terremoto de janeiro de 2010.

Um país que é referência extremamente negativa, do ponto de vista dos indicadores sociais e da saúde pública, sofreu uma tragédia, inclusive perdemos a D.

Zilda Arns e mais alguns outros brasileiros, vítimas daquele desastre natural que vitimou um povo já vítima.

De lá para cá, Sr. Presidente, para que V. Ex^a tenha uma ideia, mais de três mil haitianos entraram no Brasil, boa parte deles via Equador; a metade desse número passou pelo Acre, na fronteira do Brasil com o Peru, na cidade de Assis Brasil.

Denunciamos isto porque este não é um assunto que esteja nas condições de um governo estadual enfrentar. Estamos falando de refugiados, e vimos no mundo inteiro, a todo tempo, que, quando acontece algo parecido, são os organismos multilaterais, a ONU com seus instrumentos, que imediatamente assumem a condução de um processo tão delicado. Imaginem chegar crianças, mulheres, homens, às centenas, ao Estado, sem nenhuma condição. Os indícios deixam claro que há um comércio internacional por trás disso, pessoas usando e se utilizando do sofrimento de pessoas que estão padecendo na sua terra e que querem melhor sorte em outra parte do mundo. Essas pessoas chegam em situação de absoluta calamidade na fronteira com o Peru.

A Prefeita Leila, de Brasileia, e o Governador Tião Viana têm sido incansáveis através da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, na época com o Secretário Henrique, agora com o Secretário Nilson Mourão, e acolhendo cada um deles, dando de comer, dando assistência à saúde e procurando dar um encaminhamento adequado e legal a esses refugiados. Mas a situação chegou a um ponto insustentável.

Neste momento, para que se tenha ideia, até o começo de novembro, tínhamos 332 haitianos em Brasileia, na fronteira com o Peru e com a Bolívia; no dia de hoje, são 550, numa situação de absoluto imprevisto. O Governo do Estado está fazendo o possível e o impossível. Mas hoje o Governo do Estado foi pedir, solicitar – e eu estou aqui da tribuna cobrando – que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, assumam essa situação.

É inaceitável que um governo de Estado tenha que lidar com um tema tão delicado que não cabe a governos estaduais, inclusive por acordos internacionais, a questão dos refugiados, pois diz respeito ao Governo Central.

Primeiro, eu queria cumprimentar o Governador Tião Viana pelo gesto humanitário, ele como médico,

como ex-Senador que sempre demonstrou aqui desta tribuna amor pelo próximo. Já foi gasto mais de R\$1 milhão por parte do Governo do Estado dando hospedagem, alimentação e acolhida digna para essas pessoas. Mas a situação é insustentável. O Brasil não pode permitir que essa situação fique nas costas do Governo do Estado, e peço aqui que a Presidência do Senado possa solicitar as providências imediatas do Palácio do Planalto, do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Justiça para que o Brasil não tenha que lamentar situações mais graves que possam decorrer dessa situação tão vexatória que irmãos nossos estão passando.

Então, o Governo do Estado não tem condições de tratar de um tema que extrapola os limites do País, que tem que ser tratado com o Peru, que tem que ser tratado com o Equador, por onde eles passam, e com o próprio Haiti.

O Brasil está liderando a força de paz no Haiti e não há sentido nenhum de esse tráfico de seres humanos acontecer. Há indícios fortes de que existe um comércio por traz desse sofrimento e dessa situação de miséria que esse povo vive.

Venho à tribuna do Senado para solicitar providências por parte do Governo Federal, como fez hoje um pedido ao Ministro da Justiça o Governador Tião Viana, acompanhado do Secretário de Direitos Humanos do Estado, Nilson Mourão, que é também meu suplente aqui no Senado.

São esses os meus pedidos e essa cobrança do Governo Federal para que o Brasil possa dar um tratamento adequado a esse povo que já viveu uma tragédia em janeiro do ano passado, por conta do terremoto, e agora vive essa tragédia que fere os princípios elementares dos direitos humanos consagrados pela Organização das Nações Unidas.

Sei que o Brasil é um País que respeita os direitos humanos e precisa imediatamente dar um tratamento adequado a esse problema que é tão grave e que extrapola os limites do Governo do Estado do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

OFÍCIO/GG/Nº 463

Rio Branco-Acre, 28 de novembro de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor
Ministro da Justiça
José Eduardo Cardozo

Assunto: Solicita apoio

Senhor Ministro,

A partir do início do ano de 2011 o Estado do Acre, vem recebendo diariamente cidadãos haitianos e tem dado todo o apoio aos mesmos como seres humanos que fogem de um país devastado por uma catástrofe natural.

Durante todo o ano a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos vem garantindo habitação e alimentação para os mesmos, entretanto, o número de pessoas que estão ultrapassando a fronteira está se tornando demasiado para o Governo do Estado, vez que este está arcando com um papel em nome de todo o país para que a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 seja cumprida pelo Brasil.

Diante disso, solicitamos intervenção do Governo Federal por meio do Ministério da Justiça para que possamos resolver o problema que já se tornou inviável para um Estado como o Acre.

Segue em anexo o ofício SEJUDH nº 710/2011 e o ofício SEJUDH nº 736/2011 encaminhado pelo Secretário de Justiça e Direitos Humanos e um relatório atualizado até 10/11/2011 sobre a situação dos haitianos atualmente no Estado do Acre.

OF/GAB/SEJUDH/Nº. 710/2011

Rio Branco/AC, 24 de outubro de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor,

Tião Viana

Governador do Estado - AC

Senhor Governador

1. Sirvo-me do presente, para informá-lo da situação atual que envolve a migração de cidadãos Haitianos para o Brasil através da Fronteira do Acre - Assis Brasil, Brasiléia e Eritaciolândia.
2. De Janeiro até hoje já passaram pelo Acre mais de 1000 Haitianos. Por determinação de Vossa Excelência, aqui recebem acolhida humanitária: alojamento, alimentação, assistência a saúde, iniciação a língua portuguesa, documentação e passagens, as quais permitem deslocamento, sobretudo Rondônia e Santa Catarina.
3. **O fluxo migratório não cessa.** Tendo-se iniciado somente com homens, agora se ampliam com mulheres, crianças, jovens, mulheres grávidas, consolidando-se, a meu ver, uma verdadeira rota migratória.
4. Na presente data, encontram - se em Brasiléia (cidade com trinta mil habitantes) aproximadamente 250 Haitianos, agora com novas necessidades como atendimento a crianças de colo e grávidas.
5. **O governo do Acre já contabiliza gasto que chegam a 626 mil reais,** sem contar as despesas do mês de outubro em andamento que se aproximam de 80 mil reais.
6. **A situação é grave e deve merecer exame mais cuidadoso.** Creio que sem orientação e apoio do governo federal, dificilmente enfrentaremos essa questão satisfatoriamente. Trata-se de uma questão humanitária, em função de rota migratória que se consolida e tende a configurar uma situação de longo prazo.
7. Preciso, com urgência da manifestação e orientação de Vossa Excelência, para darmos seqüência a nossas ações. Elas não podem ser mais encaradas como emergências e provisórias. O quadro, complexo em si mesmo merece um tratamento mais elaborado e mais planejado, para não nos envolvermos numa situação de crise humanitária, que possa caracterizar desrespeito aos Direitos Humanos.

Cordialmente.


Nilson Moura Leite Mourão
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

OF/GAB/SEJUDH/Nº. 736/2011

Rio Branco/AC, 07 de novembro de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor
Governador do Estado do Acre
Tião Viana

Assunto: Solicita apoio e orientação

Senhor Governador

Venho por meio deste reiterar os termos de ofício já encaminhado a Vossa Excelência sobre a situação dos haitianos em Brasiléia que muito se agrava. Não tenho recursos nessa secretaria para garantir a continuidade das ações que estamos realizando.

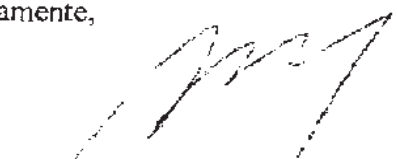
Informo com pesar que a situação caminha com rapidez para um crise humanitária em pleno território acreano. Em nossa história ainda não tínhamos enfrentado situação semelhante, além de não termos os recursos necessários, não temos experiência, nem pessoal devidamente qualificado para tratar com número tão grande de imigrantes.

Reitero a minha convicção: é preciso urgente que o governo federal intervenha nessa questão, com recursos financeiros e recursos humanos, com a parceria do governo do Estado e das prefeituras de Brasiléia e Eptaciolândia, sob pena de nos defrontarmos com um quadro de violação explícita de direitos humanos.

As prefeituras de Brasiléia e Eptaciolândia já não mais prestam atendimento de saúde, e a Secretaria de Saúde do Estado também já não tem mais atendido adequadamente. Informo por fim que mesmo seguindo viagem para fora do Estado semanalmente um número de 20 a 30 haitianos, o fluxo de entrada nunca pára e nesta data encontram-se em Brasiléia 303 imigrantes haitianos.

Certos de sua atenção, aguardamos orientações e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



NILSON MOURA LEITE MOURÃO

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre - SEJUDH

Relatório

Situação Atual – 10/11/2011

- **Atualmente há 332 haitianos em Brasília.** Todos os dias os números se modificam, mais haitianos chegam e outros saem quando são selecionados para trabalhar em outros Estados ou mesmo nas cidades do Acre.
- Diferentemente do início do ano, hoje chegam também mulheres e crianças, bem como imigrantes de outros países como Gana, Tanzânia, Paquistão e Cuba.
- Dificuldades no atendimento de Saúde: muitos Haitianos não estão passando pelos procedimentos sanitários de praxe, tais como exames e vacinas recomendadas.
- Dificuldades na expedição de documentação, visto que a Polícia Federal tem expedido apenas 03 (três) protocolos de imigração por dia.
- Falta de condições adequadas de habitabilidade e salubridade.

Histórico

- Desde dezembro do ano passado, vários haitianos estão chegando ao Brasil através das cidades acrianas que fazem fronteira com o Peru e a Bolívia. Fugindo da calamidade que assolou o Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, os haitianos buscam no Brasil, oportunidades de trabalho para reconstruir suas vidas e de suas famílias.
- Mais de 1200 haitianos já passaram pelo Estado.
- A primeira cidade em que os imigrantes chegaram foi Assis Brasil, na fronteira com o Peru, depois se transferiram para Brasiléia, mas devido à enchente que atingiu a cidade, os imigrantes que lá estavam alojados, foram transferidos para a cidade vizinha de Epitaciolândia.
- No mês de Setembro/2011 houve uma redução na quantidade de imigrantes ao nível mais baixo nos últimos meses, todavia, a quantidade voltou a crescer chegando ao número atual.

Assistência Realizada

- Fornecimento de colchões, lençóis, cobertores e etc. (SEJUDH, SEDS, ISE, IAPEN, Sociedade Civil)
- Fornecimento de Alimentação (Almoço e Jantar) SEJUDH;
- Fornecimento de passagens terrestres (intermunicipais e interestaduais) SEJUDH;

- Mobilização para a expedição de documentação (Protocolo, CPF, Carteira de Trabalho) SEJUDH;
- Fornecimento de hospedagem para as mulheres (hospedarias) SEJUDH
- Água Mineral e Potável (DEPASA)
- Assistência Saúde (SESACRE e Prefeituras Municipais);

Despesas

Despesas já Pagas	
Descriminação	Valor
Alimentação	397.649,00
Hospedagem	87.765,00
Passagens	59.568,00
Colchões / Diversos	81.631,00
Total	626.613,00

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Na sequência, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador que preside a sessão, Waldemir Moka, Senadores, Senadoras, quero fazer, nesta tarde, três registros.

O primeiro deles, Sr. Presidente, se refere mais uma vez à situação do Aerus. É uma situação da maior gravidade. Homens e mulheres que dedicaram as suas vidas à aviação comercial brasileira, que recebiam de salário o correspondente hoje a R\$12 mil, R\$14 mil e, com a dita falência do Aerus, estão recebendo aproximadamente um salário mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, venho à tribuna mais uma vez para discutir um tema a que, no meu entendimento, o Governo terá que responder, ou seja, a situação dos aposentados do Aerus.

Claro que não foi no governo do Presidente Lula nem do Governo da Presidenta Dilma, mas o Aerus foi à falência porque não houve a devida fiscalização, orientação e responsabilização daqueles que deviam acompanhar a situação daquele fundo de pensão. Enfim, uma dessas situações a que tenho aqui me referido aqui e que não avança, não se resolve e tem causado todo o tipo de dificuldade para os aposentados é esse do caso Aerus.

Eu os encontrei agora, na Feira do Livro, quando lançava a segunda edição do livro de minha autoria intitulado *O Rufar dos Tambores*. E *O Rufar dos Tambores* é sobre o quê? Sou eu mostrando ao movimento sindical, ao movimento social, aos aposentados, aos estudantes que os palácios em Brasília só se mobilizam, se movimentam e atendem à pauta dos mais que precisam se houver a devida pressão organizada.

Conversei muito com eles lá, em Porto Alegre, e eles me pediram que eu, mais uma vez, viesse à tribuna do Senado falar de uma luta que eles enfrentam há mais de cinco anos. Mais de cinco anos! São em torno de 17 mil famílias do Aerus que aguardam solução. Em nosso encontro, eles me perguntaram mais uma vez – e digo mais uma vez porque me perguntaram no Rio, me perguntaram em Minas, me perguntaram em Goiás, me perguntaram em Florianópolis, recentemente, quando lá estive –: “Senador, estamos no mês de dezembro; em breve, estaremos aí com as festas de fim de ano, festa em todas as casas, em todos os lares, em todos os lugares. Será que nós, do Aerus, vamos, pelo quinto ano, passar essa data sem ter o que festejar, comemorar ou mesmo poder olhar para o futuro na expectativa de que essa situação seja resolvida?”

A Comissão dos Aposentados do Aerus do Rio Grande do Sul, através do seu coordenador Cleuber Rosas, e do Sr. Ary Guidolin e Carlos Henke, enviou-me também, há poucos dias, correspondência pedindo que eu lembrasse às autoridades, inclusive ao Judiciário, pois esse projeto está lá encalhando há muito tempo que é preciso uma solução. E vejam só a que ponto chegou o desespero deles: alguns aeroviários da antiga Varig, sede principal no Rio Grande do Sul, estão, no momento, em greve de fome, homens e mulheres com mais de 70, 80 anos em greve de fome à espera de que o Governo Federal ou o Judiciário resolvam a questão. O que eles não querem é que fiquem nessa enrolação, que a expectativa continue mas sem nenhum horizonte positivo.

Eles estão, sim, fazendo greve de fome, para que, enfim, esse tema venha ao debate nacional, e possamos apontar caminhos que resolvam a situação dramática e trágica pela qual estão vivendo. Destacam que muitos aposentados de idade avançada se mantêm ainda esperançosos, apesar de tudo o que viram até o momento. Dizem os aeroviários e aeronautas de todo o Brasil, ex-funcionários da Varig, Transbrasil e Grupo Varig: “Queremos a solução, a esperança é a última que morre, daqueles que não morreram, porque, segundo eles, mais de 500 já morreram”.

Eles lembraram também do processo da defasagem tarifária, do qual a Ministra Carmem Lúcia é relatora e que está lá no Supremo Tribunal Federal esperando o julgamento. Até hoje, não houve decisão para que o referido processo fosse, enfim, julgado e, sendo assim, esse grupo que está fazendo greve de fome, poderá, então, saber qual a expectativa do amanhã. Enfim, eles estão nos aeroportos mais movimentados do País, ali, pedindo que parceiros se somem à greve de fome.

Quero finalizar com as palavras de Luiz Ferreira de Almeida e a de Abreu Pinto, aposentados do Aerus Varig. Disseram eles:

Não importa, Senador, quanto tempo vamos ficar em greve de fome, já estamos morrendo mesmo, aos poucos, por que não de uma vez de fome, sim, para mostrar às autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário como está grave nossa situação; enfim, deste nosso País, o grave problema vivido por nós? Srs. Senadores, se vamos morrer, morreremos lutando, como os velhos guerreiros das histórias gravadas em filmes, livros, poesia e história, lutando até o fim de nossos dias, buscando nossos direitos, que foram violados em julho de 2006, quando houve, então, a falência

definitiva da Varig, fruto de um processo de décadas que vinha acontecendo neste País.

Sr. Presidente, quero ainda fazer um outro pronunciamento que tem como tema eixo educação e renda. Quero, Sr. Presidente, abordar uma entrevista que li e achei muito interessante do Diretor do Instituto de Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, em uma entrevista que concedeu à revista *Ensino Superior*. Nessa entrevista, o pesquisador do Ipea explica como o investimento em educação pode contribuir de forma essencial para o desenvolvimento econômico e social do País. E não somente isso, investir em educação pode alavancar a produção de bens e serviços, melhorar a distribuição de renda.

O Ipea realizou um estudo chamado: Gastos com a Política Social, Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda. Nesse estudo o Ipea demonstrou que, quando o governo gasta R\$1,00 em educação pública, o PIB aumenta em R\$1,85, e a renda das famílias aumenta em R\$1,67. Segundo o Ipea, os investimentos em educação são os que mais fazem o País crescer.

O incremento do PIB e da renda é maior a partir de investimento na educação do que se observa em investimentos em outros programas sociais, mesmo, por exemplo, o Bolsa Família. Essa dedução está baseada em dados cruzados do Sistema de Cotas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa de Orçamentos Familiares. Mediante esses dados, o Ipea avalia o quanto o crescimento de 1% do PIB em cada programa social de governo aumentaria o PIB e elevaria a renda das famílias a partir do eixo principal, do coração, segundo eles, que é a educação.

O pesquisador Jorge Abrahão explica que, para colocar em prática uma política social, é necessário fazer gasto público. Isso se dá através da contratação, segundo ele, de profissionais, como médicos, professores, psicólogos, assim por diante. O número de trabalhadores absorvidos chega, segundo ele, nesse estudo, a mais de 4,7 milhões. Quando essas contratações são feitas ou quando são construídas escolas, postos de saúde e, ao mesmo tempo em que são comprados materiais e equipamentos para essas atividades, esse movimento contribui, sim, para o crescimento do PIB.

Em geral, quem recebe esse gasto público é a classe média ou média baixa, que aumentam o consumo dentro do País, o que fortalece naturalmente o mercado interno. O professor recebe o seu salário e vai à padaria, ao açougue, e, como num ciclo econômico, todos acabam indo ao mercado brasileiro fazer compras.

Sendo os produtos em sua maioria nacionais, isso vai gerar outro montante de emprego e renda e a roda

da economia se movimenta com mais gente trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo. É o mesmo princípio que sempre defendemos para elevação do salário mínimo, que deu certo, como também na elevação dos benefícios dos aposentados, principalmente do Regime Geral da Previdência, que são aqueles que só recebem a inflação. Eu sempre falo em dez, mas o teto não chega a cinco, seis salários mínimos.

Enfim, no que diz respeito à educação, ela recebe mais ou menos hoje 5% do PIB, segundo ele, e é um dos setores que mais gasta. Ela é geradora de 2 milhões de empregos diretos, sem contar com o consumo de materiais e de infraestrutura.

É bom lembrar que a UNE defende o investimento hoje na ordem – e claro que é fruto de debate – de 10% do PIB.

Enfim, é o que podemos chamar, como diz o Diretor do Ipea, de uma grande cadeia de consumo. Ele faz uma observação sobre o professor de ensino básico, afirmando que seu gasto é o principal responsável pelo giro na sua área, da questão da economia, uma vez que ele também acaba consumindo quase tudo o que ganha. Ele lembra também que programas sociais que investem no ensino superior também ajudam a desencadear o aumento do PIB e avançar na distribuição de renda, pois há outros vetores fortalecidos pelo ensino superior, como a importância do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Ao ser perguntado se existem áreas da educação superior mais favoráveis para afetar a economia, ele afirma que o que importa é quanto o professor ganha, o padrão de consumo e aqueles a quem ele está ensinando. Além disso, é preciso considerar que estão sendo gastos para que o ensino ocorra, os insumos que precisam ser comprados para fazer com que os cursos funcionem. Se esse material precisar vir do exterior, menos será a contribuição para o crescimento do PIB. Mas, se os profissionais capacitados estiverem aqui, nós estamos gerando o que é chamado de valor agregado aqui. É preciso, então, considerar que há uma justificativa para esse investimento. Aí, ele avança. Ele pode ser visto não somente pelo ângulo do consumo atual, mas também pelo que está sendo gerado para o futuro, ou seja, a independência que poderá dar ao País no amanhã.

Numa pergunta comparativa feita pelo entrevistador quanto aos investimentos em educação no Brasil e em países mais desenvolvidos, o pesquisador pondera que, nos países desenvolvidos, os gastos por aluno que se tem com o ensino superior e com o ensino básico são muito próximos. A diferença entre o que ganha um professor do ensino básico e um do superior é muito

pequena. O multiplicador é quase idêntico, porque os padrões de consumo são muito parecidos.

O nosso multiplicador da educação básica vai ser maior do que o deles, porque lá os salários são muito parecidos.

Outra questão que ele colocou é que o ensino superior, hoje, é um fator central para a ampliação da renda do nosso povo.

Ele diz que estamos vivendo um momento interessante, que o Brasil está sendo ampliado e que alguns setores estão se ressentindo, ainda, da falta de mão de obra, ou seja, o Brasil cresce, estamos ampliando, mas ainda há muita falta de mão de obra, por isso investir na educação, no ensino básico, superior e, claro, ele fala aqui, no ensino técnico, e que bom que veio o Pronatec.

Ele acredita que haverá toda uma estrutura de incentivo para promover ainda mais gente qualificada, educação, ensino técnico.

Enfim, Sr. Presidente, tenho vindo a esta tribuna, muitas e muitas vezes, para falar da necessidade de valorizarmos a educação, os educadores e, também, sobre a necessidade de qualificarmos os nossos trabalhadores. É claro que não tem como eu não lamentar que, infelizmente, eram nove e, agora, parece que são seis ou cinco Estados que não pagam, ainda, o piso dos professores, que fica em torno de R\$1,2 mil. Eu disse outro dia e repito: enquanto para um funcionário do nosso gabinete, por mais simples que seja a sua atividade, o piso é de R\$2,09 mil – eu falo de um auxiliar geral do nosso gabinete –, um professor não ganha R\$1,2 mil em Estados considerados politizados, grandes Estados. Infelizmente, muitos deles não pagam, ainda, o piso.

Participei, recentemente, de um debate em Porto Alegre, e lá no meu Estado não se paga o piso ainda. Quero dizer que defendi o piso, continuo defendendo. É um problema de governos anteriores? É, mas eu gostaria muito, Senador Pimentel, que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que o Governador Tarso Genro avançasse rapidamente, para que a economia melhore e nós possamos pagar o piso dos professores.

Eu falei com o Marcelo Deda, esses dias, quando veio nos visitar, e ele disse que lá eles pagam o piso, mas falou da dificuldade do Estado. Eu não posso ter um discurso na Rádio Guaíba ou na Rádio Gaúcha ou na Rádio Rede Bandeirantes ou na Rádio Pampa e ter outro aqui na tribuna. Lá, eu defendi o piso dos professores e reafirmo, aqui, que nós devemos fazer de tudo para garantir em todos os Estados, em todos, em todos. Eu não omiti aqui que o Rio Grande do Sul ainda não paga o piso dos professores.

Sr. Presidente, nos últimos dois minutos... Eu confesso que todos nós assistimos ao pronunciamento do Senador Requião sobre o Consenso do Rio, em que uma série de economistas – ele leu aqui, eu não vou ler de novo –, entre eles Miguel Bruno, José Carlos de Assis e tantos outros, nos encaminharam esse documento chamado “Consenso do Rio”, que vai na linha de buscar a integração da América do Sul. Eu também havia preparado um pronunciamento nesse sentido, e quero que V. Ex^a o receba e o considere como lido na íntegra, até porque foi baseado nesses economistas que eu apresentei um projeto, que está sob a relatoria do Senador Simon, e também aprovei um projeto semelhante lá na Comissão de Direitos Humanos, que a sociedade organizada nos encaminhou, nós o recebemos na Comissão de Direitos Humanos, nós o aprovamos, e ele vai ser agora, provavelmente ...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...eu entendo que os dois projetos deveriam ser apensados, e que se construa uma única proposta que vá na linha da integração de toda a nossa América do Sul.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex^a que o considere na íntegra.

O Deputado Perondi está aqui e é um lutador na área da saúde. Você sabe, eu não tenho omitido a minha posição quanto à Emenda nº 29, pois é uma posição pública. Eu, quando perguntado, com toda a sinceridade, digo que sou contra o voto secreto. Acho que todo homem público tem de assumir sempre as suas posições, e V. Ex^a sabe, já comentei, já falei qual é a minha posição em relação à Emenda nº 29. Eu tenho a mesma visão do Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre, e é assim que eu vou me posicionar em relação à Emenda nº 29 quando tivermos esse debate...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...o dever de assegurar na legislação, da forma original como saiu daqui, os 12%, os 15% e os 10% da União.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente, que fique na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certos assuntos parecem não se resolver nunca. Acho isso algo profundamente desrespeitoso para com aqueles que trabalharam duro e, hoje apensados, veem-se completamente perdidos.

Uma dessas situações, que não avança, que não se resolve, e que tem causado todo tipo de dificuldade para os aposentados, é o caso do AERUS.

Eu os encontrei na Feira do Livro em Porto Alegre e nós conversamos sobre a situação deles.

Pediram que eu me manifestasse na Tribuna sobre a luta que eles vêm enfrentando há cinco anos.

Cinco anos, Senhoras e Senhores!!!

São 17000 famílias do AERUS que aguardam uma solução.

Em nosso encontro eles me perguntaram: “Senador, estamos no mês de novembro, em breve as comemorações de fim de ano estarão batendo as nossas portas, será que vamos pelo quinto ano passar estas datas sem ter como e nem o quê comemorar?”

A Comissão dos Aposentados AERUS RS, através de seu coordenador, Cleuber F. Rosas e dos Srs. Ary Guidolin e Carlos Henke enviou também, há poucos dias, correspondência ao meu Gabinete pedindo que eu relembresse as autoridades sobre sua luta de mais de cinco anos.

E, vejam só a que ponto chegou o desespero deles. Alguns Aeroviários da antiga Varig estão fazendo greve de fome, na espera que o Governo Federal e o Judiciário deem solução ao problema.

Eles estão fazendo greve de fome, Senhor Presidente, para que, enfim as emissoras de Televisão de todo Brasil possam ver o grave problema que envolve o dramático e trágico drama vivido por eles.

Eles destacam que muitos dos aposentados já são idosos e que eles se mantêm esperançosos de que esse grave problema que atinge os Aeroviários e Aeronautas de todo Brasil (ex funcionários da Vasp, Transbrasil e Grupo Varig) seja resolvido com urgência.

Eles lembraram também do processo de defasagem tarifária, do qual a ministra Carmem Lucia é relatora, e que está no Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Até hoje não houve uma decisão para que o referido processo fosse a julgamento e, sendo assim, esse grupo que está fazendo greve de fome irá se espalhar pelos Aeroportos mais movimentados do nosso país para chamar a atenção para o problema.

Sr. Presidente, quero finalizar com as palavras de Luiz Ferreira de Almeida e Ady Abreu Pinho, aposentados do Aerus Varig:

“Não importa quanto tempo vamos ficar em greve de fome, já estamos morrendo aos poucos. Porque não de uma vez, de fome sim, para mostrar as autoridades desse nosso país o grave problema vivido por nós? Srs. Senadores, se vamos morrer, morreremos lutando até o fim por nossos diretos que foram violados em julho de 2006 quando houve o massacre na nossa Varig”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta minha fala eu quero abordar uma entrevista que o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, concedeu à Revista Ensino Superior.

Nessa entrevista o pesquisador do Ipea explica como o investimento em educação pode contribuir, de forma essencial, com o desenvolvimento econômico do país.

E, não somente isso! Investir em educação pode alavancar a produção de bens e serviço e, melhorar a distribuição de renda.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas realizou um estudo chamado: Gastos com a Política Social: Alavanca para o crescimento com distribuição de renda.

Nesse estudo o Ipea demonstrou que quando o governo gasta R\$ 1,00 em educação pública, o PIB aumenta em R\$ 1,85 e a renda das famílias aumenta R\$ 1,67.

Segundo o Ipea, os investimentos em educação são os que mais fazem o país crescer. O incremento do PIB e da renda é maior a partir de investimentos na educação do que se observa em investimentos em outros programas sociais, como saúde ou transferência de renda (Bolsa Família).

Essa dedução está baseada em dados cruzados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Mediante esses dados eles avaliaram o quanto o incremento de 1% do PIB em cada programa social do governo aumentaria o próprio PIB e elevaria a renda das famílias.

O pesquisador Jorge Abrahão explica isso. Ele diz que, para colocar em prática uma política social é necessário fazer um gasto público.

Isso se dá através da contratação de profissionais, como médicos, professores, psicólogos e assim por diante. O nº de trabalhadores absorvidos chega a, mais ou menos, 4,7 milhões.

Quando essas contratações são feitas, ou quando são construídas escolas ou postos de saúde, etc, e, ao mesmo tempo, são comprados materiais e equipamentos para tal atividade, esse movimento contribui para o crescimento do PIB.

Em geral quem recebe esse gasto público são as classes médias ou médias baixas, que aumentam o consumo dentro do país e isso fortalece o mercado interno. O professor recebe seu salário vai à padaria, ao açougue e, como num ciclo econômico, todos aca-

bam indo ao mercado brasileiro fazer compras. Sendo os produtos, em sua maioria, nacionais, isso vai gerar outro montante de emprego e de renda. É a economia se movimentando.

No que diz respeito à educação, ela recebe mais ou menos 5% do PIB e é um dos setores que mais gasta. Ela é geradora de 2 milhões de empregos diretos, sem contar com o consumo de materiais e da infraestrutura.

É o que podemos chamar, como diz o diretor do Ipea, uma grande cadeia de consumo!!!

Ele faz uma observação sobre o professor do ensino básico, afirmando que seu gasto é o principal responsável pelo giro da economia, uma vez que ele acaba consumindo quase tudo o que ganha. Mas ele lembra também que programas sociais que investem no ensino superior também desencadeiam aumento do PIB e distribuição de renda, pois há outros vetores fortalecidos pelo ensino superior, como desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Ao ser perguntado se existem áreas da educação superior mais favoráveis para afetar a economia ele afirma que o que importa é quanto o professor ganha e o padrão de consumo dele.

Além disso é preciso considerar o que está sendo gasto para que o ensino ocorra, os insumos que precisam ser comprados para fazer com que os cursos funcionem.

Se esse material precisa vir do exterior, menor será a contribuição para o crescimento do PIB. Mas, é preciso considerar que existe uma justificativa para esse investimento. Ele pode ser visto não somente pelo ângulo do consumo atual, mas também pelo que está sendo gerado para o futuro, ou seja, a independência que poderá dar ao país no futuro.

Numa pergunta comparativa, feita pelo entrevistador, quanto aos investimentos em educação no Brasil e em países mais desenvolvidos, o pesquisador pondera que nos países desenvolvidos, os gastos por aluno que se tem com ensino superior e com ensino básico são muito próximos. A diferença entre o que ganha um professor do ensino básico e um do superior, é muito pequena. O multiplicador é quase idêntico porque os padrões de consumo são muito parecidos.

O nosso multiplicador da educação básica vai ser maior do que o deles porque lá os salários são mais parecidos.

Outra questão que ele colocou é que o ensino superior hoje é um fator central para a ampliação da renda.

Ele diz que estamos vivendo um momento interessante em que o Brasil está sendo ampliado e alguns setores estão se ressentindo da falta de mão de obra.

Ele acredita que haverá toda uma estrutura de incentivo para promover mais gente qualificada.

Bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo a esta Tribuna vezes e vezes para falar na necessidade de valorizarmos a educação, os educadores e também sobre a necessidade de qualificarmos nossos trabalhadores.

Creio que uma coisa está diretamente ligada a outra e que o nosso País precisa encarar isso de uma vez por todas!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada registrei que a Comissão de Direitos Humanos do Senado havia acatado sugestão do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul) para projeto de lei com objetivo de conceder incentivos a propostas que escapado países emergentes que se distanciam do padrão neoliberal.

Onde houve efeitos virtuosos das políticas neoliberais para os países em desenvolvimentoTM por exemplo, na acumulação de superávits comerciais e de reservas - eles se deveram a condições internacionais favoráveis, notadamente o aumento das importações de commodities minerais e agrícolas por parte principalmente da China, e não às virtudes da política macroeconômica em si.

Quanto às melhores de indicadores sociais, eles resultaram de políticas deliberadas de distribuição de renda adotadas por alguns países, fora do marco neoliberal.

Em síntese, eis os principais eixos dessas políticas:

1. Política fiscal restritiva independentemente do ciclo econômico e do nível da relação dívida/PIB;
2. Submissão às pressões do mercado para o pagamento da dívida pública, novamente de forma independente do ciclo econômico e do nível da dívida;
3. Política monetária restritiva, articulada à política fiscal contracionista, determinadas, ambas, pela busca de investimento grade por agências privadas de classificação de risco;
4. Câmbio flutuante, a despeito de fortes oscilações desestabilizadoras da economia por parte de forças especulativas;
5. Liberação do fluxo externo de capitais especulativos;
6. Redução de direitos trabalhistas e previdenciários;
7. Abandono do planejamento público e das políticas industriais;
8. Liberação do comércio exterior com o abandono de práticas de proteção da indústria interna;

9. Controle indireto das políticas macroeconômicas internas pelas agências externas de classificação de risco;

10. Submissão a outros ditames do Consenso de Washington.

Nem todas essas políticas foram aplicadas por todos os países sul-americanos ao mesmo tempo. Mas, a conjunção dessas medidas teve um efeito macroeconômico comum:

A redução rápida e significativa da autonomia da política econômica dos Estados nacionais.

Estes foram premiados a se tornarem o fiador dos processos de liberalização financeira e comercial, num contexto marcado pela ausência de uma estratégia consistente de desenvolvimento econômico.

Sua lógica interna era clara: conforme o estipulado pela ideologia neoliberal, tratava-se de reduzir o espaço do Estado do bem-estar social e ampliar as oportunidades de lucro corporativo, diminuindo-se ao mesmo tempo a tributação dos ricos em nome da maior eficiência econômica e da competitividade externa. É notável que, exceto pela explosão de preços e quantidades exportadas de commodities, já mencionada, essas políticas produziram resultados pífios, até sua derrocada nos países ricos na crise de 2008, anulando os efeitos de emulação que tiveram nas décadas anteriores na América do Sul.

O quadro internacional agora mudou radicalmente, e é por isso que se justifica essa proposta de uma nova política macroeconômica para a região.

De fato, todo o mundo industrializado avançado está em crise financeira, fiscal e de demanda interna, submetendo-se à medicina do ajuste fiscal que classicamente recomendava aos países em desenvolvimento.

Ajuste fiscal significa reduzir gasto público, salários e benefícios sociais para comprimir o mercado doméstico e gerar excedentes exportáveis.

Numa situação em que todos os países ricos querem exportar mais e importar menos, é duvidoso que tais políticas tenham resultados positivos. Contudo, o fluxo das exportações dos ricos tende a buscar os países emergentes e em desenvolvimento, com o risco de um dumping industrial mundial que lhe venha destruir seu parque produtivo industrial. Países que têm uma base industrial estarão ameaçados, e países que não têm, mas aspiram a tê-la, estão igualmente em risco. Diante disso, no caso da América do Sul, é imperioso acelerar o processo de integração, pois dentro de um bloco econômico será possível proteger os mercados internos sul-americanos, sem ferir as regras da Organização Mundial do Comércio.

Individualmente, qualquer país que recorra a barreiras comerciais corre o risco de discriminação e

retaliações no mercado internacional. Num bloco, ele pode fazê-lo sem ferir tratados internacionais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Intersul, juntamente com este seletor de nomes de especialistas, propõem uma estratégia macroeconômica de estímulo ao desenvolvimento econômico e social compatível com as necessidades sociais e o equilíbrio político dos países da América do Sul.

Essa política, ou melhor, conjunto de políticas teria as seguintes características:

1. Retomada do princípio do planejamento público como instrumento estratégico para alcançar os objetivos nacionais de desenvolvimento econômico, eliminação da miséria, redução das disparidades regionais e da extrema concentração de renda, mediante a busca de um sistema tributário justo e progressivo que aponte na direção do Estado do bem-estar social;

2. Política monetária que comporte a expansão da moeda de acordo com as necessidades do crescimento econômico com estabilidade monetária e tendo por objetivo último a máxima geração de emprego;

3. Atribuição ao banco central desse triplice objetivo, para cuja execução ele terá liberdade operacional, sujeita a verificação de eficácia pelas comissões de economia e finanças do Congresso Nacional;

4. Controle fino da liquidez mediante a defesa pelo Banco Central, no open, da taxa de juros fixada conforme os objetivos em 1 e 2; a taxa básica de juros deve condicionar também o processo de internação ou retenção externa do fluxo de reservas, para compatibilizar esse fluxo com o nível de liquidez desejado;

5. Política cambial no regime semi-flutuante, entendido como a administração do câmbio mediante utilização das reservas internacionais para manter o valor externo da moeda numa faixa que promova a competitividade externa, sobretudo a baseada em bens de maior valor adicionado, assim como o crescimento interno;

6. Política fiscal anti-cíclica e pró-investimento do Estado para corrigir deficiências de infra-estrutura, admitindo-se, em situação de alto desemprego e alto índice de ociosidade no parque produtivo, aumento da relação dívida/PIB (como ocorreu sabiamente no Brasil com os investimentos de Petrobrás, Eletrobrás e BNDES financiados pelo Tesouro em 2009 e 2010); note-se que não existe razão teórica ou empírica para eliminar a dívida pública como fonte de financiamento do Estado, a não ser em condição de favorecer a integração regional sul-americana. Gostaria, portanto, de dar continuidade a este assunto.

No dia 7 de novembro de 2011, um encontro no Rio de Janeiro, no Intersul, com a participação dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, Denise Gentil,

Miguel Bruno e José Carlos de Assis, discutiu e aprovou o que está sendo chamada de “Consenso do Rio”, uma carta contendo idéias gerais para uma política macroeconômica desenvolvimentista convergente dos países da América do Sul.

Esse texto é uma colaboração da sociedade civil ao Mercosul (Mercado Comum do Sul) e ao Conselho de Ministros de Economia e Finanças da Unasul (União das Nações Sul-Americanas).

Além dos nomes citado aqui, gostaria de anunciar outros signatários do “Consenso do Rio”: Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Luiz Carlos Bresser Pereira, Franklin Serrano, Theotônio dos Santos, Ricardo Carneiro, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Luiz Pinguelli Rosa, Carlos Cosenza, Francisco Antônio Dória, Luís Nassif, Darc Antônio Costa, e Roberto Saturnino Braga.

Sr. Presidente, o Intersul propôs a um grupo de economistas identificar as principais características de uma política macroeconômica estimuladora do desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preços, crescimento e promoção do pleno emprego.

A política deverá assegurar também estabilidade externa, eliminação da miséria e redução dos índices de concentração de renda e de riqueza, com aumento do bem estar social das populações.

O “Consenso do Rio” cita algumas premissas: Premissas:

Três décadas de conformação das políticas macroeconômicas dos países sul-americanos ao neoliberalismo deixaram pouca margem de manobra aos governos regionais para buscar alternativas desenvolvimentistas.

O padrão comum, com raras exceções, foi o de promover o Estado mínimo através de privatizações, restringir o endividamento e o investimento público e favorecer a suposta auto-regulação da economia dentro dos cânones da ortodoxia fiscal e monetária.

Todavia, os acontecimentos recentes mostraram o fracasso dessa política, que resultou em crise nas próprias economias avançadas e em crescimento lento e instável nas regiões subdesenvolvidas e em muitos BBB países em desenvolvimento, com altos custos sociais, dos quais apenas têm esgotamento da capacidade ociosa na economia; da mesma forma, trata-se de um viés ideológico inaceitável para países em desenvolvimento limitar a relação dívida/PIB a valores arbitrários, como aconteceu na Europa do euro sob o Tratado de Maastricht, hoje claudicante.

A questão verdadeiramente relevante é a gestão de um endividamento público com caráter produtivo, isto é, a dívida pública deve ser utilizada, prioritariamente,

para o financiamento do investimento público com potencial de aumentar a produtividade da economia.

Macrodinamicamente, como o investimento público em infraestrutura eleva a taxa de investimento privado (efeito crowding in no médio e longo prazos), a base tributária se expande e a própria dívida pública tende a reduzir-se ou estabilizar-se. Atualmente, não é isso o que ocorre; o endividamento público nos países avançados e em desenvolvimento converteu-se no eixo da acumulação rentista, através de estruturas de revalorização da riqueza pouco ou nada conectadas às necessidades das atividades diretamente produtivas.

Nesse contexto, não é surpresa que as finanças públicas encontrem-se subordinadas às finanças privadas, de acordo com as demandas dos detentores de capital e de grandes bancos e investidores internacionais.

7. Promoção do investimento de integração econômica, estruturando um novo modelo de desenvolvimento econômico e social ancorado na nova política macroeconômica aqui sugerida, nos termos propostos em projeto de lei em anexo, já em tramitação no Senado brasileiro e em discussão em entidades da sociedade civil de outros países da América do Sul;

8. Aperfeiçoamento e expansão do uso do CCR nas transações comerciais e de investimento na América do Sul;

9. Estruturação do sistema de financiamento de investimentos públicos e privados na América do Sul em torno do Banco do Sul, da CAF, do BNDES e de outros bancos públicos regionais, mediante um mecanismo próprio de avaliação de risco que desconsidere as agências externas de classificação, e que funcione como um selo de qualidade para investidores fora da região.

Sr. Presidente, o “Consenso do Rio” chegou as seguintes conclusões:

A crise financeira em curso nos países industrializados avançados não põe em risco apenas o futuro do capitalismo. Põe em risco o futuro da civilização.

Mais do que essa crise, em si, são as políticas aplicadas para se tentar superá-la que ameaçaram arrastar o mundo para uma situação de estagnação com surtos de recessão, implicando dramáticas consequências sociais e políticas.

É que estamos diante de uma evidente ressurgência neoliberal na Europa e nos Estados Unidos, materializada em fortes pressões internas por ajustes fiscais recorrentes com inelutável efeito recessivo.

Os países que têm contornado a crise com relativo sucesso são os emergentes, notadamente a China e a Índia. É notável que a grande mídia não se

tem dedicado a investigar a causa dessa performance, limitando-se a registrar dados.

Entretanto a China, uma economia socialista de perfil capitalista, e a Índia, uma economia capitalista de perfil socialista, têm em comum planejamento público centralizado e sistema bancário quase inteiramente público.

A diretriz do planejamento ganha imediatamente eficácia através do financiamento produtivo, não especulativo. Esta é a essência da mágica.

Outro emergente, o Brasil, reduziu consideravelmente o impacto da crise em 2009 por efeito do influxo de crédito de seu sistema bancário público, 40% do sistema bancário do país, o qual cresceu 27%, enquanto a expansão do crédito bancário privado ficou em 4%. Se fosse depender apenas deste último, dificilmente a economia brasileira teria se recuperado.

Entretanto, sequer a força combinada de todos os emergentes pode, em termos estritamente econômicos, funcionar como locomotiva do mundo.

Mas os países emergentes podem ser um importante sinalizador de alternativas de política econômica.

Na medida de seu sucesso, e do fracasso inevitável do novo surto neoliberal nos países ricos, é de se esperar um renascimento nestes últimos da opinião pública crítica mobilizando-se no sentido de reverter sua política economicamente ineficaz e social e politicamente suicida, destruidora de seu pacto social básico ancorado no Estado de bem-estar social. E que não há melhor argumento que fatos.

Nosso intuito é, pois, oferecer aos formuladores de política econômica da América do Sul uma contribuição no campo das idéias para o estabelecimento de uma nova estratégia econômica para o continente.

Ao mesmo tempo, estamos oferecendo às sociedades de região um conjunto de princípios que eventualmente sirva para alimentar o debate em torno de nossa situação presente e de nosso destino.

Não podemos assistir passivamente a um processo que pode nos arrastar para o mesmo abismo em direção ao qual forças retrógradas estão empurrando vários países europeus. Sem uma estratégia clara de ação, estaremos condenados ao retrocesso econômico, social e político.

Naturalmente, mesmo enquanto região, não estamos isolados em relação ao que acontece no resto do mundo, em especial nos países industrializados avançados.

Embora não possamos influir diretamente nas políticas ali praticadas, podemos chamar a atenção das respectivas sociedades para suas contradições e incongruências que põem em risco a nossa própria estabilidade.

Entre os países ricos, os Estados Unidos enfrentam um problema, sobretudo, de dívida privada, remanescente do colapso do mercado imobiliário.

Como emissores da moeda mundial, seu problema de dívida pública é de ordem sobretudo ideológica; são, pois, razões políticas que impedem os Estados Unidos de agirem decididamente por sua recuperação e a recuperação mundial.

Já na Europa do euro, onde quebraram vários Estados para que fossem salvos os bancos, a dívida pública tornou-se um foco permanente de especulação. Em ambos os casos, políticas fiscais restritivas são ineficazes para o relançamento das economias.

Assim, nos parece inevitável alguma forma de socialização dos bancos como preliminar da reestruturação das dívidas com alguma perda por parte dos investidores, para possibilitar a retomada do desenvolvimento econômico e sustentável em escala planetária social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo tema, e principalmente por essa posição em relação à Emenda nº 29, que é exatamente a minha posição, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Blairo Maggi.

Depois, o nosso grande Líder José Pimentel.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiro Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde de segunda-feira, na nossa sessão ordinária deliberativa, para fazer um pedido aos nossos líderes, ao Presidente da Mesa, Senador Moka, e também ao Presidente da nossa Casa, Senador José Sarney, a fim de que possamos, no dia de amanhã, fazer a leitura do nosso relatório, que vem da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Agricultura e da CCJ, de todas as nossas indicações e discussões com relação ao Código Florestal.

Se pudermos, no dia de amanhã, Senador Moka, fazer um acordo, no sentido de que seja lido aqui e feito um acordo entre as lideranças para que, na quarta-feira, esse projeto entre em votação no plenário do Senado Federal. Se não houver o acordo de líderes e não for lido amanhã esse projeto, poderemos, na quinta-feira, se incluído na pauta pelo Presidente e pela Mesa, fazer a votação no plenário do Senado Federal.

Gostaria de pedir às colegas e aos colegas Senadores que já estão na Casa, em seus gabinetes, que dêem atenção a esse projeto, se ele ficar para a votação da quinta-feira. Normalmente, esse não é um

dia de muita frequência, pois as pessoas começam a viajar na parte da tarde, mas gostaria de pedir a contribuição de cada um para que possamos, Senador Moka, se não na quarta, na quinta-feira, fazer aqui a discussão final, a fim de fazermos o encaminhamento, a votação e mandarmos esse projeto para a Câmara dos Deputados, para que lá eles façam os ajustes finais, um entendimento final, sobre esse projeto. Assim, poderemos dar a oportunidade à Presidente Dilma de sancionar, ainda este ano, esse projeto tão importante.

Então, amanhã, passa pelas mãos, pelas negociações de nossos líderes aqui no Senado e no Congresso, a decisão de trazer o projeto para esta Casa. Como eu disse, que façamos a sua leitura e possamos votá-lo na quarta-feira, mediante acordo das lideranças, ou na quinta-feira, sem o acordo, mas com a presença maciça dos nossos Senadores e Senadoras.

Concedo a palavra ao nosso Líder, Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Blairo, quero parabenizá-lo pelo tema que V. Ex^a traz para o debate. Devo registrar que, no que depender dos líderes do Governo e da base aliada, vamos trabalhar para que amanhã possamos aprovar a urgência de plenário e, a partir daí, o Código Florestal ficará pronto para ser votado no melhor momento em que as lideranças entenderem que deve ser votado. Somos daqueles que têm ajudado na sua tramitação, com a clareza de que seria importante iniciarmos 2012 com essa matéria votada e sancionada, para que os nossos produtores da agricultura familiar, o pequeno, o médio e grande produtor brasileiro, possam ter regras claras na safra de 2012 e, ao mesmo tempo, cumprir o planejamento desenvolvido pelo Ministério da Agricultura para que, em 2020, daqui até lá, a nossa produção de grãos possa crescer, no mínimo, mais 25%. Ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente para as gerações futuras, mas sem esquecer que precisamos continuar aumentando nossa produtividade, principalmente aqueles que têm na Embrapa um forte instrumento de pesquisa. Portanto, a vontade do Governo, da base aliada do Governo e de amplo setor da oposição é a de votar o requerimento amanhã e construir um entendimento para que possamos votar, o mais tardar, até quinta-feira, no Senado Federal. Depois, a matéria voltará à Câmara. Como houve um acompanhamento de perto das várias lideranças da Câmara sobre a matéria, acredito que poderemos chegar ao dia 22 de dezembro com a matéria totalmente votada. V. Ex^a, como líder desse setor, tem ajudado muito quanto a essa pauta. Precisamos continuar contando com a sua ajuda, para que possamos chegar a 2012 com essa

matéria já em vigor e, assim, dar tranquilidade ao setor produtivo de grãos em nosso País. Muito obrigado.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Agradeço ao nosso Líder no Congresso, Senador Pimentel.

De fato, temos de seguir nesse rumo para fazer com que as coisas cheguem ao planejamento que o Governo fez para 2020.

Concedo a palavra ao Senador Raupp, Presidente do PMDB. E já espero apoio do PMDB para que amanhã fechemos o acordo.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – O PMDB, Senador Blairo Maggi, nunca faltou com o seu apoio...

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Nem faltará.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nem faltará com o seu apoio aos projetos importantes do País. V. Ex^a está coberto de razão quando já começa a fazer um apelo às bancadas, às lideranças, aos partidos, para que possamos votar esse projeto ainda esta semana aqui no Senado Federal e que ele siga para a Câmara dos Deputados, a fim de que haja tempo de aprová-lo ainda este ano. Eu acho que qualquer atraso pode significar um grande prejuízo. Eu li muito este final de semana, que tirei para descansar. Fui sexta-feira ao Estado com o Governador, lançamos e inauguramos obras, e tirei o sábado e o domingo para dar uma descansada, porque eu já estava um pouco cansado. Até porque já percorri 23 Estados do Brasil este ano, em função das atividades do PMDB, sem deixar de visitar o meu Estado e os trabalhos, intensivamente, aqui no Senado Federal. De forma que esse projeto está recebendo críticas e elogios. Não poderia ser diferente. O projeto é muito complexo, até porque muita gente não sabe como funciona a questão ambiental. Todo mundo fala, mas estudar e se aprofundar – não é, Presidente Moka? – na matéria, são poucos os que se aprofundam. Mas eu acho que o projeto saiu de bom tamanho. Tive algumas emendas rejeitadas. Não estou aborrecido com isso, porque acho que a minha emenda era a do desmatamento zero, mas acredito que a consciência ambiental, tanto no Estado de V. Ex^a quanto no meu Estado e na maioria dos Estados brasileiros, está tomando conta das pessoas. Eu acredito que, após a aprovação desse novo Código, haverá uma tendência muito forte de reduzir praticamente a zero o desmatamento. Além disso, acho que vai haver uma vontade maior de reflorestar algumas áreas que foram desmatadas. Os Relatores, tanto o Luiz Henrique, em três comissões, como o Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, fizeram um trabalho hercúleo, de grande destaque em âmbito nacional. E eu espero que, com a aprovação aqui no Senado, encaminhando à Câmara e mantendo as modificações que foram feitas aqui no

Senado, todos vão ganhar. Vai ganhar o povo brasileiro, vão ganhar os produtores, vai ganhar o meio ambiente não só do Brasil, mas do mundo, porque o Brasil vai saber preservar as suas florestas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB, que teve sugestões e emendas não aceitas. Todos nós tivemos, Senador. Mais de 200 emendas e sugestões foram feitas a esse projeto. Simplesmente, temos que andar pelo meio, ou não chegamos a lugar nenhum. Mas a sua contribuição no dia a dia, nas Comissões e principalmente no último dia, no debate, quando fechamos o relatório, foi de grande importância. Não só a sua presença, mas a da Bancada do PMDB. E mais uma vez eu percebo o quanto esse partido é forte. Quando ele quer, ele está unido e consegue fazer as coisas andarem. Espero que amanhã tenhamos o apoio do PMDB para levar adiante esse nosso pleito.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Estamos aguardando V. Ex^a no PMDB.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está bom. Muito obrigado. Chegaremos lá.

Senador Mozarildo, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Blairo, primeiramente quero dizer que concordo integralmente com o pronunciamento de V. Ex^a. Acho que nessa questão, que é delicada e em que radicalismos existem de sobra, o Senado soube construir um grande entendimento. Pessoas como V. Ex^a, o Senador Moka e eu diria quase a unanimidade dos Senadores trabalharam no sentido de que tanto o Senador Jorge Viana quanto o Senador Luís Henrique pudessem construir, de fato, uma costura capaz de termos uma lei que seja justa com todos, justa com aqueles que, levados pela orientação dos governos anteriores, fizeram certas coisas que hoje a legislação entende diferente, como aqueles que querem, lá na Amazônia, desenvolver o agronegócio, a média agricultura, a pequena agricultura. Entendo que o que está posto aí está de muito bom tamanho. Como segundo vice-líder do PTB, posso dizer que o nosso partido também está unido na questão de amanhã votar a urgência, como disse o Líder Pimentel, e aprovar esse Código, de forma que a Câmara também tenha tempo de aprová-lo e a Presidente Dilma de sancioná-lo. Acho que o Brasil vai ganhar muito com isso. É uma legislação que pode não agradar aos radicais, mas àqueles que têm compromisso, de fato, com um Brasil justo e progressista agrada sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Obrigado pelo comprometimento do PTB, Senador Moka, para levarmos adiante

amanhã o nosso pleito e o seu pleito para fazermos a leitura do relatório do projeto do Código Florestal.

Eu gostaria, no final do meu pedido nesta tarde, de fazer alguns esclarecimentos com respeito ao Código Florestal. No final de semana, desde quinta-feira, fomos procurados por algumas entidades e por agricultores, principalmente, Senador Moka, em relação àquilo que sempre dissemos nessa discussão: para o grande produtor, a agricultura empresarial, não há discussão, atingiram-se coisas que talvez até nem esperávamos que fossem possíveis; mas sempre tive, assim como V. Ex^a, durante a construção desse projeto, preocupação com os pequenos produtores. E são exatamente eles que, neste momento, encontram dificuldades de entender isso e que, às vezes, até têm colocado dificuldades para atender aquilo que estamos pedindo, que estamos propondo que se transforme em lei daqui para frente.

Por exemplo, há uma questão ainda não entendida pelo produtor, pelo pequeno produtor do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Sul e do Sudeste, principalmente. Refiro-me à questão da recuperação das APPs no que chamam de olho d'água, nascente de água, vertente ou coisa parecida. A lei anterior previa que, no seu entorno, num raio de 50 metros, deveria ser feita a preservação; nos rios menores, fazia-se uma forma de violão, e esse limite vinha para 30 metros. Nas negociações, as lideranças e o Governo entenderam que, para a recuperação em pequenas propriedades de até quatro módulos e com agricultura familiar, deveríamos fazer concessões. Entre outras concessões que foram feitas, esta também foi feita para todas as propriedades: a de reduzir de 50 metros para 30 metros de raio na área onde há o olho d'água ou a vertente, seguindo a recuperação dos córregos dentro do que a lei está prevendo, com 15 metros para recuperação e, se o rio for muito grande, com no mínimo 30 metros e, no máximo, 100 metros. Então, quanto a essa questão para os pequenos agricultores, tem de haver o entendimento de que a recuperação do olho d'água, das nascentes ou das minas é feita num raio de 30 metros. Foi o mínimo a que conseguimos levar essa discussão.

Outro questionamento feito é relativo ao uso da madeira nas propriedades, ao uso da reserva legal para a pequena propriedade. Também ficou liberado, pelo texto – ficou bem entendido e claro –, que os produtores poderão utilizar parte de sua reserva legal com os limites colocados na lei. Poderão utilizar esse material para fazer lenha, para fazer cabos de ferramenta, para fazer uma pequena ponte na propriedade, enfim, terão o direito de uso desse material dentro de sua propriedade sem que haja a necessidade do plano de manejo, que a lei, até então, exigia de todos. O pequeno produtor, propriedades de até quatro módulos

e as que lidam com agricultura familiar estão isentos dessa exigência.

Outra coisa relativa ao pequeno produtor, à agricultura familiar e a propriedades de até quatro módulos ficou definida e está no texto da lei: para aqueles que tinham a ocupação do terreno desde o início até o dia 22 de julho de 2008, a reserva legal será do tamanho que era naquele momento, em 2008, na propriedade. Não haverá necessidade, para propriedades até quatro módulos fiscais e para a agricultura familiar, de recomposição da reserva legal. Está isento o pequeno produtor. Essa sempre foi a nossa luta. Não há ainda certeza por parte do pequeno agricultor de que ele possa fazer isso.

Então, são coisas que ficaram definitivas nesse Código, que está fazendo com que, no campo e na agricultura, haja paz para produzir e com que cheguemos a um consenso com respeito às leis ambientais existentes no Brasil.

Eu também gostaria de fazer aqui o registro, Sr. Presidente, de que, muitas vezes, a imprensa e setores mais conservacionistas fizeram a mesma pergunta para nós, que militamos na agricultura e que temos o entendimento de que a agricultura deve ser sustentável e de que, se a agricultura é sustentável, tem de se saber cuidar do meio de produção e também do meio ambiente. Mas sempre nos fizeram a seguinte pergunta: quando se vai parar de fazer acordos e acertos, para se dar oportunidade de legalização?

Ora, estamos trazendo essa questão para 2008. Mas o importante – este é o registro que quero deixar aqui – é que, de 2008 a 2011, já houve novas ocupações, novas conversões e novos desmatamentos em várias regiões do Brasil. É importante deixar registrado também – penso que V. Ex^a não recebeu nenhum pleito dessa magnitude de nenhuma associação ou federação – que ninguém chegou à Comissão para defender esse pleito de 2008 a 2011.

Portanto, Senador Pimentel, assim como estamos dando garantia na lei até 2008, também estamos dando garantia na lei de que, de 2008 a 2011 ou até no dia de hoje, quem fez algo errado, quem desmatou sem licença, quem desmatou além dos percentuais que a lei permitia vai ter de recuperar isso na própria área. Não há discussão. Não haverá discussão. Não há argumento legal para que não se faça isso.

Então, quero crer que essa é a garantia dos setores organizados da agricultura e da pecuária, que entenderam que há uma data de corte, um limite, e que, daí para cima, quem tiver feito algo errado, quem tiver se excedido não poderá ser socorrido nesse momento.

Então, Sr. Presidente, só para finalizar, mais uma vez, deixo registrado à Mesa e também ao Presidente

José Sarney que, amanhã, teremos de ler o relatório e marcar a data da votação. Na quarta-feira, com a aquiescência dos líderes, ou na quinta-feira – aí já terá dado o interstício –, poderemos votar. Mas, para votar na quinta-feira, mais uma vez faço um apelo a todas as Senadoras e a todos os Senadores que não marquem outros compromissos nos seus Estados, que não tenham outras agendas e que deixem a sua agenda, para discutirmos o maior projeto que tramitou por esta Casa no ano de 2011. É o projeto que todo o Brasil espera, tanto os agricultores pecuaristas quanto aqueles que defendem a questão do meio ambiente – os ambientalistas vão chamar dessa forma.

A partir da votação aqui e na Câmara e da sanção da Presidenta da República, não haverá o lado ganhador ou o lado perdedor. O ganhador será o Brasil, porque vai produzir conscientemente, e não haverá mais perseguição a ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o Senador Blairo Maggi, que, aliás, foi fundamental nessa discussão do Código Florestal. Quero dar esse testemunho porque, em todas as discussões, em todas as audiências, foi uma voz experimentada de alguém que realmente tem compromisso com a produção, de alguém que dá exemplo de como deve ser a produção sustentável.

Com a palavra o Senador José Pimentel, nosso líder.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Brasil continua na caminhada para a geração de empregos, empregos formais, que é a grande vontade da nossa Presidenta Dilma, dando continuidade ao que o Presidente Lula vinha desenvolvendo neste País. Se nós observarmos os dez primeiros meses de 2011, vamos verificamos que nós já ultrapassamos a 2,2 milhões de empregos formais com carteira assinada, empregos de verdade, empregos que efetivamente atendem, em grande parte, ao anseio da nossa sociedade.

Ao analisarmos o último mês de outubro, constatamos que tivemos ali mais de 120 mil empregos formais com carteira assinada, sendo o terceiro melhor mês desde que o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) vem fazendo esse levantamento no nosso País. Quando observamos os setores que mais geraram emprego naquele período, vemos que o setor de serviços foi aquele que, efetivamente, no mês de outubro e também no ano de 2011, mais gerou emprego. Isso tem muito a ver com o empreendedorismo individual.

Desde que o Congresso Nacional aprovou essa matéria, ela entrou em vigor em fevereiro de 2010 e, de lá para cá, já são mais de 1,8 milhão de empreendedores individuais formalizados. E a ampla maioria desse 1,8 milhão é de mulheres, que estão principalmente no setor de serviços, no comércio e uma parcela também na indústria da confecção. Portanto, esse é o desenho base a que temos assistido na geração de empregos no Brasil.

Outro dado que chama atenção é o baixo índice de desemprego no Brasil. Agora, no mês de outubro, chegamos a 5,8% da população brasileira procurando emprego ou desempregada, um número muito baixo para os indicadores do Brasil, sendo o menor índice ao longo da série histórica levantada pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

É bom compreender que ainda temos um núcleo significativo de jovens entre 18 e 25 anos de idade à procura de emprego. A grande dificuldade desse público é exatamente a falta da qualificação da mão de obra. Entretanto o Pronatec, esse belo programa que a nossa Presidenta lançou no segundo semestre de 2011, tem como objetivo formar oito milhões de novos trabalhadores para atender à demanda da indústria, do comércio, do setor de serviços e, com isso, dar mais oportunidade àqueles que não puderam frequentar as escolas técnicas, completar o ensino médio ou fazer graduação, dificultando a oportunidade de um emprego.

Neste ano de 2012, pretendemos ter, juntamente com a sociedade brasileira, o pacto federativo, o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, o setor produtivo, o setor dos trabalhadores, algo em torno de dois milhões de empregos, para dar continuidade a essa série de formação de mão de obra em que o Brasil está investindo. E, para isso, só nas escolas técnicas federais, que hoje são os nossos Institutos Federais de Tecnologia e Educação, deveremos ter algo em torno de 1 milhão de jovens ali chegando para fazer o seu ensino médio, o que é importante, tendo também uma profissão e se qualificando para ir para a universidade.

Esse esforço todo tem como objetivo criar um forte mercado nacional de massas, para que nós possamos enfrentar a crise econômica que se abate sobre o Mercado Comum Europeu, que se abate sobre a maior econômica do planeta, que são os Estados Unidos, tendo uma baixa repercussão no Brasil, como já aconteceu em 2008. É por isso que a nossa Presidenta Dilma tem repetido várias vezes que é preciso que a gente continue consumindo, que a gente continue gerando emprego, que a gente continue fazendo investimentos, para que o Brasil não seja contaminado com a crise econômica internacional.

Nós temos convicção de que o desenho jurídico que o Congresso tem aprovado ultimamente, com o Plano Brasil Maior, resultado da Medida Provisória 540, que o Congresso Nacional aprovou na última terça-feira, vai contribuir muito com o que a nossa Presidenta vem desenvolvendo, com o que a nossa sociedade cobra e com esse processo de enfrentamento da grave crise econômica por que passam os países das economias centrais do Mercado Comum Europeu e outros países.

Nós tivemos o cuidado de ter várias ações voltadas para o fortalecimento da indústria brasileira, desde o sistema do crédito, da redução dos custos, do fortalecimento do mercado nacional, mas passando também pela diminuição da carga tributária do setor têxtil, do setor de tecnologia da informação, do setor calçadista, do setor de transporte coletivo urbano, entre outros. Tivemos a isenção da contribuição patronal sobre a folha dos empregados e a transferimos para o faturamento como forma de começar a reduzir o custo Brasil. E isso nós já tínhamos feito com as micro e pequenas empresas ao longo dos últimos dez anos.

É por isso que já estamos chegando a 5,72 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil; um fantástico processo de formação de empresas, de novos empreendedores, de mais trabalho. É exatamente esse setor que está oferecendo mais emprego, desde a crise de 2008, tanto em 2009 e em 2010, com a característica de que grande parte dos empregos gerados nas micro e pequenas empresas é exatamente o primeiro emprego, voltado para o jovem que está procurando trabalho, ainda sem especialização, ao sair do ensino médio, da sua faculdade. É na micro e pequena empresa que ele tem a sua primeira oportunidade.

Por isso que o Congresso Nacional, também no mês de outubro, aprovou, por unanimidade, um conjunto de normas que amplia o teto de enquadramento das micro e pequenas empresas, elevando-o para R\$3,6 milhões; uma aprovação unânime aqui no Senado Federal, demonstrando o compromisso que tem o Congresso Nacional com essas políticas de crescimento do setor empreendedor do Brasil e particularmente da micro e pequena empresa.

O Código Florestal, que o Congresso deverá votar nesta semana, também faz parte desse processo. Estamos construindo, no Brasil, um sistema para que sejamos o maior produtor de grãos no mundo. Já somos em alguns setores e queremos continuar crescendo. O planejamento da agricultura brasileira, até 2020, prevê o crescimento, no mínimo, de 25% na produção de grãos, mantendo basicamente a mesma área plantada, com o olhar voltado para a produtividade, para a recuperação das áreas degradadas, mas também para a preservação do meio ambiente.

Foi esse o entendimento que perdurou nas várias comissões do Senado Federal. O nosso Senador Luiz Henrique, o primeiro Relator, e depois Jorge Viana, trabalhando em conjunto com ele, bem como o Relator da Comissão do Meio Ambiente, chegaram a esse bom projeto, do qual deveremos agora, nesta semana, no Senado Federal, concluir a votação, para que o Brasil possa acreditar no seu povo, na sua família, nos vários setores de sua produção, sem esquecer que a agricultura é muito importante para nós.

Somos um dos países que produz para abastecer o mercado internacional, mas tendo sempre o cuidado de exportar para alimentar os outros povos que precisam da produção de grãos. Com esse olhar, quando o planeta chega a 7 bilhões de habitantes, é que precisamos dar a nossa contribuição, que só é possível se tivermos um Código Florestal equilibrado, bem planejado, para que a nossa economia continue crescendo, mas, ao mesmo tempo, protegendo o meio ambiente. Que, no dia de amanhã, as nossas gerações, os nossos filhos, netos, gerações futuras, continuem tendo o Brasil, que é o quinto país do mundo em extensão territorial, como um grande produtor de grãos.

Por isso, Sr. Presidente, eu acredito que, com essas medidas que o Congresso Nacional vem tomando, o Senado principalmente, junto ao Governo Federal, junto ao pacto federativo, junto ao nosso setor produtivo, nós vamos passar por esta crise que hoje está avassalando, está atingindo as economias centrais. Nós, que somos uma economia emergente, sabemos diferenciar e, acima de tudo, ter excelente resultado em 2012, como estamos tendo em 2011, que é continuidade do que nós fizemos em 2010.

Portanto, eu quero aqui parabenizar a forma como a nossa Presidenta Dilma tem conduzido a economia brasileira e, particularmente, parabenizar os Senadores e o Congresso Nacional.

Vou encerrar, Sr. Presidente, até porque o nosso Valdir Raupp tem uma atividade logo em seguida e pediu que a gente aqui pudesse reservar certo tempo para que ele também possa fazer uso da palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, na sequência, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a gentileza do Senador José Pimentel por ter encurtado o seu pronunciamento devido ao seu compromisso e ao meu também, daqui a pouco, no Palácio do Planalto. Queria agradecer de coração a gentileza do Senador.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor de transportes sempre foi vital para o comércio e para a economia em geral desde a era das Grandes Navegações, a partir do séc. XV, com o comércio das especiarias do Oriente, a tecnologia de transportes tem construído a diferença entre nações ricas e pobres. Os transportes são, de fato, a base material da globalização muito antes e mais objetivamente que a atual integração das finanças e da informação que tantos louvam.

Várias modalidades integram o setor de transportes: terrestre –rodoviária e ferroviária –; aquática – marítima e fluvial –; e aérea. Mais importante é o fato de que essas modalidades se interligam, de modo que um produto qualquer – e seus insumos de fabricação –, quando chega ao consumidor final, terá passado por várias.

A intensa interligação das modalidades de transportes caracteriza os países de economia mais avançada, notadamente na Europa. Em países continentais, como Brasil, China, Estados Unidos da América e Rússia, as modalidades terrestres assumem importância fundamental para a integração nacional e para o escoamento da produção de áreas distantes para os centros urbanos e para a exportação.

No Brasil foi tomada, historicamente, uma opção pela predominância do rodoviarismo. Essa já era, Sr. Presidente, a tônica nos tempos da República Velha, de quando provém a frase do Presidente Washington Luiz, segundo o qual governar seria abrir estradas.

É preciso reconhecer, entretanto, que a modalidade rodoviária ganhou mesmo prevalência a partir do Governo de Juscelino Kubitschek e das administrações militares.

De fato, durante o governo autoritário, o discurso oficial era no sentido de cruzar o País por eixos rodoviários. Sonho ou delírio? A Transamazônica é, talvez, o melhor exemplo do quanto essa opção pode ser irrealista, se não for respaldada por um planejamento que tenha em vista a realidade econômica.

É verdade que, nos últimos quarenta anos, o Brasil passou por um processo de acentuada interiorização. Hoje existem áreas de produção agrícola e industrial importantes nas regiões Centro-Oeste e Norte, que eram antes inimagináveis. Só que essa produção ainda encontra seu limite, seu gargalo na capacidade de escoamento por nossa malha de transportes.

Ciente da relevância do escoamento dessa produção para o progresso do País, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) vem executando e publicando anualmente, desde 1995, a Pesquisa CNT de Rodovias, de cuja edição de 2011 colhi as informações para este pronunciamento. Trata-se de trabalho sério,

fundado em critérios técnicos, que já se tornou uma referência para todos, no meio empresarial ou político-administrativo, que se interessam pelo tema.

Para fins da pesquisa, são percorridas todas as rodovias federais e as estaduais de maior relevância para a economia regional. A avaliação de seu Estado é realizada segundo três critérios básicos, cada um com subitens específicos. O primeiro critério é o da geometria da via, quer dizer, suas características de projeto, desenho de curvas, existência ou não de acostamento, pontes e viadutos. Como segundo critério, a CNT avalia as condições do pavimento e, como último critério, a sinalização.

Para cada subitem – e cada um dos critérios gerais –, a rodovia recebe uma nota conceitual que varia de “ótimo” a “péssimo”, passando por “bom”, “regular” e “ruim”. O resultado geral, que leva em conta os três conceitos, até surpreende: 12,6% da extensão das estradas brasileiras receberam “ótimo”; 30%, “bom”; e outros 30,5%, “regular”. O lado negativo dos resultados reside no fato de que o critério de geometria da via foi o que apresentou conceito pior: apenas 4,2% de “ótimo”, 19% de “bom” e 27,3% de “regular”; no conceito péssimo, figuram 32% da extensão de nossas rodovias.

Esses dados médios, entretanto, tendem a esconder as diferenças entre as regiões que podem ser muito pronunciadas. Nos grandes corredores rodoviários, por exemplo, todos os trechos julgados em péssima condição se localizavam em um único Estado: Goiás. No geral, o conceito “ótimo” somente foi concedido a 0,8% da extensão rodoviária do Norte, a 6,4% do Centro-Oeste e a 3,8% do Nordeste, em comparação com os 24,6% do Sudeste e os 19,7% do Sul. Na região Norte, 23,2% da malha rodoviária analisada receberam o conceito “péssimo” – o pior resultado entre todas as regiões.

Em Rondônia, três trechos receberam grau “bom”: 168 quilômetros da BR-429, entre as proximidades de São Miguel e Alvorada do Oeste e a confluência com a BR-364; a BR-364, entre Ariquemes, onde se encontra a BR-421, e Porto Velho; e a mesma BR-364, da confluência com a BR-425.

A mesma BR-364, entre a divisa com Mato Grosso e Ariquemes, recebeu o grau “regular”, assim como seu trecho entre a capital e aquela confluência com a BR-425, assim como os 34 quilômetros em território rondoniense da BR-174. Dois trechos receberam classificação “ruim”: os 81 quilômetros da BR-421, entre Montenegro e Ariquemes, e os 148 quilômetros da BR-425.

Cabe ressaltar que a única nota “péssimo” para trechos rodoviários no Estado veio do quesito geometria da BR-421.

O relatório destaca, Sr. Presidente, por sua importância econômica, o chamado “corredor da soja”, entre Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e Parana-guá, que compreende trecho da BR-163 até a cidade de Cascavel, e a BR-277, dali até o porto oceânico. Cerca de 23% dessa extensão, correspondentes à BR-277, foram considerados em ótima condição; os 66% do trecho no Mato Grosso do Sul receberam grau “bom”, e segundo os dados do relatório, acrescentam 12,5% ao custo operacional do transporte, o famigerado custo Brasil, que onera nossas exportações e reduz a competitividade do País.

Finalmente, há 10% da extensão do corredor que receberam a nota “regular”, o trecho mato-grossense e aquele, pequeno, embora, entre a divisa Mato Grosso-Paraná e Cascavel. A participação calculada desses trechos no incremento do custo operacional é de 4,2%.

Trata-se de uma amostra do quanto o Estado abaixo do ideal de nossos corredores de exportação onera os produtos de regiões distantes do litoral, como a nossa Região Norte.

O relatório CNT também trata dos acidentes rodoviários. Os números vêm crescendo rapidamente desde 2006, passando de 110,4 mil para 183,3 mil em 2010. Os números de mortos e feridos crescem proporcionalmente. O destaque infeliz fica com a Região Nordeste, cujos números brutos de mortalidade superaram, em 2010, os da Região Sudeste, com extensão e movimento muito maiores.

O relatório Pesquisa CNT de Rodovias de 2011 mostra o quadro real da malha rodoviária, deficiências e qualidades.

O panorama total até me surpreendeu, pela prevalência geral de rodovias julgadas em estado ótimo, bom ou regular. Pena que concentradas nas regiões mais ricas, Sul e Sudeste, a despeito do forte crescimento econômico e produtivo recente das outras regiões.

É urgente o investimento intenso, por exemplo, de duplicação dos eixos mais movimentados, nas malhas de norte, nordeste e centro-oeste, para que também seja mais interessante aos empresários aplicar em atividades produtivas nessas regiões.

Eu já fiz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um desafio, no início deste ano, à Presidente Dilma Rousseff, uma Presidente que está tendo um alto desempenho, uma alta aprovação do seu trabalho. Mas eu faria aqui, mais uma vez, esse desafio: que pudéssemos, nos próximos três, quatro anos dobrar nossa malha duplicada de rodovias. Nós não podemos mais continuar, Senador Waldemir Moka, que, como Vice-Presidente, preside esta sessão neste momento. Nós

temos apenas cinco mil e poucos quilômetros de rodovias duplicadas. Uma malha de mais de 60 mil quilômetros de rodovias federais com quase 200 mil quilômetros de rodovias asfaltadas, entre rodovias federais e estaduais. Não é possível. O Brasil está lá, talvez, em último lugar entre todos os países do mundo, devido à extensão de suas rodovias em rodovias duplicadas.

Então, lanço, aqui, mais uma vez, este desafio às autoridades de transporte do Governo Federal, para que dupliquemos nossas rodovias. Vamos dobrá-las, triplicá-las. Essa malha rodoviária duplicada só assim fará com que diminuamos os acidentes e melhoraremos o custo Brasil.

Eu queria ainda, antes de terminar, Sr. Presidente, fazer um parêntese em meu pronunciamento para relatar um triste fato que ocorreu no meu Estado neste final de semana.

Nove pessoas morreram em acidente na BR-364. Já foram mais de 150, creio, só neste ano.

O trágico acidente, ocorrido na BR-364, sábado último, deixou um saldo de nove mortos, entre eles, José Eduardo Frandsen, Gerente da Emater em Ariquemes-RO, além de sua mulher, Conceição Andrade; o neto Gabriel Fernandes Toigo e a filha, Thamara Aparecida Coco Frandsen. Todos moradores daquele Município. O acidente ocorreu a 10 quilômetros de Ariquemes na tarde de sábado.

Segundo informações da polícia, também morreram os ocupantes do veículo Hyundai Tucson, Pastor Dimas Fernandes, sua esposa Pastora Rose Fernandes, Pastor Carlos Alberto, Pastor Raimundo e o integrante da igreja, Ailton, que retornavam a Porto Velho após participarem de um evento religioso ocorrido na cidade de Ji-Paraná.

A tragédia envolveu um veículo Hyundai, modelo Tucson, de Porto Velho, e um veículo Chevrolet Corsa. O veículo Hyundai, devido à chuva e à água na pista, veio a aquaplanar, rodando na pista, momento em que colidiu com o Chevrolet Corsa.

Lamento profundamente esse acidente e transmito as minhas sinceras condolências às famílias das vítimas.

Sr. Presidente, esse é um exemplo de uma rodovia não duplicada. Se fosse uma rodovia duplicada, mesmo um carro tendo uma aquaplanagem ou saindo da pista, a possibilidade de uma colisão frontal seria pequena. Ele acabaria saindo, talvez até capotando, mas jamais bateria de frente com outro veículo.

É por isso que defendo – tenho batido nisso durante todo este ano – a duplicação das nossas rodovias federais. Há alguns Estados que já estão duplicando suas rodovias, mas, sobretudo as rodovias federais,

precisamos duplicar. Precisamos dobrar ou duplicar a nossa malha de rodovias duplicadas.

Resta fazer o elogio à iniciativa da CNT, de manter essa estrutura de pesquisa já por quinze anos.

O relatório é fonte de informação preciosa para o empresário de qualquer setor, pois todos dependem do transporte e para os níveis federal e estadual de Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inscrito na sequência o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para falarmos sobre a Conferência Nacional de Saúde, precisamos retroceder no mínimo 76 anos, quando esta foi iniciada, cumprindo o dispositivo do parágrafo único do art. 90 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. A realização das Conferências de Saúde foi mantida, e, em 1990, a Lei nº 8.142 as consagrou como instâncias colegiadas de representantes dos vários segmentos sociais, com a missão de avaliar e propor diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis municipal, estadual e federal.

Foi também a partir da Lei nº 8.142 que ficou estabelecido que a periodicidade para a realização das Conferências de Saúde seria de quatro em quatro anos e que elas deveriam contar necessariamente com a participação dos movimentos sociais organizados, das entidades ligadas à área da saúde, dos gestores e dos prestadores de serviços de saúde.

Os objetivos principais das Conferências têm sido o de avaliar a situação de saúde e o de propor orientações aos governos na elaboração de planos de saúde e na definição de ações que sejam prioritárias nos âmbitos dos Municípios, dos Estados e da União.

Um fato importante que tem sido observado é o aumento da participação da sociedade civil. Dessa maneira, articula-se para garantir os interesses e as necessidades da população na área da saúde, além de assegurar as diversas formas de pensar o SUS. Não nos podemos esquecer de que a gestão participativa e a apropriação do direito à saúde são um desafio constante.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1941, teve como tema a “Situação Sanitária e Assistencial dos Estados”; em 1963, durante a 3ª Conferência Nacional de Saúde, já se discutia a “Descentralização na Área de Saúde” e, na Conferência seguinte, realizada quatro anos depois, os “Recursos Humanos para as Atividades em Saúde”, Sr. Presidente.

Em 17 de março de 1986, data do início da 8ª Conferência Nacional de Saúde, aberta pelo primeiro Presidente Civil após a ditadura e hoje Presidente desta Casa, o Senado Federal, Senador José Sarney, houve a primeira Conferência Nacional de Saúde aberta à sociedade, tendo sido isso muito importante na propagação da Reforma Sanitária.

Dessa Conferência, resultou a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), e o mais importante, Senhor Presidente, foi o fato de terem sido formadas, na ocasião, as bases para a seção “Da Saúde” da nossa Constituição Cidadã.

A Constituição de 1988 foi um marco na história da saúde pública brasileira. No seu art. 196, considera-se “a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O tempo passou, e, nesta semana, no dia 30 de novembro – mais precisamente, depois de amanhã –, acontecerá a abertura da 14ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Políticas Públicas, Patrimônio do Povo Brasileiro”, Sr. Presidente.

Sabemos que outro tema de extrema importância para Saúde precisa urgentemente ser votado pelo Plenário desta Casa, qual seja a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Tenho a consciência de que o assunto é delicado, uma vez que trata da alocação de mais recursos federais, sobretudo, para o SUS e, o mais importante, sem a criação de novo imposto ou de nova contribuição.

A regulamentação da Emenda nº 29 garante ao SUS qualidade nos seus gastos, já que ela diz o que são gastos com saúde e o que não são gastos com saúde, para que aqueles maus gestores, para que os descomprometidos com a saúde não utilizem os poucos recursos da saúde e os gastem com o que, verdadeiramente, não seja saúde.

Contudo, devemos nos lembrar que o desempenho brasileiro no financiamento público em saúde é 40% mais baixo que a média internacional. Já somos considerados o sétimo maior PIB do Planeta, é verdade, Sr. Presidente. Em contrapartida, ostentamos o septuagésimo segundo (72º) lugar no quesito investimento público em saúde. Ainda falta muito a percorrer, Sr. Presidente.

Em relação ao gasto público em saúde, a situação apresentada pelo Brasil fica abaixo do padrão de países vizinhos, apesar de termos um nível de desenvolvimento maior que o dos demais países da região e mais riquezas naturais.

Tudo isso ratifica a necessidade de voltarmos a discutir, o quanto antes, os 10% da receita da União para o SUS, proposta esta que já foi votada no Senado em 2008. E, com a manutenção dessa proposta que consta no projeto original, a saúde poderá receber cerca de R\$32 bilhões, escalonados até 2014.

O próprio Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já mencionou que o SUS precisa de pelo menos mais R\$45 bilhões. A forma como defendemos a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de fato, não resolve o problema, mas o minimiza, e, neste momento, é o que pode ser feito.

Sr. Presidente, defendo, firmemente, o princípio da percentualidade. Os Estados são obrigados a investir 12% em saúde; os Municípios, 15%; o Distrito Federal, 12%. E a União, o outro ente federado, deveria adotar o mesmo princípio da percentualidade e, portanto, investir 10% no SUS. Por que não, Sr. Presidente?

Embora sejamos todos sabedores de que mais recursos para a saúde são necessários, sabemos também que não necessitamos de novo tributo, e não acredito que esta Casa o aprove. E é por tudo já dito aqui que reitero minha defesa pela aplicação do princípio da percentualidade, para que esse seja estendido à União, deixando claro o meu apoio pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, como no autógrafo remetido por esta Casa à Câmara dos Deputados em 2008. Não podemos, Sr. Presidente, abrir mão desse requisito.

O SUS precisa, sim, de mais investimentos, e os 10% garantirão mais investimentos. O SUS precisa, sim, de qualidade nos gastos, e a Emenda nº 29 fará isso, dizendo o que é verdadeiramente gasto em saúde e também o que não é gasto em saúde, para – repito – que os maus gestores, os descomprometidos com a saúde não gastem os poucos recursos com aquilo que não é saúde.

O SUS também precisa de um terceiro item: uma política de recursos humanos, como a 3ª Conferência Nacional de Saúde pautou, um tema atual e extremamente necessário.

O SUS, Sr. Presidente, finalmente, precisa de um quarto elemento, que é transparência na missão de cada ente federado. Qual a missão verdadeira da União? Qual a missão dos Estados e do Distrito Federal? Qual a missão dos Municípios? É necessário que isso fique claro, para que cada cidadão e cada cidadã, em qualquer canto deste País, desta Nação, onde quer que estejam, saibam de qual ente federado cobrar na hora em que faltar um serviço, na hora em que faltar um medicamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Senador Eduardo Amorim.

Também quero dizer da importância do tema, do qual sou solidário. Acharmos que nós temos de regulamentar a Emenda nº 29. É o único caminho possível. Quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. *Fora do microfone.*) É um dos caminhos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Waldemir Moka, 2ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está valendo, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, gostaria de informá-lo que, ontem, no Rio de Janeiro, visitei o Museu Afro Brasil, onde está a exposição da Ipeafro, e vou encaminhar a V. Ex^a o livro desta exposição, que a Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias Nascimento, pediu-me que entregasse em suas mãos, com a dedicatória dela e com o agradecimento à sua atenção, sobretudo pelas iniciativas tomadas durante a semana passada, dedicada à consciência negra e ao objetivo da igualdade racial.

Achei muito interessante. Pela primeira vez, visitei aquele museu e recomendo a V. Ex^a, a todos os brasileiros e mesmo a todos os estrangeiros que conheçam a bonita exposição, que constitui uma obra de arte de todos os trabalhos de Abdias Nascimento, que conta muito da história do negro e também das atividades desenvolvidas por ele na criação do teatro experimental negro e tantas questões e obras, inclusive quadros desenhados por ele.

Tenho certeza de que V. Ex^a vai apreciar muito uma visita ao Museu Afro Brasil. Fica na avenida Rio Branco, junto à Biblioteca Nacional, defronte à Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Se não me engano, é a avenida Rio Branco, 241.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Recebo o livro com muita alegria, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Venho à tribuna do Senado hoje, Sr. Presidente, para expor a forma, da maneira mais transparente possível, como delineei as emendas que fiz para o Orçamento de 2012, no direito que todos nós, Senadores, temos, ou seja, uma de nossas principais responsabilidades.

A última 5ª feira marcou o final do prazo para a remessa por todos os Parlamentares, Deputados e

Senadores, das emendas individuais ao Projeto da Lei Orçamentária para o ano de 2012.

A cada um de nós foi permitido apresentar até 25 emendas, não computadas as emendas de bancada, perfazendo um total de R\$15 milhões, dos quais, obrigatoriamente, R\$ 2 milhões deveriam ser destinados às atividades de saúde.

Quanto às emendas de bancada, como de costume há vários anos, aloquei um montante de recursos, que são os mais volumosos, para as instituições públicas de ensino superior no Estado de São Paulo. Por exemplo, no ano passado, cada Senador só poderia encaminhar uma emenda, seja para as universidades estaduais ou para as federais do Estado de São Paulo. Então, combinei com o Senador Aloizio Mercadante, naquele ano, que ele destinaria um volume maior de emendas para as estaduais, como a USP, a Unicamp e outra, e eu destinaria para as universidades federais.

Este ano, os recursos, da ordem de R\$40 milhões, foram destinados, em bloco, a projetos desenvolvidos conjuntamente pelas universidades federais no Estado, quais sejam, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do ABC. Tais recursos deverão ser aplicados em investimentos de infraestrutura, possibilitando a ampliação e a reforma de seus *campi*.

Esta tem sido uma prática que venho desenvolvendo nesses diversos anos.

No tocante às emendas individuais ao Orçamento, adotei como prioridade este ano, assim como tenho feito ao longo de meu mandato, nesta ordem, as áreas de saúde e as de educação mais carentes ou com maior volume de atendimento ou de alunos do Estado de São Paulo. Além da saúde e da educação do Estado, destinei um considerável volume de recursos financeiros para a área de cultura e de infraestrutura municipal.

Tendo em vista haver aprovado emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que traça os objetivos e metas a serem seguidos pela Lei Orçamentária Anual – com o objetivo de permitir a alocação de recursos para programas de transferência de renda sem condicionalidades, à luz daquilo que é previsto na Lei nº 10.835, de 2004, que institui, por etapas, a critério do Poder Executivo, a Renda Básica de Cidadania, destinei uma de minhas emendas individuais para o Programa de Renda Básica de Santo Antonio do Pinhal.

Tomei tal decisão por ser Santo Antonio do Pinhal o único Município brasileiro que aprovou uma lei criando um programa de renda básica municipal, que harmoniza o desenvolvimento econômico e social sustentável com a aplicação dos princípios de justiça, os quais justifiquem a prática da solidariedade entre

todos os municípios e, sobretudo, para garantir maior grau de dignidade para todos.

Para a área de Saúde, destinei as seguintes emendas: R\$500 mil para a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD; R\$200 mil para a Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos; R\$500 mil para a Rede Sarah de Hospitais; R\$200 mil para a Santa Casa de Caraguatatuba; R\$1 milhão para a Fundação Amaral Carvalho – Hospital do Câncer de Jaú; R\$500 mil para a Fundação Antônio Prudente – Hospital AC Camargo – Hospital do Câncer de São Paulo; R\$500 mil para a Fundação Oswaldo Ramos – Hospital do Rim e Hipertensão de São Paulo; R\$500 mil para a Fundação Pio XII – Hospital do Câncer de Barretos; R\$500 mil para o Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil de Sorocaba (GPACI); R\$500 mil para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); R\$500 mil para o Hospital das Clínicas da Universidade de Campinas (Unicamp); R\$500 mil para o Hospital e Maternidade Celso Pierro de Campinas; R\$500 mil para o Hospital São Paulo; R\$500 mil para a Santa Casa de Sorocaba; R\$500 mil para a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal; R\$200 mil para a Santa Casa de Misericórdia de Marília; e R\$2 milhões para o aparelhamento de unidades de saúde no Estado de São Paulo que atendam pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para a educação do Estado, destinei as seguintes emendas: R\$500 mil para a Escola Dieese de Ciência do Trabalho; R\$500 mil para a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Biblioteca Brasileira – que justamente tem o acervo do Sr. José Mindlin; R\$500 mil para a Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp; e R\$200 mil para a Escola Municipal de Santo Antônio do Aracanguá.

Para a área de Cultura, destinei as seguintes emendas: R\$200 mil para a construção de um Centro Cultural e um Teatro em Borá; e R\$500 mil para a reforma do Centro Cultural Vladimir Herzog.

Para a infraestrutura estadual, destinei uma emenda de R\$2 milhões, que contempla o desenvolvimento urbano municipal do Estado de São Paulo. Para essa área, é possível que, com tais recursos, possam ser contemplados ainda alguns Municípios que venham a ter necessidades prementes ao longo do ano.

No ofício em que comunico e encaminho o espelho das emendas para as entidades beneficiárias, encareço aos responsáveis que me informem, em tempo oportuno, o desenvolvimento da aplicação dos recursos, a fim de que eu possa acompanhar, durante todo o próximo ano, como cada entidade tem executado a despesa permitida por cada emenda.

A esmagadora maioria das emendas que apresentei foi destinada aos órgãos públicos. Para as emendas que foram destinadas a órgãos de saúde privados, tive o cuidado de me assenhorear de informações das atividades das entidades junto aos órgãos municipais – prefeitura e secretaria municipal de saúde.

Avalio que tão importante quanto destinar recursos orçamentários para entidades que prestam excelentes serviços à população do Estado de São Paulo é fazê-lo de modo transparente, visando possibilitar a que todo cidadão possa acompanhar, de forma direta, a aplicação dos recursos oriundos dos tributos pagos por todos nós.

Assim, Sr. Presidente, aqui descrevo a maneira como tomei a decisão de destinar os recursos a mim atribuídos para necessidades importantes do Estado de São Paulo e do Brasil. Avalio que essa é uma das principais atribuições de cada Senador, de cada Deputado Federal. É muito importante que venhamos sempre a dar total transparência a essas finalidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Eduardo Suplicy, que fez seu pronunciamento, brilhante como sempre, e dando-me, inclusive, o livro da esposa do nosso querido e inesquecível Abdias Nascimento, *África-Brasil*.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, que vai fazer um pronunciamento com aquela competência de sempre, que todos conhecemos. V. Ex^a, de fato, faz pronunciamentos que todos temos orgulho de ouvir.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Paim. Agradeço a oportunidade e cumprimento os demais Senadores e Senadoras.

Meu caro Presidente Senador Paim, V. Ex^a também é um homem que acompanha este assunto muito de perto – eu não podia deixar de destacar isso –, assunto que tem sido recorrente em meu Estado de Mato Grosso do Sul, como o é em outros Estados brasileiros. Recentemente, os jornais e a televisão, do Brasil e do exterior, noticiaram mais uma vez conflitos indígenas, desta vez lá na fronteira com o Paraguai, na região de Amambai, no meu Estado.

Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito grande com relação a esse tema. Eu ouvi o Senador Blairo falar aqui sobre o Código Florestal, um projeto que mereceu atenção especialíssima de todos os Senadores e Senadoras e que, sem dúvida nenhuma, representa um passo importante não só para os pequenos agricultores, mas para os médios e gran-

des também, para o agronegócio e para as questões ambientais reiteradamente debatidas e discutidas no Senado Federal. Espero que este ano venhamos a aprovar o Código Florestal – ele retorna para a Câmara –, cujo texto evoluiu ainda mais aqui. Eliminamos as inseguranças jurídicas e alcançamos o que era possível alcançar, Senador Paim, ao longo de todo esse tempo. Se nem todas partes estão satisfeitas, muito possivelmente conseguimos construir... Todas as partes têm alguma ressalva, mas também elogiam aquilo que foi aqui produzido. Eu entendo que chegamos a um texto equilibrado, a um texto possível, e essa foi uma grande vitória do Senado Federal.

Mas, assim como o meu Estado e os produtores rurais do meu Estado, os pequenos, os médios, os grandes produtores, os ambientalistas do meu Estado, esperavam e esperam pela aprovação, pelo Senado, do Código Florestal – o nosso Estado que se orgulha dos seus biomas, especialmente nós temos lá cerrado, mas temos o Pantanal, que é de uma riqueza extraordinária, e isso nos honra muito –, desse novo texto desenvolvido aqui pelos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana também, que fizeram um trabalho exemplar. Quero registrar aqui também o trabalho do Senador Moka, que teve um papel muito importante nesses debates.

Mas há um outro assunto, meu caro Presidente Paim, que nos aflige. Volto novamente ao início da minha fala aqui: os conflitos indígenas, os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas.

Recentemente, todos os Senadores e Senadoras tomaram conhecimento de notícias sobre o assassinato de um cacique guarani-caiowá, no município de Amambai. As informações são bastante desconstruídas; eu mesmo entrei em contato, no dia que aconteceu tudo isso, diretamente com o Ministro José Eduardo Cardozo, que prontamente me atendeu. Já era bastante tarde da noite, ele estava numa agenda no Nordeste, mais especificamente em Natal, e obteve informações da Polícia Federal. Independentemente das versões, meu caro Presidente Senador Paim, nós precisamos buscar uma saída definitiva para essa questão. As informações são contraditórias, mas os acontecimentos concretamente sinalizam para uma situação de grande instabilidade no nosso Estado e eventualmente em outros Estados brasileiros.

Há algum tempo, nós estivemos no Ministério da Justiça conversando com o Ministro José Eduardo Cardozo para que ele pilotasse esse processo de Mato Grosso do Sul. Foi uma reunião longa, foram mais de duas horas e meia de reunião, a Funai tem ciência dessas iniciativas também, mas a preocupação nossa e

de lideranças que foram a essa reunião é exatamente no sentido de buscar uma saída pacífica.

Como eu disse inicialmente, sobre o Código Florestal, nós esperamos que o Senado o aprove esta semana mas os conflitos indígenas nós precisamos buscar definitivamente uma solução, principalmente em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul é um grande produtor, um Estado voltado para agronegócio, com terras ricas, ao mesmo tempo em que tem a segunda população indígena do Brasil, Senador Ivo Cassol. Portanto, nós temos muitas riquezas, não só sob o ponto de vista econômico, mas cultural, histórico. E temos essa honra de, hoje, Mato Grosso do Sul contar com a segunda população indígena do nosso País.

E nessa discussão, meu caro Senador Paim, nós procuramos mostrar a realidade do nosso Estado. Em algumas aldeias, nós temos uma superpopulação indígena, mas aldeias que já foram demarcadas, meu caro Presidente Paim. Portanto, a solução para que a gente estenda as áreas no sentido de atender a algumas etnias indígenas que hoje vivem em verdadeiros campos de concentração, é a aquisição de novas terras, novas áreas. Mas partindo do princípio de que essas áreas já foram demarcadas e, portanto, agora é uma aquisição pura e simples pagando por terra nua e pagando por benfeitoria. Portanto, nesse caso, não valeria o art. 231. Por quê? Porque é uma extensão daquela área já demarcada.

E por outro lado, meu caro Presidente Senador Paim, a outra alternativa, discutida amplamente com o Ministro José Eduardo Cardozo, é aproveitar o grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça, por iniciativa da Corregedora, Ministra Eliana Calmon. É um grupo de trabalho com a participação de vários setores da sociedade, para efetivamente, sob o ponto de vista legal e jurídico – o Conselho Nacional de Justiça que é comandado pelo Ministro Peluso –, nós buscarmos uma solução para esses casos onde há divergências com relação à tradicionalidade das terras, porque existem trabalhos que estão sendo realizados por antropólogos da Funai em Mato Grosso do Sul, e que, naturalmente, em função até do próprio trabalho, os ânimos começam a se alterar e, conseqüentemente, quem perde com isso é o Estado, são as etnias, os produtores – todos nós perdemos.

Nessa reunião com o Ministro José Eduardo Cardozo, nós propusemos aproveitar esse grupo de trabalho, talvez mudando um pouco a sua composição, a fim de que, para aquilo que efetivamente traz algum tipo de dúvida no que se refere a áreas historicamente indígenas, aproveitássemos esse grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça, para, realmente,

dirimir todas as dúvidas e juridicamente encerrar de uma vez por todas os conflitos. E, importante, meu caro Senador Paim, respeitando o art. 231. Porque eu já vi aqui propostas de mudança, propostas de emenda à Constituição para mudar o art. 231, que foi uma grande vitória das etnias indígenas na Constituição de 1988. Mas, dentro desse critério, adotaríamos soluções que, por exemplo, o Rio Grande do Sul adotou.

Muitas pessoas, na época do Presidente Getúlio Vargas, transferiram-se para a região oeste e tem áreas tituladas, propriedades tituladas. Várias gerações trabalharam nessas áreas e a família foi constituída. Portanto, são áreas absolutamente sem nenhum tipo de questionamento sob o ponto de vista formal.

Percebe-se que efetivamente aquilo que foi verificado como área indígena, historicamente, adotando o modelo do Rio Grande do Sul, o Governo Federal assumindo que houve equívoco nesses assentamentos, nós não ferimos o art. 231 da Constituição. Então, indenizamos os produtores pelas benfeitorias – que é o que o art. 231 determina – e indenizamos também a terra nua, a partir do momento em que o Governo Federal reconhece esse equívoco.

Isso foi feito no Rio Grande do Sul, numa solução muito bem desenhada. Mas temos muitas preocupações. Com relação ao fato que aconteceu agora o nosso Partido dos Trabalhadores foi muito contundente. Houve um movimento forte na Assembleia Legislativa e várias lideranças nossas se posicionaram, porque isso expõe o nosso Estado. Fica a impressão de uma terra sem lei, de um descontrole das relações cidadãs que devem existir entre todas as pessoas que ali vivem. E isso deve se repetir em outros Estados brasileiros.

Eu estou insistindo muito, meu caro Presidente Senador Paim, em que o Ministro José Eduardo Cardozo precisa buscar uma solução, colocar esse grupo e trabalhar conosco para equacionarmos isso definitivamente, porque outros problemas virão. Subestimam quando nós levamos essa questão, Senador Ivo Cassol, ao Governo, achando que o assunto não é tão sério como se imagina. O assunto é grave! O assunto é grave!

E é importante registrar também, meu caro Presidente Paim, que a decisão sobre Raposa Serra do Sol estabelece uma série de compromissos que, sem dúvida nenhuma, podem servir como referência de conduta para resolver essas questões no âmbito do País em vários Estados brasileiros. Ali, os Ministros do STF, estabeleceram critérios muito claros para que a gente equacionasse, sob o ponto de vista jurídico, essas questões.

Então, eu quero aqui registrar, meu caro Senador Paim, as minhas preocupações, demais Senadores e Senadoras, com os desdobramentos de tudo isso

que está acontecendo. Mato Grosso do Sul não pode continuar vivendo desse jeito. É um Estado importante para a Federação e nós não podemos continuar nessa insegurança. Alguns produtores não conseguem buscar financiamento para sua produção, porque a área está sendo inspecionada por antropólogos. E muita gente, inclusive, usa dessa situação para ameaçar bancos, para que não financiem produtores que têm terras que estão sob a análise da Funai.

Então, nós criamos uma situação extremamente complexa no Estado e Mato Grosso do Sul não merece isso, a população do nosso Estado não merece isso, acima de tudo. Nós somos um Estado rico, pujante, mas isso é absoluta prioridade. Com o Código Florestal agora votado, nós precisamos resolver essas questões indígenas urgentemente. E o Governo Federal, volto a dizer, não pode subestimar o que está acontecendo, porque vão vir coisas piores. E nós estamos insistindo para que efetivamente esse assunto caminhe dentro do Governo Federal, especialmente no Ministério da Justiça.

Senador Ivo Cassol, é muita honra ser apartea-do por V. Ex^a.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Delcídio, pelo aparte. Eu quero aqui parabenizá-lo por trazer essa situação que vive não só o Mato Grosso, mas o Brasil inteiro, e dizer ao senhor que, infelizmente, essa situação que nós estamos vivendo em nível nacional... Nós somos da base do Governo, mas, infelizmente, as raízes, as origens são da própria base do Governo. O senhor levantou uma situação aí que é preocupante. Ela vai se complicar mais ainda. Não é só no Mato Grosso, é pelo Brasil afora. Nós temos várias situações. A Funai editou mais de 70 portarias criando uma instabilidade no campo, criando conflito agrário. Fui Governador do Estado de Rondônia e, com muita tristeza, vi a maneira como a Funai e a Funasa atendia aos índios. O que os índios, na verdade, estão precisando, Sr. Presidente Paim, é de atendimento da Funasa, eles estão precisando de apoio da Funai. Pode perguntar aos índios de Rondônia que eles não querem mais terra. Ele querem ser tratados como seres humanos e, infelizmente, o que está acontecendo é o inverso. Temos antropólogos, algumas pessoas, algumas autoridades, que estão indo buscar ampliação dessas áreas, a exemplo próximo de Porto Velho, onde já existem assentamentos, famílias de pequenos e médios produtores e lá já existe uma portaria para redemarcação, veja bem, não é demarcação mas sim redemarcação da área e que vocês aqui no Senado, no ano passado, aprovaram a diminuição do parque Flona do Bom Futuro para compensação da usina de Jirau e havia uma área indígena ao lado,

que poderia ter sido aproveitada aquela parte que é do próprio parque. Não, estão indo onde está produzindo arroz, feijão, milho, onde existe gado. Não é diferente na 429, proximidade de São Miguel, proximidade de São Francisco, seringueiro no Porto Murtinho, famílias assentadas pelo Governo Federal, que já estão lá há 20 anos, 25 anos, e agora estão indo lá buscar panela, buscando isso ou aquilo, porque lá no passado ou viveu o seringueiro, porque na Amazônia havia muito seringueiro e índio, que se deslocou para outro lugar, e também está criando conflito naquela situação. Não é diferente na Ponta do Abunã, divisa com o Acre. Em Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre também se criou um conflito nessa região com pessoas, famílias, que saíram e foram ocupar um pedaço de terra. Temos que tratar essas pessoas como heróis, diferente daqueles que vivem nas favelas assaltando e traficando. Do que precisamos nesta Casa? Dar condições para que se dê um basta na maneira que está sendo feito. Essa instabilidade no campo está gerando uma situação como a que está acontecendo no Mato Grosso do Sul. Não pactuo, de maneira nenhuma, que ninguém use arma, da maneira como muitos têm usado por aí. É o contrário. Nós, nesta Casa, temos a condição de ajudar e contribuir para que todo mundo, especialmente como V. Ex^a falou que aprovamos na Comissão do Meio Ambiente, na semana passada, o Código Florestal, que está vindo a esta Casa amanhã, criando garantias no campo. Ao mesmo tempo, vemos alguém dizer o seguinte: “Não, o Governo Federal – quando eu falo governo eu falo de todos – vai indenizar as pessoas que ficaram dentro da área.” É conversa para boi dormir: não indeniza nada, enrola todo mundo, empurra com a barriga e deixa as pessoas morrerem para, de repente, receber alguma coisa no futuro. Então, do que é que nós precisamos? Primeira coisa: aos índios do Brasil, a todos, do Amazonas, do Mato Grosso do Sul, onde houver, nós temos é que dar condições para que eles possam viver no meio da sociedade com dignidade. Vou dar um exemplo aqui: no Estado de Rondônia, a maior jazida de diamante do mundo é da reserva Roosevelt. Está lá a extração ilegal até hoje. Eu denunciei extração ilegal, fiquei por anos manchado na mídia mundial e na mídia nacional como se eu fosse um dos beneficiados. Fui investigado a vida inteira. A extração ilegal de madeira, autorizada por órgãos federais que não podiam ter autorizado: IBAMA, Ministério Público Federal – o Procurador na época que o representava – e depois o Governo do Estado, sendo pichado pela mídia ou pelo Ministério do Meio Ambiente como se nós estivéssemos deixando tirar madeira ilegal. É isso que nós temos que combater. O que nós precisamos é buscar paz, paz no campo, paz na terra e, ao mesmo

tempo, dar condição de estabilidade para todo mundo. É como o senhor falou agora há pouco: quem está em redor de onde o antropólogo está fazendo uma vistoria não se financia, não se faz isso, não se apóia, não ajuda como se aquela pessoa não tivesse família e não quisesse continuar produzindo seu próprio sustento com sua própria mão calejada. Portanto, V. Ex^a tem razão de levantar essa questão, agora nós, aqui nesta Casa, precisamos urgentemente dar essa garantia para todo mundo e, ao mesmo tempo, nós precisamos do presidente da Funai, que semana passada foi ouvido na comissão da Câmara dos Deputados – os Deputados querem estar em cima da situação vivida – e muitas coisas piores virão pela frente ainda, porque são criadas pela própria estrutura do Governo Federal, que nós estamos aqui dando segurança para que possa e trabalhar com dignidade e não simplesmente para desmontar a paz que a gente vive no País. Por isso conte com o Senador Cassol!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Cassol. E eu quero registrar aqui que eu tive oportunidade de visitar, junto com o Senador Mozarildo e outros Senadores a reserva Roosevelt e o que aconteceu naquela reserva foi uma coisa triste, não só para Rondônia mas para o Brasil. E o que me chamou a atenção também foi a riqueza daquela reserva. Eu só vi reservas de diamantes parecidas na África do Sul, onde o diamante aflora a 10, 15 centímetros do chão.

Mas eu acho que o importante é isto e V. Ex^a disse de forma muito direta: nós queremos paz, nós queremos preservar as nossas etnias, nós precisamos preservar também quem trabalha no campo, quem produz.

O Brasil é um país que busca, acima de tudo, cidadania, igualdade de direitos para todos. Portanto, não podemos subestimar o que está acontecendo em vários Estados brasileiros.

Então, Senador Paim, além do Código Florestal, que foi citado aqui como o nosso grande desafio – para todos nós –, temos agora a questão indígena.

E um terceiro ponto, caro Senador Paim, o Senado não pode deixar de debater e discutir: a questão de fronteira. Como diz o Milton Nascimento, com todo o desenvolvimento que hoje o Centro-Oeste apresenta, muita gente vive de costas para Brasil, vive no litoral. Hoje, o maior desafio que o Brasil tem é uma política vigorosa para as regiões de fronteira.

O Estado de V. Ex^a faz fronteira com países importantes da América do Sul; o do Senador Ivo Cassol a mesma coisa; o meu Estado, Mato Grosso do Sul, idem. Vários Estados fazem fronteira com países da América do Sul. Para o Brasil efetivamente se desenvolver, precisamos de uma política agressiva na área

de fronteira, e com o empenho de vários ministérios e dos países vizinhos. Mas vou falar sobre isso em outra ocasião.

Portanto, esses são os três pontos fundamentais, pelo menos para o meu Estado, em que temos que nos debruçar e encontrar as soluções necessárias.

Meu caro Presidente Paim, eu não poderia deixar de destacar isto hoje, quer dizer, a grande possibilidade de aprovarmos o Código Florestal e a necessidade de o Ministério da Justiça se empenhar a fim de que encontremos a solução para os conflitos entre etnias indígenas, nossos irmãos, nossos patrícios indígenas e os produtores. E o terceiro ponto, absolutamente fundamental: faixa de fronteira. Temos o Programa de Aceleração do Crescimento. E eu falei com o Ministro Fernando Bezerra recentemente. Até hoje, Senador Ivo Cassol, eu cobro uma política de fronteira. Prometeram-me isso há nove anos e até hoje eu não vi uma política de desenvolvimento da região, as vocações.

Essa violência nasce onde? Nas fronteiras, porque as pessoas não têm perspectivas. Então, elas são capturadas pelo crime organizado, pelo tráfico, pelo contrabando. Temos que ver as vocações das regiões, as respectivas vocações das regiões fronteiriças, estimular essas vocações, investir nas pessoas, promover projetos de desenvolvimento econômico e social nas regiões de fronteira, a utilização dos equipamentos comunitários, escolas e hospitais. Nós não podemos adotar uma filosofia de SUS para a região de fronteira igual à do restante do País, porque atendemos nossos irmãos paraguaios e nossos irmãos bolivianos. Reconhecimento de cursos, o ir e vir das pessoas que vivem na região de fronteira, a mineração em faixa de fronteira, as medidas de caráter sanitário. Veja V. Ex^a o que Mato Grosso do Sul sofreu por causa da aftosa; nossa fronteira é seca com o Paraguai.

Então, são políticas que levam a uma discussão ampla do Brasil com os países vizinhos também, e uma política de governo. Acabar, eliminar esses desequilíbrios quando, nas cidades fronteiriças, o comércio sofre porque, do nosso lado, a carga tributária é brasileira e, do outro lado, os incentivos são gigantescos. Até posto de combustível, em determinados Municípios. E vou citar Ponta Porá. Do outro lado da avenida, que é dentro do Paraguai, um posto da BR Distribuidora, em que o preço dos combustíveis é muito mais baixo do que do lado brasileiro. Uma avenida separa um país de outro. Então, esses desequilíbrios, essas desigualdades têm que acabar com políticas comuns nessas regiões. Nós temos uma pauta difícil a cumprir e uma pauta que exige empenho de todos nós, Senadores e Senadoras.

E, Sr. Presidente, eu não poderia deixar aqui de destacar – jamais imaginei dar uma notícia dessa – que acabou de falecer, em um acidente automobilístico, em Ponta Porã, o Dr. Egídio Brunetto, que é gaúcho, mas vive em Mato Grosso do Sul e é o coordenador do MST em nosso Estado. Uma figura importante, uma liderança que todos nós aprendemos a respeitar. Ele é daquela região que faz fronteira com Santa Catarina, de Erechim, e escolheu o nosso Estado para viver, deu-nos essa honra. Lamentavelmente, nós acabamos de perdê-lo em um desastre automobilístico. Por isso, quero aproveitar a oportunidade para me solidarizar com a família do Egídio, desejar que Deus ilumine e abençoe a todos eles neste momento difícil e, acima de tudo, dizer que estamos absolutamente à disposição. Foi uma honra para nós trabalhar com o Egídio, um homem decente, um homem digno e que levou com determinação e com espírito público as causas que o MST defendeu e as bandeiras que o MST tem defendido ao longo de sua história, não só no País, porque ele é uma liderança nacional, mas especialmente no nosso Estado.

Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Paim, pela oportunidade de vir à tribuna nesta segunda-feira. Agradeço os apertes do Senador Ivo Cassol e agradeço aos demais Senadores e Senadoras, mas não poderia deixar de aqui me despedir do nosso querido coordenador do MST, o nosso Egídio, que, infelizmente, nos deixou hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência se soma à manifestação de V. Ex^a, em nome da Casa. O trabalho que fazia Egídio Brunetto na linha de buscar soluções, inclusive para os conflitos...

E quero apenas me cumprimentar, porque eu disse, antes de V. Ex^a falar – e eu estou me cumprimentando –, que V. Ex^a faria um discurso nacional. E o fez, porque a questão indígena é uma questão grave em todo o País. Lá no Rio Grande do Sul, estão pedindo uma audiência pública na Assembleia para discutir esse tema.

Por isso V. Ex^a, quando fala do seu Estado, pegando a questão indígena, falou de um problema nacional e que, de fato, não tem como o Ministério da Justiça não trabalhar na linha de buscar saídas para o conflito. E, aí, como foi dito, tem que indenizar, tem que demarcar, tem que ver quem é quem na linha da construção da justiça. Esse foi o seu pronunciamento.

Mais uma vez, meus cumprimentos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Paim, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Ivo Cassol.

Em seguida, Senadores Vital e Ricardo Ferraço.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa, especialmente para parabenizar as empresas que, há poucos dias, foram destaques na revista *Você S/A Exame*, da Editora Abril, edição de 15 anos, que divulgou o mês de setembro, o Guia *Você S/A e Exame* – As melhores empresas para você trabalhar.

Desde 97, a revista faz todo ano esse levantamento, pesquisando, analisando as práticas de gestão de pessoas e das empresas brasileiras. No primeiro anuário, eram 30 empresas que faziam parte da pesquisa; hoje, são mais de 500 empresas. O Guia se tornou referência no mercado de trabalho nacional como o principal instrumento para medir clima e práticas de gestão de pessoas.

Quero parabenizar todos esses profissionais da Editora Abril pelo brilhante trabalho realizado e divulgado, bem como os diretores e funcionários da Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense, Sicoob Credip, por estar entre as melhores empresas do Brasil para se trabalhar com credibilidade. É um exemplo para as demais empresas seguirem, de Rondônia e do Brasil.

A Cooperativa tem 15 anos de mercado e 155 funcionários. Situada no Município de Pimenta Bueno, a 516 km da capital, Porto Velho, está presente em 18 Municípios de Rondônia e vêm se destacando por suas práticas, com gestão eficiente e na busca pelo desenvolvimento das competências de cada funcionário, inclusive com a oferta de bolsas de 50% nos cursos de graduação e pós-graduação que estejam relacionadas ao negócio.

Além da demonstrada qualidade no ambiente de trabalho, a Sicoob Credip se destaca também pelo seu crescimento acelerado: 31% em 6 meses, e tem a perspectiva de abrir mais três novas agências até o final desse ano.

Parabenizo, mais uma vez, todos os diretores e funcionários dessa Cooperativa, que continue crescendo e expandindo cada vez mais, gerando emprego e renda, e que sirva de exemplo para os demais empresários de nosso Estado de Rondônia e do Brasil.

Também quero deixar meu abraço a Salatiel, que é o Presidente e que controla as demais cooperativas do Estado de Rondônia.

E aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mais uma vez, nosso trabalho, que no final de semana é em nosso Estado, Senador Paim, nosso Presidente, na segunda-feira, começa cedo aqui. O trabalho é árduo, mas aqui representamos o povo de nosso Estado. E aqui, mais uma vez, quero levar a público a precariedade que a Infraero estabelece nos aeroportos brasileiros.

Sr. Presidente da Infraero, o Senador Ivo Cassol, eu próprio estou lhe fazendo um convite: pegue sua família e várias malas... Também o Diretor de Aeroportos, João Márcio Jordão, e o Presidente Antonio Gustavo Matos do Vale.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, precisamos estar, no mínimo, uma hora antes no aeroporto e mais três horas, praticamente, no ar. E quando se chega a Brasília temos que ficar mais de uma hora aguardando a bagagem para passar no único aparelho de raio X, porque a Infraero não tem competência, não tem visão, não tem gestão.

E toda semana, Sr. Presidente Antônio Gustavo. O cacete vai pegar. Eu tenho condições, Sr. Presidente, de deixar um assessor meu voltar lá para buscar a mala, mas e os demais brasileiros? As demais pessoas de família que se deslocam não só de Rondônia, mas do Acre, dos demais Estados de faixa de fronteira? Como é que fica a situação? Enfrentam horas e horas de fila nos aeroportos, e até para pegar bagagem cria-se burocracia, sem criar estrutura para atender à população. Na semana passada, eu disse que, se não tem condições, se não tem estrutura, que se faça um levantamento, mas que se faça como amostragem. Aqui em Brasília tem dois raio X, mas só um trabalha.

Ao mesmo tempo, vejo com tristeza o *Correio Braziliense*, que disse o seguinte numa matéria de final de semana: “Apagão aéreo ameaça férias de fim de ano”. E alguém diz o seguinte: “Mas a pessoa lá é um técnico...”. Pode ser um técnico, não tem problema nenhum, mas tem de ter visão de futuro, tem de ter gestão administrativa, tem de ter visão para cobrar. Porque dinheiro tem, Sr. Presidente, a Infraero tem dinheiro. O povo brasileiro paga taxa de embarque. Infelizmente, ficamos à mercê das normativas, das mudanças, sem sequer saber se colocaram a estrutura necessária para isso. Por que não colocam um raio X em Porto Velho? Presidente da Infraero, coloque um raio X em Porto Velho, passe toda a bagagem por lá, mas não deixe as pessoas feito bobas, feito cobaia aqui no aeroporto de Brasília, aguardando as malas. E não era só o Senador Ivo Cassol. Lá havia prefeitos, comerciantes, empresários, pessoas com compromisso. E eu com o compromisso de vir a esta Casa hoje porque temos Ordem do Dia.

Infelizmente, ficou provado que é falta de gestão, o que continua prevalecendo dentro da Infraero. Não podemos concordar com isso!

E não é só isso. O Presidente talvez esteja até estranhando eu falar isso, mas, ao invés de o senhor ir para Palmas passear, ou para algum outro lugar, venha para Rondônia, venha para os Estados de faixa de fronteira e volte junto comigo para ver a dificuldade

que enfrentamos, Sr. Presidente. Essa é uma questão administrativa, uma questão para a qual já se deveria ter tomado providência. Fiz um discurso na semana passada e não teve um na Infraero que teve coragem de pegar o telefone e de me ligar para saber o que estava acontecendo. Não teve um! Não teve um! E olha que tem funcionários, olha que tem assessores. Mas acham que são estrelas, acham que estão acima de nós, que representamos o povo, porque somos eleitos com o voto do povo.

Acham até que estão acima da nossa Presidente Dilma, porque o mínimo que podem fazer é dar condições para que o sistema possa funcionar e para que possamos aumentar nos quatro cantos deste País a busca para diminuir distâncias. Em vez de viajar de ônibus, viajar de avião.

Presidente da Infraero, Antonio Gustavo, convido o senhor, acompanhe-nos, venha junto de lá para cá, espere aqui na fila e saia correndo para cá, para poder marcar presença e participar das votações.

Infelizmente, na segunda-feira da semana passada, ocupei esta tribuna para comunicar o que estava acontecendo no nosso Estado, que envolve políticos, envolve servidores públicos, secretários de Estado, comissionados. E, no final de semana, mais uma ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal aconteceu no nosso Estado, exatamente no Dnit. Foram lá e apuraram irregularidades na BR-429, que interliga o trecho próximo a Alvorada do Oeste até perto de Seringueiras, São Francisco, passando por São Miguel.

Denunciei as obras, como Governador. De péssima qualidade. Aqui, no documento, foram mais de 30 milhões desviados. A obra era de 160 milhões – mais de 30 milhões desviados!

Digo mais para o povo de Rondônia: na indicação para a continuação do diretor do Dnit do nosso Estado, eu não assinei a permanência do Diretor Superintendente do Dnit de Rondônia e Acre. Não assinei e disse por que não assinava: porque as obras do nosso Estado não tinham qualidade. Tanto que a empresa refez, refez de novo, mas, depois de feita, não tem jeito. É todo ano tapando buraco.

Portanto, não indiquei, não apoiei a indicação de José Ribamar Oliveira, que foi exonerado. E quero aqui parabenizar o Ministro dos Transportes, que exonerou, na última sexta-feira, o Superintendente do Dnit. Ele e mais quatro colegas foram afastados de suas funções por essas irregularidades.

Infelizmente, são obras que perdem a qualidade, Sr. Presidente. É dinheiro que vai para o ralo, é a população da BR-429 que vem sofrendo há tantos anos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há vários pontos para ser modificados, como substituir as pontes de madeira por pontes de concreto.

O processo licitatório já deveria ter acontecido. Por situações iguais a essa, acaba emperrando; por situações iguais a essa, acaba atrasando; por situações iguais a essa, muitas dessas pessoas, dessas famílias, dessas cidades, como Seringueiras, como São Francisco, como Costa Marques, vão continuar isoladas.

Eu falei com o Prefeito de São Miguel hoje, o Fenali, que está em Brasília e que ficou no aeroporto, aguardando as malas, por mais de 40 ou 50 minutos; e também com o Celso Garda, do Município de Seringueiras. Comentamos a situação. O Governo Federal liberou dinheiro, foi dada a ordem de serviço, mas as obras, infelizmente, viraram uma cabritada: mais de 30 milhões de recursos públicos desviados.

Não são todos os lotes, não. Aqui, a denúncia é bem clara. Nós temos dois trechos que, esses, sim, têm problemas. Mas quem foram os beneficiados? Quem acabou levando vantagem nisso? Eu sei quem ficou no prejuízo. Quem ficou no prejuízo, na verdade, foi o povo do nosso Estado; quem ficou no prejuízo foi a população de São Miguel, a população de Seringueiras, a população de São Francisco, de São Domingos, de Costa Marques. Não pelo trecho deles, de Costa Marques, mas pelo trecho que interliga no meio, que perdeu a qualidade por falta de seriedade; pelo envolvimento de fiscais de obras, prejudicando o povo do nosso Estado.

Ao mesmo tempo, não foi só isso, não. Outro exemplo aconteceu há pouco tempo: os falados viadutos da cidade de Pimenta Bueno, que viraram até símbolo de gozação. E o povo de Pimenta Bueno, que está me assistindo, sabe disso.

Quantas vezes eu falei que íamos fazer uma discoteca em cima, fazer um restaurante embaixo? Mas, graças a Deus, o Dnit, depois de anos após anos, conseguiu concluir essa obra.

A população da cidade de Pimenta Bueno está clamando para que concluam, para que aproveitem e coloquem alguma complementação nessas obras, para que a parte de baixo, entre o rio Pimenta e o rio Melgaço, não fique isolada.

Para isso, precisamos que o Ministério dos Transportes, o diretor, a equipe do Dnit concluam essas obras, que as coloquem no Orçamento, para que possam integrar mais uma vez Pimenta Bueno, que foi isolada de um ponto a outro.

Mas é só isso, Sr. Presidente? Não!

Na cidade de Ariquemes, houve recursos que também foram para o Município de Ariquemes. E as obras, como é que ficaram? Inacabadas, pela meta-

de. Recursos perdidos. Mas, só em Ariquemes? Não! Em Porto Velho também não é diferente. Havia recurso para fazer viaduto em Porto Velho, e, por denúncia dos próprios deputados estaduais, por vereadores, falaram que o gato comeu parte do dinheiro que era para fazer os viadutos.

Eu fui Governador e Prefeito por dois mandatos. Eu não alisava aquele que abonava; aquele que fazia; aquele que ganhava, não produzia e não cumpria o contrato. Mas agora está licitado novamente. É mais uma chuva de pedras que vem pela frente, e, mais uma vez, o povo de Porto Velho, para cruzar a BR-364, para chegar até o trevo do Roque, para sair rumo a Rio Branco, no Acre, vive momentos de agonia a toda a hora, sem contar os equipamentos. Para se chegar às usinas de Santo Antônio e Jirau, paralisa-se o trânsito de Porto Velho.

Recomeçaram as obras, mas elas ficaram praticamente dois anos paradas.

É isso que nós precisamos mudar. É essa qualidade que conclamo para que seja acompanhada passo a passo. Nós não podemos perder os poucos recursos que vão para as obras de infraestrutura, não só para Rondônia, mas que vão para todo esse Brasil afora, especialmente para os Estados da Região Amazônica, que são os Estados mais sofridos.

Além disso tudo, recebo reivindicação do Presidente da Associação Comercial de Pimenta Bueno, Edimar Cosmo da Silva – a quem deixo o meu abraço –, que representa aquele povo, representa a classe produtora, que faz a diferença neste Brasil. Nós jamais podemos desestruturar o comércio e a área. Uma outra situação, Edimar: da mesma maneira que vocês estão na cidade de Pimenta Bueno, uma parte isolada não vai ser diferente em Porto Velho. Muitos dos comerciantes de Porto Velho, muitos dos comerciantes também de Ji-Paraná, quando começarem a fazer a pista lateral, e se a obra ficar, de repente, pela metade, isso vai quebrar muitos comerciantes.

É por isso que defendi e continuo defendendo o aeroporto de Ji-Paraná. A bancada federal, em conjunto, colocou recurso no Orçamento Geral da União, para que possamos fazer a obra de uma vez e não fazê-la aos pedaços; não fazer por partes. Esse aeroporto de Ji-Paraná está no coração do Estado de Rondônia.

É o aeroporto que favorece todos os Municípios da Zona da Mata, no entorno de Ji-Paraná, sem contar também o grande aeroporto da cidade de Cacoal, que, se Deus quiser, em breve, fará os primeiros voos, colocando Cacoal e a Zona da Mata no resto do Brasil, ao mesmo tempo buscando novos conhecimentos, novas tecnologias, levando qualidade de vida para quem mora especialmente na Região Amazônica.

Para isso, precisamos estar empenhados diuturnamente. Para isso, precisamos estar irmanados com um só propósito: tirar as dificuldades que aparecem pela frente e, ao mesmo tempo, trazer a condição e a facilidade para produzir muito mais.

É essa a busca do Senador Ivo Cassol. É isso que busco junto aos meus pares, para poder trazer tranquilidade no campo, na cidade e em todos os lugares, a exemplo do que o próprio Senador Delcídio do Amaral falou aqui.

Além da questão das demarcações, das divisões das áreas indígenas, como disse no aparte, as famílias indígenas precisam de atendimento digno pela Funasa, o que não têm. Elas precisam, na verdade, de atendimento digno pela Funai, cujo dinheiro, muitas vezes, não chega lá. Quantas vezes já vi o dinheiro da Funasa, sendo desviado pelo caminho! Alguém devolveu esse dinheiro? Não. Foi preso, depois solto, e os índios acabaram tomando prejuízo!

Ainda agora que o Senador Delcídio levantou uma situação verdadeira – e eu também o fiz desta tribuna: a questão de faixa de fronteira. Estão botando a Polícia Pacificadora nos morros do Rio. É uma iniciativa louvável! Parabéns ao Governador do Rio! Mas isso só vai ter sucesso, se coirmos, na faixa de fronteira, a entrada de droga e de arma, porque a droga é a arma que fomenta o crime nos grandes centros urbanos, e ela está chegando nas periferias, está chegando nas pequenas cidades.

É por isso que o Estado de Rondônia está, infelizmente, com o sistema prisional lotado. Boa parte dos presos que estão lá são federais. A maioria é envolvida com droga. E por onde passa? Pelo nosso nariz! Na faixa de fronteira! Por isso, sou a favor de que o nosso Exército Brasileiro, a nossa Aeronáutica, em vez de ficarem instalados nas capitais – por exemplo, em Porto Velho –, que fiquem em Guajará-Mirim; em vez de ficarem em Cuiabá, que fiquem na divisa com a Bolívia, com o Paraguai do outro lado.

Devemos usar a nossa estrutura, Sr. Presidente, para trazer tranquilidade para dentro de casa. Hoje, infelizmente, a droga está acabando com muitas famílias. O *crack* está tomando conta, e ele vem dessas áreas desprotegidas.

Falta estrutura? Faltam recursos? Faltam, mas não falta vontade. Precisamos que essas drogas sejam combatidas na raiz.

Há poucos dias, nesta Casa, estavam querendo criar mais um plebiscito. Solicitavam, mais uma vez, uma pesquisa entre a população quanto ao desarmamento, para desarmar mais do que está desarmado.

Hoje não precisamos buscar mais desarmamento, porque quem está matando, quem está assaltando

é bandido, e as armas usadas são armas roubadas muitas vezes das delegacias de polícia, dos quartéis; são armas que passam na região de fronteira. Então, precisamos, sim, de cuidar das nossas fronteiras, para dar segurança e trazer paz; e não de gastar dinheiro. O dinheiro que seria gasto, mais uma vez, com o plebiscito – porque a população já decidiu o que quer –, deveria ser colocado nas mãos das Forças Armadas, para que possam ter mais dinheiro para cuidar das nossas faixas de fronteira.

Por isso, Sr. Presidente, ocupo mais uma vez esta tribuna para defender os interesses do povo de Rondônia, cobrando desta tribuna o que está errado na administração federal.

Sou do PP, que faz parte da base da Presidente Dilma. Vou continuar trabalhando diuturnamente para defender suas ideias, seu projeto. O Brasil precisa dessa integração, mas o que está errado vou sempre denunciar. O que não estiver correto, sempre trarei a público.

A única maneira de separarmos o joio do trigo é tirarmos aqueles que querem mamar a vida inteira, aqueles que querem simplesmente um cargo, estabilidade, e não querem ou não têm competência para responder com a verdade ao anseio da população.

Há mais pela frente. Se alguém pensa que aqui, em Brasília, ficará tudo bem, que está tudo ótimo, volta e meia uma tempestade passa por aqui. E muitas até chegaram a falar de Rondônia, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Mas eu quero dizer que, infelizmente, o Brasil inteiro está contaminado. E aqui, em Brasília, infelizmente, a situação se complica mais ainda. Mas por que se complica mais ainda? Porque aqui é a nossa Capital Federal. Aqui tudo acontece no âmbito do Brasil. Começa por aqui. Aqui tudo é bonito.

Eu tenho falado, diuturnamente, nos meus discursos, que aqui, do nosso gabinete, olha-se para um lado e vê-se um lago bonito; olha-se para o outro e vê-se tudo florido; olha-se para o outro lado e vê-se o Banco Central, que tem muitos andares para baixo, abarrotado de dinheiro. Mas no nosso Brasil afora vê-se tanta carência, tanta necessidade, tanta desigualdade social, que nós precisamos corrigir.

Ao mesmo tempo, temos a responsabilidade, aqui nesta Casa, de trazer essa garantia constitucional para as pessoas que produzem, que trabalham, a exemplo do que fizemos com o Código Florestal, que amanhã vamos debater aqui, para que possamos aprová-lo neste plenário; para que possamos trazer a paz no campo, para que os ambientalistas trabalhem lado a lado com quem produz e coloquem na mesa de vocês o que vocês precisam para sobreviver. Que os ambientalistas parem, de uma vez por todas, de tratar quem produz neste País como se fosse criminoso.

Eu falei aqui, na semana passada, para os ambientalistas. Até colocaram matérias no jornal, dizendo que eu tinha falado isso, falado aquilo. Não falei nada disso, não. Mas quero fazer um desafio: mostre-me, um dos ambientalistas, se na sua terra, no seu Estado, vocês colhem feijão em árvore, se vocês colhem boi em árvore, se vocês colhem arroz em árvore. Digam-me, porque, aí, em Rondônia, vamos ter fartura. Nós vamos trazer para o resto do País.

Isso só dá quando você produz, quando você pega no cabo da enxada, na ferramenta. Aí dá diferença. Até a banana que dá no pé, sem você plantar, você não colhe. Nós temos a castanha-do-pará, mas é um complemento alimentar. Nós temos o açaí, que é o suco de açaí, que vem para fortalecer como complementação. Mas nós precisamos é do feijão, do arroz, da carne, da farinha, do trigo. E o leite, que sustenta as nossas crianças? O leite é que traz vida.

Eu não conheço nenhum animal que trepa numa árvore para comer. Até os macacos sobrevivem da fruta das árvores.

Portanto, é muita demagogia, é muita falta de responsabilidade, Sr. Presidente, quando vejo pessoas que estão ganhando à custa do povo brasileiro fazerem o que fizeram com o nosso Senador Luiz Henrique e com o Senador Jorge Viana, na semana passada, quando, na verdade, nós, produtores, queríamos muito mais. Mas eles, com sabedoria, com responsabilidade, intermediaram e buscaram um bom entendimento para todo mundo. Nem todo mundo conseguiu o que queria.

Eu sou contra queimadas em qualquer sentido. Eu sou contra nova derrubada em qualquer sentido. Como produtor, sou um exemplo. Na minha propriedade, 50% estão preservados, como dizia o Código Florestal.

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Mas há alguns que não o fazem *(fora do microfone.)*. Um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Infelizmente, há alguns que, mesmo que estejamos trabalhando aqui para fazer o novo Código Florestal, acabaram colocando os pés pela cabeça. Esses têm de ser punidos. Esses têm de ser responsabilizados.

E temos que ter uma preocupação maior ainda: respeitar a potencialidade regional. Nem todos os locais, em cada Estado, são bons para produzir o que se produz no Centro-Oeste ou no Norte ou no Sul.

Por isso, fico feliz de ter participado como titular na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura. Se amanhã, se Deus quiser, juntamente com os demais pares desta Casa, dermos mais estabilidade ao campo, dermos garantia para as instituições financeiras e, ao mesmo tempo, trouxermos aqueles

que estavam na ilegalidade, infelizmente cometidos pelos irresponsáveis que ocuparam o cargo em nível nacional... Não foi o produtor ou o agricultor quem cometeu o crime. Quem cometeu o crime foi aquele que detinha um cargo público e não soube cobrar.

Srs. Senadores, fui Governador por dois mandatos. Houve uma Ministra que passou por esta Casa, passou pelo ministério por seis anos. Não levou um carrinho de mão para Rondônia, para preservar uma árvore; não levou uma cibalena para o meu Estado e veio fazer gracinha na nossa Comissão, como se fosse salvadora da pátria. Se as propostas dela fossem válidas, ela seria Presidente do Brasil, mas o povo quis a Dilma Rousseff. Temos de conciliar o setor produtivo e o setor de preservação ambiental.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós precisamos que os organismos internacionais comecem a pagar para quem preserva. Nós precisamos da Copa do Mundo, precisamos ter na legislação que todo aquele que venha aqui assistir à Copa do Mundo pague 20% para formarmos um fundo e compensarmos essas pessoas que preservam.

Nós temos muita coisa a fazer, mas vamos fazer juntos. O Brasil é imenso, a garra e a vontade do nosso povo são maiores ainda, e nós, que somos representantes dele, temos a missão e a obrigação de trabalhar para defender seus interesses de modo geral.

Que Deus abençoe todo mundo.

Obrigado e até a próxima oportunidade, se Deus permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos o Senador Ivo Cassol, a quem cumprimentamos por sua fala em busca do entendimento, como sempre.

Passamos a palavra para o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão do Orçamento, Senador que vem dando uma enorme contribuição a esta Casa ao longo de seus onze meses de mandato. S. Ex^a já tem um brilho próprio que orgulha o seu Estado e o País.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Paim. O meu Estado abraçou a história de V. Ex^a, outorgando-lhe o mais nobre título de um ser nascido na Paraíba, o de ser paraibano. É por essa e outras honrarias que V. Ex^a representa tão bem este Brasil do Rio Grande e da Paraíba.

O encaminhamento que a sociedade brasileira dará ao problema do crime e da violência será, com toda certeza, um dos fatores mais críticos e mais relevantes na construção do Brasil que queremos no futuro. E, infelizmente, a situação da qual se parte é muito sombria.

Inicialmente, é preciso questionar se a violência não teria chegado ao ponto de se haver banalizado entre nós. As estatísticas já não mais sensibilizam o ser humano, que antes se estarrecia com os números da criminalidade crescente.

Os diversos crimes contra a vida representaram, nos últimos anos, a maior causa de mortalidade de origem externa, segundo os registros do Governo (Datasus), uma causa mais impactante até mesmo do que os acidentes de transporte.

Por isso, o País ocupa um vergonhoso quarto lugar, entre todos os países, no número total de homicídios, e uma espantosa primeira colocação na estatística de mortes por arma de fogo.

Paradoxalmente, os níveis de repressão não são insignificantes, como muitos pensam, e a população carcerária nacional somente é superada, hoje, em termos absolutos, pela população carcerária dos Estados Unidos e da China.

Entretanto, as causas da violência são por demais conhecidas, destacando-se, entre elas, o brutal distanciamento de renda entre as classes que ocupam os polos opostos da pirâmide social, fenômeno que faz do Brasil um dos países mais desiguais do mundo.

Essa desigualdade não se manifesta somente na distância entre os respectivos níveis de riqueza, mas principalmente em oportunidades desiguais de melhoria social e em perspectivas radicalmente opostas de realização pessoal, familiar e profissional, no futuro.

Do ponto de vista da psicologia do crime, falta, sobretudo, no caso brasileiro, a sensação de punibilidade, ou seja, a percepção social de que, havendo crime, o criminoso será provavelmente identificado e terá seu mau comportamento punido em medida proporcional à gravidade do ato cometido. Essa é, em todo o mundo, a base psicológica da força social da lei. No Brasil, contudo, a sensação de impunidade é predominante, contribuindo fortemente para que as amarras de contenção legal operem de forma pouco efetiva no desestímulo à criminalidade.

O sistema de justiça, por seu turno, é perverso, uma vez que claramente pune o crime do pobre, ou seja, do socialmente excluído, com muito mais frequência e eficiência do que pune o crime do rico, passando uma clara mensagem de que a culpabilidade é, no fundo, um problema de *status* social.

Vejam, Sr^s e Srs. Senadores, que essa realidade pode muito bem ser exemplificada pelo perfil de escolaridade dos detentos recolhidos aos diversos estabelecimentos prisionais no Brasil, onde o índice dos que cursaram ao menos o ensino médio não chegou a 8,6% de todos os presos, em 2009, enquanto os analfabetos e os que não concluíram sequer o ensino

fundamental eram quase 61% da população carcerária nacional. É um dado estarrecedor!

É um dado estarrecedor.

Eu gostaria de repetir para o conhecimento da Casa: de toda população carcerária do Brasil, apenas 8,6% de todos os presos, segundo dados de 2009, têm algum índice de escolaridade ou pelo menos terminaram o ensino fundamental – 61% Senador Paim são analfabetos ou com ensino fundamental incompleto.

Outro mecanismo importante na gênese da criminalidade, em nosso País, é o descrédito do aparelho policial aos olhos da população.

Um importante estudo do Ipea dá conta de que, dos 28 milhões de possíveis ocorrências estimadas para o conjunto do território nacional, apenas 6,7 milhões chegaram de fato ao conhecimento das autoridades policiais, no ano de 2003.

A subnotificação em média, da ordem de 70%, é um bom indício desse baixo nível de confiança, sendo ainda bastante significativo que a maior taxa brasileira tenha sido encontrada justamente na nossa região, a região Sudeste. Para os senhores terem uma ideia, esses dados do Ipea já tem pelo menos cinco anos. Há uma subnotificação da criminalidade, da notícia crime na ordem de 70%.

Há, finalmente, um fator que considero relevante no amplo leque das causas que fomentam e que fermentam a violência no Brasil, fator esse no qual gostaria de me deter de modo mais pormenorizado, ao longo desta análise.

Trata-se da participação que tem o próprio sistema prisional na formação do criminoso, na medida em que esse sistema não somente descumpra o seu papel, o seu objetivo – que é, segundo o primeiro artigo da Lei de Execução Penal, o de recuperar o preso –, mas também vem historicamente se constituindo numa verdadeira escola do crime.

Evidência concreta disso é o fato de que o índice de reincidência prisional gira, hoje, em torno de 80% da população carcerária do nosso País, a depender da região. Algumas 70%; outras, 80%.

E os motivos que levam a esse quadro não são difíceis de depreender, bastando consultar as estatísticas, ou ouvir alguns dos inúmeros relatos existentes acerca das condições em que operam os estabelecimentos prisionais brasileiros. Um índice de reincidência superior a 70% em média no País Senador Paim.

Trata-se de um quadro marcado pela penúria, pela negligência e pela brutalidade; um verdadeiro circo de horrores que desmerece o conceito de cidadania que nosso povo se empenha tanto em construir; um espetáculo secreto, porque seu conteúdo envergonha a Nação e desmoraliza a própria autoridade constitu-

cional, no tanto em que ela assegura, em disposições rasgadas pelos fatos, o respeito à integridade física e moral do preso.

Dados divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, revelam que a população prisional brasileira atingiu 512 mil presos. Argumentou o Diretor do Depen, Augusto Rossini, por ocasião do VII Congresso Nacional de Alternativas Penais, ocorrido em outubro último, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em favor da necessidade de adoção de penas alternativas, nos frequentes casos em que a pequena gravidade do crime e o curto período da pena assim o recomendem.

Assim, medidas alternativas podem e devem ser aplicadas pelo Judiciário para crimes praticados sem violência ou grave ameaça, a exemplo do uso de drogas, acidente de trânsito, abuso de autoridade, desacato, lesão corporal leve, furto simples, estelionato, ameaça, injúria, calúnia, difamação, dentre outros previstos na legislação.

Isso, entre outros motivos, porque o sistema tem, hoje, um déficit estimado de 200 mil vagas. Nós temos mais de 512 mil presos e ainda há um déficit de 200 mil vagas no sistema prisional brasileiro, significando esse número um indicativo evidente da superlotação carcerária brasileira.

Esse dado é especialmente grave quando se computam os mais de 160 mil presos detidos nas carcerais das delegacias de polícia, em regime irregular de detenção provisória, enquanto aguardam julgamento em condições absolutamente inaceitáveis.

Mas, quando se fala do setor penitenciário, nem mesmo os números são confiáveis, uma vez que fornecidos de modo pouco rigoroso pelos Estados, sem sofrerem uma auditoria competente para qualificá-los e homogeneizá-los.

Um dos maiores problemas do País, aliás, é o controle da execução penal, havendo casos frequentes em que o prazo de encarceramento é ultrapassado, por omissão da autoridade, em que as possibilidades de progressão da pena são ignoradas e até mesmo em que o cidadão, sem culpa formada, é esquecido num canto de prisão anos a fio.

Quem não tem... V. Ex^a, que é presidente de uma das mais sensíveis comissões da Casa, a Comissão de Direitos Humanos, consegue dar altitude, dar altura... Eu queria, publicamente, nestes onze meses de mandato, dizer, meu querido Senador Dornelles, que o Senador Paim, consegue, talvez numa linguagem coloquial, fazer de um limão uma limonada, uma bela de uma limonada! Mas é a sua história que dá altitude, dá altivez aos cargos e encargos que ocupa. O senhor conseguiu um feito nesta Casa: dar uma visibilidade

de que não tinha à Comissão de Direitos Humanos, independentemente dos grandes homens públicos deste Senado e de Senadoras que por lá passaram. Mas apenas com um jeito de transferir a reunião para segunda-feira, conseguiu dar a essa Comissão uma visibilidade...

E estou tratando de um assunto que certamente vou levar à Comissão de V. Ex^a, que é essa total desqualificação do sistema penal brasileiro. Passei seis meses estagiando dentro de um núcleo penitenciário e vi, já à minha época, 20 anos atrás, Senador Dornelles, como esse quadro está cada vez mais decomposto, esse tecido, essa malha social.

Por isso é que conto com a atenção sempre presente de V. Ex^a, para que esses dados que eu trago hoje neste pronunciamento, nesta análise, possam ser vistos pela Comissão de Direitos Humanos, por conta de que o sistema penal brasileiro, o sistema prisional brasileiro é tudo, menos o que preceitua a Lei de Execução Penal: ressocialização do detento.

Ouçó o meu queridíssimo amigo, uma lenda viva nesta Casa, Senador Francisco Dornelles, já dizendo que, durante a sessão na Comissão Mista de Orçamento, da qual V. Ex^a faz parte, eu retirei um dos assuntos que têm o seu cuidado e a sua preocupação, para encaminhá-lo ao relator setorial do tema “Justiça e Poderes do Estado”, que é a respeito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que V. Ex^a me encomendou, como me encomenda todos os assuntos referentes ao seu mandato. Eu queria dar essa notícia a V. Ex^a, porque hoje mesmo tratei do assunto com o Senador Inácio Arruda.

Ouçó V. Ex^a a respeito dessa breve e modesta análise sobre o sistema prisional brasileiro.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Vital do Rêgo, não será exatamente esse o objeto do meu aparte. V. Ex^a cumprimentou – e faço também meus cumprimentos – o Senador Paulo Paim pela dimensão que ele deu à Comissão de Direitos Humanos nesta Casa e quero cumprimentar V. Ex^a pelo importante trabalho que está desenvolvendo na Comissão de Orçamento. O Parlamento nasceu para votar o Orçamento, a razão de ser do Parlamento é o Orçamento. Anualmente, os representantes do povo têm que se reunir e destinar e decidir o montante de recursos que o setor privado transferirá ao setor público, indicar os fatos cuja ocorrência levará aqueles que com eles têm relação de fazer o pagamento, discutir o destino dessas receitas e fiscalizar sua aplicação. É uma discussão extremamente complexa. Há muitos anos participo da Comissão de Orçamento e vejo as dificuldades que sempre se encontram para chegar ao entendimento. V. Ex^a está conduzindo essa Comissão

com a maior maestria, está conduzindo com espírito muito aberto, com espírito muito democrático, procurando entender principalmente problemas regionais, compatibilizando os interesses do Poder Executivo com o Legislativo. Estou certo de que a peça orçamentária deste ano, que V. Ex^a está conduzindo, será uma das mais bem elaboradas que o País já conheceu. Por isso, ao chegar e ver V. Ex^a ocupando a tribuna, quis utilizar este aparte para trazer aqui meus cumprimentos sinceros, porque V. Ex^a vem realmente conduzindo com muita maestria, demonstrando competência e espírito público. Quero cumprimentá-lo pelo trabalho. Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço V. Ex^a, Senador Dornelles. Mas quero lhe dizer que, partindo da sua história e da sua experiência tratando de Orçamento, V. Ex^a que é referência nesta Casa, esse reconhecimento aumenta a carga de responsabilidade, por força das inúmeras dificuldades que nós, na Comissão de Orçamento, estamos enfrentando para cumprir esse calendário que V. Ex^a conhece tão bem. É um calendário apertado, cujo jogo de interesse público na questão aumenta as tensões internas. V. Ex^a conviveu com isso quando relatou o Orçamento presidido pelo Governador e Senador José Maranhão, quando foi seu relator de receita, e tenho me valido muito de V. Ex^a, do seu estilo, da sua experiência, da sua memória viva, como disse agora há pouco, para dar cabo da missão que me foi delegada pelo meu Partido, o PMDB.

Por isso, eu espero contar, nesta reta final, com a sua presença permanentemente ao meu lado lá na Comissão de Orçamento, ajudando o Senador Walter Pinheiro no Plano Plurianual, já que tem a responsabilidade de relatar o Plano Plurianual, ajudando o Deputado Federal Arlindo Chinaglia, nosso relator-geral, ajudando o nosso Senador Ricardo Ferraço, que é o Senador da área temática de agricultura e do Ministério da Pesca. Enfim, são relatores setoriais, que estão cumprindo, nos próximos dias, nas próximas horas, a difícil missão de compatibilizar as receitas que têm. E olhe que este ano as receitas foram triplicadas nas emendas coletivas que receberam: emendas de bancada e emendas de comissão.

O nosso calendário é muito apertado, mas que diria ou que dirá o Brasil se não tiver um orçamento ao mundo? O que dirá o Brasil, Senador Dornelles, se o seu Congresso Nacional for incompetente de aprovar uma proposta de um relatório que desse dinâmica, mas estabilidade à Nação?

A minha grande preocupação é quais são os interesses que, muitas vezes, conspiram contra o Orçamento, conspiram contra a execução orçamentária,

porque são os mesmos interesses, Senador Paim, que conspiram contra o Congresso Nacional, a autoridade e a altivez do Congresso Nacional.

Hoje me preocupa o fato, Senador Dornelles, com toda experiência e legitimidade da sua voz, de estar tocando essa missão com esses objetivos dentro desse curto prazo, quando eu vejo pouca ação conjunta para chegarmos a esse fim. Talvez a imagem do País... Ou certamente a imagem do País não será aquela que devamos colocar ao fim do mês de dezembro, quando aprovarmos, se Deus quiser e com a força deste Congresso Nacional, uma peça orçamentária que seja mais digna, mais próxima à Nação. E quero lhe dizer mais: o senhor me tem como um aprendiz na legislação complementar que está executando junto à nossa Comissão de Orçamento e à nossa Consultoria de Orçamento.

Já procurei saber como andam os caminhos de uma legislação complementar da qual V. Ex^a já foi autor e está renovando essa autoria. Eu quero me acostar a ela, Senador Dornelles, porque somente com uma legislação complementar moderna de execução orçamentária nós teremos um Congresso mais altivo, mais ouvido e com maior personalidade.

Os consultores de Orçamento estão concluindo a tarefa que V. Ex^a iniciou. Eu acho que é um grande tema para tratarmos no próximo ano.

Senador Paim, com as minhas escusas pelo passar do tempo, quero renovar o apelo a V. Ex^a, que abraça negros, que abraça índios, que abraça brancos, que abraça minorias, que abraça todos neste Brasil, nesse mosaico brasileiro tão bonito que temos; que abraça as desigualdades, para torná-las menos desiguais. V. Ex^a abrace a causa do sistema penal brasileiro, abrace a causa do sistema prisional brasileiro.

Nós estamos com esses números, que são estarranceadores. Eles são, pela própria natureza, inconfiáveis, mas ao mesmo tempo nos assustam. Uma das três maiores populações prisionais do mundo é a do Brasil. Temos 550, 560 mil presos encarcerados, 160 nas delegacias, 200 mil esperando uma vaga para se inserir nesse sistema. E o que esse sistema faz? Educa? Socializa? Reintegra o cidadão à sociedade? Não, absolutamente. Esse sistema me parece uma universidade do crime, uma universidade do crime – uma universidade do crime! E é por isso que trouxe esta análise a V. Ex^{as} hoje.

Estou muito preocupado com o caminhar, porque não vejo prioridade do meu Governo, que defendo com muita honra, mas prioridade de enfrentamento do Governo, do Congresso e do Poder Executivo, no sentido de encontrarmos soluções socialmente justas, legal-

mente aceitas e humanamente dignas para o sistema penal brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, pode contar com a Comissão de Direitos Humanos. Permita-me dizer uma frase: “o sistema prisional brasileiro está falido”. Palavras do ex-Ministro da Justiça, hoje Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. O fato é real.

Recebi recentemente uma delegação da ONU, que está fazendo uma análise dos presídios, principalmente na América do Sul. Os dados que me deram infelizmente são esses citados por V. Ex^a, que mostram que a pior situação é a do Brasil.

V. Ex^a tem toda a razão.

Passamos a palavra ao nobre Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, trago à reflexão uma matéria que tramita nesta Casa, matéria para a qual fui designado Relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Tenho acompanhado a tramitação desse tema porque julgo ser um dos temas mais relevantes, mais importantes e, por que não dizer, um dos mais estratégicos, vez que está relacionado com uma questão federativa. Ele tem tudo a ver com a necessidade de o nosso País buscar a prosperidade compartilhada com os nossos 27 Estados federados, sobretudo um país como o nosso, de dimensão continental, com tantas desigualdades, com tantos contrastes, e com a necessidade de cada uma das nossas regiões terem oportunidade para as suas comunidades, para os seus cidadãos.

Eu me refiro ao Projeto de Resolução nº 72, de autoria do eminente Senador Romero Jucá, mas que naturalmente toda a sua inspiração tem sentido, tem origem, tem abrigo por parte do Governo Federal. Este projeto, que tramitava na Comissão de Assuntos Econômicos, a meu juízo, invade a prerrogativa, invade a necessária autonomia que os Estados federados precisam ter, subtraindo a governança dos Estados de, através de suas ações e de suas iniciativas, buscarem o seu desenvolvimento econômico, buscarem melhorar a condição de vida dos seus cidadãos.

Deseja o referido projeto de resolução reduzir a zero a alíquota interestadual dos produtos importados. Nos últimos dias, ele tem ganhado, de certa forma, volume, frequência e presença no debate nacional, daí a nossa preocupação que esse projeto possa ser analisado, ser debatido e ser votado em regime de urgência.

Não julgo ser razoável que um projeto que mexe com a vida de tantos Estados, com enorme capacidade de desorganizar e de inviabilizar os Estados Federados possa ser debatido, enfrentado pelo Senado Federal, sobretudo, considerando ser o Senado a Casa que representa a Federação brasileira.

Esse é um projeto que eliminaria, com certeza, a necessária e a saudável competição fiscal que os Estados fazem entre si. Não, não defendo e não advogo, em hipótese alguma, guerra fiscal. Defendo competição fiscal. Aliás, como nas federações mais avançadas e mais evoluídas, assistimos nos protocolos e nos tratados internacionais que os Estados podem e devem competir entre si. Mas a Proposta de Resolução nº 72, do eminente líder do Governo, subtrai governança dos Estados federados; assim como faz o Governo Federal, também fazem os governos estaduais.

Recentemente, e julgo que adequadamente, o Governo Federal, visando a distribuir, a aprofundar, a democratizar o acesso ao desenvolvimento, estabeleceu regime especial para que o Estado de Pernambuco pudesse ter a sua fábrica de automóveis. Também o Governo Federal estabeleceu regime especial para que o Estado de Pernambuco pudesse ter a sua refinaria, e louvamos essa iniciativa, porque se faz necessária a construção desses mecanismos para que os Estados possam construir um ambiente adequado e favorável na atração desses investimentos que são de fundamental importância.

Mas não pode, não deve, não me parece razoável que um projeto de resolução que tramita aqui, nesta Casa, dê esse monopólio ao Governo Federal, subtraindo dos governos subnacionais, subtraindo dos governos estaduais a mesma capacidade de gerarem incentivos fiscais, para que o conjunto dos Estados brasileiros possa ver potencializarem-se as suas vocações e tudo aquilo que encontramos como vocação nos diversos Estados brasileiros.

Esse é o caso de um desses incentivos fiscais que foram criados há mais de 40 anos. Aliás, foi criado mais ou menos no mesmo tempo em que o Governo Federal criou a Zona Franca de Manaus para o Estado do Amazonas: um extraordinário organismo, uma engenharia inteligente e necessária que tem permitido a geração de oportunidades para o Estado do Amazonas, que tem reduzido a pressão para que os amazônidas possam trabalhar na direção da manutenção e da conservação da floresta amazônica, que é um desafio de geração, que é um desafio de civilização.

Nesse mesmo tempo em que foi criada a Zona Franca de Manaus, há mais de 40 anos, também foi criado, em meu Estado, no Espírito Santo, um sistema para desenvolvimento da atividade portuária. Nesse

tempo, nosso Estado era basicamente sustentado pela economia rural, pela agricultura, pela atividade do café, que representava, à época, mais de 80% de todas as receitas tributárias e fiscais que o nosso Estado arrecadava. Ou seja, o Espírito Santo era um cafezal de ponta a ponta. Nas planícies e nas terras mais quentes plantava-se o café robusta e, nas terras mais frias, colhia-se, plantava-se e cultivava-se a lavoura do café arábica.

Mas o café é um de ciclo sazonal e, naquela época, nós enfrentávamos uma crise muito profunda, com preços muito baixos do café, preços que não eram compatíveis para suportar o esforço e o trabalho de tantos trabalhadores, de tantas famílias, porque meu Estado é liderado, hegemonicamente, pela propriedade de atividade familiar, já nos anos 70, por conta de uma saudável herança que nós recebemos de nossos antepassados, de nossos ascendentes que vieram lá da Itália. Pois bem, em função dessa crise constante, muito mais do que uma crise conjuntural, era uma crise estrutural, nada mais, nada menos que 55% da lavoura de café do meu Estado do Espírito Santo foi erradicada.

Isso se transformou numa crise sem precedentes em nosso Estado. O interior do meu Estado se viu mergulhado na ausência de oportunidades e alternativas. Foi naquele momento, inclusive, que pudemos perceber uma migração muito forte de muitos capixabas, que migraram para Rondônia, que migraram para a Bahia, que migraram para Minas Gerais, que migraram para Paragominas em busca de alternativas, porque 55% da lavoura de café foi erradicada.

Como forma de nós encontrarmos uma alternativa para essa crise sem precedentes na história econômica do nosso Estado, a capacidade empreendedora do ex-Governador Christiano Dias Lopes, do empresário Graciano Espíndola, ao lado de outros empresários, colocou de pé o Fundo para o Desenvolvimento da Atividade Portuária como forma de diversificarmos a nossa economia. Esse fundo ficou adormecido durante muitos anos porque, durante décadas, o nosso País priorizou o conceito da substituição das importações e não tínhamos uma relação com o comércio exterior. Somente nos últimos anos, o nosso Fundap, o Fundo para o Desenvolvimento da Atividade Portuária do meu Estado, ganhou de fato uma consistência muito grande e o nosso Estado foi se especializando e se transformou, na verdade, numa grande plataforma de relacionamento com o comércio exterior.

Somos hoje, talvez, proporcionalmente à nossa dimensão e ao nosso tamanho, o Estado com a economia mais internacionalizada do País. Um terço, Senador Paim, da nossa arrecadação, do nosso ICMS vem das relações com o comércio internacional,

sobretudo com a importação. Desses recursos, 80% ficam distribuídos para os nossos Municípios. Esses recursos fundamentam a capacidade de investimento dos nossos Municípios.

É verdade que, nos últimos anos, o País viu a sua importação aumentar muito. Na verdade, estamos também observando alguns críticos da tradicional indústria brasileira querendo responsabilizar os incentivos fiscais pelo aumento das importações e não temos qualquer tipo de divergência. Não é saudável para o nosso País que a gente continue nesse ritmo de importações. Precisamos acelerar as exportações, precisamos, sobretudo, exportar menos *commodities* e agregar valor às exportações.

Agora, se não temos divergência nesse importante desafio, a divergência está localizada, sobretudo, quando se quer responsabilizar as importações e os incentivos fiscais por essa expansão nos últimos anos. Quando sabemos todos que 85% daquilo que estamos importando são bens intermediários, são insumos industriais, é combustível, são máquinas e equipamentos utilizados pela própria indústria como forma de mantermos o crescimento econômico. O que o Brasil está importando, portanto, não compete, é complementar àquilo que produzimos aqui. Se não for assim, não teremos capacidade de manter o ritmo e o crescimento econômico do nosso Produto Interno Bruto. Não há como expandir a produção, porque, na verdade, chegamos à conclusão de que a taxa de poupança do País é muito baixa. Isso faz com que as empresas não invistam, não se modernizem adequadamente para competir com o comércio internacional. Além do que, evidentemente, o câmbio está favorecendo, está estimulando de forma intensa as importações.

Portanto, trata-se de matéria bastante complexa, não apenas no Espírito Santo, mas Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pernambuco, Ceará, enfim, um conjunto de Estados brasileiros buscou nos incentivos fiscais uma forma de desconcentrarmos o desenvolvimento econômico e social em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos chamando a atenção para a necessidade de refletirmos sobre uma matéria como essa, uma matéria que tem o sentido de subtrair, de retirar autonomia, de retirar a governança, de subtrair prerrogativa dos nossos governos e dos nossos Estados, mantendo apenas esse monopólio diante do Governo Federal. Nós defendemos que o Governo Federal tenha total prerrogativa, possa continuar fazendo os seus regimes para que a gente possa espalhar o desenvolvimento econômico e social em nosso País. Mas não seria justo, não é justo, aliás, não é legal. Acho que essa matéria vem acompanhada de um conjunto de vícios constitucionais.

Esse é um debate que estaremos fazendo na Comissão de Constituição e Justiça. Espero, se Deus quiser, que possamos fazer esse debate com muita calma, com muita cautela, para que a gente não desorganize, para que a gente não inviabilize um conjunto de Estados que, como o meu, o Espírito Santo, se organizou, se especializou. Hoje, com base nesse esforço que nós estamos fazendo, nós não demos a volta por cima, mas estamos dando a volta por cima, Senador Paim.

Nós chegamos ao Governo do Estado em 2003. Eu cheguei como Secretário da Agricultura. Cheguei ao Governo do Estado o ex-Senador Paulo Hartung, que coordenou um trabalho extraordinário, e eu fui seu Secretário da Agricultura; depois, no segundo governo, Vice-Governador – foram oito anos de trabalho de domingo a domingo, para que nós pudéssemos reinventar as nossas instituições, para que nós pudéssemos refundar os valores e os conceitos da boa governança no Estado do Espírito Santo. Estamos, agora, enfrentando a questão dos *royalties* e, ao mesmo tempo, estamos enfrentando essa ameaça de termos subtraídos os nossos incentivos fiscais, que não vão apenas desorganizar o nosso Estado, mas vão inviabilizar o Espírito Santo.

Por isso, eu trago ao Plenário desta Casa, aos nossos Senadores, a reflexão, para que tenhamos muita cautela, para que tenhamos muito equilíbrio, muita responsabilidade com o que vamos fazer. Por ser um tema tão complexo como esse, não me parece adequado que, nesta Casa, a Casa do Estado brasileiro, a Casa da união nacional, nós possamos tomar uma atitude com enorme capacidade de desorganizar e de inviabilizar os Estados federados.

Portanto, eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para a necessidade de aprofundarmos esse debate. Possivelmente na próxima quarta-feira, teremos uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, e as teses serão, todas elas, debatidas. Não fugimos do enfrentamento, não defendemos guerra fiscal, mas defendemos competição fiscal, para que o Brasil possa ter oportunidade de se desenvolver e os brasileiros possam ter acesso à prosperidade compartilhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Ricardo Ferraço, que, como sempre, faz um pronunciamento que olha para o Brasil e também para o seu Estado, com muita competência. O Senador Ricardo Ferraço poderá, neste seu primeiro ano aqui na Casa, mediante o amplo entendimento que estamos fazendo juntos, aprovar duas matérias históricas: que são a regulamentação da profissão

dos comerciários e também a dos motoristas. Já que S. Ex^a está ajudando nos encaminhamentos, se der tudo certo, votamos ainda este ano.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.441, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam prestados esclarecimentos sobre os contratos celebrados entre a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde (SSIS) do Senado Federal e organizações prestadoras de serviços de saúde privada, gerando o custo adicional de R\$ 66,1 milhões no atendimento à saúde de senadores e servidores, não obstante a existência do serviço médico do próprio Senado.

JUSTIFICATIVA

Nota jornalística, repercutida em vários jornais com circulação local e nacional, informa que o Senado Federal, através de sua Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, celebrou contratos com organizações prestadoras de serviços de saúde privada para eventuais consultas, exames e internações dos oitenta e um senadores e que os valores contratados vão custar à população brasileira um montante de R\$ 66,1 milhões.

A existência de uma estrutura própria de serviço médico no Senado Federal torna imprescindível a necessidade de apresentar as mais convincentes explicações, que justifiquem as iniciativas de contratar externamente a prestação dos serviços citados anteriormente.

Complementarmente é imprescindível esclarecer as razões para que os quatro contratos celebrados e significantes do referido valor monetário, firmados com o Hospital Santa Luzia, o Centro Médico Carpevie, o Centro Urológico de Brasília e a Clínica de Olhos Dr. João Eugênio, tiveram dispensa de licitação.

Sala das Sessões,
11/11/11
Senador **Ricardo Ferraço**
PMDB - ES

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Diretoria-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a sessão desta segunda-feira do Senado da República, sessão deliberativa ordinária, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.408, de 2011)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e
- de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 - CCJ.

2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 - COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação*

e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2011 (nº 49/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 2008)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2011**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

8

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate*

e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

9

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

10

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Suplicy.

11

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 170 e 349, de 2011, por regularem matérias correlatas (incentivos fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 9 minutos.)

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALOYSIO NUNES FERREIRA			
Registro da matéria intitulada “FHC sugere lema ‘Yes, we care’ a tucanos”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 8 de novembro de 2011.....	131	tribos indígenas e comunidades quilombolas no processo de demarcação das terras indígenas no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.....	232
		Aparte ao senador Anibal Diniz.	245
ALVARO DIAS		ANA RITA	
Defesa da votação imediata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que define recursos que cabem a cada ente da Federação, para a manutenção da qualidade dos serviços de saúde pública no Brasil.....	64	Registro do Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, oportunidade em que defende o reforço dos instrumentos para combater a violência doméstica e familiar, como a Lei Maria da Penha.....	236
Críticas ao interesse do governo na prorrogação da Desvinculação de Recursos da União (DRU).	64	Elogios às políticas públicas do governo da presidente Dilma Rousseff de defesa e proteção da mulher, em especial, no combate à feminização da pobreza. Destaque para o lançamento da ampliação da Central de Atendimento à Mulher, o “Ligue 180”, destinado às mulheres vítimas de violência que residem em outros países.	236
Registro do artigo intitulado “A volta da aliança inflacionária”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de outubro de 2011.....	129	ANGELA PORTELA	
Denúncia de irregularidades praticadas pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi e pelo ministro das Cidades, Mário Negromonte.....	251	Satisfação pela aprovação do código florestal pelas comissões permanentes do Senado Federal.	135
Elogios à XXI Conferência Nacional dos Advogados do Brasil (OAB), realizada na capital do Estado do Paraná, que teve como premissa a democracia no País.	251	Registro do transcurso em 25 de novembro, do Dia Internacional Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, bem como apoio a todas as mulheres vítimas da violência.	135
ANA AMÉLIA		Agradecimentos a todos que contribuíram para a inclusão, no novo Código Florestal, da necessidade de atender os estados da Região Norte, da Região Amazônica, que possuem grandes áreas de preservação ambiental, permitindo a redução da reserva legal.....	249
Parecer nº 1.314, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Requerimento nº 1.376, de 2011, do senador Flexa Ribeiro, que requer autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da junta diretiva, que ocorrerá no Panamá e comunica que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011.....	223	ANIBAL DINIZ	
Cobrança de ação mediadora, por parte do ministro da Justiça, para a pacificação dos conflitos entre		Satisfação com a apresentação, pela Receita Federal, do relatório favorável à criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado do Acre.	84

	Pág.		Pág.
Apresentação de emenda de autoria de Sua Excelência, que propõe ao novo Código Florestal a redução da reserva legal no Estado de Rondônia, atendendo uma solicitação da senadora Angela Portela. ...	84	de 1975, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008).....	99
Expectativa da aprovação do relatório do Código Florestal no plenário do Senado Federal. Voto de solidariedade e elogio ao trabalho do relator, senador Jorge Viana.....	244	Registro da matéria intitulada “As provas pedidas”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de outubro de 2011.....	126
ANTONIO RUSSO		CRISTOVAM BUARQUE	
Elogios a todos os envolvidos na elaboração do novo Código Florestal, que é de grande importância para o futuro da produção no campo brasileiro e para a preservação ambiental.	274	Congratulações e apoio a iniciativa do governo brasileiro de proibir o uso de cigarros, charutos em ambientes fechados. Ao mesmo tempo, cobra ações para a erradicação do analfabetismo, do trabalho infantil, da exploração sexual de menores, da corrupção e outras formas de ineficiência social existentes no Brasil.....	89
Defesa da necessidade de investimento em infraestrutura como forma de impulsionar o desenvolvimento do País. Elogios ao empenho do governo no sentido de acelerar os processos necessários à consolidação de uma infraestrutura adequada as necessidades nacionais.....	274	CYRO MIRANDA	
ARMANDO MONTEIRO		Registro da matéria intitulada “Outro feudo, outro escândalo”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de novembro de 2011....	125
Requerimento nº 1.438, de 2011, que solicita seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Projeto de Lei nº 125, de 2010, tendo em vista que a proposta estabelece a obrigação do produtor nacional ou importador de veículos inserir em manual do proprietário relação de peças que compõem o veículo, sendo necessário a avaliação dos custos da referida ação para as empresas do setor.	116	DELCÍDIO DO AMARAL	
BLAIRO MAGGI		Preocupação com os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. Defesa de empenho do governo, em especial o ministro da Justiça, para solucionar os conflitos indígenas na fronteira do estado com o Paraguai.....	305
Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg.	56	Expectativa com a aprovação do Código Florestal no Senado Federal.....	305
Satisfação pela participação de Sua Excelência do debate no Senado Federal para a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. Defesa de investimento do governo na recuperação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e no estímulo da tecnologia e biotecnologia no País.	57	Cobrança de uma política de fronteira que estimule o desenvolvimento econômico e social nos estados fronteiriços do Brasil.....	305
Pedido aos líderes e à Mesa Diretora para que seja lido, no dia 29 de novembro, o relatório final do novo Código Florestal, com vista a sua votação no plenário do Senado Federal.	295	Homenagem de pesar pelo falecimento do coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST) em Mato Grosso do Sul, Doutor Egidio Brunetto. .	305
CÍCERO LUCENA		EDUARDO AMORIM	
Parecer nº 1.313, de 2011 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, do senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril		Análise da situação da saúde pública do Brasil, manifestando apoio pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que determina a aplicação de recursos, por parte da União Federal, Estados e Municípios, na saúde.....	302

	Pág.	III	Pág.
EDUARDO SUPLICY			
Parecer nº 1.312, de 2011 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, do senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1975, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008).....	93	Nacional de Trânsito (DNIT), no Estado de Rondônia, José Ribamar Oliveira, acusado de irregularidades nas obras executadas na região.....	310
Exposição das emendas apresentadas por Sua Excelência ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2012.....	304	Expectativa com o debate para a aprovação do Código Florestal no plenário do Senado Federal.	310
FLEXA RIBEIRO		JOÃO DURVAL	
Registro da matéria intitulada “O Ministro tem de sair”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de outubro de 2011.....	128	Apelo ao governo federal para que sejam realizadas melhorias nas rodovias do Estado da Bahia.....	53
FRANCISCO DORNELLES		JORGE VIANA	
Requerimento nº 1.439, de 2011, que solicita que sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania além da comissão constante do despacho inicial de distribuição.	228	Esclarecimentos sobre o novo Código Florestal aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Defesa de empenho dos governos federal e estadual para a implementação da nova legislação.....	61
Requerimento nº 1.440, de 2011, que solicita que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos além da comissão constante do despacho inicial de distribuição.....	229	Homenagem de pesar pelo falecimento da ativista das causas humanitárias, sociais e ambientais, Danielle Miterrand, viúva do ex-presidente francês François Miterrand.....	279
Aparte ao senador Vital do Rêgo.....	316	Apelo ao Governo Federal, através do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para que adote providências para a solução da grave situação em que se encontram os refugiados haitianos no Estado do Acre.....	279
IVO CASSOL		JOSÉ PIMENTEL	
Aparte ao senador Delcídio do Amaral.....	307	Aparte a senadora Angela Portela.....	249
Congratulações à iniciativa da editora Abril e às empresas que foram destacadas pelas revistas <i>Você S/A</i> e <i>Exame</i> no guia “As melhores empresas para você trabalhar”, em especial a Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense, situada no Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia.....	310	Aparte ao senador Blairo Maggi.	296
Denúncia da falta de gestão e do precário funcionamento da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) nos aeroportos brasileiros. Cumprimentos ao ministro dos Transportes pela exoneração do superintendente do Departamento		Destaque para o crescimento do número de empregos formais criados no Brasil durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Elogios às medidas que o Congresso Nacional vem tomando, principalmente o Senado Federal, junto ao governo para estimular a economia nacional.....	298
		KÁTIA ABREU	
		Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2011, que acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e isenta do Imposto Sobre Produto Indus-	

IV

	Pág.		Pág.
trializado (IPI) a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.	114	Reiteração da necessidade de o governo se responsabilizar e solucionar a situação dos aposentados do Fundo de Pensão do Instituto de Seguridade Social (Aerus), que se encontram em greve de fome.	288
LÚCIA VÂNIA		Comentário sobre a entrevista do diretor do Instituto de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Jorge Abrahão, na qual explica como o investimento em educação pode contribuir de forma essencial para o desenvolvimento econômico e social do País.	288
Registro da matéria intitulada “Na TV, PSDB defende gestão FHC e explora a ‘volta’ da inflação”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 14 de outubro de 2011.	129	Considerações sobre o “Consenso do Rio”, documento de autoria do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul), que propõe ideias gerais para uma política macroeconômica estimuladora do desenvolvimento dos países da América do Sul. Apresentação de projeto de lei com o objetivo de conceder incentivos aos países emergentes.	288
MÁRIO COUTO			
Registro da entrevista intitula “Eu estarei pronto, seja Lula ou Dilma”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 9 de outubro de 2011.	132		
MOZARILDO CAVALCANTI			
Aparte ao senador Alvaro Dias.	66	PEDRO TAQUES	
Aparte ao senador Renan Calheiros.	69	Projeto de Lei do Senado nº 705, de 2011, que altera o art. 53 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas -, para prever a possibilidade de exercício da ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operação de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita, independentemente de autorização judicial e oitiva do Ministério Público.	229
Denúncia de irregularidades, por parte do governo do Estado de Roraima, na gestão dos recursos públicos destinados às rodovias federais e estaduais da região, defendendo que o governo federal assuma a execução das obras.	70	PEDRO SIMON	
Aparte ao senador Paulo Paim.	78	Defesa de urgência na apreciação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome da ministra Rosa Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF), possibilitando que o Projeto Ficha Lima possa ser votado.	87
Aparte ao senador Anibal Diniz.	86		
Aparte ao senador Anibal Diniz.	245	RENAN CALHEIROS	
Expectativa com o julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral, no dia 29 de novembro de 2011, da ratificação ou não, da cassação do governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, que usou de mecanismos para fraudar a eleição.	246	Preocupação com o aumento do consumo de drogas, em especial o <i>crack</i> , em municípios brasileiros e com os seus reflexos no sistema de saúde pública do País, conforme dados do levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Defesa da vinculação de políticas de saúde e segurança pública e ações sociais para o combate e prevenção ao consumo e tráfico de drogas.	67
Aparte ao senador Blairo Maggi.	297		
PAULO PAIM			
Defesa dos direitos e interesses dos brasileiros que trabalham em representações diplomáticas e consulares estrangeiras, sediadas no Brasil, que não cumprem as relações trabalhistas, conforme denúncia do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty).	74		
Registro do transcurso dos 23 anos de vigência da Constituição brasileira, oportunidade em que faz referencia ao trabalho de Sua Excelência e outros constituintes para garantir os direitos dos trabalhadores.	74		

	Pág.		Pág.	V
Defesa da construção de estaleiro no Município de Coruripe, no Estado de Alagoas, fundamental para geração de desenvolvimento, emprego e renda para os alagoanos.	67	Considerações sobre o relatório da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), do ano de 2010, recebido no gabinete de Sua Excelência, que confirma o importante papel da empresa na fixação de normas referentes à prestação de serviços e à assistência material aos usuários do transporte aéreo.	125	
RICARDO FERRAÇO		Registro do debate que está ocorrendo no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para apreciar itens e compromissos partidários com o povo brasileiro.	241	
Reflexão acerca do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2011, que reduz a zero a alíquota interestadual dos produtos importados, restringindo a autonomia dos estados, mantendo apenas o monopólio do governo federal. Defesa de ampliação do debate sobre a matéria.	317	VALDIR RAUPP		
Requerimento nº 1.441, de 2011, que solicita esclarecimentos sobre os contratos celebrados entre a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde (SSIS) do Senado Federal e organizações prestadoras de serviços de saúde privada, gerando o custo adicional de R\$ 66,1 milhões no atendimento à saúde de senadores e servidores, não obstante a existência do serviço médico do próprio Senado.	320	Aparte ao senador Blairo Maggi.	296	
ROBERTO REQUIÃO		Comentários e elogios à pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que avalia a situação das rodovias brasileiras. Apelo às autoridades de transporte do governo federal para que se empenhem na duplicação da malha rodoviária do País, como forma de reduzir os acidentes de trânsito, como o ocorrido na BR-364, que provocou a morte de 9 pessoas.	300	
Antecipação do pronunciamento que Sua Excelência fará na reabertura do Parlamento do Mercado Comum do Sul (Parlasul), no Uruguai. Apresentação do documento proposto pelo Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul), que busca identificar uma política macroeconômica estimuladora dos países da América do Sul.	276	VICENTINHO ALVES		
RODRIGO ROLLEMBERG		Defesa da proposta de alteração do Código de Processo Penal, aprovada no Senado Federal, em dezembro de 2010.	247	
Considerações sobre o debate e os avanços acordados no Senado Federal para a aprovação, na Comissão de Meio Ambiente, do novo Código Florestal Brasileiro.	54	VITAL DO RÊGO		
Aparte ao senador Blairo Maggi.	58	Análise sobre a violência e o sistema prisional brasileiro.	314	
ROMERO JUCÁ		Comentário acerca do empenho da Comissão de Orçamento para elaborar uma proposta orçamentária para o País.	314	
Agradecimentos a todos que contribuíram para a produção e aprovação do novo texto do Código Florestal.	60	WALTER PINHEIRO		
		Avaliação do sucesso da política do governo do Estado da Bahia de atração de investimentos e instalação da base de geração de energia eólica para continuar estimulando o crescimento e a diversidade da atividade econômica da região.	234	